

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE-UFS  
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGE  
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

DIANA MENDONÇA DE CARVALHO



**TRAJETÓRIAS DO PRONAF EM SERGIPE:**  
Desenvolvimento e Mudanças Sócio-Espaciais

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2016

**DIANA MENDONÇA DE CARVALHO**

**TRAJETÓRIAS DO PRONAF EM SERGIPE: Desenvolvimento e  
Mudanças Sócio-Espaciais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe, através do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor.

Orientada pelo Profº Dr. José Eloízio da Costa

**SÃO CRISTÓVÃO – SE  
FEVEREIRO DE 2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C331t Carvalho, Diana Mendonça de  
Trajetórias do PRONAF em Sergipe : desenvolvimento e  
mudanças sócio-espaciais / Diana Mendonça de Carvalho ;  
orientador José Eloízio da Costa – São Cristóvão, 2016.  
404 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) –Universidade Federal de  
Sergipe, 2016.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural. 3.  
Mudanças sócio-espaciais rurais. I. Programa Nacional de  
Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil). II. Costa, José  
Eloízio da, orient. II. Título

CDU: 911.374.2:633/635



Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado de

**Diana Mendonça de Carvalho.**

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, com início às nove horas, realizou-se no Auditório da Pós-Graduação em Geografia, bloco de Didática II, da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão-SE, a sessão pública da defesa de Tese de Doutorado em Geografia de **Diana Mendonça de Carvalho**, intitulada: "Trajetórias do Pronaf em Sergipe: desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais". A Banca Examinadora foi presidida pelo Professor Doutor José Eloízio da Costa, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder a apresentação de sua Tese. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Saumineo da Silva Nascimento, Eliano Sérgio Azevedo Lopes, Vera Lúcia Alves França e Sônia de Souza Mendonça Menezes arguiram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, o Professor Doutor José Eloízio da Costa, na condição de orientador, teceu comentários sobre a tese apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Por fim, a banca examinadora reuniu-se para avaliação e decidiu **Aprovar a candidata, a banca, recomendando a publicação do trabalho..** Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Tese de Doutorado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 15 de fevereiro de 2016.

Prof. Dr. José Eloízio da Costa  
Orientador e presidente da banca

Prof. Dr. Saumineo da Silva Nascimento  
Examinador externo à Instituição

Prof. Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes  
Examinador externa à Instituição

Profa. Dra. Vera Lúcia Alves França  
Examinadora interna ao Programa - PPGEO

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes  
Examinadora Interna ao Programa - PPGEO

Diana Mendonça de Carvalho  
-Aluna-



Aos meus pais, José Francisco de Carvalho e Maria Mendonça de Carvalho, que me deram a vida e com amor e dedicação souberam me conduzir pelo caminho do conhecimento.

Aos agricultores familiares de Sergipe que com vontade e paciência, em meio ao cansaço de seu trabalho diário, me deram informações preciosas para a composição desse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho reflete quatro anos de muitas lutas, desde o início, no processo seletivo, depois nas etapas seguintes: na definição de orientação, no cumprimento dos pré-requisitos, no curso das disciplinas, na definição de novas amizades e nos diálogos estabelecidos com professores, com orientador, até com amigos, que puderam alicerçar e contribuir para que diversos obstáculos e incertezas fossem vencidos e resultassem nesse momento. Deste modo, muitos personagens não podem ser esquecidos, haja vista terem contribuído decisivamente para mais um sonho realizado. Esta é mais uma etapa vencida na minha vida. Assim, dedico essa tese e a minha eterna gratidão:

A Deus, pelo dom da vida e por me conduzir nestes 4 anos de pesquisa.

Aos meus pais, José e Maria, e minhas irmãs, Dayse e Daniela, pela dedicação incondicional a mim. As minhas sobrinhas, Laura e Sofia, que, na aparição anual, fazem-me refletir como o ser humano tende a se adaptar e a evoluir em meio às circunstâncias da vida.

Ao meu marido Jair, pelo incentivo de coragem a vencer em silêncio os obstáculos que se impuseram no desenvolvimento de muitos momentos dessa pesquisa. A sua mãe, dona Maria de Lourdes, que, por muitas vezes, fora ouvidos atentos para escutar minhas lamentações. A seu irmão, Jairo, por me acompanhar nas pesquisas de campo.

A Winiston (*in memoriam*), meu professor de ensino médio, incentivador e fonte de inspiração para percorrer a trajetória geográfica. Não esquecendo o apoio de suas pérolas: Jane e Bruna.

Ao meu orientador, professor Dr. José Eloízio da Costa, que, desde de 2005, tem sido meu sustentáculo na caminhada geográfica, tendo sido alicerce para diálogos e aprendizados temáticos. Agradeço a sua confiança, a sua orientação e participação no desenvolvimento deste trabalho. Agradeço a você, Eloízio, toda a minha retórica de pesquisadora e de amante do mundo rural. Agradeço, ainda, pela pessoa amiga, pelos ensinamentos de vida e pelas parcerias e que estes persistam por longos anos, numa relação de amizade sincera.

Aos queridos professores: Dra. Alexandrina Luz Conceição e Dra. Vera Lúcia Alves França, pelo apoio e autenticidade, tendo me estimulado a buscar mais fortemente a geografia; Dr. Eliano Sérgio Azevedo Lopes, que, em momentos de dúvidas, direcionou caminhos a percorrer, com indicações metodológicas e contextuais sobre os temas a serem desenvolvidos; Dra. Josefa de Lisboa Santos, que, com paciência e amizade, apoiou-me em vários momentos

de aprendizagem. Agradeço a todos os demais professores que, ao longo desses quatro anos, contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual.

Aos funcionários do PPGeo: Everton e Francis e todos os estagiários, especialmente Gil e Matheus, que estiveram juntos a mim nessa luta. Felicidades a todos! Devo demarcar ainda e com mais força meus sinceros agradecimentos, aos dois grandes amigos: Everton, que, com sua alegria, durante anos me recepciona, com muita energia positiva. France, que, com suas palavras de amizade, sempre foi um apoio nos momentos de dificuldades, não só acadêmicas, mas de vida!

Aos meus colegas de Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural, em especial a Fernanda que, mesmo distante geograficamente, esteve junto a mim, refletindo questões da geografia e da vida. Jamais a esquecerei, encontrei em você uma amiga de verdade, que sempre esteve aposta para me ouvir e ajudar; a Marcelo, que sentou comigo e discutiu minha proposta de questionário e entrevista; aos colegas Adanyl, Josemar, Handresha, Lucivalda, Moacir e Sandra, que, mesmo nas atribulações das suas pesquisas acadêmicas, dispuseram-se a me ajudar, sem pestanejar. Meu muito obrigada, queridos.

E sem palavras para expressar meus mais sinceros agradecimentos, a quatro jovens, também sonhadoras, que enfrentaram comigo todas as inseguranças que poderia provocar no trânsito! Que acima de tudo me fizeram acreditar que seria possível vencer o medo de dirigir, dar conta da aplicação de todos os questionários pré-determinados, realizar todas as entrevistas necessárias e depois tabular e decodificar todas as informações. A vocês meninas: Cecília, Jislaine, Lílian e Patrícia, minha eterna gratidão. Que possamos estar sempre juntas na luta pela construção da ciência geográfica.

Ao Companheirinho Volnandy, meus sinceros agradecimentos. Desculpe-me pelos tantos momentos de cobrança, obrigada por me acompanhar e por se fazer presente em tantos compromissos acadêmicos.

Aos amigos Givaldo e Ramon, que sempre em nossas viagens rumo a UFS souberam conversar e me acalmar nas minhas preocupações. Sucesso caros amigos!

À amiga Marta e família, pela disponibilidade em sanar minhas dúvidas sobre a produção de milho em Carira.

De modo geral, a todos os pronafianos que não se opuseram em me receber e nem a responder aos meus questionamentos nos municípios de Itabaianinha, Carira e no Assentamento José Emídio da Costa, Capela. E, em destaque, aos agricultores de Múquem, no município de Itabaianinha, por terem desatolado o carro que dirigia.

A todas as pessoas que fazem as Secretarias Municipais de Agricultura de Carira e de Itabaianinha, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Sergipe (INCRA) e a Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE), pelos préstimos em informações e discussões.

À amiga Maria Edriana dos Santos Rocha, pelos préstimos que me dirigiu enquanto professora e enquanto chefe! Você é sem dúvida uma pessoal especial na minha vida! Agora mais do que nunca, sabendo de sua correria profissional, pela disposição em corrigir minhas falhas na escrita portuguesa.

À Prefeitura Municipal de Itabaiana, que me concedeu e apoiou minha licença sem vencimento por pouco mais de três anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento e colaboração no desenvolvimento do presente trabalho.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos! Peço desculpas, desde agora, se me esqueci de citar alguma pessoa ou instituição! Sintam-se abraçados e agradecidos por toda a contribuição.

Afirmo que desse período de quatro anos levarei sempre comigo grande amigos, os quais jamais serão esquecidos, pois, nos momentos de alegria, soubemos compartilhá-la e nos momentos de dificuldades soubemos dividi-la. Logo, divido a alegria de concretização deste trabalho com todos que, de forma direta ou indireta, estiveram sempre comigo!

Parafraseando Pablo Picasso: “Sempre busco fazer o que não consigo para aprender a fazer o que não sei”. Isso porque mais do que superação, o que a ciência geográfica presente neste trabalho me possibilitou foi o ganho de novos conhecimentos e o crescimento intelectual. Consequentemente, “é preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho; de examinar com atenção a vida real; de confrontar nossa observação com nosso sonho; de realizar escrupulosamente nossa fantasia. Sonhos; acredite neles” (Lênin).



*“[...] Cresce a espessura dos fluxos de produtos, insumos, pessoas, ordens e, sobretudo, dinheiro. E esses fluxos exigem novamente uma importante infra-estrutura para se concretizarem. Em outras palavras, circunscrevem-se as porções reservadas ao processo direto de produção, hoje altamente especializadas e chamadas a ser eficientes, e obrigatoriamente se alarga o espaço das outras instâncias de produção, circulação e consumo. Os pedaços do território destinados a essa produção direta exigem custosos insumos de toda natureza e impõem a necessidade de uma circulação ampliada. Assim a economia e o território não se organizam nem funcionam sem grandes somas de dinheiro nas suas formas de crédito, empréstimos, numerário vivo, financiamentos, hipotecas, commodities, seguros e tantos outros instrumentos. Cria-se, dessa forma, uma dependência do sistema financeiro, que acaba invadindo todas as etapas da produção em sentido amplo, pois todas “precisam” dele e todas constituem modo de acumulação de mais-valia. [...]” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 132).*

## RESUMO

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é hoje um elemento essencial para promover processos de mudanças sócio-espaciais no contexto rural brasileiro. Uma política que se difundiu por quase todo o território brasileiro, sedimentando-se como suporte para a luta contra a pobreza rural. É uma política direcionada aos pequenos agricultores, demarcados pelo Estado como agricultores familiares, visando à promoção do desenvolvimento rural, devido ao caráter empreendedor e potencializador desses atores junto às economias locais. A tese justifica-se pela persistência governamental em manter o programa que está prestes a completar 20 anos; pela importância que o Pronaf passou a apresentar no financiamento da agricultura familiar; e também, pela possibilidade de universalização do crédito entre esses agricultores. Nessa perspectiva, o presente trabalho analisa as mudanças ocorridas no espaço rural sergipano, a partir da implementação do Pronaf. A pesquisa é de caráter analítico-empírico, valorando aspectos qualitativos e quantitativos que refletem informações e conhecimentos da realidade. As contribuições teóricas tiveram caráter plural, agregando aspectos não só geográficos, mas de outras áreas do conhecimento. A fundamentação retoma discussões sobre desenvolvimento rural, agricultura familiar e institucionalismo como segmentos integrados à operacionalização e às consequências sócio-espaciais possibilitadas pelo Pronaf. Ainda no somatório dos procedimentos metodológicos definidos para a realização desse trabalho, pode-se pontuar: a realização de entrevistas com entes institucionais e aplicação de questionários com beneficiários do programa através da análise de três municípios que, por modalidade, tiveram em 2012, o maior número de contratos efetivados: Capela (modalidade A); Itabaianinha (modalidade B); e Carira (modalidade comum). A avaliação de dados colhidos em campo comprova que o Pronaf não é fator determinante para a produção agropecuária em Sergipe, mas é condição importante para a promoção de mudanças sócio-espaciais em termos de questão fundiária, diversificação produtiva, inserção de elementos do meio técnico-científico-informacional, criação de redes de comercialização e de consumo das mercadorias e reestruturação familiar. O programa persiste agregando mudanças em seus aspectos normativos, com juros subsidiados, articulação com outras políticas, construção de metodologia para efetivação da política (Agroamigo), criação de linhas de financiamento específicas e inserção do agricultor no circuito de mercado. Todavia, sabe-se que, mesmo tornando-se um fundamento para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e para a promoção do desenvolvimento rural, o Pronaf ainda precisa vencer alguns gargalos, sobretudo em relação à questão burocrática e à prestação de assistência técnica e extensão rural. Ainda assim, o Pronaf tem sido um sustentáculo na promoção de mudanças econômico-espaciais, haja vista representar um alicerce para muitos agricultores familiares que estiveram abaixo da linha de pobreza e não teriam possibilidades de acesso a crédito no sistema de financiamento convencional, rompendo, assim, com a exclusão e incitando a capacidade financeira das pequenas unidades produtivas. Nesse tocante, pode-se asseverar que, para Sergipe, o Pronaf, enquanto política de feição social, tem sido incentivador do desenvolvimento rural e local.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. Pronaf. Mudanças Sócio-Espaciais Rurais.

## ABSTRACT

The Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf) is now an essential element in promoting processes of socio-spatial changes in the Brazilian rural context. A policy that has spread almost throughout Brazil is increasing as support for the fight against rural poverty. It is a policy directed to small farmers, demarcated by the State as family farmers, aimed at promoting rural development, due to the entreprising and potentiating character of these actors with local economies. The thesis is justified by the government's persistence in maintaining the program that is about to turn 20; the importance that the Pronaf began to show in the financing of family farming; and also the possibility of credit universalization among these farmers. From this perspective, this paper analyzes the changes in the Sergipe countryside, from the implementation of Pronaf. The research is analytical and empirical, valuing qualitative and quantitative aspects that reflect information and knowledge of reality. The theoretical contributions had plural character, adding aspects not only geographical, but in other areas of knowledge. The rationale resumes discussions on rural development, family agriculture and institutionalism as segments integrated into the operation and socio-spatial consequences made possible by Pronaf. At also the sum of the methodological procedures established to carry out this work, the score is: conducting interviews with institutional entities and questionnaires with program beneficiaries through the analysis of three counties, by type, had the largest number of committed contracts in 2012: Capela (mode a); Itabaianinha (mode B); and Carira (common mode). The evaluation of data collected in the field proves that Pronaf is not a determining factor for agricultural production in Sergipe, but it is essential for the promotion of socio-spatial changes in terms of land ownership, productive diversification, integration of elements of technical scientific-informational means, creating marketing networks and consumption of goods and family restructuring. The program continues adding changes in their normative aspects, with subsidized interest rates, coordination with other policies, methodology building for effective policy (Agroamigo), creation of specific credit lines and inserting the farmer's market circuit. However, it is known that even becoming a foundation for improving the quality of life for farmers and promoting rural development, PRONAF must still overcome some bottlenecks, particularly in relation to bureaucratic question and the provision of technical assistance and rural extension. Nevertheless, PRONAF has been a mainstay in promoting economic and spatial changes, considering represent a foundation for many family farmers who were below the poverty line and have no access to credit opportunities in the conventional funding system, breaking, thus, to the exclusion and urging the financial capacity of small production units. In this respect, it can assert that for Sergipe, PRONAF as a social feature policy has been supportive of rural and local development.

**Keywords:** Family Farming. Rural development. Pronaf. Institutionalism. Socio-Spatial Rural changes.

## LISTA DE SIGLAS

ANDA	Associação Nacional para Difusão de Adubos
ASCOOB COOPEC	Cooperativa de Crédito Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEFAC	Centro Comunitário de Formação em Agropecuária "Dom José Brandão de Castro"
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COHIDRO	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPR	Condição de Formação de Estoque
DAP	Declaração de aptidão
DESO	Companhia de Saneamento de Sergipe
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FAFEN	Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FC'S	Fundos Constitucionais
FCO	Fundos Constitucionais do Centro-Oeste
FETASE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Fundos Constitucionais do Nordeste
FNO	Fundos Constitucionais do Norte
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNTEC	Fundo Tecnológico
GEPRU	Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã
IATEC	Instituto de Ação para Organização de Produtores e Assistência

	Técnica às Comunidades Rurais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
INEC	Instituto Nordeste Cidadania
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITR	Imposto sobre a propriedade territorial
MAPA	Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NPK	Nitrogênio, Fósforo e Potássio
OCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDRI	Plano de Desenvolvimento Rural Integrado
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Índice de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCANA	Programa Especial de Apoio às populações pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste
PROHIDRO	Programa Emergência e Aproveitamento dos Recursos Hídricos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONESE	Empresa de Desenvolvimento Sustentável do estado de Sergipe
Pró-Sertão	Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semiárida de Sergipe
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVALE	Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RPE	Recursos Próprios Equalizáveis
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEAGRI	Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe
SEINFRA	Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SEPLANTEC	Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia
SERTANEJO	Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01 –</b>	Municípios de Sergipe que tiveram maior número de contratos do Pronaf efetivados em 2012.....	30
<b>Figura 02 –</b>	Brasil - Estabelecimentos rurais, 2006 .....	78
<b>Figura 03 –</b>	Brasil -Área dos estabelecimentos rurais, 2006.....	78
<b>Figura 04 –</b>	Brasil - Participação da agricultura familiar, 2006.....	79
<b>Figura 05 –</b>	Brasil - Estabelecimentos da agricultura familiar, 2006.....	80
<b>Figura 06 –</b>	Brasil - Uso da terra nos estabelecimento da agricultura familiar, 2006.....	81
<b>Figura 07 –</b>	Brasil - Condição do produtor em relação à Terra, 2006.....	82
<b>Figura 08 –</b>	Brasil - Atividades executadas pelo produto fora de sua unidade produtiva, 2006.....	83
<b>Figura 09 –</b>	Brasil - Motivos para não obter crédito, 2006.....	86
<b>Figura 10 –</b>	Brasil - Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento na Agricultura Familiar, 2006.....	87
<b>Figura 11 –</b>	Sergipe - Territórios da cidadania, 2011.....	108
<b>Figura 12 –</b>	Sergipe - Produto Interno Bruto, 2000, 2006, 2010.....	113
<b>Figura 13 –</b>	Sergipe - Estabelecimentos da agricultura familiar, 2006.....	115
<b>Figura 14 –</b>	Sergipe - Área por estabelecimentos da agricultura familiar, 2006.....	117
<b>Figura 15 –</b>	Sergipe - Equivalência do módulo fiscal para por estabelecimentos para a agricultura familiar, 2001.....	118
<b>Figura 16 –</b>	Sergipe - Uso da terra em estabelecimentos da agricultura familiar, 2006....	120
<b>Figura 17 –</b>	Sergipe - Condição do produtor, 2006.....	121
<b>Figura 18 –</b>	Sergipe - Atividades executadas pelo produtor fora de sua unidade produtiva, 2006 .....	122
<b>Figura 19–</b>	Sergipe -Estabelecimentos da agricultura familiar que obtiveram financiamento, 2006.....	126
<b>Figura 20 –</b>	Sergipe - Produção da agricultura familiar no total da produção, 2006.....	128
<b>Figura 21 –</b>	Sergipe - Estabelecimentos e a produção da agricultura familiar, 2006.....	128
<b>Figura 22 –</b>	Brasil - Organograma do Pronaf, 2012.....	156
<b>Figura 23 –</b>	Nordeste - Arranjo institucional do Pronaf, 2012.....	157
<b>Figura 24 –</b>	Brasil - Valor médio dos contratos do Pronaf, 2005-2012.....	162
<b>Figura 25 –</b>	Brasil - Representatividade dos contratos de Pronaf por região, 2005-2012..	162

<b>Figura 26 –</b>	Brasil - Representatividade do montante de recursos do Pronaf - 2005-2012	163
<b>Figura 27</b>	Brasil - Número de contratos do Pronaf, 2012.....	165
<b>Figura 28 –</b>	Sergipe - Tipos de contratos do Pronaf, 2005-2012.....	168
<b>Figura 29 –</b>	Sergipe - Valor dos contratos do Pronaf, 2005-2012.....	169
<b>Figura 30 –</b>	Sergipe - Evolução dos contratos efetivados, 2005-2012.....	171
<b>Figura 31 –</b>	Sergipe - Variação dos contratos efetivados, 2005-2012.....	173
<b>Figura 32</b>	Sergipe - Montantes efetivados em contratos do Pronaf, 2005-2012.....	175
<b>Figura 33 –</b>	Sergipe - Variação dos montantes efetivados em contratos do Pronaf, 2005-2012.....	177
<b>Figura 34 –</b>	Sergipe - Arranjo institucional do Pronaf, 2012.....	200
<b>Figura 35 –</b>	Sergipe - Número de contratos do Pronaf A, 2005-2012.....	202
<b>Figura 36-</b>	Sergipe - Valores liberados pelo Pronaf A, 2005-2012 .....	203
<b>Figura 37 –</b>	Sergipe - Número de contratos do Pronaf A, 2005-2012.....	204
<b>Figura 38 –</b>	Sergipe - Variação de contratos do Pronaf A, 2005-2012.....	206
<b>Figura 39 –</b>	Sergipe - Valores Liberados pelo Pronaf A, 2005-2012.....	207
<b>Figura 40 –</b>	Sergipe- Variação dos montantes efetivados em contratos do Pronaf A, 2005-2012.....	208
<b>Figura 41 –</b>	Sergipe - Arranjo institucional do Pronaf A, 2012.....	209
<b>Figura 42 –</b>	Sergipe -Número de contratos do Pronaf B, 2005-2012.....	213
<b>Figura 43 –</b>	Sergipe - Valores liberados pelo Pronaf B, 2005-2012.....	213
<b>Figura 44 –</b>	Sergipe - Número de contratos do Pronaf B, 2005-2012.....	215
<b>Figura 45 –</b>	Sergipe - Variação de contratos do Pronaf B, 2005-2012.....	217
<b>Figura 46 –</b>	Sergipe - Valores Liberados pelo Pronaf B, 2005-2012.....	219
<b>Figura 47 –</b>	Sergipe - Variação nos valores liberados pelo Pronaf B, 2005-2012.....	220
<b>Figura 48 –</b>	Arranjo institucional do Pronaf B em Sergipe.....	221
<b>Figura 49 –</b>	Sergipe - Número de contratos do Pronaf comum, 2005-2012.....	225
<b>Figura 50 –</b>	Sergipe - Valores liberados pelo Pronaf Comum, 2005-2012.....	226
<b>Figura 51 –</b>	Sergipe - Número de contratos do Pronaf Comum, 2005-2012.....	227
<b>Figura 52 –</b>	Sergipe - Valores Liberados pelo Pronaf Comum, 2005-2012.....	228
<b>Figura 53 –</b>	Sergipe - Variação de contratos do Pronaf Comum, 2005-2012.....	230
<b>Figura 54 –</b>	Sergipe - Variação nos valores liberados pelo Pronaf Comum, 2005-2012...	231
<b>Figura 55 –</b>	Sergipe - Arranjo institucional do Pronaf comum, 2012.....	232
<b>Figura 56 –</b>	Sergipe - Faixa etária da população rural, 2010.....	236

<b>Figura 57 –</b>	Sergipe - Variação relativa de pessoas por famílias residentes em domicílios particulares rurais, 1991-2010.....	237
<b>Figura 58–</b>	Sergipe - Rendimento médio da produção agrícola, 1996, 2006 e 2012.....	240
<b>Figura 59–</b>	Sergipe -Localização do Município de Capela.....	247
<b>Figura 60 –</b>	Sergipe -Localização do Município de Itabaianinha.....	252
<b>Figura 61 –</b>	Itabaianinha-SE: Produção agrícola, 2014.....	254
<b>Figura 62 –</b>	Sergipe - Localização do Município de Carira.....	256
<b>Figura 63 –</b>	Relação entre estado civil e sexo dos constituintes familiares de pronafianos.....	260
<b>Figura 64 –</b>	Ocupação principal dos agricultores familiares pesquisados.....	261
<b>Figura 65 –</b>	Tempo de trabalho na agropecuária por pronafianos pesquisados.....	262
<b>Figura 66 –</b>	Condição de exploração da terra entre os pronafianos pesquisados.....	264
<b>Figura 67 –</b>	Formas como os agricultores adquiriu conhecimento sobre o Pronaf.....	266
<b>Figura 68 –</b>	Formas de utilização da terra nos municípios pronafianos pesquisados.....	272
<b>Figura 69 –</b>	Carira - Unidades habitacionais dos agricultores familiares pronafianos, 2014.....	280
<b>Figura 70 -</b>	Construção da Residência entre os pesquisados.....	285
<b>Figura 71 –</b>	Refeições realizadas diariamente nas unidades produtivas pesquisadas.....	287
<b>Figura 72 –</b>	Grau de satisfação do agricultor pronafiano em relação à assistência técnica.....	301
<b>Figura 73 –</b>	Técnicas de conservação adotadas entre beneficiários do Pronaf pesquisados.....	302
<b>Figura 74 –</b>	Preparo do solo para o cultivo da cana no assentamento José Emídio da Costa.....	303
<b>Figura 75 –</b>	Tipos de tração utilizada nas unidades familiares, considerando o antes e depois do Pronaf.....	305
<b>Figura 76 -</b>	Equipamentos de tração mecânica.....	306
<b>Figura 77 –</b>	Sementes híbridas de milho utilizadas em Carira.....	316
<b>Figura 78 –</b>	Processo de plantio do milho em leiras no município de Carira-SE.....	317
<b>Figura 79 –</b>	Percentual de produção da agricultura familiar pronafiana comercializada nos municípios pesquisados.....	322
<b>Figura 80 –</b>	Capela, Itabaianinha e Carira - Fluxos de demanda por insumos agropecuários, 2014.....	328

<b>Figura 81 –</b>	Reflexos do desenvolvimento agropecuário de Carira na sua sede municipal.....	329
<b>Figura 82-</b>	Capela, Itabaianinha e Carira - Fluxos comerciais de culturas alimentares: mandioca, macaxeira, fava, folhagens e amendoim, 2014.....	330
<b>Figura 83-</b>	Comercialização de produtos agrícolas no assentamento José Emídio dos Santos.....	331
<b>Figura 84-</b>	Itabaianinha-SE - Fluxos de comercialização da laranja produzida por pronafianos B, 2014.....	333
<b>Figura 85-</b>	Itabaianinha-SE - Fluxo de comercialização do coco produzido por pronafiano B, 2014.....	334
<b>Figura 86-</b>	Carira-SE - Fluxo de comercialização do milho produzido por pronafianos comuns, 2014.....	335
<b>Figura 87-</b>	Capela, Itabaianinha e Carira - Fluxo de comercialização de gado criado por pronafianos, 2014.....	337

## LISTA DE QUADRO E TABELAS

<b>Quadro 01 -</b>	Referências e fundamentos teóricos considerados na tese.....	31
<b>Tabela 01 –</b>	Cálculos para definição de amostragem.....	36
<b>Tabela 02 –</b>	Brasil - Crescimento populacional, 1970-2010.....	75
<b>Tabela 03 –</b>	Brasil - Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção na agricultura familiar, 2006.....	83
<b>Tabela 04 –</b>	Brasil - Receitas obtidas pelos estabelecimentos familiares, 2006.....	84
<b>Tabela 05 –</b>	Sergipe - Perímetros irrigados, 2008-2011.....	104
<b>Tabela 06 –</b>	Sergipe - Crescimento populacional, 1970-2010.....	112
<b>Tabela 07 –</b>	Sergipe -Número de estabelecimentos agrícolas, área e pessoal ocupado, 1996-2006 .....	114
<b>Tabela 08 –</b>	Sergipe - Gestão nos estabelecimentos, por sexo e grupos de anos na agricultura familiar, 2006.....	122
<b>Tabela 09 –</b>	Sergipe -Receitas obtidas pelos estabelecimentos familiares, 2006.....	124
<b>Tabela 10 –</b>	Brasil - Evolução dos financiamentos do Pronaf, 2005-2012.....	161
<b>Tabela 11 –</b>	Sergipe - Crescimento domiciliar de Sergipe, 1991, 2000 e 2010.....	237
<b>Tabela 12 –</b>	Estrutura familiar das unidades familiares pronafricanas nos municípios estudados.....	261
<b>Tabela13 –</b>	Acesso ao Pronaf através de entidades.....	267
<b>Tabela 14 –</b>	Aplicação dos recursos do Pronaf nos municípios pesquisados.....	270
<b>Tabela 15 –</b>	Sergipe - Quantidade produção de culturas temporárias e permanentes nos municípios pesquisados, 2006.....	273
<b>Tabela 16 –</b>	Sergipe - Correlação percentual da atividade pecuarista na agricultura familiar e não familiar em Sergipe, 2006.....	276
<b>Tabela 17 –</b>	Mão de obra contratada pelas unidades familiares pesquisadas.....	289
<b>Tabela 18 –</b>	Participação de pronafricanos em organização social nos municípios pesquisados.....	289

<b>Tabela 19 –</b>	Equipamentos utilizados nas unidades familiares pronafricanas pesquisadas.....	307
<b>Tabela 20 –</b>	Sementes e mudas melhoradas utilizadas nas unidades familiares pronafricanas pesquisadas.....	311
<b>Tabela 21 –</b>	Insumos utilizados nas unidades pronafricanas pesquisadas.....	312
<b>Tabela 22 –</b>	Percentuais da produção agrícola familiar comercializada.....	323
<b>Tabela 23 –</b>	Percentuais do criatório na forma familiar comercializada.....	324



## SUMÁRIO

**DEDICATÓRIA**  
**AGRADECIMENTOS**  
**EPÍGRAFE**  
**RESUMO**  
**ABSTRACT**  
**LISTA DE SIGLAS**  
**LISTA DE FIGURAS**  
**LISTA DE TABELAS**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO I - ESPAÇO GEOGRÁFICO, DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>41</b>
1.1 REVISITANDO A DISCUSSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	44
1.2 ABORDAGENS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E O BRASIL NESSE CONTEXTO.....	49
1.2.1 O Desenvolvimento Rural no Brasil: Algumas Pontuações.....	56
1.2.2 A Organização do Estado em Prol do Desenvolvimento.....	59
1.3 LEITURA SOBRE AS CONTROVÉRSIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	61
1.4 APONTAMENTOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	65
1.4.1 Estratégias da Agricultura familiar.....	69
1.4.2 Agricultura Familiar: Inserção Tecnológica e Lógica Produtiva.....	71
1.5 OS ESPAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA.....	74
<b>CAPÍTULO 2 - SINGULARIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE.....</b>	<b>90</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO DO ESPAÇO RURAL SERGIPANO E A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	92

2.2	ALGUMAS QUESTÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO RURAL SERGIPANO.....	100
2.3	A AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE: ESPAÇO, PROCESSO E ESCALA .....	110
2.4	ESPECIFICIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR SERGIPANA.....	119
<b>CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO DO INSTITUCIONALISMO NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF.....</b>		<b>130</b>
3.1	INSTITUCIONALISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	133
3.2	PRESSUPOSTOS DO INSTITUCIONALISMO NO BRASIL.....	143
3.3	INSTITUCIONALISMOS E O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	146
3.4	OS ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO PRONAF.....	149
3.4.1	Variáveis históricas no processo de institucionalização e o desempenho do PRONAF no Brasil.....	151
3.4.2	Distribuição Espacial do Pronaf em Sergipe.....	167
3.5	AS ESPECIFICIDADES E CARACTERÍSTICAS DO PRONAF NO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	178
<b>CAPÍTULO 4 - PRONAF EM SERGIPE: PARTICULARIDADES E ARRANJO INSTITUCIONAL.....</b>		<b>187</b>
4.1	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO ARRANJO DO PRONAF EM SERGIPE.....	189
4.1.1	As agencias financeiras.....	190
4.1.2	O Papel das Instituições prestadoras de assistência e serviços técnicos.....	193
4.1.3	Atribuições dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Secretarias de Agricultura, Associações Comunitárias e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST).....	198
4.2	PRONAF A: EVOLUÇÃO E ARRANJO INSTITUCIONAL EM SERGIPE.....	201
4.3	REPERCUSSÃO ESPACIAL E O ARRANJO INSTITUCIONAL DO PRONAF B-AGROAMIGO EM SERGIPE.....	211

4.4 PRONAF COMUM: CRESCIMENTO E CORRELAÇÃO COM AGENTES INSTITUCIONAIS.....	224
4.5 PRONAF E SUA REPERCURSÃO SOCIOECONOMICA E ESPACIAL.....	235
<b>CAPÍTULO 5 - O PRONAF E A ORGANIZAÇÃO SOCIO-ESPACIAL RURAL EM SERGIPE.....</b>	<b>243</b>
5.1 RETRATOS MUNICIPAIS: RECORTES E PARTICULARIDADES DO ESPAÇO RURAL PRONAFIANO EM SERGIPE.....	245
5.1.1 A Organização Espacial de Capela e o Pronaf A.....	246
5.1.2 A Organização Espacial de Itabaianinha e o Pronaf B (Agroamigo) .....	251
5.1.3 A Organização Espacial de Carira e o Pronaf Comum.....	255
5.2 PERFIL DO TOMADOR DE CRÉDITO DO PRONAF NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS.....	259
5.3 PRONAF EM SERGIPE: POSSIBILIDADES E INDICAÇÃO.....	265
5.4 PECULIARIDADES PRODUTIVAS ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF EM SERGIPE.....	271
5.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRONAF E SEUS EFEITOS ENTRE OS BENEFICIÁRIOS EM SERGIPE.....	283
<b>CAPÍTULO 6 –MUDANÇAS DA AGRICULTURA FAMILIAR SERGIPANA A PARTIR DO PRONAF.....</b>	<b>293</b>
6.1 ELEMENTOS DA “MODERNIZAÇÃO” DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE.....	297
6.2 A QUESTÃO DOS INSUMOS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE.....	308
6.3 DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NAS UNIDADES FAMILIARES PRONAFIANAS .....	319
6.4 FLUXO DE MERCADORIAS AGRÍCOLAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	325
6.5 OS PRONAFIANOS E A RELAÇÃO ESPACIAL PÓS ACESSO AO PRONAF.....	338
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>341</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>354</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>383</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>388</b>

# INTRODUÇÃO

---

## INTRODUÇÃO

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é hoje uma estratégia essencial para a promoção de mudanças sócio-espaciais no contexto rural brasileiro. Uma política que se difundiu por quase todos os municípios brasileiros, sedimentando-se entre pequenos agricultores como auxiliar no combate à pobreza rural. Os atores sociais, aqui beneficiários, até a década de 1980, não tinham acesso ao crédito. Somente na década de 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é que os atores sociais informais, excluídos das políticas governamentais, passaram a lutar por mudanças institucionais e conseguiram constituir o Pronaf como um programa de apoio à geração de emprego e renda para os mais pobres do meio rural.

Nessa conjuntura, algumas discussões fazem-se necessárias para a compreensão do processo de implementação do Pronaf, a saber, desenvolvimento rural e agricultura familiar, enquanto categorias. Tais temáticas envolvem o programa e são envolvidas por ele, no sentido da aplicabilidade e da geração de mudanças sócio-espaciais. Nesse sentido, entende-se que as leituras prezadas não estarão limitadas às abordagens geográficas, pois suas discussões também ocupam lugar nas esferas políticas, econômicas e institucionais, além de envolver outras áreas do conhecimento científico. Apesar disso, considera-se a importância do espaço geográfico enquanto palco das mudanças suscitadas pelas unidades familiares de produção com a aplicação do Pronaf.

O espaço geográfico é produto da ação humana que se manifesta pelo trabalho e pelas relações socioeconômicas. Ao mesmo tempo que é reflexo da ação humana compõe-se, também, de dimensões simbólicas, econômicas, políticas e sociais que elucidam a evolução sociotecnológica. A organização desencadeada por essa evolução assegura-se na integração de fixos e de fluxos, assim como nas formas de apropriação que inferem diferenciação. Nessa assertiva, o espaço rural também explicita diferenciações espaciais fomentadas pelas condições socioeconômicas, pela integração à evolução técnico-científica, pela diversificação produtiva e pela correspondência às demandas do mercado. Logo, o campo agrega espaços transformados pelo homem com expressão concreta de formas, conteúdos e movimentos que refletem a lógica da globalização.

O espaço vincula-se ao tema desenvolvimento que, apesar das diversas vertentes, edifica-se, atualmente, no quadro das demandas socioeconômicas, ou ainda, vincula-se à lógica da “justiça distributiva”. O desenvolvimento é uma construção humana que busca, além da eficiência produtiva, a equidade social com base na poupança e no consumo, ou seja,



o desenvolvimento busca construir o bem-estar social. Desde Furtado (1992), mesmo numa vertente histórico-desenvolvimentista, já se construía um modelo de evolução produtiva que satisfizesse questões estruturais e rompesse com propostas meramente utilitaristas. No final da década de 1990, organismos internacionais focaram o desenvolvimento a partir de princípios do capital social. Naquele momento, sobressai o “desenvolvimento” como sinônimo de liberdade. Nesse sentido, Sen (2000) enfoca que, somente com a remoção de privações, acesso político, simetria das reivindicações sociais e com equilíbrio nas relações de troca, os processos produtivos e seus impactos sociais poderão ser alicerçados. Sendo assim, o desenvolvimento sobressai com a valoração do Estado e de sua inter-relação com o espaço, instituições e sociedade, no sentido de correspondência das necessidades sociais.

Nesse contexto, o desenvolvimento rural é alicerçado na melhoria da qualidade de vida dos agricultores, resultante da valorização e da expansão de suas potencialidades, da ampliação de renda, da autonomia e do fortalecimento de estratégias mercadológicas. Tal conjuntura relaciona-se com: diversificação produtiva, correlação com os mercados e relação de complementariedade que se estabelece entre o rural e o urbano. Tais aspectos confluem para a indicação dos agricultores familiares como agentes promotores de desenvolvimento, devido ao caráter empreendedor e potencializador das economias locais, ao tempo que são dependentes da ação do Estado. A ação estatal em prol de pequenos agricultores familiares ocorre movida por pressões da sociedade civil organizada, por necessidade alimentar do país e, também, por valorização de questões ambientais.

A agricultura familiar é observada a partir da inter-relação entre gestão, posse e trabalho familiar. Apesar de essa categoria ser oficializada apenas em 2006, o sentido que agrega é histórico, mas se diferencia das outras categorias. Para os estudiosos, a noção de agricultor familiar consolidou-se, no Brasil, pela ação do Estado com a implementação do Pronaf, em 1996, pela assimilação de estudos e pela inserção dos movimentos sociais, que visualizaram, na integração de atores vinculados ao campo, um modo de promover o desenvolvimento rural. Esses atores foram capazes de se adequar às mudanças da realidade, incorporar ciência e tecnologia no processo produtivo e diversificar as atividades agrícolas e não agrícolas. Sendo assim, a agricultura familiar é uma categoria social que se identifica com o desenvolvimento rural, uma vez que se faz presente em 84,4% dos estabelecimentos do país (IBGE, 2006). Em outros termos, a agricultura familiar revaloriza a organização do espaço, ao tempo que também reflete questões político-institucionais importantes.

Como se sabe, o ano de 2014 foi considerado o Ano Internacional da Agricultura Familiar, sendo fundamental no alavancamento de importância dada a essa categoria. Essa

condição foi ratificada pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU-FAO), que reconheceram sua importância frente à produção sustentável de alimentos e do desempenho na erradicação da pobreza em nível mundial. Nesse cenário, o Brasil ganha destaque por “legalizar”, assim como na maioria dos países desenvolvidos, a categoria agricultura familiar, vinculada a um aparato institucional que possibilita a ação de políticas públicas, subsidiando segmentos agropecuários e não-agrícolas, trabalhados por agricultores anteriormente desagregados de oportunidades creditícias, por exemplo.

As relações que se estabelecem no meio rural brasileiro, em específico no estado de Sergipe, frente à representatividade que a agricultura familiar agrega, têm se refletido na produção agrícola e não agrícola que, por si só, já justificaria a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a referida categoria. Contudo, esse não é o enfoque principal do presente trabalho, que analisa as mudanças ocorridas no espaço rural sergipano, a partir da implementação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Nesse contexto, coloca-se a interrogação de como o Pronaf contribui para produzir mudanças no espaço rural de Sergipe. Essa questão será avaliada mediante análise do alcance do Pronaf na dinâmica fundiária, na diversificação produtiva, na inserção do aporte técnico-científico para a modernização agrícola, na criação de redes de comercialização e de consumo, nos seus respectivos fluxos e nos impactos gerados na estrutura familiar, principalmente demográficos. Tais pontuações servirão de alicerce para validar se o Pronaf contribui decisivamente para a definição de mudanças espaciais no estado de Sergipe.

A escolha temática do Pronaf, que reflete o panorama de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, explica-se por inquietações suscitadas pela inserção na equipe que trabalhou o projeto: “Impactos do Pronaf B sobre o Meio Rural na Região Nordeste”, produzido entre 2006-2007, junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) / Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) / Fundo Tecnológico (FUNTEC); e, posteriormente, pela inserção na equipe do projeto: “A Expansão da Inadimplência do Pronaf A no Estado de Sergipe e seu processo de territorialização: causas, impasses e contradições”, desenvolvido juntamente ao Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural (GEPRU-UFS), através do Edital FAPITEC/SE/FUNTEC, nº 06/2009. Esses trabalhos incitaram muitas curiosidades sobre o espaço rural sergipano que se mantiveram nesses quase 10 anos ulteriores ao início da primeira pesquisa.

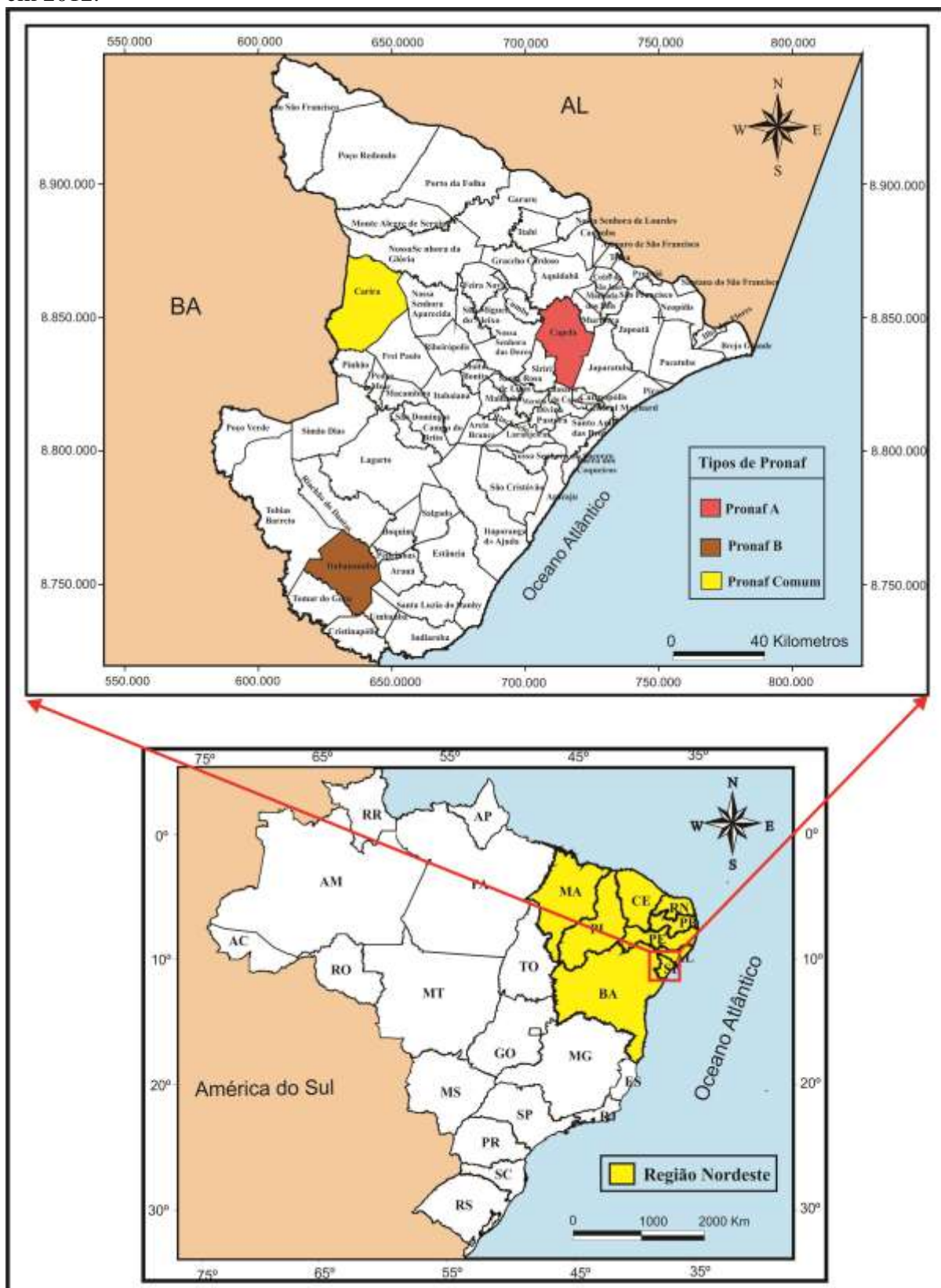
A confluência de interesses dos agricultores familiares e a expansão do Pronaf, na pauta de políticas governamentais por quase 20 anos, despertaram novas inquietações,

fundamentadas primeiramente pelas linhas definidas pelo programa que embasam o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento sustentável, com a geração de satisfação e bem-estar de agricultores e de consumidores e com o fortalecimento de um novo modelo agrícola nacional, assentado na pequena unidade familiar de produção; segundo, pela influência que o Pronaf passou a apresentar no financiamento anual das safras agrícolas, sendo uma política nacional de fortalecimento para os mais pobres do campo; e, por fim, a possibilidade de universalização do acesso ao crédito entre os agricultores, de acordo com estratificação por nível da renda familiar anual. Nessas linhas, pode-se inferir que o Pronaf é um marco histórico na política agrícola brasileira, auxiliado pelo “funcionamento” de instituições, normas e procedimentos comuns a todas as regiões do país e direcionado para um crescente número de agricultores familiares.

Por consequência da expansão em termos de valores dos empréstimos destinados à agricultura familiar, especificamente de 2005 a 2012, tomou-se como recorte temporal para o trabalho o referido período. Lembrando-se que o crescimento observado, em termos de montante (custeio e investimento – dados do Banco Central do Brasil, 2005-2012), fora de 182,64%, enquanto a efetivação de contratos diminuiu em 17,43%. O crescimento em termos de recursos é resultado de várias mudanças institucionais que se definem pela variação de juros por categoria de Pronaf; pelo aumento das estruturas que distribuem crédito por várias regiões do país, principalmente para o Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo; pela simplificação das regras bancárias para liberação do recurso; e pelo aumento de limite do grupo B, que passou de R\$ 3 mil reais (Plano Safra da Agricultura Familiar – 2005/2006) para R\$7.500,00 disponibilizados na terceira operação de crédito (Op. Cit., 2012). Essas mudanças têm sido operadas por ações do Estado no sentido de facilitar o acesso e estruturalmente erradicar a pobreza rural.

O espaço de estudo definido é o menor estado da Federação do Brasil, Sergipe, constituído por uma área de 21.915,116 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), correspondente a cerca de 0,26% do território nacional e 1,4% da região Nordeste (Figura 01). Situa-se em “terras encrustadas entre o Rio São Francisco e o Rio Real [...]” (SILVEIRA, 1991, p.16), sendo constituído por 75 municípios. Limita-se com os estados da Bahia, ao sul e ao oeste, com o estado de Alagoas a norte e com o Oceano Atlântico, a leste. Nesse espaço, para efeito de estudo, demarcamos três municípios, por amostra, que tiveram, em 2012, o maior número de contratos do Pronaf efetivados: Capela (modalidade A); Itabaianinha (modalidade B); e, Carira (modalidade Comum) (Figura 01).

**Figura 01-** Sergipe: Municípios que tiveram maior número de contratos do Pronaf efetivados em 2012.



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2015.

Em termos metodológicos, a tese apresenta um caráter analítico-empírico, valorando aspectos qualitativos e quantitativos que refletem informações e conhecimento da realidade. Deste modo, de acordo com a necessidade de compreender a realidade pronaiana, várias contribuições teóricas, no rico acervo bibliográfico sobre as temáticas consideradas, mesmo as de posicionamento diferenciados, foram tomadas como base para a construção da análise sobre as mudanças sócio-espaciais do Pronaf em Sergipe. As contribuições tiveram caráter plural, agregando aspectos não só geográficos, mas também de outras áreas do conhecimento, sobretudo da sociologia e da economia rural. Entre as principais referências, valoramos as que foram foco para o desenvolvimento dos capítulos da tese, a partir da temática desenvolvida e de seus desdobramentos em termos de análise teórica (Quadro 01):

**Quadro 01** – Referências e fundamentos teóricos considerados na tese

	Tema (s)	Principais Teóricos	Fundamentação	Aplicação na pesquisa
Capítulo 1	Espaço Geográfico	Carlos (2001)	O espaço geográfico é resultado da ação humana sobre a natureza que, ao produzi-lo, define a continuidade das relações sociais.	O espaço geográfico é uma construção humana, definido a partir das demandas sociais, sobretudo econômicas.
		Côrrea (1995)	O espaço é local de morada do homem, por isso, é onde se refletem as relações sociais.	
		Santos (2003, 2006, 2009, 2008, 2011 e 2012).	O espaço é refletido enquanto local construído pelo homem, mediante trabalho e produção de mercadoria. O espaço é condicionado por formas (conteúdos e significados) que representam as relações sociais do passado e do presente.	
	Desenvolvimento	Furtado (1981, 1992, 1997)	O desenvolvimento é descrito como sinônimo de evolução do sistema social de produção, ocorrido mediante incentivos à industrialização e valorização de recursos próprios.	O desenvolvimento é reflexo, não só de características econômicas, mas também do somatório de aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais.
		Sen (2000)	Desenvolvimento é analisado como sinônimo da expansão da liberdade real dos indivíduos, com remoção de privações.	
		Favareto (2006)	O desenvolvimento é resultado da inter-relação de dimensões históricas, econômicas, sociais e ambientais.	

	Desenvolvimento Rural	Kageyama (2004, 2009)	O desenvolvimento rural define-se mediante indicadores sociais e econômicos.	O desenvolvimento rural é determinado pela correlação entre fatores sociais, políticos e econômicos que ganharam impulso com os desdobramentos de políticas governamentais.
		Schneider (2010), Veiga (2001) e Abramovay (2003).	O desenvolvimento rural é refletido na capacidade empreendedora que os agricultores estabelecem a partir da diversificação produtiva.	
Agricultura Familiar		Navarro (2011)	Analisa a firmação histórica dessa categoria social no Brasil.	A agricultura familiar se fundamenta na relação entre posse da terra, nas relações de trabalho em família e na geração de renda. Além disso, é tida como uma categoria integrada à lógica do mercado, a acumulação do capital, ao progresso técnico e as transformações do setor agrícola.
		Schneider (2003)	Reflete a condição familiar na tomada de decisões na unidade produtiva e na promoção do desenvolvimento rural.	
		Wanderley (2001)	A categoria define-se pela tradição e pela condição de adaptabilidade às novas formas de produção. Por isso, determina-se o eixo: estabelecimento, trabalho e produção familiar.	
		Abramovay (1992) e Veiga (1991)	A análise perpassa pela recriação do rural, pela adequação de realidades multiformes, totalmente contrárias à agricultura patronal e pela visão do agricultor familiar enquanto empreendedor rural.	
		Guanziroli (2001 e 2010)	Trabalha a questão da agricultura familiar a partir da definição da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assim como o estímulo para garantir caminhos de inclusão social para essa categoria.	
		Lamarche (1993 e 1998).	A categoria é analisada em vários países de capitalismo avançado, evidenciando que a propriedade e o trabalho estão diretamente ligados à família, assim como considera as realidades estruturais e funcionais das unidades produtivas em suas dimensões sociais, ideológicas e culturais.	



Capítulo 2	Sergipe	Diniz (1991)	Relata o retrato da estrutura fundiária de Sergipe e sua forma de ocupação.	O rural sergipano é avaliado a partir da definição institucional de políticas públicas que contribuíram para a organização espacial, de acordo com a correlação de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais do passado e do presente.
		Lopes (2009)	Reflete aspectos da luta pela terra e o processo de reforma agrária em Sergipe.	
		Vargas (1999)	Avalia algumas das políticas públicas implementadas em Sergipe, com especificidade para o Baixo São Francisco, nas décadas de 1970 e 1980.	
		Elias (2003)	Analisa o processo de organização da economia, da sociedade e do território através da correlação de condições locais com os aspectos da ordem global hegemônica, tendo como recorte temporal aspectos posteriores à década de 1970, quando se definem as etapas do agronegócio no Brasil.	
Capítulo 3	Institucionalismo	Veblen (1983)	As instituições são trabalhadas dentro do contexto da abordagem evolucionária da economia. O institucionalismo econômico é exercido pela classe ociosa (dominante), a partir da apropriação da propriedade privada e da tecnologia, que exerce domínio sobre a classe social.	O institucionalismo perfaz um conjunto de regras que mantêm a organização social e estabelece as diretrizes de ação do Estado, inclusive em nível de aplicação de instrumentos para o desenvolvimento sócio-espacial.
		Weber (2006)	O institucionalismo é trabalhado numa abordagem sociológica, em que as instituições moldam o campo de visão da sociedade, num processo de reforma via competição e estruturas burocráticas.	
		North (2003, 2005 e 2007) <sup>1</sup>	O institucionalismo combina comportamento humano e custos de transação para explicar o funcionamento da sociedade, considerando a história e a teoria econômica a partir da compreensão dos processos de mudança econômica.	

---

<sup>1</sup> Traduções nossas.

	Pronaf	Abramovay (2010)	Destaca o Pronaf como uma política de desenvolvimento rural, mas que ainda precisa de ajustes, no sentido de edificar maior autonomia socioeconômica aos agricultores familiares.	O Pronaf surgiu no contexto de mudanças institucionais do Estado na gerência de políticas públicas. Esse programa representou uma quebra de paradigma para o espaço rural brasileiro, pois rompeu com a supervalorização da “classe ociosa” e passou a observar os excluídos de crédito do campo.
		Mattei (2005)	Analisa o Pronaf como uma política voltada ao atendimento de um segmento rural fragilizado em termos de recursos, de capacidade técnica e de inserção aos mercados.	
		Lopes (2007), Silva (2007) e Zaar (2011)	Analisa os processos que imprimiram modificações ao Pronaf, além de traçar a importância desse programa no estímulo à agricultura familiar brasileira, com reflexos econômicos em escalas regionais-estatais.	
Capítulo 4	Arranjo institucional	Schröder (2010)	Trabalha o arranjo institucional do Pronaf correlacionando-o a forças que movimentam o contexto social e econômico em nível local.	O arranjo institucional do Pronaf, apesar de todos os entraves, tem possibilitado a intensificação das relações de proximidade entre agricultores e instituições financeiras. Sendo por isso, analisado como uma diretriz para o desenvolvimento da agricultura familiar, e por conseguinte do espaço rural.
		Abramovay (2008)	Evidencia a importância de se estudarem os mercados e os ambientes institucionais na promoção do crescimento econômico.	
		Pinheiro (2009)	Atesta a importância de o Estado edificar correlação entre entidades que busquem concretizar metas de desenvolvimento social.	
		Rovaris (2012)	Relata a importância do microcrédito como ferramenta para o enfrentamento da pobreza rural.	
Capítulo 5	Pronaf e a organização sócio-espacial do rural	Lamarche (1993)	Analisa a estrutura que compõe as unidades familiares de produção.	Auxílio para a análise sócio-espacial dos pronafianos em Sergipe, nos contextos de exploração, uso e produção da terra. Além disso,
		Brumer (1993)	Avalia a importância da terra-propriedade para as famílias agricultoras.	
		Lopes (2009)	Estuda os assentamentos como materialização do resultado de lutas entre os trabalhadores rurais e os latifúndios.	

		Martins (1993, 2003)	Trata o sujeito assentado como histórico.	verificou-se os efeitos do programa entre os tomadores de crédito.
Capítulo 6	Mudanças na agricultura familiar sergipana	Chayanov (1974 e Tepicht (1973)	As unidades familiares de produção fundamentam-se na posse da terra, nas relações de trabalho e na reprodução social da família.	O agricultor familiar é um agente social do progresso, integrando-se à modernização e aos circuitos de comercialização agropecuária.
		Neves (2007) e Navarro (2001)	Referenciam características dos agricultores familiares nos países de capitalismo avançado.	
		Abramovay (1992)	Mostra que a agricultura familiar apresenta força econômica e contribui decisivamente para o desenvolvimento econômico local.	
		Silva (1996 e 1999)	Reflete o processo de desenvolvimento capitalista no campo.	
		Lopes (2007)	Trabalha aspectos do Pronaf B em Sergipe.	

Organização: Carvalho, 2015.

Para a validação dos objetivos propostos foram considerados os dados de alguns municípios, de modo preliminar, fornecidos em relação aos maiores números de operações realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em Sergipe, no ano de 2012. A dificuldade maior no que se refere à definição da amostragem esteve atrelada ao sigilo bancário, sendo liberados os dados completos de 2005 a 2012 de todos os municípios sergipanos, meses depois da efetivação da pesquisa de campo (maio, junho, julho e agosto). Por isso, a pesquisa fora efetivada a partir dos dados de 2012, disponibilizados inicialmente pelo BNB, sem desconsiderar a espacialização dos dados disponibilizados posteriormente pela Superintendência Regional para todos os 75 municípios sergipanos.

Diante dos dados de 2012, de acordo com a modalidade do programa, foram demarcados os municípios onde foram realizados o maior número de operações: Capela (Pronaf A), Itabaianinha (Pronaf B-Agroamigo) e Carira (Pronaf Comum). Esses municípios mantiveram-se, mesmo após liberação total dos dados, entre os municípios com maiores números de operações. A manutenção dos mesmos se justificou pela dinâmica econômico-espacial galgada pelos municípios nos últimos anos em Sergipe, o que define a necessidade de um estudo mais aprofundado do Pronaf para os contextos produtivos. Sendo assim, realizou-se a soma dos resultados observados nos três municípios e, a partir disso, estabeleceu-se que a soma era 100%; desse percentual, calculou-se o grau de representatividade de cada valor municipal frente ao total de 1.524 operações. Por essa proporcionalidade retiramos o percentual de cada caso, perfazendo a amostra total de contratos de cada município, totalizando 76, refletindo, assim, o número de questionários necessários (Tabela 01).

**Tabela 01** – Cálculos para definição de amostragem.

MODALIDADE	Número de contratos efetivados	Representatividade do total	Representatividade: 76 questionários é 5% do total de contratos efetivados	Total de questionários a serem aplicados
Pronaf A	75	$\pm 5\%$	De 5%	$\pm 4$
Pronaf B	1303	$\pm 85\%$	De 85%	$\pm 65$
Pronaf Comum	146	$\pm 10\%$	De 10%	$\pm 8$
Total	1.524	100%	-	-

Fonte: BNB (Maio de 2014).

Organização: CARVALHO (2014).

Em função da amostra com números de questionários menores que 10 para dois municípios, ficou definido, a priori, que seriam aplicados 10 questionários, a fim de termos uma noção mais verossímil da realidade do Pronaf nos respectivos municípios. Nesse tocante, foram aplicados 85 questionários, envolvendo 85 tomadores de crédito do Pronaf, através do

uso do procedimento da amostra aleatória. Para facilitar o acesso aos povoados, espaços onde moravam os pronafianos pesquisados, foram utilizados mapas municipais estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Todavia, o trabalho de campo propriamente e a dificuldade em encontrar as pessoas a partir dos nomes disponibilizados pelo BNB fizeram com que se repensasse, no referido momento, a substituição, que ocorrera nos próprios povoados, por indicação do primeiro questionário da listagem selecionada. Essa substituição, junto aos próprios agricultores, fez-se principalmente em relação ao Pronaf na modalidade B que, a partir das associações de povoados, concederam-nos a relação de pessoas com os contratos vencendo nos meses de junho/junho de 2014, indicando que os agricultores tinham feito a contratação no ano de 2012.

Essa metodologia foi mais significativa para a análise dos dados em destaque, haja vista demonstrar o número de atores envolvidos no programa, além, é claro, de justificar a dificuldade de acesso aos dados bancários, aos respectivos municípios e aos beneficiários. A questão do tempo, um tanto insuficiente para colher número expressivo de informações via aplicação de questionário e os seus respectivos custos de deslocamentos aos municípios, também justifica a mudança de estratégia no campo.

No caso dos beneficiários do Pronaf A e Comum, a aplicação dos questionários junto aos conscritos, inicialmente, foi mais facilitada, conforme previa a metodologia inicial. Sendo que no tocante à modalidade Comum, a proximidade e o auxílio de entidades de assistência técnica e extensão rural foram muito significativos, pois deram-nos indicação da localização dos agricultores e forneceram números de telefones dos tomadores de crédito, tornando mais fácil a aplicação dos questionários. Já em relação ao Pronaf A, no município de Capela, no Assentamento José Emídio dos Santos (Pov. Miranda), o auxílio maior adveio de técnicos do Centro Comunitário de Formação em Agropecuária "Dom José Brandão de Castro" (CEFAC), pelo fato de um deles ser assentado e também morar numa das agrovilas, conhecendo quase todas as famílias assentadas.

A realização da pesquisa partiu de reconhecimento inicial aos municípios de Sergipe, onde os contratos foram numericamente mais expressivos. Nesses, visitou-se as secretarias municipais de agricultura, sindicatos dos trabalhadores rurais e Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), para análise do Pronaf Comum e B, além do Centro Comunitário de Formação em Agropecuária "Dom José Brandão de Castro" (CEFAC), Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no que se refere ao Pronaf A.

Por meio do reconhecimento das entidades atuantes na questão do Pronaf, foram realizadas entrevistas semiestruturadas<sup>2</sup> com os mediadores dessa política.

Sendo assim, mesmo que meses após os números iniciais tenham perdido parte de seu mérito em termos absolutos, já não se fazia mais oportuno fazer outra checagem em campo, devido a fatores como tempo, recursos e mesmo a manutenção dos respectivos municípios como alguns dos maiores, em termos de números de contratos e recursos liberados. Por consequência, optou-se por mantê-los, em função da dinâmica econômico-espacial galgada por municípios como Carira e Itabaianinha que, nos últimos anos, mostravam a necessidade de se visualizar a ação do Pronaf face a sua relevância.

Ainda no somatório de ações definidas para a realização desse trabalho, pode-se pontuar: 1- registros fotográficos, que validam a pesquisa e demonstram algumas mudanças implementadas nas unidades produtivas; 2- acesso a dados do IBGE, isto é, aos dados do Censo Demográfico (2010), em relação aos municípios pesquisados, assim como análise de dados do Censo Agropecuário (2006), e do cruzamento de informações a partir do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE); 3- organização de banco de dados que, através dos questionários, possibilitou o cruzamento de dados e a elaboração de gráficos e tabelas; 4- ao final, a realização de mapeamento, com apresentação da organização espacial, de acordo com os dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BCB), BNB, IBGE e trabalho de campo. Todos a partir da base cartográfica da Seplante, disponibilizada no Atlas Digital sobre recursos hídricos de Sergipe (agosto de 2004) e utilizando-se do SIG ARGIS 10.2, disponível no Laboratório de Geografia (DGE/UFS).

Os respectivos instrumentos contribuíram para o processo de investigação proposto na tese de que o Pronaf promove mudanças sócio-espaciais no estado de Sergipe. Contudo, os resultados alcançados através desses procedimentos não devem ser considerados como finalizadores da temática. Espera-se que questões apresentadas no referido trabalho sirvam de embasamento para novos debates e investigações, inclusive na Ciência Geográfica. Nessa acepção, vislumbra-se que a relação homem e natureza seja ainda mais refletida, na sua base de construção, o espaço geográfico, que é multidimensional e reflexo histórico.

Sendo assim, o conhecimento prévio do tema contribuiu para a análise evolutiva desse programa no espaço rural sergipano e, por conseguinte, fundamentou a divisão do trabalho em seis capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. A referida organização

---

<sup>2</sup> Metodologia baseada na proposta desenvolvida em 2007. In: Lopes, E. S. A. de. Et. Al. Impactos do Pronaf B nos Municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe: Para além da dimensão econômica. Aracaju, março de 2007.

traz, para dentro das contribuições geográficas, sobretudo no que tange às mudanças auferidas no espaço rural sergipano, várias contribuições teóricas conforme quadro 01 e apontamentos descritos a seguir.

O Capítulo I, *Espaço Geográfico, Desenvolvimento e Agricultura Familiar*, trabalha temas interdisciplinares, mas que, nos últimos anos, a geografia tem se apropriado para refletir condições espaciais corroboradas. Nessa assertiva, analisam-se os três temas, embasando a importância da agricultura na promoção do desenvolvimento rural brasileiro, a partir da correspondência de variadas demandas socioeconômicas e através da inserção do agricultor familiar a lógica dos mercados.

O segundo capítulo, *Singularidades das Políticas Públicas e da Agricultura Familiar em Sergipe*, retrata a organização do espaço rural sergipano, desde sua constituição histórica, perpassando pela fundamentação de políticas públicas e pela interlocução dessas com os agricultores familiares. A partir dessas considerações, são trabalhadas as especificidades da agricultura familiar e seus reflexos no contexto socioeconômico do estado de Sergipe, assim como a demonstração dos contratos e recursos do Pronaf, por municípios, através da explanação de dados do BCB.

A *Questão do Institucionalismo na Operacionalização do Pronaf* está demarcado no terceiro capítulo que enfoca teoricamente o institucionalismo e os reflexos na organização do programa no Brasil. Tal organização remete à fundamentação de normas legais, através do arranjo institucional, constituído por regras formais e de organismos, e do ambiente institucional, que trata da interação de organismos na efetivação e modificação das normas do programa, como consequência da maior proximidade social. Por essa condição são apresentadas as linhas de base do Pronaf, suas problemáticas e possíveis soluções.

O quarto capítulo, *Pronaf em Sergipe: Particularidades e Arranjo Institucional*, avalia, em específico, as entidades que compõem o arranjo e o ambiente institucional do Pronaf em Sergipe, considerando a espacialização dos valores contratuais e de recursos disponibilizados junto ao BNB. Nesse momento, consideram-se as principais modalidades do Pronaf executadas e avalia-se a questão da inadimplência e das mudanças que o programa tem implementado no espaço rural sergipano.

O *Pronaf e a Organização Sócio-Espacial Rural em Sergipe*, capítulo cinco, aborda a “questão pronafiana” entre os agricultores familiares de Sergipe, no sentido da organização de sua unidade social e produtiva, a partir da análise das três realidades espacial-pronafianas distintas. Essa análise baliza a importância do Pronaf para o agricultor sergipano (assentados, possuidores de pequenas unidades produtivas e entre os que se tornam empreendedores rurais)

como uma possibilidade real para mudança de vida, em termos infraestruturais e também para a ampliação de vários segmentos produtivos.

Por fim, o sexto capítulo, *Mudanças da Agricultura Familiar Sergipana a partir do Pronaf*, reflete as mudanças validadas na agricultura familiar pronaiana, por meio de agregação de tecnologia e insumos, ou seja, por meio da modernização; da integração ao processo comercial, com a definição de fluxos produtivos e da integração das economias locais com outros mercados; e da relação espacial estabelecida pelos pronaianos nos municípios onde residem. Tais mudanças deduzem que o pequeno agricultor sergipano conhece as possibilidades de promoção do desenvolvimento de suas unidades produtivas e integram-se a essas com o intuito de produzir, subsistir, comercializar e ampliar renda, através das potencialidades gestadas pelo Pronaf, enquanto política pública de apoio à agricultura familiar.

O resultado dessas análises, por mais que compartimentadas, congrega no fim uma leitura integrada do Pronaf, focada nos benefícios, nas problemáticas e nas perspectivas que o programa impõe como dinamizador do espaço rural, em escala local e estadual. Sendo assim, nas Considerações Finais, o desenvolvimento rural é justificado como um processo contínuo e estabelecido pela relação do homem com a natureza, na definição do espaço geográfico. Nesse panorama, o espaço rural além de local de vivência passa a incorporar multifunções, auferidas pelos recursos provenientes do Pronaf, que impulsiona o crescimento econômico-produtivo e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.



# CAPITULO 01

---

***ESPAÇO GEOGRÁFICO, DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA FAMILIAR***

## 1 ESPAÇO GEOGRÁFICO, DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA FAMILIAR

O espaço geográfico corresponde ao espaço construído pelo homem, mediante o trabalho e concatenado com as demandas de sobrevivência. A evolução do homem possibilita a criação de variados mecanismos manipuladores da natureza, facilitando a vida humana e dinamizando a exploração de recursos e o desenvolvimento da agropecuária. Sendo assim, o espaço geográfico, a partir de suas diversas escalas de condições e contextos, expõe a interação do homem com seu espaço local e, por consequência, com a lógica do desenvolvimento sócio-espacial.

A partir disso, define-se a necessidade de analisar o espaço rural, com suas múltiplas dimensões, pois, além de local de vivência, atualmente, tal espaço se define como local de atividades agrícolas, de artesanato, de comércio, de serviços e de indústrias. O espaço rural não se circunscreve culturalmente a um modo de vida estritamente agrícola. O desenvolvimento desse espaço pode ser analisado como um processo contínuo de melhoramento das condições dos espaços rurais, que enfoca a durabilidade e o domínio do compromisso social e político (MORENO, 2007, p. 124).

Desta feita, a palavra “desenvolvimento”, conceitualmente, resultante da cultura ocidental, vinculada à linguagem francesa e emergida no período renascentista, reflete em seu sentido etimológico a

[...] composição des + envolver, [...] [mantendo] a polissemia de envolver (do latim *involvere*, fazer rolar até baixo, fazer cair a rolar, enrolar, envolver). Por um lado, este termo denota a ideia de “movimento potencialmente debilitante”; por outro, permite um levantamento semântico diverso: formar novelo / confundir ou tapar / cobrir. Assim, o sentido etimológico de desenvolver (oposto a envolver) poderá ser de desenrolar, esclarecer, destapar, descobrir, mas também de “alterar um movimento de propensão depressora ou até aniquiladora”. (MORENO, 2007, p.17)

Por seu significado, o desenvolvimento fora considerado durante muito tempo, sinônimo apenas de crescimento de bases produtivas, com sentido exclusivamente econômico. Nas últimas décadas, principalmente no despontar do século XXI, esse termo tem ganhado nova conotação, que reflete novas preocupações, entre as quais a melhoria das condições humanas e a questão da liberdade num sentido político, econômico e social. Nesse mesmo contexto, o espaço rural é retomado, mostrando a força que desempenha perante a questão

social e econômica, além de explicitar a importância dos agricultores familiares como uma categoria sustentável e integrada à lógica do mercado.

A agricultura familiar é uma descrição de situações da concretude rural, segundo sociólogos norte-americanos. Sua origem estaria na distinção dos lugares sociais do campesinato, a partir de duas histórias discursivas que se concretizaram no século XX: a primeira, norte-americana, com o desenvolvimento entre 1940 e 1980; e, a segunda, europeia, na qual a produção agrícola sob gestão familiar ganhou destaque entre os cientistas sociais. Deste modo, fica evidente que a agricultura familiar se correlaciona à história recente, a partir de 1940, e à evolução técnico-produtiva da agricultura, agora aclamada como agricultura moderna, pois redefiniu o desenvolvimento agrário em países europeus na década de 1950; nos Estados Unidos entre 1940 e final da década de 1970; e no Brasil, a partir de 1986 (NAVARRO, 2011, p.29-32).

Essa condição histórica revela que a agricultura familiar é uma categoria social reconhecida e “legitimada” na maioria dos países desenvolvidos, em que se demarca a estrutura agrária sendo explorada principalmente por gestão familiar. No Brasil, a expressão agricultura familiar se consolidou pós-formalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da vigência da Lei 10.639/2006 que rege essa atividade, a partir do conjunto social de estabelecimentos rurais com gestão familiar. Essa categoria reflete as recentes mudanças ocorridas nos processos sociais e na economia global, como a expansão do desenvolvimento e do processo de democratização que, no contexto da agricultura brasileira, promove sua integração ao processo de produção capitalista através do mercado.

Portanto, a unidade de produção familiar está integrada à economia e ao espaço global. Todavia, essa integração também advém da mudança na política agrária do Estado, que passou a beneficiar as unidades de produção agrícolas familiares. Além disso, o agricultor contemporâneo tem noção histórica em relação às etapas de desenvolvimento de seu país, dos reflexos políticos e econômicos, e sabem que devem produzir o que o mercado demanda. Essa noção de fatos determina o grau de integração ao mercado, os limites da autonomia do agricultor familiar e as formas como consolidam as relações espaciais.

Sendo assim, o desenvolvimento e a agricultura familiar não são temáticas circunscritas a apenas uma ciência, isto é, à economia ou à sociologia, por exemplo. A geografia tem, nos últimos anos, se apropriado dessas temáticas para refletir as mudanças espaciais em diferentes escalas. Por conseguinte, é dentro da perspectiva de análise do espaço geográfico e comungando com ideias de outras ciências de modo interdisciplinar que o

respectivo capítulo trata teoricamente dos fundamentos do desenvolvimento rural e da consolidação referencial da agricultura familiar.

### 1.1 REVISITANDO A DISCUSSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A geografia é uma ciência com íntima relação com a prática humana, e o espaço – seu objeto de estudo – é condição, meio e produto da reprodução social. A geografia é, assim, uma ciência que busca compreender o espaço como momento de elucidação da realidade social, isto é, dos fatos e movimentos que justifica a existência humana. Logo, o espaço, enquanto categoria fundamental da geografia, é construído por relações sociais e históricas.

O espaço é a categoria totalizante da geografia. Essa categoria é analisada por inúmeros geógrafos e em diferentes perspectivas, a partir da relação estabelecida pelo homem com a natureza. Por essa condição, serão considerados nessa leitura: Carlos (2001, 2009 e 2011), Castro (2012), Côrrea (1995), Moraes (1996) e Santos (2003, 2006, 2009, 2008, 2011 e 2012). Esses autores, além de se preocuparem com o sentido conceitual do espaço, auxiliam no entendimento do espaço como local de trabalho e demandas sociais. Por isso, a análise dos mesmos se faz no sentido de entender as especificidades das relações socioeconômicas no espaço geográfico.

Sendo assim, Carlos (2001) reflete o espaço geográfico como resultado das relações que ocorrem, em um dado período, entre o homem e o seu meio circundante, fundamentado na acumulação técnico-cultural e na relação entre o que existe e o que pode ser construído, dentro da ideia de continuidade do desenvolvimento social. Por isso, “[...] é a ação humana consciente que transforma a natureza em espaço geográfico e ao produzi-lo, produz o homem e as relações com os outros homens” (CARLOS, 2001, p.16). Por consequência, é o trabalho que medeia a relação sociedade e espaço, uma vez que determina a natureza social do espaço, em termos de trabalho, de poder e de linguagem; e sua forma de apropriação através da produção e (re)produção do capital na formação econômica da sociedade.

Ainda para Carlos (2011), no atual estágio de desenvolvimento econômico-social, reflexos dos novos padrões desenvolvidos pela sociedade de consumo, o espaço também “[...] se reproduz como realização da virtualidade do capitalismo de realizar-se expandindo-se pelo planeta, como estratégia de dominação das condições necessárias à sua reprodução continuada” (Op. Cit, p.16). A produção do espaço situa-se na ação social que remete à

totalidade do processo histórico de materialização das relações humanas, enquanto relações espaciais diferenciadas temporalmente. No contexto atual, o espaço ganha novas funcionalidades e novas formas de apropriação, mediado pelo valor de troca, transformando o espaço em mercadoria, o qual se reproduz constante e diferencialmente, de acordo com a reprodução social. Desta feita, a reprodução do espaço é reflexo da reprodução ininterrupta da sociedade, que é ao mesmo tempo histórica e imediata.

Para Côrrea (1995), o espaço geográfico é multidimensional, reflexo das práticas sociais, campo de lutas, de vivência e de trabalho, haja vista ser “a morada do homem”. Ele reflete diferentes valores de uso e de troca, pelo fato de ser absoluto, enquanto receptáculo; relativo, ao referendar as distâncias; e relacional, ao refletir o contato entre objetos para definir existência. Por conseguinte, o espaço é social, indissociável do tempo, ao ser local em que diferentes grupos produzem, circulam, consomem, lutam, sonham e vivem. Logo, o espaço é onde se refletem as práticas sociais.

Assim como para Carlos (2011) e Côrrea (1995), Castro Et. Al. (2012) asseveram que o espaço é a expressão concreta da sociedade, refletida em simbolismos através de formas, conteúdos e movimentos. Já em Côrrea (2012), o espaço se constituiu de dimensões que envolvem o lado simbólico, econômico, político e social. Essas dimensões, segundo o autor, se correlacionam e ganham destaque quando da valorização do espaço que, por vieses institucionais e econômicos, acabam articulando a dimensão política e social, definindo, assim, “[...] novos campos de investigação, como os sistemas produtivos locais, os meios inovadores, a governança, além da economia de proximidade” (Op. Cit, p.16). Por isso, a análise espacial deve considerar os efeitos da evolução tecnológica e sua repercussão na organização do espaço.

Nessa esteira, Carlos (2011) reflete que as ações sociais tornam o espaço concreto, isto é, torna-o uma condição necessária à reprodução capitalista, corroborada pelo apoio do Estado. Deste modo, o espaço é condição, meio e produto da ação do homem, que se define a partir de três dimensões: 1- Material, evidenciada na concretude física; 2 - Concreta, observada na consciência social de que suas ações promovem a produção do espaço; e 3 - Abstrata, analisada como plano conceitual, em que todas as ações em prol da produção espacial é resultante da adequação da vida humana ao mundo da mercadoria. Assim, o espaço para Carlos (2011) é uma conjugação de localização, onde se encontram agrupadas todas as atividades sociais, ao passo que é, também, processo e movimento, pois reflete as relações sociais demarcadas num dado tempo.

Na mesma linha, Moraes (1996) reflete que o espaço geográfico é espaço material, onde o homem agrega trabalho ao solo, através da apropriação intelectual dos lugares. Esse trabalho define formas que são materializações elaboradas por indivíduos históricos e sociais, isto é, formas espaciais, que “[...] são projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre. Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções” (Op. Cit, p.22-23). Desta forma, o espaço é apropriado com variadas finalidades, sendo a vertente econômica a que dita a organização dos lugares através das funções produtivas.

Santos (2012, p. 120) também referenda o espaço como reflexo de movimento de coisas e de capital, isto é, como resultado da sociedade ao longo do tempo. O mesmo é tomado com sentido de localização e de distribuição de atividades e de homens sobre a superfície terrestre. Esse aspecto se desdobra na ideia de que a sociedade organiza uma porção do planeta, diferenciando-o. A organização espacial assegura-se, dessa maneira, na integração entre fixos e fluxos, ou seja, entre a configuração territorial e as relações sociais.

Por consequência, o espaço geográfico reúne materialidade e vida que o anima, sendo o homem um ser de ação, porque somente ele tem objetivo e finalidade. Logo,

[...] As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. Mas os propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos [...] As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso dos objetos, formas geográficas. (SANTOS, 2009, p.82-83)

O espaço geográfico é mais que relações estabelecidas por homens com elementos. Ele é constituído por redes, inclusive humanas, formadas de modo integrado por objetos e ações. Mas, quando em um desses aspectos ocorre mudança, esta acaba por repercutir em todos os outros. Nesse sentido, o espaço é resultado de um sistema de objetos e de ações que transita no passado e no futuro por considerações do presente (Op. Cit).

Ainda segundo Santos (2009), o espaço resulta das sucessivas relações entre o homem e a natureza, por intermédio da técnica<sup>3</sup>. É uma situação única e múltipla, resultante da instrução da sociedade em formas-objetos, que sofrem mudanças de função, conforme a

---

<sup>3</sup> “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço [...]” (SANTOS, 2009, p.29).

evolução das ações. Além disso, o espaço é uma síntese da realidade social que se materializada nas formas-conteúdos com determinados valores.

Santos (2012) também explicita, conforme discussão de Carlos (2011), que o espaço equivale a um conjunto de formas que contêm frações da sociedade em movimento. As formas geográficas nada mais é que a sociedade transformada em espaço. Ele é resultado da junção de objetos sociais com a sociedade em movimento. No atual estágio de mundialização do capital, o processo produtivo cria seletividades e hierarquias na utilização do espaço, as quais se tornam efetivas ou potencialmente importantes, a partir da possibilidade de cada lugar se afirmar e se diferenciar em nível mundial.

O processo produtivo impõe ao espaço, mediante a evolução da ciência e da tecnologia, a condição de mercadoria, convertendo-o em foco da especulação econômica, ideológica, política, seja de forma isolada seja conjunta. A utilização desse espaço só se faz por quem tem capital particular, isto é, por quem possui a escrituração da propriedade privada. Deste modo, o espaço pode unir homens a partir da necessidade de engajamento no processo produtivo, ao tempo que os separa após resultados desse processo. O espaço torna-se, assim, lócus da função de mercado (Santos, 2012).

Tal aspecto mostra que o espaço sempre sofreu compartimentação, intensificando-se, no período atual, a partir da ação direta do homem e de sua presença política. Além disso, acarretou, por atividades de influência externa, a fragmentação espacial. Por fim, essas atividades exigem rapidez e fluidez, conforme as demandas e a competitividade mercadológicas. Tudo isso acaba por arrastar a atenção do Estado e de sua força normativa na concretização de condições favoráveis, principalmente, para a definição econômica de atividades dotadas de mais poder econômico. Tal aspecto agrava as diferenças de força e as disparidades espaciais em termos produtivos (Op. Cit.).

Essa questão é sentida em áreas agrícolas quando ocorre a especialização produtiva de um espaço-território em relação ao seu vizinho. A competitividade também passa a influenciar as atividades agrícolas aprofundando seu caráter científico, de modo a exigir ciência, técnica e informação dentro do processo produtivo e comercial. No mais, essas atividades acabam dividindo o espaço, tendo continuidades em função de atividades homogêneas e descontinuidades quando há diversificação produtiva.

Nesse contexto, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos (materiais ou não) criados pelo homem e um sistema de ações (força, atos, atitudes) que movem a sociedade e obedecem de modo racional à lógica produtiva do capital, conforme seus fins. Esses dois sistemas são indissociáveis e se influenciam formando o espaço

geográfico. Deste modo, os objetos contemporâneos, isto é, objetos técnicos, definem os espaços do moderno, ao mesmo tempo que determinam frequente especialização de quem os utiliza em função da sua constante melhoria e concorrência no mercado. Essa atualização do sistema de objetos e do sistema de ações acaba reorganizando o espaço e redefinindo diferenciações regionais (Op. Cit, 2009). Disso, conclui-se que o espaço é uma reunião dialética de fixos e fluxos, sendo ele

[...] como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente, o que vai presidir à reflexão de hoje, o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixos, fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos. (Op. Cit., 2008, p.105)

Conforme as forças de mercados hegemônicos, o setor agrícola é regulado a partir da modernização e da integração comercial. Por isso, defende-se o fato de a agricultura moderna ter se tornado um dos vetores verticais, isto é, um estímulo à circulação, à distribuição e ao consumo que definem espaços separados, mas articulados com a sociedade e a economia. Por consequência,

No campo moderno, modificado, com relativa facilidade, ao saber de novos produtos, a economia é, sob esse ângulo, flexível. A inflexibilidade lhe vem da necessidade de uma dosagem sábia, em função desses mesmos produtos de implementos e capitais constantes – que tomam a forma de sementes, adubos, fungicidas, inseticidas – e da implacabilidade de uma regulação que vem de fora. (SANTOS, 2008, p.90)

O espaço rural sofre diferenciação por especializações produtivas, muitas vezes localizadas, que resultam na valorização ou desvalorização dos espaços agrícolas. Além disso, a especialização produtiva no espaço tende a massificar a presença de capital, através do aumento das taxas de lucro e da redução do valor do trabalho, num determinado espaço. Para Santos (2003, p 142), o espaço agrícola é constituído por dois tipos de capital: 1- Capital Novo, que considera lugares privilegiados com intervenção do Estado em infraestrutura, principalmente de produção e de circulação; e 2- Capital Desvalorizado, em que se circunscrevem as atividades pouco rentáveis. Esse é o motivo de a atividade agrícola, com resultados positivos, ser desenvolvida pelo agronegócio que, além de possuir terras, é estimulado pelo Estado com acesso facilitado de crédito e de infraestrutura (Op. Cit.).



Destarte, espaço geográfico, na visão dos autores supracitados, remete a um conjunto de formas que representam as relações sociais do passado e do presente, por estruturas de relações sociais que se manifestam por processo e funções, sendo diferenciáveis nas escalas locais. Em síntese, o espaço geográfico é a expressão concreta das formas, conteúdos e movimento que refletem a ação humana e suas demandas, impulsionadas, sobretudo, pelo sistema econômico, o qual contribui para a definição produtiva do espaço.

O espaço, sendo espelho da transformação da natureza, através das demandas sociais, é fundamentalmente importante para se compreender as mudanças impulsionadas no rural brasileiro. Nessa perspectiva, apresentam-se temáticas que merecem análise criteriosa pela ciência geográfica, entre as quais: o desenvolvimento rural, que não pode ser avaliado apenas pelo crescimento econômico, mas por sua interface sócio-espacial; a agricultura familiar, que ganha fôlego enquanto categoria propulsora desse desenvolvimento nos últimos anos, sobretudo, no Brasil; e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que, enquanto política (ou programa), incentiva a agricultura familiar e impulsiona o desenvolvimento rural.

Portanto, o espaço geográfico será o suporte para a análise dos aspectos em destaque, principalmente no sentido distributivo, que validará a submissão das unidades familiares à lógica creditícia, à ciência e à tecnologia. Sem perder de vista que o processo produtivo, a partir do financiamento da agricultura familiar, com o suporte do Pronaf, submete e modifica o espaço de acordo com a lógica do mercado.

## 1.2 ABORDAGENS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E O BRASIL NESSE CONTEXTO

O termo desenvolvimento remete a várias interpretações e, normalmente, está acompanhado de um adjetivo que o qualifica. A referida temática ganhará fundamento a partir, principalmente, da noção histórico-desenvolvimentista de Furtado (1981, 1992 e 1997), mas também na liberdade substantiva dos indivíduos enquanto promotores de desenvolvimento, expressa em Sen (2000); e na correlação das ideias de ambos os autores, juntamente à análise preconizada por Favareto (2006). Posteriormente, a análise do desenvolvimento rural será focada a partir de correlação de Kageyama (2004 e 2009), Schneider (2010), Veiga (2001) e Abramovay (2003); adentrando-se, em seguida, as

discussões realizadas por Pereira (1997), Bastos (2006) e Delgado (2011) – todos numa perspectiva de inserção do rural na análise do Brasil após a Ditadura Militar, considerando as mudanças nos parâmetros de desenvolvimento, que se volta agora primordialmente para as demandas socioeconômicas.

Os estudos que levaram em consideração o desenvolvimento remetem ao período do *Welfare State* (Estado de Bem-estar Social), com embasamento na perspectiva keynesiana, isto é, na valorização do poder estatal sobre as bases econômicas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Deste modo, o desenvolvimento, na sua origem, preconizava o produtivismo e a expansão contínua de capital. Com isso, o desenvolvimento passa a ser interpretado como sinônimo de crescimento, em termos produtivos e de evolução, no sentido histórico e natural.

Esse momento também é vivenciado no Brasil até 1990, quando a ideologia neoliberal força a retirada das instituições estatais das políticas econômicas dirigidas ao setor produtivo e, assim, desarticula o interesse pelas lógicas desenvolvimentistas. A concepção de desenvolvimento foi retomada no século XXI, a partir do ideário de “justiça distributiva”, através de maior intervenção do Estado, se comparada ao período da chamada década perdida (Filippi, 2011).

Todavia, no seu progresso histórico, o termo desenvolvimento alude à questão da competitividade entre os sistemas políticos-ideológicos e à possibilidade de intervenção estatal por meio de políticas que visavam o bem comum. O termo resulta da história humana, que concebe o homem como responsável pela produção dessa estrutura e de seu funcionamento. Deste modo, o homem é o produtor de modelos e de processos sociais que, “[...] ao longo do tempo e de acordo ao espaço físico, modifica conceitos e ideias do que seria desenvolvimento” (ALCANTARA, 2013, p. 43). Tais modelos e processos são refletidos na ação do Estado enquanto promotor de políticas públicas em prol do desenvolvimento.

No Brasil, o termo desenvolvimento ganha relevância com Furtado (1981), quando é definido relacionado à evolução de um sistema social de produção que, a partir da utilização de técnicas modernas, eleva a produtividade. Nesse sentido, o autor (1981, p.16) apresenta três dimensões do desenvolvimento: 1- incremento na eficiência do sistema social de produção; 2- satisfação das principais necessidades da população; e 3- promoção dos objetivos almejados por grupos sociais dominantes, os quais competem na utilização de recursos escassos.

Por essas dimensões, o autor explicita que o desenvolvimento não se refere apenas ao aumento de eficácia do sistema de produção, nem da implantação de uma ideologia, mas também, por meio de condicionamentos técnicos, possui a incumbência de favorecer a

evolução dos sistemas produtivos, que, por consequência, deveriam contribuir na seara da igualdade social bem como possibilitar a expansão continuada dos gastos no segmento do consumo. O desenvolvimento econômico é, assim, analisado como uma abordagem para os processos sociais, em que a assimilação de novas técnicas e o aumento da produtividade conduzem à melhoria do bem-estar da população e, conseqüentemente, à homogeneização social (Furtado, 1992).

Assim, a questão do desenvolvimento proposto por Furtado (1997b) denota uma análise espaço-temporal do pós-guerra, quando, ainda estudante na França, pôde observar a força local de reconstrução da Europa e também a repercussão do Plano Marshall na economia. Esse reflexo se faz sentir no Brasil, que teve sua economia descolada com a guerra, ao se crer em um auxílio norte-americano. Em tal condição, o Brasil definiu o Plano SALTE<sup>4</sup> em 1948, constituído em um plano de prioridade para investimentos em saúde, alimentação, transporte e energia. Esse plano mostrava a necessidade de concentrar investimentos na agricultura, principalmente para produtos que se voltassem ao mercado interno.

Entretanto, para que esse plano sobressaísse, era preciso ter controle total sobre as importações, a fim de reduzir os gastos e pagar os atrasos dos financiamentos externos. Além disso “[...] os norte-americanos insistiam em que se aumentasse o rigor da política de ajustamento que já vinha sendo aplicado, negando-se a considerar a hipótese alternativa de uma ajuda externa” (FURTADO, 1997b, p.135). O plano fora desenvolvido ainda assim com capitais nacionais advindos do Tesouro Nacional e capitais externos. Mas como seus resultados não surtiram efeitos esperados, o plano fora abandonado em 1951.

Durante a Era Vargas (1930-1945), observa-se a racionalização da máquina burocrática, com base, por exemplo, na organização do trabalho. Não havia plano de governo e nem diretrizes de desenvolvimento, mas apenas ações localizadas que dependiam das iniciativas de ministros e de políticas estaduais que estivessem sob o domínio do “ditador”. Nessas linhas, Furtado (1997b) mostra a necessidade de ajudar o Brasil a vencer o subdesenvolvimento, através de incentivos à industrialização, à criação de novos empregos e à impressão de finalidade aos excedentes de população na produção primária. Além disso, o país deveria ter um desenvolvimento equilibrado, estimulado por recursos próprios existentes, isto é, por meio de sua capacidade de exportação, estimada em diminuir as importações e da orientação a “[...] recursos e assistência técnica para o campo, a fim de estimular a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas” (Op. Cit., p.323).

---

<sup>4</sup> Plano SALTE: a sigla significa Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. O plano fora lançado no Governo Dutra (1946-1951) e previa o melhoramento das respectivas condições junto à sociedade brasileira.

Na década de 1970, o desenvolvimento brasileiro se sustentou na organização da economia e da sociedade, de modo flexível e descentralizado. Operava-se no país a fase do “milagre econômico” que, além da industrialização na região Sudeste, estimulava a modernização da economia agrícola do Sul, as fronteiras agrícolas no Centro-oeste e a exploração das reservas minerais na região Norte, sobretudo no Pará. Nesse contexto, o planejamento estatal operava por maior interligação regional com a consolidação de infraestruturas em transportes e comunicações.

Entretanto, muitos dos projetos desenvolvimentistas desse momento não levavam em consideração a diversidade econômica, social e política. Eram projetos que se concentravam em objetivos abstratos e distantes da necessidade da coletividade. Por isso, conforme Celso Furtado (1974, p. 89), a universalização do desenvolvimento econômico aos moldes dos países centrais seria um simples mito, pois não considera ações básicas como, “[...] identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento” (Op. Cit.). Sendo assim, Furtado já previa a necessidade de analisar as especificidades locais.

Por consequência, o desenvolvimento esteve sempre amparado no crescimento das atividades secundárias que usufruem industrialmente de recursos, sobretudo, não renováveis. No Brasil, essa realidade foi vivenciada no período de 1930 a 1980, quando há um avanço das atividades industriais concentradas na região Sudeste. Apesar do crescimento econômico pregado pela lógica desenvolvimentista, Furtado (1997a, p.357) apontava que, “[...] o desenvolvimento ocorrera ali onde tomara pé o progresso tecnológico e as circunstâncias permitiram que certos agentes sociais o canalizem para o progresso de formação social” (Op. Cit.). Isso contribuiria para que os agentes sociais participassem do processo de formação de capital equilibrado, sem desconsiderar uma série de problemas que são específicos a cada realidade.

Em consonância com essas ideias, na década de 1990, observou-se que as organizações internacionais reformulariam a ideia de desenvolvimento, incorporando a ideia de capital social<sup>5</sup>, isto é, incorporando a participação da sociedade na deliberação de decisões

---

<sup>5</sup> O capital social remete ainda, na visão de Putnam (1993), a cooperação entre membros refletindo a constituição de redes de relacionamento, estabelecidas por laços de confiança e normas efetivas. Em suas palavras: ““social capital” refers to features of social organization, such as networks, norms, and trust, that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit. Social capital enhances the benefits of investment in physical and human capital.” (Putnam, 1993, p. 01). Enquanto para Bourdieu (2005) o capital social são relações sociais que podem ser capitalizadas. Tal conceituação agrega foco político e enseja o reconhecimento das institucionalidades nos relacionamentos estabelecidos. Trata-se de “[...] vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não

sobre a ação das instituições públicas locais. A partir disso, é criado o Índice de Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que passara a considerar indicadores sociais (Educação, Saúde, etc.) para fundamentar o desenvolvimento. Esse quadro definia o desenvolvimento como reflexo da liberdade (PNUD, S/A).

O pensamento construído por Amartya Sen (2000), Prêmio Nobel da Economia de 1998, definia o desenvolvimento como um processo de expansão da liberdade real que as pessoas desfrutariam, isto é, liberdades substantivas de participação política, de recebimento de educação básica e de assistência médica. Nesse sentido, o desenvolvimento não é promovido apenas com o crescimento econômico que se remete ao aumento da renda das famílias, da intensificação da industrialização e dos avanços tecnológicos, mas também decorre da remoção de privações, isto é, do atendimento das necessidades reais da população, e mais, com a universalização dos direitos humanos. Logo, a ablação de privações só ocorreria mediante um equilíbrio das relações de trocas que desse, a toda sociedade, a oportunidade de desfrutar dos resultados do processo produtivo.

Além disso, o desenvolvimento devia se associar à importância dos mercados e à liberdade de produção, trocas e transação para haver crescimento econômico e desenvolvimento do território, pois, “[...] a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social” (SEN, 2000, p.22). A negação da liberdade de acesso aos mercados ocorre principalmente entre pequenos agricultores sujeitos às normas de organização e às restrições tradicionais. Essa privação aos indivíduos pobres pode torná-los indefesos à violação de outros tipos de liberdade.

Assim, o desenvolvimento, além dos aspectos econômicos, deve incluir aspectos sociais e políticos, tendo a liberdade como meio e não como fim. Tais aspectos são liberdades instrumentais que têm de contribuir para os indivíduos sobreviverem livremente e manterem relações complementares com as outras. Logo,

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiários passivos dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação das capacidades humanas e não de entrega sob encomenda. (SEN, 2000, p.71)

---

somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis” (Op. Cit, p.67).

Portanto, mesmo em espaços-tempos e ideologias diferentes, Furtado<sup>6</sup> (1974 e 1997a) e Sen (2000) mostram um traço em comum nas suas abordagens: a de que somente a sociedade pode ser gestora de transformação, pois só a partir de suas demandas e intervenções é que o Estado e as instituições poderão proferir ações planejadas na dimensão do desenvolvimento. Sendo que Sen (2000) vai mais além, ao colocar que essas demandas devem ocorrer de forma livre, considerando interesses individuais que se consubstanciem em solicitações e comprometimento de toda a sociedade, sem ser uma meta governamental a ser vencida, nem uma proposta de acumulação de riquezas e muito menos a de crescimento do produto, correlacionado às variáveis de renda. Deve, sim, ser um planejamento com voluntarismo responsável, retomando de Furtado a noção de planejamento.

Para Celso Furtado (1997b), o desenvolvimento do indivíduo só ocorre mediante a orientação racional das relações sociais e com a valoração da liberdade. Por esse contexto, Furtado (1997b, p.219-220) defendia que,

[...] a sociedade brasileira deverá avançar no processo de democratização, abrindo espaço para a participação de todos os segmentos sociais da vida política. O desenvolvimento é uma aspiração da coletividade e nenhum governo se legitima, se descure esse ponto. Mas, o desenvolvimento não pode ser pago com a alienação da liberdade, sem a qual a vida social se desumaniza. (Op. Cit.)

Por tudo isso, Furtado (1997b) defendia que o Brasil era uma nação com matriz cultural, e o Nordeste era uma parte integrante desse conjunto, talvez mais integrada às raízes originais e, por isso, a importância em planejar os recursos naturais e a atuação na agricultura, mostrando que “[...] Estávamos conscientes de que é quando começa a intervir na pesquisa sistemática dos recursos potenciais e no próprio homem que o poder público se constitui em efetivo agente de desenvolvimento” (Op. Cit., p.221). Deste modo, pode-se correlacionar a necessidade de liberdade individual para o engajamento social à promoção espacial, conforme especifica Sen (2010).

Nessa esteira, Furtado (1997b, p. 35), já em meados da década de 1950, refletindo sobre as disparidades regionais brasileiras e focalizando o Nordeste como “região problema”

---

<sup>6</sup> Apresenta um pensamento Estruturalista e, ainda, o contexto histórico em que esteve inserido, dentro do Brasil principalmente, permitia a avaliação dos problemas e a indicação de ações por parte do Estado, haja vista ter sido membro diretivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), participante do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e criador e primeiro superintendente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, entre 1959-1962; 1963-1964) e em 1962, quando passa a titular do Ministério do Planejamento.

com foco economicista, mostrava a necessidade de mudar os rumos da história. Isso a partir de “[...] amplo processo de mudança social, todo ele orientado para recuperar o atraso político e abrir espaço a fim de que parcelas crescentes da população regional assumisse em plenitude os direitos de cidadania” (Op. Cit.). Além disso, ao avaliar a realidade empírica de Israel, com a experiência social no sentido de esforço de trabalho e da renda coletiva traçadas na agricultura através dos *Kibbutz*, fazia comparação com o Nordeste brasileiro e inferia que o desenvolvimento advém da qualidade do fator humano, concluindo que

Sempre me pareceu que a sociedade ideal seria aquela em que o indivíduo alcançasse elevado grau de integração, no sentido de viver em harmonia com o todo. [...] No sentido de um desenvolvimento pleno, de preferência não competitivo, das personalidades. Isso somente seria possível abrindo espaço para o indivíduo. (Op. Cit, p.150)

Nessa linha, Favareto (2006, p. 77) também trabalha o desenvolvimento na dimensão atual, em que se reflete a integração entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, sem desconsiderar a evolução histórica de uma sociedade,

[...] que nada tem de linear e que pode se dar em diferentes direções, aproximando-se ou distanciando-se do ideal contido no projeto normativo do desenvolvimento como melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de um dado país, região ou grupo social. (FAVARETO, 2006, p. 77)

Nesse ponto, Favareto (2006) também se aproxima de Furtado e de Sen (2000), já que considera a lógica de que é a sociedade a gestora de mudanças e criadora de estruturas promotoras de desenvolvimento. Sendo assim, o desenvolvimento não deve ser analisado apenas no seu caráter normativo ou evolutivo, mas a partir da inter-relação entre espaço, instituição e sociedade. Na atual conjuntura, são as demandas da sociedade por ações estatais, seja no mérito público seja no privado, que esboçam o desenvolvimento.

Deste modo, a palavra desenvolvimento, que quase sempre refletiu apenas a perspectiva de crescimento econômico, ganha novas acepções, no século XXI, incorporando, além de fundamentos econômicos, aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais. As interações desses aspectos refletem a característica da liberdade, que abrange preocupação com o aumento das liberdades individuais e comprometimento social.

Por essa nova perspectiva, também ganha destaque o desenvolvimento rural como possibilidade de analisar processos sócio-espaciais e seus impactos econômicos, pois o espaço rural representa um modo de vida que emerge com multifuncionalidade, mas também a partir

da introdução de novas possibilidades de geração de renda e definição de qualidade de vida. Por essa assertiva, define-se a importância de pontuar o desenvolvimento rural.

### 1.2.1 O Desenvolvimento Rural no Brasil: Algumas Pontuações

O desenvolvimento rural traz em si a ideia de alterações políticas, sociais e econômicas, influenciadas pelas demandas sociais, para além das práticas produtivas, considerando as características específicas do local a partir da geração de oportunidades de trabalho e renda. Nesse sentido, o desenvolvimento rural deve associar aspectos sociais e de melhoria da qualidade de vida do agricultor com os aspectos econômicos, com vistas a aumentar a renda via produção agropecuária ou através de atividades complementares no campo (Kageyama, 2009, p. 250).

A significação do desenvolvimento rural ultrapassa o aspecto econômico, pois reflete a relação sociedade-natureza, num quadro de definição do espaço geográfico e de suas especificidades. Nessa lógica, Chalita (2005, p.104) enfatiza que a “[...] relação sociedade-natureza, porém, não se explica apenas pelos desafios colocados pela globalização, mas também pelos fatos que constituíram o chamado ambientalismo e suas transformações internas, no caso do Brasil”. Nessa esteira, sedimentam-se duas linhas de interpretação do desenvolvimento rural contemporâneo que rompem barreiras de separação entre os mundos natural e social, considerando diferentes realidades e concepções de produção e de mercado. A primeira caracteriza-se pelo regime alimentar e pela regulação, vinculada à globalização, em que se segmentam o mercado de consumo e o refluxo de políticas de apoio à atividade agrícola, na qual o rural é avaliado a partir da reorganização das atividades econômicas, do progresso técnico, da concentração produtiva e da diminuição da importância da terra. Já a segunda parte de noções de localização e de diversidade (Mior, 2009), em que se avaliam as mudanças ocorridas no rural a partir de perspectivas exógenas. Mas, nessa mesma vertente,

[...] a localidade está embebida nas decisões espacial e de escala do trabalho, o que significa que cada ator social está também ligado, através de redes, direta ou indiretamente, a atores externos. A localidade, portanto, é construída socialmente a partir da interação de atores operando sobre uma variedade de distâncias (local e não local). (MIOR, 2009, p.279)



Por essa análise, a definição do desenvolvimento rural vai muito além do aspecto econômico, já que ultrapassa os valores mencionados pelo produto interno bruto *per capita*. No momento atual, considera-se um espaço rural desenvolvido quando se correlacionam os seguintes indicadores de desenvolvimento: 1- densidade demográfica, evoluindo positivamente; 2- educação, em termos de anos de estudo das pessoas de 10 anos, taxa de escolarização (% da população de 7 a 14 anos que frequenta escola) e taxa de analfabetismo (% da população de 15 anos a mais); 3- bem-estar social, em que se observam instalações infraestrutura sanitária, existência de água encanada, eletricidade, tecnologias de comunicação e eletrodomésticos; 4- meio ambiente, quando se avaliam causas específicas de poluição do ar e solo, além do uso de agrotóxicos; 5- economia e mercado de trabalho, na perspectiva de renda domiciliar, número de empregados com carteira assinada, produtividade do trabalho e da terra e rendimento das culturas (Kageyama, 2009).

No Brasil, as discussões sobre o desenvolvimento rural sofreu também, influência das ações de caráter normativo e das políticas de intervenção do Estado que refletem demandas sociais. O desenvolvimento rural ocorre mediante a capacidade empreendedora e inovadora dos agricultores familiares, responsáveis pela diversificação social e produtiva dos territórios em que vivem; pela reorganização do espaço rural através da agropecuária moderna (agronegócio) e de atividades não-agrícolas; pela promoção de liberdades que contribuam para a emancipação social e para a criação de mecanismos de responsabilidade; bem como, pela integração dos pequenos agricultores familiares a lógica produtiva demandada pelos mercado (Schneider, 2010, p.518-526). Deste modo, o desenvolvimento rural é uma categoria de análise já definida, mas que se valida em características como as pré-definidas acima.

Por conseguinte, o desenvolvimento corresponde à ampliação das possibilidades de expansão das potencialidades humanas, buscando reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e das famílias, orientando suas ações e ampliando a sua autonomia nos processos decisórios e no fortalecimento de ações e estratégias, principalmente mercadológicas. Deste modo, a agricultura familiar é apontada como uma categoria necessária ao desenvolvimento, pois sua economia se baseia na diversificação da produção. A isso devem ser somadas as condições favoráveis de comunicação e de serviços que estimulam o empreendedorismo, uma vez que são os empreendedores os principais agentes de crescimento econômico, através de geração, disseminação e aplicação de inovações. Nesse aspecto, o empreendedorismo, apesar de suas diferentes intensidades por área, também é entendido por Veiga (2001, p. 108) como “[...] a essência do dinamismo econômico e a certeza de que sua promoção é uma ótima maneira de expandir o emprego”.

Portanto, o desenvolvimento rural poderá ser operado a partir de incentivos a diversificação das economias locais, a começar pela própria agricultura familiar. No mais, as dinâmicas criadas pelas próprias famílias rurais, que articulam outras atividades em suas unidades produtivas, proporcionam a complementação da renda, sem que todos os membros se desvinculem da terra.

A partir dessa análise e para entender a importância do desenvolvimento rural enquanto categoria, verifica-se ser necessário adotar medidas que melhorem a qualidade de vida, a geração de renda e a luta contra o isolamento dos moradores do campo, considerando as características específicas do local. A definição de tais medidas, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1995, P.97), ocorreria por meio de estruturas apropriadas e de redes de relação que reforçassem a identidade local, integrando atores e atividades, a fim de formar circuitos que melhorem e tenham novas relações econômicas.

Por esse prisma, o desenvolvimento rural deve ocorrer articuladamente com o urbano, de forma complementar, considerando a integração mercantil com cidades da própria região. Além disso, para essa promoção, devem ser considerados: o ajustamento entre a agricultura familiar consolidada e a urbanização-industrialização que geram mercados de consumo interno; o desenvolvimento de atividades que motivem renda complementar e que mantenham os agricultores familiares no campo; a criação de programas de emprego e de melhorias da qualidade de vida; e o enriquecimento da potencialidade territorial permitindo produzir mercados especializados em nível local/regional (KAGEYAMA, 2004, p.388-389). Tais aspectos demonstram a imensa possibilidade que o rural brasileiro apresenta em meio a sua diversificação espacial. Decorrente dessa diversidade, reforça-se a necessidade de estudos sobre a dimensão desenvolvimentista, conforme explanação de Abramovay (2003, p.52):

Embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento. (Op. Cit.)

O desenvolvimento rural se constitui, ainda, por um conjunto amplo de atividades que envolvem áreas industriais, comerciais, artesanais e de serviços. No Brasil, tal desenvolvimento sempre esteve atrelado à ação do Estado e à intervenção de organismos internacionais que o difundiram como sinônimo de desenvolvimento agrícola.

Por desenvolvimento agrícola entende-se serem os meios utilizados (mão-de-obra, tecnologia, insumos e concentração de terras) para a obtenção do aumento da produção global e da riqueza. Esse desenvolvimento teve expressão na década de 1950, com a promoção do modelo norte-americano de difusão, extensão agrícola e transferência de tecnologia agrícola. Na década de 1960, esse modelo fora disseminado a partir da ideia de difusão inovadora, como observado na obra “*Diffusion of innovations (1962)*”, de Everett Rogers, que pregava a relação entre as taxas de difusão de uma determinada tecnologia em sintonia com o nível de instrução do agricultor. Tal modelo de desenvolvimento agrícola contribuiu tanto para a extensão rural quanto para a modernização da agricultura tradicional, através da difusão de conhecimento.

Posteriormente, o texto “*A transformação da Agricultura Tradicional (1965)*”, de Theodore William Schultz, redirecionou a extensão agrícola, através da inversão da pesquisa agrícola e do capital humano. O autor enfatiza que investimentos na educação do homem rural e na disseminação de informações assumiam papel de destaque na relação com o crescimento da produção agrícola e da economia total.

Além disso, aspectos contemporâneos e preocupantes em relação à explosão populacional e à necessidade alimentar impulsionaram o crescimento agrícola a partir da implementação da “Revolução Verde”, a qual se baseou no melhoramento genético de sementes contribuindo para o desenvolvimento de variedades com alto rendimento e, por consequência, para a rápida adoção pelos agricultores. Sabe-se que a Revolução Verde não atingiu todos os seus objetivos, pois nem todos os agricultores puderam acessar seus “benefícios”. Apesar disso, o avanço promovido na agricultura permitiu o crescimento da produção agrícola em vários países, além de definir seu lugar no crescimento das economias nacionais.

### 1.2.2 A Organização do Estado em Prol do Desenvolvimento

As políticas implementadas no Brasil, desde a década de 1970, basicamente agrícolas, estiveram centralizada nas mãos do Estado que acabou por afastar estudos aprofundados sobre o desenvolvimento rural, em função do caráter político e normativo das propostas economicistas. Além disso, somam-se a esse aspecto os problemas enfrentados na década de 1980, como a crise da dívida externa, o processo hiperinflacionário, o baixo crescimento da

economia e a descrença popular, que mergulharam o Brasil num período de instabilidade econômica (Pereira, 1997).

Nesse contexto, o arranjo institucional brasileiro para o desenvolvimento rural, na década de 1980, que até então considerava o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), perde consistência. Isso decorre da crise fiscal sofrida pelo Estado que tivera de regredir em várias políticas públicas nas quais atuava. Tal conjuntura levou o setor agrícola a ser orientado pelos complexos agroindustriais (BASTOS, 2006, p. 33). Por essa lógica, o projeto de modernização do país aprofundou o fosso das desigualdades econômicas e acabou por apoiar-se na fragilidade social e política.

O contexto de crise fez-se refletir, também, nos cortes de gastos do setor público, ocasionando impacto nas atividades de pesquisa e extensão rural. De todo modo, acredita-se que as despesas com o setor rural foram reduzidas de 16% a 3% dos gastos orçamentários nacionais na década de 1980. Contudo, as políticas cambiais adotadas viabilizaram as atividades agrícolas em nível interno e, assim, “[...] a composição da produção agrícola tornou-se menos desequilibrada, em relação à década de 1970, em função dos estímulos para a expansão da produção agrícola para o mercado interno” (DELGADO, 2011, p. 315). Nesse momento, a produção agrícola agregou maior potencialidade no direcionamento ao mercado externo; por isso, houve preocupação, nas décadas seguintes, em viabilizar a agricultura de base familiar.

No mais, a crise do Estado Nacional desenvolvimentista acarretou um período de transição entre as conquistas da descentralização e as disputas federativas da segunda metade dos anos 1990, quando se inicia a reforma do Estado, a qual começa com a ruptura do padrão de financiamento do setor público e com a perda crescente da capacidade de o Estado soldar gastos diretos nos estados e municípios. Tal fato acaba por fragilizar as finanças dessas instâncias com endividamentos internos e externos (Pereira, 1997).

Por consequência, em meio às reformas promovidas pelo pensamento neoliberal, na década de 1990 principalmente, as políticas agrícolas destruíram estruturas “[...] de fomento produtivo e comercial e abriram o comércio exterior de maneira muito diferente daquela que ocorrera no período anterior” (DELGADO, 2012, p.78). Nesse período, o Estado deixou de corrigir as falhas de mercado e passou a refletir sobre suas próprias falhas, abrindo a economia para atração de capital externo.

Ainda assim, a partir da década de 1990, mesmo que por ações discutíveis, o enfoque desenvolvimentista rural é retomado mediante forte influência das transformações sociais, políticas e econômicas que ocorriam no Brasil, as quais se desdobraram em políticas

governamentais direcionadas à demarcação e à legitimação da agricultura familiar; à estabilização da economia; à reforma agrária; ao crédito para a agricultura familiar; aos territórios rurais; às ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros; e à efetivação da Constituição de 1988. Esses desdobramentos “alteram fortemente as condições políticas e jurídicas sob as quais se apoiaram as políticas agrícolas e agrárias do regime militar” (DELGADO, 2012, p. 78). Soma-se, ainda, a esse contexto a descentralização política e financeira. Além disso, incorporam-se políticas estatais, noção de sustentabilidade e meio ambiente.

Sendo assim, no cenário nacional da atualidade, emerge um novo parâmetro espacial de desenvolvimento, consolidado na definição de políticas territoriais voltadas ao atendimento das demandas da agricultura familiar. Entre as políticas que passaram a valorizar essa categoria, destacou-se o Pronaf, cujo objetivo esteve aliado às iniciativas vetoriais que ganhavam impulso em toda América Latina e sustentavam a função de combate à pobreza. Por essa assertiva, impõe-se a necessidade de se reconhecer esse ator social no espaço rural brasileiro.

### 1.3 LEITURA SOBRE AS CONTROVÉRSIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, as discussões teóricas a respeito da agricultura familiar se enraizaram fortemente na década de 1990, sem quase interlocuções com debates que ocorriam em outros países. Essa expressão teve razões políticas que justificaram sua emergência, como a formalização de políticas governamentais, tal qual o PRONAF, e, posteriormente, os critérios definidos na forma de lei. Assim, o termo agricultura familiar nasceu da “[...] confusão entre a ação governamental e teoria social e, em segundo lugar, o desconhecimento (e desinteresse) sobre os amplos debates sobre as formas familiares de produção agrícola, que foram animados pelos cientistas sociais norte-americanos e europeus” (NAVARRO, 2011, p. 70). Deste modo, para Navarro (2011), as ações estatais e as pesquisas disseminaram a noção pública e o imaginário social sobre a agricultura familiar, sendo o objetivo desse arranjo reduzir a pobreza e o processo migratório.

Apesar disso, a agricultura familiar, com seus enlaces, tem contribuído para a persistência e para a sobrevivência de determinadas unidades produtivas, ao tempo que acarreta a desagregação e o desaparecimento de outras. Assim,

As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. Mesmo que em certos casos as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos, entre outros), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho de seus membros, permite que determinadas decisões se tornem possíveis, o que muitas vezes um agricultor muito inserido na dinâmica capitalista, contando com a contratação de assalariados, não poderia concretizar ou sofreria fortes restrições. (SCHNEIDER, 2003, p. 114)

Na história do Brasil, abordada por Andrade (2005), Furtado (1985), Holanda (1995), Prado (2000) e Silva (1978), há indícios de atores que perfaziam o que se denomina hoje agricultores familiares, expressos na luta histórica em se manter no campo. Tal questão não perdeu foco no estágio atual, pois, na verdade, trata-se de uma extensão de toda a história de povoamento, de integração ao capitalismo e da luta pela terra e por sobrevivência. Além disso, frisa-se que a agricultura de subsistência historicamente praticada não fora uma questão de necessidade apenas individual/familiar, mas resposta a uma demanda do mercado local pelo contexto vivenciado. Por isso, atesta-se o fato de esse pequeno agricultor já estar integrado às demandas do comércio interno brasileiro. Decorrente disso, pode ser considerada a evolução da categoria de “pequeno agricultor” a “agricultor familiar”, isto é, uma persistência da prática familiar, mesmo que em tempos e em ambientes sociais e econômicos os mais variados.

Todavia, o significado da agricultura familiar, enquanto categoria social no Brasil, fora definido na identidade política de alguns grupos de agricultores que formaram juntos a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF - BRASIL) e do empenho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); na legislação brasileira; e na luta do sindicalismo pelo sentido de moderno, eficiente, sustentável, etc. O movimento sindical, apesar de produzir resultados fragmentados e de pouca repercussão política, quase sempre representou o discurso de defesa aos agricultores familiares enquanto nova categoria política que “[...] passou a congrega o conjunto de pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros” (SCHNEIDER, 2009, p. 35). Por conseguinte, a agricultura familiar foi uma categoria definida tanto como um modo de construir o desenvolvimento rural através da incorporação de ciência, tecnologia e acesso à terra na

lógica produtiva quanto como uma forma de facilitar, a esses atores, o ingresso a sistemas de infraestruturas, créditos e mercados que viabilizassem o processo produtivo, comercial e de escoamento de sua produção.

Contudo, a definição da agricultura familiar difere entre os autores. Para Schneider (2009), conforme já esboçado, a categoria tem fundamento político, sendo uma criação do Estado com a pretensão de sintetizar a diversidade social existente no campo, ao tempo que possui identidade e correlação com o mercado, integrando-se e tornando-se dependente. Enquanto para Wanderley (1998), a agricultura familiar referenda mais um rótulo, sendo essa categoria, na verdade, histórica que sempre ocupou lugar secundário na sociedade brasileira, mas que agrega capacidade de se adaptar às transformações mais gerais da sociedade. Ainda para Wanderley (2001), a agricultura familiar expressa o agrupamento da relação entre propriedade dos meios de produção e o trabalho executado pelos membros na unidade de produção familiar, ou seja, numa mesma propriedade tem-se família-produção-trabalho. Mas observa-se, também, que os agricultores familiares se diferenciam em termos de estratégias para garantir a sobrevivência.

Na ótica de Abramovay (1992) e Veiga (1991) essa categoria é avaliada diferentemente. Ambos observam que a opção pela agricultura familiar decorre do processo de modernização do espaço rural, assim como da integração à lógica de acumulação capitalista. Em outras palavras, o agricultor familiar referenda a terra com suas famílias, mostrando uma recriação do rural e da adequação de realidades multiformes. Tais recriações são visualizadas pela intensificação da agricultura em tempo parcial, pela coletivização, na organização de sistemas de cooperativas e pela correlação com os avanços da indústria, respondendo a suas demandas. Além disso, mostram uma oposição geral entre a agricultura de gestão e de trabalho familiar e a agricultura patronal como forma de promoção do desenvolvimento de um país.

Para Wanderley (2003), o agricultor familiar não é reflexo da ação do Estado, pois é portador “[...] de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas [devendo] adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade” (Op. Cit., 2003, p.47-48). Reafirmando que,

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. (Op. Cit., 2001, p.)

Assim, por mais que se suponha evolução de formas e nomenclaturas do produtor à agricultura familiar, tais categorias se distinguem pela inserção das formas capitalistas de mercado. Decorrente disso, na década de 1990, a agricultura familiar passa a ser definida, conforme coloca Abramovay (1997), como

[...] aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1998, p.146)

Deste modo, mais que representar categorias, a agricultura familiar, através de gestão, propriedade e trabalho familiar, é considerada a base para o desenvolvimento de um projeto econômico viável para o espaço rural, pois há consciência de que ela pode ter função determinante em alguns setores da oferta agropecuária. Isso resulta de sua preocupação principal estar centrada na diversificação produtiva, na integração às demandas de mercado e na geração de renda.

Por conseguinte, a agricultura familiar, associada à dimensão espacial, busca orientar as funções da agricultura e se consolidar como fornecedora de alimentos, de matérias-primas, de divisas e de sustentabilidade ambiental, uma vez que promove a preservação da paisagem e da cultura local. Além disso, a população apresenta uma distribuição mais equilibrada quando comparada às unidades patronais monocultoras. Tais características podem estimular o desenvolvimento rural, integrando, numa escala local, atividades agrícolas e não agrícolas.

Para alcançar tal desenvolvimento, o Estado em suas esferas federal, estadual e municipal, tem buscado assistir e auxiliar os agricultores familiares com algumas políticas, a exemplo do Pronaf. E mais, tem combatido a pobreza ao criar novos programas, possibilitando distribuição de renda no meio rural, a exemplo do Programa Bolsa Família. Contudo, apesar de essa categoria referendar nova base para o desenvolvimento rural, ainda é necessário se criarem mecanismos para envolver todos os grupos da agricultura familiar, sobretudo, os mais pobres, em suas realidades multiformes, na elevação da capacidade de investimentos e na melhoria de sua inserção em mercados mais dinâmicos e competitivos.



#### 1.4 APONTAMENTOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A pequena propriedade brasileira sempre esteve associada à produção de alimentos. Nesse sentido, a nomenclatura *agricultura familiar*, reconhecida institucionalmente, também focaliza a produção dos gêneros de consumo. Por consequência, houve uma inversão de terminologia e também de estímulo à prática agrícola por parte de pequenos produtores, a partir de políticas públicas de combate à pobreza e à fome. Aspecto este transcrito para a realidade brasileira na forma da lei.

Embora a denominação agricultura familiar não seja acatada por várias instâncias internacionais, 194 países-membros da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) definiram a institucionalização do ano de 2014 como sendo o Ano Internacional da Agricultura Familiar. O intuito foi dar visibilidade à categoria e chamar a atenção mundial sobre sua importância na produção de alimentos, além de contribuir para o barateamento destes na fase de comercialização.

Para a FAO, a agricultura familiar inclui atividades agrícolas, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola executadas por gestão familiar. Essa categoria agrega relevância por atuarem na segurança alimentar; na produção de alimentos “tradicionais” e balanceados para a subsistência humana; no uso sustentável dos recursos naturais; e por representar um estímulo às economias locais, a partir de políticas específicas de proteção social e de bem-estar das populações rurais.

Nessa perspectiva, a categoria social entendida por agricultor familiar, no Brasil, define-se, segundo a FAO/INCRA<sup>7</sup>, pela relação entre o trabalho executado pelos membros da família e a gestão, ou seja, pelo processo produtivo conduzido pela família. Determina-se ainda pela ênfase na diversificação produtiva, na durabilidade dos recursos, na qualidade de vida, na utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e na tomada de decisões imediatas, devido ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Essa categoria vem sendo trabalhada por diferentes segmentos acadêmicos. Aspecto este que demonstra as diferentes interpretações e perspectivas. Na sociologia, interpretam-se os processos sociais agrários e, por isso, a agricultura familiar também é focalizada como uma categoria sustentável que, por sua diversificação, garante possibilidades de desenvolvimento para a sociedade contemporânea (Santos, 2001). Na economia, a agricultura familiar é

---

<sup>7</sup> GUANZIROLI, C. E. ET. AL. Novo Retrato da Agricultura Familiar. 2010. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/brasil-redescoberto.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2010.

referendada como base para o desenvolvimento econômico, considerando-se indicadores do nível de renda e da estrutura produtiva, além de agregar a importância da formação do mercado interno e da potencialidade econômica em outros segmentos (Dionísio, 2003). Já para a Geografia, essa categoria remete as formas de reprodução espacial, no sentido de agente transformador da natureza, ao promover o processo produtivo agrícola de modo sustentável e com diversificação, repercutindo, assim, nas formas de organização espaciais e mercadológicas.

A ênfase nessa categoria emergiu, no Brasil, em meados da década de 1990, em virtude de três fatores que tiveram impacto social e político significativo: o primeiro deles foi a adoção do termo como uma nova categoria-síntese protagonizada pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)<sup>8</sup> (Neves, 2007); o segundo, a legitimidade que o Estado emprestou ao termo, ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e o terceiro, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o revigoramento da reforma agrária (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Além desses critérios, Navarro (2011) aponta outros fatores definidores, tais como: a predominância da mão-de-obra familiar, mesmo que com contratação esporádica; e a ampliação de renda familiar, com a diversificação das atividades produtivas entre seus membros, inclusive, desenvolvendo atividades não-agrícolas, embora todos os membros residam nas propriedades rurais.

Entretanto, o termo agricultura familiar ganharia fundamento científico no início da década de 1990, através do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, publicado em 1986; da Revista Reforma Agrária (Vol. 25, nº 02 e 03, maio-dezembro, 1995), cujos números consagraram temas referentes à constituição de políticas de apoio aos agricultores mobilizados e que se enquadravam na definição do termo; e por fim, através de obras como: “O Desenvolvimento Agrícola: Uma visão histórica (1991), de José Eli da Veiga, que trata dos estudos rurais contemporâneos, a partir da evolução da atividade agrícola nos países de capitalismo avançado, articulando unidades familiares e desenvolvimento, e também da evolução dessas unidades em alguns países subdesenvolvidos até a explanação das

---

<sup>8</sup> Essas instituições pretenderam valorizar agricultores rurais, sendo porta-vozes em projetos de reconhecimento da racionalidade econômica e social e da capacidade de adaptação dos pequenos agricultores familiares às lógicas econômicas (Neves, 2007).

necessidades brasileiras; “Paradigmas do Capitalismo Agrário” (1992), de Ricardo Abramovay, em que é analisada a agricultura familiar como reflexo da ação do Estado Capitalista, através de políticas de controle de preços; e “A Agricultura Familiar”, de Hugbes Lamarche (1993 e 1998), que avalia o fato de a agricultura familiar ser uma categoria reconhecida e legitimada em vários países de capitalismo avançado.

Todos esses referenciais prenunciavam a agricultura familiar como componente na valorização do espaço rural e na questão político-institucional. Todavia, muitos desses relatos perpassaram pelo modo como definir essa categoria, se ao tamanho da propriedade (pequena ou grande), se à questão da renda, ou mesmo, à referência aos países de capitalismo avançado, cuja agricultura se define como familiar e patronal. De qualquer modo, o que se observa é que a agricultura familiar se adequa às exigências do desenvolvimento capitalista, sendo mais eficientes em termos de usos dos recursos produtivos quando comparados à agricultura patronal. Além disso, a agricultura familiar tem perspectivas de produção e de geração de emprego, através da adequação e da inserção tecnológica, que contribuem para a geração de renda e, conseqüentemente, tornam-se base para o desenvolvimento econômico espacial.

Por esse contexto, a agricultura familiar reforça também a mobilização política e o enquadramento institucional, cujo intuito foi construir, por parte do Estado, modelos de desenvolvimento econômico e social. A agricultura familiar incorpora noções de sustentabilidade na organização produtiva e social, sendo consagrada pelo Pronaf, em 1996. Da necessidade de se identificarem, nas linhas de financiamento do Pronaf, o agricultor familiar passa a acoplar um número expressivo de segmentos do setor primário da economia, tanto no aspecto político quanto sindical, correspondendo “[...] à agregação de uma amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja a atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família”. (NEVES, 2007, p. 233)

Deste modo, o enquadramento institucional da agricultura familiar decorreu do reconhecimento de novas categorias e mesmo dos agentes sociais inseridos. Sua legitimação crescente pode ser atribuída também “[...] ao próprio enfraquecimento de outras denominações que eram usadas até então, como a de “trabalhador rural” ou “pequenos proprietários”” (SCHNEIDER, 2009, p. 35). Sendo assim, a denominação de agricultor familiar amparou inúmeras categorias que, até então, não podiam ser identificados como pequenos produtores ou trabalhadores rurais.

Tal categoria é analisada também por Neves (2007), no viés institucional que a legitimou. Por sua visão, a unidade familiar difere de uma empresa agrícola no grau de mecanização, no tamanho da área cultivada, na renda, em termos de força de trabalho,

advinda da família. Nesse contexto, a agricultura familiar é uma categoria socioprofissional, que se mantém, mas com tensão sobre a capacidade de sobrevivência, devido ao desenvolvimento do segmento industrial e manufatureiro, ligado às práticas agrícolas, que impõem concorrência e, por consequência, o desaparecimento de unidades menores. Por conseguinte, a nomenclatura reflete a luta de diversos atores por cidadania econômica e política. Deste modo, são agricultores familiares, os atores

[...] que se integram como sujeitos de atenção de políticas especiais de crédito, de formação profissional, de assistência técnica; são os usuários e atores da constituição de novos arranjos institucionais, capazes de promover, de fato e da perspectiva dos objetivos que os irmanam politicamente, o enquadramento legal e institucional. (NEVES, 2007, p.235)

De qualquer modo, a expressão agricultura familiar brasileira se define basicamente por aspectos não econômicos, excetuando-se o critério de gestão. Sua definição emergiu das diretrizes do “modelo de desenvolvimento sustentável”, que sugeria a classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Dessa forma, a definição da agricultura familiar, no Brasil, teve um caráter sindical, político-ideológico e religioso, que demonstra a interferência de grupos sociais com foco no espaço rural. O reconhecimento oficial ocorreu em 24 de julho de 2006, pela Lei 11.326, que explicita:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:  
I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;  
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;  
III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)  
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...].  
(BRASIL, 2006.)

A referida lei não focalizou realidades empíricas e nem a história agrária do país, mas teve como objetivo ampliar a eficácia da ação governamental com políticas públicas direcionadas à categoria. Para o MDA (2006), a definição da agricultura familiar foi uma forma de incluir amplos setores sociais do campo que, historicamente, foram marginalizados pelas políticas públicas. A partir disso, a agricultura familiar tornou-se cerne de políticas, visando o desenvolvimento rural sustentável, através do estabelecimento de sistemas de produção focado na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens

e de mulheres, na produção de alimentos, nos projetos de acesso à terra e nos meios de produção que medeiam à construção do desenvolvimento rural. Deste modo, o desenvolvimento rural só ocorrerá mediante combate à pobreza, gerando no campo condições de trabalho, renda e valorização social.

#### 1.4.1 Estratégias da Agricultura familiar

A agricultura familiar é uma categoria política constituída também por pressão dos movimentos sociais que acelerou a inserção de políticas públicas no Brasil. Tais movimentos divergem em origem e natureza, mas são atuantes, como: “[...] Contag, CUT, MST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), sem contar movimentos mais específicos, como o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), os movimentos indígenas, ribeirinhos ou dos quilombolas” (TONNEAU et. al., 2007, p. 285-286). Estes são reflexos da história do país, em que “[...] as oligarquias rurais bloquearam o livre acesso às terras devolutas e quaisquer outras alternativas que pudessem levar a ascensão social da grande massa de população rural [...]” (GUANZIROLI et. al., 2001, p.28). Esses aspectos perfazem a evolução agrária de nosso país, em que pequenos produtores sem terra lutam por terra, água, crédito, etc., e, de modo engajado, tornam-se representantes da agricultura familiar, conseguindo dialogar com o Estado sobre suas necessidades.

Apesar das críticas definidas por esses movimentos em termos de descontinuidades dessas ações (crédito, capacitação, assistência, etc.), do descompasso temporal entre necessidades locais e projetos de efetivação das políticas públicas e dos prazos determinados pelas agências financiadoras, em termos gerais, o pequeno agricultor familiar tem sido lembrado nas ações implementadas pelo Estado. Além disso, o conhecimento sobre a agricultura familiar se faz refletir na importância conferida ao estabelecimento como patrimônio, à reprodução desse patrimônio e à presença da família. Nesse contexto, a terra como unidade de produção é um tema central para a agricultura familiar, pois é nela que se definem as relações familiares e os modos de funcionamento e reprodução dos estabelecimentos agrícolas. A terra, por ser bem fixo, perene, agrega valor enquanto renda fundiária e como bem de produção pelo agricultor familiar, podendo ser transmitida por gerações.

Nesse aspecto, a transmissão de terras de pais para filhos da agricultura familiar passou por duas “estruturas geracionais”. A primeira, fora de herança impartilhável, em que o filho mais jovem assumia os pais e a propriedade com intuito de cuidar dos genitores até o fim de seus dias e dá seguimento ao trabalho familiar. A segunda, e também o que se tornou comum no momento atual, fora a herança partilhada, em que se desfragmentam as unidades produtivas e se inclui o direito a herança para aqueles que até pouco tempo foram excluídos da transmissão de bens (Anjos, 2009).

O tamanho das famílias era, historicamente, prolífera. Por isso, a preocupação principal que ficava aos pais era a de garantir uma profissão aos filhos, por meio do trabalho e da educação. Em função dessa questão, as pequenas propriedades tendiam a se subdividirem mais, em termos de espaço de trabalhos entre todos os membros. Todavia, a dificuldade em gerar novas unidades produtivas e o desejo de muitos jovens de não dar segmento ao trabalho dos pais, na conjuntura atual, acabou gerando uma impulsão nos padrões de sucessão, sendo um dos maiores desafios do mundo rural dos nossos dias (Op. Cit.).

A isso soma-se, ainda, o fato de cônjuges rurais estarem procriando menos e, por consequência, diminuindo o número de herdeiros. Contexto que tem ocasionado a “masculinização” da população, decorrente principalmente do êxodo feminino, do envelhecimento da população, da falta de renovação e da desagrarização, isto é, há um processo de declínio da ocupação da população economicamente ativa (PEA) na agricultura brasileira. Logo, tais mudanças, em curso no meio rural brasileiro, “[...] de alguma ou de outra forma, podem estar afetando os procedimentos usualmente adotados pelas famílias para conceber seus projetos de futuro do ponto de vista da sucessão em suas propriedades” (Op. Cit., 2009, p. 196-197). Isso transcorre das dificuldades atuais em se manter famílias numerosas e, também, da pontuação sobre falta de perspectivas para a geração de trabalho e renda, incitando, assim, os agricultores jovens a buscarem formas de trabalho urbano.

Apesar da problemática sucessória, a organização do trabalho coloca-se como estratégia familiar na execução de atividades nas unidades. É ela que fundamenta as articulações existentes, a fim de adaptarem-se às pressões advindas do processo produtivo; alicerça interesses individuais e sociais; e reflete desvios e fracassos da unidade. Deste modo, a unidade produtiva constitui-se em um núcleo dinâmico - a família – que trabalha na unidade produtiva ora explorando suas estratégias, ora buscando outras formas de exploração produtiva (Stanek, 1998, p.170). A família, seus membros e suas inter-relações demonstram o contexto hierárquico em termos do conjunto social existente na agricultura familiar, pois demonstra a função executada por cada membro da família na unidade produtiva e dentro da

família. Nessa lógica, demarca-se a definição de indivíduos que vivem no campo e assumem a unidade produtiva, tendo responsabilidade com o futuro.

Além disso, observa-se a importância de bom relacionamento com a vizinhança, abrindo novas possibilidades de relações sociais no contexto local e demarcando a necessidade de esse agricultor se posicionar no plano social e na integração com o mercado. Tal integração não rompe com os vínculos entre família, unidade produtiva e território; ao contrário, reconstrói seu espaço social ao integrar as lógicas de mercado, ao mesmo tempo que tenta se defender das imposições do capital. Dessa forma, o agricultor familiar, marcado pela experiência com o mercado e com a modernização do processo produtivo, não pretende se sentir diferente ou anônimo aos acontecimentos, mas ser um agente integrado ao mundo, com a defesa e a valorização de sua identidade, sobretudo, com características próprias e produtivas, integradas aos mercados locais/regionais.

#### 1.4.2 Agricultura Familiar: Inserção Tecnológica e Lógica Produtiva

A agricultura familiar desenvolve atividades econômicas diferenciadas de acordo com as particularidades locais, buscando se consolidar no mercado, seja de modo individual, seja em complementariedade com o segmento agroindustrial. Essa categoria tem importância fundamental no Brasil, pois garante a segurança alimentar nas áreas rurais e em pequenas cidades, representando “[...] um projeto de inclusão social para aumentar o potencial produtivo e o papel dos envolvidos, quer na Amazônia (Uruará, Marabá), quer nas zonas irrigadas (Mandacaru), com capacidade de combater a fome (território *Kalunga*)” (TONNEAU et. al., 2007, p. 282). A referida categoria, quando inclusa no processo produtivo, acaba valorizando o desenvolvimento rural e local.

Contudo, o desempenho dessa categoria, no âmbito produtivo, depende da disponibilidade de condicionantes, como a existência de recursos, a inserção socioeconômica, a localização geográfica, as instituições e o comportamento econômico dos indivíduos, além da própria conjuntura econômica do país. Sendo assim, são quatro os condicionantes principais que na promoção demarcam a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural, destacando

[...] os incentivos que os produtores têm para investir e produzir, a disponibilidade de recursos, particularmente terras, água, mão-de-obra, capital e tecnologia, que determinam o potencial de produção, o acesso aos mercados, insumos, informações e serviços que influem de forma decisiva na capacidade efetiva de produção e, finalmente, as instituições, que influenciam as decisões dos agentes e inclusive sua capacidade, possibilidade e disposição para produzir. (BUAINAIN et. al., 2003, p.339-340)

Logo, a agricultura familiar, quando estimulada por via de incentivos, reduz a busca por alternativas fora das atividades agropecuárias e incita esta atividade como geradora de trabalho e renda para a família. A isso acrescenta-se o acesso à terra, haja vista a expressiva concentração fundiária no Brasil, pois “[...] Entre os agricultores familiares, um número significativo é proprietário de um lote menor que 5 ha, tamanho que, na maior parte do país, dificulta, senão inviabiliza, a exploração sustentável dos estabelecimentos agropecuários” (Op. Cit, p.322). A extensão territorial do maior número de unidades familiares de produção torna insuficiente o próprio consumo da família.

Segundo Vieira Filho (2014), o Brasil vem passando desde 1960, por uma mudança bem sucedida na transformação da produção agrícola, deixando de ser importador de alimentos e passando à condição de exportador. Essa mudança contextual, em todo o segmento da agricultura, deveu-se à produção de conhecimento, geração e difusão de tecnologia, graças à disponibilização de crédito rural, assistência técnica e pesquisa agrícola. Contudo, essa dinâmica não é homogênea. Mas, ainda assim, tem contribuído para o aumento da produção agropecuária, gerando o benefício de “[...] redistribuir renda, diminuindo o impacto dos preços dos alimentos na cesta de consumo das famílias” (Op. Cit, p.407). Assim, o conhecimento e a adequação de tecnologias e insumos têm possibilitado mudanças no campo, repercutindo na vida do agricultor familiar.

Na mesma linha, Alves Et. Al. (2010) demonstram que a maioria dos estabelecimentos da agricultura brasileira precisa se adequar, a fim de incorporar, em suas unidades produtivas, tecnologias, insumos e biotecnologias. Esses fatores juntam-se à necessidade de planejamento e de assistência técnica e são delimitados como impulsores para a produção agropecuária e geração de renda nas unidades familiares. Entretanto, o autor enfoca que não é só a presença de tecnologias que explicam a diferença de renda líquida entre as unidades, mas a forma de aplicação ao trabalho, isto é, a forma como se organiza e gesta temporalmente a produção. Aliado a isso explana-se, também, a falta de conhecimento e a necessidade de estímulos estatais, em termos de crédito e extensão rural.



Tal conjuntura se reflete na agricultura familiar ao se observar o setor agropecuário por grupos tecnológicos. Para Vieira Filho et. al. (2014, p. 410), “[...] na agricultura familiar, verifica-se que os estabelecimentos de PTF<sup>9</sup> acima de 1 e de alto conteúdo tecnológico (AT)<sup>8</sup> possuem renda bruta superior à média do Brasil”. Essa agregação de renda deve-se ao melhor aproveitamento dos implementos nas unidades familiares. Diante dessa conjuntura, observa-se que a agricultura familiar tem importante peso, apesar de modesta em termos de extensão territorial e de adesão tecnológica na produção agropecuária.

Todavia, focalizam-se ainda problemas, como a incapacidade de absorção de conhecimentos externos; a falta de mão-de-obra, motivada pela integração de trabalhadores à agroindústria; e a redução de membros da família disponível ao trabalho agrícola, devido ao acesso a estudo e a novas possibilidades de trabalho (Vieira Filho et. al., 2014). Sendo assim, se valida a necessidade de criar mecanismos para aumento da inclusão produtiva, criação de alternativas para os jovens para que vivenciem o campo e correção de falhas no mercado, em função dos preços dos artigos do produtor ser um ponto de estrangulamento, haja vista a concorrência com o preço dos produtos importados.

Em consonância com o exposto, Guanzirolli et. al., (2001, p.19), afirma que “[...] o agricultor familiar é capaz de gerar uma renda líquida superior ao custo de oportunidade de seu trabalho”, sendo que essa renda é resultado da soma da produtividade do trabalho e da terra. Acrescentam-se a isso as inovações científicas (genética e fisiologia vegetal) e o aumento da escala técnica, mesmo com o aluguel de máquinas por parte dos pequenos agricultores familiares, o que mostra a importância político-estratégica da agricultura familiar no sentido de promover produção eficiente, integrada à economia e às demandas sociais.

No Brasil, ainda agrega-se relevância à agricultura familiar. Segundo Lamarche (1993 e 1998), à utilização de tecnologias alternativas, às novas formas de organização produtivas, à adoção de atividades não-agrícolas, mas complementares, e à integração da cultura com o meio ambiente, sem desconsiderar a integração com a gestão municipal e com o poder público. Destarte, suscita-se a necessidade de quebrar o caráter conservador da modernização agrícola (discriminatória, parcial e incompleta) e dar novas possibilidades para que a pequena produção familiar se modernize, diluindo a dependência existente em relação à grande propriedade, à precariedade de acesso aos meios de trabalho, com a diminuição da pobreza rural e da mobilidade espacial (Op. Cit.).

---

<sup>9</sup> PTR – Produtividade Total dos Fatores; AT – Alto conteúdo tecnológico/Institucional. São critérios econômicos definidos para referendar os fatores de produção e o grau de tecnologia e de organização institucional dos agentes, denominados no quadro de Taxonomia por grupos de eficiência tecnológica (Vieira Filho et. al., 2014).

A agricultura familiar representa uma tendência para a definição de um projeto de desenvolvimento rural sustentável, que diminua a pobreza e distribua renda. Nessa conjuntura, o apoio creditício e técnico subsidiaria a organização dos produtores na redução de custos de transação comercial e estimularia novos caminhos de inclusão social. Isso porque, para que a agricultura familiar consiga ser competitiva, “[...] é preciso também garantir o acesso a serviços essenciais de educação e saúde às famílias rurais, eliminando, desse modo, o viés urbano dos investimentos sociais” (GUANZIROLI, 2001, p.43). Portanto, as ações referendadas promoveriam mais conhecimento no campo, menor fluxo de saída humana e, por fim, aumento na produção.

### 1.5 OS ESPAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

A Divisão Internacional do Trabalho impõe novas configurações ao espaço rural, numa relação campo-cidade mais específica, seja em nível de território nacional, seja em nível local. Essa relação ganha foco a partir da metade do século XX, com a revolução científico-tecnológica que intensificou o desenvolvimento do capitalismo no campo e a consequente modernização da agricultura (Santos, 2008). Esse aspecto vem sendo intensificado nas últimas décadas com a crescente inserção do agricultor familiar nas lógicas de mercado, tornando-o competitivo e demandador de novas possibilidades produtivas.

Nesse contexto, a agricultura familiar tão diversa e passível de diferenciação espacial, comunga sempre de atributos comuns, como: “[...] família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestação de valores e tradições (patrimônio sociocultural) em torno da e para a família” (TEDESCO, 2001, p.11). Essa categoria tem manifestado, nos últimos anos, a evolução dos processos sociais e da relação campo-cidade, perpassando as mudanças do meio rural brasileiro, entre as quais a afirmação, o reconhecimento e a legitimação dessa categoria juntamente ao Estado brasileiro, que demonstrou “fê” na sua importância socioeconômica, contribuindo, assim, para seu aparecimento nas estatísticas oficiais, a partir de 2006.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) passaram por refinamento metodológico, com a incorporação da nova categoria como conceito, a partir de premissas estabelecidas pelo

[...] Programa del censo agropecuario mundial 2010, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO) em 2007; as categorias da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0, elaborada pelo IBGE, em 2007, conforme a Clasificación Industrial Internacional Uniforme de Todas las Actividades Económicas – CIIU; e as orientações dos membros da Comissão Consultiva do Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2006, p.14)

A análise dos respectivos dados e a demarcação de critérios, como estabelecimentos com até quatro módulos fiscais<sup>10</sup>, dão a dimensão de como está definida a realidade agrária do país, através de dados sobre a organização dos meios produtivos, do uso da terra, das relações de trabalho, do grau de especialização e tecnificação, além da importância da questão ambiental. Deste modo, demonstra-se importante a observação da espacialização da agricultura familiar em território nacional como sinônimo da análise de políticas de desenvolvimento rural, a exemplo do Pronaf.

O Brasil está constituído por 190.755.799 habitantes (IBGE, 2010), sendo 84,36% em situação urbana e apenas 15,64% em situação rural. A evolução populacional de 1970 a 2010 demonstra crescimento em termos totais e urbanos, ao tempo que contabiliza um decréscimo de 27,33% da população rural (Tabela 02). Tal aspecto evidencia o esvaziamento do campo, mesmo num intervalo menor, como de 2000 a 2010, quando o decréscimo ficou em torno de 6,29%, na maior parte das vezes, explicado por questões complexas e de incentivos multidimensionais.

**Tabela 02 – Brasil**  
Crescimento populacional  
1970-2010

ANOS	Brasil		
	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053
1980	117.960.301	79.972.931	37.987.370
1991	146.825.475	110.990.990	35.834.485
2000	169.590.693	137.755.550	31.835.143
2010	190.755.799	160.925.804	29.829.995
Crescimento Relativo (1970-2010)	104,80%	208,96%	-27,33%

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.  
Organização: Carvalho, 2014.

<sup>10</sup> O módulo fiscal é uma medida expressa em hectares, fixada para cada município do país (variando entre 5 a 110 hectares – LANDAU, 2012.), a partir do tipo de “[...] exploração predominante no município; da renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda da área utilizada; e conceito de propriedade familiar” (INCRA, 2001). Esse módulo fora definido como parâmetro para classificação do imóvel rural a partir do tamanho, por meio do Art. 4º da Lei nº8.629/93, como forma de delimitar os beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Op. Cit.).

Em termos econômicos, observou-se que o Produto Interno Bruto brasileiro passou de R\$1.179.482,00 milhões de reais no ano 2000, para R\$3.770.085 milhões em 2010, apresentando um crescimento relativo de 219,63%. Já na agricultura fica evidenciado que o PIB também cresceu, mas em grau menor: 199%. Esse crescimento do Produto Interno Bruto total e da agricultura representa o período de reestruturação da economia brasileira, quando volta-se a valorizar a agropecuária, apesar de esta representar, no ano de 2010, menos de 5% do PIB total.

Além desses dados, é importante enfocar os seguintes aspectos: em 2006, o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários foi de 16,6 milhões, tendo diminuído em 7,2% em relação ao Censo Agropecuário de 1995/96; as exportações, ainda no referido ano, atingiram US\$36,9 bilhões em produtos agroalimentares, contra US\$13,8 bilhões, em 1995; e as importações de mesmo caráter decresceram de US\$6,5 bilhões (1995/96) para US\$4,5 bilhões (2006). O balanço comercial em termos de produtos agroalimentares para o Brasil dá uma dimensão da importância assumida não só pelo agronegócio, mas também pela agricultura familiar, no sentido de suprir o mercado interno com produtos alimentares (IBGE, 2006, p.14-15).

Diante dessa conjuntura e mediante dados do IBGE (2006), observa-se que a agricultura familiar está presente em 4.367.902 estabelecimentos, representando 84,4% de um total de 5.175.489 estabelecimentos existentes no Brasil. Em termos de área, a agricultura familiar ocupa 80.250.453 hectares, que perfazem 24,3% da área de estabelecimentos do país, com área média de 18,37 hectares/estabelecimentos. Decorrente disso, verifica-se que 15,6% do restante de estabelecimentos existentes no Brasil, na condição de não familiares, concentram 75,7% da área do país, com área média de 309,18 hectares/estabelecimentos. Tal fato demonstra a elevada concentração fundiária existente no Brasil que, além dos aspectos históricos condicionantes, respondem hoje pela demanda comercial de *commodities*.

Além disso, no aspecto da estrutura fundiária da agricultura familiar, deve-se considerar a presença dos assentamentos rurais, que representam a materialização dos resultados das lutas estabelecidas entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários, através da mediação do Estado, que adquire ou desapropria o patrimônio fundiário para fins de reforma agrária. No Brasil, o maior índice de reforma agrária com estabelecimento de acesso a terra aos desvalidos desse bem, isto é, ao agricultor familiar, ocorreu no início do século XXI, no Governo Lula (2003-2010), mas também, em menor índice, no governo Dilma (2011-2014), em que foram destinados 27% das terras agrícolas do país para tal fim. Esses

dados demonstram que os grandes estabelecimentos “[...] já superaram, em número e área, o total de imóveis rurais brasileiros com extensão superior a 5.000 hectares”<sup>11</sup>.

A instalação de assentamentos fora estimulada, sobretudo com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na década de 1970. Esse instituto passa a trabalhar com atribuições de outras instâncias, como do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA). Apesar de sua extinção em 1987, a Constituição Federal, estabelecida em 1988, define a Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária, forçando, assim, o reestabelecimento das funções do INCRA em 1989, que assume novas atribuições, dentre as quais questões referentes à política fundiária.

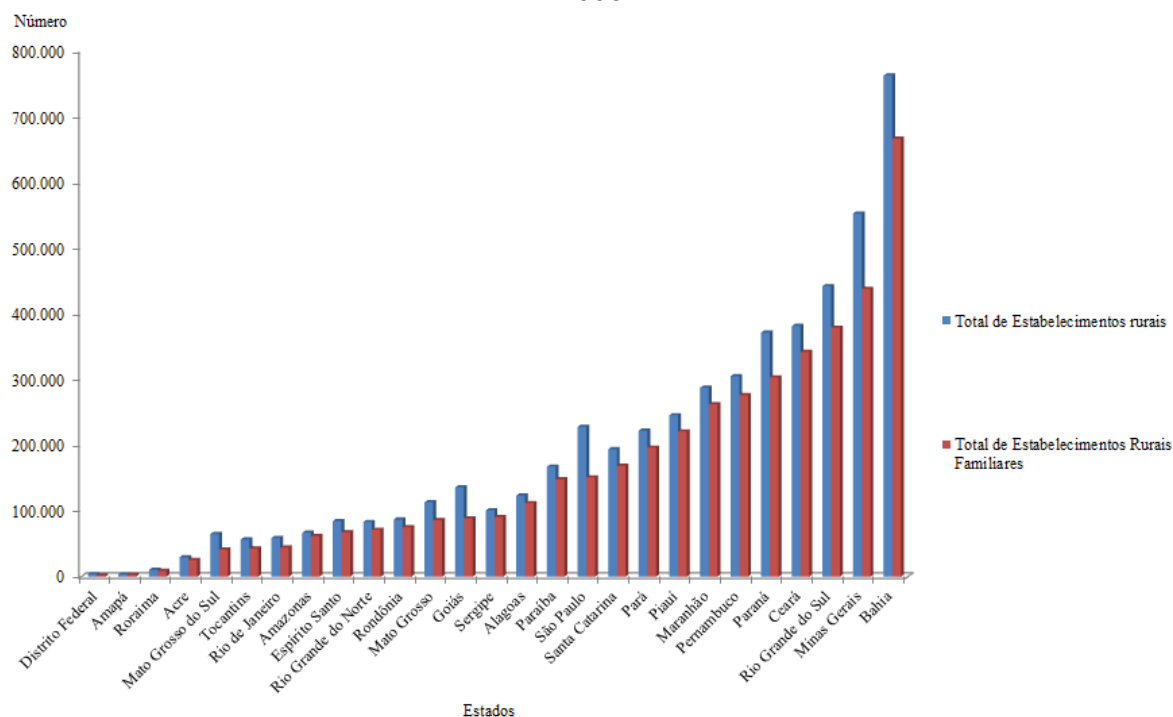
Hoje, no Brasil, existem 8.952 projetos de assentamentos, numa área de 87,8 milhões de hectares, com 1.258.205 famílias concentradas, principalmente, na região Norte (40,95%) e Nordeste (32,59%) (INCRA, 2010). Os respectivos números se explicam pelo foco na luta contra o latifúndio, principalmente no que se refere ao latifúndio açucareiro e pecuarista no Nordeste e, também, pelas fazendas originadas com o movimento das fronteiras agrícolas no Norte. Contudo, as áreas de assentamento representam novas possibilidades de produção, renda, moradia e condição de vida e trabalho dignas para milhares de agricultores familiares sem terra, além de recriarem condições básicas de vida, ajuste social e estabilidade de produção.

Nesse contexto, os estados brasileiros que apresentam maior número de estabelecimentos familiares são: Bahia (10%), Rio Grande do Sul (8,7%) e Ceará (7,8%) (Figura 02). Em termos de área dos estabelecimentos familiares, os estados que apresentaram destaque foram: Bahia (12,4%), Minas Gerais (11%) e Pará (8,6%), justificado pela grande extensão territorial dos respectivos estados (Figura 03). Já em termos de representação percentual de estabelecimentos da agricultura familiar por estado brasileiro, observa-se que a maior concentração de unidades familiares está no Amazonas, com 92,58% do total de estabelecimentos estaduais, contra 46,11% do total de estabelecimentos familiares existentes no Distrito Federal (Figura 04). A grande presença de estabelecimentos familiares na região Norte do país pode ser explicado pela dificuldade produtiva da área, haja vista a fragilidade dos solos, cujos horizontes são inexpressivos.

---

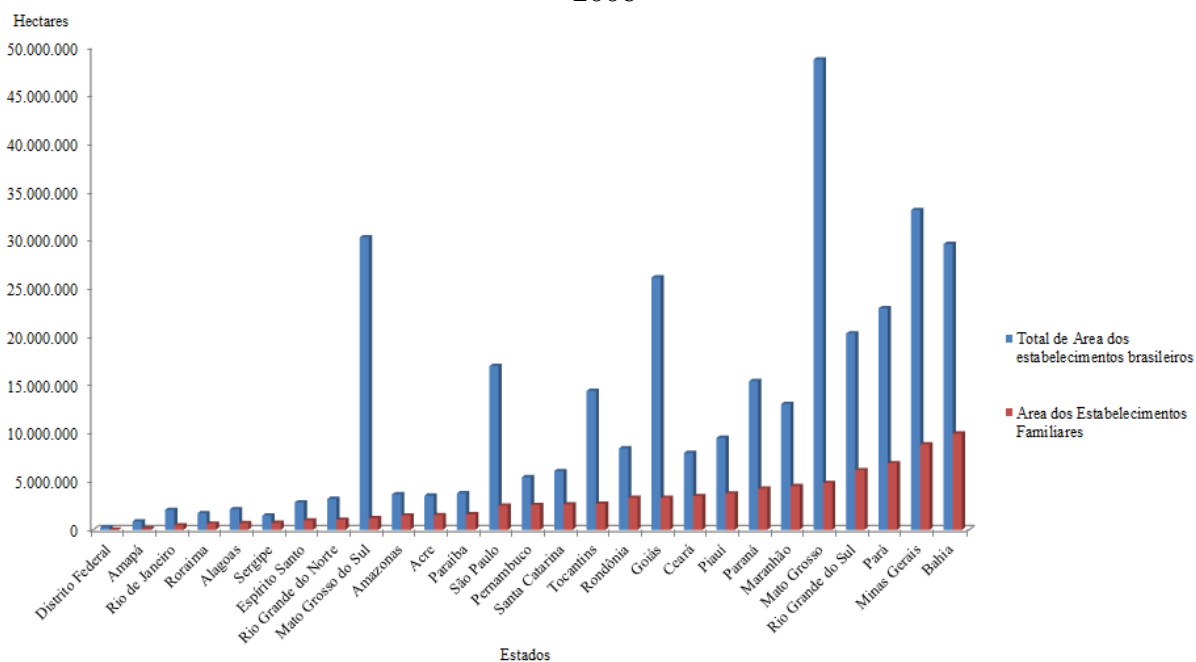
<sup>11</sup> VARGA, P. e GUEDES, C. A Nova Rota da Reforma Agrária no Brasil. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo. 3 de março de 2013. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/96585-a-nova-rota-da-reforma-agraria-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

**Figura 02- Brasil**  
Estabelecimentos rurais  
2006



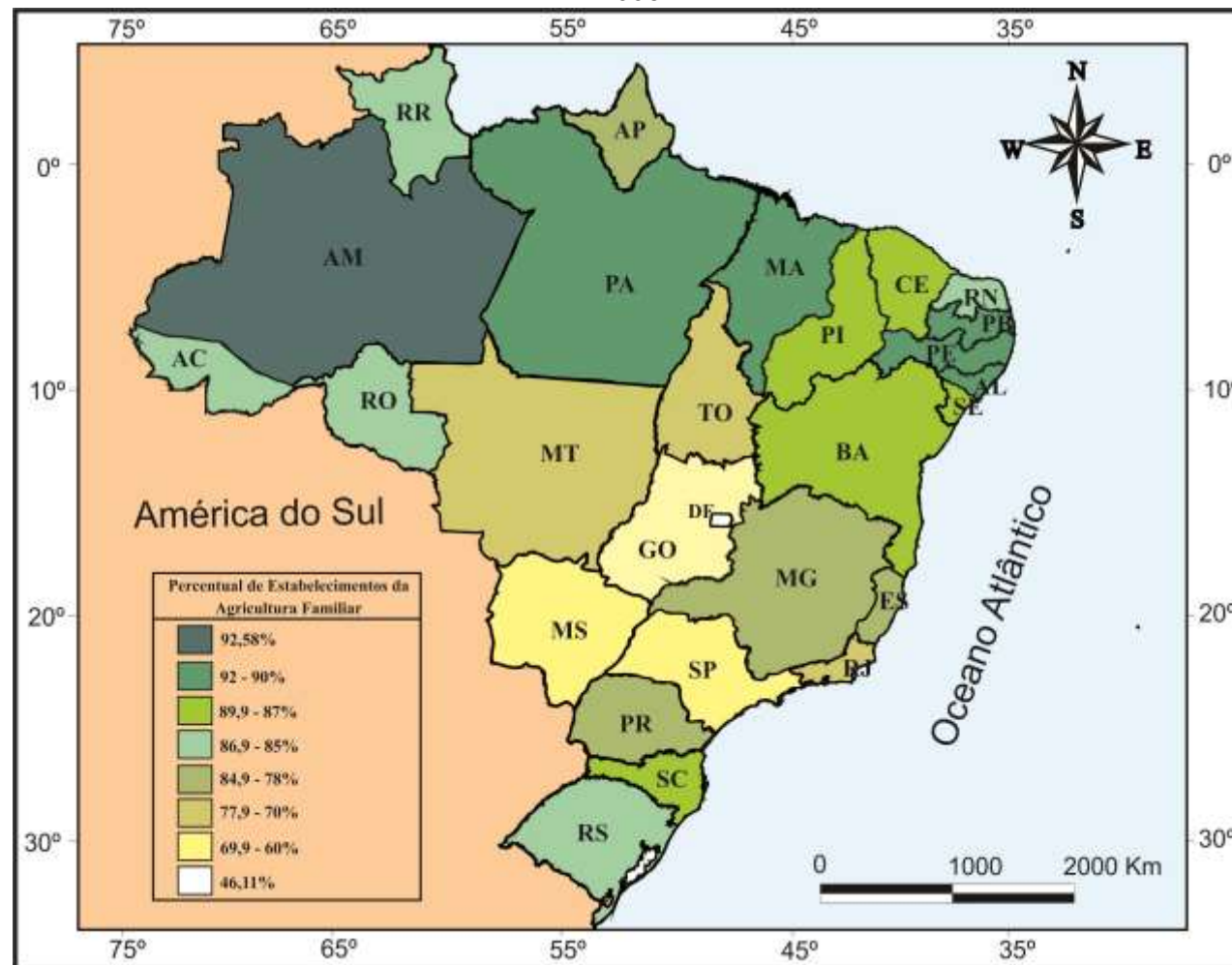
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 03- Brasil**  
Área dos estabelecimentos rurais  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.

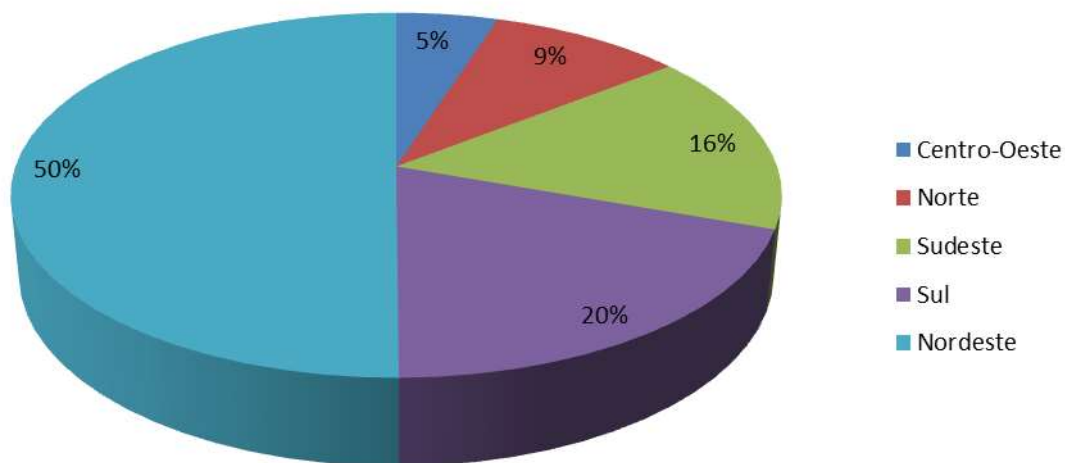
**Figura 04- Brasil**  
Participação da agricultura familiar  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2014.

Do total de estabelecimentos familiares brasileiros, 50% estão concentrados na região Nordeste, seguidos do Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste do país (Figura 05). Já a área total brasileira ocupada pelos estabelecimentos familiares fica disposta em 35% para o Nordeste, 21% para o Norte, seguidos de 16% para Sul, 16% para o Sudeste e 12% para o Centro-oeste. A baixa concentração de estabelecimentos e de área da agricultura familiar na região Centro-oeste chama muito a atenção em função do valor ínfimo de representatividade, justificada pela presença da agroindústria da soja e do frango, principalmente.

**Figura 05- Brasil**  
Estabelecimentos da agricultura familiar  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.

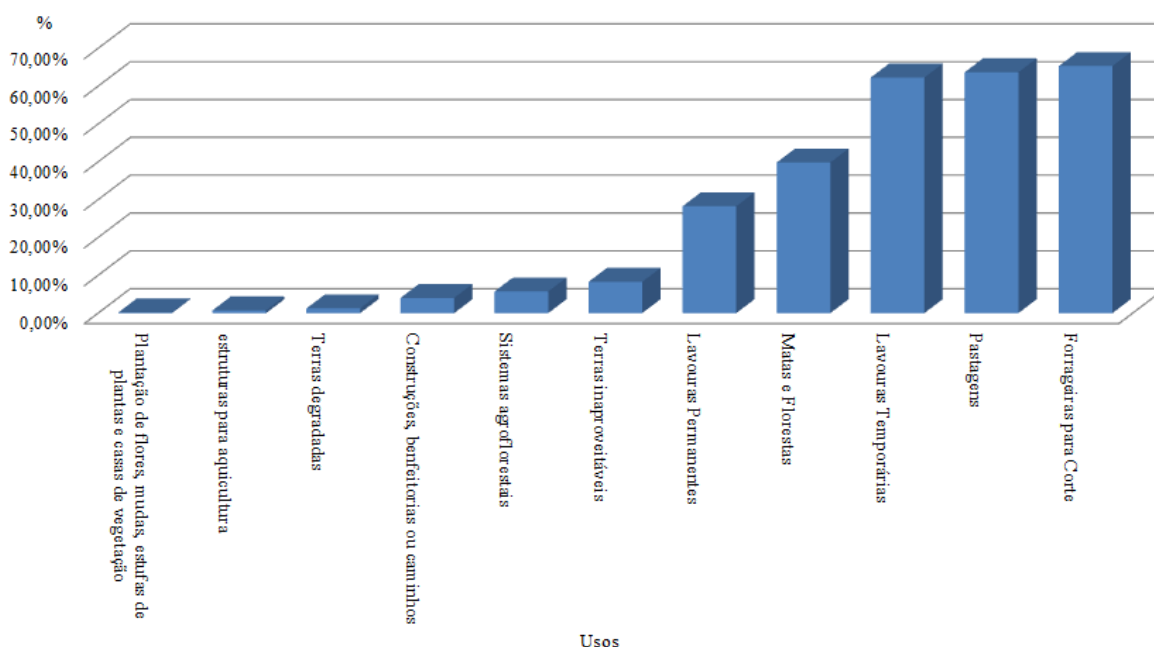
Além da abrangência da agricultura familiar em termos de ocupação do espaço geográfico, analisam-se as formas de utilização da terra, as condições do produtor em relação à terra, os anos de trabalho na direção do estabelecimento pelo produtor, o pessoal ocupado nas atividades das unidades familiares, os produtores que declaram ter atividades fora das unidades familiares e as receitas obtidas pelos estabelecimentos familiares.

Em relação à forma de utilização das terras dos estabelecimentos brasileiros, na condição de familiares, observa-se a preponderância de áreas plantadas com: 1- forrageiras (65,28%), que são consideráveis no tocante à manutenção e mesmo ao plantio de áreas com gramíneas e leguminosas, a exemplo dos capins nativos (capim-colonião, capim-mimoso e



capim-panasco<sup>12</sup>), além da presença de árvores forrageiras no Nordeste, a exemplo do juazeiro e do mandacaru, que servem de alimentação animal; 2- pastagens (63,64%), que, pela extensão territorial e características climáticas, favorecem a constituição de pastos com alimentação para criação de bovinos, principalmente; 3- lavouras temporárias (62,26%), que ganham espaço no país, nos últimos anos, devido às *commodities* de cereais, sobretudo com o plantio de soja; 4- áreas de matas e florestas (39,80%), que estabelecem e se mantêm presentes entre as atividades de uso da terra, devido, majoritariamente, à normatização das áreas de preservação das unidades produtivas; 5- lavouras permanentes (28,24%), que proporcionam mais de uma colheita e são representadas, no país, pelo cultivo de café, laranja e plantas de frutas arbóreas (maçã, jaca, jabuticaba, goiaba, uva, etc.); e 6- outros cultivos, que somam conjuntamente (20%). Esses dados dimensionam a eficiência produtiva do país, ao tempo que mostra sua potencialidade ao manter ainda muitas áreas inaproveitáveis (Figura 06).

**Figura 06- Brasil**  
Uso da terra nos estabelecimento da agricultura familiar  
2006



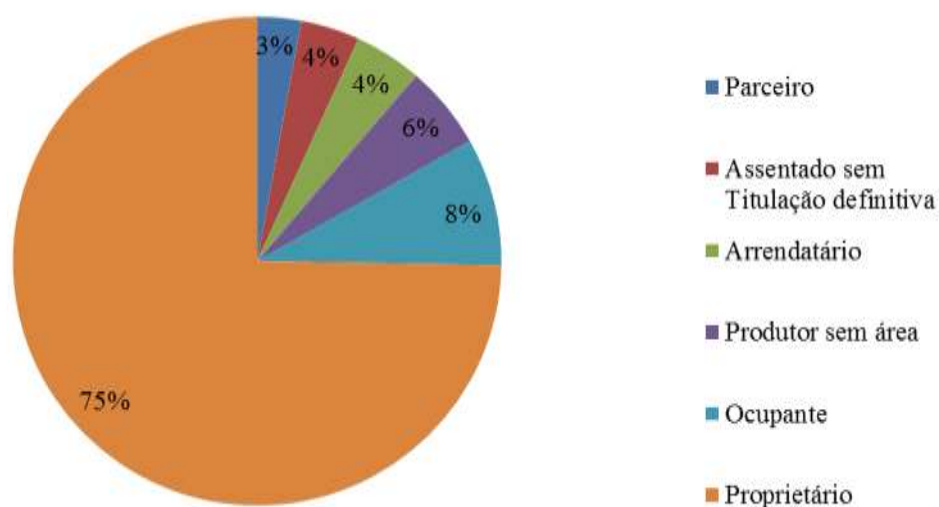
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.

O segundo aspecto em evidência refere-se às condições do produtor em relação a terra. Tal condição mostra-se majoritária em números de proprietários, que somam 3.263.868 de um

<sup>12</sup> Costa, E. **Forragicultura** – Apostila. UFAC. S/A. Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABs7oAE/forragicultura-apostila?part=1>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2015.

total de 4.367.902 estabelecimentos familiares (Figura 07). Esse dado mostra como o agricultor familiar preza pelo domínio de seu estabelecimento, via documento, seja escritura, seja recibo. Após a condição de proprietário, segue-se a de ocupante com 368.668 estabelecimentos, evidenciada pela falta de documentação em relação à terra, fato que dificulta, para o agricultor, o acesso às políticas públicas nacionais. Os demais grupos (assentados sem titulação definitiva, arrendatário, parceiros e produtor sem área) somam 735.366 estabelecimentos, que representam 17% do total. Esses números demarcam fortemente a problemática fundiária do país.

**Figura 07- Brasil**  
Condição do produtor em relação à terra  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.

Em termos de anos de trabalho na direção do estabelecimento pelo produtor, observa-se que 62,25% dos agricultores dirigem há mais de 10 anos suas unidades produtivas, sendo esse total compartimentado por gestão masculina, em 53,23% dos casos, e por gestão feminina, em 9,02% dos casos. Contudo, a soma da variação de menos de um (01) ano a mais de 10 anos na direção dos trabalhos por sexo mostra que 86,25% dos estabelecimentos da agricultura familiar são dirigidos por homens e 13,75% por mulheres (Tabela 03), dados que demonstram o crescimento do número de mulheres que assumem a função de chefes das unidades produtivas no espaço rural brasileiro.

**Tabela 03 – Brasil**

Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimento, por sexo e grupos de anos de direção na agricultura familiar

2006

Sexo	Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimentos	Total
Homens	Menos de 1 ano na direção dos trabalho	100.878
	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	654.887
	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalho	686.234
	De 10 anos e mais na direção dos trabalhos	2.325.341
Mulheres	Menos de 1 ano na direção dos trabalho	14.764
	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	93.573
	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalho	98.580
	De 10 anos e mais na direção dos trabalhos	393.645
Total		4.367.902

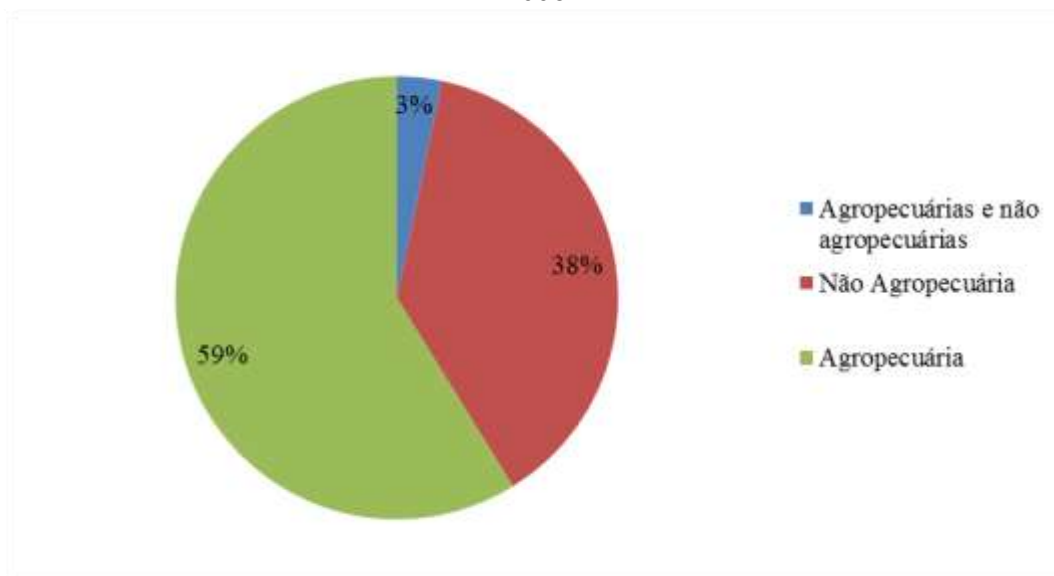
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Organização: Carvalho, 2014.

Outro aspecto destacado é o número de pessoas ocupadas nas atividades das unidades familiares. De um total de 16.567.544 pessoas ocupadas nos estabelecimentos brasileiros, 74,37% estão na agricultura familiar. Esse fato, por si só, já justificaria a elaboração de políticas públicas que viabilizassem seu fortalecimento e mostrasse a força que esses trabalhadores têm em promover mudanças sócio-espaciais, no sentido de desenvolvimento econômico e social do espaço rural. Do total familiar (12.322.225 pessoas), 66,4% são homens e 33,6% são mulheres. Além disso, 1.113.992 produtores declararam manter atividades fora da sua unidade produtiva familiar em atividades agropecuárias e não agropecuárias (figura 08).

**Figura 08- Brasil**

Atividades executadas pelo produto fora de sua unidade produtiva  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Organização: Carvalho, 2014.

As receitas obtidas pelos estabelecimentos familiares, segundo o Censo Agropecuário (2006), advieram da venda de produtos agropecuários (vegetais, animais, húmus e esterco), mas também e principalmente do turismo rural, desenvolvido em 2.188 estabelecimentos; da integração com a agroindústria por parte de 6,4% dos produtores; da aposentadoria ou pensão, presentes em 20,32% dos estabelecimentos familiares, tendo disponibilizado uma renda superior a 5 milhões de reais; de membros da família que tiveram salários obtidos com atividades fora dos estabelecimentos, em 7,75% dos estabelecimentos, cuja renda gerada foi de aproximadamente 1,5 milhões de reais; dos programas do governo (Federal, Estadual e Municipal) que beneficiaram quase 15% dos estabelecimentos familiares, com a disponibilização de renda de R\$544.211,00; etc. (Tabela 04).

**Tabela 04 – Brasil**  
Receitas obtidas pelos estabelecimentos familiares  
2006

Receitas obtidas pelos estabelecimentos Familiares		Estabelecimentos	Valores (R\$ 1000)
	Produtos Vegetais	1.970.265	27.883.780
Produtos Agrícolas	Animais e Seus produtos	1.729.341	8.693.506
	Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros	9.802	121.293
	Húmus	878	6.716
	Esterco	25.124	34.266
	Turismo Rural	2.188	13.546
	Exploração mineral	4.411	28.653
Outras Atividades	Produtos da Agroindústria	279.443	1.474.487
	Prestação de serviços de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários por terceiros	37.101	130.610
	Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.)	28.797	67.632
	Aposentadoria ou pensão	887.912	5.036.925
Outros recursos	Salário obtido com atividades fora do estabelecimento	388.418	1.878.093
	Doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos	37.995	59.478
	Programas especiais do governo	644.257	544.211
	Desinvestimentos	24.383	160.328
	Pescado (capturado)	30.914	57.115

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

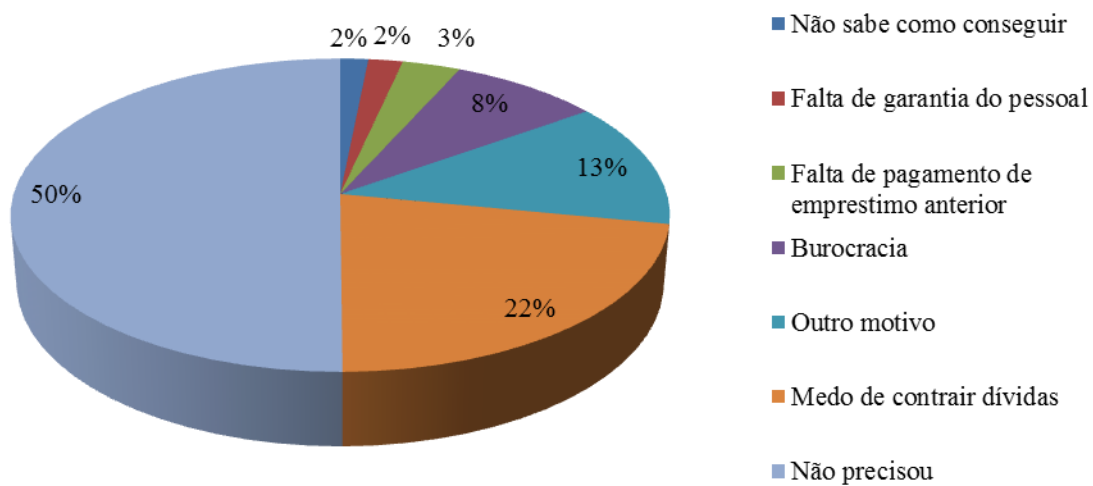
Organização: Carvalho, 2014.

O rural brasileiro está mudando, pois a agricultura familiar está integrada às dinâmicas do capital na produção de mercadorias e geração de renda, a partir de sua inserção em atividades que, até pouco tempo, eram incomuns as suas práticas, a exemplo de atividades ligadas ao turismo rural e mesmo da integração às agroindústrias. Isso evidencia que o mercado tem demandado mais da agricultura familiar, a qual tem correspondido as suas necessidades. Além disso, é marcante a força da aposentadoria ou pensão, que evidencia o envelhecimento da população rural, e mesmo de programas governamentais, como o Bolsa Família, na circulação de dinheiro no espaço rural.

A circulação de dinheiro no espaço rural tem sido fortalecida com a obtenção de financiamentos por 780.344 estabelecimentos familiares, distribuídos entre investimentos (representatividade de 44%), custeio (representatividade de 52%), comercialização (representatividade de 1%) e manutenção do estabelecimento (representatividade de 9,5%). Os respectivos dados também evidenciam que alguns desses estabelecimentos tiveram mais de uma modalidade de financiamento, aspecto explicado pela diminuição dos quesitos burocráticos para se ter acesso a crédito, haja vista aproximadamente 18% dos estabelecimentos terem usufruído do mesmo.

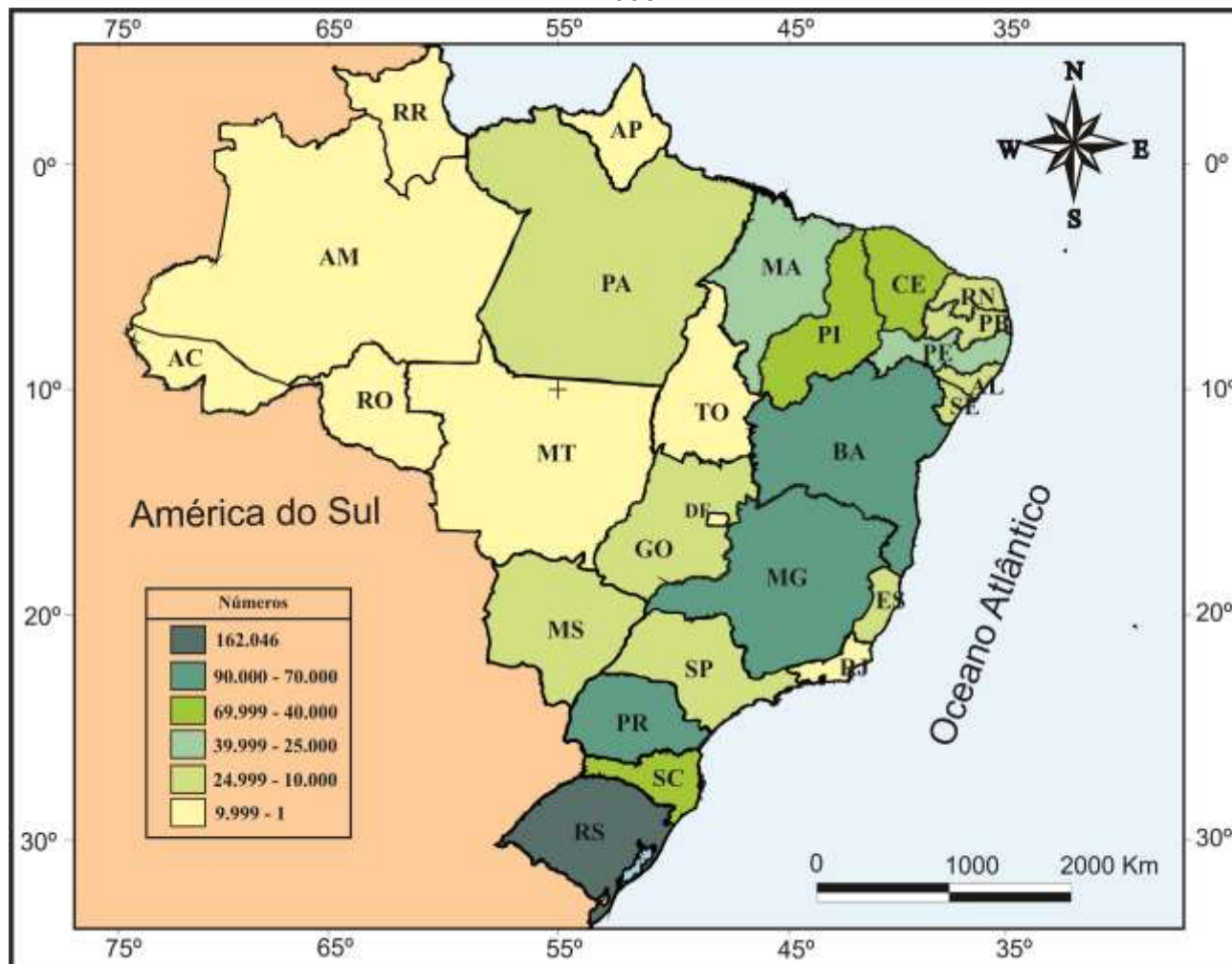
Ainda assim, foi visível, em análise dos dados do IBGE (2006), que 82% dos estabelecimentos não obtiveram financiamentos, justificados pelo fato de não precisar, por outros motivos, por medo de contrair dívidas, burocracia, entre outros (Figura 09). O respectivo dado mostra como o agricultor ainda é desconfiado quanto a programas de crédito, motivado principalmente pela ideia de perda da propriedade, em caso de não conseguir pagar o empréstimo, e mesmo, por não saber manusear algumas dessas políticas de crédito. Além disso, valida-se que a distribuição em termos de estabelecimentos que obtiveram recursos é bem irregular, estando concentrada nos estados de maior tradição produtiva (Figura 10).

**Figura 09- Brasil**  
Motivos para não obter crédito  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 10- Brasil**  
Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento na Agricultura Familiar  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2014.

Por consequência, esses dados secundários advindos das pesquisas oficiais dão uma dimensão inicial de como estão concentrados os estabelecimentos agropecuários, a área, o pessoal ocupado na atividade, renda, etc., ao tempo que demonstra a expressão numérica da agricultura familiar, a qual é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação foi a soja com 16% (IBGE, 2006). Deste modo, “[...] a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é 677 reais por hectare/ano” (MDA, 2010). Além disso, a agricultura familiar é apontada como potencializadora de uma nova agenda de desenvolvimento rural para o Brasil.

Logo, o agricultor familiar, mais que uma proposta política, é um agente econômico e produtor autônomo. Por mais que essa nomenclatura não especifique uma classe, mas vários segmentos sociais com suas especificidades, ela representa uma condição frente às propostas de inclusão socioprodutivas e de desenvolvimento do espaço rural em nível local. Nessa direção, o Pronaf, em suas várias linhas, mas sem especificidade com as realidades locais, tem servido de alicerce para que muitos desses agricultores se insiram no mercado.

De modo geral, os investimentos aceitos pelo agricultor familiar em suas múltiplas formas favorecem a capacidade de autorregulação, que repercute nos sistemas de exploração, na distribuição dos rendimentos e nos modos de consumo. Tudo isso nos moldes da estratégia empresarial, fundada na diversificação produtiva e na absorção dos membros no trabalho familiar. Assim, a agricultura familiar é uma construção de mobilização política, constituída de organizações e gestão das relações de produção e trabalho na dinâmica da família. Logo, essa categoria corresponde

[...] a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor. (NEVES, 2007, p.265)



Portanto, a agricultura, enquanto categoria predominante no espaço rural brasileiro, tem hoje a função de promover o desenvolvimento do espaço rural, a partir da correspondência de variadas demandas socioeconômicas e através de sua inserção no mercado. Essa constante tem sido estimulada por políticas públicas, como o Pronaf, cuja finalidade é superar os índices de pobreza e suas implicações no campo. Sendo assim, desde a década de 1990, o rural passa a ser refletido fora da lógica das atividades produtivas setoriais, mas como um modo de vida, espaço de variadas atividades e de relações sociais entre atores diferentes, que se expressa na definição da agricultura familiar e de um arranjo institucional, no intuito de atender às necessidades físico-financeiras dessa categoria social.

# **CAPITULO 02**

---

**SINGULARIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA  
AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE**

## 2 SINGULARIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE

Ao longo da história, a relação homem-natureza se processou, em nível local, devido às atividades humanas de sustento ocorrerem no seu espaço de vivência. Entretanto, a intensificação do sistema capitalista de produção acarretou o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho através da ruptura do homem com seus meios de produção. No período atual, segundo Santos (2003), as relações entre a sociedade e seus espaços locais passam a depender cada vez mais de forças externas que dominam o espaço e que orientam a produção e o destino dos seus habitantes. Nesse sentido, os espaços têm se diversificado por inserção de capital, pelos produtos que criam e pelo excedente que geram.

A organização do espaço rural sergipano tem início 60 anos após o processo de colonização, em 1590, quando os portugueses foram motivados a manter contato entre as capitanias de Pernambuco e da Bahia, o qual fora efetivado após a guerra contra os índios e quando houve a imposição da atividade criatória. Nesse momento, os sergipanos tornavam-se pastores, ao invés de agricultores. Por esse fato, Santos e Andrade (1992, p.22) demarcam que foi “[...] a pecuária o fator econômico a impulsionar a rápida arrancada do colonizador branco pelo território sergipano” (Op. Cit). A aptidão dos pastos para a pecuária de bovinos, muares, equinos e gado miúdo (suínos, caprinos e ovinos) fora tão satisfatório, que tornou a capitania de Sergipe, espaço fornecedor de bovinos para os engenhos da Bahia e Pernambuco. Esse fato demonstra a importância de Sergipe no contexto de relações econômicas entre duas das principais províncias existentes em terras brasileiras.

Posteriormente, Diniz (1991, p.172) demonstra que a pecuária fora muito forte entre os séculos XVII e XVIII, sendo que, com o avanço da produção de cana, essa atividade acabou migrando para o sertão. Aspecto que também é evidenciado por Santos e Andrade (1992, p. 28), ao relatarem a ocupação de vales férteis de rios sergipanos, próximos ao litoral, com cana-de-açúcar. Essa ocupação deu-se motivada pela

[...] valorização do açúcar nos mercados europeus, ante o crescimento do consumo decorrente das transformações estruturais geradas, pela revolução comercial [...]. Os rebanhos, foram sendo impelidos para terras agrestadas e semi-áridas do sertão, desde quando os canaviais passaram a ser protegidos pela Carta Régia de 1701 que proibia a criação até dez léguas do litoral. Os rebanhos começam a servir de retaguarda econômica aos engenhos, suprimindo

as necessidades de carne e animais, além de continuarem a ser exportados para a capitania da Bahia e Pernambuco (Op. Cit.)

Ao lado dessas atividades, a agricultura de subsistência era dominante, sendo cultivados gêneros alimentícios, como mandioca, feijão, milho, arroz, que também eram absorvidos nos engenhos e nas cidades nascentes. Sendo assim, a ocupação e fixação do colono no território sergipano inicia-se efetivamente no final do século XIX, com as plantações de mandioca, algodão e legumes (NUNES, 1975, p.411). Tal produção e repasse deveram-se à diminuição do tamanho do engenho que, por consequência, “[...] abandonou o plantio dessas culturas, que passaram a ser cultivadas por lavradores pobres, carentes de capital” (DINIZ, 1991, p.175). Por conseguinte, verifica-se uma especialização produtiva nos latifúndios, com a cana, ao passo que culturas de subsistência passam a ser desenvolvidas em pequenas áreas, muita vezes, em correspondência com as demandas das unidades canavieiras.

Sendo assim, o atual espaço circunscrito ao estado de Sergipe é resultado do êxito histórico de atividades econômicas, entre as quais: a pecuária, primeira atividade econômica do estado; as atividades de subsistência, sempre estimuladas pela necessidade alimentar; e a produção algodoeira e canavieira, comum a partir do século XVIII. Esses três ciclos de atividades estiveram entremeadas aos interesses do mercado, sendo quase sempre mantidas, em termos alimentares, por agricultores familiares pobres. Nesse sentido, faz-se necessário demarcar alguns aspectos históricos do desenvolvimento espacial de Sergipe, assim como delimitar as políticas públicas que alicerçaram a agricultura familiar até então e, nesse contexto, evidenciar a estrutura do espaço rural atual e o impulso dado pelo Pronaf na organização produtiva desse território.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO DO ESPAÇO RURAL SERGIPANO E A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A colonização do território sergipano tem relação direta com a atividade pecuária. Tal atividade, apesar de requerer terras, mostrou-se menos rígida em termos de acesso à posse de sesmarias (pequenos lotes de terra), quando comparada à história nacional, e de utilização do trabalho livre, estabelecendo uma sociedade menos hierarquizada até iniciar-se o cultivo da cana (Nunes, 1989). Destarte, até o início do século XVII não existiam engenhos em Sergipe,

devido ao alto custo de instalação, à necessidade de grandes áreas e de terras férteis e à dificuldade em desmatar áreas para empurrar a prática pecuária para o interior do território. Além disso, o estímulo dado aos agricultores pobres para cultivar produtos demandados pelos engenhos, demarca a atividade comercial da agricultura e a existência do agricultor familiar.

A porção central das terras, hoje, constituintes do estado de Sergipe, perfazia a vila de Itabaiana, com cerca de 200 léguas, tendo por limites a leste a vila de Santo Amaro, pelo rio Sergipe; a oeste, a vila de Lagarto, pelo rio Vaza-Barris; ao norte, a freguesia de São João de Jeremoabo; e ao sul, a Capital de Sergipe Del Rey. Nessas terras, inicialmente, foram edificadas prósperas fazendas de gado que, com a invasão holandesa, foram sendo destruídas e consolidadas, posteriormente, plantações de algodão, mandioca e legumes (Nunes, 1975). Os respectivos cultivos eram realizados por colonos que se instalaram nas terras de Itabaiana.

Segundo Nunes (1975), a agricultura foi se desenvolvendo em espaço aberto, “[...] fixando o colono e, assim, ocupando, territorialmente, uma grande parte da vila na base da pequena propriedade (os sítios), que ainda hoje é a característica marcante do município de Itabaiana” (Op. Cit., p. 411). Sendo assim, a estrutura fundiária das, então, terras de Itabaiana estava se definindo pautada na pequena propriedade. Para Santos (1984, p.28), esse fato justifica-se pelo tamanho das sesmarias distribuídas entre 1726 a 1800 e no desmembramento das unidades por herança.

Apesar dessa constatação sobre as pequenas propriedades, não se pode negar que as terras de Itabaiana foram acometidas, durante anos, por choques entre lavradores e criadores, fato que se resolveria em 14 de janeiro de 1830, quando ficara proibida, pelo Conselho Geral da Província, a criação de gado solto nas matas de Itabaiana. Dessa forma, ficaram “garantidas as plantações em aberto nas “matas”, a agricultura foi se expandindo, ocupando principalmente as terras do oeste da vila” (NUNES, 1975, p. 417). O desenvolvimento das atividades agrícolas propiciara a demarcação das pequenas unidades produtivas, contribuindo, assim, para o surgimento de vários núcleos populacionais e para o ganho de autonomia política, isto é, para o surgimento de municípios.

Prosseguindo no contexto histórico de Sergipe, já no final do século XVIII, Santos (1984) relata que houve um período de reorganização política e econômica em terras sergipanas, coincidindo com as “[...] concessões de sesmarias [...]. Neste, as de três léguas por uma légua dominaram alcançando o maior percentual, ou seja, 25% [...]” (Op. Cit., p.16). Essa agregação de área por sesmaria estimulou ainda mais a atividade canavieira e reforçou também a pequena agricultura de base familiar e comercial, sobretudo na porção agreste. Tal aspecto contribuiu para o crescimento do número de engenhos, conforme expõe Santos (1984,

p.18), em que “A capitania de Sergipe, em 1756, contava com 46 engenhos, tendo este número triplicado para 146, em 1798”. Todavia, o número de engenhos continua a crescer, chegando a quase 700. No alvorear do século XX, os engenhos mostram a edificação do monopólio da terra em Sergipe, nos vales das principais Bacias Hidrográficas (Japarutuba, Sergipe e Vaza-Barris). O crescimento da atividade canavieira fora tão intensa que, no final do século XIX para o século XX, o já estado de Sergipe, no período Republicano, atingiu a colocação de segundo maior produtor de açúcar no Nordeste (Nunes, 1989).

A grande propriedade canavieira ocupou até o século XIX grandes extensões de terras em Sergipe, onde, além do cultivo comercial, também se produziam cultivos alimentícios voltados a subsistência. Apesar disso, também existiam pequenos estabelecimentos com produção independente, que subsidiava a demanda dos engenhos. Nas palavras de Diniz (1991, p.175), ao lado da grande propriedade, também existia “[...] a pequena produção independente onde eram cultivados os gêneros alimentícios (mandioca, feijão, milho, arroz), necessários para o abastecimento do engenho e da população urbana”. Deste modo, a história fundiária de Sergipe demonstra que mesmo em meio à definição de grandes propriedades, a pequena instala-se por força das circunstâncias de brancos pobres e também por necessidade alimentar.

Esse fato é ainda expresso na demarcação de apoio ao segmento de subsistência, mediante Resolução nº 599 de 10 de outubro de 1860. Por esse apoio, a então província estava apta a criar cinco colônias agrícolas, sendo duas para colonos nacionais e três para colonos estrangeiros, a serem localizadas, segundo Carvalho (2012, p.26), à “[...] margem do Rio São Francisco, Capela, Laranjeiras, Itabaiana ou Simão Dias e Estância; [...] com a finalidade de cultivo de milho, de arroz, de feijão, de mandioca e do criatório do gado miúdo”. Por conseguinte, observa-se que, em Sergipe, outras atividades agrícolas foram sendo estimuladas, além das atividades pecuaristas e canavieiras.

Ainda assim, persistiu-se, em Sergipe, a instalação do mesmo contraste fundiário corrente em toda região Nordeste do país, com base nos latifúndios, na monocultura canavieira e no trabalho escravo. Somente na segunda metade do século XIX, passa a haver uma divisão sucessória da terra em Sergipe, segundo Almeida (1993), através do fracionamento da propriedade açucareira. Ação que decorreu do declínio dessa atividade. No século XX, o declínio da atividade canavieira fora impactada, segundo Santos e Andrade (1992, p.31), por “[...] fatores externos, como a concorrência de outros países produtores e internos, ligados à rotina, ao arcaísmo, ao individualismo, que dominaram a agricultura

sergipana [...]”. Tais fatores repercutiram nos números de engenhos, que passou a 329 em 1917, dos quais, 133 ainda eram movidos à tração animal (op. Cit).

Além disso, com a aplicação da Lei de Terras (1850) e da Lei de Hipotecas (1864), “[...] a terra além do valor de uso passa a possuir também valor de troca, transformando-se em mercadoria e, naturalmente, percebe-se o início de um período de desordens sociais, com práticas de apossamentos puro e simples” (SANTOS, 2011, p.64). A Lei de terras acabou estabelecendo o princípio da revalidação e da legitimação que garantiu a posse de terras a pequenos proprietários, desde que tivessem cultivadas, com a emissão de títulos de domínio (Diniz, 1991). Essa lei teve o propósito de limitar a expansão dos latifúndios e de exigir que a terra servisse de morada, sendo cultivada.

No século XIX, o estado de Sergipe contava com 5,1% da população livre tendo terras registradas, das quais se aponta que a natureza de posse dava-se por herança (49,3%), por apossamento (19,7%), por compra (23%) e outros modos não definidos pelos proprietários (8%). As terras registradas passaram por várias nomenclaturas entre as quais os “[...] quinhões, com 26,1%, seguido pelo apossamento com 19,7%. Porém, ao somar os sítios com sítios de terras, estes predominam com 34,6%” (Op. Cit., p.96). Em termos de declaração profissional, a estrutura ocupacional da população de Sergipe, nesse período, demarca que 72,7% trabalham no setor primário da economia (agricultura e pecuária) (op. Cit.).

Por esse contexto, a pequena propriedade com lavouras alimentícias e com a produção de algodão associa-se à presença de posseiros, considerados precursores da pequena propriedade, a qual, segundo Diniz (1991), teria se constituído a partir da ocupação de terras nos limites das sesmarias ou de partes de sesmarias desprezadas, ou, ainda, ocupavam terras devolutas. Por isso, afirma-se que “[...] os pequenos posseiros foram, portanto, os precursores da formação da pequena propriedade [...]” (Op. Cit., p.179). Esses agentes demarcaram seus lotes e, com a nova legislação, tornaram a terra um bem de alto valor fundiário.

Nessas circunstâncias, a pequena propriedade definia sua integração às demandas de mercado, pois plantavam-se itens como cana e algodão. É preciso lembrar que, nesse momento, o algodão era considerado a “cultura dos pobres” e somente com os incentivos ingleses e por consequência da Guerra de Secessão Americana (1816-1865), fora possível o aumento da produção algodoeira em Sergipe (Diniz, 1991). Os itens de subsistência ficaram restritos a praticamente milho, feijão, arroz e mandioca. Disso, atesta-se que “hoje a pequena propriedade agrícola é importante em Sergipe e não resta dúvida que o algodão foi o cultivo que permitiu sua consolidação como unidade produtora a nível comercial” (Op. Cit, p.181),

aspecto que valida a condição de muitas das unidades situadas em áreas que perfaziam as terras de Itabaiana.

Com a introdução da República no Brasil, o território sergipano tem uma diminuição da ocupação agrícola, pois dos 310.926 habitantes, apenas 33,8% estavam inseridos no setor agropecuário, sendo que a produção de açúcar concentrava o maior contingente (Santos, 2011). Além disso, passa-se a existir um aumento da divisão da terra, com incremento de áreas às pequenas unidades, fato atestado por Diniz (1991, p.181-182),

[...] a área das propriedades de mais de 1.000 hectares, que em 1924 era de 2.230,1ha, reduziu-se para 846 hectares. O aumento de concentração deve-se, portanto, ao incremento substancial das menores propriedades, gerando um acentuado processo de minifundização, que é hoje muito forte em alguns municípios do Estado, como em Itabaiana [...]. (Op. Cit.)

O processo de minifundização fora intenso em Sergipe, sendo evidenciado que, na década de 1980, segundo Diniz (1991, p.182), “[...] 63,1% dos imóveis rurais sergipanos têm menos de 10 hectares, apresentando uma área média de apenas 3,3 ha”. Além disso, faz-se necessário observar que “[...] os latifúndios cobriam uma superfície de 1.137.942,1ha, ou seja, 52,9% da área dos imóveis cadastrados”. Logo, os respectivos dados dimensionam que, mesmo em número menor, os latifúndios concentravam áreas cultiváveis expressivas no estado.

Para Carvalho (2012), entre 1860 e 1968, foram observadas em Sergipe muitas ações em prol do capital, principalmente em termos de edificação de engenhos e de compra de maquinários para refinamento do açúcar, além de auxílios concedidos a alguns poucos cidadãos em relação à fundação de fábricas de tecidos de algodão e de fábrica para extração de óleo do caroço de algodão. Todavia, Diniz (1991) constata que, mesmo em municípios como Itabaiana e Boquim, onde o processo de minifundização foi mais intenso, os índices de produtividade favoreceram o ingresso de pequenos agricultores na lógica de mercado, obtendo, assim, resultados positivos.

Na perspectiva de modernização, Carvalho (2012) mostra que o Estado tenta fomentar novas atividades agrícolas, premiando, em dinheiro, quem se dispusesse a se dedicar a novas culturas (arroz, algodão e cultura do coqueiro) e a práticas pecuárias com utilização de espécies selecionadas. Além disso, incentiva-se a aquisição de máquinas para o manejo agrícola. Em 1920, o estado de Sergipe importaria 3 tratores, com o intuito de mecanizar o solo, distribuídos entre as usinas açucareiras. Havia, assim, um estímulo por parte do Estado no sentido de melhoria das condições produtivas nas unidades agrícolas.



Apesar disso, o processo de modernização, a consolidação do Estatuto do Trabalhador e mesmo as questões edafoclimáticas, principalmente as secas, acabaram destruindo muitas pequenas unidades produtivas e, por consequência, reforçaram

[...] o domínio da grande propriedade e, por outro lado, gera impactos negativos de caráter social, transformando o camponês em bóia-fria, agravando os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios e concentrando ainda mais a propriedade da terra. (DINIZ, 1991, P.185)

O respectivo aspecto fora referendado, no permear do século XX, com o primeiro Censo Agropecuário (1920), o qual já demonstrava que 64% dos estabelecimentos concentravam-se na categoria de pequenos, com menos de 41 hectares, ocupando uma área de 12,6% do total de terras do estado. Tal ocorrência demonstra a forte concentração de terras e a importância persistente da produção açucareira para a economia agrícola do estado, ainda que 77% das propriedades possuíssem produção voltada para artigos alimentares.

Diante disso, ainda era baixo o grau de inovação técnica, sendo comum a utilização de instrumentos rudimentares e manuais, como enxada, foice e facão. Mas, também, já se atestava, em jornais e revistas de Sergipe do início do século, a busca por novos métodos científicos para a aplicação na agricultura, para a luta contra as saúvas<sup>13</sup>, por exemplo; e a introdução de novas espécies de gado, como a Hereford, e de alimentação com base em alfafa e milho triturado (Santos, 2011).

No período da Revolução de 1930 e no governo getulista (1937 a 1946), a inserção de leis trabalhistas no país acabou repercutindo em Sergipe, que se constituía no quarto estado do Nordeste em números de indústrias e operários. Esse contexto acarretou problemas na produção agrícola, haja vista os proprietários rurais terem se tornado sobretudo, pecuaristas, aumentando o desemprego rural e demarcando a falta de terras para cultivos. Apesar disso, em 1937, conforme cita Carvalho (2012, p. 76), o Estado cria a “Caixa de Fomento de Agricultura para empréstimos aos agricultores a juros de 3% ao ano”. (Op. Cit.)

A reorientação de grandes propriedades para a pecuária gerou o abandono de áreas de lavouras, obrigando o estado a importar gêneros alimentícios; e, também, provocou problemas sociais urbanos, com a expulsão do homem do campo. Em virtude disso, na década de 1950, houve estímulos por “novas” culturas agrícolas e incentivos à produção de subsistência. Nesse momento, as áreas e as propriedades pecuaristas também cresciam e aumentavam as práticas

<sup>13</sup> Saúvas são espécies de formigas que vivem em colônias subterrâneas, mas que se utilizam de folhagens para o desenvolvimento dos fungos de que se alimentam. Por isso, são consideradas uma praga agrícola no sentido de destruir plantas inteiras (Dicionário UOL, 2014).

de desmatamento no estado, ao tempo que as atividades açucareiras e de produção de algodão, mesmo estimulando a ocupação do sertão, perdiam importância no estado, em função do decréscimo de preços no mercado.

No início da década de 1960, no Governo de João Goulart, suas propostas de reforma de base adentram Sergipe, repercutindo nas lutas por reforma agrária no estado, fato interrompido, em 1964, com o Golpe Militar. Durante o período militar, o campo sergipano ganhara infraestrutura com os projetos de irrigação que beneficiaram o capital privado e acirraram o desemprego e a emigração de trabalhadores rurais. Tal conjuntura ocasionou a expropriação de agricultores “[...] e a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários” (DINIZ, 1991, p. 186), que passaram a compor os grupos de luta pela terra.

Atualmente, no espaço rural sergipano, predominam pequenos estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares, o equivalente a 75,30% do total estadual (100.606 estabelecimentos). A área ocupada por esses pequenos estabelecimentos era de 181.314 hectares, que representavam apenas 12,24% da área agricultável total, totalizando uma área média de 2,39 hectares por estabelecimento (Op. Cit). Enquanto a grande propriedade, com áreas superiores a 100 hectares, perfazem 2,53% das propriedades com 49,63% da área estadual, cuja área média foi de 288,63 hectares por propriedade. Esses números embasam a referência acima em termos de concentração e má distribuição de terras no estado. Tal aspecto justifica inúmeros conflitos na luta pela posse da terra em Sergipe “[...] resultando em vários assentamentos rurais que têm minimizado as carências dos trabalhadores”. (FRANÇA, 2007, p. 154-155)

A história fundiária de Sergipe demonstra que os melhores solos e áreas estiveram concentrados nas mãos dos latifundiários do açúcar, detentores do poder econômico e político no estado, aspecto que se mantém mesmo com a luta estabelecida por trabalhadores rurais sem terras. Entre 1978 e 1990, o estado de Sergipe foi cenário de 21 conflitos por reforma agrária, em que estavam envolvidas aproximadamente 2.000 famílias. Ações em escala estadual e de modo isolado foram implementadas no sentido de amenizar os problemas existentes, com o loteamento de terras públicas ou doadas. As ações começam a serem sentidas, segundo o Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, Oliveira (2014), com a

[...] instalação da Divisão Estadual Técnica vinculada a Superintendência Regional do Leste Setentrional, isto é, da criação de repartição do INCRA em Sergipe mais vinculada ao estado da Bahia, passando a atuar nos anos de 1980, na desapropriação da Fazenda Santana dos Frades, Pacatuba, pós lutas juntamente a Pastoral da Terra.

Na década de 1990, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passa a ter Superintendência em Sergipe e, assim, passa a responder legalmente pelo processo de reforma agrária em Sergipe, considerando a instrução normativa nº 45, que trata dos procedimentos de revisão geral dos cadastros de imóveis rurais. Essa instrução, segundo Oliveira (2014)

[...] tipifica os beneficiários da reforma agrária, ele tem que ser maior de dezoito, menor de 60 anos, ou até maior desde que não apresente nenhuma debilidade física ou mental, não ser funcionário público e não venha a auferir uma renda superior a três salários mínimos e que não exerça nenhum cargo eletivo no período da seleção. Esses são os critérios básicos. E não possuir terra superior a um módulo fiscal, ou seja, aqui no estado a predominância é de 70hectares.

Tais ações originaram assentamentos em Canindé do São Francisco, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha. Deste modo, a questão da reforma agrária nesse estado tem início ainda na década de 1970, com programas especiais voltados ao desenvolvimento rural no Nordeste, que envolviam o Governo Federal, Estadual e Entidades Internacionais, como o Banco Mundial. Na década de 1980, através do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA), a instalação de assentamentos é intensificada no interior do estado, com a implantação de colônias agrícolas e projetos de assentamentos para trabalhadores sem terras, através de aquisição de novas áreas pelo estado ou da desapropriação estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo Lopes (2009, p. 163), no

[...] último quartel de século, foram criados cerca de 86 assentamentos rurais em Sergipe, sendo 51 deles de responsabilidade do governo estadual (inicialmente administrados pela Fundação de Assuntos Fundiários do Estado de Sergipe – Fundase e, atualmente, pela Companhia de Recursos Hídricos de Sergipe – COHIDRO, e 35 pela ação do Governo Federal, 32 dos quais tendo o Incra como responsável e os outros três, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco – CODEVASF. (Op. Cit., p. 163-164)

Atualmente, o estado de Sergipe, segundo dados do INCRA (2014), possui 217 projetos instalados, numa área de quase 183 mil hectares, com 9.874 famílias assentadas, resultado de luta dos movimentos sociais, com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE), na porção Sul, e da Igreja, através principalmente da Diocese de Propriá, na porção Norte. Essa Diocese teve participação

efetiva auxiliando o movimento até 1988, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) assumiu a causa-luta, “[...] em virtude de divergências políticas e desentendimentos quanto às estratégias de luta pela terra [...] durante a ocupação da Fazenda Monte Santo, em Gararu”. (Op. Cit., 2009, p. 180-181)

Em meio a esse contexto histórico de definição produtiva baseada na pecuária e depois na produção de açúcar, a pequena propriedade produtora de gênero alimentícios para subsistência em Sergipe sempre manteve destaque, correspondendo a uma demanda comercial dos engenhos, principalmente no período colonial-imperial, quando há forte concentração de terras. Essa estrutura fundiária é reflexo do modelo imposto a todo território brasileiro, que culmina, posteriormente, na inserção de inovações técnicas e também na luta pela posse de terra. Tal conjuntura passa por mudanças a partir da década de 1960, com a interferência do Estado na promoção de políticas de desenvolvimento rural, em escala local-estadual, contando, também, com incentivos federais, através das entidades financiadoras e prestadoras de assistência técnica.

## 2.2 ALGUMAS QUESTÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO RURAL SERGIPANO

No estado de Sergipe a questão do desenvolvimento rural seguiu o parâmetro nacional, em que se correlaciona crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Pesquisa Agropecuária. Tal parâmetro tem sido gerenciado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e, no caso de Sergipe, pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO). Esta última foi criada em 1962, com a finalidade de prestar assistência técnica e melhorar as condições econômicas e sociais dos municípios que constituem o estado.

Em meados da década de 1970 havia no estado de Sergipe uma política direcionada ao fomento da produção agrícola, a partir da exploração de minérios, principalmente de nitrogenados e fosfatos por empresas subsidiárias da Petrobrás. Essa exploração personificava-se quando é criada, em 1976, a Petrofértil (Petrobrás Fertilizantes); em 1977, a Petromisa para explorar jazidas de Potássio e enxofre; e, em 1978, a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN). A Petrobrás passa, assim, a abastecer o estado com fertilizantes “[...] completando e substituindo as importações de alguns insumos para a produção agrícola” (ROCHA, 2007,

p.41). De modo geral, pregava-se que a preocupação central dessas indústrias de fertilizantes integradas à agricultura seria a geração de autossuficiência alimentar, haja vista a agricultura ser considerada, no período, como o caminho para o desenvolvimento do país (Período da Revolução Verde).

Por outro lado, em 1974, coincidindo com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), foi criada pelo Governo Federal a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Essa criação fora uma medida de desenvolvimento do governo brasileiro, visando estimular o desenvolvimento de distritos agroindustriais e agropecuários com sistemas irrigados no Vale do São Francisco. A partir disso, fora definido o Polo de Desenvolvimento do Baixo São Francisco, entre Sergipe e Alagoas, onde persistem projetos como o Betume, Cotinguiba e Propriá, em Sergipe. Além disso, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) passam a promover ações de irrigação no semiárido sergipano.

Nessa década, são desenvolvidos programas, como: Plano de Integração Nacional (PIN); Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA); Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (PROVALE); Plano de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI). Em 1976 são estabelecidas, em Sergipe, duas áreas denominadas Tabuleiros Sul e Tabuleiro Norte, a partir do Plano Integrado de Atuação para o Desenvolvimento, que beneficiava 16 municípios. Em 1977, o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) amplia a atuação em Sergipe, beneficiando, no momento, 48 municípios, inclusive do Agreste, com programas de crédito, modernização, assistência técnica e estímulo à elevação da produtividade agropecuária. O referido programa inseriu-se como instrumento de planejamento nacional, ancorado nas estratégias do capital internacional.

Além desses, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (SERTANEJO), criado em 1976, teve impacto significativo em Sergipe, ao construir “[...] poços e pequenos e médios açudes em pequenas e médias propriedades do semi-árido que, naquele momento, enfrentava o início de um período de seca prolongada (VARGAS, 1999, p.119). Todavia, muitas dessas medidas, em função das condições hidrológicas e da salinização do solo, não foram positivas para a utilização humana e a produção agrícola, tendo beneficiado primordialmente a área da bacia leiteira. Segundo Vargas (1999, p. 126), entre as críticas feitas a esse programa está o distanciamento de seu objetivo com a agricultura familiar e a redistribuição de terras.

No final da década de 1970 é criado o Programa Emergência e Aproveitamento dos Recursos Hídricos (PROHIDRO), cujo empenho era eliminar áreas de estrangulamento do desenvolvimento agrícola do Sertão, e o Programa Especial de Apoio às populações pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANA). A partir desses projetos nacionais, o governo do estado de Sergipe, em 1982, lança o Plano Estadual Chapéu de Couro, legitimando as ações do III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) no sertão sergipano. A realização das metas desse plano

[...] resulta na execução de 492 projetos de abastecimento de água singelo, 558km de adutora (com captação do São Francisco), 6 barragens de irrigação agrícola (com 3.760 colonos e/ou irrigados), perfuração de centenas de poços, construção de aguadas, açudes e cisternas [...]. (VARGAS, 1999, p.122-123)

Ainda entre 1970 e 1980, segundo o direcionamento dos Planos de Desenvolvimento (I PND e II PND) e o discurso desenvolvimentista, é construído o Porto de Sergipe – Terminal Marítimo Inácio Barbosa (inaugurado em 1985) – parceria entre a Petrobrás e o Governo do estado de Sergipe. Sendo que, “[...] O Estado cuidou da parte legal, solicitando à União a concessão para a construção e exploração do terminal que, na época, pela legislação existente, foi caracterizado como porto público” (ROCHA, 2007, p.50). Esse porto abriu maiores possibilidades ao estado no sentido da exportação de seus produtos, entre os quais, os agrícolas.

Em 1985, o Governo Federal lançaria o Projeto Nordeste, que tem sua funcionalidade testada em Sergipe, haja vista o recebimento de verbas desde 1982. Esse projeto oficializa o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), com o intuito de erradicar a pobreza no semiárido. Tal programa deveria atender 30.000 famílias rurais em 42 municípios no estado de Sergipe. Segundo Vargas (1999, p.126), a partir de dados do Governo de Sergipe, entre 1984-1986, o estado recebeu 39 milhões de cruzeiros para gastos em diversos segmentos. Todavia, o mesmo fora criticado em função de não ter conseguido promover reforma agrária e de ter apenas proposto intervenções, através do PAPP, em regularização fundiária.

Assim como no restante da região Nordeste do Brasil, o estado de Sergipe contou até a década de 1980 com a intervenção da SUDENE para abastecimento de água e assistência técnica. Nessa década, precisamente em 13 de abril de 1983, a fim de resolver essa questão, o governo de Sergipe cria a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO), cuja função seria promover a perfuração de poços no estado e

assistir tecnicamente o pequeno agricultor, que passara a trabalhar com irrigação, aquicultura, piscicultura e movimentação animal.

O Estado, em escala local e nacional, também interviu em Sergipe na consolidação de 10 projetos de irrigação, com o objetivo de estimular a produção/especialização agrícola familiar e empresarial, principalmente no que se refere à produção de cultivos com forte demanda local e regional (Tabela 05). Além desses, conta-se com açudes, como o Macela, localizado no município de Itabaiana/SE, e em processo de implantação o Projeto Xingó e o Canal Dois Irmãos “[...] que levará água aos municípios da Bahia e de Sergipe, alcançando, neste Estado, o município de Carira”. (SEMARH, 2010, p.92)

**Tabela 05 – Sergipe**  
Perímetros irrigados  
2008-2011

PERÍMETROS	LOCALIZAÇÃO MUNICIPAL	ÁREA IRRIGÁVEL (HA)	NÚMERO DE LOTES	ATIVIDADE PRODUTIVA	ANO	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	PRODUÇÃO (t)/Ano
Betume	Neópolis	2.860	753	Arroz, piscicultura	1978	CODEVASF	7.775 (2011)
Contiguiba-Pindoba	Propriá	2.232 (1.918 ha – lotes familiares, 296 ha – lotes empresariais; 18 ha – outros)	474	Arroz, banana, coco, piscicultura e pecuária leiteira	1982	CODEVASF	12.143 (2011)
Propriá	Propriá	1.177	311	Arroz	1976	CODEVASF	2.555 (2011)
Platô de Neópolis <sup>14</sup>	Neópolis	7.000	38 -Lotes Empresariais e familiares.	Coco, tangerina, laranja, limão, abacaxi, banana, maracujá, atemoia e melancia	1994	COHIDRO/ ASCONDIR (Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis)	62 mil toneladas de frutas por ano, 3 mil t de mandioca, 310 mil t de cana-de-açúcar, além dos 40 milhões de cocos/ano <sup>15</sup> (2011)
Jabiberi	Tobias Barreto	220	84	Feijão, hortaliças, pecuária leiteira e caprinocultura e ovinocultura de corte.	1987	COHIDRO	- Nesse Perímetro fora desenvolvido o Projeto Balde Cheio <sup>16</sup>

<sup>14</sup> O projeto foi resultado de parceria do Gov. Estadual, Federal e entidades Internacionais, voltado à produção para exportação. Foram criados 38 lotes empresariais que deveriam gerar cerca de 15 mil novos empregos diretos, e o valor anual da produção de frutas superaria os US\$ 40 milhões. Todavia, o mesmo fora um fracasso, resumindo-se a alguns desses lotes ocupados e quase absolutamente com a produção de coco e recentemente de mamona (GÓIS, 2007).

<sup>15</sup> Fonte: <http://www.cohidro.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=204>

<sup>16</sup> Implantação de tecnologia em unidades familiares que ajuda no desenvolvimento da pecuária leiteira. Por esse projeto fora possível dobrar, em dois anos, a produção leiteira do município que passara à ordem de 2000 l/dia (COHIDRO, 2011)



Jacarecica I	Itabaiana	252	130	Amendoim, milho verde, pimentão, quiabo e tomate.	1987	COHIDRO	5.976,36 (2008)
Ribeira	Itabaiana	1.100	466	Amendoim, cebolinha, couve, maxixe, coentro, pimentão, quiabo, tomate e piscicultura.	1987	COHIDRO	7213,791 (2008)
Piauí	Lagarto	703	358	Amendoim, fumo, mandioca, pimentão, tomate.	1987	COHIDRO	3.768 (2008)
Jacarecica II	Malhador	820	12 lotes empresariais, 03 lotes de comodatos, 609 famílias assentadas sob a responsabilidade do MST e FETASE	Batata-doce, mandioca, macaxeira, inhame, milho, pimentão, repolho, tomate, mamão, maracujá, banana e coco.		COHIDRO	68.080 <sup>17</sup>
Califórnia	Canindé do São Francisco	1.360	333 lotes irrigados, beneficiando 252	Acerola, banana, goiaba, manga, graviola, abóbora, aipim, amendoim, feijão de corda, milho, quiabo, tomate.	1987	COHIDRO	12.682,34 <sup>18</sup>

Fonte: COHIDRO e CODEVASF (2008-2011).

Organização: Carvalho, 2013.

<sup>17</sup> Perímetro irrigado de Jacarecica II. Disponível em < <http://www.cohidro.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=45> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

<sup>18</sup> Perímetro irrigado Califórnia. Disponível em < <http://www.cohidro.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=20> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

Por conseguinte, os perímetros irrigados de Sergipe, mesmo com bons índices produtivos, já apresentam problemáticas inerentes ao tempo e a falta de uma infraestrutura mais sofisticada que viabilize os processos irrigatórios de áreas previstas, além da questão ambiental criada pela dinamização de agrotóxicos e pela própria influência antrópica, com o “turismo do banho”.

O Projeto Xingó terá o intuito de promover desenvolvimento socioeconômico com a promoção de atividades irrigantes, agropecuárias, além de estimular a preservação ambiental. No mais, vários estudos estão sendo realizados para atendimento da população da área até 2030, conforme atendimento da demanda da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) e dos Assentamentos do INCRA. O respectivo canal incorporará uma área de 16.500ha e um sistema de produção tecnologicamente moderno, atendendo a cinco municípios do oeste sergipano (Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe) e dois do leste baiano (Paulo Afonso e Santa Brígida) (CODEVASF, 2011).

Outro projeto de irrigação, iniciado em 1997, foi o Jacaré-Curituba, a partir da parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a mediação da Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável (SEINFRA). O mesmo teve suas funções iniciadas em 2006, com a incumbência de a CODEVASF gerir o Projeto. O mesmo está localizado entre os municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, com área irrigável de aproximadamente 3.105ha e sistema de irrigação preconizado por micro aspersão e gotejamento (Op. Cit., 2011).

Além dos sistemas de irrigação, a COHIDRO também tem intervindo, juntamente ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (SEBRAE/SE), à Fundação Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na consolidação de projetos como o de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS, 2011), que tem estimulado os pequenos agricultores familiares com a distribuição de kits compostos por uma caixa d'água de 5000 litros, material de irrigação, bomba, carrinho de mão, sementes e insumos orgânicos, além de plantel, com 10 galinhas e 1 galo, de tela para a implantação de um galinheiro, entre outros materiais, num total de 34 itens (COHIDRO, 2011). Tudo isso tendo em vista estimular a produção orgânica no estado de Sergipe.

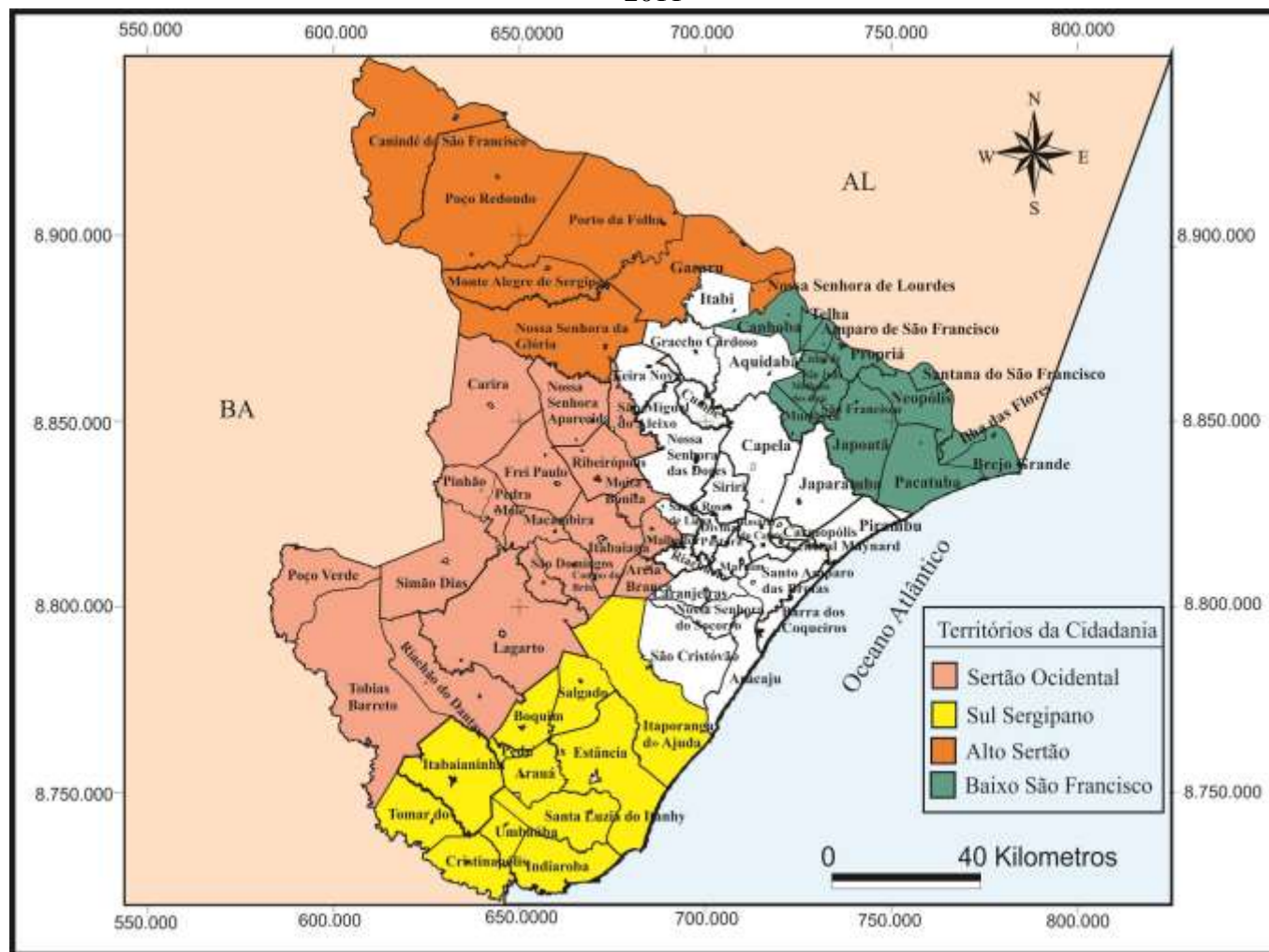
Entre 1995 e 2002, visualizou-se a organização dos pequenos produtores rurais, através do Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semiárida de Sergipe (Pró-Sertão). Esse projeto visou modificar a forma de analisar a questão rural sergipana sem, no entanto, deixar de contemplar as ações tradicionais de intervenção do Estado. Todavia, faz-se necessário considerar que esse projeto fora operacionalizado por empresas de consultoria não governamentais, como a Hidros Engenharia e Planejamento LTDA, inicialmente, e depois, o Instituto de Ação para Organização de Produtores e Assistência Técnica às Comunidades Rurais (IATEC). Essas empresas buscaram, através da participação dos pequenos produtores rurais, impulsionar organizações associativas. O projeto contemplava 17

municípios, entre os quais: Aquidabã, Canhoba, Carira, Cumbe, Feira Nova, Frei Paulo, Graccho Cardoso, Itabi, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Lourdes, Pedra Mole, Pinhão, Poço Verde, Ribeirópolis, São Miguel do Aleixo, Simão Dias e Tobias Barreto (Dantas, 2007, p.15).

No século XXI, o estado de Sergipe insere-se dentro da lógica de desenvolvimento territorial, sendo definido 4 territórios, a saber: Território Alto Sertão (07 municípios), Território Baixo São Francisco (14 municípios), Território do Sertão Ocidental (19 municípios) e Território Sul Sergipano (12 municípios) (Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003) (Figura 11). Os mesmos foram delimitados por municípios a partir das características econômicas (produção agropecuária), demanda social, demografia e população, economia e trabalho, educação, índices de desenvolvimento e saúde. A referida classificação facilitou ao MDA repassar verbas para o desenvolvimento rural dos respectivos territórios.

Por conseguinte, a territorialização proposta pelo MDA, esteve centrada na promoção do desenvolvimento rural. Essa proposta foi transposta, de forma mais ampla, pela que foi construída em 2007, pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN-SE), a qual dividiu o espaço estadual em 8 territórios, considerando a definição de território. Esses novos territórios perfizeram uma nova proposta de planejamento visando ao desenvolvimento, a partir da identidade territorial e de suas dimensões, entre as quais: econômico-produtiva, social, político-institucional, sociocultural e geoambiental, que se correlacionam e complementam-se nas escalas locais. Em resumo, Teixeira, Melo e França (2011) demonstram que o desenvolvimento territorial de Sergipe definia-se “[...] em três pilares principais: diversidades econômicas dos territórios (diferentes potenciais produtivos); identidades culturais; e formação ou fortalecimento do capital social e das redes sociais (articulação, cooperação, solidariedade...)”. Logo, a vertente de planejamento governamental sergipano previa um desenvolvimento sustentável, com diminuição das desigualdades territoriais, através da cultura e aptidão econômica e inclusão social, correlacionando a relação rural-urbana.

**Figura 11- Sergipe**  
Territórios da cidadania  
2011



Fonte: Sistema de Informações Territoriais – MDA, 2011 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2013.

Todavia, os quatro territórios rurais de Sergipe agrupam 69,33% do total de 75 municípios, com 79,89% da área total do estado (21.915,116km) e 48,64% da população (2.068.017hab. – IBGE, 2010), sendo que, do total de 1.006.075 habitantes, 21,63% estariam na zona rural e 27,01% na zona urbana. Além disso, os territórios constituem-se de 86,83% dos estabelecimentos da agricultura familiar que, no total de Sergipe, somam 91.019 estabelecimentos (IBGE, 2006). Esses dados dão uma dimensão inicial da perspectiva de se reunirem características comuns em um mesmo território, a exemplo das propriedades rurais que devem estar sendo reunidas por municípios com predominância de estabelecimentos familiares, diferentemente da área denominada de Grande Aracaju, onde estão situados alguns dos municípios com maior concentração de grandes propriedades, voltadas ao agronegócio açucareiro de Sergipe.

Seguindo a cronologia das políticas implementadas para o rural, entre 2007 e 2010, o governo do estado de Sergipe focou programas estratégicos visando ao fortalecimento da agricultura, com a ampliação das unidades familiares contendo irrigação; à valorização de sistemas produtivos voltados ao processamento agroindustrial e articulados com o mercado; ao fortalecimento de cadeias produtivas da agropecuária, com a produção e implementação de bancos comunitários de sementes (200 t de feijão e 200 t de milho); e ao incentivo à produção de biodiesel; ao apoio à operacionalização do Pronaf em estreita articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); ao apoio à implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária, em articulação com o INCRA e o MST; ao apoio aos Arranjos Produtivos Locais, principalmente de laticínios, apicultura, caprinocultura, ovinocultura e produção de coco verde (Governo de Sergipe, S/A).

Por essa análise, ainda que descritiva da atuação do Estado no espaço rural sergipano, evidencia-se que as políticas públicas sempre existiram e foram impostas da esfera federal para as esferas estaduais e, assim, sucessivamente, para as esferas municipais. Todavia, deve-se demarcar que muitas dessas políticas tiveram mérito no momento em que estavam sendo implementadas, apesar de perfazerem projetos meramente centralizados e verticalizados. Além disso, precisa-se considerar que muitas políticas não tiveram a devida repercussão espacial, haja vista não terem sido atendidas as especificidades locais e, assim, muitas se perderam no tempo.

Atualmente, a ação do Estado, enquanto entidade administrativa, mesmo no atual período de mundialização do capital, consolida novos projetos, buscando valorizar a identidade social, cultural, ambiental e econômica com foco no desenvolvimento local e territorial. Nesse quadro, mesmo com as contradições visíveis, muitas dessas políticas que

tomam caráter de “clientelistas” ainda representam um foco de esperança para a maior parte dos pequenos agricultores que lutam para se manterem no campo. Destarte, a importância da “mão” do Estado em manter condições propícias à lógica produtiva desse pequeno agricultor que, historicamente, responde pela maior parte da produção alimentar demandada pelo mercado.

### 2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE: ESPAÇO, PROCESSO E ESCALA

Em Sergipe, o meio técnico, científico-informacional e suas correlações espaciais vêm sendo sentidas no campo, ao estimular a produção agrícola demandados pelo mercado, a qual determina importante peso econômico aos municípios. Essa atividade é geradora de matérias-primas e rendas que repercutem na indústria e nas vidas cidadinas. Tal processo reflete a conjuntura de globalização na agricultura, a intensificação do processo de urbanização e o crescimento das cidades médias, que fundamentam a “[...] a base material para a inserção na produção e no consumo globalizado” (ELIAS, 2003, p.41).

Por essa conjuntura, verifica-se que a produção do espaço realiza-se mediante ação social ao corresponder suas demandas, ditando o processo (o tempo e as mudanças), a forma, a função e a estrutura. Sendo assim, a organização do espaço depende da correlação desses quatro elementos que se integram para criar e moldar o espaço no decorrer do tempo histórico. A integração da forma, enquanto aspecto visível; da estrutura, que se refere à inter-relação das partes de um todo; da função, que a atividade manifesta pela forma; e do processo, que é o desenvolver da ação, sinônimo do tempo e indicação da mudança, possibilita compreender as marcas sociais sobre a natureza e a totalidade em seu movimento, a partir da formação socioeconômica (SANTOS, 2008).

Deste modo, o inter-relacionamento do urbano e do meio rural tem sido uma constante na história de desenvolvimento econômico de vários municípios sergipanos, pois desde sua constituição a atividade agrícola tem sido a principal fonte de renda. A agricultura oferece condições para que as cidades se estabeleçam e cresçam em torno da compra de insumos e da comercialização dos produtos agrícolas.

Essa constante faz-se sentir principalmente com a instalação da FAFEN no Povoado Pedra Branca, Município de Laranjeiras, e da Companhia Vale, em Rosário do Catete.

Instalações que foram condicionadas pela oferta de matéria-prima, mas que assumiu uma posição estratégica no estado de Sergipe, contribuindo para a definição de forma e de função produtiva na agropecuária sergipana, devido à facilidade de fluxo de fertilizantes nitrogenados pelo estado, e também para exportação. A primeira possui capacidade para produção de 900 mil t/ano de amônia; 1,1 milhão de t/ano de ureia; 36.000 t/ano de ácido nítrico e 150.000 t/ano de CO<sub>2</sub> (PETROBRAS, 2014). A segunda produz sais de Potássio, com a extração de silvinita. Tais empresas colaboram para a consolidação do Polo de Fertilizantes de Sergipe, sendo responsáveis pela produção de componentes que perfazem o composto de Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK) e contribuem para que empresas misturadoras, como Heringer, Fertinor e Adubos Sudoeste, instalassem-se em Sergipe e disponibilizassem insumos químicos processados no mercado nacional, principalmente no Nordeste e Centro-Oeste.

Deste modo, Sergipe apresenta forte potencialidade produtiva, principalmente no que se refere à produção de cana-de-açúcar e milho, haja vista serem essas duas culturas as que mais demandam insumos nitrogenados. A estrutura existente no estado, através da extração desses insumos, possibilita a agregação de função produtiva, principalmente na cultura que ganha destaque nos últimos anos - o milho -, determinando o processo de produção agropecuária e garantindo, por fim, a forma produtiva, isto é, o resultado positivo em termos de volume e de valores gerados pela produção que repercutem juntamente a outras atividades, como a pecuária, por exemplo. Sendo assim, a relação campo-cidade confirma-se em Sergipe, seja produzindo ou importando insumos, seja definindo uma expressiva circulação de mercadorias e de rendas, consequência das “[...] novas possibilidades de instantaneidade e simultaneidade da informação e do capital financeiro, o aumento da demanda de trabalho intelectual etc. [...]”. (ELIAS, 2003, p.53)

As propriedades familiares são, assim, resultantes da ocupação de terras abandonadas pela monocultura, que passaram por subdivisões. Em Sergipe, essa realidade não é diferente, o retalhamento da grande propriedade, pecuarista principalmente, contribuiu para o aparecimento de grande número de pequenas propriedades, que se integram ao mercado urbano, ao fornecer produtos demandados local e regionalmente. Para analisar essa realidade agrária, foram utilizados dados do IBGE (2006) sobre a evolução populacional, a distribuição dos estabelecimentos familiares, a organização dos meios produtivos, do uso da terra, das relações de trabalho, do grau de especialização e a tecnificação, além da importância da questão ambiental.

No estado de Sergipe, a evolução populacional, entre 1970-2010, demonstra crescimento relativo total (129,60%), urbano (266%) e rural (12,84%) da população (Tabela

06). Pelos dados, evidencia-se que o crescimento rural é bem menos intenso que o urbano. Tal aspecto justifica a tese de haver um “esvaziamento” do campo em relação à população total, haja vista, no ano de 2010, apenas 26,5% da população está localizada no espaço rural, contra 73,5% situada no espaço urbano. Essa concentração no urbano explica-se pela percepção do agricultor frente à falta de perspectiva no meio rural (crédito e estímulos produtivos), mas também pela questão “medo”, justificada pela falta de segurança. Logo, muitos agricultores sergipanos mantêm sua propriedade e profissão, mas preferem garantir seu descanso noturno nas cidades.

**Tabela 06 – Sergipe**  
Crescimento populacional  
1970-2010

ANOS	Sergipe				
	Pop Total	Pop. Urbana		Pop. Rural	
		Nº Absolutos	Representação %	Nº Absolutos	Representação %
1970	900.679	415.360	46,1	485.319	53,9
1980	1.140.380	617.796	54,2	522.325	45,8
1991	1.491.867	1.001.940	67	489.927	33
2000	1.781.714	1.271.465	71,36	510.249	28,64
2010	2.068.017	1.520.366	73,5	547.651	26,5
Crescimento Relativo (1970-2007)	129,60%	266%		12,84%	

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Organização: Carvalho, 2013.

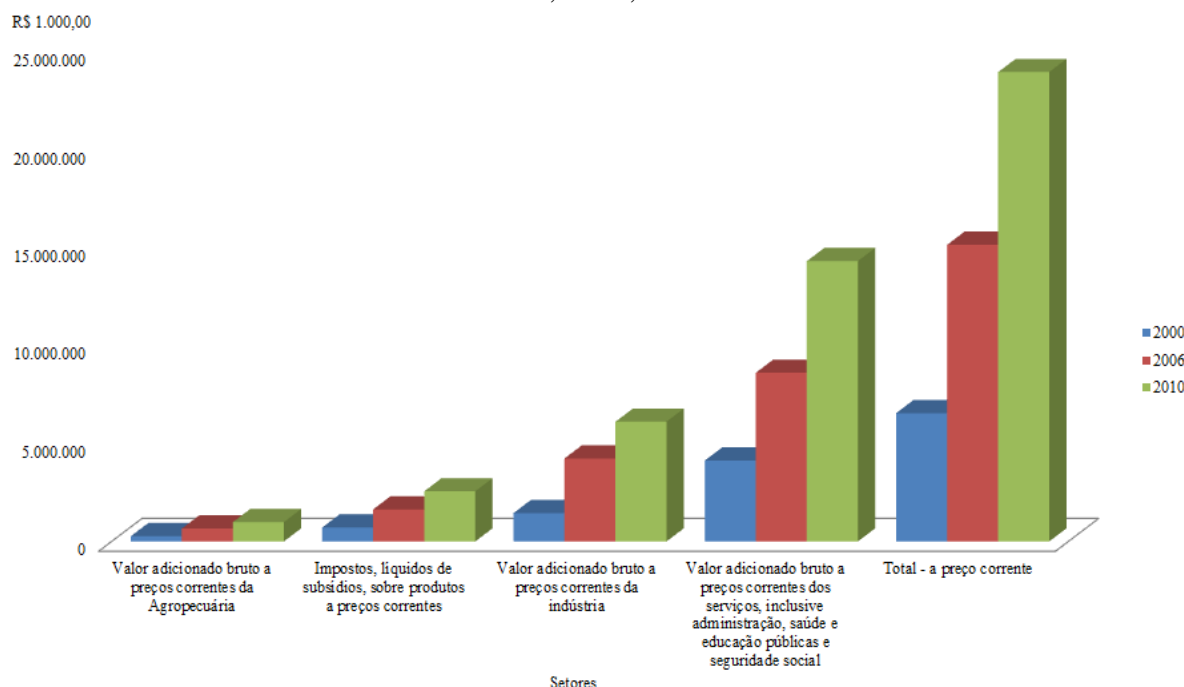
Em termos de dados econômicos, buscamos analisar inicialmente os dados do Produto Interno Bruto (PIB), que apresenta a soma de bens e serviços produzidos ao longo de um ano no território. O PIB sergipano, entre 2000 e 2010, cresceu em 265,95%, passando de R\$6.539.803 mil reais, no ano 2000, a R\$23.932.155mil, em 2010 (Figura 12). Tal crescimento também é observado para a agricultura em 268,20%. Todavia, o crescimento do setor de serviços e de impostos<sup>19</sup> estiveram abaixo da média sergipana, tendo crescido respectivamente 246,61% e 261%. Apesar da baixa, os respectivos crescimentos demonstram: a expressividade de tributos no estado e, também, que, apesar de menor, o segmento de terciário está acima da média de crescimento nacional (215,69%). O crescimento do PIB sergipano teve maior destaque no segmento industrial, com crescimento de 323,22%, estando

<sup>19</sup> O IBGE tem trabalhado o segmento de impostos, apesar de constituir um segmento do setor de serviços, em separado, devido à importância dos recursos advindos da administração, saúde, educação públicas e seguridade social, nas economias municipais.



muito acima da média nacional (219,72%), e podendo ser justificada pela consolidação de segmentos mineradores, petrolíferos e indústrias alimentícias, principalmente, além da introdução de filiais de empresas nacionais, como a Estrela, Azaleia, etc.

**Figura 12- Sergipe**  
Produto Interno Bruto  
2000, 2006, 2010



Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2000, 2006 e 2010.

Organização: Carvalho, 2013.

Contudo, apesar da expansão na escala de dez anos, observa-se no ano de 2010, que o segmento do produto interno bruto de maior representatividade foi o de serviços (60%), seguidos do industrial (25%), impostos (11%) e, por fim, o segmento agropecuário com 4% (IBGE, 2010). Esses demonstram que apesar de pequena a representatividade do setor primário da economia, esse persiste sendo trabalhado e considerando o contexto macroeconômico, é o Pronaf um segmento muito importante para sua promoção.

Além do PIB, é importante destacar que 84% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, no ano de 2006, em Sergipe, estavam em estabelecimentos da agricultura familiar (225.950 pessoas), sendo responsável por R\$723 milhões de reais em valor bruto de produção, que significa 68% do total da agropecuária estadual. Todavia, foi possível verificar que, em termos totais, o número de pessoas ocupadas na agropecuária sergipana decaiu em 14,19%, isto é, de 313.271 pessoas, no ano de 1995/1996, para 268.799 pessoas, no ano de 2006, fato explicado pela ampliação da modernização de alguns setores agrícolas e que, por

consequência, contribui para o desemprego rural; pela agregação de novas possibilidades que têm se aberto no campo, como os empregos não agrícolas; e, mesmo, pelo desenvolvimento de atividades complementares em termos de renda nas unidades produtivas (Tabela 08).

O estado de Sergipe conta atualmente com 100.606 estabelecimentos rurais, com uma área de 1.480.414 hectares. Esses dados quando comparados aos de 1995/96 demonstram que os números de estabelecimentos variaram positivamente em 0,83%, haja vista o surgimento de 832 novos estabelecimentos, enquanto a área decresceu em 13,06%, tendo, também, decrescido a área média por estabelecimento em -13,77%. Os referidos números são justificados pela subdivisão de propriedades e, também, pela incorporação de área a já grandes estabelecimentos (Tabela 07).

**Tabela 07- Sergipe**  
Número de estabelecimentos agrícolas, área e pessoal ocupado  
1996-2006

Sergipe	1996	2006	Variação Absoluta	Variação Relativa
Número de Estabelecimentos	99.774	100.606	832	0,83%
Área (há)	1.702.628	1.480.414	-222.214	-13,06%
Área por estabelecimento	17,06	14,71	-2,35	-13,77%
Pessoal Ocupado	313.271	268.799	-44.472	-14.19%

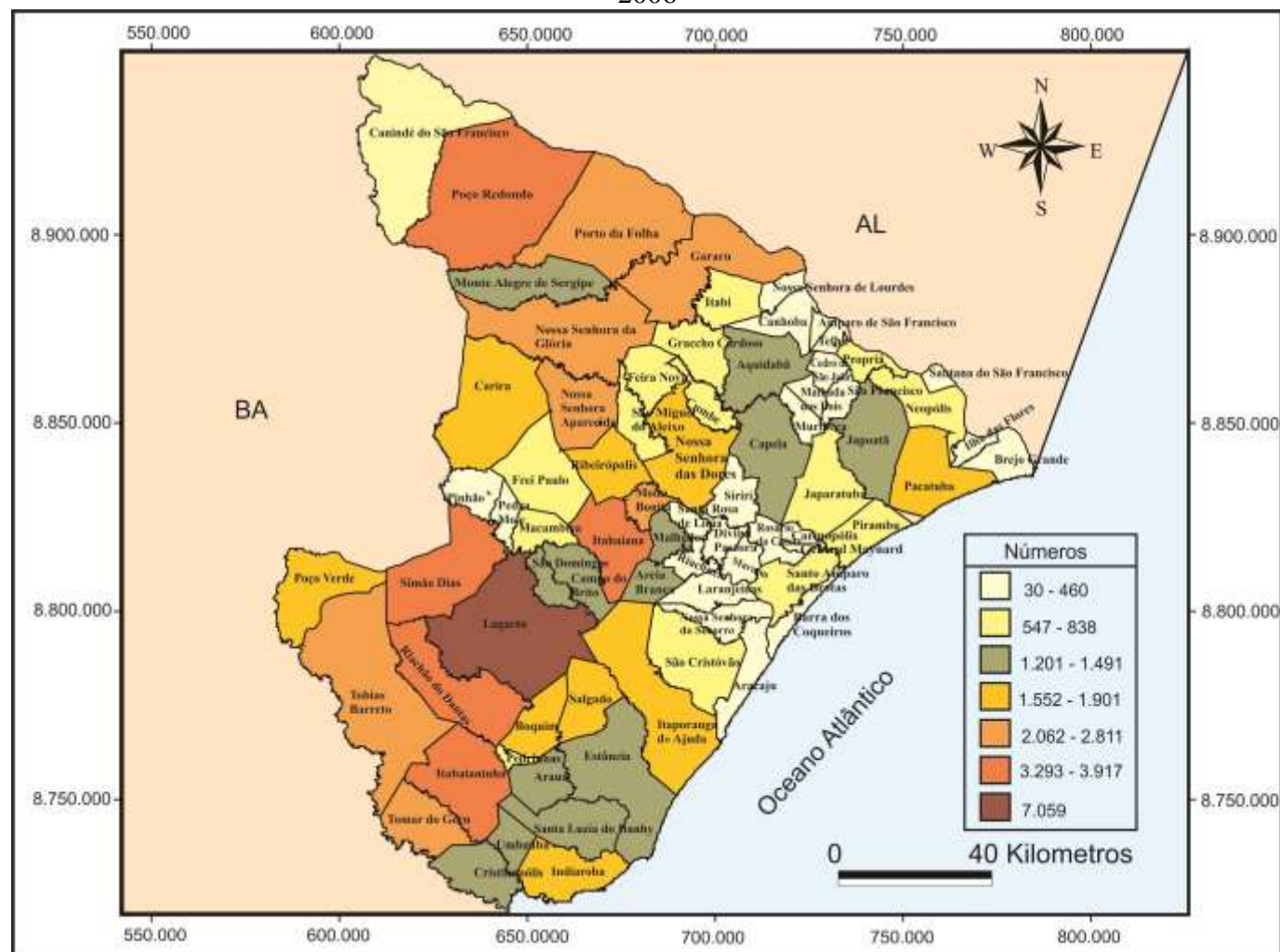
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996 e 2006.

Organização: Carvalho, 2013.

Nesse contexto, a agricultura familiar sergipana mostra-se presente em 90.330 estabelecimentos (IBGE, 2006). A mesma representa uma área de 711.488 hectares, com uma área média de 7,87hectares/estabelecimento<sup>20</sup>, representando 48% do total estadual. Essa agricultura familiar está concentrada no município de Lagarto, com 7.059 estabelecimentos, os quais representam aproximadamente 8% do total sergipano. De modo geral, o centro-sul do estado possui, em termos numéricos, maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, deslindado pelo processo de agregação de área às pequenas propriedades, principalmente no início do século XX, com o processo de minifundização e, posteriormente, com a subdivisão das propriedades pelos membros da família, mediante herança (DINIZ, 1991) (Figura 13).

<sup>20</sup> A área média dos estabelecimentos da agricultura familiar sergipana é quase três vezes menor que a área média dos estabelecimentos familiares definidos no Brasil, fato proporcional ao tamanho-área do estado.

**Figura 13-** Sergipe  
Estabelecimentos da agricultura familiar  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

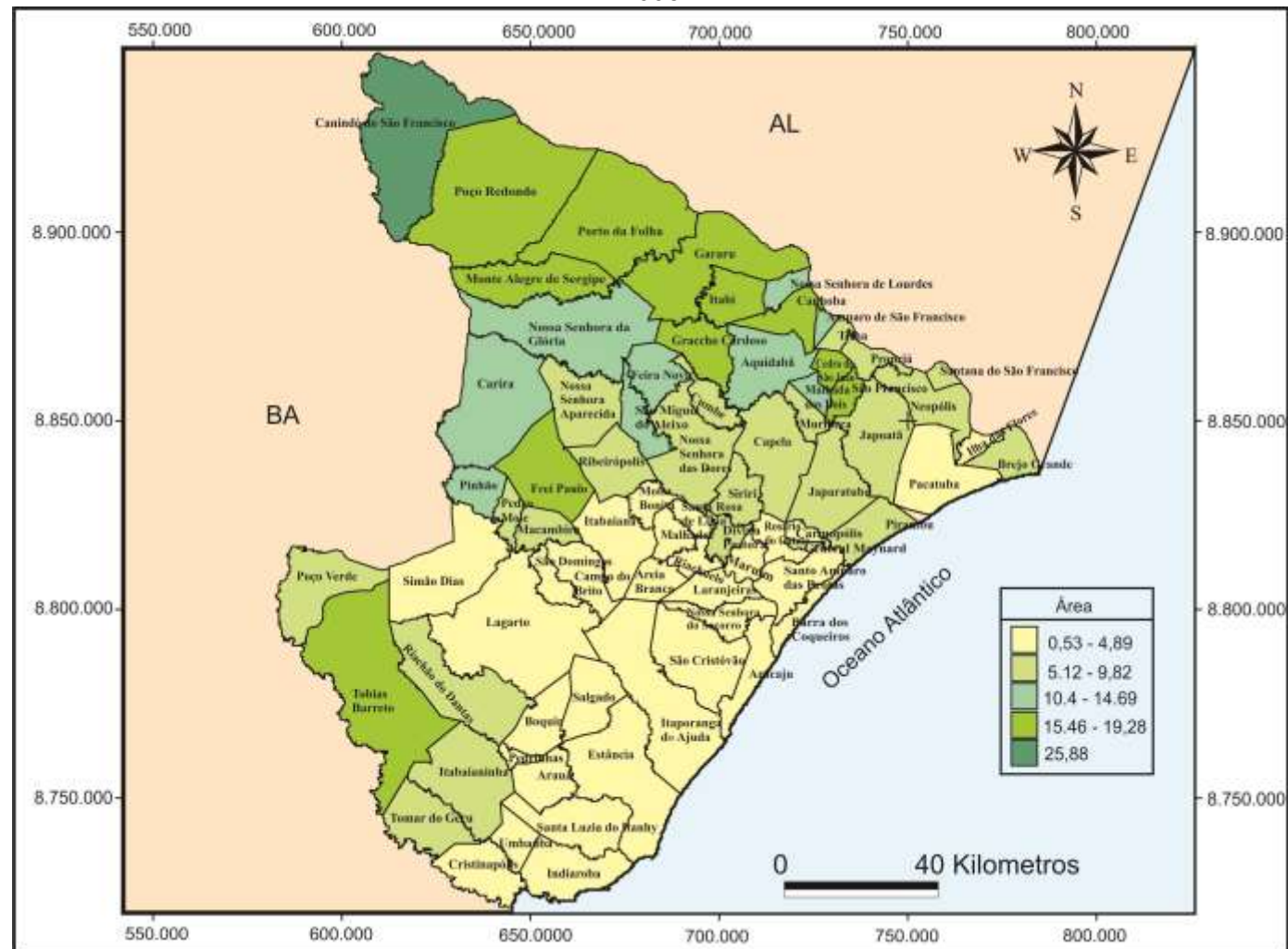
Organização: Carvalho, 2014.

Em termos de área por estabelecimento da agricultura familiar observa-se forte concentração, em números menores que a média sergipana (7,87 hectares/estabelecimento), na porção central e litoral, no sentido centro-sul, o que atesta a subdivisão dos estabelecimentos da agricultura familiar, ao tempo que se observa forte concentração de área por estabelecimento em toda porção noroeste do estado, sendo Canindé do São Francisco o que apresenta maior concentração, com 25,88 hectares por estabelecimento, seguidos dos municípios de Gararu, São Francisco, Monte Alegre de Sergipe e Poço Redondo, com valores variando entre 19,27 e 17,27 hectares por estabelecimento (Figura 14).

A agricultura familiar está localizada, principalmente no centro-sul do estado, em estabelecimentos que variam, sobretudo, de 80 a 240 hectares, excluindo Tobias Barreto, cujos estabelecimentos familiares podem chegar até 280 hectares. Tal constante tende a crescer entre famílias que desejam permanecer na terra, em função de divisão da propriedade voltada à agropecuária, ao tempo que tem crescido a concentração de terra nas mãos de alguns poucos agricultores familiares que, inclusive, passam a possuir área acima de 250 hectares. Esse número decorre da variação em termos de tamanho (hectares) do módulo fiscal por município sergipano. Municípios localizados no sertão sergipano apresentam módulo fiscal de 70 hectares, sabendo-se que, para ser considerado agricultor familiar, o estabelecimento não deve exceder, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais. Sendo assim, consideram-se estabelecimento de agricultura familiar porções de área quatro vezes o tamanho do módulo fiscal. Em Sergipe, os estabelecimentos familiares podem alcançar mais de 250 hectares (Figura 15).

Evidencia-se, assim, forte concentração de terra, mesmo na agricultura familiar, no interland do estado, principalmente na porção sertaneja, sendo esse fato uma constante histórica que se manteve até os dias atuais, aliada principalmente à manutenção das atividades pecuaristas no estado. Em relação aos estabelecimentos com menos de 10 hectares, observa-se maior persistência na porção litorânea, “sobrevivendo” juntamente à grande propriedade canavieira e a algumas poucas propriedades frutícolas, no sentido de produção do coco da baía, ou ainda, à instalação de chácaras de fins de semana (vilegiatura). A isso alia-se o fato da existência de estabelecimentos não familiares variando entre 20 e 140 hectares, em áreas urbanas principalmente da região metropolitana de Aracaju.

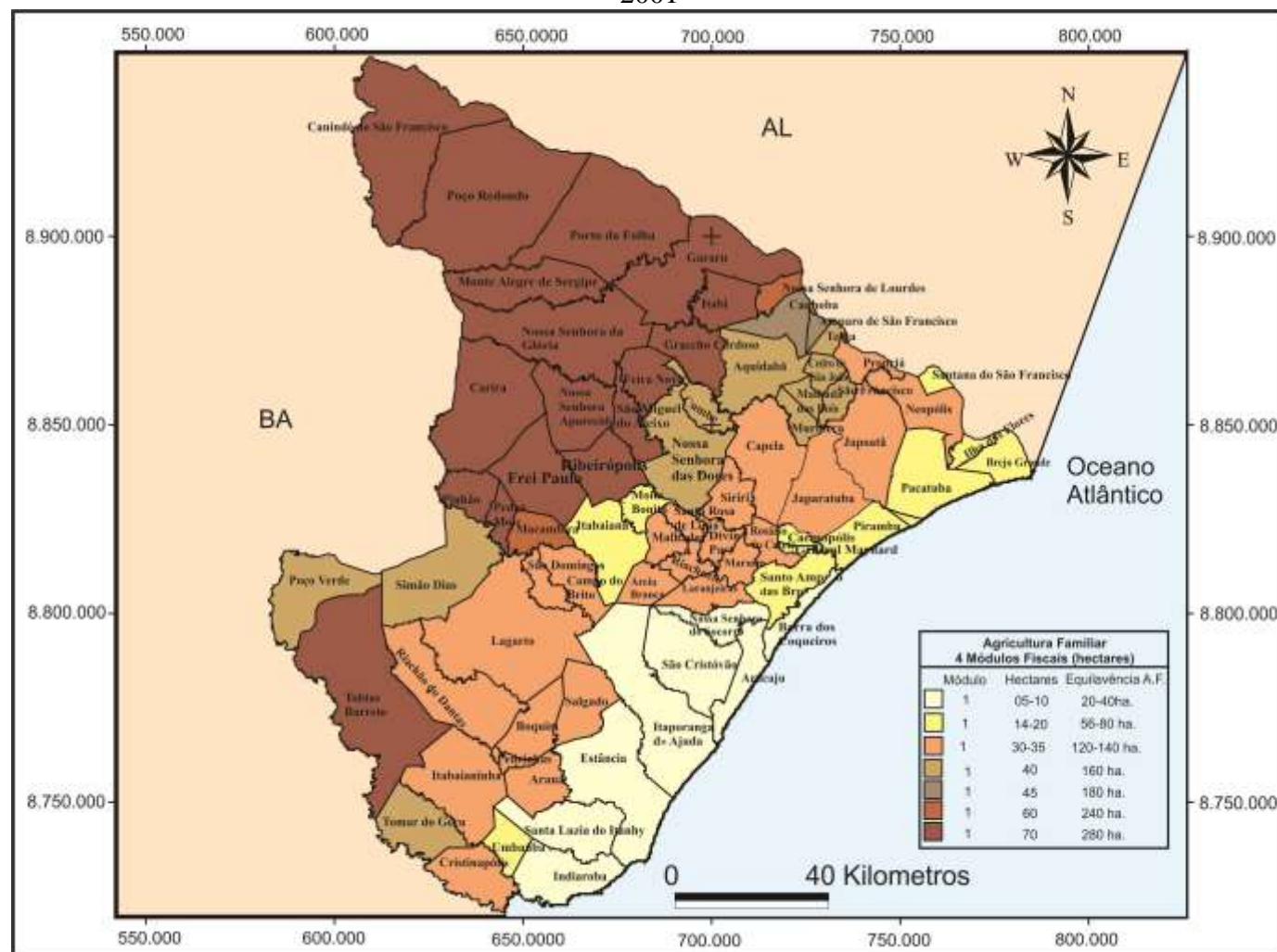
Área por estabelecimentos da agricultura familiar  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 15- Sergipe**  
Equivalência do módulo fiscal para por estabelecimentos para a agricultura familiar  
2001



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural - Índices Básicos de 2001 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2014.

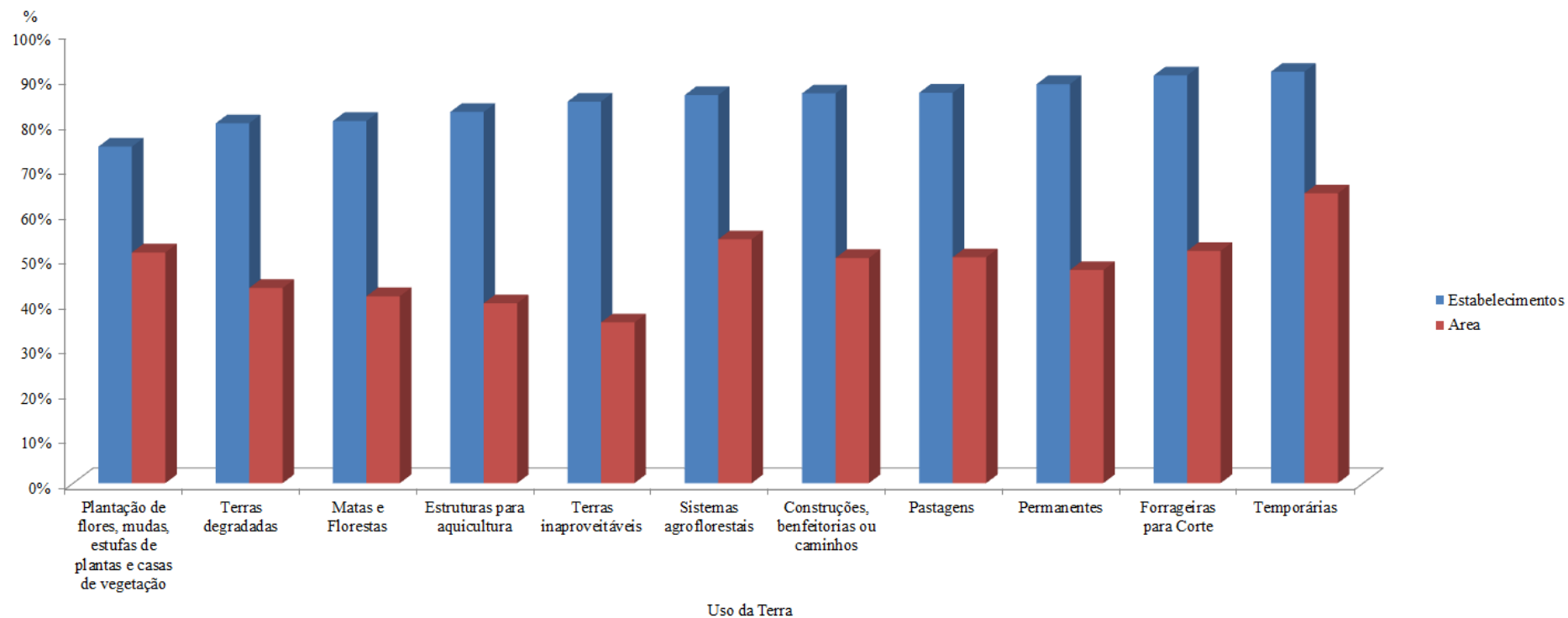
## 2.4 ESPECIFICIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR SERGIPANA

Além da espacialização de dados referentes à agricultura familiar no estado de Sergipe, faz-se importante considerar outros aspectos que retratam seu contexto socioeconômico, conforme apresentamos em seguida.

A forma de utilização das terras nos estabelecimentos sergipanos, na condição de familiares, tem forte representatividade frente ao total em lavouras temporárias (91,37%), com forrageiras (90,55%) e permanentes (88,61%). Em termos da área utilizada nos estabelecimentos da agricultura familiar, frente aos valores totais, destacam-se as áreas de lavouras temporárias (64,34%), seguidos de sistemas agroflorestais (54,15%), de áreas para forrageiras (51,58%) e de plantação de flores, mudas, estufas de plantas e casas de vegetação (51,23%) (Figura 16). Os dados evidenciam a persistência da agricultura familiar com a produção de lavouras temporárias e de sustentabilidade, com áreas sendo utilizadas com cuidados de preservação, a exemplo dos sistemas agroflorestais.



**Figura 16- Sergipe**  
Uso da terra em estabelecimentos da agricultura familiar  
2006

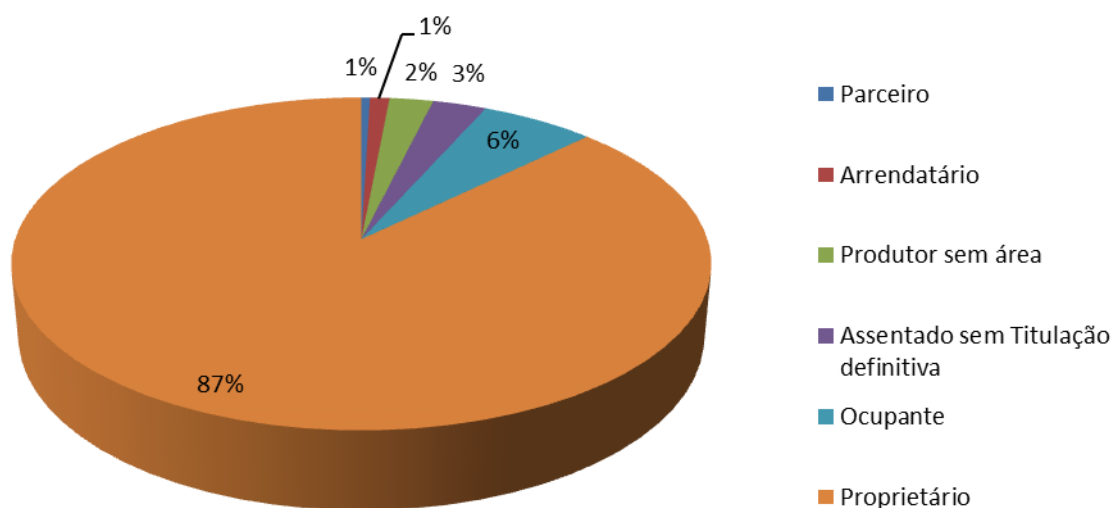


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.



A condição do produtor em relação à terra mostra-se, em Sergipe, majoritária em números de proprietários que somam 78.779 do total de 90.330 estabelecimentos familiares (Figura 17). Após a condição de proprietário, segue-se a de ocupante com 5.503 estabelecimentos, e os demais (assentados sem titulação definitiva, arrendatário, parceiros e produtor sem área) somam 6.048 estabelecimentos, representando 6,7% do total.

**Figura 17- Sergipe**  
Condição do produtor  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.

No que se refere à gestão do estabelecimento agrícola familiar, é majoritário, 59,3% dos produtores, ter mais de 10 anos de atividade, sendo 46,31% dirigidos pelo sexo masculino e 13% pelo sexo feminino. Mesmo em termos absolutos, a mulher tem posição secundária na gestão da unidade produtiva. Essa participação do gênero feminino amplia-se na tomada de decisão compartilhada, juntamente aos companheiros, em Sergipe (Tabela 08).

**Tabela 08– Sergipe**  
Gestão nos estabelecimentos, por sexo e grupos de anos na agricultura familiar  
2006

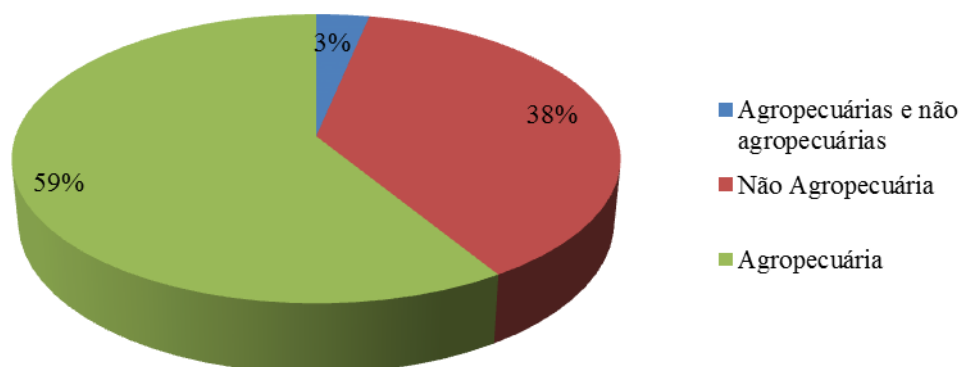
Sexo	Produtor na direção dos trabalhos do estabelecimentos	Total
Homens	Menos de 1 ano na direção dos trabalho	2.034
	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	13.172
	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalho	14.654
	De 10 anos e mais na direção dos trabalhos	41.834
Mulheres	Menos de 1 ano na direção dos trabalho	432
	De 1 a menos de 5 anos na direção dos trabalhos	3.114
	De 5 a menos de 10 anos na direção dos trabalho	3.363
	De 10 anos e mais na direção dos trabalhos	11.727

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Organização: Carvalho, 2014.

Em relação ao número de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, somou-se um total de 268.799 pessoas, sendo que 84% estão ocupados na agricultura familiar. Do total familiar (225.950), 70,57% são homens e 29,43% são mulheres, aspecto que atesta ainda a predominância do trabalho masculino no espaço rural de Sergipe. Ao mesmo tempo, é pertinente ressaltar que aproximadamente 32 mil produtores, por estabelecimento, declararam manter atividades fora da sua unidade familiar em atividades agropecuárias e não agropecuárias, assegurando que, até mesmo em áreas onde quase predominam unidades familiares de produção, busca-se incessantemente por novas estratégias de sobrevivência e de geração de renda, fato motivado pelo crescimento da família e por impossibilidade de maiores divisões da unidade (Figura 18).

**Figura 18- Sergipe**  
Atividades executadas pelo produtor fora de sua unidade produtiva  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Organização: Carvalho, 2014.

Em relação às receitas, segundo dados do Censo Agropecuário (2006), 60.814 estabelecimentos familiares tiveram como fonte de renda a venda de produtos agropecuários (vegetais, animais, húmus e esterco) que perfizeram 93,7% da renda rural. Esse número demonstra como o estado de Sergipe ainda mantém a agricultura como fonte central na geração da renda, apesar de observamos que novas atividades estão sendo inseridas, muitas vezes de modo complementar. Outra atividade aliada ao setor agrícola e que tem ganhado destaque é a instalação de agroindústrias para processamento do que é produzido no estado, as quais contabilizam 4.139 estabelecimentos, muitas ainda manufatureiras, mas com algumas já totalmente em escala industrial.

Contudo, não se pode deixar de destacar que as receitas oriundas de aposentadoria e pensão é uma das principais fontes de renda para as famílias rurais sergipanas, pois estão presentes em cerca de 22% dos estabelecimentos familiares e repassam valores de até 10% da renda total do que é produzido por esses estabelecimentos. A essa constante somam-se os salários obtidos em atividades fora da unidade produtiva de 7.235 estabelecimentos, que geram cerca de 4% da renda total; seguidos de programas especiais do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família, presente em 10.687 estabelecimentos com representação de 1,3% da renda total rural do estado (IBGE, 2006) (Tabela 09).

O rural sergipano se mantém ligado à atividade agropecuária, apesar de já aliar as mais diversas tecnologias ao processamento dos produtos. A constituição de agroindústrias familiares, que operam com a produção da agricultura familiar, a exemplo de empresas aliadas ao processamento de laticínios, condimentos e chás, demarca a potencialidade do setor agroindustrial e a força da pequena produção como fornecedora de produtos dessa natureza em Sergipe.

Nessa esteira de geração de rendas no setor rural sergipano, a questão do financiamento tem ganhado relevância, devido o *up grade* que determina a produção agropecuária, sem desconsiderar que essa prática está integrando a agricultura familiar às dinâmicas do capital, ao associar sua produção às lógicas do mercado. Dados do Censo Agropecuário (2006) demonstram que 13.572 estabelecimentos obtiveram algum tipo de financiamento, segmentado nas modalidades de investimento (53%), custeio (34%), comercialização (2%) e manutenção do estabelecimento (11%).

**Tabela 09– Sergipe**  
 Receitas obtidas pelos estabelecimentos familiares  
 2006

Receitas obtidas pelos estabelecimentos Familiares		Estabelecimentos	Valores (R\$ 1000) <sup>21</sup>
	Produtos Vegetais	43.896	493.611
Produtos Agrícolas	Animais e Seus produtos	27.356	97.635
	Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros	95	465
	Húmus	26	86
	Esterco	393	255
	Turismo Rural	11	51
	Exploração mineral	29	189
Outras Atividades	Produtos da Agroindústria	4.139	31.599
	Prestação de serviços de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários por terceiros mais serviços de empresas integradoras	635	6.763
	Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem e etc.)	503	746
	Aposentadoria ou pensão	13.218	62.721
Outros recursos	Salário obtido com atividades fora do estabelecimento	7.235	25.092
	Doações ou ajudas voluntárias de parentes ou amigos	432	468
	Programas especiais do Governo	10.687	8.330
	Desinvestimentos	549	1.377
	Pescado (Capturado)	108	213

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

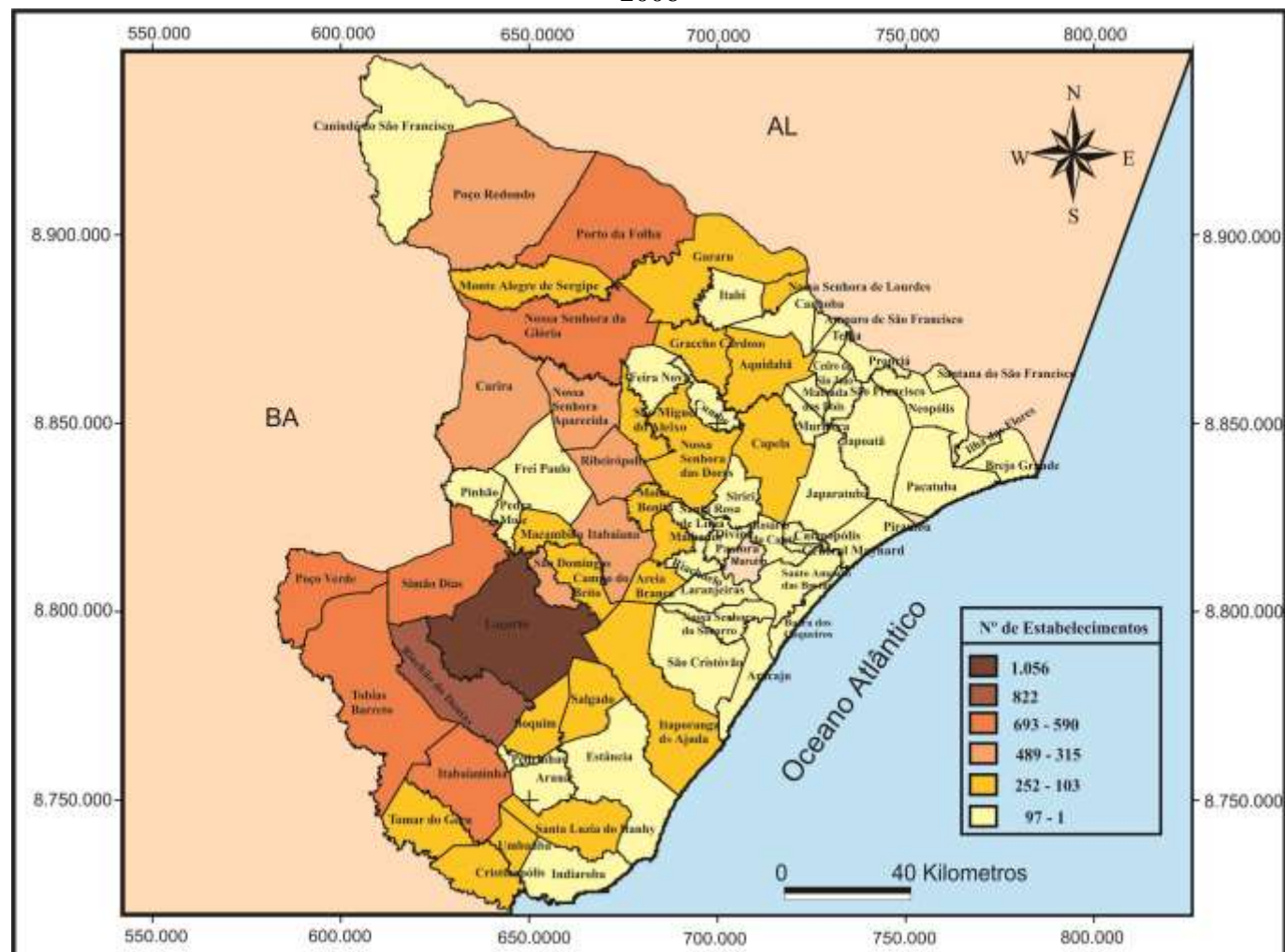
Organização: Carvalho, 2014.

Cerca de 13,5% dos estabelecimentos familiares existentes em Sergipe contaram com o apoio de financiamentos de investimento e de manutenção, para auxiliar na aquisição de maquinários e na construção de infraestruturas. Tais equipamentos, como a construção de armazéns para guardar a produção, visa a melhores preços no mercado e, mesmo, à alimentação de animais na propriedade, como é o caso dos silos. Desse modo, a busca por crédito para custeio tem possibilitado a implementação produtiva nas unidades familiares, muitas vezes com a opção de cultivo para algumas poucas culturas comerciais, fato que se verifica, nos últimos anos, na porção centro-oeste e sudoeste do estado, com a produção maximizada de milho, demandado pelo mercado interno, com a produção de ração animal e

<sup>21</sup> Os valores expostos são referentes aos dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2006), sendo assim, pode não validar a realidade atual, haja vista o fator inflação.

para atender a demanda de outros estados, como Pernambuco e Bahia, principalmente (Figura 19). Nesse aspecto, a espacialização observada dos dados do IBGE, em relação aos estabelecimentos familiares que obtiveram algum tipo de financiamento, demonstra que os mesmos estão concentrados onde há uma forte dinâmica da agricultura sergipana.

**Figura 19- Sergipe**



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

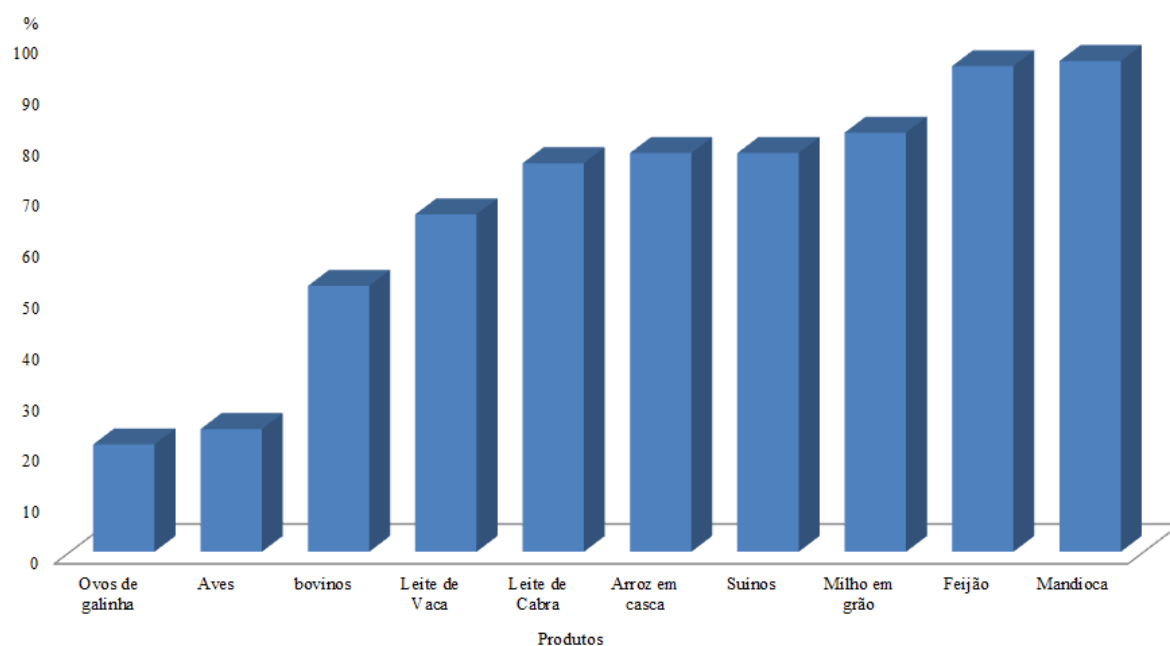
Organização: Carvalho, 2014.

Apenas 22% dos agricultores realizaram empréstimos, estando esses concentrados, sobretudo, na porção centro-sul e na porção sertaneja do estado, onde se localiza o maior número de estabelecimentos familiares, sendo motivados respectivamente pela citricultura e pelas práticas pecuárias. Ao passo que 78% dos estabelecimentos não obtiveram financiamentos, justificados conforme descrito: 40,32% não precisaram; 13,4% alegaram ter medo de contrair dívidas; 12,57% delimitaram outros motivos; 5,2% devido à burocracia, 1,5% informaram não saber como conseguir e/ou por falta de garantia pessoal. O baixo percentual de agricultores familiares inseridos nas políticas de financiamento demonstra a falta de simetria informativa mais precisa aos agricultores que, por vezes, não têm entendimento e, mesmo, temem esse tipo de financiamento.

Os dados analisados dimensionam o retrato da agricultura familiar sergipana em termos de concentração dos estabelecimentos agropecuários, área, pessoal ocupado na atividade, renda, etc. Nesse estado, a agricultura familiar é responsável por quase 65% da produção de lavoura permanente e por quase 45% da produção de lavoura temporária, além de responder por 52% do rebanho bovino e 20% dos mesmos nas unidades que desenvolvem a pecuária de corte (IBGE, 2006).

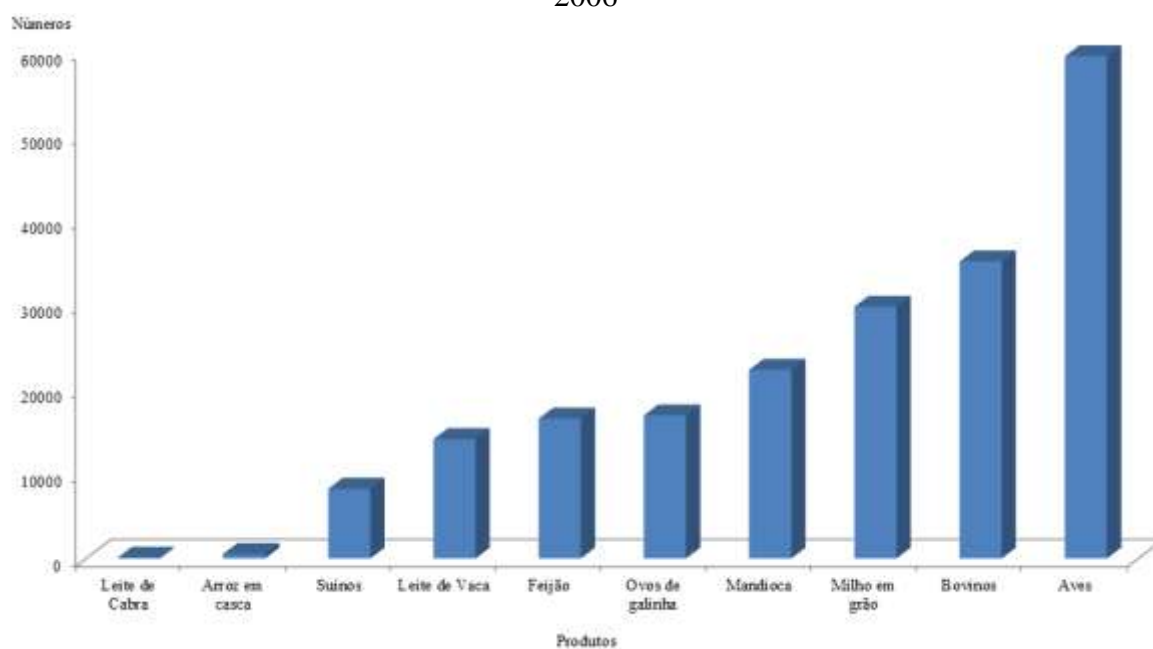
Por esse contexto, os 90.330 estabelecimentos de agricultura familiar em Sergipe respondem produtivamente, na proporção de estabelecimento sergipanos, por: 96% da produção de mandioca, 95% da produção de feijão, 82% da produção de milho em grão, 78% da produção de arroz em casca, 78% de suínos, 76% da produção de leite de cabra, fora as produções de leite de vaca (66%), de aves (24%) e da produção de ovos de galinha (21%) (Figura 20) (IBGE, 2006). Tal representatividade produtiva tem para a geração de valores na ordem de 240 milhões de reais. Isso significa uma forte integração dessa agricultura ao mercado, além de evidenciar a diversificação produtiva existente nos estabelecimentos da agricultura familiar sergipana, haja vista a inexistência de monoculturas absolutas. Assim, é possível serem evidenciadas, nos estabelecimentos, atividades que se complementam, a partir da representatividade das culturas no total dos estabelecimentos (Figura 21).

**Figura 20- Sergipe**  
Produção da agricultura familiar no total da produção  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 21- Sergipe**  
Estabelecimentos e a produção da agricultura familiar  
2006



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2014.

Deste modo, a diversificação produtiva dos estabelecimentos da agricultura familiar, em Sergipe, faz-se ver na representatividade das culturas alimentares, o que prova que, além



de produzir para o autoconsumo, existe uma preocupação de repasse de sua produção para corresponder às demandas das populações locais, principalmente as urbanas, dentro da relação campo-cidade de caráter complementar. Esse repasse garante ao agricultor renda e aquisição de novos produtos e serviços no mercado local-regional, impulsionando a economia municipal e estadual, mesmo a atividade agropecuária não tendo tão forte expressão no Produto Interno Bruto total do Estado. Pelo exposto, prova-se que a agricultura familiar é potencializadora de desenvolvimento rural e local, a qual tem sido impulsionada também, nos últimos anos, pelo Pronaf.

# **CAPÍTULO 03**

---

**A QUESTÃO DO INSTITUCIONALISMO NA OPERACIONALIZAÇÃO  
DO PRONAF**

### 3 A QUESTÃO DO INSTITUCIONALISMO NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF

A pobreza rural e, conseqüentemente, a necessidade de combatê-la têm motivado o Governo Federal à formulação de políticas públicas, as quais se baseiam em programas de transferência de renda e concessão de financiamentos, através de crédito ou simplesmente microcrédito. Nesse contexto, o microcrédito inspirado na “[...] experiência do *Grameen Bank* em Bangladesh, em meados dos anos 1970, que buscava conceder empréstimos às camadas da população com maior dificuldade em obtê-los no sistema financeiro tradicional” (MOTA e SANTANA, 2011, p. 26), tornou-se, no Brasil, uma experiência positiva. O microcrédito diferencia-se do crédito tradicional pelo público alvo. Normalmente direciona-se aos atores que estão abaixo da linha de pobreza e que nunca tiveram acesso ao crédito tradicional. Esse tipo de crédito é definido conforme produção, geração de renda e montante liberado, cujo enquadramento para o agricultor familiar fica entre R\$10.000,00 a R\$360.000,00 (MDA, 2013), considerando

[...] a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VPB), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. (BB, 2013, s/p)

Por essa experiência, o Estado passou a garantir microcréditos às pessoas que nunca tiveram acesso ao sistema financeiro tradicional no meio rural, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual se consolidou como importante instrumento de apoio às atividades agrícolas produtivas e de investimento com base familiar. Segundo Abramovay e Veiga (1999), o Pronaf representa uma forma de “corrigir falhas de mercado”, isto é, de retificar as imperfeições dos mercados, a partir da geração de emprego e renda no campo inibida, até então, pela falta de infraestrutura para o trabalho do agricultor e pela dificuldade de acesso ao segmento financeiro. Além disso,

O crédito constitui um importante instrumento para a capitalização dos agricultores familiares e a ampliação de seu acesso a ativos de natureza diversa, frente à limitação de recursos internos que enfrentam devido à insuficiência de meios de produção (como o tamanho da área disponível e a quantidade e a qualidade dos recursos). (SCHRODER, 2012, p. 253)

O Pronaf foi influenciado por estudos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO) e no Brasil, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA - 1994/1995), tendo por objetivo

[...] fortalecer a agricultura familiar como categoria social, oferecendo financiamento (para custeio e investimento de atividades agrícolas), promovendo capacitação e proporcionando infra-estruturas sociais e econômica a municípios e regiões fortemente vocacionados à agricultura familiar. (TONNEAU et. al., 2007, p. 294)

Por consequência, o Pronaf tem passado por seguidos aperfeiçoamentos operacionais, objetivando ser um instrumento de inclusão social capaz de atender ao maior número possível de agricultores familiares em todos os municípios e regiões do país e de desenvolver o campo de forma sustentável, aliado ao financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária. Tal processo deve ocorrer por meio de procedimentos que contribuam para dinamização da capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria de renda dos agricultores familiares. Isso se deve ao fato de o Pronaf ser operacionalizado nas instituições financiadoras como “[...] um programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de postos de trabalho e renda”. (BNB, 2008, p.11)

Além disso, Silva (2008, p.15) reflete que “[...] a intervenção estatal tem que se dar pelas duas vias: ajudar famílias vulneráveis a superar fases mais difíceis e, ao mesmo tempo, incentivá-las a produzir mais, expandir mercados e consolidar o terreno conquistado”. Por consequência, as políticas do microcrédito têm sido importante ferramenta para contribuir para a elevação do desenvolvimento social do espaço rural nacional, a partir de organizações não governamentais e sujeitos coletivos – movimentos, sindicatos, federações, fóruns, etc. (Silva, 2010).

Assim, deve-se considerar que, em quase vinte anos de operacionalização, o Pronaf se consolidou como importante atividade e instrumento de apoio às atividades agrícolas. Sendo esse programa resultado de antigas reivindicações de movimentos sociais e de entidades que representam os interesses dos pequenos agricultores junto ao Governo Federal.

A partir disso, passa-se a analisar o Pronaf em sua origem e desenvolvimento, considerando o processo de institucionalização e as instituições presentes na efetivação do microcrédito. Esses aspectos contribuíram para demonstrar a dinâmica de todo o processo do financiamento rural destinado aos mais pobres.

### 3.1 INSTITUCIONALISMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

As instituições são organizações humanamente elaboradas que, através de normas, moldam interações entre as estruturas políticas, sociais e/ou econômicas e evoluem ao longo do tempo fazendo-se compreender em seu processo histórico. Essas instituições reduzem as incertezas, já que, sendo um guia, moldam as formas culturais do lugar dentro da lógica comportamental. Nesse sentido, o comportamento humano está alicerçado na ideologia, ideias e dogmas do lugar vivido. Logo, as bases institucionais diferem de um lugar para outro, seja a partir da motivação (evolução genética), seja por interferência do ambiente, e acabam desempenhando um papel importante nas escolhas que os indivíduos fazem. O ser humano precisa desenvolver padrões que regularizem sua interação face às complexidades existentes na realidade (incertezas e ideologias) (North, 2007).

Ademais, as instituições podem representar a imposição de regras para direcionar as condutas sociais, através de estruturas normativas na manutenção da vida social, a fim de garantir a estabilidade da ordem. Essa organização, como pregado por Durkheim (1985)<sup>22</sup>, ocorre em relação à divisão social do trabalho; ou, ainda, por meio de uma proposta política, conforme apontada por Peters (2003) dentro de uma visão racional, sendo “[...] interpretadas como conjuntos de reglas e incentivos que fijan las condiciones para la racionalidad restringida y establecen un ‘espacio político’ dentro del cual pueden funcionar muchos actores interdependientes”. (Op. Cit, p. 72)

Dessa forma, as regras institucionais são impostas e, nesse campo, limitam ou mudam o comportamento social sempre dentro da racionalidade dos atores. Nessa perspectiva, as instituições são criadas porque os atores são racionais e não porque resultam de circunstâncias históricas, isto é, são o resultado de aspiração de um ou mais indivíduos (Op. Cit.). São, enfim, a interação de regras e valores culturais que influem sobre o conjunto das rotinas sociais e seu consequente quadro, estruturado pela interação humana, que limita o conjunto de escolhas dos indivíduos sociais.

Apesar de focalizada principalmente a partir da década de 1970, entre os economistas, Thorsten Veblen (1983) e Marx Weber (2005, 2006 e 2009) já demonstrava anteriormente que as instituições determinavam os negócios comerciais, ao moldar as demandas dos indivíduos, evoluindo de modo gradativo. Nesse sentido, as instituições econômicas são

---

<sup>22</sup> As sociedades e as instituições precedem o individuo. Por essa assertiva, adverte-se que o individuo, quase sempre, acabará por se adaptar ao conjunto de regras vigentes socialmente.

representadas pelos mercados, firmas e contratos, que trabalham com transações (importância de custos e falhas de mercado) avaliadas mediante a execução de contratos livres da racionalidade oportunista e adaptadas as incertezas do ambiente.

Thorstein Veblen (1883) é considerado precursor da Escola Institucionalista na Economia, nascida nos Estados Unidos, entre final do século XIX e início do Século XX, haja vista ter feito a contraposição às Escolas Liberal Clássica e à Teoria Neoclássica moderna. A essência de sua teoria se definiu a partir da abordagem evolucionária da economia (sob influência de Charles Darwin) e do fato de considerar a economia uma totalidade, na qual as instituições fazem parte como um conjunto coletivo organizado a partir do comportamento social. A vertente vebleriana baseava-se nas instâncias econômicas, cuja defesa se fundaria na busca pela realização da distribuição mais equilibrada de renda e bens.

Veblen (1883) afirma que as instituições são hábitos e rotinas de conduta de um determinado período histórico, representativos de modos de pensar e de agir de um grupo ou de toda a sociedade, sendo que esses podem sofrer mudanças de acordo com o processo de evolução social, repercutindo na evolução econômica. Essa visão darwinista agregava às instituições a necessidade de garantir produção e, por consequência, o atendimento das demandas humanas por propriedade privada e por tecnologia.

A visão evolucionista subsidiará a sua teoria de classe ociosa, cujas instituições são resultantes da diferenciação de funções dignas e indignas do desenvolvimento social na economia industrial-produtiva. Sendo assim, as funções dignas são representadas pela honra e nobreza, isto é, “[...] intervêm um elemento de proeza ou façanha [...]” (VEBLEN, 1883, p. 08); enquanto as indignas implicam subserviência e desenvolvimento de atividades vis, ou seja, são motivadas por atividades diárias e rotineiras sem mudanças consideráveis.

Dessa forma, o autor mostra a existência da habitual diferenciação entre ocupações industriais e não-industriais, a partir de uma visão geográfica, ao enfocar o domínio exercido pelo homem sobre a natureza, pois o “[...] domínio industrial sobre a natureza inclui o domínio do homem sobre a vida animal e sobre os elementos. Traça-se assim uma linha entre a humanidade e a criação bruta” (Op. Cit, p. 09). Por esse contexto, o autor demonstra que a classe ociosa é reflexo da reprodução do capital, pois o conhecimento técnico e as inovações tecnológicas estão subordinadas ao dinheiro e, nesse sentido, o controle da economia está sendo exercido em favor dos proprietários que não trabalham no processo produtivo (absenteístas), e acabam por subordinar de modo ilegítimo a produção aos interesses do capital.

O propósito de Veblen (1983) foi demonstrar o valor da classe ociosa, pois, segundo ele, essa classe é uma “instituição” no sentido de fator econômico da vida moderna, através da avaliação da origem dessas instituições, advindas dos costumes e da evolução da divisão do trabalho na sociedade. Para o autor, a classe ociosa emerge juntamente a emergência da propriedade, definindo, assim, a instituição da propriedade privada, baseando-se na utilidade do consumo, isto é, na cultura do consumo como reflexo de conforto e respeitabilidade para o possuidor. Nas palavras do autor (1983, p. 15),

[...] o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. É uma coincidência necessária porque as duas instituições resultam do mesmo conjunto de forças econômicas. Na fase inicial de seu desenvolvimento, as duas são somente aspectos diferentes dos mesmos fatos gerais de estrutura social. (Op. Cit)

O autor ainda discorre sobre a necessidade de regras de respeitabilidade pecuniária que exercem efeito social; e sobre a evolução da estrutura social como um processo de mudança das instituições que regem a vida da sociedade, através da seletividade de indivíduos por capacidade de adaptação temperamental e de hábitos em ambiente mutável. Isso mostra a conduta humana no sentido de os indivíduos buscarem ser reconhecidos como melhores que os outros, numa competição seletiva. Desse modo,

[...] As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevaletentes ou dominantes, de atributos e aptidões espirituais; são ao mesmo tempo, métodos de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficiente de seleção. (Op. Cit, p. 87)

Assim, as instituições mudam de acordo com as mudanças circunscritas ao cenário que a sociedade lhes proporciona. Contudo, essas instituições são definidas por hábitos mentais herdados anteriormente e adaptados às circunstâncias do passado. Por isso, muitas vezes são consideradas insensatas para os aspectos vivenciados no presente. Tal aspecto é explicado pela inércia social, que tende a ser alterada conforme pressão externa, principalmente de natureza econômica, o que provoca o reajustamento das instituições às demandas sociais (Op. Cit).

Diferentemente da corrente institucionalista, que tem à frente Veblen, cujos fundamentos pressupõem o estudo de estruturas, regras e comportamentos de instituições

(empresas, sindicatos, Estado e seus organismos<sup>23</sup>), os quais, a partir dos instintos e costumes, movem o comportamento econômico; e o neoinstitucionalismo, configurado em uma reunião de escolas ou vertentes do pensamento econômico contemporâneo, caracterizadas pelas “regras do jogo”, sejam formais ou informais e pelas “qualidade dos jogadores” em competirem para se manterem no mercado, além de se considerarem os custos de transação (terra, capital, trabalho e incerteza do mercado) e a lógica da eficiência. Por consequência, observa-se que a diferença entre essas duas correntes ocorre mediante a “[...] intervenção governamental na economia [...]”. Enquanto a primeira tem uma visão favorável, a segunda tem uma visão, por princípio, contrária à intervenção governamental” (MACHADO, 2007, pg. 01). Essas duas visões sedimentam um momento histórico em que se consolidam ideias keynesianas em relação à intervenção do Estado na economia.

O Neoinstitucionalismo<sup>24</sup> está focado no estudo sociológico da teoria das instituições, desenvolvida nas décadas de 1980 e 1990, cujas raízes estão nos modelos de equilíbrio geral e compreende temas como a economia dos custos de transação, a escola dos direitos de propriedade e a nova história econômica. Essa teoria apresenta uma reação contrária à perspectiva behaviorista, diferindo assim no modo de tratar os problemas sociais e políticos.

Tal teoria apresenta, ao menos, três métodos de análise diferentes que se configuram em três escolas do pensamento neo-institucional, sendo designados: 1- O Institucionalismo Histórico, que trata a relação entre instituições e comportamento individual, enfatizando as assimetrias de poder associadas ao funcionamento das instituições; 2- O Institucionalismo da Escolha Racional, que se empenha na maximização do bem-estar material, por isso considera importante o direito de propriedade, das rendas e dos custos de transação para o funcionamento das instituições, que estruturam a interação ao possibilitar “[...] alternativas na agenda, ou ao oferecerem informações ou mecanismos de adoção que reduzem a incerteza no tocante ao comportamento dos outros, ao mesmo tempo que propiciam aos atores “ganhos de troca” [...]” (HALL e TAYLOR, 2003, p. 206); e 3-Institucionalismo Sociológico, redefinindo as instituições a partir da cultura, modelos morais com padrões de significação e guias da ação

---

<sup>23</sup> As ideias da corrente institucionalista vão de encontro às ideias de que o Estado deve intervir na economia, isto é, às ideias Keynesianas que serão muito fortes entre final da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, quando passa a reflorescer o pensamento liberal.

<sup>24</sup> Alguns teóricos definem que North é integrante da corrente definida como Nova Economia Institucional, que tem como outros representantes Cosae e Williamson. Essa diferenciação quanto à corrente deve-se ao modo como cada estudioso do institucionalismo subdivide suas análises. Sendo assim, Conceição (2007, p.624) diz que em geral, o pensamento institucionalista está subdividido em três correntes: “[...] o Antigo Institucionalismo de Veblen, Commons e Mitchell, a Nova Economia Institucional de Coase, Williamson e North, e a corrente neo-institucionalista, que reivindica sua filiação ao “velho” institucionalismo e uma grande proximidade com o evolucionismo” (op. Cit). Todavia, para vias deste estudo estamos optando pela definição institucional de HALL e TAYLOR (2003), embasada na diferenciação de três escolas, que se inter cruzam em termos de ideias.



humana, assim como através da natureza interativa e da imposição do Estado Regulador reordenando as organizações (Op. Cit.). Deste modo, as instituições são padrões sociais que se reproduzem culturalmente e variam no espaço-tempo conforme análise preconizada.

Max Weber (1864-1920) já trabalhava numa conduta racional-econômica com observações historicistas, adentrando ao que viria a ser a visão neo-institucionalista sociológica. O autor trabalhou o modo como as instituições estruturam o campo de visão da sociedade em processo de reforma política que acaba por engendrar campos de competição de interesses. Para o autor (2006), o mercado capitalista e o Estado racional centralizado são instituições que inferem racionalidade e eficiência ao capitalismo moderno. Tal institucionalismo pode influenciar preferências e identidades dos indivíduos, a partir das interferências dominantes. De todo modo, o autor realiza a análise da política e da crítica social, pois estuda a inconstância das estruturas institucionais, constituídas num ambiente de manipulação da política reformista.

Dessa forma, Weber reflete a estrutura social dentro de uma esfera de dominação que acarreta mudanças sociais e econômicas. Para tanto, analisa a natureza psicológica da economia e suas normas étnicas e sociais, deixando claro que a doutrina institucionalista é uma simples análise da estrutura e do funcionamento das formas adotadas pelas organizações sociais e econômicas na busca do “equilíbrio social”. Disso, sobressai a ideia de dominação burocrática, demarcada pela administração ocupada por um responsável em executar atribuições que definem processos de mobilidade hierárquica dos membros sociais. Isso demonstra que a racionalidade do Estado se faz mediante presença de funcionalismo especializado e integrado às leis, pois, “para Weber, a burocracia racional, baseada no conhecimento técnico e no não-envolvimento político do funcionário, é um dos pilares do Estado racional moderno e, portanto, da própria modernidade”. (SOUZA, 2006, p.91)

Por conseguinte, Weber (2006) mostra que a burocracia nas sociedades ocidentais fora extremamente importante no sentido de disseminar aspectos culturais e mercadológicos, aliada a propostas de leis e técnicas que contribuíram para a consolidação da racionalidade moderna e, por fim, para o desenvolvimento do capitalismo moderno. Todavia, a origem desse sistema estaria aliada à ética protestante que somente com a disseminação da racionalidade instrumental nas sociedades e na matriz cultural consegue romper essa ligação (WEBER, 2005).

As instituições, em Weber, surgem do controle de rentabilidade e do cálculo de balanços, decorrentes da empresa racional com força motriz, isto é, da relação do mercado capitalista e do Estado racional eficiente com outros fenômenos culturais, especialmente o

Direito. Desta forma, tem-se aí uma sociologia econômica que comunga também, mas de modo parcial com a história econômica, quando demonstra que essa história ocupa-se das transformações organizacionais, institucionais e psicológicas do agir humano na vida econômica (WEBER, 2009).

Apesar dessa vertente sociológica, o neoinstitucionalismo trabalha com a compreensão do mundo político, principalmente no enfoque da escolha racional, em que analisa aspectos fundamentais da vida política, envolvendo gestão de incertezas e interação estratégica. Deste modo, esses estudiosos da Escolha Racional “[...] reservam espaço muito maior à intencionalidade humana na determinação das situações políticas sob a forma do cálculo estratégico, sem deixar de reservar um papel para as variáveis estruturais, sob a forma das instituições (HALL e TAYLOR, 2003, p. 214). Essa corrente tem por principal proponente Douglass C. North (prêmio Nobel de Economia de 1993), que renovou a pesquisa em história econômica, utilizando a teoria econômica e métodos quantitativos para explicar a mudança econômica e institucional. Será a partir desse autor (2003, 2005 e 2007, tradução nossa) que se busca fundamentar a noção de institucionalismo em consonância com atributos sociais.

Nessa perspectiva, o respectivo autor tem por cerne a ideia de unidades autônomas que se coordenam historicamente e que são centros da sociabilidade humana, com destaque para as instituições, as organizações e as representações mentais. A partir disso, explicita as instituições como sendo constituídas por organizações, que lhes fornecem uma estrutura para a interação humana. Tais organizações incluem

[...] political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers). They are groups of individuals bound by some common purpose to achieve objectives. [...] Organizations are created with purposive intent in consequence if the opportunity set resulting from the existing set of constraints (institutional ones as well as the traditional ones of economic theory) and in the course of attempts to accomplish their objectives are a major agent of institutional change. (NORTH, 2007, p. 05)

Por essas afirmativas, o autor deixa claro que as organizações são criadas com intenção propositadas e evoluem de acordo com seus objetivos, sendo assim, agentes de mudança institucional. Tal conjuntura é demarcada pela história familiar na economia norte-americana que, por meio do trabalho, conseguiram desenvolver organizações econômicas e políticas, cujo resultado foi o aumento da produtividade e o crescimento econômico direto e indireto. Disso, North (2007) conclui que as organizações, mediante oportunidades, alteram o

quadro institucional, e a mudança institucional cria conveniências para o aumento da produtividade e para aqueles que reduzem a produtividade, em virtude das adversidades e reforços. Deste modo, o autor inclui no seu institucionalismo a racionalidade e a noção de mercados eficientes que, através do marco institucional da política, caracterizaria-se por retornos crescentes na economia.

North (2007) reafirma que as instituições podem ser consideradas como restrições que os seres humanos criam e impõem a si próprios. Essa abordagem tem sido trabalhada pelos estudiosos da teoria econômica neoclássica, haja vista as instituições afetarem o desempenho da economia por seu efeito sobre os custos de troca e produção, resultante do processo evolutivo da sociedade. Os respectivos custos, que criam mudanças nos preços relativos e incentivam a construção de instituições mais eficientes, são resultados do emprego de tecnologia que determina a operação e os custos de transformação (produção).

Além disso, a teoria de North (2007) combina comportamento humano e custos de transação que explicam o funcionamento da sociedade e o desempenho da economia. Isso porque os custos de transação, através dos custos de mediação e de aplicação são as fontes de instituições sociais, políticas e econômicas. Neste contexto, os direitos de propriedade são resultados dos direitos apropriados dos indivíduos sobre seu próprio trabalho, bens e serviços.

A apropriação define-se em função de normas legais, formas de organização, aplicação, e normas de comportamento, ou seja, é o quadro institucional, porque, com qualquer estrutura de direitos de propriedade, os custos de transação são positivos, sendo que os direitos nunca são perfeitamente especificados e aplicados. Alguns atributos de valor são de domínio público e pagos para indivíduos se dedicarem à captura de recursos. Assim, as instituições proporcionam a estrutura para o intercâmbio que, em conjunto com a tecnologia empregada, determina o custo de negociação e o custo de transformação. As instituições resolvem os problemas de coordenação e de produção, determinados pela motivação dos “jogadores” (função de utilidade) em ambiente complexo (medição e aplicação) (Op. Cit).

Em termos econômicos, as instituições mostram-se necessárias para realizar o intercâmbio, resolvendo problemas a taxas simples, ao longo do espaço e do tempo, para numerosos indivíduos. O grau de complexidade em trocas econômicas gira em função do nível de contratos necessários para realizar trocas em economias de graus variados de especialização, a qual não é uma forma de seguro, quando os custos e as incertezas de transacionar são elevados. Quanto maior a especialização, o número e a variabilidade de atributos, mais peso deve ser colocado em instituições confiáveis que permitam aos indivíduos envolverem-se e realizarem contratos complexos. As taxas, comuns às economias

modernas consistem em muitos atributos variáveis que se estendem por longos períodos de tempo e exigem confiabilidade institucional, como as que, gradualmente, emergiram nas economias ocidentais. Não há nada de automático sobre a evolução da cooperação a partir de formas simples de contratação e de troca para as formas complexas que têm caracterizado as economias de sucesso dos tempos modernos (Op. Cit).

De modo geral, aspectos da evolução comercial mostram que novas instituições econômicas foram construídas ao longo do tempo para permitir a ampliação do mercado e a realização dos ganhos de produção mais complexa, estendendo as trocas para além dos limites de um pequeno espaço geográfico. No início do período moderno da história, essas instituições encarregaram o Estado europeu de proteger os comerciantes e de adotar códigos de comércio como potencial para aumentar as receitas de atividades fiscais. Nas palavras do autor, o papel do Estado era ambíguo, “[...] because the state was as often an increasing source of insecurity and higher transaction costs as it was protector and enforcer of property rights” (NORTH, 2007, p. 35). Apesar de toda insegurança em relação ao Estado, é nesse momento que se estabelecem as práticas mercantilistas e, por conseguinte, a imposição do Pacto Colonial, protecionismo e balança comercial, que fundamentou a unificação de mercados e consolidação dos Estados-nacionais.

Do final do século XX para o século XXI, as negociações impessoais ganharam espaço, fundamentando economias modernas de sucesso e envolvendo contratação complexa para a promoção do crescimento econômico. Nesse sentido, a aplicação de terceiros nunca é o ideal, pois as partes envolvidas nas trocas ainda dedicam imensos recursos para tentar personalizar essas relações. Por isso, nem a autoaplicação, nem a confiança podem ser completamente consideradas. Disso abstrai-se que não é a ideologia ou as normas que podem desmontar essa estrutura; mas a dedicação de imensos volumes de recursos, na tentativa de promulgar códigos de conduta. Decorrente dessa premissa, os retornos de ideias sobre oportunismo, engano e fuga de indivíduos em sociedades complexas tendem também a ascender (Op. Cit.).

Por tal contexto, faz-se necessário um terceiro intermediário-coercitivo, cuja aplicação eficaz é mais bem realizada através da criação de um conjunto de regras que, em seguida, fazem uma série de restrições informais. Não obstante, os problemas de obtenção e de aplicação de terceiros em acordos, através de um sistema judicial eficaz, ainda não cumprem fielmente as regras e, por isso, são pouco compreendidos, tornando-se um grande dilema no estudo da evolução institucional (Op. Cit). Assim, para desenvolver um modelo de

instituições, fazem-se necessárias as características estruturais das restrições informais, formais, as execuções e a maneira como elas evoluem.

A partir desse quadro, North (2005, p.01) menciona que a alteração econômica ocorre mediante a relação entre a dinâmica econômica e institucional, a partir: 1 - da quantidade e qualidade dos seres humanos; 2 - do conhecimento humano aplicado sobre a natureza; e 3 - do quadro institucional que define a estrutura de incentivos numa sociedade. Esses três fatores inter-relacionam-se e contribuem para o progresso de mudança econômica. Assim, de acordo com o autor (2005, p.16, tradução nossa), uma teoria sobre a mudança econômica deve integrar teorias demográficas de crescimento e de mudança institucional, compreendendo que tais mudanças são reflexos da evolução que o mundo está vivenciando.

Além disso, a questão humana a partir de sua intencionalidade capacita a economia a se ajustar a novas circunstâncias, utilizando-se do princípio da ordem construída num contexto de insegurança. Mas, sem optar por ela, explicita que a questão da ordem é histórica e conclui que a mudança econômica obriga a mudança institucional, haja vista a sociedade estar sempre buscando maneiras de resolver problemas de seu tempo. Isso é possível devido a estímulos da estrutura institucional, que, em North (2005, p.108), pressupõem-se quatro condições principais:

[...] the establishment of credible bounds on the behavior of political officials; successful constitutions which limit the stakes of politics in part by assigning citizen rights and placing other limits on government decision making; property and personal rights must be well defined so that it is evident to citizens when these rights are being transgressed; the state must provide credible commitments to respect these rights, thus providing protection against opportunism and expropriation by public officials. (Op. Cit)

Na perspectiva do autor, essas condições são demonstradas: 1 - no estabelecimento de limites de confiabilidade aos políticos; 2 - na atribuição dos direitos de cidadania e limites das apostas e decisões políticas; 3 - na definição de direitos pessoais e de propriedade para evidenciar quando os direitos dos cidadãos estão sendo transgredidos; e, 4 - no dever de o Estado proporcionar proteção ao cidadão contra oportunismos e expropriação pública mediante respeito a esses direitos. Em resumo, as instituições devem priorizar a relação entre o Estado e a Sociedade, no sentido de se definirem estratégias para resolver problemas aclamados pelos agentes sociais.

Os respectivos pontos mostram que a eficiência institucional decorre da interação entre as instituições formais (propriedade, livre mercado, moeda, etc.) e informais

(convenções sociais, traços culturais de comportamento social, valores hereditários, etc.) e, ainda, que tais variáveis formais e informais geram desempenho no crescimento econômico. Esse aspecto é comprovado pela alteração das regras formais por autoridades que interpretam a realidade, ao tempo que as regras informais, mesmo lentas, também estão mudando, quebrando as regras sociais advindas de gerações anteriores, demonstrando que o elemento do passado serve de modelo, mas que, por aprendizagem, pode-se copiá-lo ou negá-lo. Logo, cabe à sociedade escolher a mudança institucional que induza seu desempenho econômico.

As instituições e variantes não são sempre excelentes e nem podem ser sempre aplicadas a qualquer lugar. Deste modo, a importação de instituições e elementos institucionais que deram certo em alguns países nem sempre serão sinônimo de desempenho econômico positivo para quem está copiando seus fundamentos. Isso deve-se ao fato de existir “[...] the constraints that the past imposes on the present and the future” (NORTH, 2005, p. 49), isto é, restrições que o passado impõe no presente para o futuro. Posto isso, a mudança institucional é determinada por instituições existentes e atuantes que podem reduzir possibilidades no presente e influenciar o futuro. E mais que isso, a existência de instituições formais e a confiabilidade auferida podem contribuir para o bom funcionamento do mercado e da democracia. Tais aspectos são evidenciados na realidade norte-americana, beneficiária da herança cultural britânica, determinante da criação de um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento de instituições que deram a base do crescimento da economia na antiga colônia.

Por conseguinte, a teoria pregada por North (2005, 2007) não se dispõe a ser uma teoria econômica propriamente, mas um campo de compreensão dos processos de mudanças, no qual o pré-requisito fundamental é melhorar o desempenho econômico. No seu entendimento, as mudanças econômicas são resultados de mudanças na quantidade e qualidade dos seres humanos; no conhecimento da espécie e do espaço, no sentido de controle da natureza; e na matriz institucional, que funciona como incentivo à sociedade. E tudo isso parte da interação de instituições formais (por exemplo, leis e autarquias do Estado) e instituições informais (aspectos culturais que permeiam a sociedade).

O Estado, nesse contexto, define-se pelos direitos sobre propriedade e sobre as regras de produção, sendo responsável pela formação e manutenção de regras formais, que servem de base legal para a sociedade. O Estado e suas várias formas são alicerçados em grupos de interesses, cuja dinâmica política e cultural da sociedade depende da eficiência produtiva e adaptativa em termos econômicos. A primeira, eficiência remete a um arranjo institucional que garanta produção mediante estoque de recursos e tecnologias; e a segunda – adaptação –,

com um sentido mais dinâmico, reflete a necessidade e a capacidade da sociedade de se adaptar às adversidades ao longo do tempo (North, 2007). Sendo assim, a interação tem resultado em políticas públicas que são demandadas pelos agentes sociais e implementadas mediante capacidade do Estado, através de seus agentes institucionais, de responder aos anseios sociais.

Numa palestra realizada no “*Forum Series on the Role of Institutions in Promoting Economic Growth*”, em 2003, realizado em Washington, Douglass North<sup>25</sup> deixa claro como a sociedade é moldada por crenças. Tais convicções interferem no ambiente do institucionalismo, pois tudo ocorre em um fluxo circular, em que percepções humanas iniciais criam ideologias para explicar a realidade e o modo de se comportar. Essa conjuntura cria a estrutura institucional, passando a moldar o mundo social e, por consequência, institui também políticas que modificam de forma incremental a estrutura institucional. A referente mudança é sempre limitada pela dependência da trajetória, isto é, as instituições existentes limitam as escolhas humanas, mas essas alteram gradativamente a política, a partir de escolhas que mudam a realidade e, por fim, mudam o sistema de crenças que temos.

O fluxo circular dessa trajetória ocorre desde que os seres humanos começaram a tentar moldar o seu destino. Logo, o mundo não permanece o mesmo que há 10 mil anos atrás. Enquanto houver humanos e agentes de transformação, sempre ocorrerá mudança da realidade-mundo, promulgando políticas, observando o passado para construir o futuro. Deste modo, as instituições que se mantêm do passado determinam a capacidade de mudança no presente e no futuro. Nas palavras do autor (2003, p.14), “The institutions and beliefs of the past have an enormous effect on constraining the ability to make change in the present and the future”. (NORTH, 2003, p. 12-14)

### 3.2 PRESSUPOSTOS DO INSTITUCIONALISMO NO BRASIL

No Brasil, a questão institucional recebe a contribuição de Bastos (2006a), Favareto (2006) e Belink et. al. (2007), principalmente. O primeiro demonstra inexistir um modo único de conceituar as instituições. Logo, por sua análise, as instituições perfazem um conjunto de sistemas de conhecimento, crenças e regras estabelecidas para manter certa organização

---

<sup>25</sup> Tradução nossa

social, caracterizando-se pela durabilidade e capacidade de influenciar. Nesse contexto, o “âmbito institucional” refere-se à dimensão institucional de uma dada sociedade que trabalha no sentido de promover mudanças desejáveis ou não. Sendo assim, “[...] as instituições determinariam as oportunidades e vocações [...]” (BASTOS, 2006a, p.107) sociais no sentido de promover desenvolvimento “[...] e a clareza das regras se garantem como estímulo para o surgimento de um ambiente de confiança e que desestime a fuga”. (Op. Cit)

Além disso, no momento atual (décadas de 1990 e 2000), o institucionalismo voltou num contexto de mudanças sociais, perpassando visões disciplinares das ciências sociais (Ciência Política, Sociologia e Economia) que refletem sobre a ação do Estado, o qual, com autonomia relativa, pressupõe sua inserção na sociedade, a fim de promover ingerências influenciadas pelo contexto histórico que induzem marcos regulatórios e ajustes tanto na cooperação, quanto na luta contra o isolamento social. O Estado, nesse sentido, é uma unidade autônoma, que impõe regras, intervém com ações no sentido de reprodução do capital e, por vezes, indiferente às pressões sociais e de grupos de interesse. Tal autonomia é transitória e depende das mudanças estabelecidas entre governo e sociedade. O Estado seria assim: “[...] o Estado-sujeito, acima da sociedade, exercendo apenas sua condição hobbesiana para impor regras e determinar seus destinos [...]”. (Op. Cit, p.115)

Dessa forma, o Estado coloca-se como fundamental na garantia do cumprimento das regras. Todavia, a discussão desse organismo aparece sempre de modo superficial nas teorias institucionais, em função da perda de ação representativa sobre o comportamento social e por ser o Estado um ponto de pauta das Ciências Sociais, isto é, a expressão de “externalidades” que o modelo econômico não utiliza. Mas, ainda assim, o Estado é avaliado como uma entidade que “[...] recebe influência da sociedade na medida em que a sociedade organiza e molda a política, e esta determina a correlação de forças que age sobre as atuações do Estado” (BASTOS, 2006b, p.03). Nesse caso, conclui-se que as instituições são analisadas como impulsoras de realização das vocações e de oportunidades sociais, que reflete a ação do Estado em resposta às demandas sociais sobre o espaço.

Sendo assim, de acordo com a concepção institucionalista atual, Bastos (2006) enfoca as vocações econômicas, em que as instituições são dirigidas para a construção de arranjos que diminuam custos e influenciem o comportamento social subsequente, de modo a impulsionar aptidões e capacidades, considerando hábitos e costumes do local. Deste modo, prega-se um arranjo institucional



[...] moldado à luz dos marcos legais impostos à sociedade e das reações dos indivíduos e grupos sociais a essas intervenções, no contexto de seus interesses, de suas normas e convenções, de sua cultura, dos limites a que estão submetidos e das mediações que são feitas pelos arranjos que lhes dão suporte. (BASTOS, 2006a, p.94)

Por essa assertiva, as instituições contribuem para alterar comportamentos dos indivíduos e da sociedade. Assim, a liberdade de escolha individual é propulsora de desenvolvimento, porque, ao se garantir autonomia social, com mediação do Estado e de suas instituições, equilibram-se os conflitos e promovem-se políticas públicas voltadas as demandas sociais.

Nessa mesma linha, Favareto (2006), ao refletir sobre literaturas de Douglas North e Max Weber, indica que as instituições mantêm uma interação entre as ações dos indivíduos e dos organismos sociais, representado pelo Estado, na promoção da mudança ou na manutenção do espaço, a partir do processo de aprendizagem. Para o autor, o institucionalismo parece ser a premissa mais aceitável para dialogar com outras teorias, uma vez que os “[...] conflitos geram instituições, que formam sistemas de incentivos que dão origem a inovações, que por sua vez ensejam novos conflitos e assim sucessivamente” (Op. Cit, p.53).

Enquanto Belik et. al. (2007) explicita o institucionalismo, de modo mais amplo, como um campo metodológico plural, por não haver uma teoria unificada, mas incluindo sem distinção quatro dimensões, a saber: 1- formais, definidas pelo Estado e pelas religiões; e informais, definidas pelas normas, tradições e costumes; 2 - ambiente institucional, no qual são consideradas as regras que medeiam as relações entre os agentes (mudanças na legislação, no sistema judiciário, na burocracia governamental e nas instituições que definem os direitos de propriedade); 3 - governança (economia dos custos de transação), pela qual os indivíduos interagem entre si e respondem às estruturas; 4 - economia neoclássica, que incide sobre os custos de produção (relações de produção, compra, venda e preços – qualidade).

As mudanças operadas em nível de instituições (regras presentes na sociedade), conforme já analisadas, ocorrem de modo formal (por meio de leis e regras) e informal (com alterações nas convenções e hábitos presentes na sociedade). Esse ambiente institucional, juntamente ao comportamento dos agentes empresariais, explica as formas de coordenação econômicas, isto é, a governança (corpo político, corpo econômico, corpos sociais e corpos educacionais) na elaboração de políticas agrícolas e na alocação de recursos públicos. Nesse contexto, o Estado, enquanto instituição, pode definir políticas públicas, mas depende também da demanda social. Logo,

[...] as políticas agrícolas derivaram ou de uma alteração no ambiente institucional (por exemplo, na legislação agrícola), que afetaria as estruturas de governança; ou da criação dos indivíduos, que provocaria reação nas estruturas de governança objetivando a redução dos custos de transação. (BELIK, et. al., 2007, p.124)

Além disso, o Estado passou a assumir papel importante na regulação dos diversos setores da economia e mesmo na regulação privada do espaço público. A abordagem institucional tem ganhado destaque nas ciências sociais e na economia. Nesse interregno, os estudos rurais têm se utilizado dessa visão para mostrar a realidade econômica contemporânea, “[...] no sentido que permite uma integração entre os vários níveis e diferentes formas como as relações sociais de produção se expressam [...]”. (Op. Cit, p.136)

As instituições contribuem, assim, para compreender-se a estruturação das práticas econômicas e das relações sociais. Por esse contexto, as instituições podem contribuir para a solidariedade entre cadeias produtivas, para a integração aos mercados via redução dos custos de transação, ao mesmo tempo que pode acarretar insucessos nos processos produtivos, no sentido de dependência da ação do Estado por meio de políticas públicas. Por isso, prega-se a mudança de paradigma da sociedade rural para o setor agrícola empresarial, aspecto a ser analisado a partir das implicações do institucionalismo para com o desenvolvimento rural.

### 3.3 INSTITUCIONALISMOS E O DESENVOLVIMENTO RURAL

A ação do Estado na promoção e desenvolvimento do espaço rural esbarra no institucionalismo existente na própria ideia de rural e de ruralidade. Para Favareto (2006), esses termos impõem o sentido de residual ao espaço concreto e, assim, a

[...] associação automática à ideia de pobreza e de atraso restringem de partida as possibilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, o que contribui para gerar um ciclo onde esta posição marginal é sempre reforçada, seja simbolicamente, seja materialmente. (FAVARETO, 2006, p. 150)

Por consequência, o institucionalismo brasileiro na promoção do desenvolvimento rural está disperso entre algumas poucas estruturas ministeriais que possuem propostas

complementares, mas distanciadas em termos objetivos, haja vista o caráter setorial das políticas para o agronegócio e para a agricultura familiar. Tal aspecto limita a proposta de desenvolvimento territorial rural, ao tempo que demonstra a inércia institucional, apoiada em agentes sociais individualizados (Op. Cit.). Sendo assim, as políticas desenvolvidas no Brasil ainda permanecem vinculadas ao interesse de poucos e, por fim, ainda não promoveram mudança institucional significativa no país.

Dessa forma, a falta de mudança institucional explicita os conflitos existentes entre instituições e organizações, assim como a operacionalização das instituições informais, aspecto motivado por interesses que podem impulsionar rupturas ou aceleração de políticas. Assim, mostra-se necessária a criação de instituições, a partir do aprendizado adquirido com a implantação de mudanças que priorizem a descentralização produtiva, diversifiquem as economias locais e garantam possibilidades aos indivíduos.

Destarte, sabe-se que o Brasil não tivera forte herança cultural em termos de consolidação de instituições que possibilitassem seu desenvolvimento econômico. Toda a nossa história estivera alicerçada nas instituições e interesses portugueses. Com a independência do país, novos modelos institucionais foram buscados, a fim de alicerçar o crescimento econômico, mas nada que pudesse transpor a herança cultural (as instituições informais) que existiam no país, baseada nas demandas dos grandes proprietários de terra. Deste modo, a história do Brasil inicia-se com a constituição de uma elite agrária que se perpetua com base em marcos legais, como a Lei de Terras (1850), a Constituição de 1891 e o Código Civil (1916) que reforçaram “[...] os mecanismos institucionais para a manutenção das grandes propriedades”. (BASTOS, 2006a, p.31)

Nesse contexto, o poder de decisão no país tem se mantido nas mãos de grupos econômicos, isto é, das oligarquias locais e regionais, apoiadas pelo poder central. Esse fato demonstra a existência de uma “estabilidade institucional” que dificulta, por exemplo, a alternância de poder. Decorrente disso, justifica-se a subordinação da região Nordeste aos interesses das regiões dominantes economicamente e aos interesses de seus gestores locais. Sendo também por isso que a maior parte dos agricultores familiares pobres é excluída do acesso ao crédito rural, haja vista o ambiente institucional de privilégios transpor obstáculos para a mudança da qualidade de vida dos agricultores familiares.

No mais, a oligarquia brasileira nunca almejou (ou teve interesse em) alcançar mudanças produtivas e modernizar o âmbito rural, apesar de a necessidade de suprimir concorrências (como o Pacto Colonial), principalmente em nível internacional, acarretar a adoção de algumas práticas. Diante desse contexto, observa-se que o desinteresse pelo campo,

por exemplo, acabou por perpetuar relações de poder que impediram a construção de um novo projeto nacional de modernização da agricultura, perpassando sempre ações corretivas sem fins de transformação definitiva. O referido aspecto, segundo Bastos (2011), prezava pela manutenção de formas de dominação arcaicas, desconsiderando sempre os interesses da massa populacional, excluída de políticas públicas e de ação intervencionista do Estado. Assim, “[...] o desenvolvimento mais lento das forças produtivas findou limitando a incorporação de insumos modernos”. (Op. Cit, p. 05)

Por conseguinte, observa-se que a população rural pobre esteve quase sempre à mercê das políticas do Estado implementadas, visando à produtividade do campo. E aos poucos, políticas historicamente implantadas com esse sentido tiveram alcance limitado. Por isso, a maior parte das políticas brasileiras teve caráter excludente, pois a política de crédito, por exemplo, correspondeu aos interesses principais dos Complexos Agroindustriais. Sendo assim,

As políticas públicas direcionadas para o meio rural desde a modernização, mesmo contendo regras que privilegiam os mais pobres, não promovem mudanças substantivas, por conta do ambiente institucional prevalecente, impregnado de velhas convicções, que impedem a apropriação das transformações ocorridas nas estratégias de sobrevivência das populações excluídas. (Op. Cit., p. 25)

Decorrente desse contexto, conclui-se que o Brasil nunca possuía uma política de desenvolvimento nacional. Tal assertiva define-se na atualidade, no modo como ainda copiamos e incorporamos modelos de crescimento econômico para a agricultura familiar, para a educação e para a saúde, quase sempre desconsiderando a realidade local. A partir do momento em que tais modelos forem revisados e catalogados pelas instituições informais que cobram das instituições formais mais ação, passaremos a ter resultados positivos em praticamente todos os segmentos.

Contudo, sabe-se que não é fácil promover mudanças propriamente nas regras informais, representativas da cultura de uma dada sociedade, pois depende do contexto social em que se inserem. Deste modo, para promover o desenvolvimento rural e possibilitar a agricultura familiar interagir nesse processo, é necessário romper com as regras informais gestadas por uma minoria e galgar maiores mudanças nas regras formais, principalmente no que diz respeito ao acesso a políticas públicas, a exemplo do Pronaf.

O Pronaf corresponde às respostas do Estado aos anseios históricos e sociais de trabalhadores rurais e pequenos proprietários que buscam alicerçar seu crescimento produtivo.

Todavia, ainda é persistente entre instituições financeiras o caráter seletivo e de resistência à expansão da base social desse programa, que se encontra subdividido em linhas de ações e modalidades, aplicáveis em relação à declaração de renda do agricultor familiar.

Apesar disso, o Estado tem proporcionado mudanças nas regras formais e informais do Pronaf, facilitando o acesso creditício ao pequeno agricultor, em termos de custeio e de investimentos para suas unidades produtivas. Esse elemento, além de integrar os agricultores a lógica do mercado, tem contribuído para a quebra radical de um modelo cultural imposto à sociedade desde a década de 1930, quando se pregava que o financiamento rural poderia ter como maior consequência a perda da terra. Destarte, toda essa mudança institucional proporcionada principalmente pelo Estado brasileiro, no intuito de ajudar ao pequeno agricultor e mesmo a quebra de paradigmas culturais têm alicerçado melhores desempenhos econômicos e promovido mudanças no desenvolvimento rural, resultando na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do programa.

Sendo assim, as instituições são guias para o comportamento social, em um dado contexto, pois exprime dimensões diferentes do comportamento humano e de seus impactos na vida social. E mais, é um arcabouço normativo que, juntamente com a Governança do Estado, contribui para o desenvolvimento espacial.

### 3.4 OS ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO PRONAF

As instituições são sistemas normativos e de legitimidade social. Segundo Abramovay (1998, p. 142), as instituições “[...] traduzem, antes de tudo, um conjunto de normas de comportamento e de valores pelos quais os indivíduos se relacionam com o que fazem”.

Essas instituições, por análise e aprendizagem da concretude social, definem o quadro em que a política é realizada a partir da relação entre indivíduos e instituições, através da capacidade destas darem forma e comportamento aos direitos e interesses individuais. Ao mesmo tempo, preveem incentivos para os atores envolvidos dentro de uma mesma organização. As instituições seriam, também, reflexo da evolução humana individual e coletiva, em que a perda de instintos para sobreviver no espaço social impõe a necessidade de estruturas de mediação, a fim de alcançar os objetivos almejados tanto individual quanto socialmente.

Em suma, a essência das teorias da escolha racional, que preveem a maximização do lucro individual, permanece nesse tipo de teorias com base nas preferências dos indivíduos. Esse modelo de institucionalismo tem maior relação com os fundamentos da vida política e prega ainda a persistência das instituições mediante vantagens que podem oferecer.

Neste tocante, observando o institucionalismo discutido por North (com vertente na mudança econômica e histórica) e trazendo para a realidade do Brasil, observa-se que, a partir da Constituição de 1988, o Estado brasileiro passa a trabalhar de modo mais descentralizado, ao tempo que são introduzidos “[...] novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos” (MATTEI, 2005, p. 11). O respectivo cenário contribuiu para que a década de 1990 fosse uma década de mudanças institucionais em termos de políticas públicas. Essas mudanças são reflexos principalmente da demanda social que passa a ser analisada e aceita pelo Estado. Tal contexto de mudanças é persistente, pois a sociedade tem buscado participar diretamente das decisões políticas de seu país, mostrando seus desagrados e como pode ser positivo lutar por objetivos definidos conjuntamente.

Nesse contexto, verifica-se que Veblen (1983) também fundamenta essa mudança ao diminuir a representatividade da classe ociosa e ao possibilitar a apropriação da propriedade privada e das tecnologias nas classes menos favorecidas, tanto no espaço urbano quanto no rural. Enquanto de Weber avalia-se o caráter burocrático das instituições que moldam o mundo moderno e a visão da sociedade a qual luta por reformas baseadas em preferências e identidades.

Deste modo, será dentro dessa visão de instituição envolvendo intervenção estatal e as demandas da sociedade e de suas “construções mentais” que serão trabalhadas as estruturas que envolvem a efetivação, as mudanças e as melhorias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Isso porque a agricultura familiar é dependente de recursos externos para operar suas unidades produtivas de modo eficaz, sustentável e rentável. Contudo, a falta de recursos,

[...] seja pela insuficiência da oferta de crédito, seja por causa das condições contratuais inadequadas, impõe sérias restrições ao funcionamento da agricultura familiar mais moderna e, principalmente, a sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente. (BUAINAIN et. al., 2003, p.328)

Os agricultores familiares que acessam ao crédito rompem com restrições ao funcionamento de suas unidades produtivas e angariam a possibilidade de inovar em termos

técnicos e produtivos e a promover uma trajetória de desenvolvimento individual que pode estimular o desenvolvimento local.

O Pronaf tem sido um estímulo advindo do Governo Federal ao desenvolvimento rural, pois já atinge mais de 700 mil agricultores, de um total de 4,8 milhões de estabelecimentos brasileiros de agricultura familiar (ABRAMOVAY, 2010). Apesar de esse número ser ainda pequeno,

[...] o ritmo de aumento na quantidade de produtores com acesso ao crédito é impressionante. Tanto mais que este acesso passa por bancos que, embora governamentais, na sua esmagadora maioria, funcionam como entidades comerciais, ou seja, opõem imensa resistência ao acesso de populações desprovidas de garantias e contrapartidas. Neste contexto, metade dos tomadores de crédito do PRONAF tem acesso ao crédito pela primeira vez em suas vidas, segundo os dados da pesquisa recente do IBASE. (Op. Cit, S/P)

Tais números demonstram a inserção do pequeno agricultor familiar na ordem racional burocrática. Contudo, esse acesso tem gerado custos exorbitantes ao Tesouro Nacional, fato que demonstra serem os bancos comerciais inviáveis em termos de estrutura para a promoção desse crédito. Todavia, mudar a intermediação financeira requer construir um sistema que agregue função bancária, sendo o crédito persistentemente visualizado como empréstimo, com um sistema independente financeiramente em nível local e a consolidação desse sistema de modo “[...] descentralizado e cujas responsabilidades locais sejam decisivas” (ABRAMOVAY, 2010, s/p.). Nesse sentido, as cooperativas e principalmente as cooperativas de crédito rural podem assumir maior função, haja vista operarem com custos inferiores aos demandados pelas agências bancárias, conhecerem a clientela e poderem confiar nos indivíduos.

#### 3.4.1 Variáveis históricas no processo de institucionalização e o desempenho do PRONAF no Brasil

A década de 1990 demarca a “democratização” de políticas e da ampliação de recursos voltados à demanda social. Tal aspecto é visualizado principalmente no meio rural a partir de 1995, quando é criado, através da Resolução nº 2.191 do Banco Central do Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), regulamentado pelo Decreto

Presidencial, Nº 1.946 de 28/06/1996, que, segundo Alencar (2010, p.112), apenas visualizou no segmento de custeio “[...] a ampliação do programa para áreas de investimento, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, [que] só ocorreu a partir de 1997, quando ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional”.

Neste tocante, Mattei (2005) argumenta que o programa estava voltado a políticas de desenvolvimento rural específico, no sentido de atender o mais fragilizado segmento da agricultura brasileira, em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Sendo assim, o Pronaf representava “[...] a legitimação pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola [...]” (MATTEI, 2005, p.12).

O contexto dessa política remete às reflexões de North (2005 e 2007) no que se refere à consideração do período histórico de democratização do país, com a implementação de mudanças institucionais integradas às demandas sociais. Deste modo, para a consolidação do programa, ao longo da década de 1990, alguns fatores foram determinantes para a mudança dos rumos e a efetivação das políticas de desenvolvimento rural no Brasil, entre elas:

a) O movimento sindical dos trabalhadores rurais vinculado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), que direcionaram as reivindicações desses trabalhadores à “reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares” (MATTEI, 2005, p. 12). Tais reivindicações começaram a ganhar foco, a partir da primeira metade da década de 1990, com o Seminário realizado em Chapecó (1993), resultando em um documento com propostas de crédito para os agricultores recuperarem e implementarem infraestrutura em suas propriedades rurais, bem como a partir, também, das Jornadas Nacionais de Luta denominadas, em 1995, de Grito da Terra Brasil;

b) A criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), em 1994, durante o Governo de Itamar Franco, que operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Naquele momento, um terço do crédito rural era pago a taxas livres “[...] además de que el sector privado, especialmente las agroindustrias a través de las financiaciones, pasaron a orientar la agricultura, de acuerdo con sus intereses y con las tendencias del mercado, hacia los productos con mayor demanda interna y externa”. (ZAAR, 2011, S/P)



Em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção quanto em área de abrangência, dando origem, assim, ao Pronaf. O programa representou uma ruptura com a política de crédito rural excludente e passou a ser a base para o chamado desenvolvimento rural sustentável, com objetivo de promover o aumento da produção e da renda dos agricultores familiares pobres. Todavia, apesar de corresponder a inúmeras demandas, essa política apresentava problemas na ampliação de sua base social, ou seja, na expansão do quadro de beneficiários.

Deste modo, verificou-se que as políticas públicas brasileiras ocorrem historicamente através do ambiente institucional receptivo, isto é, de acordo com os interesses das forças de dominação. Por isso, demarca-se o insucesso de políticas públicas anteriores, voltadas a agricultores pobres, em virtude da secessão dos “[...] marcos legais que apóiam as intervenções e o ambiente institucional onde elas se efetivam, mais adequada ao produtivismo e com pouca sensibilidade para perceber a natureza complexa das demandas existentes” (BASTOS, 2006a, p.24). Por consequência, o Estado, enquanto entidade capaz de mediar a interação dos indivíduos, precisa potencializar o cumprimento das políticas públicas e determinar o cumprimento de acordos, de modo que as instituições reflitam as escolhas individuais e coletivas da sociedade.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999- 2002), o Pronaf passou por uma série de mudanças institucionais que lhe deram centralidade e importância social, mantidas até hoje, com pequenas modificações. Entre as modificações estabelecidas no governo FHC, destacam-se:

En primer lugar, dejó de pertenecer al Ministerio de Agricultura, al que estaba vinculado a la Secretaría de Desarrollo Rural (SDR), y se incorporó al Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA). En segundo lugar, en esta nueva forma de organización, el sector de la agricultura familiar ganó importancia, con la creación de la Secretaría de la Agricultura Familiar (SAF). (ZAAR, 2011, s/p)

Deste modo, o programa é um instrumento de política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cuja Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) é a gestora. Essa secretaria nasceu com o objetivo de “consolidar o conjunto de políticas para a agricultura familiar, visando promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade”. (MDA, 2004)

Pelo contexto, tem-se de retomar a questão institucional, haja vista serem as instituições conformadoras de relações interpessoais e determinantes nas escolhas feitas por

indivíduos e grupos sociais, tendo por princípio a análise das regularidades econômicas que refletem a ação das estruturas de organização política e social. As instituições são, assim, sinônimas dos marcos legais impostos a sociedade, sedimentando-se no arranjo e no ambiente institucionais, através da atuação de organizações e das políticas públicas. (BASTOS, 2006b)

As instituições atuam via arranjos institucionais, compostos de regras formais e de organismos. Deste modo, a institucionalização só ocorre em ambiente onde há formação de hábitos que se tornaram comuns à sociedade. Tal processo ocorre através de ações promovidas de modo externo, quando as instituições se põem diante dos indivíduos; e quando ocorre a internacionalização, em que as pessoas passam a vê-las como normas que “[...] controlam a vida dos homens e a direcionam num determinado sentido, através de padrões de conduta”. (BASTOS, 2006a, p.136)

O ambiente institucional é constituído pelo arranjo institucional, o qual se remete ao aparato legal (aspectos das leis) que é necessário ao controle de ações; e ao conjunto de organismos (públicos, privados e mediadores) que trabalham na implementação das ações. Por conseguinte, entende-se o arranjo institucional, em termos creditícios, pela relação estabelecida entre agentes financeiros e indivíduos/sociedade, além de sua atuação poder favorecer ou prejudicar a execução de projetos e a introdução de inovações tecnológicas junto ao agricultor, por exemplo.

O ambiente institucional remete à interação desses organismos na efetivação e modificação das normas de conduta, isto é, referenda o quadro normativo de aplicação de determinada ação, correlacionada à proximidade social. Nas palavras de Bastos (2006b, p.05), o ambiente institucional é edificado por relações estabelecidas no espaço através de

[...] representações de um conjunto de organismos, regras, convenções, costumes e valores, que, dependendo da compreensão e do consenso dos atores, poderá resultar na prática de reciprocidade ou na deserção. (Op. Cit)

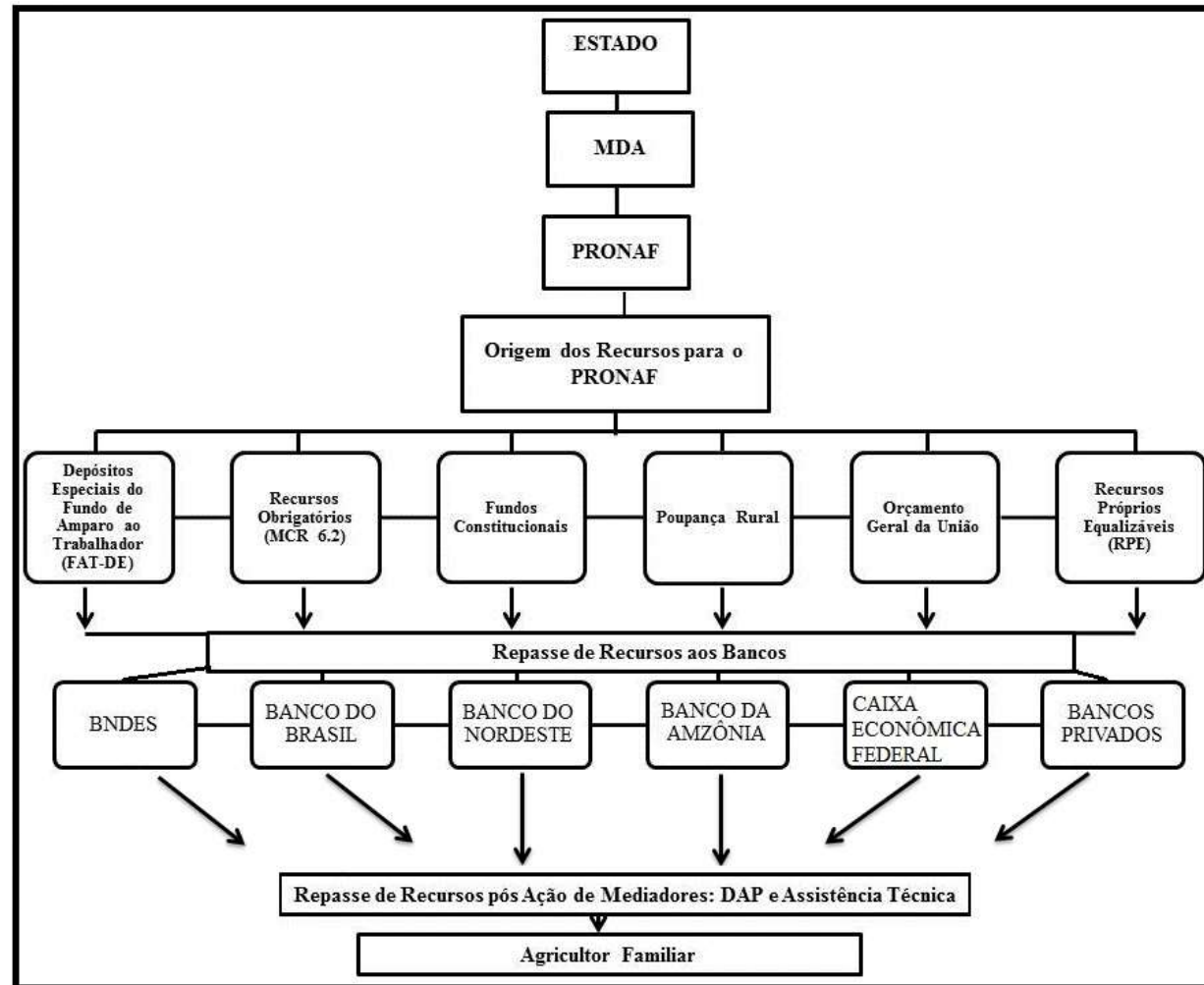
Assim, o Estado aparece como entidade adequada na fomentação de instituições mais eficientes, pois trabalha com/no sentido de transformar, regulando o direito de propriedade e condicionando novos mercados. Deste modo, as políticas públicas para efetivação necessitam ser legitimadas pelo Estado e, consequentemente, estarem submetidas ao controle social através de um ambiente institucional.

Por esse contexto, o Pronaf constitui um “arranjo institucional”, pois há vários organismos que, por determinação do Estado, atuam na efetivação de contratos e na liberação de montantes (Figura 22). Por esse contexto, participam instituições financeiras oficiais que

atuam na efetivação e na liberação dos contratos, assim como organismos mediadores que liberam a documentação, a exemplo da Declaração de Aptidão, para reconhecimento do agricultor familiar como apto a ser beneficiado. Sendo assim, para efeito de Nordeste, o arranjo institucional do Pronaf se resume a um círculo que integra instituição financeira, entidades da sociedade civil, empresas de projetos, de prestação de assistência técnica e emissão de DAP, que se voltam ao atendimento da demanda do agricultor familiar (Figura 23).

Diante disso, é necessário visualizar que o Pronaf é resultante da existência de variadas fontes de recursos que permitiu a expansão, pois, na redução de um tipo de recurso, o orçamento seria compensado com outra fonte. Entre as principais e mais importantes fontes de recursos que subsidiam o Pronaf estão: 1- Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT-DE), cujo valor decidido pelo conselho é alocado na forma de depósitos especiais no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA); 2-Recursos Obrigatórios, cujos recursos estão definidos na seção 6.2 do Manual de Crédito Rural (MCR), impondo às entidades financeiras a aplicação em operações de crédito rural um percentual do valor dos depósitos à vista; 3- Fundos Constitucionais (FCs), regidos pelos Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), que repassam seus recursos aos respectivos bancos operadores na região a que pertencem; 4-Poupança Rural, em que um percentual do depósito de poupança é captado e aplicado em operações de crédito rural; 5- Orçamento Geral da União (OGU), representando pelo Tesouro Nacional, responsável pelo repasse de recursos a bancos públicos federais (BB, BNB e BASA); e 6- Recursos Próprios Equalizáveis (RPE), que passaram a atuar a partir de 1999, pegando recursos próprios e destinando ao Pronaf (exemplo Bansicredi e Bancoob).

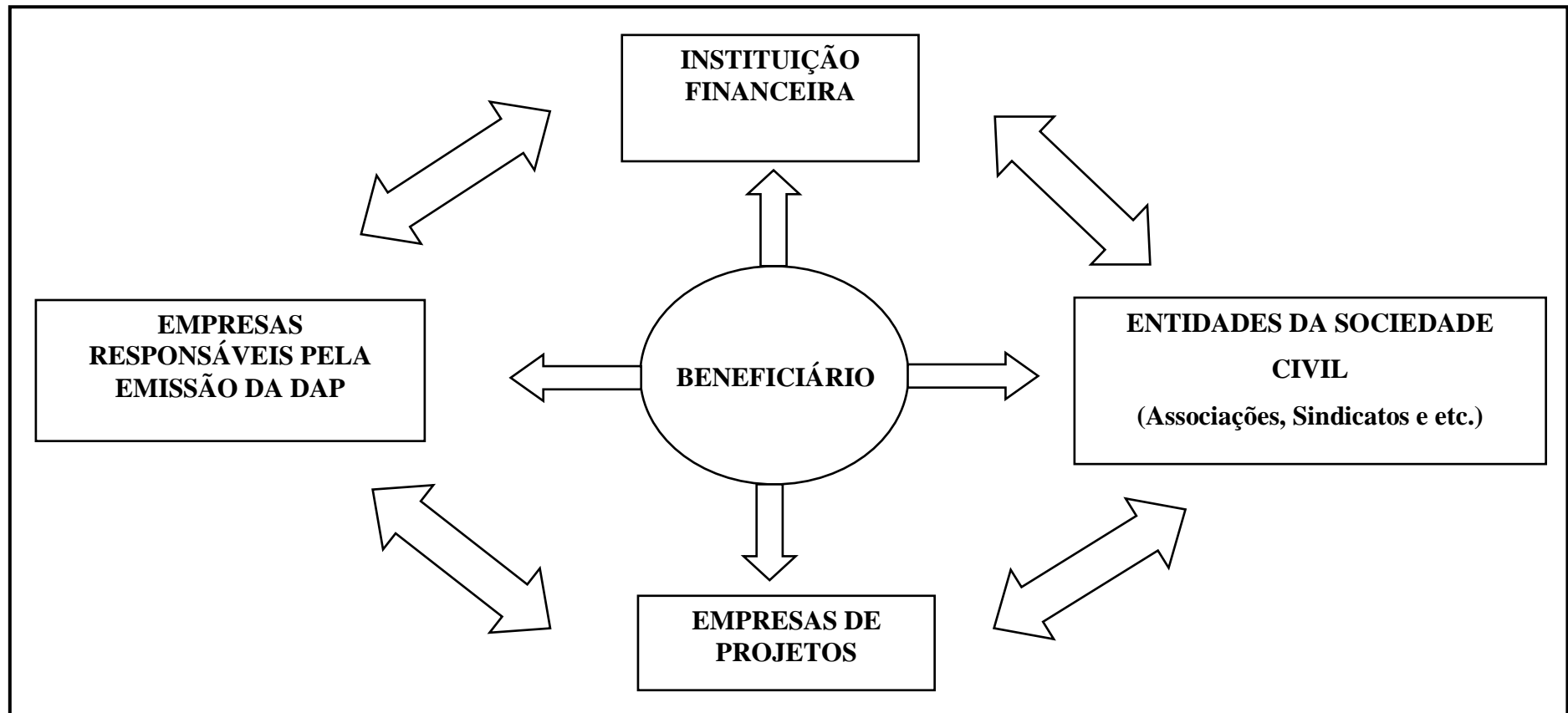
**Figura 22- Brasil**  
**Organograma do Pronaf**  
 2012



Fonte: BCB – MCR, 2012 e BNB, 2011.

Elaboração: Carvalho, 2014.

**Figura 23** – Nordeste  
Arranjo institucional do Pronaf  
2012



Fonte: BNB, 2011.

Elaboração: Carvalho, 2014.

A evolução na participação dessas entidades variou de acordo com o plano safra anual. Essa conjuntura é expressa por Lopes (2007) que destacou o ganho de abrangência nacional do Pronaf após a safra 2003/2004, com a simplificação no acesso, na diversificação de linhas e na distribuição de políticas de assistência técnica. A isso se acresce também o histórico dos recursos utilizados no Pronaf, que se definem em três fases (SEAGRI/DEAGRI1/SER1, 2011): a primeira fase se define dos Anos-Safra 1995/1996 a 2002/2003, quando tiveram maior fôlego recursos provenientes do FAT-DE (com 73% do total), sendo reduzidos posteriormente em virtude da conjuntura econômica do país, com o desaquecimento da economia e do custeio com o seguro-desemprego. A segunda fase compreende os anos-safra 2003/2004 a 2007/2008, quando novas fontes de recursos, sem predominância, passaram a ser utilizadas pelo Pronaf, entre os quais o OGU<sup>26</sup>, Fundos Constitucionais e Recursos Obrigatórios; e a terceira, iniciada no Ano-safra 2008/2009, quando se incluem recursos da Poupança Rural. No final de 2010, o FAT-DE retoma sua participação em termos de recursos no programa.

Essas fontes de recursos e a evolução das instâncias do programa possibilitaram a inclusão de número significativo de agricultores familiares no Norte e Nordeste do Brasil. Mattei (2005) demonstra que as mudanças promovidas na safra 2003/2004 possibilitaram que o Pronaf ultrapassasse 900 mil contratos e, na safra 2004/2005, o crescimento na região Nordeste superava os 180% em relação ao ano de 2002. Conforme já apontado por Bastos (2006) e Mattei (2005), o respectivo crescimento no número de contratos efetivados e no montante liberado resulta da diminuição dos entraves burocráticos, em termos de documentação solicitada e da estratégia de inclusão social para agricultores familiares pobres. Apesar desse avanço, ainda é persistente a crença de que o crédito não proporciona aos agricultores uma vida autônoma, persistindo dependente da intervenção do Estado.

Ainda na vertente burocrática, conforme delineado historicamente por Weber (2005), para a realidade do Pronaf no Brasil, observa-se que o respectivo programa é resultado de uma política que segue passando por permanentes aperfeiçoamentos na perspectiva de ampliação de sua base social, visando a “[...] incorporar a heterogeneidade existente entre os agricultores familiares e a diversidade regional de situações estruturais e socioeconômicas que enfrentam para gerar a renda familiar”. (BARBOSA et. al., 2012, p.253-254)

---

<sup>26</sup> Houve, entre os Anos-Safra 2003/2004 e 2004/2005, um aumento significativo de recursos do OGU, mostrando que o governo Federal, mesmo com dificuldades, quis manter recursos para financiamento do PRONAF.

Outrossim, o constante aperfeiçoamento visou a reduzir entraves, como a inserção de novos agricultores familiares, marginalizados quanto ao acesso a crédito e ao mercado. Esse aperfeiçoamento repercutiu na expansão dos recursos aplicados ao Pronaf, a partir dos seguintes aspectos: flexibilização das regras financeiras, que têm reduzido as taxas de juros, expandido o prazo de pagamento e aumentado o limite de recursos (1996-1999); redução de entraves burocráticos de acesso ao crédito; diversificação do público alvo da agricultura familiar beneficiária de acordo com o nível de renda anual (estratificação dos beneficiários em seis diferentes grupos de agricultores familiares – 1999-2008); ampliação de atividades apoiadas via financiamento; ampliação de renda para enquadramento dos agricultores familiares; extinção das categorias C, D e E (pós-2008), demarcando todos os demais beneficiários como agricultores familiares (Mattei, 2011 e 2014); e intensificação das relações desses agricultores familiares com agências bancárias.

Logo, esses aperfeiçoamentos e expansão da rotatividade de recursos são reflexos das ações desenvolvidas pelo ambiente institucional, que simplificara a emissão da DAP, junto às entidades credenciadas pelo MDA, e mesmo às instâncias bancárias que passaram a liberar mais facilmente o crédito do Pronaf. Tal fato é observado com a variação distributiva dos contratos efetivados por situação das entidades bancárias e com a participação de cooperativas de crédito, entre 2005 e 2012. Os dados do Banco Central do Brasil (2005 a 2012) demonstram, nesse período, um decréscimo da atuação de bancos oficiais e dos bancos privados, em -22,8% e -40,8%, respectivamente; ao passo que bancos estaduais oficiais e as cooperativas cresceram sua participação em 11,15% e 87,90%, justificando a facilitação de créditos do Pronaf em instâncias municipais.

Além disso, deve-se considerar a proveniência dos montantes liberados que, no ano de 2005, advinham do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do MCR, que representavam 60% do orçamento total do Pronaf; enquanto no ano de 2012, observou-se uma maior distribuição de recursos por parte das agências atuantes, além do ingresso de novas agências, sendo que a Poupança Rural e os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida somavam a maior participação com 58%. Essa situação mostra que o ambiente institucional do Pronaf está em constante alteração, visando corresponder ao “arranjo orçamentário”.

As constantes mudanças nas normas do Pronaf foram sendo realizadas, ano após ano, por meio de resoluções e portarias, além da institucionalização de novas leis que passaram a viabilizar seus resultados. Essa conjuntura é visualizada em 2003, quando o Governo brasileiro, através da Lei n ° 10.696, de 2 de julho, institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com objetivo de colaborar para o aumento da renda e para o combate da

fome e da pobreza no Brasil e ao mesmo tempo fortalecer a agricultura familiar; e em 2004, com a institucionalização do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), também denominado PROAGRO MAIS, que visava “[...] atender aos pequenos produtores vinculados ao Pronaf” (Brasil, CMN, 2004), reduzindo o risco das operações, evitando renegociações e estimulando o uso de tecnologias.

Além dessas ações parceiras do Pronaf, soma-se, em 2006, a oficialização da categoria Agricultura Familiar, impulsionando-a com novos mecanismos de estímulo produtivo; e criação do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF, 2006), com objetivo de proteger a produção agrícola familiar financiada contra a desvalorização dos preços. Já em 2009, é institucionalizada a permissão a essa categoria no sentido de oferecer gêneros alimentícios às Escolas da Rede Pública de Ensino, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com isso, visou-se “garantizar el acceso a los alimentos en cantidad, calidad y regularidad necesarias para las poblaciones en situación de inseguridad alimentaria y nutricional y promover la inclusión social en el medio rural a través del fortalecimiento de la agricultura familiar”. (ZAAR, 2011, S/P)

Em resumo, as mudanças na operacionalização do Pronaf passam por três estratégias institucionais, a saber: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, atuando na formação de agentes de ATER, fomento à prestação de serviços de ATER, capacitação de agricultores; Financiamento e Seguro da Produção e Agregação de Valor e Geração de Renda, agregando todos os programas acima, direcionados à agricultura familiar. Essas mudanças, ocorridas desde sua criação, representa um ajustamento com as transformações sociais e suas demandas. Desde a safra 2005/2006, o Pronaf tem aumentado sucessivamente o volume de recursos destinados à agricultura familiar. Tal fato pode ser evidenciado nos números de montantes liberados no Brasil entre os anos de 2005 e 2012<sup>27</sup> (Tabela 10).<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Último dado disponibilizado pelo Banco Central do Brasil em termos de Anuário Estatístico do Crédito Rural.

<sup>28</sup> Último dado disponibilizado pelo Banco Central do Brasil em termos de Anuário Estatístico do Crédito Rural.



**Tabela 10- Brasil**  
Evolução dos financiamentos do Pronaf  
2005-2012

PRONAF	Contratos	Montante	Valor Médio dos Contratos (R\$)
2005	2.208.198	5.787.745.810,94	2.621,02
2006	2.563.590	7.269.708.945,22	2.835,75
2007	1.940.031	7.330.136.046,83	3.778,36
2008	1.556.327	8.824.654.457,07	5.670,18
2009	1.713.624	11.364.798.900,03	6.632,02
2010	1.590.028	12.105.675.373,91	7.613,50
2011	1.540.972	13.322.813.169,12	8.645,72
2012	1.823.210	16.358.978.153,12	8.972,62

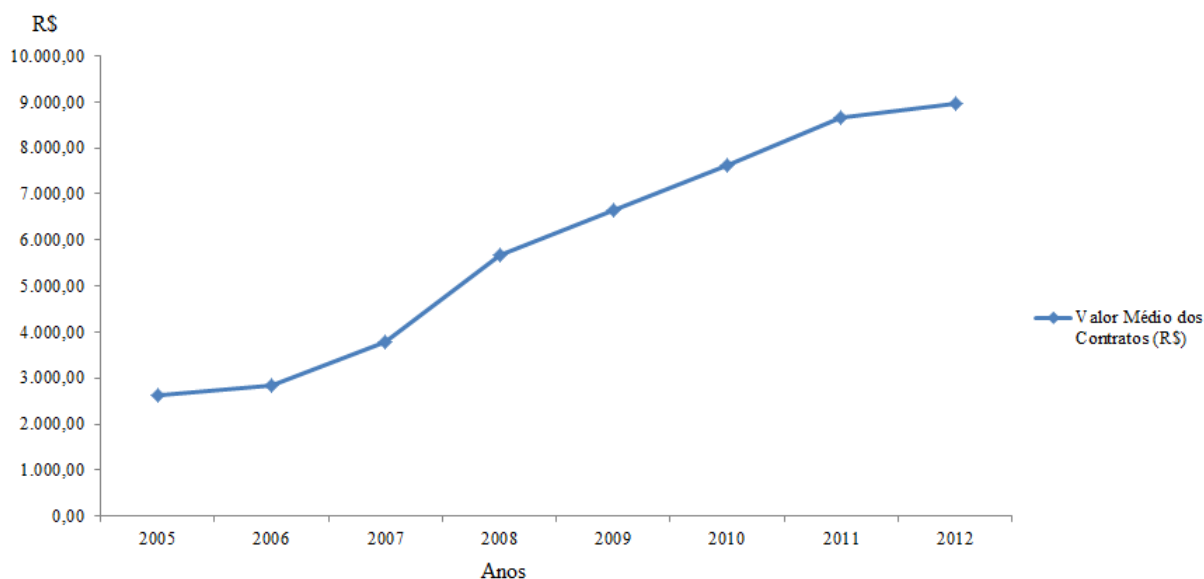
Fonte: BCB/DIORF/DEROP/DIORE (2005-2012).

Organização: Carvalho, 2014.

Os dados do Banco Central demonstram que há crescimento no montante total liberado de 2005 a 2012, em 182,64%. Apesar disso, os números de contratos nem sempre acompanharam o ritmo de crescimento do montante, sendo que, entre 2005 e 2012, houve um decréscimo de 17,43%. Ademais, quando se observa o valor médio dos contratos (valor montante dividido por valor de contratos), verifica-se que sempre houve crescimento expressivo, pois houve variação de R\$2.621,00, em 2005, para 8.972,62, em 2012, expressando aumento de 242,33% (Figura 24). A referida conjuntura é justificada pela variação monetária do valor aplicado ao ano/safra por modalidade do Pronaf, assim como pelo beneficiamento creditício para pequenos agricultores familiares, enquadrados em modalidades como A, A/C e B, por exemplo.

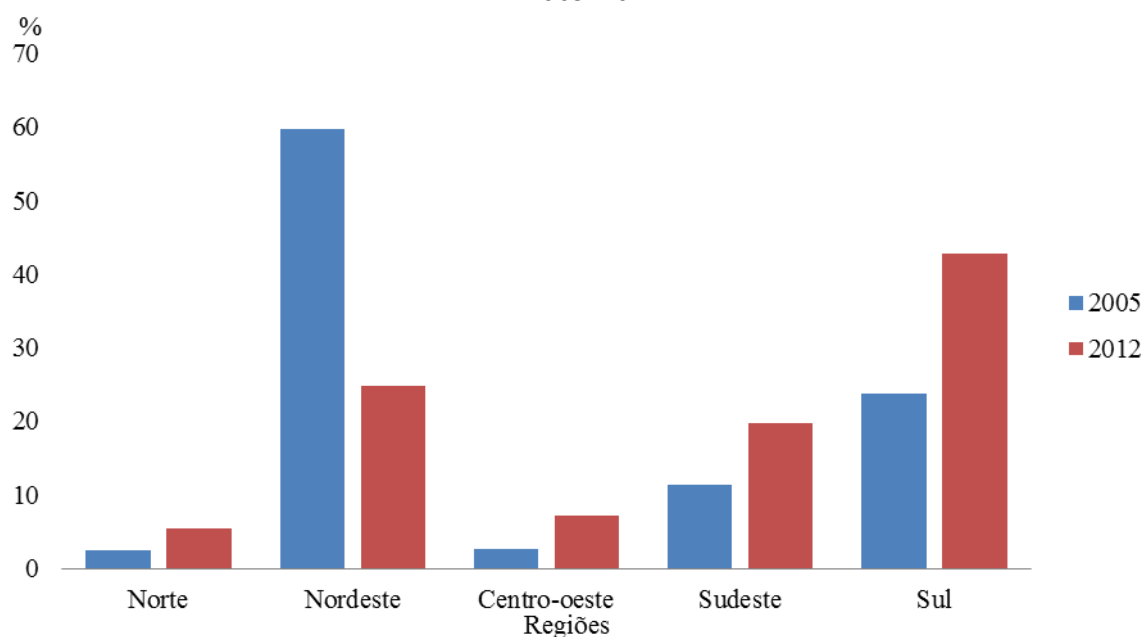
A variação existente na distribuição de contratos e montantes liberados por regiões do Brasil reflete a existência de diferentes sistemas de produção e de diferentes produtos priorizados com os recursos financiados pelo Pronaf. A variação é observada no ano de 2005, quando 59,83% dos contratos foram realizados no Nordeste do país, sendo que o maior percentual de montante liberado (42,88%) estava no Sul (Figura 25). O número de contratos tão elevados no Nordeste é explicado pelo acesso dos agricultores familiares às modalidades A e B principalmente; enquanto o montante elevado no Sul corresponde aos créditos concedidos a grupos organizados em associações e cooperativas.

**Figura 24- Brasil**  
Valor médio dos contratos do Pronaf  
2005-2012



Fonte: BCB/DIORF/DEROP/DIORE (2005-2012).  
Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 25 – Brasil**  
Representatividade dos contratos de Pronaf por região  
2005-2012

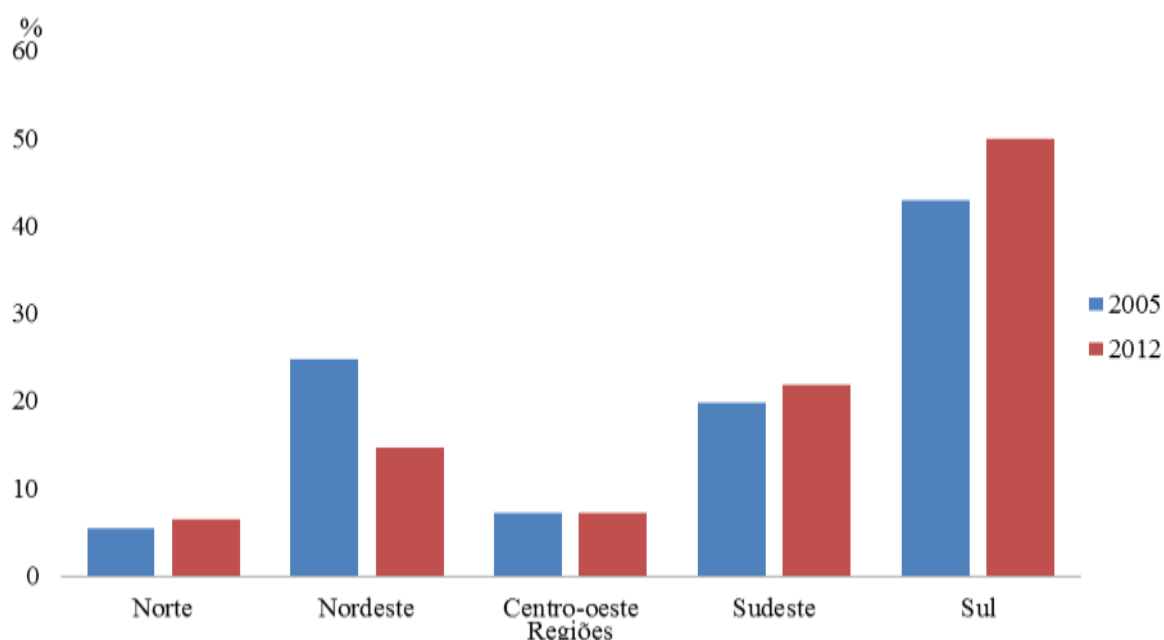


Fonte: BCB/DIORF/DEROP/DIORE (2005-2012).  
Organização: Carvalho, 2014.

Em 2012, observou-se que 32,94% dos contratos efetivados e 49,96% do montante liberado estavam concentrados no Sul do país, contrariando o peso percentual de contratos no Nordeste (45,33%), região para a qual foram disponibilizados apenas 14,59% do montante

nacional (Figura 26). Esse aspecto mostra a força dos agricultores sulistas em termos de organização cooperativista e do empreendedorismo rural, principalmente com o desenvolvimento de lavouras comerciais (culturas alimentícias e culturas permanentes), típicas de clima subtropical, a exemplo das vinícolas e macieiras.

**Figura 26- Brasil**  
Representatividade do montante de recursos do Pronaf  
2005-2012



Fonte: BCB/DIORF/DEROP/DIORE (2005-2012).

Organização: Carvalho, 2014.

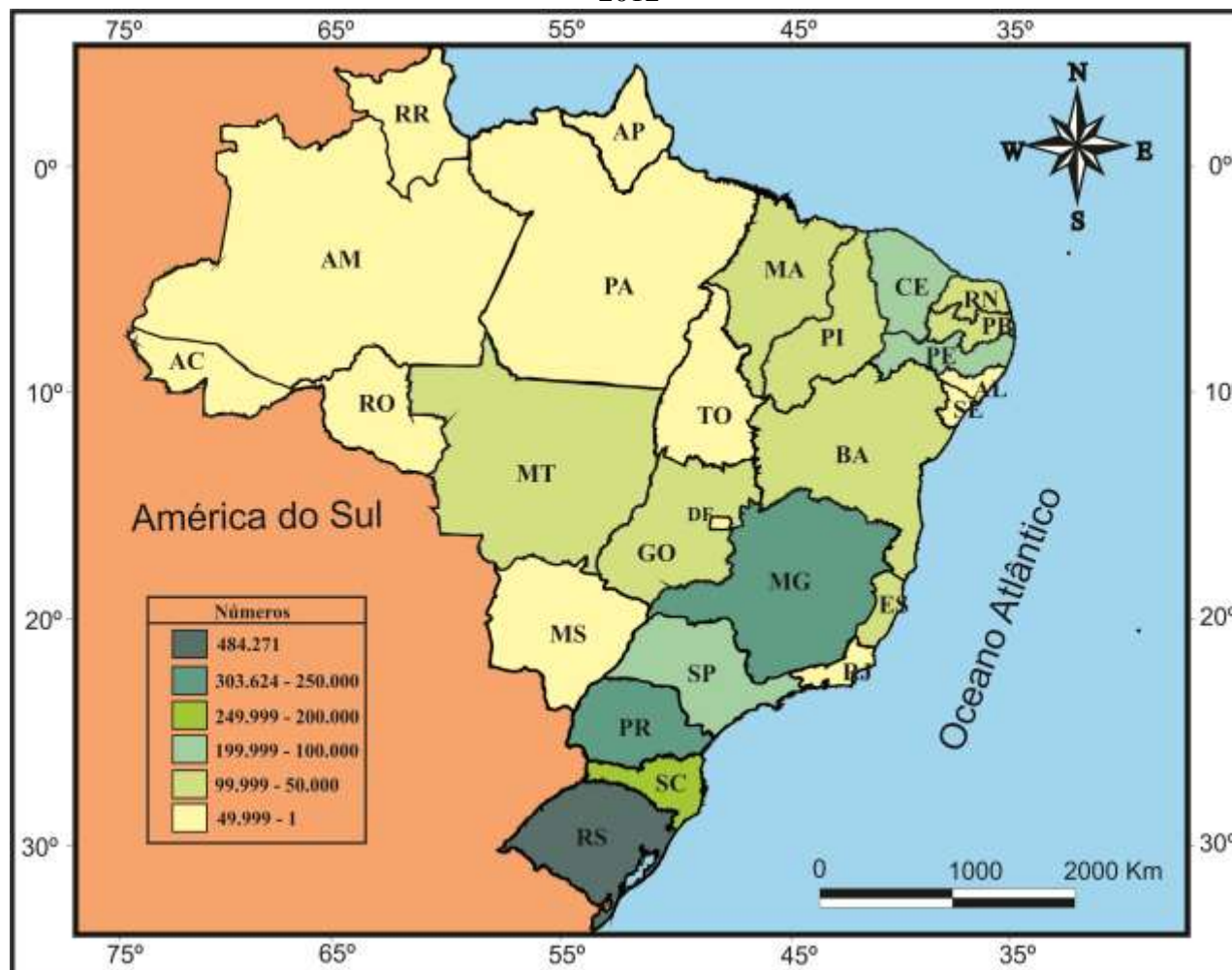
Mattei (2005) aborda que o desequilíbrio espacial do Pronaf em termos de contratos e montantes liberados, concentrados no sul do país, justifica-se pelo peso econômico das agroindústrias, pelo nível de organização dos agricultores familiares e pela integração produtiva dos agricultores ao segmento agroindustrial. A frágil organização dos agricultores familiares nordestinos traduz o baixo poder reivindicatório e, por consequência, em volumes de contratos e créditos menores se comparados ao número de agricultores familiares presentes na região em relação ao sul do país. Essa situação demonstra que ainda há problemas com a questão da distribuição do crédito, pois é persistente o grande número de agricultores familiares à margem desse benefício no espaço rural.

É verificável ainda o aumento de contratos, em 2012, comparado ao ano de 2005, nas regiões Sudeste (4,5%), Norte (55,71%) e Sul (14,39%), contra um decréscimo de 11% na região Centro-Oeste e 37,44% no Nordeste. Em termos de montante liberado, visualiza-se crescimento em todas as regiões, sendo esse mais fortemente concentrado no Norte

(280,47%), Sul (229,3%) e Sudeste (212,52%), seguidos com menor índice o Centro-Oeste (150,20%) e o Nordeste (66,7%). Esse baixo crescimento no Nordeste, tanto em termos de contratos quanto em montante, está aliado à não renovação de contratos já anteriormente acessados, a exemplo da modalidade A e B; à impossibilidade dos agricultores acessarem novas modalidades; e, mesmo, à questão da inadimplência.

A distribuição do Pronaf, por estado, segundo dados do Banco Central do Brasil, em 2012, mostra forte concentração de contratos no Rio Grande do Sul que responde por 18,3% dos contratos realizados no Brasil, seguido por Minas Gerais (11,47%) e Paraná (10,31%) (Figura 27). A espacialização desses dados demonstra, por intervalos, como a região Sul, sobretudo, seguida da região Sudeste do país, concentra os maiores volumes de contratos do Pronaf. Tal fato está associado não só ao cooperativismo, mas também à melhor educação e infraestrutura do campo que se utiliza de ciência e de tecnologia para galgar maior produtividade e corresponder às demandas mercadológicas e sociais presentes nesses espaços.

**Figura 27- Brasil**  
Número de contratos do Pronaf  
2012



Fonte: Dados BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2014.

Deste modo, a desarticulação e as questões socioeconômicas do agricultor familiar nordestino justificam os desequilíbrios em termos de valores contratuais no país, ao tempo que demonstra ser esse recurso melhor distribuído entre os seus estados, quando comparado às demais regiões, não havendo, assim, uma concentração majoritária em um único estado (BNB, 2008, 2009 e 2010)<sup>29</sup>. Além disso, no ano de 2010, fora evidenciado que o maior volume de contratos e de valor contratado no Nordeste deu-se entre beneficiários do Grupo Agricultores Familiares (644.141 operações e R\$8,1 bilhões), seguidos do Pronaf B e do Pronaf A (BNB, 2010), aspecto que já demarca a força do empreendedorismo do agricultor familiar nordestino. Mas, ainda assim, observa-se que os grupos direcionados ao combate à pobreza rural ainda são determinantes, haja vista terem liberado conjuntamente em valor de contratos cerca de 1.5 milhões de reais.

A conjuntura evidencia a fragilidade organizacional do cooperativismo no Nordeste que acaba por prejudicar uma melhor distribuição dos recursos do Pronaf entre os que realmente precisam e trabalham. Nessa região, os indivíduos agem de modo individual em função da sua própria “desconfiança” e em virtude também da atuação dos mediadores que demonstram favorecimento para comunidades rurais mais desenvolvidas. Além disso, essa ação individual demonstra a persistência de uma modernização truncada que assistia os agricultores em termos de assistência técnica, sem uma metodologia de extensão coletiva e voltada parcialmente para o modelo empresarial. Deste modo, o modelo em voga não rompe com o nosso paradigma de modernização para o campo, somente realimenta-o, para um novo quadro, voltando-se aos mais pobres do campo.

Apesar disso, o acréscimo do crédito ano a ano tem contribuído para o crescimento da produção agrícola, pois coloca-se como estímulo ao custeio produtivo e à implementação de infraestrutura com os investimentos. Esses crescimentos explicam-se pela inclusão de novos agricultores a essa política e pela renovação de contratos já vigentes. Em outras palavras, através da adimplência, os agricultores ficam aptos a renovarem seus contratos e a conseguirem se incluir em outra modalidade do programa. Todavia, o índice de inadimplência, conforme dados do BNB (2008, 2009 e 2010), ainda são expressivos, ficando em torno de 13%, tendo variado entre 13,6 e 13,2% no período, o que remete a um prejuízo da ordem de mais de R\$2 milhões de reais nos três

---

<sup>29</sup> Os Relatórios de Resultados do Pronaf só foram acessíveis de modo impresso para os anos de 2008 a 2010, não tendo sido mais impresso volumes anuais, segundo o Gerente Executivo do Pronaf em Sergipe.

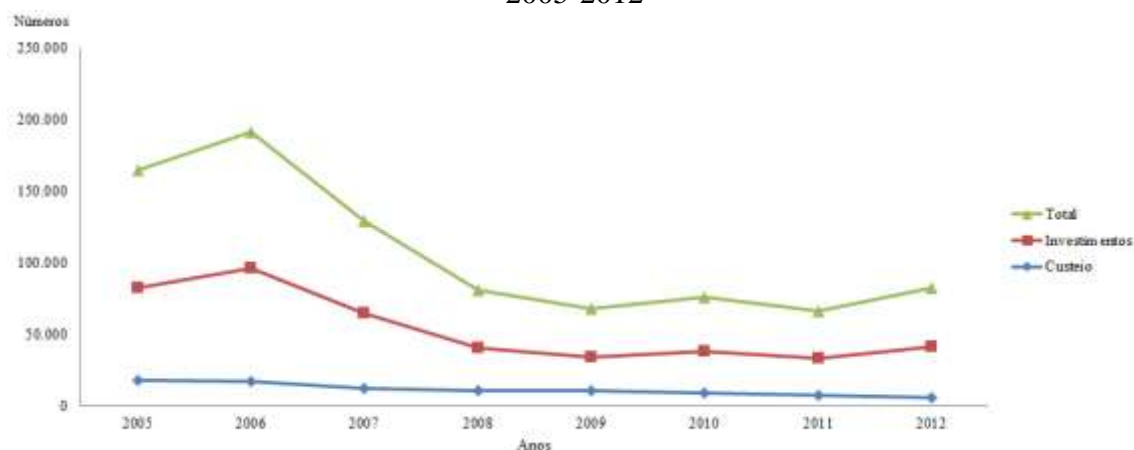
anos. Pelo relatório de resultado do Pronaf (2008), os respectivos números justificam-se pelas adversidades climáticas, assim como, pela aplicação da metodologia tradicional ao Pronaf B, em que o repasse de recurso ocorre sem acompanhamento técnico.

### 3.4.2 Distribuição Espacial do Pronaf em Sergipe

O Pronaf enquanto política de fomento à agricultura familiar apresenta expressiva importância junto à agricultura sergipana em função da disponibilidade de recursos para produção e investimentos agropecuários. Dados do Banco Central do Brasil (BCB/DIORF/DEROP/DIORE) de 2005 a 2012 mostram haver dois períodos fragmentados de contratação e três para disponibilização de recursos. Nesse tocante, desconsideram-se as mudanças ocorridas nesse programa de 1996 a 2004. Considera-se, assim, a fase em que se observou maior expansão dos recursos, com a afirmação de regras para a concessão de crédito no Brasil, distribuindo as famílias dos agricultores beneficiários em quatro grupos distintos: Grupo A, B, C e D. Essa regra deu a muitos agricultores antes marginalizados frente ao crédito bancário a capacidade de acessar o Pronaf.

Diante dessa situação, os respectivos dados, que de modo geral consideram a totalidade de contratos e recursos disponibilizados no Brasil visando ao fortalecimento da agricultura familiar, demonstram que 2006 fora o ano com maior volume de contratos em Sergipe, chegando a aproximadamente 96 mil, com a disponibilização de quase 100 milhões de reais para a agropecuária sergipana, tendo os contratos de investimento e de custeio seguido a mesma perspectiva. Isso pode ser explicado pela mudança de metodologias contratuais, tal qual a efetivação do Agroamigo, assim como pela facilitação de acesso a novas modalidades do programa. Todavia, esses resultados não foram constantes até 2012, tendo ocorrido redução a partir de 2007, mas se mantido quase constante de 2008 a 2012 (Figura 28).

**Figura 28- Sergipe**  
Tipos de contratos do Pronaf  
2005-2012



Fonte: BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2005-2012.

Organização: Carvalho, 2014.

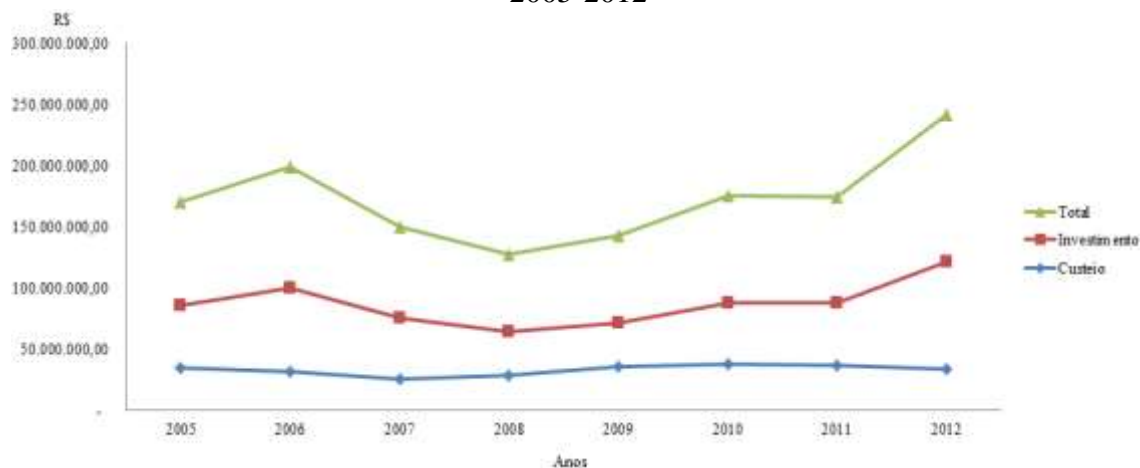
Tanto no total quanto em relação a custeio e investimento, dimensionam-se duas fases, pós 2005, sendo iniciada ainda nesse ano e indo até 2006, quando a variação de crescimento de contratos do Pronaf foi de aproximadamente 16%. Posterior a isso, de 2008 a 2012, tem-se uma manutenção de contratos sem grande variação, mas, ainda assim, com um crescimento percentual de 2,12%. O ano de 2007 configurou-se com queda em relação a 2006 em cerca de 32,8%. Essa variação justifica-se primeiro pela falta de entendimento e de conhecimento dos novos gestores e beneficiários quanto às novas propostas implantadas pelo Governo Federal. Além disso, quando se passa a ter um entendimento da gestão e das mudanças, percebe-se a manutenção do número de contratos, de modo geral, e, também, em relação a custeio e investimentos. Nesse tocante, observa-se que, de 2005 a 2012, houve decréscimo contratual em 49,86%, mas, ainda assim, foram efetivados 428.603 contratos (soma conjunta de todos anos), dos quais 79,25% foram demandados para investimentos, sobretudo, na edificação de infraestruturas agropecuárias; e 20,75% para custeio, fundamentado na aquisição de insumos e equipamentos técnicos para trabalhos na agricultura e para aquisição de animais.

Os aspectos demarcados para os contratos também são visíveis no montante liberado. Todavia, o montante apresenta, pós 2005, um período de crescimento que vai até 2006, depois um período sem grande variação, de 2007 a 2009, e, por fim, um novo impulso observado entre 2010 e 2012 (Figura 29). Em relação ao montante de custeio e de investimento, a variação também ocorreu nos mesmos intervalos, obedecendo à



variação contratual. Nesse sentido, de 2005 a 2012, foram disponibilizados cerca de R\$690 milhões de reais, dos quais 61,85% direcionados a investimento e 38,15% a custeio.

**Figura 29- Sergipe**  
Valor dos contratos do Pronaf  
2005-2012



Fonte: BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2005-2012.

Organização: Carvalho, 2014.

No primeiro período, o aumento de recursos justifica-se pelas mudanças realizadas pelo Governo Federal para gestão do Pronaf ainda em 2003-2004, cujas modificações se fizeram sentir na simplificação do acesso ao crédito, na diversificação de linhas e numa nova política de assistência técnica e extensão rural aos agricultores das regiões mais pobres, com menor infraestrutura e acesso a serviços, os quais puderam, assim, aumentar a sua participação no programa (MATTEI, 2005, p.13).

O segundo denota o período de reconhecimento, a gestão e o funcionamento dessas novas metodologias, tendo variado negativamente o montante em 4,7%. Em 2007, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), por meio da Portaria nº 105, de 23 de novembro de 2007, considerando as atribuições do Manual do Crédito Rural (MCR), estabelece um controle maior sobre a operacionalização do Pronaf, no grupo B, de acordo com a definição no artigo 02, que previa a

[...] suspensão de crédito, quando cumulativamente, a taxa de inadimplência no município alcançar valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) e forem registrados 50 (cinquenta) ou mais contratos em atraso na linha b no município, ressalvada as propostas de crédito que já estiverem em poder do banco e que poderão ser contratadas até o prazo de 30 (trinta) dias após a comunicação da suspensão da contratação. (Op. Cit.)

O respectivo controle, no dado período, contribuiu para o decréscimo no montante liberado. Contudo, no último intervalo (2010 a 2012), há um salto quantitativo em termo de montante liberado de 38,2%, elucidado na simplificação e agregação de novas linhas de crédito. Nesse último ano, também aliam-se ao funcionamento do Pronaf os seguros-safras, haja vista a grave crise sofrida no Nordeste, com a seca que acometera 102.523 pessoas em Sergipe<sup>30</sup>, das quais os mais atingidos foram produtores rurais.

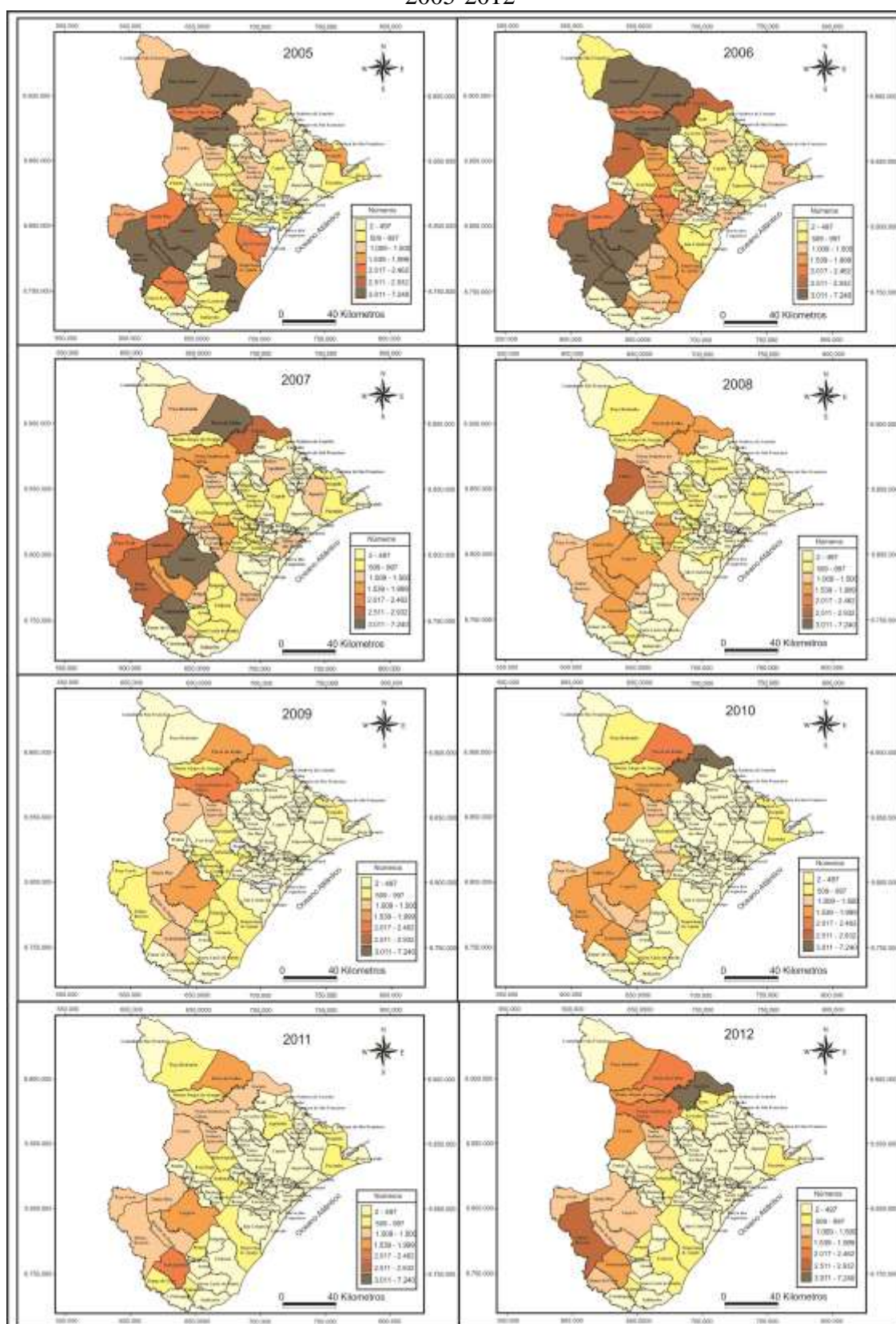
Destarte, as mudanças operacionalizadas no Pronaf, desde sua criação, representam um ajustamento com as transformações sociais e suas demandas. Sendo assim, desde a safra 2006/2007, o Pronaf tem aumentado sucessivamente o volume de recursos destinados à agricultura familiar. Nesse tocante, enquanto os números de contratos decresceram em cerca de 50%, o montante disponibilizado a beneficiários cresceu aproximadamente 42%, considerando os números totais de 2005 a 2012, aspecto explicado pela disponibilização de valores atualizados, pela inclusão de novos contratos e pela renovação de outros já existentes. Em outras palavras, através da adimplência, os agricultores ficam aptos a renovarem seus contratos e a conseguirem se incluir em outra modalidade do programa.

A evolução de contratos e de montante liberado também foi observado por município, de 2005 a 2007. Por essa demarcaram-se municípios com número de contratos superiores a 3.000, como é o caso de Porto da Folha e Lagarto, que não sofreram variação nos três anos (Figura 30). Mas, Itabaianinha, Monte Alegre, Poço Redondo, Riachão do Dantas e Tobias Barreto também apresentaram saldos contratuais acima de 3.000 operações em pelo menos dois desses três anos. Porém, todo esse processo representa a incorporação de novas práticas agrícolas, como no caso do centro-sul do Estado, onde a prática do milho tem ampliado em área plantada seu espaço econômico.

---

<sup>30</sup> R7. Sergipe tem 103 mil afetados pela seca. Disponível em < <http://noticias.r7.com/cidades/noticias/sergipe-tem-103-mil-afetados-pela-seca-20120420.html> >. Acesso em 06 de outubro de 2014.

**Figura 30- Sergipe**  
Evolução dos contratos efetivados  
2005-2012

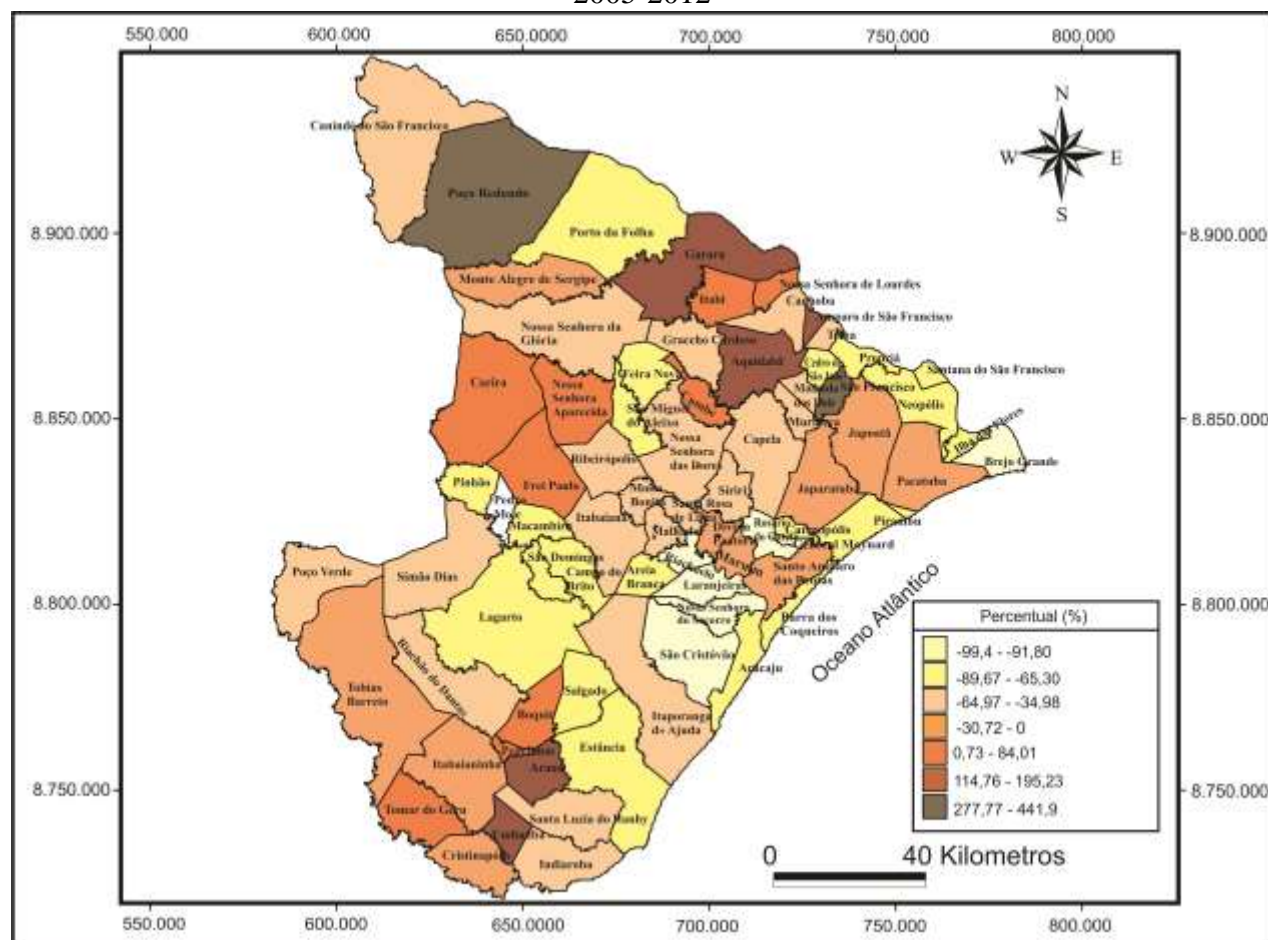


Fonte: Dados BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2015.

A evolução contratual mostra-se diminuta, em termos numéricos por município sergipano, entre 2009 e 2011, com maior expressividade, haja vista não haver municípios com números superiores a 2.500 operações, fato explicado pela diversidade que o Governo Federal propõe aos pronafricanos em relação aos outros programas em vigor, como com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de cultivarem itens necessários ao autoconsumo, sem desconsiderar a questão de taxas de juros para todas as modalidades do Pronaf. Em relação ao ano de 2011, os números podem ser justificados pelos dados de inadimplência nas várias modalidades do Pronaf, em virtude da efetividade normativa da Resolução Nº 4.028, de 18/11/2011, que regulamenta a composição de dívidas de crédito rural referentes a operações do mesmo tomador de crédito, a composição de dívidas por instituição financeira de crédito rural e a renegociação de dívidas.

A variação contratual entre 2005 e 2012 evidencia que o Pronaf teve forte decréscimo. O mesmo se mantivera positivo em 21,3% dos municípios que mantiveram ou cresceram em termos de contratos efetivados, caso evidenciado sobretudo em Gararu e Carira, em que as atividades agrícolas do milho e a pecuária leiteira têm sido estimuladas pela demanda dos mercados nos últimos anos (Figura 31). A variação negativa em termos contratuais se destaca para municípios como Porto da Folha, que em 2005 tiveram contratos superiores a 3.000 e em 2012, números inferiores a 2.500, refletindo um decréscimo de 35,30% que pode ser explicado pelas condições climáticas vivenciadas no último momento. Casos como o de Itabaianinha se fazem interessante destacar, pois o decréscimo contratual entre 2005 e 2012 fora de apenas 4,36%, validando momentos de intensa demanda contratual, decréscimo e retomada de crescimento. A variação negativa para mais de 75% dos municípios sergipanos demonstra como o programa perde status junto ao agricultor, motivada pelo desconhecimento das mudanças implementadas, assim como pela apreensão do agricultor em não conseguir saldar suas dívidas com o segmento financeiro.

**Figura 31 – Sergipe**  
Variação dos contratos efetivados  
2005-2012



Fonte: Dados BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2016.

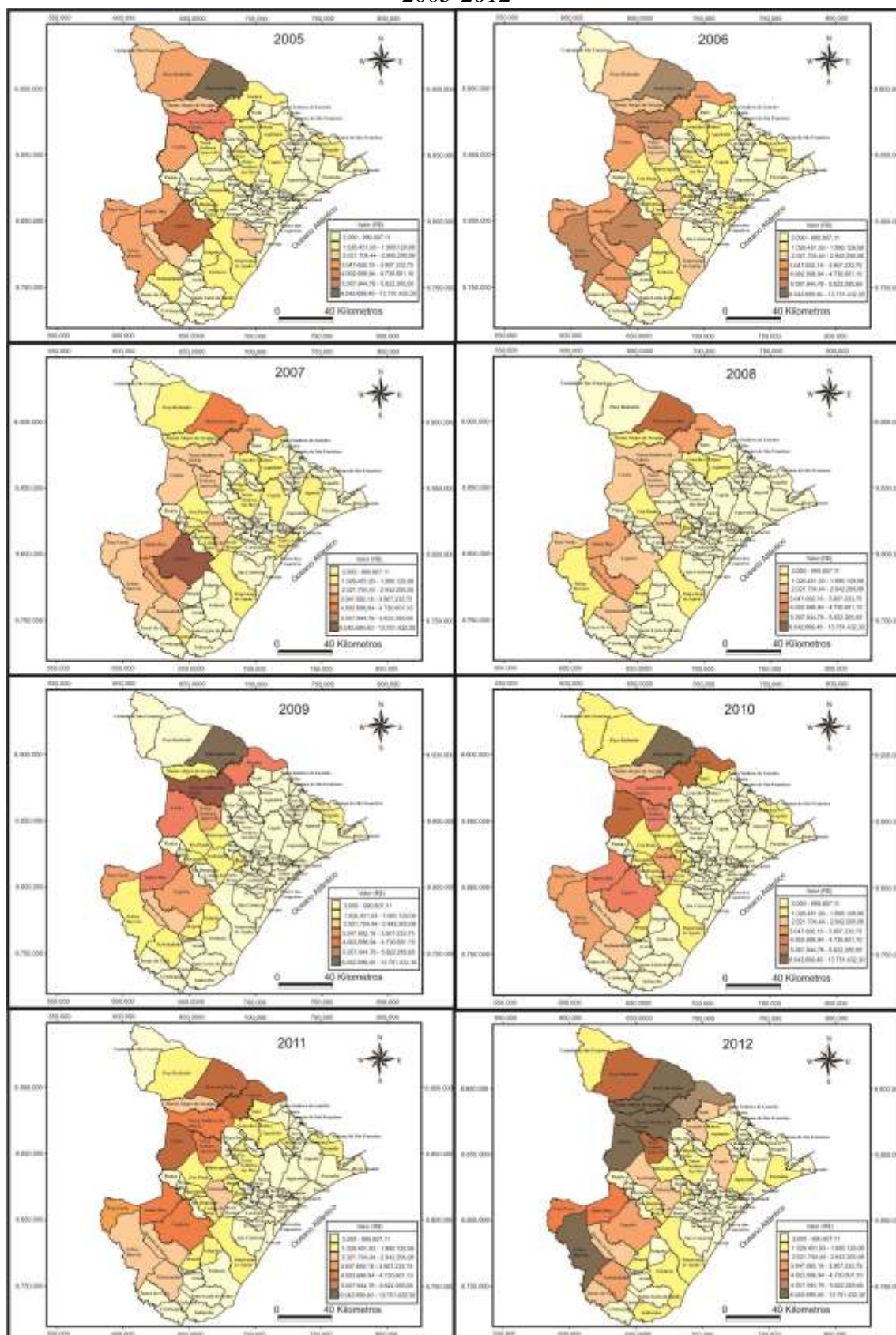
Em termos de montante, observou-se quase sempre a liberação de valores por município superior a 5 milhões de reais anuais, considerando a soma de contratos de custeio e de investimento (Figura 32). Nos três períodos analisados, correspondentes ao intervalo de 2005 a 2012, verificou-se sempre oscilação de montante liberados por municípios. Nesse tocante, de 2005 a 2006, observou-se espacialização mediana entre número de municípios que obtiveram montantes superiores a 5 milhões de reais, como é o caso de Porto da Folha (em 2005, chegou a obter R\$8.930.413,00; e, em 2006, obteve R\$9.046.441,46) e Lagarto (em 2005, obteve R\$5.297.931,61, e, em 2006, R\$5.464.667,92). A esses somam-se, também, no ano de 2006, os municípios de Nossa Senhora da Glória (R\$5.549.655,36) e Tobias Barreto (R\$5.432.457,79). Para os anos de 2005 e 2006, 46% e 40% dos municípios, respectivamente, receberam menos de meio milhão de reais e estiveram localizados, em quase sua totalidade, na porção litorânea, ao contrário da espacialização observada para os valores maiores, que se concentraram basicamente na porção sertaneja.

A segunda fase (2007 a 2009) evidencia, assim como no caso dos contratos, uma diminuição de valor, pois, em termos espaciais, alguns municípios perderam em valores liberados, mantendo-se apenas com total de montante acima de R\$5 milhões o município de Lagarto. Essa fase demonstra ainda concentração de liberação de montante nos municípios sertanejos, mas agora com ampliação do número de municípios que obtiveram valores menores a cinco milhões e com ligeiro aumento na escala de até um milhão de reais. A diminuição de municípios com valores disponibilizados maiores que 5 milhões é justificada pelas condições dos agricultores em renovar contratos e, mesmo, pela condição de não se enquadrar nas condições pré-estabelecidas para outro financiamento, como de migração para outra modalidade.

A terceira fase define-se, entre 2010 a 2012, quando o Pronaf passa a ter ligeiro aumento no número de contratos efetivados, haja vista ter aumentado o número de municípios com montantes entre R\$5 e pouco mais de 13 milhões de reais, concentrados principalmente no Alto Sertão, no sul do estado, no município de Tobias Barreto. Em 2010 e 2011, foram Carira, Gararu e Porto da Folha os municípios com maior volume de montante liberado. No ano de 2012, destacaram-se oito municípios, entre os quais: Carira, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Porto da Folha e Tobias Barreto, com valores que alcançaram quase 14 milhões de reais por município. Esses valores se explicam em função da modalidade, pelo custeio, principalmente destinado à produção de milho e a criação de gado leiteiro e de corte, mas também pelos investimentos realizados para processamento desses produtos.



**Figura 32- Sergipe**  
Montantes efetivados em contratos do Pronaf  
2005-2012



Fonte: Dados BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2015.

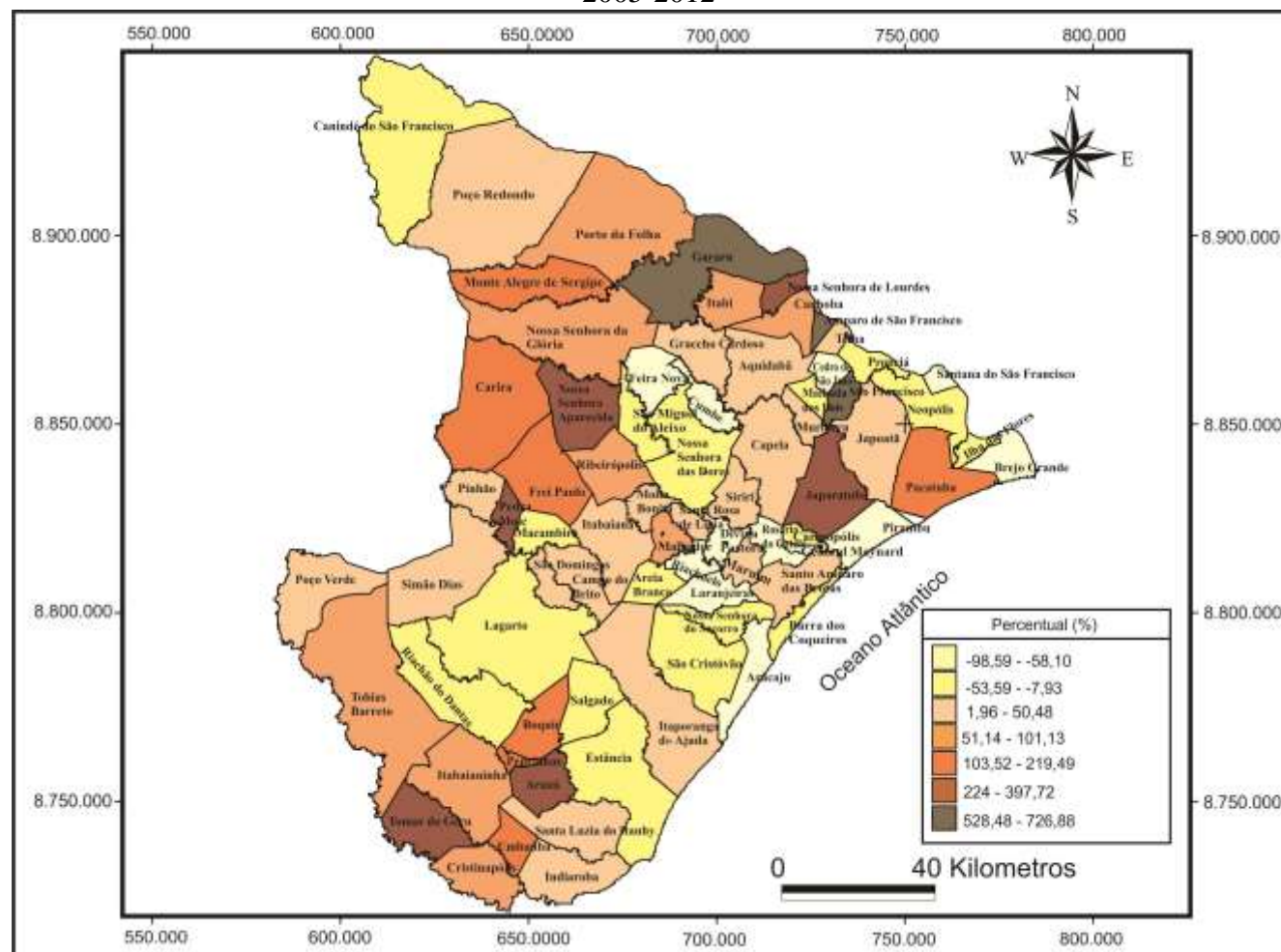
Apesar dos volumes liberados observou-se que de 2005 a 2012 a variação percentual de recursos liberados do Pronaf por município sergipano também apresentou escala negativa, mas com expressividade menor se comparado aos contratos, representando 40% do total (Figura 33). Fato evidenciado por municípios como General Maynard, Divina Pastora e mesmo Lagarto que tiveram valores decrescidos em respectivamente 98,59% (R\$1.938.748,27), 97,67% (R\$315.402,5) e 40,52% (R\$2.146.990,92). Apesar do percentual negativo, observa-se que municípios como São Francisco, Amparo de São Francisco e Gararu tiveram variações superiores a 300%. Tal conjuntura está correlacionada às condições demarcadas por algumas entidades institucionais, quanto à falta de potencialidade das entidades financeiras no sentido de disponibilizar crédito e em virtude da falta de uma assistência técnica efetiva.

Ainda assim, o Pronaf se transformou em alternativa concreta para diversos segmentos sociais da agricultura familiar brasileira e sergipana. A evolução do programa nas últimas safras agrícolas esteve fortemente atrelada à disponibilidade de crédito em suas diferentes modalidades, permitindo maior adequação à realidade social de cada segmento, passando, assim, a ser o carro-chefe dessa política agrícola. Nessa curta trajetória do programa (2005-2012), as diversas mudanças institucionais ampliaram a capilaridade dessa política, tanto nacional como regional. Diante disso, pressupõe-se que as mudanças na sua forma de operacionalização serão contínuas, haja vista a diversidade social dos atores envolvidos e das diferenças regionais, que repercutem positivamente no programa ao dar fomento às modalidades de crédito e de tipo de financiamento para o agricultor familiar (Mattei, 2005).

O programa tem agregado, em meio a sua evolução, várias medidas de apoio ao agricultor familiar, ao diminuir progressivamente os juros; ao articular o crédito a outras políticas; ao estruturar uma política de assistência técnica, como ocorre com o Agroamigo; ao criar linhas de financiamento específicas, como Pronaf Mulher e Pronaf Jovem; e ao promover o desenvolvimento de ações no sentido de inserir o agricultor familiar na lógica de mercado. Assim, o Pronaf, em seus quase 20 anos de operacionalização, ganhou destaque nacional, estando presente em praticamente todos os municípios brasileiros, e, por conseguinte em todos os sergipanos. E, por consequência, o programa tornou-se, segundo Mattei (2005, p.28),



**Figura 33 – Sergipe**  
 Variação dos montantes efetivados em contratos do Pronaf  
 2005-2012



Fonte: Dados BCB/DIORF/DEROP/DIORE, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2016.

[...] um marco na política agrícola brasileira, uma vez que possibilitou a construção de instituições, normas e procedimentos que, de forma regular e em condições favoráveis, disponibilizaram crédito rural para todos os municípios do país e, particularmente, para um número crescente de agricultores familiares.

Sendo assim, a evolução desse programa tornou-o um estímulo para grande número de famílias rurais que vivem e dependem da atividade agrícola no Brasil, pois corresponde ao desafio de fortalecer social e economicamente as famílias agricultoras. O programa rompeu também com a supervalorização de nossa “classe ociosa”, no momento em que passou a observar os excluídos de crédito do campo. Destarte, seu grande desafio foi e continua sendo o de promover o crescimento econômico local e sustentável, através da viabilização e do fortalecimento das atividades rurais promovidas por pequenos agricultores familiares, propiciando-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda.

### 3.5 AS ESPECIFICIDADES E CARACTERÍSTICAS DO PRONAF NO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Pronaf, de modo geral, concentra-se em quatro grandes linhas de atuação: 1- Financiamento da Produção, que auxilia as atividades produtivas em quase todo o país, segundo cinco categorias de beneficiários. Essas categorias referenciam o nível de renda bruta familiar anual e foram definidas pela resolução 2.629 de 10 de agosto de 1999, quando passam a integrar as normas gerais do Manual de Crédito Rural (MCR); 2- Financiamento de Infraestrutura e Serviços Municipais; 3- Capacitação e Profissionalização dos Agricultores Familiares; e 4- Financiamento da Pesquisa e Extensão Rural, como forma de transferir tecnologias para os agricultores familiares. Dentre essas quatro linhas de financiamento, a primeira possui maior importância e foco para o entendimento da relação entre financiamento e agricultura familiar, demonstrando que essa categoria não é homogênea em sua totalidade, apesar de se definir em características comuns. Por isso, a cada ano safra, estão sendo adotadas novas categorias de beneficiários, as quais permitem por via de regras serem

[...] mais adequadas à realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates visavam auxiliar mais aquelas parcelas de

agricultores com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas. (MATTEI, 2014, p.59)

O financiamento de crédito para custeio da agricultura nacional, no momento de sua institucionalização, tinha por objetivo a manutenção das safras anuais, sem intervenção sobre problemas estruturais do sistema de produção dos agricultores familiares. Após 1997, essa política é aperfeiçoada, pois passa a operar por modalidade. Em 1999, as taxas de juros foram reduzidas de 7,25% para 5,75% ao ano, o que possibilitou maior ampliação do número de agricultores familiares beneficiados. A partir de 2010, essas taxas diminuíram para 2% ao ano, dando maior estímulo ainda a agricultura familiar.

Para ter acesso ao Pronaf, os agricultores ditos familiares devem: possuir, pelo menos, 80% de sua renda originária da atividade agropecuária; ser donos de estabelecimentos de até quatro módulos fiscais de prática agrícola e até seis módulos, de prática de atividades pecuaristas; trabalhar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo; e possuir renda anual mínima de até R\$ 10.000,00 (PRONAF B - 2012), com exceção do Pronaf A e A/C, que não requer garantia, haja vista ser área de reforma agrária. Além disso, devem, por esses pontos, possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que

[...] é um recurso institucional reivindicado e criado pelas organizações da agricultura familiar ainda em 1997, no âmbito do PRONAF, para diferenciarem-se de outras categorias sociais, garantir exclusividade e tratamento diferenciado em relação às políticas públicas. Com o estabelecimento das demais políticas para a agricultura familiar em anos posteriores, este documento permaneceu sendo a “porta de entrada” e critério obrigatório para o acesso a elas. (GRISA, 2014, p.12)

Esse programa divide-se em 15 grupos de crédito (2012), entre os quais: A, AC, B, C, Comum, ECO, Mulher, Jovem, Floresta, Mais Alimentos, Agrinf, Agroindústria, Agroecologia, Semiárido e Seca. Dentre todos esses grupos e modalidades, focalizam-se, para efeito de estudo, os grupos A, B e Comum, averiguando qualitativamente a definição das normas estabelecidas para o ano de 2012, haja vista sua evolução nos últimos anos no estado de Sergipe. A análise dessas modalidades são apresentadas, neste estudo, com foco em seus objetivos e direcionamentos, tomando como base o Plano Safra 2012/2013.

a) PRONAF A: é direcionado ao fortalecimento da agricultura familiar, mediante o financiamento da infraestrutura de produção e de serviços agropecuários e de atividades

rurais não-agropecuárias, com o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, objetivando a geração de ocupação e manutenção do homem e da mulher no campo. O crédito, na modalidade de investimentos, está voltado para assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário<sup>31</sup> (PNCF).

A finalidade desse microcrédito é financiar a estruturação dos lotes dos assentados com investimentos de crédito de até R\$ 20.000,00, mais R\$1,5mil para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em, no mínimo, três operações; taxas efetivas de 0,5% ao ano; bônus de adimplência de 44,186% (se houver assistência técnica) ou 40% nos demais casos, aplicados em cada parcela; prazo de até 10 anos, com carência de até 3 anos para pagamento (BNB, 2012/2013).

b) PRONAF B: é estratégico para os pequenos agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo desse público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Essa modalidade financia atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda (MDA). O público-alvo são agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 10.000,00. O crédito é de até R\$7.500,00, limitado a três operações de R\$ 2.500,00, e taxas de juros efetivas de 0,5% ao ano. O bônus de adimplência é de 25% aplicado em cada parcela com carência de até 1 ano e prazo de pagamento de até 2 anos (BNB, 2012/2013).

O Pronaf B, na região Nordeste, tem sido operacionalizado principalmente pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através do Programa Agroamigo, haja vista a existência de concessão de crédito para a área rural, com metodologia própria de atendimento. Esse programa demarca vantagens como crédito mais ágil e seguro, crédito orientado, atendimento realizado na comunidade do cliente, acompanhamento técnico, sistemático e periódico e célere renovação.

Essa modalidade de Pronaf, desde sua criação, teve por objetivo criar alicerces para a relação do agricultor com o mercado, através da articulação com o segmento financeiro, que possibilitaria, inclusive, pós-acessos à modalidade B e migração para outras modalidades. Atualmente, houve uma diminuição de exigências no sentido de dispensa de recibo-comprovante de financiamento, de documentação da terra, de aval e de encaminhamento ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Essa modificação acabou por contribuir para a melhoria do fluxo de crédito e, conseqüentemente, tornar o

---

<sup>31</sup> É um modelo de reforma agrária, dissociado do modelo do INCRA, cujo pagamento da propriedade terra é paga em Título da Dívida Agrária (TDA) e as benfeitorias e cobertura vegetal é paga em espécie. No crédito fundiário, podem ser assentados um, dois, três, ou mais indivíduos, e o pagamento da propriedade faz-se em espécie pelo Governo Federal.

Pronaf, nessa modalidade, a partir do “Estado interventor”, um modo de “[...] assegurar certo controle social, agrega qualidade à intervenção, na medida em que institucionaliza as ações e facilita mecanismos de avaliação e aperfeiçoamento por parte do poder público [...]”. (BASTOS, 2006a, p.70)

A fim de melhorar a atuação dessa política nacional, alguns estudiosos do tema, coloca que, antes de sua aprovação, seria interessante os bancos conhecerem as especificidades da demanda local desse agricultor, a partir da assistência técnica privilegiando atividades que desenvolvessem sua aptidão de modo autônomo, assim como considerarem a situação real dos agricultores para não haver inadequação na concessão de crédito e não imporem atividades que, porventura, não suscitasse oportunidades reais de crescimento da renda familiar. No mais, os agricultores familiares precisam de meios menos burocráticos, que desconsiderem interesses do corpo interno das agências bancárias que trabalham com operacionalidade e números, para o acesso ao crédito e, assim, terem assegurado seu direito de uso sobre a terra.

Deste modo, é necessário romper com algumas contradições institucionais do Pronaf, pelo menos em termos de ação dos agentes financeiros, que respondem às demandas do Estado em cumprir metas, e à falta de informações/prestação de assistência técnica aos beneficiários do programa. Tais aspectos, de certo modo, contradizem o esforço inicial desse programa em ampliar a base social e os direitos substantivos do agricultor familiar, em função da falta de educação, saúde e incentivos a sua participação nas decisões políticas das esferas locais, regionais e nacionais.

c) PRONAF COMUM: é direcionado à agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 10.000,00 e até R\$ 130.000,00 (2012/2013). Sua modalidade pode ser investimento e custeio, cuja finalidade pode ser o financiamento da infraestrutura de produção, dos serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural e também do custeio agropecuário. Em função do investimento, o crédito pode alcançar até R\$ 130.000,00 (Mais Alimentos), enquanto o custeio é de até R\$ 80.000,00 (somando todas as operações). Os juros variam a taxas efetivas a partir de 1,5% a 5% ao ano, sendo 1,5% até R\$ 10.000,00; entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00, os juros são de 3% ao ano; e de R\$ 20.000,00 até R\$ 80.000,00, os juros variam em 4% ao ano, para empreendimentos fora do semiárido, e de 5% ao ano para empreendimentos nessa microrregião, com o bônus indicado. Com relação ao investimento, as taxas de juros efetivas variam entre 1% e 2% ao ano; sendo 1% ao ano, até R\$ 10.000,00; e 2% ao ano quando o valor variar entre R\$ 10.000,00 e R\$ 130.000,00. A modalidade de investimento apresenta prazo de até 10 anos e carência de até 3 anos; o custeio agrícola contém prazo de até 3 anos e custeio pecuário, até 2 anos. O bônus de adimplência

não se aplica para investimento, mas para custeio, com valor de R\$20.000,00 até R\$80.000,00, chegando a 25% sobre os juros para empreendimentos no semiárido (BNB, 2012/2013).

O Pronaf, de modo geral, representa um alicerce de integração dos pequenos agricultores às relações de mercado, pois apoia uma classe que ficou sempre à margem das políticas públicas nacionais. Esse fato foi possibilitado pelas reivindicações dos trabalhadores rurais por políticas específicas para o segmento rural mais fragilizado da agricultura brasileira (MATTEI, 2001); por estudos realizados pela FAO e INCRA, que definiram a agricultura familiar; e pelas diretrizes norteadoras na formulação do Pronaf. Nesse sentido, Schneider (2004) destaca que o surgimento do programa representou o reconhecimento e a legitimação da classe de agricultores familiares por parte do Estado.

Por esses contextos, o Pronaf como política pública, buscou propiciar o aumento da produção agrícola, das ocupações produtivas, da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares a partir de cinco objetivos específicos: 1 - ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; 2 - viabilizar infraestrutura para a melhoria do desempenho produtivo das unidades familiares; 3 - elevar o nível de profissionalização dos pequenos agricultores, dando-lhes acesso aos novos padrões de tecnologia e gestão social; 4 - estimular o acesso desses agricultores aos novos mercados de insumos e produtos; e 5 - fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento dessa agricultura (Manual Operacional do Pronaf, 1996, p. 08).

A evolução desse programa repercute de modo importante na vida financeira das famílias beneficiadas com o crédito, pois quebra vínculos de subordinação clientelistas, em que muitos pequenos agricultores, sem condições de comprar insumos e equipamentos, ficavam subjugados a juros elevados juntamente a agiotas e a comerciantes no interior do país. Existe ainda uma ampliação macroeconômica de ganhos em muitos municípios, significando, assim, que o Pronaf é um importante veículo de transferência de renda para as famílias e para os municípios pobres do Brasil.

Agregado a esse aspecto, alia-se as evidências na ampliação da capacidade produtiva dos agricultores familiares, no período de 2005-2012. O respectivo crescimento é validado pelo aumento percentual dos produtos agropecuários financiados nesse período, cujos destaques foram o trigo (398,28%), a criação de animais (264,58%), a soja (177%), o café (160%) e outras lavouras (102,11%). Os respectivos números evidenciam uma especialização produtiva do agricultor familiar beneficiado com o Pronaf, que corresponde às demandas não só do mercado interno, mas também às demandas da agroindústria e do próprio agronegócio.

Mas, apesar do caráter produtivista demarcado nesses percentuais, não se pode deixar de demarcar que há ainda a preocupação com a produção de subsistência, mantendo-se, em menor proporção, culturas alimentares, como o milho (45,80%) e o arroz (25,73%), e, mesmo em queda percentual frente aos produtos financiados, a manutenção produtiva da batata (-1,5%), da mandioca (-23,28%) e do feijão (-26,48%) (BCB, 2005-2012).

Ainda em termos de ampliações contribuídas pelo Pronaf, verifica-se o acréscimo de áreas com culturas de subsistência e a diminuição de desigualdades de gênero no meio rural, com ganhos em educação, aquisição de bens duráveis e condições sanitárias tanto para homens quanto para mulheres. Decorrente disso, o Pronaf tornou-se um instrumento capaz de suprir algumas das principais necessidades do agricultor familiar, ao mesmo tempo que tornou possíveis mudanças espaciais, no sentido de área e de produção, da inserção desse agricultor em cadeias produtivas com fluxos comerciais e de promoção de desenvolvimento local, a partir da liberação e da circulação de montantes de recursos do Pronaf em municípios pobres, principalmente.

Nessa esteira, Mattei (2005) destaca que as políticas de desenvolvimento rural têm priorizado a agricultura familiar, em função da sua expressão na produção agropecuária do país, através da intervenção com crédito, infraestrutura, pesquisa e capacitação. Nesse sentido, o Pronaf “[...] está conformando um novo campo de coalização de atores sociais, públicos e privados, tendo por objetivo dar um tratamento adequado às necessidades da agricultura familiar. (Op. Cit, p.62)

Apesar disso, ainda persiste a necessidade de intervenção governamental que considere as dimensões do mundo rural e seu desenvolvimento, baseado na sustentabilidade econômica, social e ambiental, a fim de enfrentar limitações existentes no Pronaf, entre as quais: 1- a descentralização da política pública e a manutenção de concentração de poder decisório em órgãos governamentais; 2- a falta de integração política de beneficiários do programa em ações visando construir um modelo de desenvolvimento sustentável; e 3- a relação estabelecida entre agricultor e agências bancárias, as quais liberam crédito mediante garantias, em função de riscos corridos em empréstimos a agricultores descapitalizados. (Op. Cit, p. 62-64)

Tais aspectos justificam as razões do ainda baixo número de tomadores de crédito diante do potencial existente e estimulado pelo Governo Federal, ao evitar seletividade entre os agricultores familiares beneficiados, através da remuneração do Tesouro Nacional ao sistema bancário, “[...] pagando os custos administrativos de cada operação contratual, além

da equalização da taxa de juros e do pagamento do *spread* bancário” (MATTEI, 2005, p. 64). No mais,

O Brasil é hoje o único país em que bancos pertencentes ao Estado fazem empréstimos a agricultores pobres, não apenas com base em recursos do Tesouro e apoiados em importantes subsídios, mas isentando as organizações financeiras de qualquer risco. (ABRAMOVAY, 2012, p. 370)

Apesar dos obstáculos apresentados por Mattei (2005), o Pronaf tem representado um alicerce para a integração social e para as melhorias da qualidade de vida e de renda de muitas famílias pobres do campo brasileiro. Na região Nordeste e especificamente em Sergipe, Silva (2007) explicita em relação ao Pronaf B, que: os agricultores e os pescadores artesanais mais pobres foram beneficiados com o programa; as mulheres foram expressivas no número de beneficiados; o crédito aumentou a autoestima das famílias e determinou mudanças, não apenas em termos econômicos, mas também sociais. Esse agricultor passou a articular “[...] o PRONAF B com outras políticas públicas de inclusão social, a exemplo do Bolsa Família, Bolsa Escola, Peti, Vale-gás”. (Op. Cit, 2007, p.56)

Por consequência, o Pronaf coloca-se como uma política de desenvolvimento rural, sendo construídas metodologias e organizações financeiras diferenciadas com intuito de operacionalizar e viabilizar o acesso do agricultor familiar, a exemplo de: Programa Agroamigo (Programa de Microfinança Rural), executado com recursos do Pronaf, operacionalizado pelo Banco do Nordeste em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e Sistemas de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar, como o Sistema Cresol (Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária), na região Sul do Brasil, cujos associados são exclusivamente agricultores familiares que gerenciam e controlam recursos financeiros para disponibilização de crédito. Segundo Bittencourt e Abramovay (2003), o Sistema Cresol é

[...] muito mais do que simplesmente um instrumento para facilitar o repasse de créditos oficiais a agricultores excluídos do sistema bancário. Ele se liga a um conjunto de outras organizações voltadas à promoção de uma agricultura respeitosa do meio ambiente, capaz de gerar renda com base em produtos diferenciados e de contribuir para o fortalecimento das unidades familiares de produção. (Op. Cit, 2003, p. 03)

Tais experiências apresentam contextos e focos diferenciados, mas buscam romper com os gargalos da operacionalidade do Pronaf de acordo com suas especificidades locais e entraves culturais. Essa condição apresenta boas perspectivas e podem ser validadas em outras



realidades locais, já que a primeira experiência visa atender agricultores pobres com repasse de crédito produtivo. Enquanto a segunda, sem vínculo institucional, considera a organização social e econômica dos agricultores familiares em cooperativas, a fim de conseguirem crédito para se manterem no campo. Essas experiências acabaram por definir inovações institucionais e operacionais para o financiamento do Pronaf e permitiram alcançar populações pobres tradicionais com dificuldade de acesso ao sistema bancário.

Ainda assim, é necessário que se rompa com a ideia de que as políticas públicas desenvolvidas no país são meras transferidoras de crédito a populações pobres, através do sistema bancário oficial-estatal. Essa assertiva é falsa, pois os programas não alcançam a maior parte dos agricultores familiares e o acesso nem sempre é acompanhado de assistência técnica. Deste modo, o ideal é se pensar num “[...] conjunto de organizações locais que estimule a poupança e a diversificação dos investimentos das populações vivendo hoje em situação de pobreza no meio rural”. (ABRAMOVAY, 2009, p.105)

Nessa perspectiva, além da construção de um sistema financeiro local, é necessário se pensar em formas de potencializar a poupança desses agricultores desprovidos de renda, a partir de transferências públicas e privadas, por meio de um sistema de finanças descentralizado, menos burocrático e mais próximo. Essa descentralização tem de ocorrer principalmente no Nordeste, onde o combate à pobreza esbarra nas estruturas de dominação clientelistas, mantendo-se, assim, as raízes da pobreza rural. Por essa quadra, Abramovay (2009, p.106-121) aponta seis pontos fundamentais para promoção de mudança na realidade do Nordeste brasileiro:

1- deve-se promover desenvolvimento através da mobilização de forças vivas do meio local e de recursos técnicos e financeiros para a execução plena de projetos com emergência de ideias inovadoras; 2- criar um sistema financeiro de proximidade através do projeto de Dom Helder Câmara, com um sistema de microfinanças que desperte iniciativas econômicas e não faça parte dos programas convencionais de políticas públicas; 3- reforçar as atividades econômicas por conjugação entre transferência de renda (pública e privada) e organização de um sistema financeiro acessível às populações pobres; 4- transferir renda de modo direto aos beneficiários; 5- associar assistência técnica ao crédito na realização de um projeto de desenvolvimento; 6- o desenvolvimento econômico deve ser agilizado a partir dos atores locais, conscientes de suas próprias necessidades.

Sendo assim, o sistema de finanças por proximidade deve considerar a construção de organizações locais que repassem crédito a custos mais baixos dos que os operacionalizados pelas agências oficiais, estimulem o fortalecimento de poupanças e impulsionem a

diversificação de investimentos entre os agricultores familiares pobres. As finanças de proximidade propõem a evasão do sistema financeiro tradicional, que segue a padronização imposta pela globalização dos mercados, com seleção de clientes e eliminação de operações onerosas e com risco. No caso do microcrédito, esse modelo de proximidade pode auxiliar a edificação de laços de confiança entre quem busca auxílio financeiro e quem efetiva o crédito, promovendo o reconhecimento dos agentes, da situação socioeconômica do local e, por consequência, definir pressão para reembolso. Contudo, a consolidação desse modelo precisa evitar que a intermediação torne-se clientelista e que o agricultor deixe de pagar, mantendo, assim, a sua obrigação moral em devolver os recursos emprestados (Op. Cit, 2008).

Apesar disso, o sistema de finanças por proximidade é hoje um ponto de convergência entre os executores da Política de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os movimentos sociais, em virtude da falta de estratégias produtivas geradoras de renda. Para solucionar a problemática que enfraquece esse sistema, é necessário abrir para os pobres o acesso a serviços bancários que acompanhem, de forma técnica e produtiva, os beneficiários de recurso, a fim de gerar novas oportunidades de renda familiar e alteração do ambiente de estagnação. Assim, devem-se assegurar organizações financeiras e de planejamento que visem desenvolvimento, utilizando-se das experiências inovadoras para discutir o papel do sistema bancário comercial na geração de renda desses agricultores pobres (Op. Cit, 2009).

Nesse perspectiva, o Pronaf torna-se um estímulo ao crescimento e melhoramento das práticas agropecuárias, ao tempo que se define em conjunto com as políticas sociais, as quais deveriam ser trabalhadas quase sempre integradas, como instrumento de inclusão social para o agricultor familiar e, também, como uma base para a construção do desenvolvimento local. O Pronaf deve ser, de fato, um programa que promova equidade social e melhoramento dos níveis de renda, ao promover maior produção agrícola no campo e também a possibilidade de inserção de novas ocupações não-agrícolas. Mas, para isso, precisa-se disseminar filosofia com fundamento educativo, no sentido econômico e produtivo. Por mais que esses fundamentos já existam em relação à concessão do microcrédito de modo individual, seguindo etapas processuais no sentido do valor econômico e escala temporal, precisa-se, ainda, imprimir noções de desenvolvimento local e de empreendedorismo rural ao agricultor familiar para que conquiste novos espaços e insira-se, de modo competitivo, nos mercados locais e regionais.

# CAPÍTULO 04

---

**PRONAF EM SERGIPE: PARTICULARIDADES E ARRANJO  
INSTITUCIONAL**

#### 4 PRONAF EM SERGIPE: PARTICULARIDADES E ARRANJO INSTITUCIONAL

O Pronaf, enquanto programa de crédito rural, define-se como instrumento de consolidação da agricultura familiar, contribuindo para a geração de renda e a sustentação do homem no campo. Diante dessa assertiva, o ambiente institucional tem se modificado, restringindo-se a algumas poucas entidades que, integradas, avaliam a diversidade de que se compõe a agricultura familiar e estabelecem condições de acesso ao programa para os diferentes grupos de beneficiários. Em função disso, o arranjo institucional do Pronaf tem expressado “[...] a totalidade ou parcela das forças sociais e das atividades econômicas que respondem pelo movimento da economia local e pelas condições de reprodução dessa configuração social determinada (SCHRÖDER, 2010, p.09).

Por conseguinte, o arranjo institucional define-se por meio de colaborações estabelecidas entre atores sociais (pessoas jurídicas) que medeiam e fortalecem o processo creditício. Essa integração ocorre desde a definição do processo produtivo ao contexto da comercialização, correlacionando setores empresariais-administrativos que se amoldam às ações de operacionalização do crédito, visando manter os agricultores competitivos no mercado atual. Nesse sentido, o Estado tem se utilizado da correlação entre suas entidades e os agentes privados, a fim de democratizar o acesso a recursos destinados aos pequenos agricultores. Deste modo, as parcerias são sempre operações que buscam otimizar o trabalho, potencializando recursos e diminuindo o tempo na concretização das metas de desenvolvimento social (PINHEIRO, 2009).

Em relação ao Pronaf, essa parceria, em Sergipe, tem sido estimulada por instituições financeiras (Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), mas articuladas com outras entidades, como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); entidades estaduais ligadas à assistência técnica e extensão rural, a exemplo da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) e, até mesmo, de entidades locais municipais, como as secretarias de agricultura, sindicatos dos trabalhadores rurais e associações locais. Essa articulação auxilia na promoção do desenvolvimento rural, efetivando e direcionando a execução do recurso, ou seja, cumprindo as linhas normativas previstas no Manual de Crédito Rural (MCR).

Dessa forma, a operacionalidade do Pronaf remete à concretização de um ambiente institucional favorável, em que entidades estabelecidas por normas tornem-se parceiras no

sentido de ampliar a política e as ações sociais e econômicas dos agricultores familiares. Logo,

O arranjo institucional, particularmente, define a forma como são executados os objetivos das organizações financeiras (inclusive, qual público elas atendem), a interação com seu público-alvo (de que forma atendem) e a facilidade ou a dificuldade que têm para operar inovações no âmbito das tecnologias financeiras. (SCHRÖDER, 2010, p.05)

Todavia, mesmo com todos os trabalhos executados pelo arranjo, aspectos concernentes a algumas impasses são observados, como a questão da inadimplência, que têm, por vezes, desfavorecido a ideia do programa de gerar renda. Nessa quadra, as assertivas de Abramovay (2001) sobre a necessidade de se estudar os mercados e as ações do ambiente institucional para a promoção de crescimento econômico ganham relevância. Ainda nessa mesma linha, o autor define a necessidade de se estudar os atores/entidades que assessoram os agricultores familiares e que compõem o arranjo institucional, pois

O sistema de crédito é uma construção institucional que repousa sobre três pilares básicos – informação, confiança e capacidade de fazer cumprir contratos (enforcement) – e cuja reprodução passa por redes sociais que podem ser estudadas empiricamente (Op. Cit, 2008, p. 05).

A partir disso, analisa-se o arranjo institucional existente em Sergipe, considerando a espacialização de valores contratuais a partir das principais modalidades de Pronaf executadas; e avaliando a questão da inadimplência e das mudanças que esse programa tem implementado no espaço rural sergipano.

#### 4.1 INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO ARRANJO DO PRONAF EM SERGIPE

O Pronaf, em Sergipe, tem por principais modalidades operacionalizadas: A, B e Comum, as quais encontram-se quase universalizadas em todo o território sergipano. A liberação de recursos na esfera municipal sergipana para essas modalidades, no entanto, depende do ambiente institucional que se constitui pela integração entre um conjunto de organismos, com regras, costumes e valores, que intermediam o atendimento das demandas creditícias destinadas aos agricultores familiares. Entre as entidades que compõem esse ambiente institucional, destacam-se: 1 - as agências financeiras; 2 - as instituições prestadoras

de assistência e serviços técnicos; 3 - os sindicatos de trabalhadores rurais, secretarias de agriculturas, associações comunitárias e o Movimento dos Sem Terras (MST)<sup>32</sup>.

As respectivas entidades são elemento de fundamental importância na interlocução e na simetria de informações sobre o Pronaf aos agricultores familiares. Tais entidades operam por relações de proximidade e acabam se tornando foco de confiança na disseminação de conhecimentos sobre a agropecuária, desde a utilização de sementes selecionadas ao uso de tecnologias e agregação de novas atividades econômicas complementares. Deste modo, o arranjo institucional presente no Pronaf determina o comportamento social e econômico do espaço rural, sendo potencializador na definição do desenvolvimento sustentável.

#### 4.1.1 As agências financeiras

As entidades financeiras que operacionalizam o Pronaf em Sergipe, são representadas pelos bancos oficiais (Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal). Existe no estado a Cooperativa de Crédito Rural (ASCOOB COOPEC) que ainda não trabalha especificamente com o Pronaf; no entanto, está em fase de implementação, junto ao Banco do Brasil, um convênio para essa operacionalização, a partir de 2015. Segundo o diretor da cooperativa, sediada em Poço Verde e com cooperados em Tobias Barreto e Heliópolis (BA), a mesma, conta atualmente, com 500 associados que trabalham diretamente com a cultura do milho, feijão e pequenos animais, o que faz crer que as operações dos integrantes ficarão “[...] concentradas nas linhas do Pronaf B e do Pronaf Comum ou Variado”. A referida cooperativa é, assim, construída por pequenos agricultores familiares que se integram na busca de ajuda conjunta e de potencialização do acesso mais fácil às políticas governamentais.

Todavia, em Sergipe, a atuação mais forte frente à liberação de recursos do Pronaf ocorre mesmo junto as diversas agências do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que, segundo seu gerente executivo,

O Banco do Nordeste é um banco de desenvolvimento criado em 1952, cujo direcionamento atual volta-se à pequena produção. [...] É um banco de desenvolvimento, que a finalidade do trabalho, a gente vê com bons olhos e com plenitude de desenvolvimento. Eu só vou dizer um dado importante:

---

<sup>32</sup> Apesar de os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) estarem em funcionamento em alguns dos municípios sergipanos, onde a pesquisa fora efetivada, os mesmos não apresentam força quanto a operacionalização do Pronaf e, quando a têm, atuam como os sindicatos.

82,5% do crédito rural aplicado no estado de Sergipe é do Banco do Nordeste. [...] Com isso, a agricultura familiar do estado, que é em torno quase 90%, tá hoje na mão do Banco do Nordeste. (OP. CIT)

Para acessar aos recursos do Pronaf, o agricultor familiar precisa cumprir o preceito fundamental: apresentar a Declaração de Aptidão<sup>33</sup> (DAP), solicitada junto ao INCRA ou à Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE), no caso do pronafianos da modalidade A; já no caso dos agricultores ingressos nas demais modalidades do Pronaf, o documento deve ser solicitado junto à EMDAGRO. Posterior à DAP, para efetivar o crédito, o agricultor familiar precisa ir a agência, no mínimo três vezes, passando pelas seguintes etapas: 1- Cadastramento para entrega de documento pessoal e comprovante de residência. Para o Pronaf A, requisita-se ainda dos assentados de reforma agrária do INCRA o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e, dos assentados do crédito fundiário, o comprovante de aquisição da terra; no Pronaf B é requerido o recibo da terra; e no Pronaf Comum exige-se a escritura do terreno, pois necessita-se da garantia real; 2- aprovação do cadastro: após um período de oito dias, o agricultor precisa retornar ao banco, a fim de certificar se o cadastro foi aprovado; 3- visita do assessor à propriedade: em seguida, o assessor vai à propriedade<sup>34</sup> para certificar-se das informações; 4- elaboração do plano de negócios, que pode ocorrer através de empresa pública ou privada, constando a atividade que o agricultor desenvolverá. Esse plano não requer custos, no caso do Pronaf A; já no Pronaf B, quando o projeto é desenvolvido por empresa privadas, pode gerar gastos; e há custos operacionais para o pronafiano comum, pois “[...] tem de ir ao banco, tem de elaborar o plano e tem de conversar com os dirigentes maior, mas é um plano maior, aí ele vai ter uma demora mais sobre isso” (V. A. B, 2014.); 5- encaminhamento para a contratação: com o plano de negócios correto, o banco encaminha para a contratação; e, 6- assinatura do contrato: por fim, o agricultor é chamado a assinar o contrato, e em alguns dias, a depender da atividade financiada recebe o crédito.

Nesse tocante, a relação do agricultor com a agência, é realizada de forma impessoal e segundo o agente financeiro, essa relação é boa, apesar de os agricultores reclamarem da demora na operacionalização do crédito, pois “[...] o crédito tem que ter a oportunidade, e às vezes demora um pouquinho, o produtor fica muito ansioso. Nesse contexto, ele tem alguns pontos que ele está correto e outros não. Aí é uma plenitude muito grande” (V. A. B., 2014).

---

<sup>33</sup> A Declaração de Aptidão determina a condição de Agricultor familiar e possibilita, além de acesso ao crédito rural, também o ingresso em outras políticas, como bolsa família, além de auxiliar na reivindicação da aposentadoria rural.

<sup>34</sup> Principalmente no caso do Pronaf B – na metodologia Agroamigo.

Ainda segundo o agente, não há um prazo definido entre o pedido e a liberação do crédito, pois há a dependência em relação: 1- ao plano de negócios que, muitas vezes, não corresponde às demandas; 2- ao agricultor, já que este não pode estar com o seu nome no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) nem no SERASA<sup>35</sup> para o contrato ser assinado; e 3- ao tempo decorrido para a liberação que, muitas vezes, não corresponde ao período de necessidade do agricultor. Mas, quando o recurso é liberado, o agricultor acessa o crédito parceladamente, a fim de evitar perdas com eventualidades, podendo sacá-lo no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Casa Lotérica, em função de convênios estabelecidos pelo sistema financeiro.

Normalmente, a aplicação opera na compra de insumos, na contratação de empregados temporários ou na efetivação produtiva em que cerca de 90% dos projetos volta-se para bovinocultura do leite, o que dificulta a dinamização econômica do meio rural (V. A. B., 2014). Ainda assim, estabelece alto grau de satisfação do agricultor familiar em relação ao Pronaf; possibilita o desenvolvimento local, ao fixar atividades econômicas; estimula as redes de relacionamento das famílias com outros segmentos; e mantém a qualidade de vida, ao agregar valor à família e as suas necessidades.

Deste modo, apesar de ocorrerem problemas, como a questão da regularização fundiária, da deficiência na prestação de assistência técnica e da falta, muitas vezes, de retornos econômicos nas atividades desenvolvidas pelos agricultores, “[...] o Pronaf é uma solução pro homem do campo. Sem o Pronaf o homem do campo viveria à revelia, na minha concepção” (V. A. B., 2014). Contudo, precisa ser vencido o individualismo, conduta inerente ao agricultor familiar nordestino e especificamente sergipano, a fim de estimular a constituição de cooperativas, para potencializar novos mercados produtivos (Op. Cit).

Assim, a entidade financeira, apesar de toda cautela prevista por normas institucionais, tende a operar dentro das possibilidades apresentadas pelo programa, sendo eficaz em sua conduta, haja vista, contar com um quadro de funcionários que trabalha diretamente o Pronaf. Apesar disso, a ação das entidades financeiras poderia ser aperfeiçoada a partir da integração conjunta com outras entidades, no sentido da aplicação do recurso, como já ocorre hoje, entre o BNB e o INEC, na operacionalização do Pronaf B-Agroamigo. Isso porque, definiria uma ação mais direcionada, em termos de acompanhamento da relação agricultor-instituição financeira e também, da prestação de assistência técnica e aplicabilidade com respaldos positivos dos recursos.

---

<sup>35</sup> Centralização de Serviços dos Bancos. Serasa não é uma sigla, mas corresponde à empresa privada que faz análises de informações econômico-financeiros dos pleiteantes a crédito.



#### 4.1.2 – O papel das instituições prestadoras de assistência e serviços técnicos

As instituições que realizam serviços técnicos junto ao agricultor são observadas na participação de entidades federais e estaduais. Na primeira esfera, o INCRA libera a Declaração de Aptidão e presta assistência técnica, por meio de empresas terceirizadas, aos assentados de reforma agrária. Em Sergipe, a empresa terceirizada mais atuante é o Centro Comunitário de Formação em Agropecuária "Dom José Brandão de Castro" (CEFAC). Na segunda esfera, a EMDAGRO e a Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE) atuam diretamente na divulgação de conhecimentos, na constituição de projetos rurais e na assistência técnica.

Segundo, D. S. de O., o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é “[...], o único órgão do Brasil capaz e legalmente constituído pra realizar a Reforma Agrária, os outros são segmentos”. Esse instituto atua a partir de demandas e na mediação de conflitos, fazendo vistoria de imóveis e, se for constatada a improdutividade, promove a desapropriação. A referida entidade “[...] assenta várias famílias com a linha de crédito, com assistência técnica, com infraestrutura básica, linhas de produção de crédito pra produção” (Op. Cit, 2014).

Por esse contexto, o INCRA atua na definição contratual do Pronaf A e A/C, ao emitir a Declaração de Aptidão (DAP) aos assentados de reforma agrária e ao prestar assistência técnica via empresas terceirizadas, como o CEFAC, utilizando-se de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador ou do Orçamento Geral da União (Op. Cit., 2014). Além disso, mantém boa relação com os bancos que trabalham o Pronaf em Sergipe e ainda mantém forte parceria com a

[...] EMDAGRO, COHIDRO, Secretaria de Agricultura, temos o PRONESE. Que o PRONESE além de executar esse programa da reforma agrária complementar, que é o Crédito Fundiário, ela também nos auxilia na estrutura de apoio, como casas de farinha, centro comunitário [...]. (D. S. de O, 2014)

O Pronaf integrado a outras políticas, gestadas pelas várias entidades que atuam nos assentamentos, contribui para a consolidação de mudanças no contexto rural sergipano, ao manter, por exemplo, o assentado na atividade agropecuária. Isso acontece porque o recurso

do referido programa auxilia o agricultor na compra de sementes, nas práticas de plantio e colheita e na melhoria da qualidade do rebanho. Em Sergipe, o Pronaf contribuiu em 90% para a pecuária leiteira (Op. Cit.). Deste modo, o programa tem corroborado para o fixamento da população local, para o desenvolvimento de práticas econômicas, além de integrar o agricultor às demandas de mercados locais. Essas mudanças são exemplificadas quando

você pega um assentamento num município pequeno, de 100 famílias, aí você aplica 20 mil por família. Ele vai aplicar ali na região, se eles vão aplicar em pecuária leiteira, uma faixa de duas, três matrizes por assentado, tu já muda o aspecto da produção de leite no município. Obviamente aquela renda vai circular ali, ele vai comprar uma ração, ele vai comprar um remédio, ele vai vender o leite, ele vendendo o leite, ele vai comprar alimento, comprar roupa. [...] então muda sim. (D. S. de O, 2014)

Apesar da potencialidade apontada em relação a esse recurso, voltado aos assentamentos, há problemas pontuais em relação a honrar a dívida do Pronaf que pode estar aliada às intempéries naturais, sobretudo às condições físicas; à aplicação do recurso em infraestrutura, em custeios desvinculados da prática agropecuária; e mesmo a discursos, que justificam a importância da inadimplência, que tem sido protagonizada por atores ligados ao movimento. Apesar disso, o representante do INCRA (2014) assegura que quem trabalha corretamente com o recurso, está satisfeito, demonstrado pela melhoria dos índices de produção. Essa satisfação é vista, também, entre os agricultores auxiliados pela assistência técnica, que torna suas atividades seguras quanto ao desenvolvimento (Op. Cit.).

Na mesma linha, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) atua hoje na emissão de Declaração de Aptidão e na prestação de assistência técnica. Essa última ação é executada nos 34 escritórios distribuídos entre os 75 municípios de Sergipe, mas de forma desigual, pois essa assistência ocorre mediante amostragem, haja vista a escassez de recursos humanos para execução do trabalho nesses escritórios.

Segundo entrevistados dessa empresa, o público prioritário é o agricultor familiar, mas o grande número de comunidades e famílias por técnico acaba demarcando a prestação de serviço esporádica e realização de reuniões de acordo com o calendário agrícola do estado. O mesmo afirma,

[...] cada técnico tem cinco comunidades, certo? Como foco. Então nós temos um calendário, o técnico fulano vai pra quatro comunidades, cinco comunidades a depender do número de agricultores porque vai ter comunidade que tem 200 e outras comunidades que tem 150. Aí a gente faz o balanceamento, cinco ou quatro, a depender. Aí nós temos um calendário

de visita, de estar lá na comunidade discutindo a questão da estiagem, discutindo a necessidade de crédito, as situações que surge em estiagem, uma política pública. Dá conhecimento e discutir se é interessante pra aquele público, se é da vontade dele acessar isso ou não. (D. L. F., 2014)

O entrevistado avalia positivamente o Pronaf e compreende que esse programa, devido às baixas taxas de juros, auxilia o pequeno agricultor familiar quanto a seu acesso, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da economia local e para a melhoria da qualidade de vida do beneficiário. Segundo Filho (2014), o programa propicia ao agricultor a condição necessária para diversificar atividades agrícolas ou para ampliar sua produção.

Todavia, entrevistados da empresa também apontam que o programa ainda esbarra em problemas, como a prática do não pagamento e o crescimento do mercado de assistência técnica privado, que acaba por aumentar os custos para o agricultor. Este último aspecto deveria ser responsabilidade do Estado, no propósito de diminuir custos. Nesse contexto, D. L. F. (2014) destaca que essa fase de ampliação das políticas públicas para o pequeno agricultor pode vir a estagnar, justificado pela falta de pagamento. Logo, o ideal é que se estimule o acesso a esse programa, por parte dos agricultores familiares, a fim de que não se perca “[...] o bonde, o cavalo tá selado. Aí de uma hora pra outra, lá no Senado, alguém desmoraliza” (Op. Cit.).

O PRONESE, outra instituição estadual, serve para intermediar os beneficiários do crédito rural e os agentes financeiros. Tem por função analisar as propostas de Pronaf criadas pelas empresas privadas de assistência técnica, contratadas para elaborar os projetos. Sendo assim, a função básica dessa empresa, dentro do arranjo institucional do Pronaf, é apenas avaliar a viabilidade econômica dos projetos para assentamentos do crédito fundiário que serão encaminhados à instituição financeira. Nesse sentido, a empresa demarca contar com boa relação com os parceiros do Pronaf, inclusive com os bancos, principalmente com o Banco do Nordeste, sabendo-se que a função da empresa é apenas de complementar as ações de reforma agrária executadas pelo Governo Federal.

Os representantes dessa entidade apontam como problemática as suas atuações a existência de infraestrutura mínima na empresa, em termos de potencial humano, para acompanhar os projetos, que precisam ser analisados de acordo com as normas pré-determinadas pelo Manual de Crédito Rural. Segundo o analista de projetos do Pronaf, a empresa precisaria ter corpo para “[...] discutir com cada beneficiário a viabilidade de cada proposta dessa, definindo a real afinidade que eles têm com aquilo que eles estão querendo” (C. A., 2014).

Para o profissional de infraestrutura dessa empresa, existem muitas possibilidades de políticas para a edificação individual das famílias que compõem o assentamento do crédito fundiário. Por isso, o Pronaf deveria ser apenas mais um complemento à produção do agricultor, a fim de garantir a sua autossustentância alimentar e possibilitar a aquisição de outros novos suprimentos. Mas não é o que ocorre. O Pronaf tem sido o pilar que sustenta toda a infraestrutura produtiva desses pequenos agricultores, devido aos juros baixos.

Na seara da realização dos contratos, a empresa aponta que o tempo de análise da proposta não segue o tempo da necessidade real dos agricultores, pois muitas vezes, o recurso tende a ser liberado fora do calendário agrícola, não sendo mais “[...] ideal para plantar ou para cultivar aquilo que é determinado no projeto. É uma série de encadeamentos aí que no fim, às vezes, tem que ainda esperar” (Op. Cit). Para esse profissional, o ideal seria desvincular o programa de tantas entidades para avaliação, o que acaba tornando o processo extremamente burocrático, e organizar de forma melhor a gerencia e gestão do programa, a fim de dar alcance ao Pronaf, pois

nos objetivos que propõem são maravilhosos, mas o principal fundamento que é o recurso, não tem recurso. [...] O recurso é limitado e central àquela corrida, como se fosse por dentro do funil, mas depois quando vai afunilar! Poucos vão ter acesso àquele programa [...]. É uma política bonita de agricultura familiar [...] mas não existe um recurso disponível, né? [...] Eu tava vendo essa semana no documento que eu recebi da Fundação Getúlio Vargas, que o Pronaf hoje no Brasil só atende 40% da necessidade [...] os recursos disponíveis pro Pronaf é só 40% do que ele realmente necessita. (C. A., 2014)

No contexto de ação do PRONESE, o crédito fundiário já realizou, em Sergipe, 945 operações, que atenderam 1.995 famílias (MDA, 2014). Em visita ao assentamento Santo Antônio, no município de Carira, observou-se que as propriedades são adquiridas em conjunto a um grupo com laços familiares ou de amizade. A constituição do assentamento tem vínculo com o tamanho do lote que o assentado deseja, sendo pago um valor definido para um prazo de até 20 anos, com um período de três anos de carência, em relação ao Banco da Terra. Além disso, o entrevistado atesta que muitos dos assentados têm lotes superiores a 35 tarefas e optaram pela contratação de assistência técnica por meio do programa de crédito fundiário, para um período de 5 anos, com valores anuais de R\$1.500,00.

Para a realidade dos assentados do crédito fundiário, o Pronaf A tem sido um importante programa de auxílio ao desenvolvimento da unidade produtiva, haja vista, no caso citado, financiar a produção de milho para cerca de 22 tarefas por unidade, integrando assim,

o agricultor à lógica de mercado. Além disso, há o financiamento de feijão em aproximadamente 2,5 tarefas por unidade, que garante a subsistência alimentar das famílias, e da produção pecuária, em que a média da bovinocultura, por unidade, tem sido superior a 5 cabeças. Às práticas de subsistência somam-se ainda a produção de galinhas caipiras e a caprinocultura. O exemplo destacado, a partir das falas dos assentados, mostra que o Pronaf deu novo impulso à vida econômica de muitas famílias, antes assentadas.

Destarte, as entidades envolvidas na efetivação do Pronaf demonstram haver ainda muita burocracia no acesso do pequeno agricultor familiar ao programa, principalmente no que se refere à efetivação de projetos, cuja normatização emperra o sucesso de algumas produções que deveriam ser mais flexíveis. Além disso, o maior número desses projetos é desenvolvido por empresas privadas, o que se torna um “gargalo”, pois são quase sempre cópias, isto é, meros modelos padronizados que não observam a realidade local, prestando uma assistência técnica deficitária, apesar de receberem renumeração, e não contribuírem decisivamente na efetivação do crédito junto ao agricultor. Tal fato decorre das instituições e empresas públicas, como o INCRA, a EMDAGRO e o PRONESE, esbarrarem na falta de recursos humanos para o desenvolvimento de projetos e prestação de assistência técnica. Por isso o Estado tem terceirizado alguns desses serviços para empresas de assistência técnica, como observado nos casos vinculados ao INCRA, fato que também prejudica o bom desenvolvimento das unidades produtivas.

Além disso, é unânime, entre as instituições que integram o arranjo do Pronaf, a deficiência no auxílio ao desenvolvimento de novas culturas, haja vista todas as empresas, principalmente as privadas, emitirem cópias de projetos que preveem a mesma produção, como é o caso, por exemplo, do Sertão, em que é direcionado o incentivo à pecuária leiteira. Essa ação desencadeia certo colapso na atividade econômica, na medida em que, após financiar de três a cinco animais, o agricultor, por não possuir reserva alimentar, acaba por desvalorizar sua produção em função da compra de insumos, ou mesmo da venda do animal por preço não referente à compra (V. A. B., 2014).

Demarca-se, ainda, por todas as entidades institucionais, que a cultura do não pagamento está impregnada, ideia disseminada entre os agricultores familiares, pela ação dos mediadores, muitas vezes, com perfil ideológico que, por questões políticas, acabam difundindo a ideia de que o Governo Federal vai anistiar a dívida, com o credo de que o recurso é direito e não precisa ser devolvido. O que torna a dívida do Pronaf um “direito social”. Esse aspecto, conforme D. L. F. (2014), “vai na contramão da história”. Sendo assim, é comum, entre as afirmativas dos entrevistados, a necessidade de educar financeiramente o

agricultor familiar, mostrando-lhe que tem direito ao crédito, desde que honrem seus compromissos.

#### 4.1.3- Atribuições dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Secretarias de Agricultura, Associações Comunitárias e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST)

Os agricultores familiares tomam conhecimento de programas e do modo de acessá-los a partir de ações implementadas pelos sindicatos, secretarias de agricultura, associações locais e o MST. Essas entidades atuam no âmbito da divulgação de informações a respeito de programas e das formas de acesso, além de, por vezes, auxiliar os agricultores familiares a ingressarem nesses programas. Deste modo, suas atuações firmam-se por laços de proximidade e de confiança.

Os sindicatos dos trabalhadores rurais, com atuação municipal, possuem, entre os municípios pronafricanos de Sergipe, uma infraestrutura mínima que, de certo modo, contribui para incentivar e amenizar o sofrimento do agricultor familiar, ao manter ações assistenciais e de assistência jurídica, como também procedimentos médico-odontológico e de encaminhamento para aposentadorias. Para um dos representantes dessa entidade, a ação do sindicato se faz na

[...] luta por um melhoramento na vida daquele trabalhador rural na sua comunidade, né? [...] vem os incentivos do movimento também [...] Porque o que é que acontece, essas coisas são incentivos novos, como: médico, dentista, tem um carro próprio adquirido com os recursos da própria entidade pra poder dar assistências a eles, entendeu? (D. A. S, 2014).

Sendo assim, são trabalhadas, no sindicato, causas assistenciais, sobretudo de caráter social. Essa entidade define seu assistido como um “guerreiro”, como uma pessoa que trabalha e, muitas vezes sem auxílio, não consegue alcançar seu objetivo, em função da falta de conhecimento específico, fato atestado em relação também ao Pronaf. Por isso, a entidade, ao realizar reuniões e palestras, acaba colocando em pauta as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas e que podem ser acessadas pelo agricultor familiar, demonstrando as etapas de ingresso e definindo quais entidades buscar para ter mais informações.

Em relação às secretarias municipais de agricultura, observou-se que, atualmente, elas atuam nas reuniões sindicais e de associações, auxiliando na divulgação dos programas que

atendem aos agricultores familiares. Essas entidades também exercem um papel de “complementação” na ação da EMDAGRO, na medida em que, em muitos municípios, existem deficiências em número de profissionais qualificados junto à entidade estadual. Assim, os municípios colaboram no sentido de também prestar assistência técnica a muitos dos agricultores existentes na localidade, focando naturalmente os pronafricanos.

Além disso, as equipes municipais têm buscado aliar outros incentivos à atividade agropecuária, mostrando a necessidade de mudanças técnicas junto ao agricultor pronafricano. Nesse sentido, também tem se estimulado o desenvolvimento de outras atividades complementares em termos de renda, a exemplo de atividades não-agrícolas, como da confecção de artefatos - roupas, bordados, doces, etc. -, a partir da lógica associativa. Tem-se ainda implementado programas educacionais, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que qualifica o agricultor tecnicamente com novas possibilidades produtivas, e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

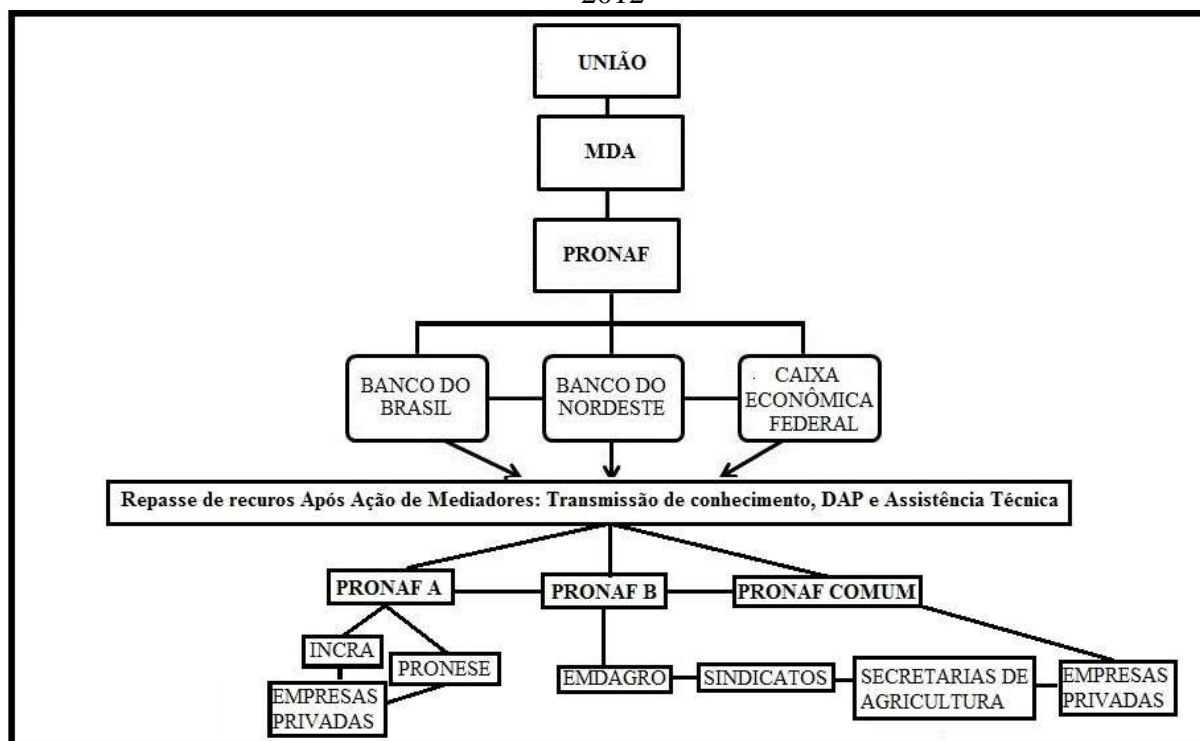
As associações e mesmo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) nos assentamentos têm se tornado lócus da divulgação de informações e de esclarecimentos sobre a efetivação do Pronaf. Esse lócus é estimulado pela confiança que existe nas comunidades frente às lideranças. Os respectivos espaços comportam muitos agricultores que buscam conhecimentos sobre relações estabelecidas nas comunidades e que servem de base para técnicos da EMDAGRO e de entidades ligadas ao desenvolvimento de projetos. Secretaria da Agricultura e mesmo representantes bancários divulgam o programa e, por consequência, iniciam as etapas de efetivação dos contratos, estabelecendo laços de cordialidade na definição de projetos para a unidade produtiva. Sendo assim, esse arranjo serve como base para que os agricultores conheçam o programa e também facilite suas inserções ao mesmo.

Deste modo, as entidades que compõem o arranjo institucional do Pronaf em Sergipe atuam na efetivação do programa, seja de forma direta ou indireta, desenvolvendo projetos e auxiliando para a efetivação dos contratos. Algumas dessas ações, a exemplo da definição dos projetos por parte das entidades públicas, por vezes são determinados de modo desconexo ao desejo dos agricultores, mas aliados à vocação da economia local. Isso decorre da vivência de muitos técnicos quanto à valoração produtiva da área, assim como da visita técnica realizada anteriormente ao desenvolvimento de muitos dos projetos.

Além disso, as atuações das entidades subdividem-se conforme modalidade do programa (Figura 34). Algumas delas compõem o organismo creditício do Pronaf e definem-se como agentes de intermediação entre as agências financeiras e os agricultores. Tais

entidades têm como objetivo conhecer as reais condições do tomador de crédito, como também ofertar novas possibilidades de desenvolvimento para as unidades produtivas que acabam por definir vínculo de conhecimento entre o agricultor e o prestador de assistência técnica.

**Figura 34- Sergipe**  
Arranjo institucional do Pronaf  
2012



Fonte: BCB – MCR, 2012, BNB, 2011 e Trabalho de Campo.

Elaboração: CARVALHO, 2014.

Contudo, é necessário focalizar que o Pronaf, de modo geral, é uma política de crédito voltado ao custeio ou a investimentos para as atividades desenvolvidas no campo, mas limitada, por não ter recursos suficientes para suprir as reais necessidades dos agricultores familiares. Ainda assim, o Pronaf é fundamental, pois tem auxiliado no desenvolvimento de unidades produtivas, estimulando a adoção de novas perspectivas produtivas e tirando muitos agricultores familiares da linha de pobreza. Nessa perspectiva, promove mudanças na relação campo-cidade, ao intensificar a busca por insumos e promover a comercialização de boa parte do que é produzido no campo. Essa constante faz-se sentir já hoje em vários municípios sergipanos, sobretudo, entre aqueles que têm desenvolvido atividades agrícolas demandadas pelos mercados regional e nacional.



Apesar disso, uma problemática dificulta o ciclo desse programa: o não ressarcimento dos recursos juntamente às instituições financiadoras. Conforme já referendado, muitos agricultores beneficiários de algumas modalidades do Pronaf, sobretudo das modalidades A/C e A, têm sido induzidos ao não pagamento do crédito. Tal ação tem sido estimulada por agentes locais que, de forma direta ou indireta, se beneficiam da situação de inadimplência de muitos agricultores em Sergipe. Essa cultura possibilita ao estimulante-agiota o desenvolvimento de práticas financeiras, ou seja, esses concedem valores monetários demandados pelos agricultores com juros muito acima de mercado.

Essa conjuntura é observada quando a inadimplência varia na casa de 13,4%, puxados, sobretudo pelas modalidades A/C (59,5%; 48,1% e 50,9%) e B (33,9%; 31,6% e 25,5%) (BNB, 2008-2010). No período, de 2008 a 2010, Sergipe esteve como o estado de maior percentual de inadimplência (23%; 23,4% e 21,3%). O índice de inadimplência em Sergipe está mais concentrado na modalidade A<sup>36</sup>. Como esperado, determinada instituição financeira não liberou índices de inadimplência para Sergipe por modalidade. Mas representantes, entre as instituições entrevistadas, informaram que o Pronaf B (Agroamigo) teria um índice menor de 2%, o Pronaf Comum cerca de 10% e o Pronaf A não teria a mínima ideia, haja vista o alto volume de contratos.

Em função disso, faz-se necessário observar in loco a atuação dos agentes de intermediação nas principais modalidades do Pronaf para Sergipe. Além disso, é interessante observar como se encontram distribuídas espacialmente as principais modalidades financiadas em Sergipe, no caso o Pronaf A, B e Comum, por municípios, no período de 2005 a 2012.

#### 4.2 PRONAF A: EVOLUÇÃO E ARRANJO INSTITUCIONAL EM SERGIPE

A modalidade do Pronaf A é direcionada para agricultores familiares assentados. Em função disso, observou-se a disposição espacial dos assentamentos em Sergipe, considerando o Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos (SEPLANTEC, 2004), em que se definiam aproximadamente 120 assentamentos em Sergipe. Foram considerados também dados dos Projetos de Reforma Agrária (INCRA/MDA, 1980-2014) que, do início da década de 1980 a 2004, contabilizaram 128 assentamentos com área desapropriada, 4 com área comprada, 2 com área doada e 5 com área reconhecida (com data ou sem data), cujo total perfaz 139

---

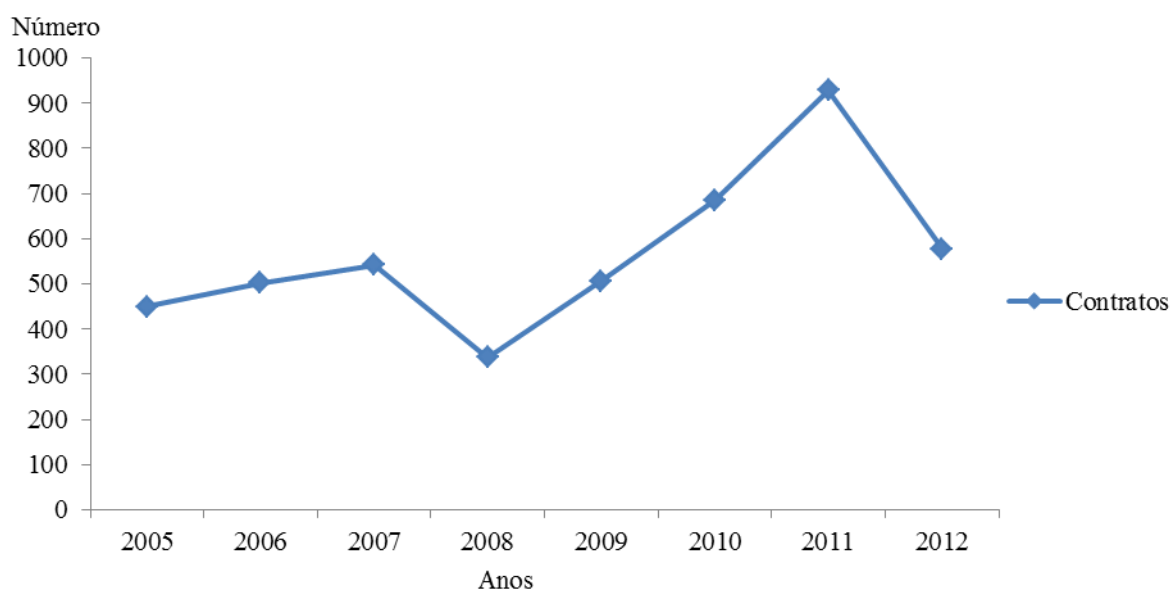
<sup>36</sup> Aspecto já referendado no relatório do Projeto de Pesquisa intitulado: A questão da Inadimplência do Pronaf A em Sergipe. Financiado pela FAPITEC/Sergipe, Edital 07/2009.

assentamentos existentes em Sergipe. De 2005 a 2012, período em estudo, observou-se a constituição de mais 75 novos assentamentos, dos quais 53,3% foram originados a partir da desapropriação; 37,3% de reconhecimento (com data ou sem data); e 9,4% da compra (Op. Cit.).

Deste modo, a existência de 214 assentamentos, com aproximadamente 11.000 famílias assentadas, numa área de quase 184 mil tarefas, no estado de Sergipe (INCRA, 2005-2012), garantiu o suporte de movimentação de cerca de 560 contratos anuais, com mais de 5 milhões em recursos liberados anualmente. Os contratos e montantes liberados, entre 2005-2012 (BNB), variaram tanto quantitativamente quanto espacialmente.

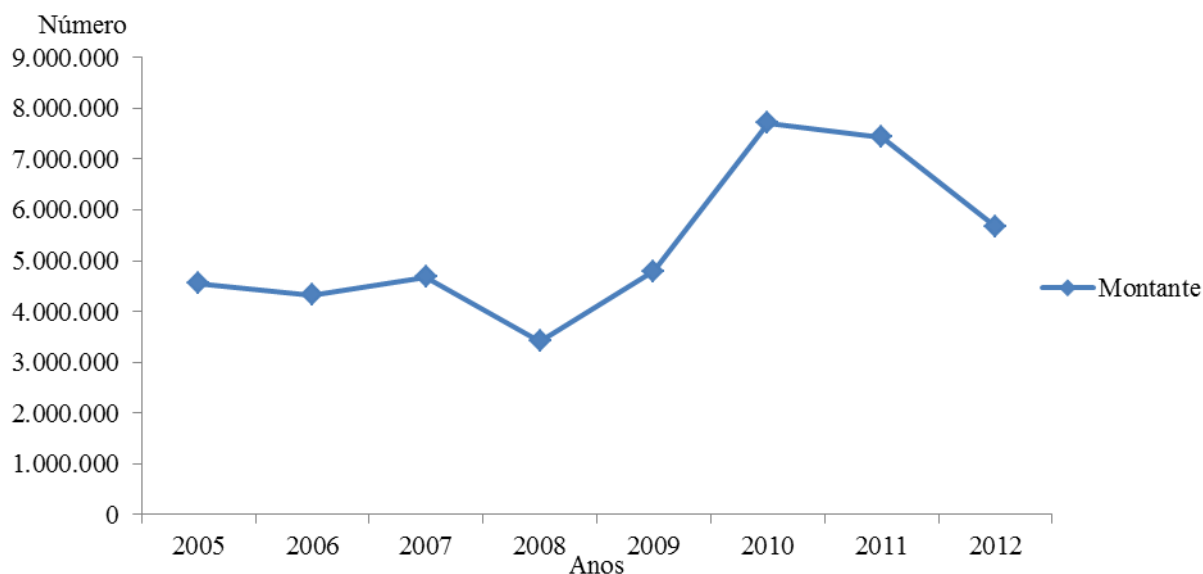
A primeira variação fez-se ver na expansão tanto em número de contratos quanto de recursos liberados, entre 2005 e 2007, em respectivamente 20,71% e 3%; e entre 2009 e 2011, quando a expansão foi de 83,4% para os contratos e de 55% para o montante. Mas houve significativos decréscimos quando comparado 2007 a 2008, em cerca de -37,82% para os contratos e em -27,20% para o montante; assim como entre os anos de 2011 e 2012, cujos decréscimos foram de 37,71% e de 23,60% respectivamente (Figura 35 e 36). As respectivas variações são decorrência direta da condição desse agricultor assentado. Soma-se a isso, também, a demora na legalização dos assentamentos, as modificações que essa modalidade vem agregando em termos de normatização e o fato de o assentado só acessá-lo uma única vez.

**Figura 35 – Sergipe**  
Número de contratos do Pronaf A  
2005-2012



Fonte: BNB, 2005-2012.  
Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 36 – Sergipe**  
Valores liberados pelo Pronaf A  
2005-2012



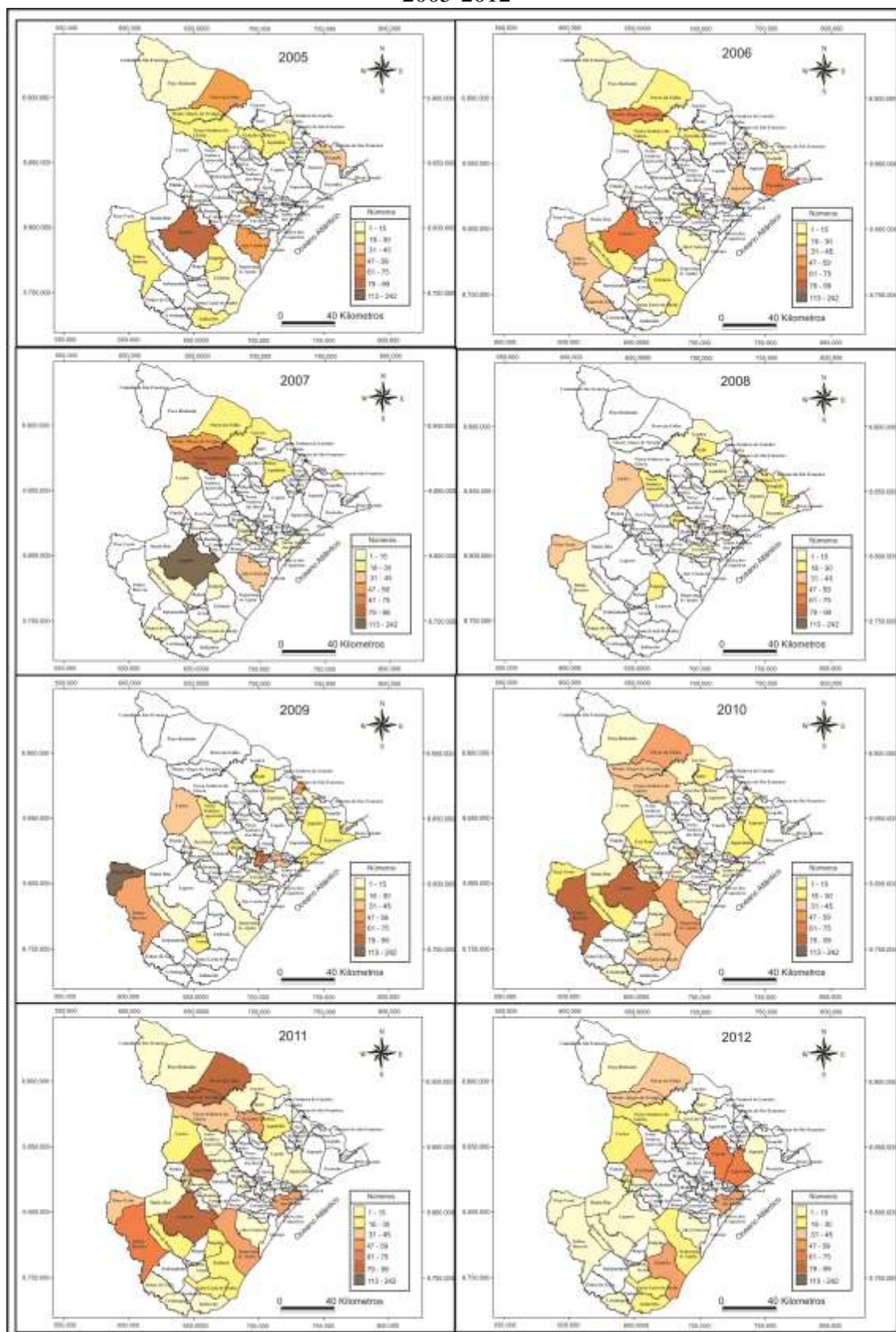
Fonte: BNB, 2005-2012.

Organização: Carvalho, 2014.

A segunda forma de variação, a espacial, é visível na distribuição de contratos por municípios sergipanos, onde estão localizados os assentamentos. Deste modo, ao longo dos oito anos, o Pronaf A apresentou expansão pelo território sergipano, intensificando-se em termos numéricos e mesmo agregando novos municípios, conforme novos assentamentos foram sendo instalados. Disso, observou-se que, no ano de 2005, havia 17 municípios com assentados beneficiados com essa modalidade de crédito. Desses, o município de Lagarto apresentava números de contratos e montantes liberados expressivos, mantendo-se nessa posição até o ano de 2007, em virtude da melhor organização e do entendimento sobre o funcionamento desse recurso entre os assentados (Figura 37). De 2005 a 2007, houve concentração de contratos principalmente na porção sertaneja e centro-sul, com alguns casos na porção nordeste do estado, tendo surgido novos contratos nos municípios de Carira e de Gararu, face a consolidação de novos assentamentos.

Nos anos de 2008 e 2009, houve desconcentração espacial do crédito, agregando-se novos municípios, a exemplo de Arauá, Frei Paulo, General Maynard, Ilha das Flores, Itabi, Itaporanga, Malhada dos Bois, Muribeca e Poço Verde, mesmo esses municípios não sendo constantes. Contudo, a partir de 2010, cerca de 43% dos municípios sergipanos apresentaram contratos do Pronaf A; seguidos do ano de 2011, em que foram demarcados quase 47% dos municípios sergipanos beneficiados com essa modalidade (Figura 37).

**Figura 37 – Sergipe**  
**Número de contratos do Pronaf A**  
**2005-2012**



Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
 Organização: Carvalho, 2014.

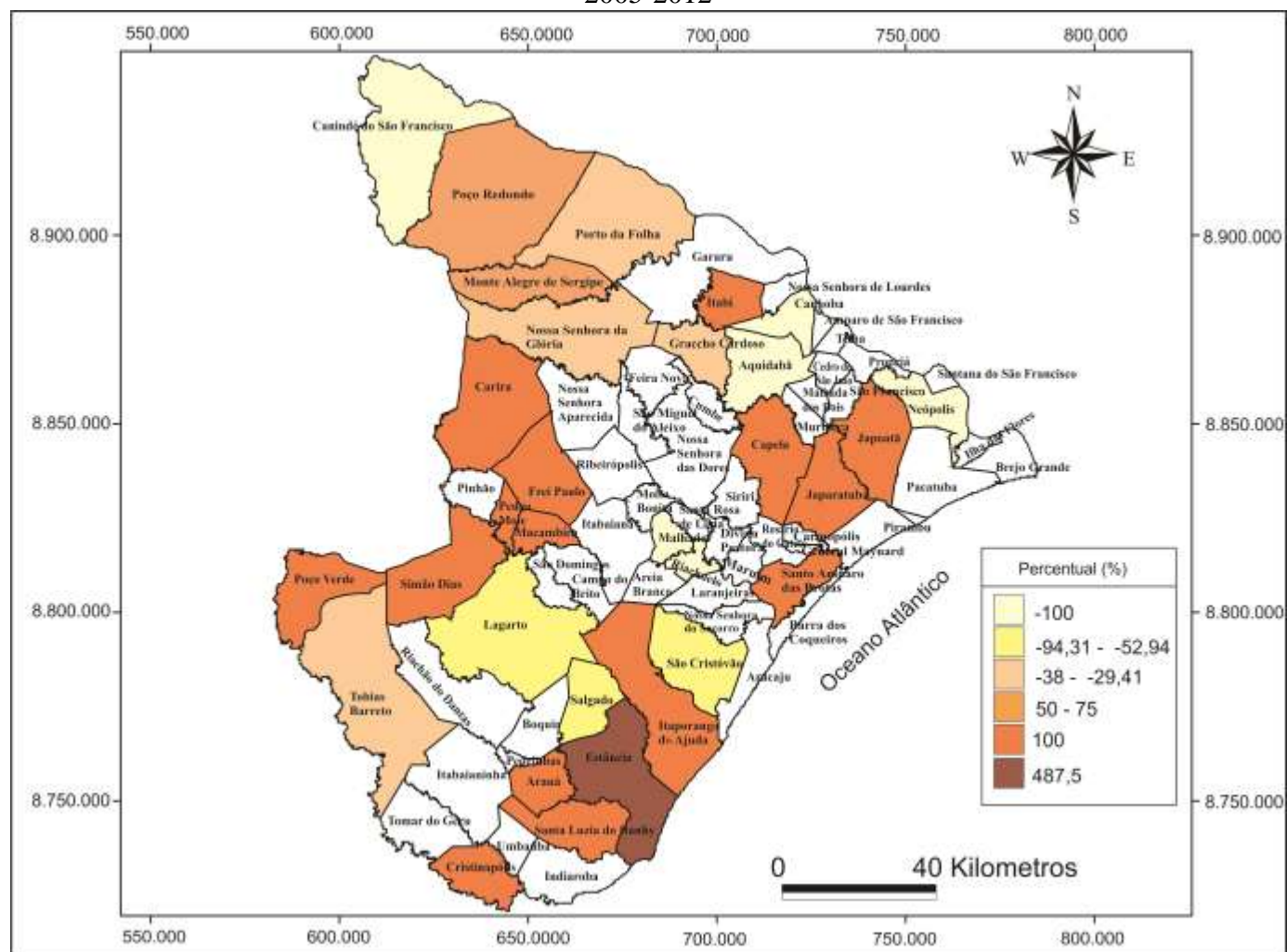
Além da ampliação por municípios, com destaque para a inserção dos municípios de Capela, Feira Nova e Indiaroba, tem-se de demarcar que, nesse momento, houve acréscimo de municípios em que os números de contratos foram superiores a 71, assim como valores acima de R\$1.050.001,00 disponibilizados. Essa evolução contratual demonstra que os assentados tomaram conhecimento do funcionamento desse crédito e passaram a contar com ele, mesmo já sendo beneficiários de outras políticas, com a finalidade de viabilizar sua produção agropecuária.

A variação contratual, entre 2005 e 2012, demonstrou que muitos municípios vêm diminuindo ou deixando de serem beneficiários dessa modalidade do programa. Fato exemplificado nos municípios com variação negativa em 100%, caso de Aquidabã, Canindé do São Francisco, Canhoba e Neópolis. Essas variações negativas estão aliadas a questão da inadimplência e da apreensão de novos agricultores em se tornarem beneficiários dessa modalidade do Pronaf. Apesar disso, teve-se significância o número de novos municípios que aderiram em 100% o programa, como Arauá, Capela, Carira e etc., refletindo a instalação e edificação de infraestrutura de novos assentamentos (Figura 38).

Apesar de os valores financeiros movimentados nesses oito anos não serem numericamente expressivos frente a outras modalidades do Pronaf, a modalidade A tem um fator a mais no sentido de disponibilizar crédito para famílias que estão se estruturando em termos de terra, moradia, trabalho e renda (Figura 39). Esse recurso esteve disperso no estado de Sergipe, conforme localização dos assentamentos e fora responsável pela disponibilização de pouco mais de 42 milhões de reais no intervalo de 8 anos.

No tocante a variação em termos de montante liberado entre 2005 e 2012, poucas são as diferenças se comparados às variações contratuais com diminuição de variação negativa para a maior parte dos municípios que sofreram decréscimo relativo contratual. A maior diferença ficou para Indiaroba, que tinha se mantido constante em termos de contratos e com crescimento de 11% nos valores liberados pelo programa na modalidade A (Figura 40). O município de Estância tivera consonância entre a variação contratual e de valores liberados, ao passo que o município de Porto da Folha apresentará variação contratual negativa, mas variação de montante positivo. Aspectos que elucidam a diminuição contratual e a valorização monetária desse microcrédito junto ao agricultor familiar assentado.

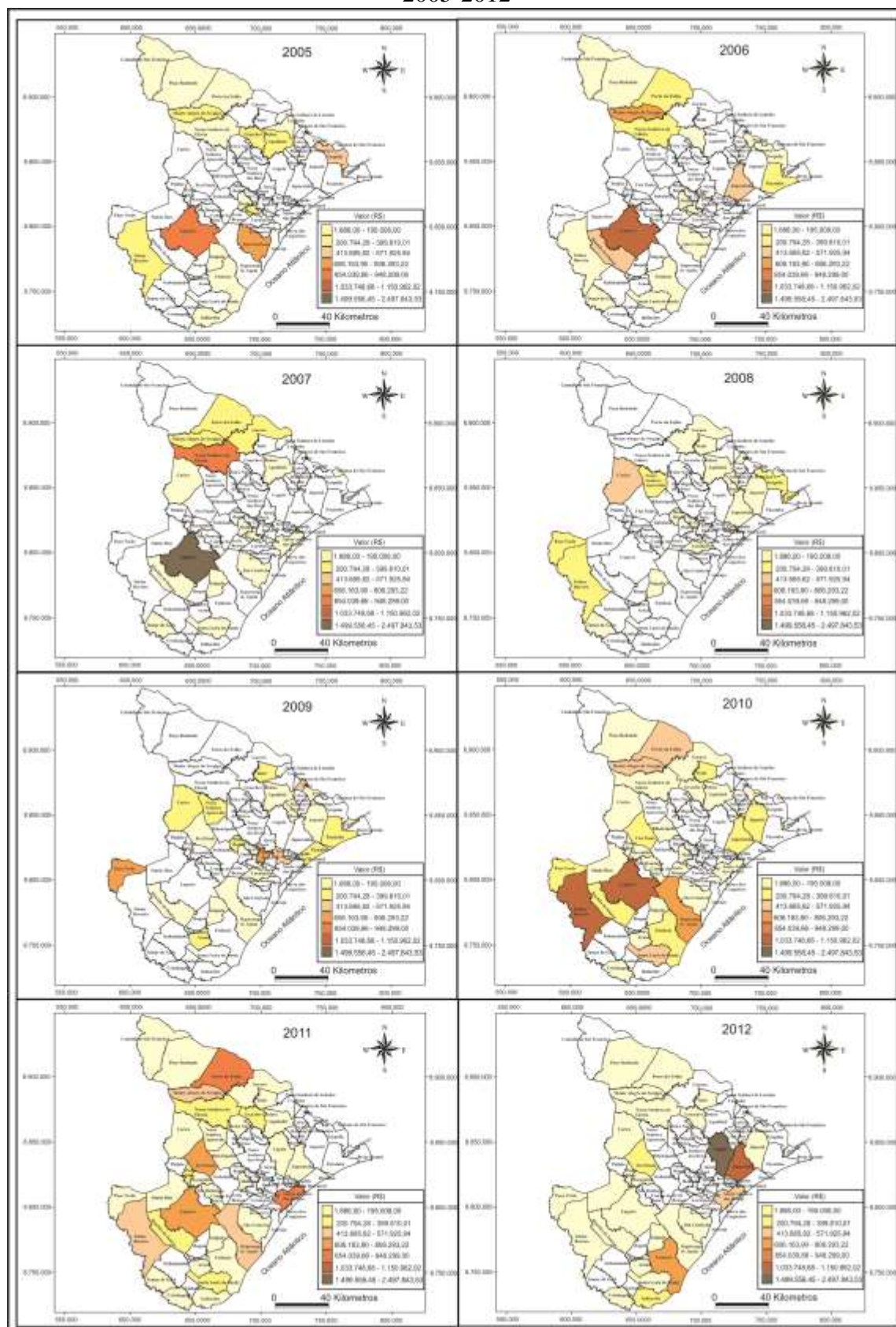
**Figura 38– Sergipe**  
Variação de contratos do Pronaf A  
2005-2012



Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2016.



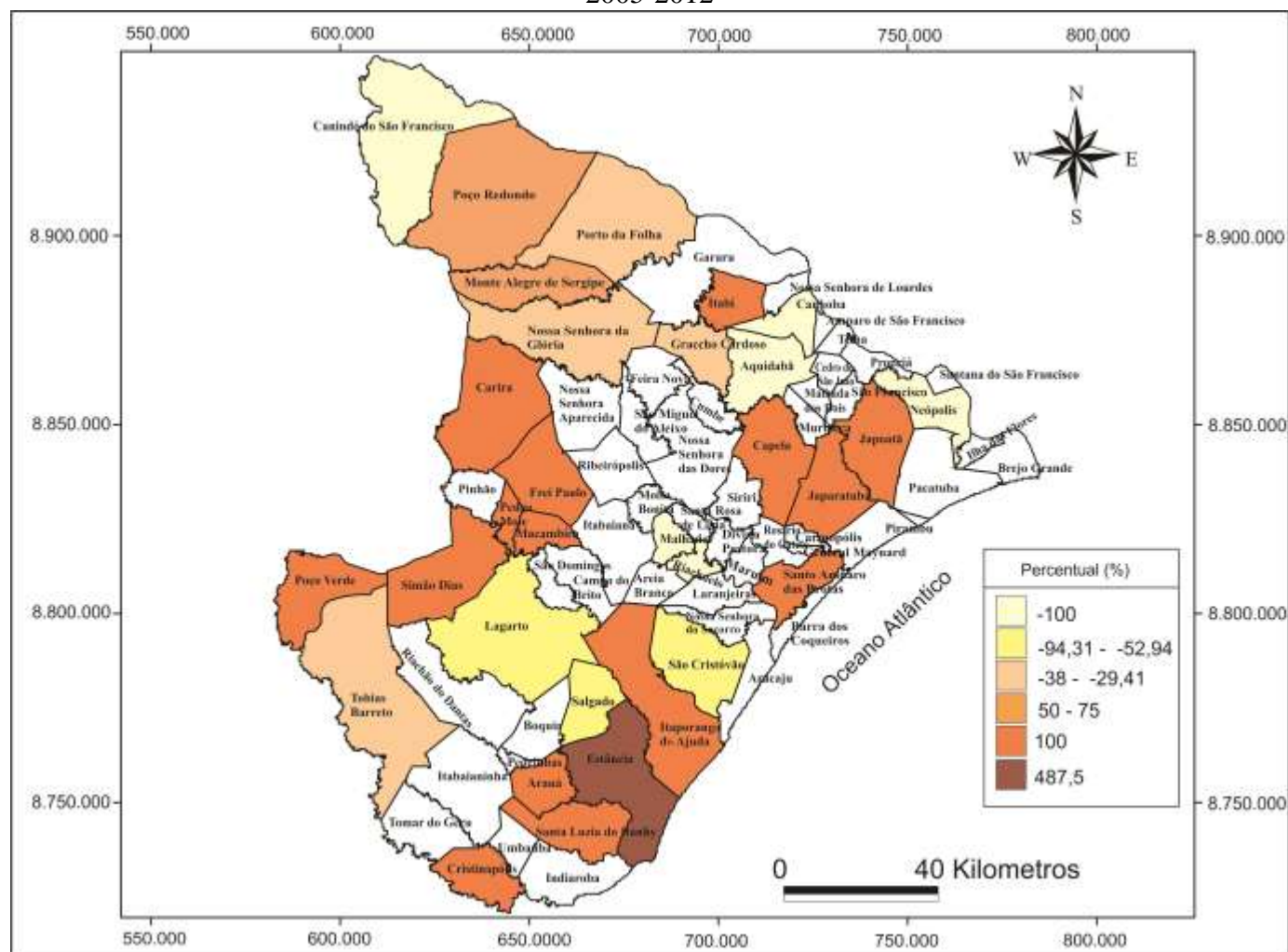
**Figura 39 – Sergipe**  
**Valores Liberados pelo Pronaf A**  
**2005-2012**



Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 40 – Sergipe**  
Variação dos montantes efetivados em contratos do Pronaf A  
2005-2012



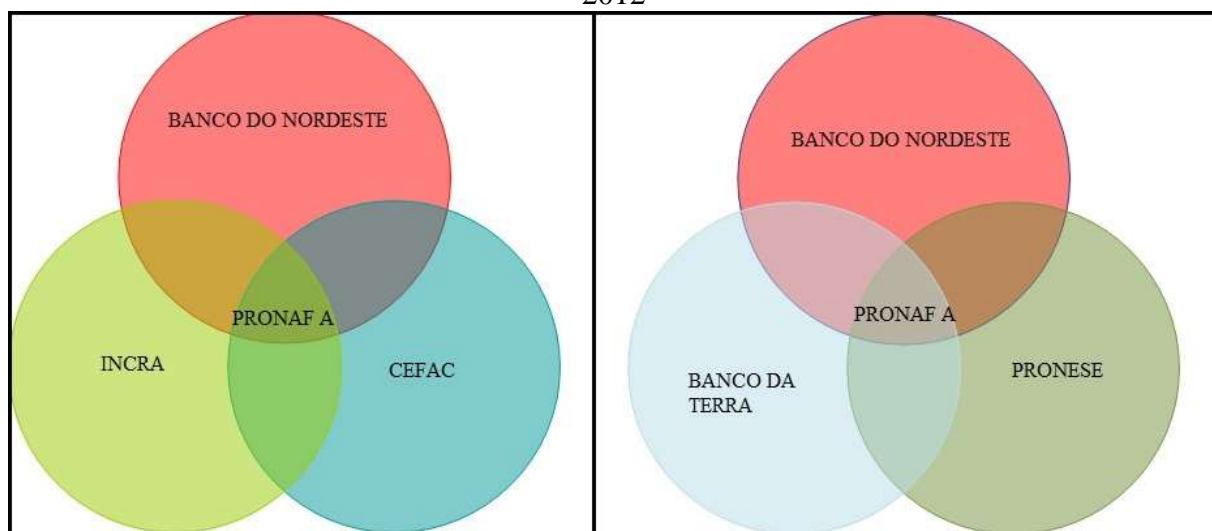
Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2016.



Os recursos liberados com o Pronaf A vem contribuindo decisivamente para a estruturação dos assentamentos, em termos produtivos, e para a movimentação financeira dos municípios onde estão localizados, haja vista a aquisição de produtos de necessidades, de insumos agrícolas e da inserção produtiva de produtos agropecuários. Por consequência, essa modalidade de crédito acaba favorecendo decisivamente a relação campo-cidade, ao se tornar aporte de trocas de mercadorias.

Além disso, o Pronaf A contribui para a geração de trabalho junto às instituições que exercem papel no arranjo, desde a efetivação à aplicabilidade que se relaciona com a “vocalização local”. Nesse sentido, o arranjo institucional do Pronaf A em Sergipe, conforme já analisado, constitui-se, sobretudo, pelo Banco do Nordeste, INCRA e CEFAC, no caso dos assentamentos realizados através do INCRA; e, no caso dos assentados pelo crédito fundiário, participam do arranjo, o Banco da Terra, na disponibilização de recursos para a compra dos lotes, o Banco do Nordeste e o PRONESE (Figura 41). Entidades, que mesmo com estilos de ação diferenciados, participam ativamente no sentido de efetivar o recurso e promover melhorias socioprodutivas nos assentamentos sergipanos.

**Figura 41-** Sergipe  
Arranjo institucional do Pronaf A  
2012



Fonte: BCB – MCR, 2012, BNB, 2011 e Trabalho de Campo.  
Elaboração: CARVALHO, 2014.

O Banco do Nordeste agrega função central na disponibilização desse tipo de recurso junto ao agricultor familiar sergipano. Essa instituição financeira mantém relação de parceria com o PRONESE e com o INCRA, que emitem a DAP, e também com outros entes, que vinculados a essas duas últimas, elaboram projetos e fazem a assistência técnica dos

assentamentos. Segundo essas entidades, os assentados, mediante o recurso do Pronaf A, priorizam a compra de gado leiteiro, principalmente na área sertaneja do estado, adquirem os insumos necessários à pecuária no comércio local e trabalham quase que exclusivamente com a mão-de-obra familiar, sendo difícil a contratação, mesmo que de forma esporádica, de trabalhadores temporários.

Posto isso, os técnicos do CEFAC (2014) também relatam que a aplicação do respectivo recurso ocorre mediante a atuação de sua instituição, contratada para prestar assistência técnica e executar atividades junto ao agricultor, como indicar a aquisição de sementes selecionadas, fomentar a utilização de tecnologias, insumos e insere noções de sustentabilidade. Contudo, essas entidades terceirizadas, incluídas no arranjo institucional do Pronaf A, mostram que há aplicabilidade do recurso em infraestrutura de suporte, como: cerca, silo, aguada, etc. que não geram renda, mas que são de grande valia estratégica para esses agricultores.

Sendo assim, “[...] o gargalo nosso é o retorno desse dinheiro pra criar o fluxo de entrada e saída do recurso do Pronaf” (D. S. de O., 2014). Sabe-se que os pronafianos “A” devem possuir renda anual média de até R\$15 mil reais anuais. Essa média ocorre através das perspectivas montadas por projeção, segunda a qual, “[...] de quinze mil anual, ele gasta em torno de 40%, 50% fica, 10mil, fica os custos, fica em torno de cinco, seis, aí é a metade” (V. A. de B., 2014). Por essa perspectiva, o agricultor, ao aplicar seu dinheiro em atividades projetadas, tem uma possibilidade real de conseguir quitar sua dívida.

Dessa forma, a política de fortalecimento da agricultura familiar, no caso dos assentamentos, mostra-se de fácil alcance aos pequenos agricultores que buscam mais auxílio ao desenvolvimento de sua unidade produtiva. Todavia, o fato de o Pronaf A ser um crédito único, sem direito a renovação, impossibilita, por vezes, esse agricultor pobre de prosseguir no desenvolvimento das atividades familiares. Diante dessa realidade, parece ser necessário se pensar em novas possibilidades antes mesmo de esse agricultor alavancar empréstimos na modalidade A/C, cujos valores limites podem ser de até R\$5.000,00, concedidos em três parcelas, com taxas de juros de 1,5% ao ano. Isso ocorre porque, muitas vezes, o assentado, conseguindo saldar seu primeiro empréstimo, ainda não tem conhecimento suficiente e atividades potenciais para manejar com outras propostas, em que os juros são mais elevados e contrariam a possibilidade de ele se tornar mais um cliente da instituição financeira.

Mesmo com todas as contradições inerentes à política de crédito, o Pronaf A consolida-se como um importante estímulo para a criação de boas expectativas econômicas, ainda que estimulando quase que exclusivamente a pecuária. Sabe-se que essa exclusividade

produtiva pode acarretar danos, sobretudo ao solo e também à renda, em virtude de questões edafoclimáticas impossibilitarem o ciclo alimentar dos animais e acarretarem a dependência por rações. Por conseguinte, essa atividade produtiva tem incrementado outros segmentos econômicos no Sertão Sergipano, a exemplo das pequenas empresas familiares processadoras de laticínios e de queijos. Logo, mesmo na conjuntura de preponderância produtiva e de subordinação a lógica mercadológica, o Pronaf A tem alavancado a produtividade do pequeno agricultor e auxiliado a geração de renda.

#### 4.3 REPERCUSSÃO ESPACIAL E O ARRANJO INSTITUCIONAL DO PRONAF B-AGROAMIGO EM SERGIPE

O Pronaf B foi institucionalizado em 1999, por meio da Resolução nº 2.629 do Conselho Monetário Nacional, quando houve a criação de subgrupos para o Pronaf. Essa modalidade de Pronaf visou apoiar agricultores, cujo trabalho familiar fosse a base de exploração do estabelecimento e com renda bruta anual que não ultrapassasse quinze mil reais, excluídos os proventos da aposentadoria rural, e tal renda fosse oriunda da exploração agrícola e/ou não-agrícola. No Plano Safra 2012/2013, as regras persistiram, mas a renda anual mínima deveria ser de até R\$ 10.000,00, destinado a pequenos agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

Essa modalidade de microcrédito rural, no ano de 2004/2005, através de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) e o Instituto Nordeste Cidadania (INEC)<sup>37</sup>, instituíam e operacionalizavam o Programa Agroamigo, metodologia resultante da criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO – Lei nº 11.110 de 25 abril de 2005) que, por ação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP), visava ampliar o acesso de pequenos microempreendedores rurais ao crédito produtivo. O Agroamigo visa o desenvolvimento da Região Nordeste, de forma desburocratizada, sem exigências de garantias e com uma metodologia própria, definida ao Pronaf B, de crédito orientado, via acompanhamento dirigido por assessores de crédito, para todos os atores que tem o perfil de agricultor familiar.

---

<sup>37</sup> O INEC é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), criada em 1993, a partir da Campanha Nacional de Combate à Fome, da Miséria e pela Vida e iniciativas de funcionários do próprio BNB.

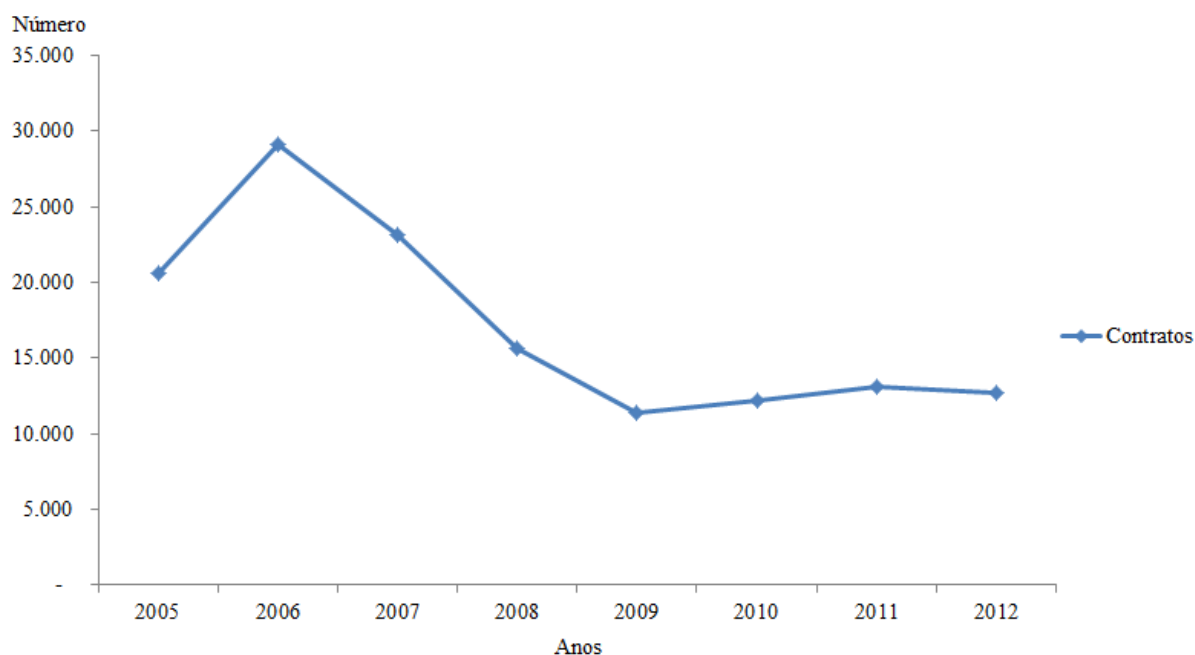
O Agroamigo difere do Pronaf tradicional pela prestação de serviços técnicos que dependem das entidades oficiais de extensão rural; pela facilidade de acesso; pela sustentabilidade do crédito, ao ser recurso retornável e gerador de novos financiamentos, com modelo de gestão – crédito orientado e acompanhado. Deste modo, o programa, via assessores de microcrédito, efetiva-se mediante avaliação das condições do agricultor e de sua unidade produtiva, propondo a melhoria socioeconômica do agricultor familiar nos estados nordestinos e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Além disso, promove a inclusão de agricultores ao sistema financeiro, a partir da abertura de conta corrente simplificada, disponibilização de cartão de débito e educação financeira, aspectos que incitam maior proximidade do agricultor com as agências bancárias e que, mesmo num contexto de pobreza, estimulam o beneficiário do Agroamigo a manter poupança bancária.

Por esse diferencial, observa-se que o Pronaf B vem sendo avaliado e melhorado no aspecto da operacionalização. No estado de Sergipe, o Banco do Nordeste é quem mais operacionaliza essa modalidade de microcrédito, face à metodologia. Todavia, pelos dados disponibilizados pela Superintendência do Banco do Nordeste do Brasil (2005-2012), foi possível observar que o programa, nessa modalidade, diminuiu 38,25%, em termos de contratos. No período de oito anos, entretanto, houve variações: 1- observou-se períodos de acréscimos, como em 2006, que crescera em relação a 2005 na ordem de 40,85%; 2- Do ano de 2007 por diante, houve constantes quedas em relação aos anos de 2005 e 2006, apesar de períodos com aparente crescimento e manutenção, como é o caso de 2010 a 2012 (Figura 42).

O montante liberado na modalidade B, também teve muita variação, mas no tocante aos anos de 2005 a 2012, o crescimento dos valores disponibilizados foi da ordem de quase 50%. A primeira grande variação observada ocorreu entre os anos de 2005 e 2007, quando o crescimento foi da ordem de 51,28%; seguido de período de decréscimo entre 2008 e 2009; e de recuperação e crescimento de 2010 a 2012, quando o crescimento chegou a 40%. (Figura 43).

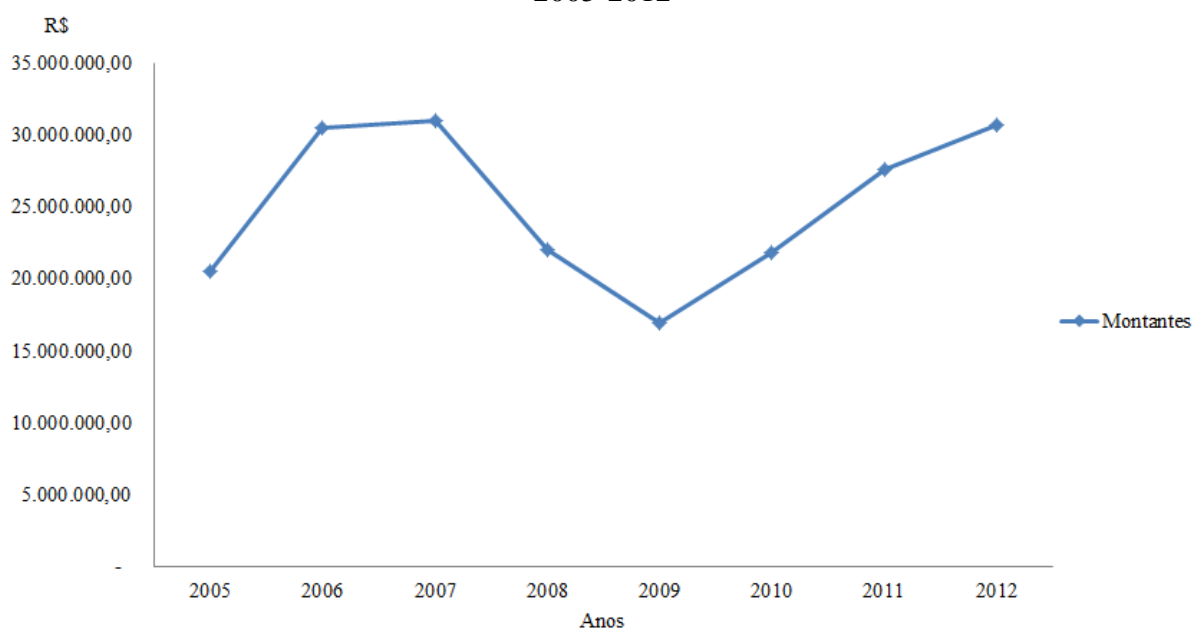
As variações observadas em termos de contratos são explicadas, inicialmente, pela efetivação do Agroamigo e, também, pela força que o Pronaf B ganha, em termos de repercussão regional, ao ser propagado como uma linha de crédito benéfica aos pequenos agricultores desencorajados de enfrentar as tradicionais linhas de crédito oferecidas pelas instituições financeiras. Destarte, a variação negativa de contratos de crédito em oito anos fundamenta-se propriamente no fato das mudanças efetivadas no sentido de operacionalização e de inúmeros agricultores já terem renovado três contratos do crédito e já não mais ser possível acessar a essa modalidade, tendo que migrar para outra modalidade do programa.

**Figura 42- Sergipe**  
Número de contratos do Pronaf B  
2005-2012



Fonte: BNB, 2005-2012.  
Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 43- Sergipe**  
Valores liberados pelo Pronaf B  
2005-2012



Fonte: BNB, 2005-2012.  
Organização: Carvalho, 2014.

Os recursos concedidos pela modalidade B do Pronaf, também variaram, ação decorrida pela renovação dos contratos existentes e mesmo pela ampliação do valor de limite de crédito que, em 2005, era de R\$1 mil reais, com juros de 1% a.a.; e, em 2012, os valores foram de R\$7.500,00, sendo R\$ 2,5 mil por operação, com juro de 0,5% a.a. (MDA, 2005 e 2012). De acordo com a constância nas alterações contratuais do programa, observou-se também o aumento dos valores totais, juntamente ao fato da inserção de novos agricultores beneficiados com essa modalidade. Tais agricultores são atraídos, ainda, pela perspectiva da adimplência, com deságio de 25%, quando do pagamento do crédito no prazo previsto, o que acaba por diminuir o valor a ser pago.

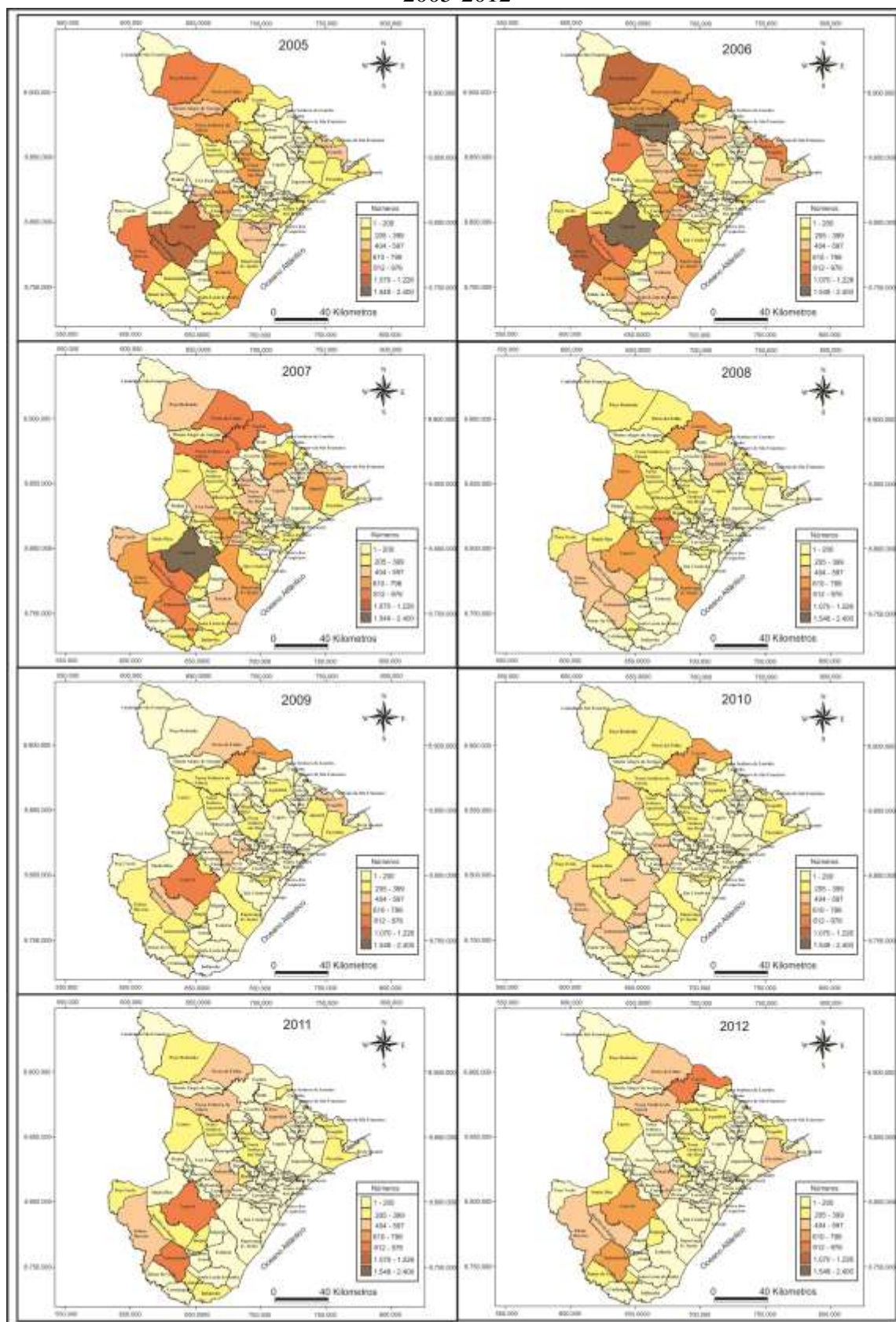
As implicações contratuais e referentes aos recursos liberados por essa modalidade do Pronaf são visualizadas no índice de inadimplência que, segundo o relatório de resultados do Pronaf de 2010 (BNB, 2010), chegara a 25,5%, sendo de menos 2% concernentes à aplicação da metodologia do Agroamigo<sup>38</sup>. O descumprimento contratual, nessa modalidade do programa, define-se, sobretudo, pelas intempéries naturais, que prejudicam o andamento das atividades agropecuárias financiadas, caso observado nos anos de 2011 e 2012, com a grave seca que assolou o Nordeste; pela deficiência ou ausência de assistência técnica; pela falta de conhecimento técnico por parte do próprio agricultor; e, ainda, pela inclusão de beneficiários, que não deveriam ser enquadrados e que agem de má-fé, desviando o crédito de sua função prioritária: a geração de renda.

Apesar de a evolução quantitativa do Pronaf B ter apresentado saldos negativos, verifica-se que tanto contratos quanto recursos foram distribuídos espacialmente no território sergipano, fato verificável na participação dos municípios, entre 2005 e 2008, que evidenciou a não participação contratual de algumas dessas instâncias, e quando todas as divisões administrativas de Sergipe estiveram inseridas no programa, entre 2009 e 2012. Nesse tocante, a concentração do programa definiu-se, principalmente, na porção oeste do estado em todos os anos, devido aos estímulos à agricultura do milho transgênico, que hoje responde por forte comercialização no Nordeste, e à atividade pecuária, principalmente a bovinocultura, com a demanda de carnes e leite. Além disso, ressalta-se o estímulo de se comprar uma vaca e se pagar o contrato com a venda do rebento. Na espacialização dos contratos efetivados por municípios sergipanos é observável, também, o decréscimo numérico nos anos de 2007 a 2009, principalmente em relação aos municípios que tiveram números de contratos superiores a 600 (Figura 44).

---

<sup>38</sup> Gerente executivo do Pronaf – BNB, 2014.

**Figura 44- Sergipe**  
**Número de contratos do Pronaf B**  
**2005-2012**

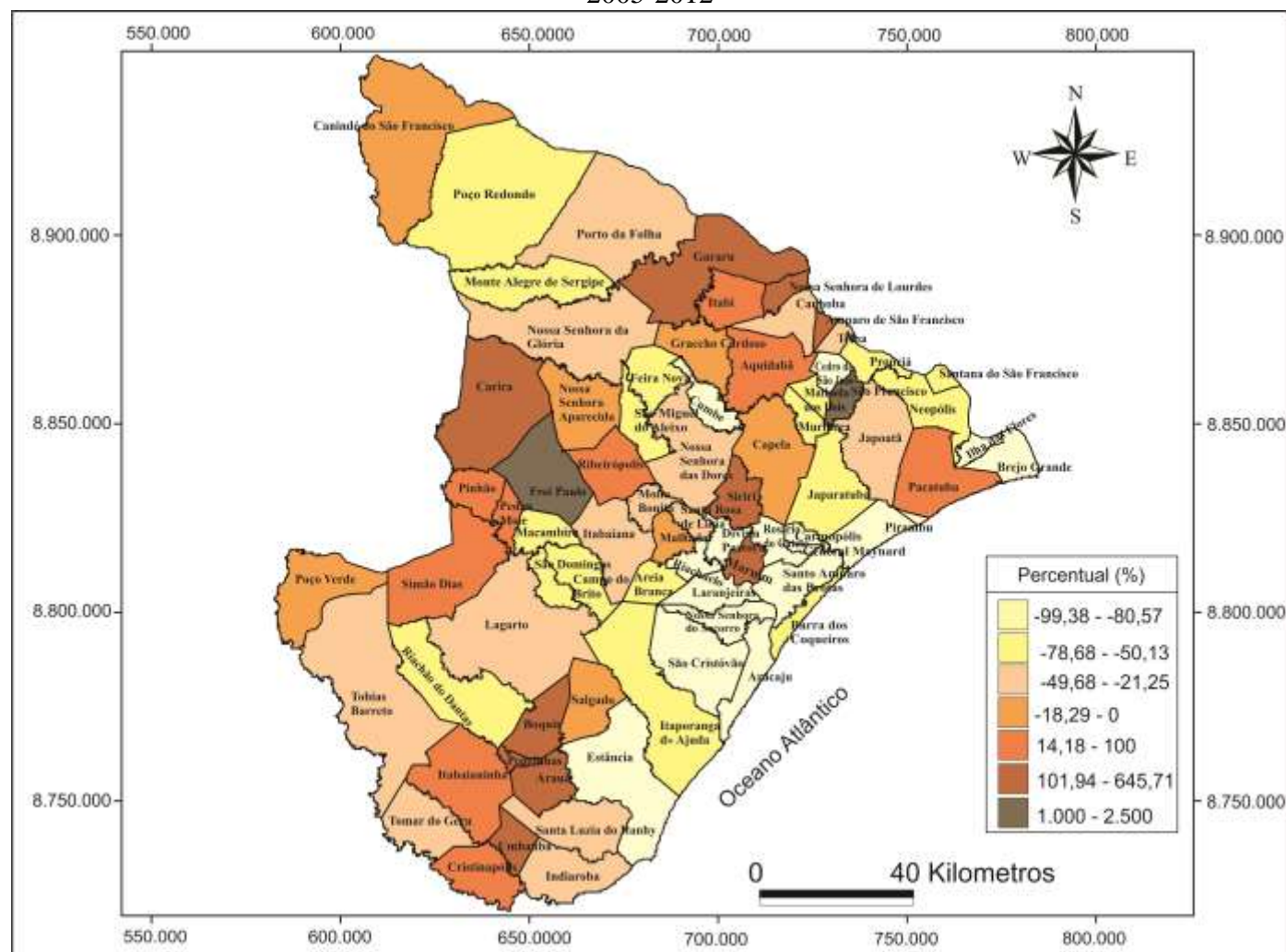


Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
 Organização: Carvalho, 2014.

Em termos de variação contratual por município, de 2005 a 2012, houve uma expressiva queda relativa, caso de General Maynard (-99,38%), Brejo Grande (-96,82%) e Laranjeiras (-95,83%); ao passo que alguns municípios também apresentaram crescimento de até 2.500% na efetivação do programa (Figura 45). O crescimento relativo positivo esteve fixado, sobretudo em municípios que tiveram a agricultura voltada à produção de gêneros demandados pelo mercado, caso da produção de milho e da laranja, e também da pecuária de corte e leiteira, como ocorrera em Carira (168,38%), Gararu (215,24%), Frei Paulo (1000%) e Umbaúba (645,71%). Além desses, os municípios que não tiveram destaque em número absoluto de contratos demonstram que o pequeno agricultor familiar tem acessado o Pronaf B de forma crescente, caso de São Francisco, cujo crescimento fora expresso a partir da efetivação de 1 contrato em 2005 e da evolução a 26 contratos em 2012. Essa intensa diferenciação em termos de variação se justifica pela atividade produtiva, que estimula a busca de novas formas de financiamento da produção; ao tempo que repreende o agricultor com a ideia de ter dívidas junto ao sistema financeiro.



**Figura 45 – Sergipe**  
Variação de contratos do Pronaf B  
2005-2012



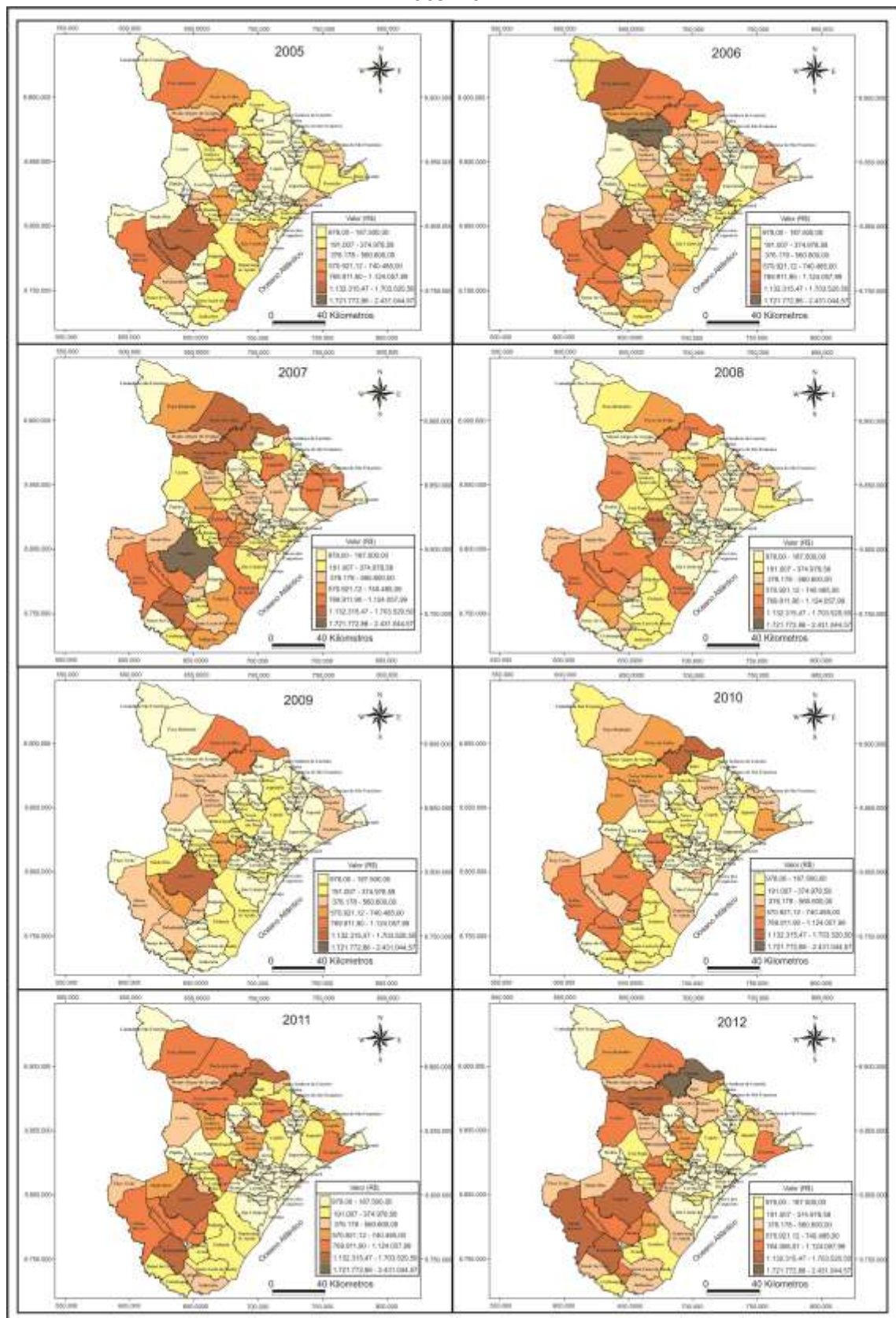
Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2014.

Os aludidos fatos também são expostos para a disponibilização dos recursos do Pronaf por municípios, estando os mesmos concentrados na porção oeste do estado. A espacialização dos recursos, entre 2005 e 2012, demonstra a evolução positiva por municípios, sendo que, em 2005, nenhum município disponibilizou valor superior a um milhão e setecentos mil reais, aspecto modificado nos anos de 2006 e 2007, mas voltando a diminuir, em termos de valores, entre os anos de 2008 a 2010 e voltando a ser significativo também nos anos de 2011 e 2012, quando os recursos disponibilizados chegam a mais de 2 milhões de reais. Por essa assertiva, alguns municípios tiveram forte circulação de recursos do Pronaf B, entre os quais: Itabaianinha e Lagarto, principalmente, mas seguindo, também, o impulso o município de Gararu (Figura 46). A expressividade dos recursos disponibilizados nesses três municípios justifica-se principalmente pelo número de estabelecimentos com as práticas familiares, aliadas à agroindústria (Lagarto) e à atividade pecuarista (Gararu). No caso de Itabaianinha, um fato deve ser destacado: o município tem a população basicamente rural, com considerável número de estabelecimentos familiares (quase 90%), sendo assim, dependente direta e fortemente das atividades agrícolas.

A variação de valores movimentados pelo Pronaf entre 2005 e 2012 se correlaciona ao supracitado, ao tempo que evidencia poucos casos de crescimento negativo, a exemplo do que ocorrerá com General Maynard, com decréscimo de 98,46% e de Brejo Grande, que apresentará decréscimo de 92,46%, ambos seguindo a variação negativa contratual (Figura 47). Nesse contexto, também se observou municípios que apresentaram variação contratual negativa com variação de valores disponibilizados positivos, caso de Areia Branca (-46,24% e 23,47%), Canindé do São Francisco (-18,29% e 102,89%) e de Nossa Senhora Aparecida (-14,60% e 99,94%), entre outros. Além disso, municípios com variação contratual positiva também tiveram valores disponibilizados positivos, a exemplo de Amparo de São Francisco (267% e 810%), de Aruá (315% e 910,44%), de São Francisco (2.500% e 6.495%), entre outros. Estas variações positivas para valores disponibilizados, em relação à variação negativa e positiva de contratos, se justificam no crescimento do valor atribuído a cada contrato efetivado, que em 2012 chegara a R\$7.500,00 e em 2005 era menor que R\$1.000,00 (BNB, 2005 e 2012).

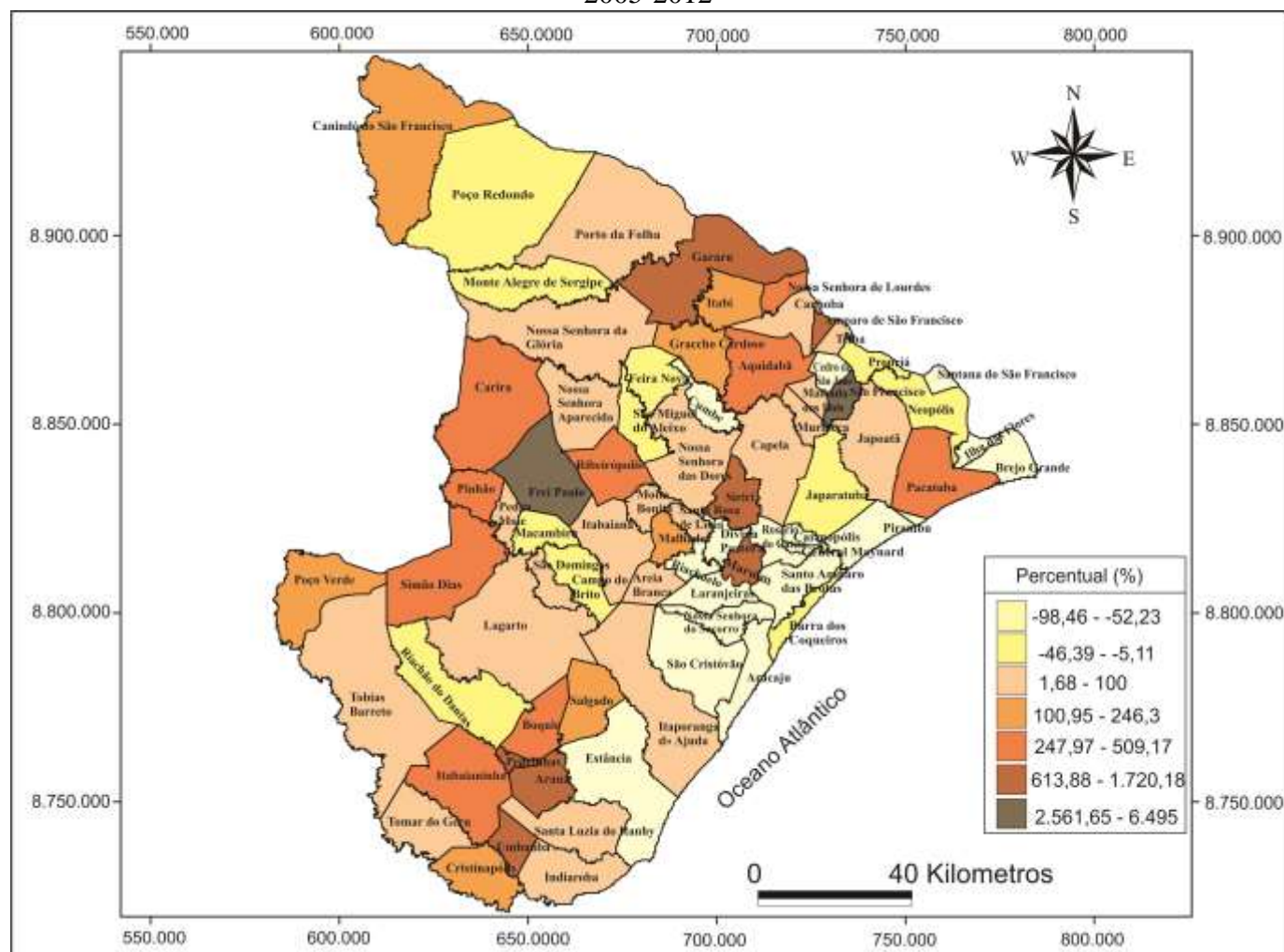
**Figura 46 – Sergipe**  
**Valores Liberados pelo Pronaf B**  
**2005-2012**



Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 47 – Sergipe**  
 Variação nos valores liberados pelo Pronaf B  
 2005-2012

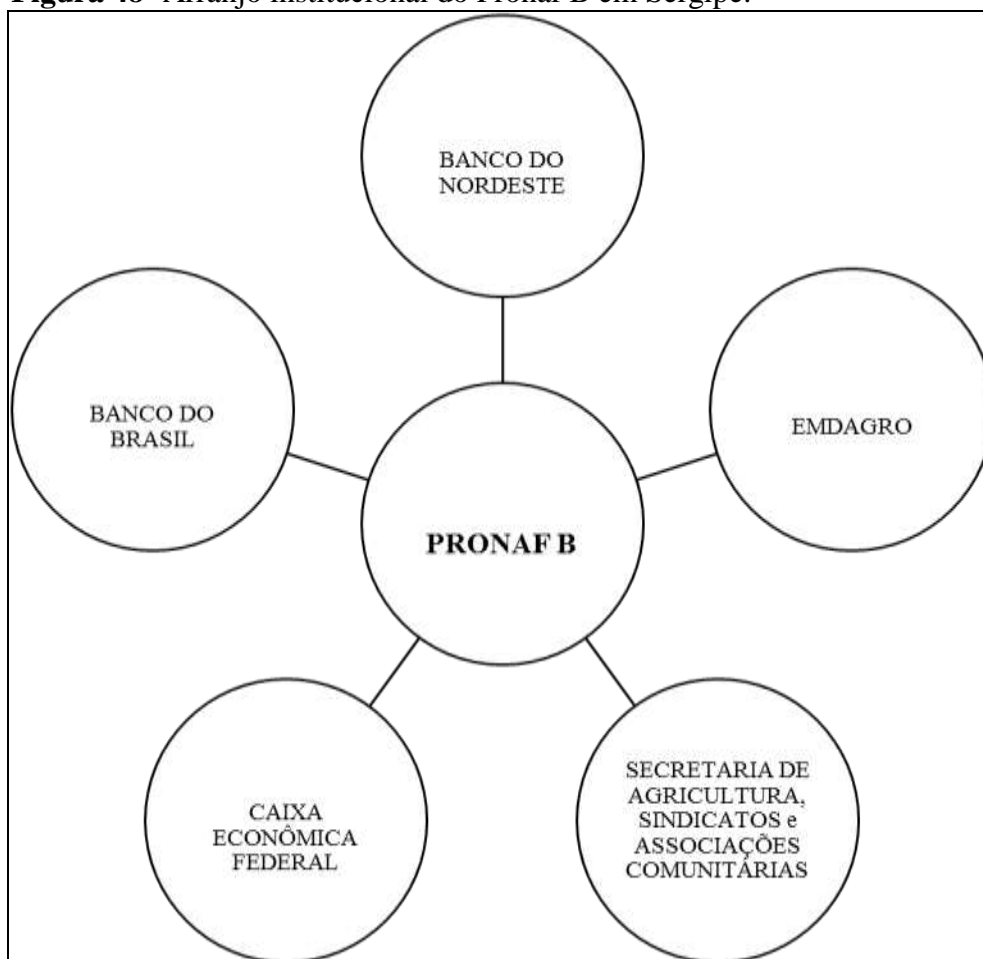


Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2016.

Contudo, a efetivação e disponibilização de créditos nessa modalidade do Pronaf têm necessitado da mediação de entidades institucionais, como a EMDAGRO, as secretarias de agricultura e os sindicatos de trabalhadores rurais, além, é claro, do Banco do Nordeste e de outras entidades bancárias que operam em menor valor, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que atuam na contratação do Pronaf em Sergipe (Figura 48). Essa correlação interinstitucional contribuiu para a definição do programa, propiciando “[...] a aproximação entre os objetivos da oferta do crédito, sua intenção, com as reais necessidades demandadas pelos agricultores familiares” (SILVA, 2007, p.22).

**Figura 48-** Arranjo institucional do Pronaf B em Sergipe.



Fonte: BCB – MCR, 2012, BNB, 2011 e Trabalho de Campo.  
Elaboração: CARVALHO, 2014.

O Banco do Nordeste, por sua atuação na efetivação de contratos do Pronaf, foi a entidade analisada em Sergipe. Essa instituição financeira possui 18 agências em funcionamento, com cerca de 425 colaboradores, com mais de 157 mil operações do programa e R\$1,6 bilhão em ativos (Dados do BNB, 2011). O mesmo realiza um trabalho à



parte com essa modalidade do Pronaf – Agroamigo, atendendo agricultores possuidores de até três hectares.

O referido programa, através do Agroamigo, mostra-se mais flexível frente a questões burocráticas, sendo definida as seguintes etapas para a efetivação desse crédito: 1- apresentação da DAP: o agricultor deve portar a DAP, para fazer o cadastro junto ao banco; 2- visita técnica à propriedade do agricultor, a fim de elaborar o projeto; 3- assinatura do contrato: o agricultor retorna a agência para assinar o contrato e em seguida o recurso é liberado. Nos municípios onde não existem agências locais do Banco do Nordeste, a entidade encaminha assessores de microcrédito, a fim de agilizar todo o procedimento, fato observado em Itabaianinha, onde esses assessores atuam em parceria com outras entidades.

O Gerente Executivo do Pronaf em Sergipe (2014) informou que a maior parte dos contratos realizados na modalidade B, em Sergipe, nos últimos anos, tem sido destinada à bovinocultura. Porém, também já se percebe recursos destinados às atividades não-agrícolas, principalmente para mulheres, quando o contrato é direcionado ao desenvolvimento de atividades complementares à renda agropecuária, como é o caso do financiamento de máquinas de costura. Logo, o propósito do programa finca-se na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida dos agricultores beneficiados, conforme expõe Rovaris (2012, p. 75),

O microcrédito produtivo rural foi concedido como uma ferramenta para enfrentamento e para redução da pobreza no campo. Dessa forma, qualquer agricultor com baixa renda e com condições de pagar as dívidas contraídas, deve ter acesso a esse financiamento, podendo direcionar para quais atividades devem ser aplicados os recursos – relacionados à produção agrícola e não-agrícola – desde que possam resultar em aumento na renda, e por consequência, na melhoria da qualidade de vida da família.

Seguindo a atuação das instituições parceiras no processo de efetivação do Pronaf B, a EMDAGRO atende considerável número de famílias agricultoras enquadradas nessa modalidade em Sergipe. A respectiva entidade atua emitindo a DAP, elaborando os projetos e assistindo os agricultores. A empresa, e suas subseções representadas pela figura dos técnicos, informou não haver dificuldade de acesso a essa modalidade do programa, desde que o agricultor adéque-se às normas e seja maior de idade; haja acesso facilitado às agências; e exista o recurso na agência, a qual se confia o cadastro. Ademais, a entidade pontua como problema referente a essa modalidade a demora na liberação do recurso e a falta de

correspondência com a demanda que, muitas vezes, refletem a escassez financeira do programa.

Apesar disso, baseados no seu trabalho diário junto ao agricultor familiar, os técnicos da EMDAGRO afirmaram que a modalidade B tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento das unidades produtivas e também, fazendo circular “riqueza” nas sedes municipais e tornando o agricultor mais independente e confiante em sua situação. O programa repercute na ampliação da renda familiar que, atualmente, gira em torno de 1,5 a 2 salários mínimos. Além disso, observa-se a organização de agricultores buscando conquistar novos mercados, através de associações e de cooperativas.

Na mesma linha, observar-se a atuação dos sindicatos, as associações e as secretarias de agriculturas municipais, que atuam no sentido de disponibilizar informações e, por vezes, de auxiliar na prestação da assistência técnica. Essas entidades são unânimes em dizer que o Pronaf B tem contribuído para o desenvolvimento do espaço rural, haja vista potencializar a definição de novas atividades econômicas, além da própria agricultura, e de fazer circular dinheiro nos mercados locais, aspecto que toma um alcance bem superior ao imaginado, pois correlaciona comercialmente outros municípios circunvizinhos, mesmo que sua economia seja basicamente agrícola.

Todas essas entidades, entretanto, reclamam da falta de funcionários para trabalhar corretamente as políticas institucionalizadas, tal qual o Pronaf, tido como o mais importante programa das últimas décadas voltado ao campo, na medida em que contribui para a dinamização produtiva e geração de renda na agropecuária brasileira. Outro fato muito abordado foi a falta de agências bancárias em escala municipal que atuam diretamente com o programa e não possuem limites de recursos. A atuação de representantes do banco na comunidade, muitas vezes, torna-se duvidosa, mesmo com a integração de entidades auxiliares, pois há sempre a imposição do medo em entregar documentos a quem não é devido, podendo não ver o crédito e ter problemas de crédito

Por consequência, evidencia-se que o agricultor familiar preocupa-se com a legalidade dos fatos e em se manter distante de implicações, principalmente em aspectos que venham a manchar sua reputação nominal, e de fraudes que possam impedir-lhe de crescer em sua atividade produtiva. Por isso, os baixos índices de aplicação incorreta do crédito em atividades não demarcadas nos contratos assinalados nas agências bancárias, fato evidenciado, também, na diminuição da inadimplência, principalmente em relação a aplicação da metodologia do Agroamigo, assistido por técnicos agrícolas, e no aumento dos lucros nas atividades desenvolvidas.

#### 4.4 PRONAF COMUM: CRESCIMENTO E CORRELAÇÃO COM AGENTES INSTITUCIONAIS

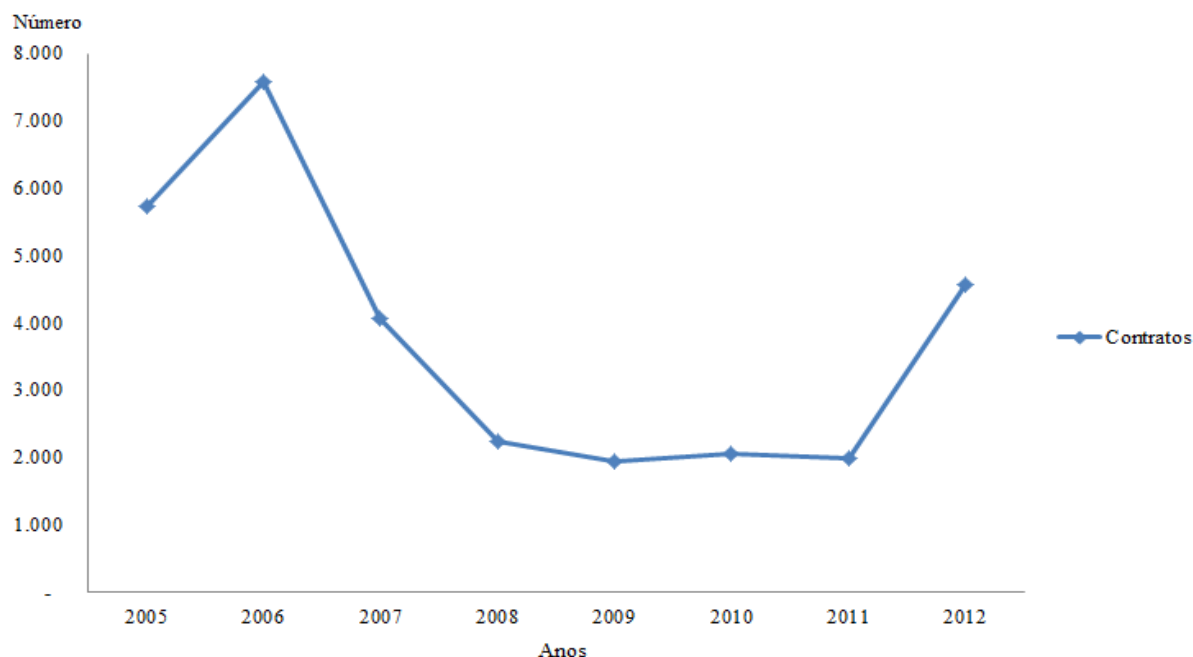
O Pronaf Comum volta-se ao financiamento de infraestruturas de produção e serviços agrícolas e não-agrícolas, assim como de custeio nos estabelecimentos da agricultura familiar. Destarte, essa modalidade destina-se a agricultores, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, quilombolas e indígenas que disponham de até 4 módulos fiscais e obtenham no mínimo 70% da renda familiar no estabelecimento, isto é, possuam renda bruta familiar anual acima de 10 mil até 130 mil reais.

A respectiva modalidade do Pronaf remete a mudanças político-institucionais impostas a partir de 2007, quando houve a exclusão de outras modalidades sistematizadas em ordem alfabéticas, solicitadas pelo então presidente Inácio Lula da Silva: “[...] Lima Neto, eu não quero mais essa desgraceira de 80 letras para emprestar dinheiro para o Pronaf: é Pronaf A, Pronaf B, Pronaf C, Pronaf D, Pronaf E, o cidadão tem que ser alfabetizado para poder pegar o dinheiro, porque é tanta letra. [...]” (SILVA, 2007). A fim de simplificar, a Resolução nº 3.559, de 23 de março de 2008, do Conselho Monetário Nacional, disponibilizou diferentes faixas de valores de financiamento (custeio e investimento) com diferentes taxas de juros, que acabou sendo denominada no Plano Safra (2008/2009) de Pronaf Comum. Essa denominação passa a ser sinônimo de Pronaf Custeio (com três faixas de valores, que vai de R\$10.000,00 a R\$80.000,00) e Pronaf Investimento (ou mais alimento, que vai de R\$10.000,00 a R\$130.000,00).

A modalidade Comum do Pronaf está presente em quase todos os municípios sergipanos, principalmente na porção noroeste do estado, onde a incidência de atividades ligadas à agroindústria, como é o caso da produção de milho, pimenta e leite, têm sido intensificada. Destarte, o volume de contratos têm caído nessa modalidade de 2005 a 2012, segundo dados do Banco do Nordeste, em cerca de 20%, apesar de variações ano após ano (Figura 49). Esse decréscimo total pode ser justificado pelas mudanças impostas em 2007; pelas taxas de juros, mesmo baixas; e pelo receio dos agricultores em se endividarem, caso as atividades financiadas não sejam favorecidas pelas condições naturais e comerciais.



**Figura 49-** Sergipe  
Número de contratos do Pronaf comum  
2005-2012



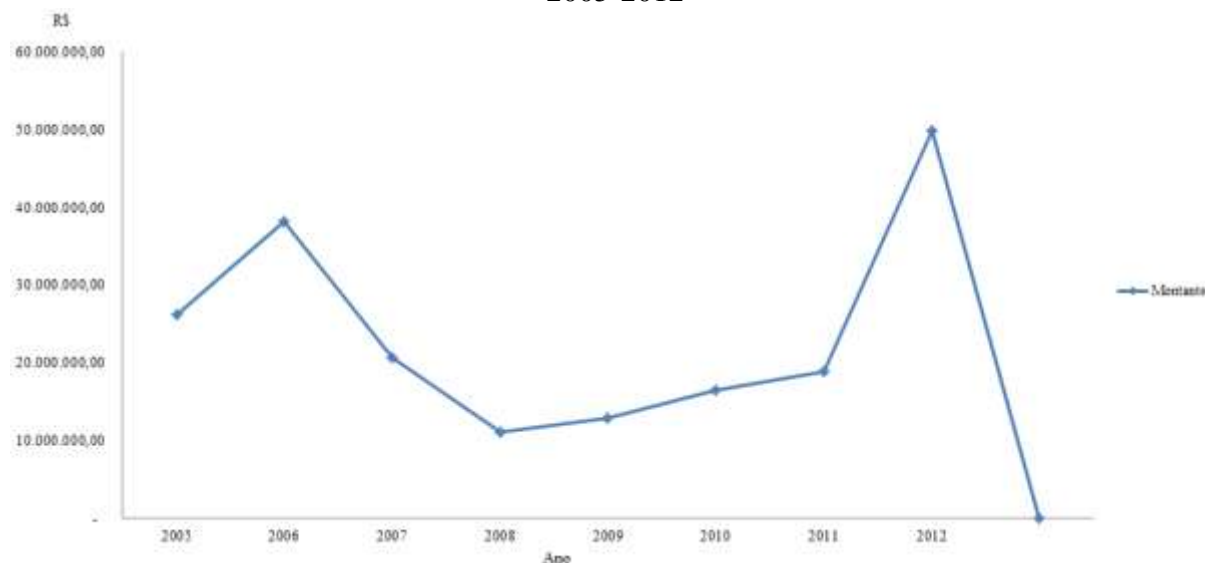
Fonte: BNB, 2005-2012.

Organização: Carvalho, 2014.

Apesar do decréscimo no número de contratos, os valores disponibilizados em termos de recursos, de 2005 a 2012 foram ampliados em mais de 90%, reflexo da demanda produtiva por insumos e infraestrutura adequada, produção e armazenamento, sobretudo. Mas também reflexo da ampliação de valores monetários ano após ano, nos planos safras. Nesse interregno, observa-se variação positiva nos valores disponibilizados de 2005 a 2006, em cerca de 46%, queda entre os anos de 2007 a 2008, em 46,29%, com correções progressivas de 2008 a 2011 e tendo ampliação expressiva no ano de 2012, em relação a 2011, quando o crescimento foi de 165,4% (Figura 50). A variação é reflexo das ações governamentais no sentido de controle e amortização do setor agrícola, principalmente da atuação da agroindústria processadora que gera divisas para o país.

Decorrente disso, observa-se que o Pronaf Comum, além de servir de apoio financeiro na produção agrícola e não-agrícola, tem sido um estímulo ao desenvolvimento de infraestruturas que subsidiam a atividade. Essa condição tem sido um alicerce importante na inserção dos agricultores familiares às lógicas de mercado, ao produzirem o que é demandado, sem claro, esquecer de suas necessidades de subsistência e estimulando novas atividades geradoras de renda no campo.

**Figura 50- Sergipe**  
Valores liberados pelo Pronaf Comum  
2005-2012

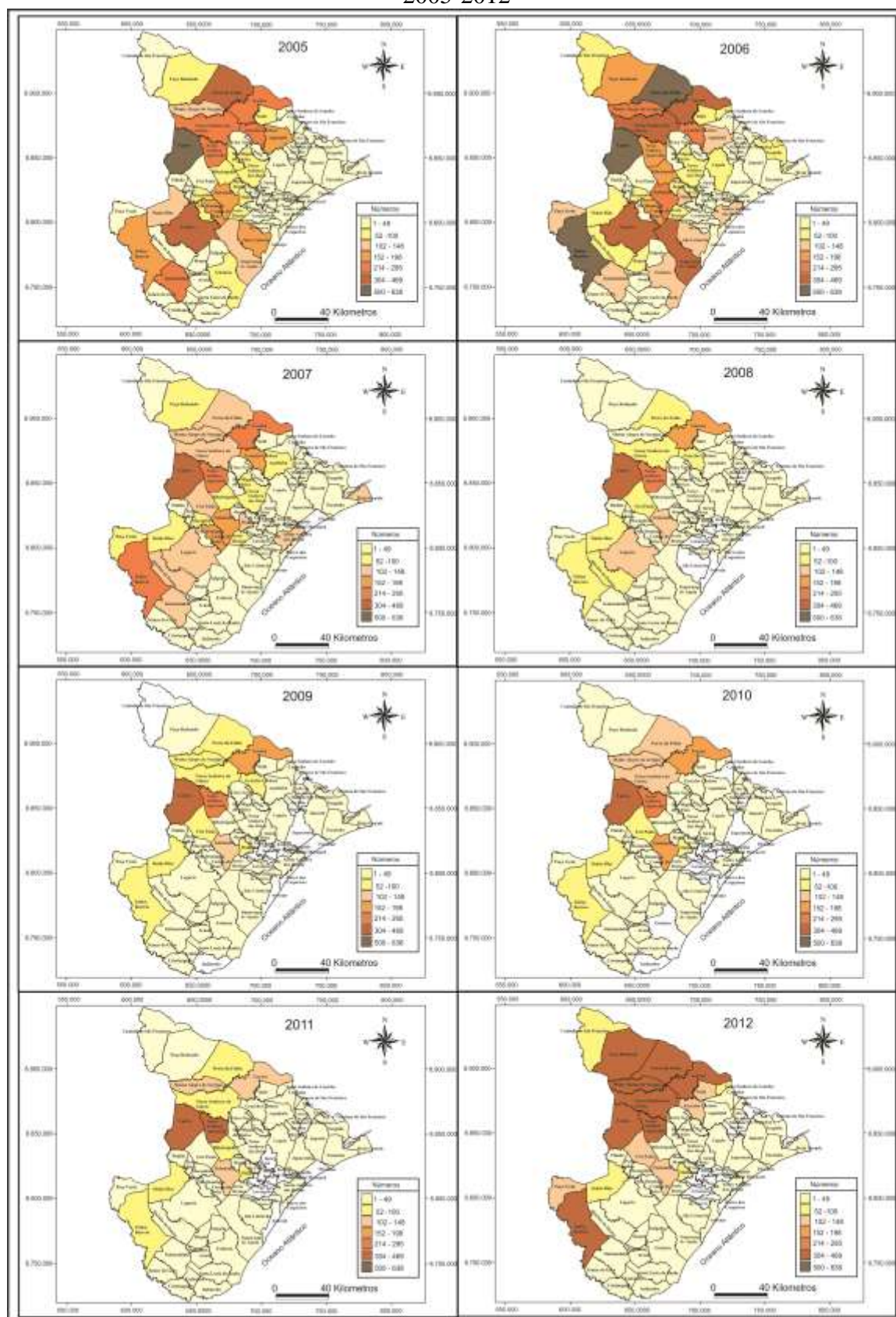


Fonte: BNB, 2005-2012.

Organização: Carvalho, 2014.

Em Sergipe, o impulso maior a essa modalidade foi registrado em 2005 e 2006, quando houve concentração de contratos acima de 400, com movimentação de valor superior a R\$4 milhões de reais (Figura 51 e 52). Do ano de 2007 a 2011, os números de contratos e de recursos liberados por municípios apresentaram pouca expressividade, tendo como margens máximas 400 contratos e valores de, no máximo, 3 milhões e duzentos mil reais. As máximas estiveram presentes em municípios como Carira e Nossa Senhora Aparecida, integrados à produção do milho e justificados pelo arrendamento de terras e pela compra ou aluguel de máquinas para cuidados com o solo, colheitas, armazenagem e transporte da produção. No ano de 2012, observou-se que quase todos os municípios da porção noroeste do estado têm intensificado o número de contratos e de recursos, ação que está aliada à diminuição de instâncias burocráticas de acesso, à ampliação de assistência técnica, assim como a estímulos manifestados por empresas interessadas na compra da produção, as quais acabam por intensificar o interesse dos agricultores em desenvolverem suas unidades e seus empreendimentos agropecuários, dando-lhe um caráter de empresários rurais.

**Figura 51- Sergipe**  
Número de contratos do Pronaf Comum  
2005-2012

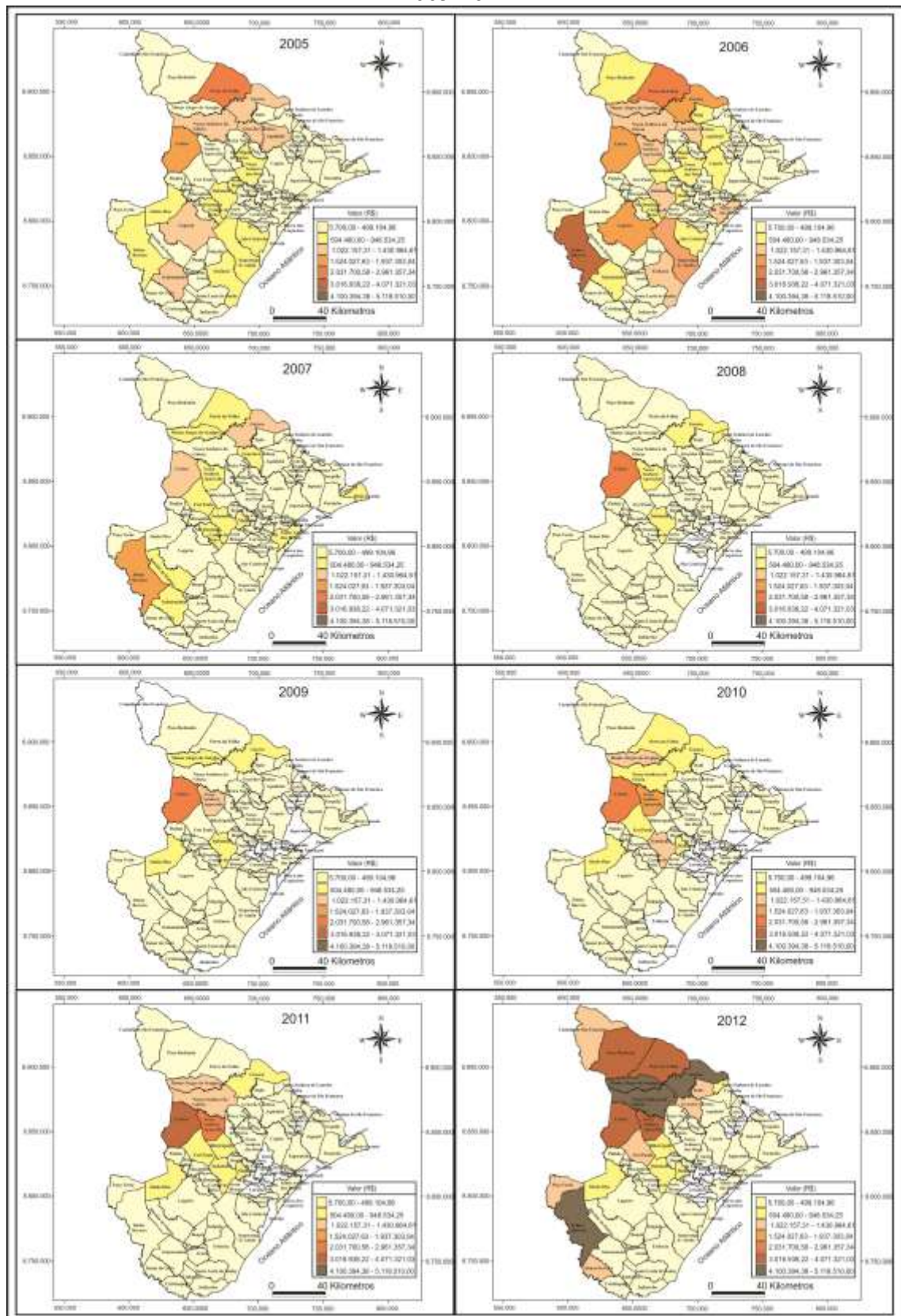


Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.



Organização: Carvalho, 2014.

**Figura 52- Sergipe**  
Valores Liberados pelo Pronaf Comum  
2005-2012



Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

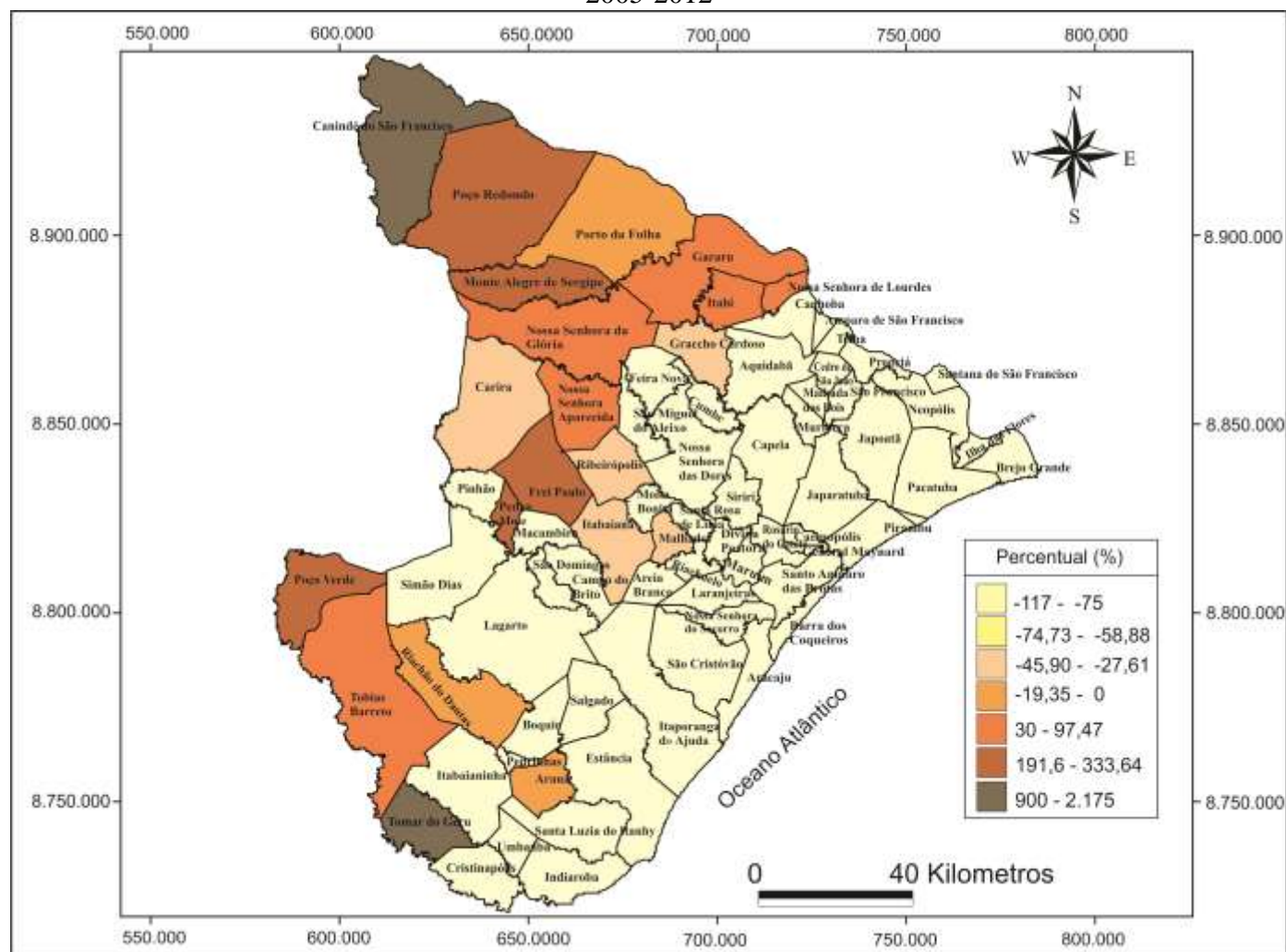
Organização: Carvalho, 2014.

A variação contratual dessa modalidade do Pronaf, entre 2005 e 2012, mostra forte decréscimo que supera o 100% negativos, caso ocorrido no município de São Cristóvão, em que a efetivação contratual diminuíra em 117,96%, decorrente da incapacidade de acesso, haja vista o agricultor não se adequar as normas e, mesmo pela sua apreensão em se inserir nessa modalidade que exige garantias para efetivação (Figura 53). Os municípios que tiveram variação positiva, caso de Canindé do São Francisco (2.175%) e de Tomar do Geru (900%) se justificam no conhecimento adquirido pelo agricultor e também na vontade destes de alavancar sua produção com destinação comercial.

Em relação a recursos liberados pelo Pronaf Comum, de 2005 a 2012, observa-se forte variação positiva, sobretudo na porção oeste do Estado, onde se disseminam atividades vinculadas às demandas do mercado e a intensificação do micro empreendedorismo rural (Figura 54). Essa variação foi intensa, acima de tudo nos municípios de Canindé do São Francisco (17,964%), Pedra Mole (1.644%), Tomar do Geru (1.351%) e Monte Alegre (1.182,09%). A variação positiva em termos de recursos liberados esteve quase sempre aliada à variação contratual positiva, o que demonstra apesar dos decréscimos em algum município, o acesso de pequenos agricultores a essa política com caráter micro empreendedor.

Além disso, o Pronaf Comum tem agregado satisfação. Aspecto que se justifica nos índices de pagamento, nos custos baixos para a operacionalização e na baixa inadimplência. Em 2010, o índice de inadimplência foi de 3,1%, cujas pendências somavam cerca de R\$8.700,00, mas com saldo líquido de R\$245.531,00 (BNB, 2010). Esse dado demonstra que o agricultor familiar enquadrado na modalidade Comum age já como um empreendedor rural e, por isso, tenta cumprir suas obrigações com a aplicação do recurso naquilo que foi projetado e com a venda da produção voltada para o pagamento ao empréstimo, evitando a perda das facilidades de crédito existentes, em que as taxas de juros oscilam bem abaixo dos valores do mercado.

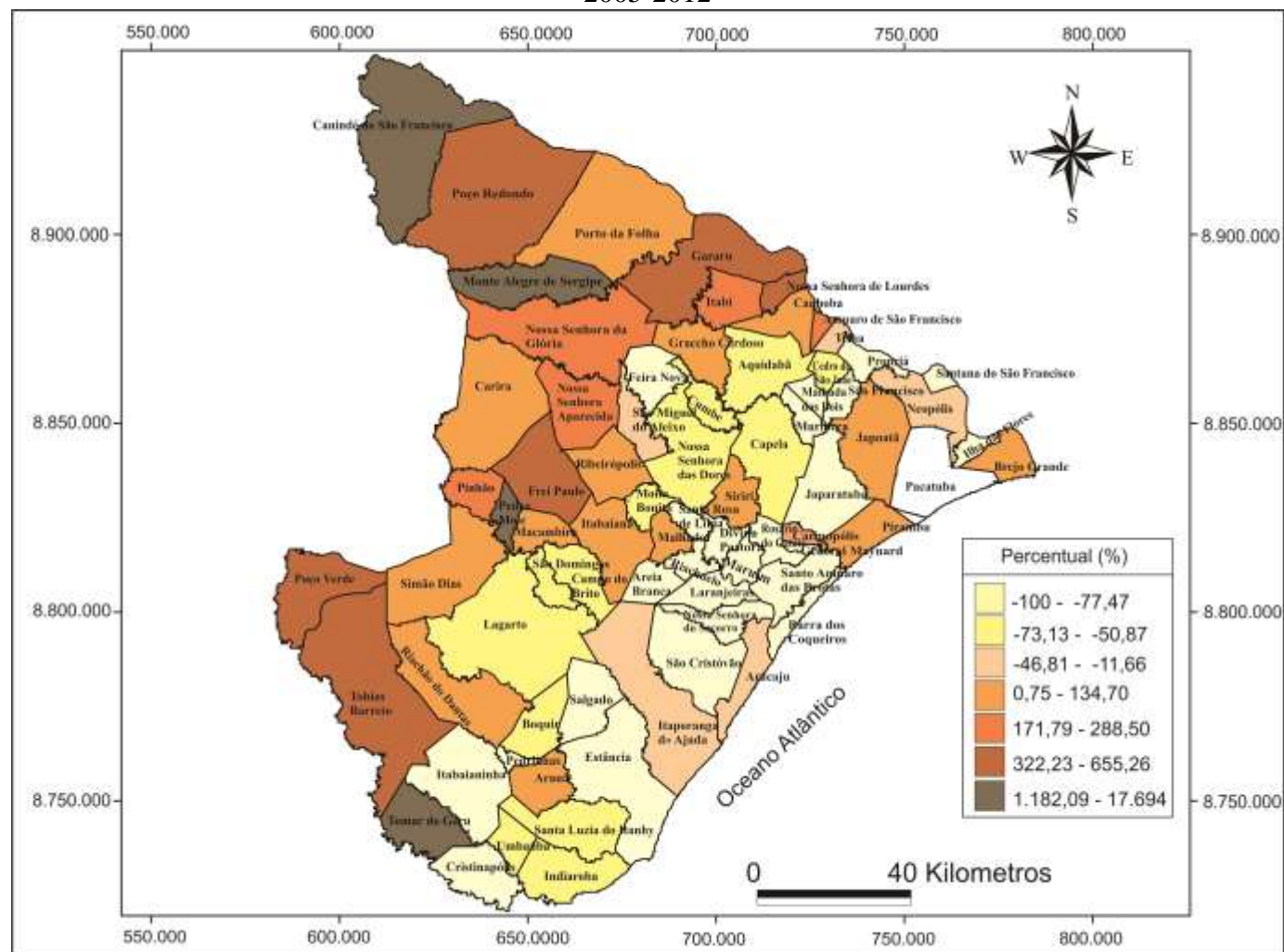
**Figura 53 – Sergipe**  
Variação de contratos do Pronaf Comum  
2005-2012



Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2014.

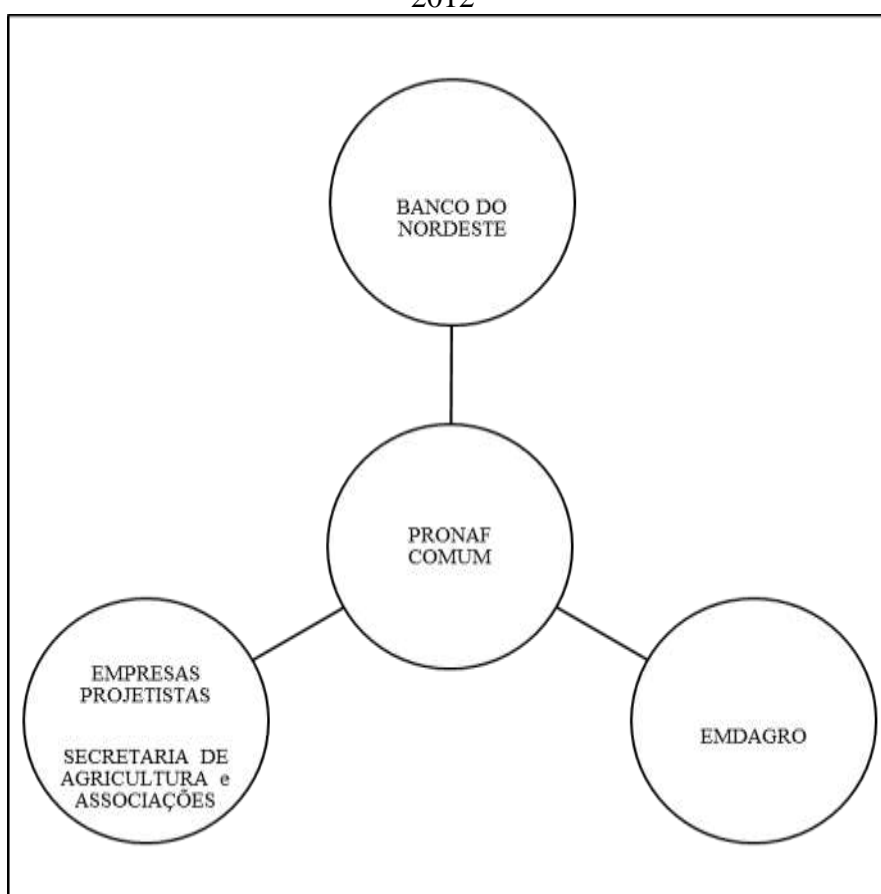
**Figura 54 – Sergipe**  
Variação nos valores liberados pelo Pronaf Comum  
2005-2012



Fonte: Dados BNB, 2005-2012 e Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2014.

A modalidade Pronaf Comum tem sido gerida em Sergipe, sobretudo pela EMDAGRO, que emite a DAP, elabora os projetos e presta assistência técnica. As demais entidades, entre as quais Secretaria de Agricultura e Sindicatos de trabalhadores rurais atuam na divulgação do programa, pois esse agricultor já possui um grau de integração produtiva e comercial que não depende mais de ações in lócus. Esse agricultor, normalmente, age sozinho, empreendendo e buscando a informação requerida no próprio banco, ou junto às entidades parceiras, definidas para o desenlace das etapas estabelecidas para efetivação do crédito (Figura 55).

**Figura 55-** Sergipe  
Arranjo institucional do Pronaf comum  
2012



Fonte: BCB – MCR, 2012, BNB, 2011 e Trabalho de Campo.  
Elaboração: CARVALHO, 2014.

O Banco do Nordeste, em relação ao Pronaf Comum, também opera em parceria com a EMDAGRO, mas ainda com empresas privadas que realizam projetos. O Gerente de Negócios do Pronaf diz já ser visível uma mudança de classe entre os pronafianos, principalmente daqueles pequenos agricultores familiares que migram da modalidade B para a modalidade Comum, estimulada no espaço rural sergipano, principalmente pelo mercado do



milho. Esse aspecto evidencia o caráter desenvolvimentista que adquire o Pronaf, ao determinar fluidez mercadológica e estimular o mercado local e regional, pois o agricultor, ao pegar o dinheiro do Pronaf Comum<sup>39</sup>,

vai logo comprar os insumos dele, na colheita do milho, ele vai comprar a semente, ele vai comprar o adubo, ele vai comprar o veneno, o que for na área de insumos; e quando é em relação [...] a área do investimento, ele vai adquirir a vaca, que ele ta comprando, vai plantar a palma, fazer aguada, limpar o tanque (S. M., 2014).

As compras demarcadas pelo representante do BNB contribuem para o desenvolvimento do comércio local, quando o agricultor familiar adquire os insumos e reverte os lucros de sua produção para a aquisição de utensílios, no mercado local, necessários à família. Todavia, segundo o Gerente, essa modalidade de Pronaf tem estimulado, através do custeio, a aquisição de tratores, principalmente na capital, a fim de estruturar as unidades familiares para o manejo com a terra. Deste modo, o Pronaf Comum amplia as possibilidades econômicas do mercado local e regional.

Para o gerente, não existe burocracia que prejudique o acesso dos agricultores familiares aptos ao crédito, mas aponta ser necessário acompanhar mais o agricultor no sentido produtivo, a fim de não haver desvio de atividades produtivas e, assim, poder galgar maior sustentabilidade para os agricultores que dependem desse recurso. Nesse sentido, o gerente afirma que o Pronaf é uma solução para o homem do campo, “em função da viabilidade do crédito, taxas de juros baixas e em função do bônus em muitos casos”. Deste modo, o Pronaf tem sido um incentivo à atividade agrícola nas áreas rurais sergipanas, mesmo com os atrasos na liberação do recurso, que é uma dificuldade a ser enfrentada.

Em se tratando do Pronaf Comum, a EMDAGRO atua mais diretamente na unidade produtiva do tomador de crédito, através da emissão ou renovação da Declaração de Aptidão; das visitas realizadas, a fim de atestar a condição de agricultor familiar, em que se observa a condição da renda; da elaboração de projetos, que hoje tem sido direcionada principalmente para a produção do milho e para a pecuária leiteira de porte; e do direcionamento da assistência técnica, orientando no preparo do solo, na utilização de sementes selecionadas, na

<sup>39</sup> O Pronaf Comum passou em 2012-2013 a denominação de Pronaf Custeio, com limites de crédito de 10 a 80 mil reais, com taxas de juros variáveis, mais Pronaf Investimento, cujo limite era definido entre 10 e 130 mil reais. Nos Planos safras de 2013/2014 e 2014/2015, as denominações Pronaf Custeio e Pronaf investimento se mantiveram, mas com valores alterados. O primeiro grupo varia os limites de crédito entre 10 e 100 mil reais, com taxas de juros variando de 1,5% a 2,5% ao ano, conforme valor. O segundo grupo, investimentos (Pronaf Mais Alimentos), teve valores definidos entre 10 e 150 mil reais em empréstimos individuais, com taxas de juros variando entre 1% a 2%; em empréstimos coletivos, os valores podiam chegar a 300 mil reais para desenvolvimento de atividades suinocultoras e fruticultoras.

utilização de insumos e, mesmo, no preparo da alimentação do gado e na ordenha, com finalidade de se obter leite de qualidade. Além disso, a empresa tem estimulado a utilização de incrementos tecnológicos na produção, como uso de tratores para arar e trilhar a terra para o cultivo, e de colheitadeiras que tem participado do processo produtivo, via locação por parte dos agricultores pronafianos.

Os técnicos dessa empresa mostram-se satisfeitos com os resultados do trabalho, principalmente na porção oeste do estado, onde a produção de milho tem aumentado ano a ano. Mostram-se, entretanto, preocupados com a falta de infraestrutura de trabalho, com a forma de os agricultores lidarem com as pragas e, igualmente, com a massificação do uso de sementes transgênicas e com o caráter monocultor que está se observando em vários municípios sergipanos. Mas informam que a porção oeste do estado está se afirmando como espaço de produção de cereais, pois experiências desenvolvidas em parceria com a EMBRAPA têm surtido resultados positivos para o ingresso da cultura da soja, por exemplo. E, assim, os agricultores que se inserem nessa lógica do agronegócio, acabam se beneficiando de recursos do Pronaf, haja vista as propriedades locais não excederem os 270 hectares previstos pelos 4 módulos fiscais da Lei de Agricultura Familiar.

A Secretaria de Agricultura e o Sindicato mais uma vez atuam informando os agricultores sobre os programas governamentais. No caso ainda mais específico do Pronaf Comum, ambas entidades trabalham com equipes deficitárias em termos de técnicos agrícolas para subsidiarem as referidas atividades. Atuam juntamente com a EMDAGRO e com o BNB, no sentido de repassar para as comunidades, em reuniões associativas, a questão da documentação para acessar o programa, fazer encaminhamentos em relação à composição de projetos e, também, relembrar aos agricultores, por meio dessas reuniões, o prazo de pagamento das parcelas do recurso.

Deste modo, apesar de não atuarem diretamente na prestação da assistência técnica, os representantes das duas entidades afirmam que os recursos em movimento, decorrentes da liberação desse crédito, faz enorme diferença no espaço urbano, assim como sedimenta o espaço rural no sentido produtivo. O que falta para melhorar estruturalmente o programa é ampliar o valor do recurso por hectare e inserir tecnologias produtivas nos municípios, a fim de diminuir o custo individual do agricultor e contribuir para a agregação de valor nas unidades produtivas.

Por conseguinte, as entidades envolvidas no arranjo produtivo do Pronaf Comum, no espaço rural sergipano, delimitam a existência de problemas na estrutura do programa, principalmente no que concerne à questão de acesso ao sistema de crédito e à demora na

liberação do recurso. Ainda assim, todas as entidades envolvidas nesse arranjo apontam que o programa tem sido um forte alicerce no desenvolvimento das culturas produtivas no espaço rural sergipano, pois, quando aplicado corretamente, gera melhorias na renda familiar, ajuda no crescimento da área do estabelecimento, como tem ocorrido em municípios especializados na produção de milho, e contribui na modalidade social, pois a família passa a depender quase que exclusivamente de seu trabalho na terra para sobreviver, não precisando trabalhar fora em outras unidades ou em outras formas de trabalho.

Destarte, o Pronaf em seu conjunto tem mostrado, a partir da fala das entidades que compõem seu arranjo produtivo, ser uma estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar, pois estimula o agricultor a se manter em sua terra com vida digna, ao tempo que implementa produção e modifica o espaço rural, dando-lhe novas perspectivas de vida. Apesar de todos os entraves existentes na efetivação do programa, observa-se que a integração de entidades públicas, sobretudo, tem possibilitado a intensificação de relações de proximidade entre agricultores e instituições financeiras, sendo ações com custos reduzidos e, normalmente, de rápida efetivação.

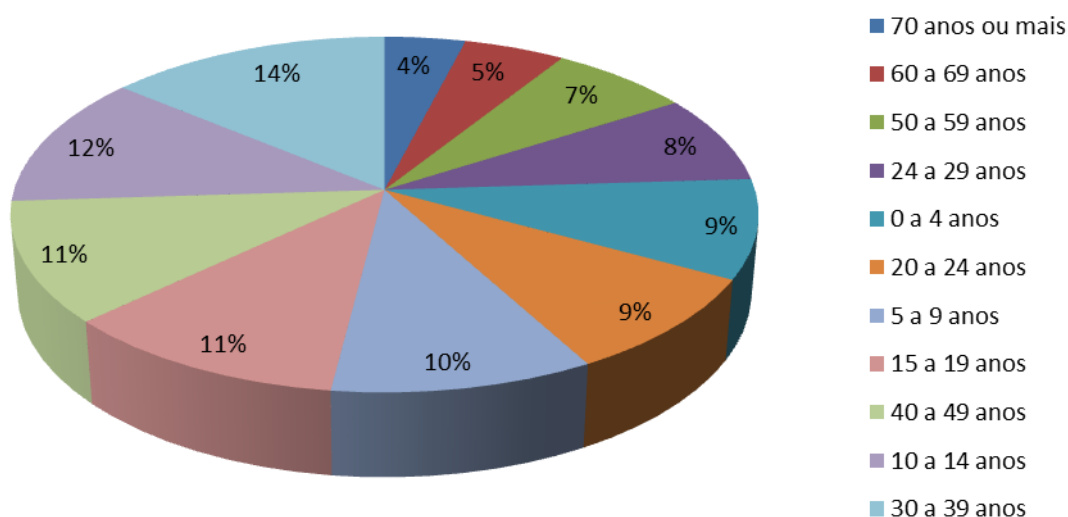
O acesso do agricultor familiar ao programa incentiva-o a lutar por acesso a outras políticas que lhe são de direito e nas quais não era ingresso por medo. Assim, a partir de agora, os agricultores ficam desinibidos para enfrentar toda a estrutura estatal que, até então, mantinha entraves ao crescimento das demandas sociais. O Pronaf significou uma ruptura para muitos agricultores que da pobreza transcendem a forma de “microempreendedores”, mesmo em regiões antes definidas como inapropriadas a atividades geradoras de renda. Alguns desses aspectos serão apresentados abaixo, numa análise sobre a estrutura produtiva existente no espaço rural sergipano.

#### 4.5 PRONAF E SUA REPERCURSÃO SOCIOECONOMICA E ESPACIAL

A evolução das políticas públicas e principalmente a disponibilização do Pronaf tem servido de base para que o estado de Sergipe consolide-se como importante área de desenvolvimento rural, com a experimentação do programa. Esses aspectos serão considerados a partir da distribuição populacional por situação do domicílio, da questão gênero, da faixa etária, da geração de renda e do grau de escolaridade. Em termos econômicos, serão analisados os dados concernentes à produção e à distribuição espacial.

A população rural, mesmo em proporções menores que a total (26,48%), cresceu nas últimas cinco décadas em Sergipe (12,84%). Do total de população rural, 51,3% eram do sexo masculino e 48,7% eram do sexo feminino. A distribuição das pessoas residentes na zona rural por faixa etária demarcou que 32% possuem entre 30 e 59 anos (IBGE, 2010). Os dados demonstram a masculinização da população rural, aliado ao envelhecimento, aspecto um tanto preocupante, no sentido da persistência de vida rural e da produção agropecuária (Figura 56). Nesse sentido, o Pronaf torna-se também um fundamento para a permanência de mulheres e jovens no campo.

**Figura 56- Sergipe**  
Faixa etária da população rural  
2010



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.  
Organização: Carvalho, 2015.

Segundo dados do IBGE (1991 a 2010), o número de domicílios rurais em Sergipe cresceu na ordem de 95,25%, crescimento que não se encontra tão distante do patamar total de domicílios estadual –114,81%–, e que demonstra haver ainda a persistência da população em áreas rurais (Tabela 11). A esse dado soma-se, ainda, o crescimento de famílias residentes em domicílios particulares rurais (IBGE, 1991-2010), na grandeza de 30,81%, sendo as famílias residentes constituídas de 2 a 15 pessoas ou mais (Figura 57). A escala de pessoas que constituem a família rural, hoje, mantém-se em crescimento entre 2 e 5 membros. Essa

constante demonstra que, nos últimos anos, o número de membros por família em domicílios particulares rurais estão declinando, principalmente quando comparado ao censo de 1991, no qual era expressiva a constituição de famílias com até 15 ou mais membros por domicílio particular. A situação justifica-se nos novos patamares educativos, econômicos e culturais, que prezam por famílias menores, que não pesem no orçamento das unidades e que contemplem a conduta social estabelecida pelas redes de comunicação, principalmente a mídia televisiva.

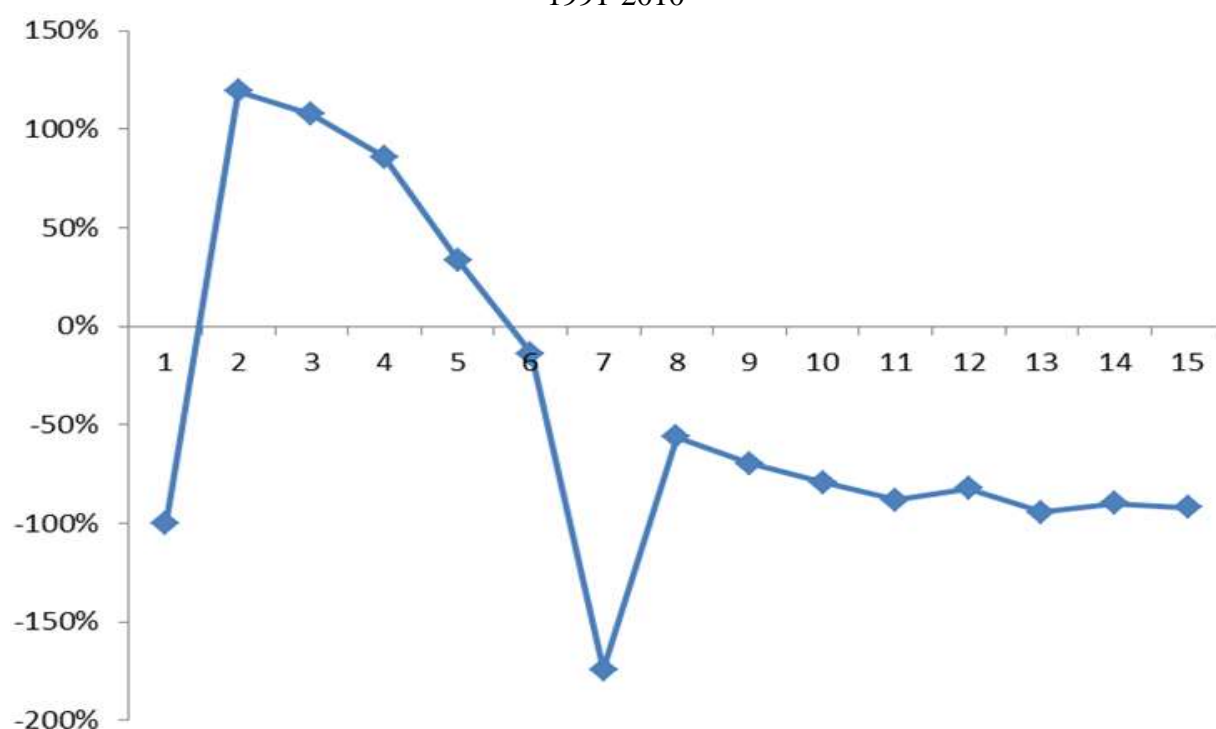
**Tabela 11 – Sergipe**  
Crescimento domiciliar de Sergipe  
1991, 2000 e 2010

ANOS	Sergipe		
	Total Domicílios	de Domicílios Urbanos	Domicílios Rurais
1991	332.160	229.066	103.094
2000	548.195	387.103	161.092
2010	713.535	512.235	201.300
Crescimento Relativo (1991, 2000 e 2010).	114,81%	123,61%	95,25%

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Organização: Carvalho (2014).

**Figura 57 – Sergipe**  
Variação relativa de pessoas por famílias residentes em domicílios particulares rurais  
1991-2010



Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991 e 2010.

Organização: Carvalho (2014).

O Censo Demográfico de 2010 demonstrou que 30,9% dos jovens entre 10 e 17 anos residiam na zona rural sergipana e estavam ocupados em alguma atividade produtiva. Além disso, observou-se que 81,21% das pessoas acima de 10 anos possuíam algum tipo de rendimento nesse espaço, cujo valor médio mensal era de cerca de R\$225,38 (Op. Cit). No tocante à alfabetização, o Censo Demográfico (IBGE, 2010) demonstrou que 92,6% dos jovens rurais entre 10 a 17 anos possuem escolarização.

Os aspectos econômicos demonstram que, mesmo com a pequena extensão territorial frente a outros estados, Sergipe tem se colocado como importante área produtora de gêneros agropecuários. Tal consolidação é visível a partir dos dados do Censo Agropecuário (1995-2006), que demonstram crescimento expressivo nas produções agrícolas de abóbora (198,32%), amendoim (1.068%), arroz em casca (192,8%), batata-doce (536,53%), batata-inglesa (1.483%), fava (302,6%), feijão (18,56%), mandioca (59,66%), melancia (210%), milho (277%); e pecuárias de aves (28,44), bubalinos (190,17%), caprinos (167,35%), ovinos (72,24%) e suínos (1,69%).

Além disso, a partir do último censo foi possível observar a correlação desses dados com a produção advinda da agricultura familiar. Nesse tocante, é observado forte representatividade dessa categoria na produção total agrícola de abóbora (86,12), algodão (100%), amendoim (98,75%), arroz em casca (78,06%), banana (79,9%), batata-doce (96,4%), batata-inglesa (98,25%), cebola (85,7%), fava (95%), feijão (96%), fumo (96,15%), laranja (66%), mandioca (92,7%), melancia (95,3%), milho (78,76%) e tomate (58%); e na produção total pecuária de asininos (85,94%), suínos (78,18%), bovinos (52%), caprinos (66,2%), equinos (66%), muares (67,8%) e ovinos (60,3%) (IBGE, 1995, 2006).

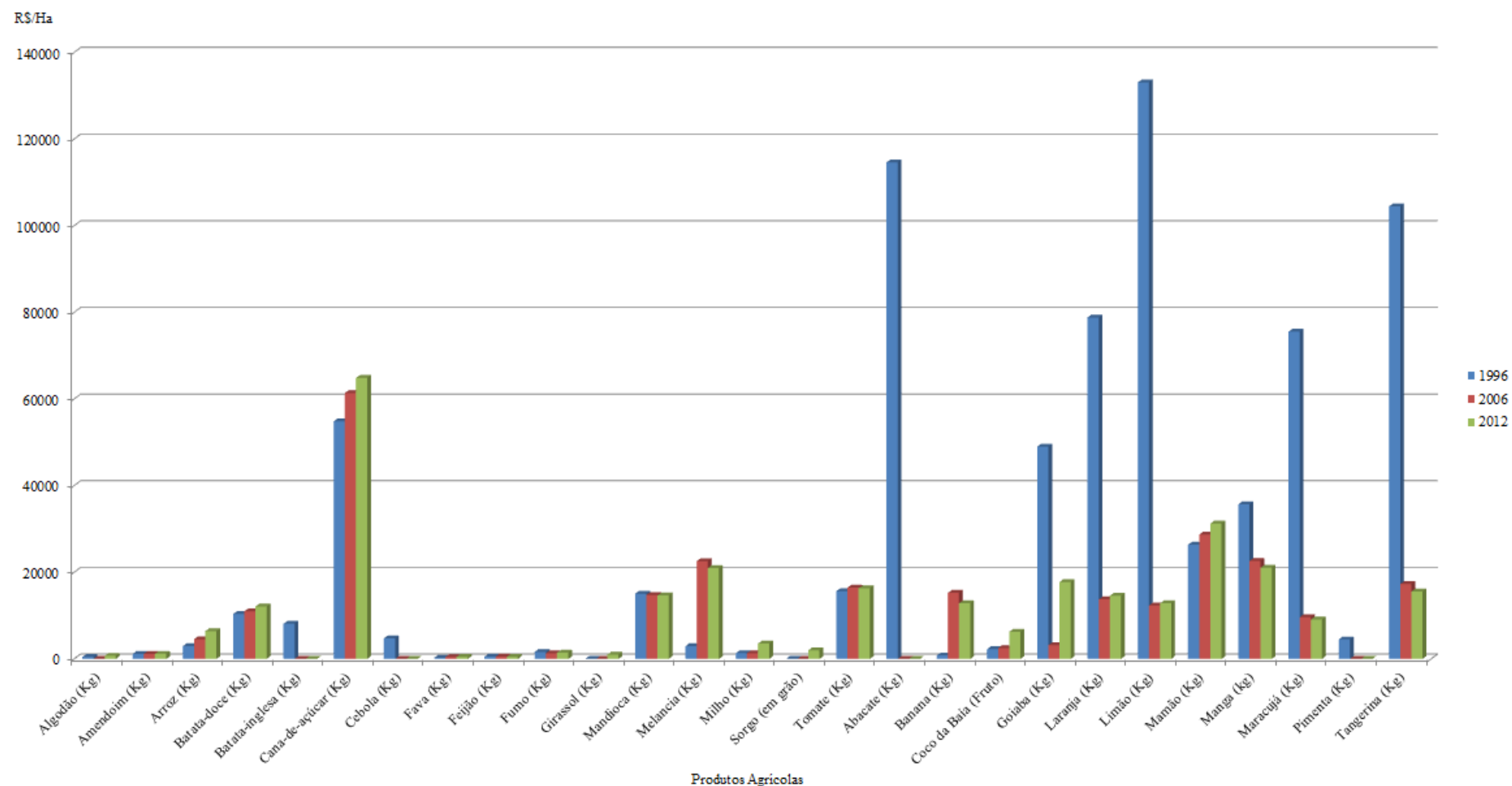
Esse contexto também é avaliado em conjunto à representatividade estatística da agricultura familiar no total de estabelecimentos produtores de gêneros agropecuários. Os estabelecimentos da agricultura familiar representam 95,94% do total dos estabelecimentos produtores de fava; 94,14% dos estabelecimentos que produzem fumo; 93,47% dos que produzem batata-inglesa; 93,19% dos que produzem amendoim; 92,85% dos que produzem algodão; 91,8% dos que produzem mandioca; 91,45% dos que produzem feijão; 90,74% dos que produzem tomate; 90,42% dos que produzem milho, etc. Esses dados demonstram como as unidades familiares de produção aliam-se às necessidades alimentares, mas se especializam, sobretudo com a produção de milho, e às demandas do mercado por grãos.

A respectiva produção das unidades familiares demonstra que o estado de Sergipe tem inserido seus pequenos agricultores numa nova lógica produtiva, com integração de equipamentos e insumos, além de inserir assistência técnica, mesmo com dificuldades em

termos de recursos humanos, aspectos que definem uma mudança de conduta inserindo o agricultor familiar na lógica do mercado e na dinâmica da economia regional. Essa questão é verificada ainda no que concerne aos números de rendimento médio da produção agrícola em Sergipe por hectares, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1996, 2006 e 2012). Os dados demonstram que, de 1996 a 2012, a agricultura sergipana passou por mudanças de ordem produtiva, justificada pelas demandas de mercado. Entre essas mudanças estão a diminuição dos rendimentos expressos na redução ou na invalidação de cultivos como cebola, batata-inglesa, laranja, limão, goiaba e, até mesmo, itens de subsistência, como a mandioca e o feijão (Figura 58).

Apesar dessa diminuição em itens importantes para a alimentação familiar e da demarcação cultural para o espaço rural sergipano e nordestino, novas culturas ganharam espaço na definição dos rendimentos estaduais. Entre os produtos que mais se destacaram em termos de rendimentos agrícolas nesses 12 anos (IBGE, 1996- 2012) estão a banana (1.483%), a melancia (610%), o coco-da-baía (177,5%), o milho (165,5%), o arroz (113,5%), entre outros, sem desconsiderar os rendimentos advindos de culturas desenvolvidas recentemente, como o girassol e o sorgo (Figura 58). O crescimento nos rendimentos dos respectivos produtos e a integração de novas culturas demonstram que a agricultura sergipana está alinhada às questões de demandas, inclusive com itens voltados à sustentabilidade ambiental e à alimentação humana, como no caso do sorgo, que substitui o trigo na fabricação de pães, e do girassol, na fabricação de óleos e biodiesel. A referida condição abrange a nova conduta da agricultura sergipana e a busca por viabilidade econômica que se justificam na melhoria de acesso ao crédito.

**Figura 58-** Sergipe  
Rendimento médio da produção agrícola  
1996, 2006, 2012



Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal. 1996, 2006, 2012.  
Organização: Carvalho (2014).



Deste modo, observa-se que a agricultura familiar tem importante responsabilidade na produção e no rendimento agrícola do estado. Essa categoria também contribui para a consolidação de empreendimentos com foco no beneficiamento, como é o caso da produção de derivados do leite, do processamento do milho para alimentação animal e da persistência de culturas como a laranja (7,56%), que se sedimentam como atividades permanentes mais rentáveis, mesmo a produção do coco da baía tendo crescido em 87,6% (IBGE, 2007-2012). Já na atividade pecuária, o crescimento foi de 1,16%, em termos de números do rebanho (IBGE, 1995-2006), número impulsionado pelo aumento produtivo de bubalinos (190%), caprinos (167,35%) e ovinos (72,24%), sobretudo. Em relação especificamente ao rebanho bovino, os dados do IBGE (1996-2006) apontam decréscimo de 41.698 cabeças, isto é - 4,43%. Mas, ainda assim, “a pecuária bovina é a mais disseminada e a de maior valor econômico no Estado” (MELO, 2012, p. 69).

Destarte, mesmo sem dados atualizados do Censo Agropecuário, já é possível constatar, pela correlação das entrevistas com os atores do arranjo institucional do Pronaf, que o segmento da pecuária bovina de leite e corte cresceu em Sergipe. Essa ocorrência é atestada pela observação da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2005-2012), em que o rebanho bovino saiu de 1.005.177 cabeças (2005) para 1.156.157 cabeças (2012), com crescimento de 15%.

O dado é confirmado pelo Gerente Executivo do Pronaf (2014), quando demonstra que em Sergipe “[...] a pecuária é o maior forte, eles aplicam o Pronaf na pecuária e na agricultura. Mas, 70% tá na pecuária, e 30% na agricultura[...]”. Essa prática é criticada, pois há quem acredite numa cultura imposta ao agricultor, o qual deve aplicar seu recurso na compra de vacas e isso, de certo modo, dificulta a dinamização produtiva do meio rural em termos agrícolas. Contudo, em Sergipe, não é apenas a pecuária de porte que está sendo incentivada, mas, sim, a pecuária de pequeno porte: ovinos, caprinos, avicultura e suinocultura. Essa nova prática tem contribuído decisivamente para a geração de novas fontes de rendas, o que permite a circulação de capital, a subsistência e a fonte de recursos para arcar com o ressarcimento do empréstimo.

Assim, os dados demonstrados inicialmente dimensionam o dinamismo econômico das atividades agrícolas, apoiadas principalmente pela agricultura familiar no estado. Esses agricultores são responsáveis pela dinamização produtiva e econômica a partir de estímulos, como o Pronaf, que custeia e financia a produção e a infraestrutura produtiva, repercutindo positivamente no espaço, no sentido de crescimento da renda e da qualidade de vida do

agricultor, uma vez que promove o desenvolvimento rural e estadual de modo livre e de acordo com a aptidão produtiva do local (povoado).

A espacialização dos referidos valores demarca que o Pronaf tem alicerçado a atividade agropecuária no estado, mas também tem sido um embasamento chave para as melhorias sociais e para a circulação de capital nas economias municipais, fato que acarreta o aparecimento de novas atividades físico-financeiras, no que tange ao surgimento de novas agências bancárias (sobretudo, a de capitais privados), de empresas que trabalhem com maquinários agropecuários, de pessoas que prestam serviços no plantio e colheita de toda produção, além, é claro de novas demandas em termos de insumos. Além disso, auxiliar na definição e ampliação de atividades terciárias urbanas, como no aparecimento de novas lojas, inclusive de grifes têxteis, etc. Deste modo, firma-se o desafio do Pronaf em fortalecer social e economicamente as famílias agricultoras, responsáveis hoje pelo estabelecimento e manutenção da relação campo-cidade com especificidades complementares.

# **CAPÍTULO 05**

---

**O PRONAF E A ORGANIZAÇÃO SOCIO-ESPACIAL RURAL EM  
SERGIPE**

## V O PRONAF E A ORGANIZAÇÃO SOCIO-ESPACIAL RURAL EM SERGIPE

A agricultura familiar agrega tradição, ao ser definida pela centralidade da família, pela forma de produzir e pelo modo de vida que se adaptam às lógicas modernas de produção, articuladas também, com as externalidades e se possível com a economia global. Deste modo, a exploração familiar corresponde, segundo Lamarche (1993, p. 15), “[...] a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Tal produção reporta-se às necessidades de consumo, mas também às do mercado, sendo essas unidades independentes em relação à sociedade e concernente relativamente à questão econômica.

No Brasil, a agricultura familiar está aprimorando seu modelo de produção, absorvendo aspectos da modernização agropecuária propagados pelo meio técnico-científico-informacional. As políticas públicas atuais têm sido auxiliares no fortalecimento de segmentos rurais economicamente modestos que, por meio de ingresso ao sistema de crédito, estimulam as unidades produtivas, no sentido de manter a eficiência da gestão familiar, e também do trabalho familiar. Todavia, necessita-se evoluir mais, a fim de validar necessidades específicas de cada região, haja vista as unidades não serem idênticas em termos de modelo, mas definirem-se pela forma de funcionamento baseada na gestão familiar.

Por esse contexto, a terra demarca é fator de produção de extrema importância para a prática agrícola. A propriedade legal da terra ganha importância, pois é a partir disso que o agricultor agrega autonomia em termos de decisão e de tipo de produção, agora reforçada a partir do acesso a políticas de crédito. A propriedade, nesse sentido, “[...] além de sua significação “real” de patrimônio e de meio de produção, [...] reveste-se, aqui também, de significantes com caráter mais simbólico” (BRUMER, 1993, p. 193). Isso mostra que a família valoriza sua unidade produtiva, na acepção de patrimônio herdado ou adquirido, ao tempo que valoriza as mudanças estruturais e a aquisição de equipamentos que favoreçam historicamente a lida com a terra.

Assim, a terra integrada às unidades familiares de produção representa, além de espaço de produção, espaço de liberdade individual; espaço que segundo Wanderley (2009) é uma forma territorial de vida. Deste modo, a relação dos agricultores com a terra não está focada apenas nas necessidades de subsistência, mas na relação instrumental do trabalho familiar e secundariamente com a renda fundiária. A isso acrescenta-se, ainda, junto ao processo de

modernização, a geração de recursos para a agregação de novos valores, pois as chamadas “externalidades” é um fator consumado para o agricultor familiar, como segue

Ao se integrar ao mercado, nas condições modernas de produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados – recursos que têm destinos diferentes, para compra de máquinas e insumos, para o pagamento de juros bancários e eventualmente da renda da terra ou do trabalho assalariado complementar à família. (WANDERLEY, 2009, p. 192)

Por essa perspectiva, é que se faz necessário abordar a questão dos agricultores familiares de Sergipe, no sentido da organização de sua unidade social e produtiva. Essa quadra, juntamente ao aspecto da definição da agricultura familiar via tipologia de beneficiários operacionalizada pelo Pronaf, estimulou a análise de três realidades espaciais-pronafianas distintas, e que tiveram efeitos a partir da inserção do programa.

As realidades distintas estariam demarcadas em beneficiários das linhas A, B e Comum do Pronaf, que se distinguem entre si pela área, finalidade e renda gerada. A similaridade entre as três categorias definidas pelo programa está na base familiar de produção, na integração ao mercado e na valorização da tradição, mesmo com incorporação de aspectos da sociedade global em sua cultura, aspecto que se confirma em praticamente todas as unidades familiares por possuírem aparelhos audiovisuais e de comunicação (o mínimo de um aparelho telefônico móvel por unidade).

Diante disso e tomando como base o maior número de contratos efetivados no ano de 2012 (BNB), consideraram-se três municípios, totalmente diferentes em função de utilização da terra, a partir de suas organizações espaciais como foco de estudo, a saber: Pronaf A no município de Capela, Pronaf B, no município de Itabaianinha, e o Pronaf Comum, no município de Carira. A partir dessa definição locacional, foram aplicados 85 questionários que balizaram o impulso do Pronaf na agricultura sergipana, nas dimensões sociais, produtivas e econômicas, considerando-as de modo conjunto, mas validando particularidades sociais em escalas locais-espaciais.

## 5.1 RETRATOS MUNICIPAIS: RECORTES E PARTICULARIDADES DO ESPAÇO RURAL PRONAFIANO EM SERGIPE

O espaço geográfico é reflexo da existência e reprodução humana que o organizam de acordo com as suas necessidades. Portanto, as práticas humanas se manifestam no “[...] conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais” (CÔRREA, 1990, p.35).

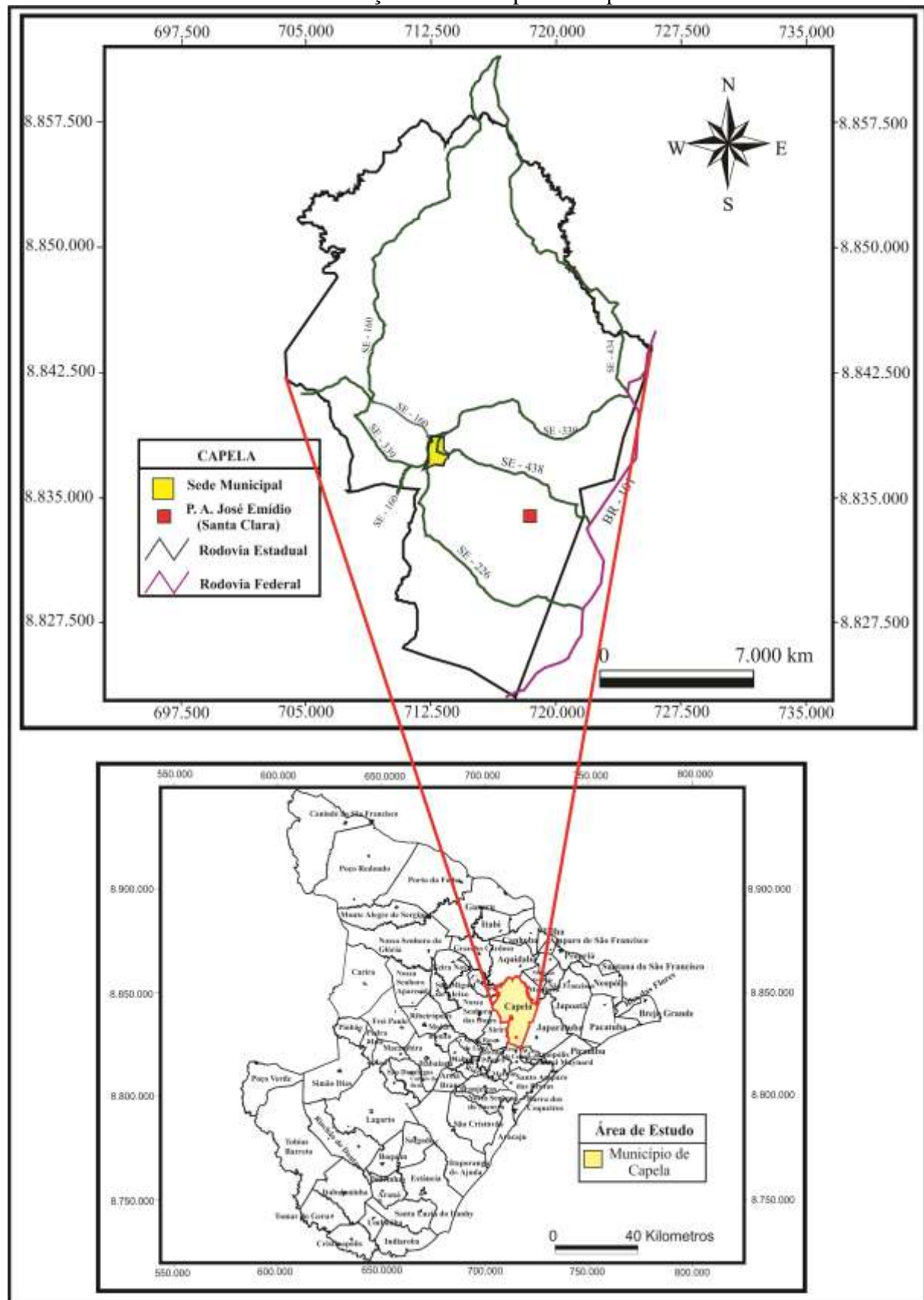
As práticas humanas definem a organização do espaço como reflexo da materialidade de ações e de formas da sociedade, ocorridas no passado e no presente. Por isso, essa organização é reflexo da transformação da primeira natureza - natureza primitiva - em segunda natureza, através do trabalho social, que produz e reproduz o espaço de acordo com o desenvolvimento de atividades definidas como necessárias ao homem. Deste modo, a organização espacial é a “[...] expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social” (CÔRREA, 1990, p.55). Mas também é reflexo da ação do capital e do Estado, ao impor infraestrutura produtiva, social e residencial que subsidiam a permanência do homem na esfera local.

Por essa conjuntura, faz-se necessário analisar os municípios onde se efetivou o estudo, compreendendo os recortes e particularidades das escalas locais, integrantes da organização do espaço rural pronafiano de Sergipe.

#### 5.1.1 A Organização Espacial de Capela e o Pronaf A

O município de Capela está localizado na mesorregião Leste Sergipano e microrregião do Cotinguiba, com área de 431,9 km<sup>2</sup> e distando da capital, Aracaju, 67 km pelas rodovias BR-101 e SE-422 (Figura 59). Tem por limites: ao norte, o município de Aquidabã; a oeste, Siriri, Nossa Senhora das Dores e Cumbe; ao sul, Rosário do Catete; e a leste, Muribeca e Japarutuba (CPRM, 2002). O município conta com uma população de 30.761 habitantes, sendo 65% urbana e 35% rural. A população rural ocupa 1.354 estabelecimentos rurais, dos quais 10,5% são definidos como não familiares e 89,5% como familiares. Os estabelecimentos familiares encontram-se ocupados principalmente com lavouras temporárias, presentes em 48,5% das unidades. Nesse tipo de ocupação da terra, a cana-de-açúcar tem destaque, estando presente em 21,53% das unidades.

**Figura 59- Sergipe**  
Localização do Município de Capela



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2014.

O Produto Interno Bruto capelense (PIB – IBGE, 2012) demonstra forte representatividade do seguimento terciário da economia (63,10%), incluindo o item impostos (5,55%)<sup>40</sup>, que somam conjuntamente 68,65%, cuja justificativa dá-se no diversificado comércio e setor de serviços da localidade. A esse setor, segue-se o Secundário (16,80%), baseado na agroindústria do açúcar e do álcool, hoje estimulada pela mecanização e produção de biocombustíveis, mas também destacável pela produção de cachaça. Essa última produção tem ganhado destaque junto à Usina Junco Novo, que processa cerca de 51 mil toneladas de cana e produz aproximadamente 5 milhões de litros de aguardente (Marcelo, 2005). Enquanto a agropecuária responde por apenas 14,55% (IBGE, 2012).

Além disso, na composição do PIB se fazem importantes as receitas advindas de Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), no que se refere às exportações de açúcar e de aguardente; de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), *Royalties*, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), entre outros (Mendonça, et. al, 2009).

A origem desse município está vinculada à construção da igreja de Nossa Senhora da Purificação da Capela, assim como do desmembramento territorial das Freguesias de Pé do Banco (atual Siriri) e de Santo Amaro das Brotas. A edificação histórica desse município quase sempre esteve assentada na cultura canavieira, em função de sua localização, sob terrenos sedimentados nas formas de tabuleiros, colinas e cristas, com solos do tipo “[...] Podzólico vermelho amarelo, podzólico vermelho amarelo equivalente, eutrófico, latosol vermelho, amarelo, solos aluviais eutróficos e distróficos” (MENDONÇA e SILVA, 2009, p. 147). Com terrenos de solo do tipo Massapé, clima variando de litorâneo a agreste, isto é, do tipo megatérmico seco e subsúmido, localizado dentro da bacia hidrográfica do rio Japarutuba, o município de Capela constitui-se de drenagem fraca, com vegetação do tipo Mata, Cerrado, Capoeira e Caatinga (CPRM, 2002).

As características naturais presentes no município de Capela justificam o pujante cultivo de cana que, historicamente, ocorreu em grandes propriedades, isto é, engenhos, transformados posteriormente em usinas e/ou destilarias. Contudo, o que se demarcou mesmo

---

<sup>40</sup> Aspecto definido pelo IBGE (2012) na série encerrada. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280130&idtema=134&search=sergipe|capela|produto-interno-bruto-dos-municipios-2012>>. Acesso em 04 dez. 2014.



foi que “[...] a grande maioria dos engenhos passou a desempenhar apenas função de fornecedoras de cana-de-açúcar, para as usinas existentes no município, que passara, a ser apenas quatro: Pedras, Vassouras, Proveito e Santa Clara” (SOUZA, 2008, P. 73), as quais encerraram suas atividades no final do século XX, reduzindo o plantio de cana e passando a se dedicar à bovinocultura, sobretudo. No século XXI, a cultura canavieira ganha novo impulso com a modernização da secular usina São José do Pinheiro, em Laranjeiras, e com o crescimento dos números de destilarias de álcool e de cachaça no município de Capela.

Ainda de acordo com os aspectos históricos do município, a desativação da atividade canavieira, em algumas das principais usinas de Capela, ocorreu normalmente pela inviabilidade de gestão familiar, sobretudo na antiga usina Santa Clara, cuja desativação ocorrida em março de 1991 sucedeu-se após o falecimento de um de seus principais administradores, Eduardo Barreto, o consequente atrito familiar em relação à herança e em decorrência da diminuição de incentivos governamentais para a produção de álcool. A paralização dessa atividade na usina desencadeou problemas de ordem trabalhista, creditícia e tributária resultando na penhora da referida fazenda e de outras que também estavam na mesma situação. Após arrematação sem sucesso, a então gestora municipal, “[...] solicita à Secretaria do Estado da Irrigação e Ação Fundiária a aquisição da fazenda para promover o assentamento de família de trabalhadores rurais” (SOUZA, 2008, p.77). Diante dessa requisição, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), constituído por 800 pessoas, em 28 de novembro de 1995, ocupa os 3.130 hectares de terras da Usina Santa Clara.

Tal conjuntura teve desfecho em 24 de junho de 1996, quando é publicado o decreto da Presidência da República declarando o imóvel de interesse social para fins de reforma agrária. Todavia, somente em 12 de dezembro de 2005, após muitas lutas judiciais das famílias proprietárias da fazenda, é que o Assentamento José Emídio dos Santos foi criado, beneficiando 280 famílias (INCRA, 2014), e, em 2006, foi emitido o título de posse da terra em favor de assentados ali estabelecidos. Os lotes distribuídos a esses assentados eram constituídos de aproximadamente 6 hectares, aproximadamente 20 tarefas sergipanas.

Sendo assim, o referido assentamento assume “[...] um papel relevante em termos de materialização dos resultados da luta entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários, mediada pelo Estado” (LOPES, 2009, p.161). Enquanto isso, o sistema capitalista impõe dinamismo, criatividade e reinvenção da sociabilidade no espaço de vivência aos assentados capelenses. Esses atores são os sujeitos que se evidenciam no tempo social do trabalho e da reforma agrária, lutando pelo desbloqueio institucional e seu reordenamento sócio-espacial,

integrado às relações entre as classes sociais, no sentido de promover mudanças (Martins, 2003).

Por esse contexto, observa-se que o Assentamento José Emídio dos Santos é o espaço de famílias que lutam para sobreviver a partir de sua identidade cultural com a terra, contrariando a ideia do “estranho” e de “excluídos” (Martins, 1993). Isso porque os assentados integram-se, apesar da persistência de interesses desiguais, através do acesso à políticas públicas, como o Pronaf A, as demandas das agroindústrias locais que as cercam, em especial na inserção da agroindústria canavieira, aspecto que define uma integração à lógica capitalista. Mesmo que, para alguns, eles sejam considerados excluídos, hoje muitos desses assentados sentem-se “incluídos” por terem mercado garantido para sua produção e por possuírem também renda com um corte anual da cana, ainda que essa seja uma atividade cristalizada historicamente como geradora de escravidão e miséria, e que nesse momento, intensifica a ampliação territorial do agronegócio.

Desta feita, nesse assentamento, ocorre uma especialização produtiva, financiada pelo microcrédito orientado - Pronaf A - que agregou, no ano de 2012, o maior número de contratos no estado. Dados do Banco do Nordeste demonstram que os assentados só acessariam o Pronaf A, a partir de 2011. Esse aspecto é justificado pelo acesso a outras políticas públicas de alicerce aos assentamentos, conforme citado por D. S. O. (2014), “[...] agente [...] assenta várias famílias com a linha de crédito, com assistência técnica, com infraestrutura básica, linhas de produção de crédito pra produção”, isto é, o assentado precisa inicialmente acessar os programas do Incra “[...] os créditos chamados de instalação, o apoio inicial, fomento, habitação, apoio mulher, semiárido, as infraestruturas que possibilitem a produção, pra daí ele acessar o Pronaf A” (Op.Cit).

Disso, observa-se que se passaram quase seis anos para que os assentados do José Emídio da Costa tivessem acesso considerável ao Pronaf A, cujos valores foram de até R\$20.000,00 e mais R\$1,5mil reais para assistência técnica, com juros efetivos de 0,5% ao ano, bônus de adimplência de até 44,186% e prazo de carência de 3 anos, com pagamento total até 10 anos. De 2011 para 2012, foram realizados 75 contratos, com o total de R\$1.525.418,75, em recursos liberados (BNB, 2011-2012). O valor tem dinamizado a economia local, em função da aquisição de insumos e artigos de subsistência na sede municipal, como também propiciado, segundo F. A. dos. S. (2014), sobretudo, o desenvolvimento da atividade canavieira, mas também a bovinocultura do leite. Essa escala produtiva deduz as mudanças por que vêm passando o espaço geográfico do assentamento. Todavia, nesse mesmo espaço também são desenvolvidas culturas de subsistência, apesar do

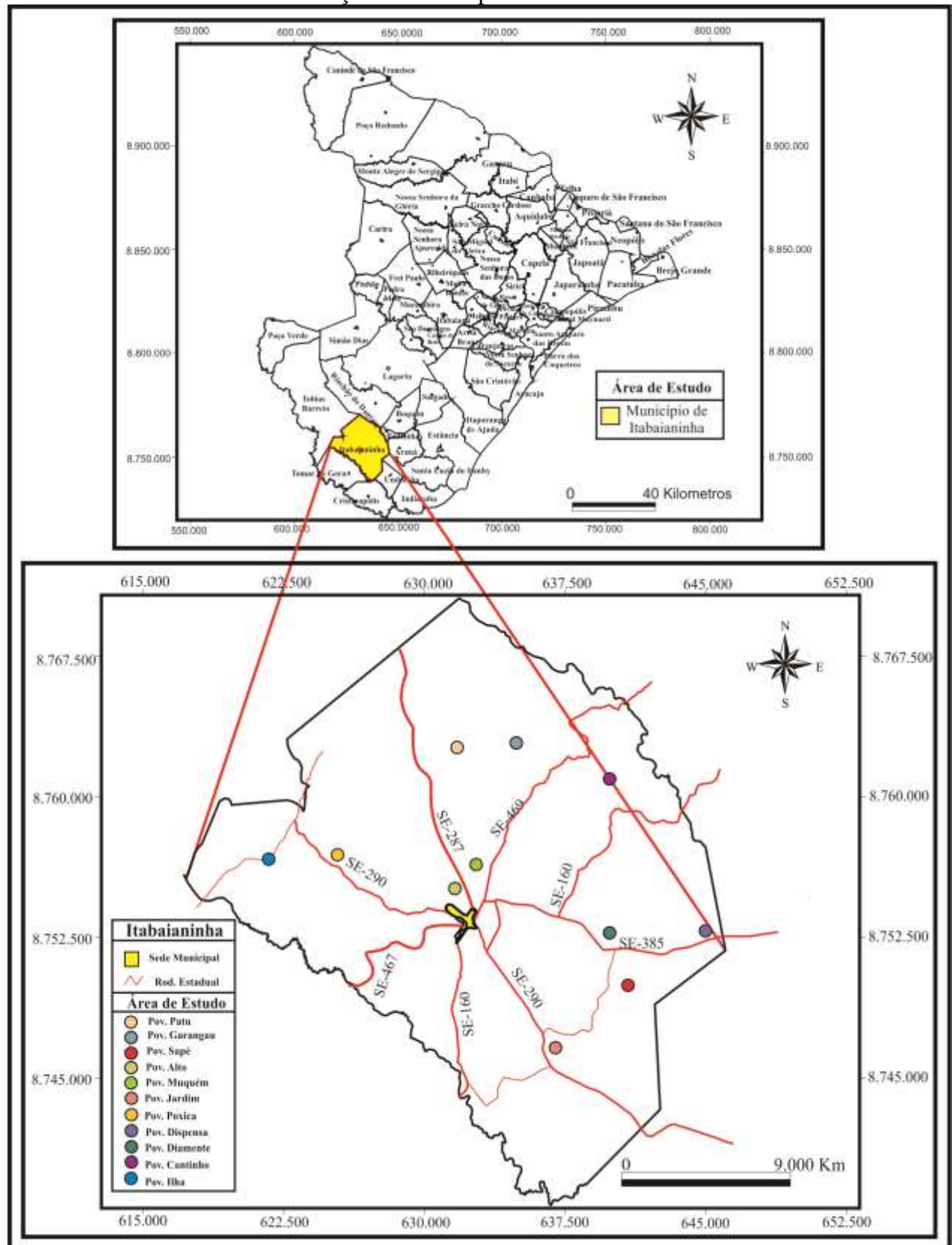
solo argiloso não ser propício ao cultivo de raízes, como mandioca, batata, macaxeira, inhame, etc., conforme salientou agricultores e técnico do Centro Comunitário de Formação em Agropecuária "Dom José Brandão de Castro" (CEFAC, 2014).

### 5.1.2 A Organização Espacial de Itabaianinha e o Pronaf B (Agroamigo)

O município de Itabaianinha situa-se na região sul do estado de Sergipe, na microrregião de Boquim, distando 118 km da capital, Aracaju. Constitui-se de uma área de 480 km<sup>2</sup>, com a sede numa altitude de 226 metros acima do nível do mar e faz divisa ao norte com os municípios de Boquim e Riachão do Dantas (Serras do Babu), a leste, com Umbaúba, Santa Luzia do Itanhy, Arauá e Pedrinhas (Serras Pedra Branca, Brejo, Bica, Quissamã e Alto do Urubu), a oeste, com Tobias Barreto (Serras dos Cavalos, Ilha e Catamba) e a sul, com Cristinápolis e Tomar do Geru (CPRM, 2002 e SANTANA, 2003). O acesso a esse município ocorre pela BR-101, além da SE-222 (Figura 60). O município conta com uma população de 38.910 habitantes, dos quais 49,88% estão na zona urbana e 50,11%, na zona rural (IBGE, 2010), fato que demonstra a força mantida pelo campo no conjunto espacial de Itabaianinha, seja no sentido de qualidade de vida, seja nas atividades econômicas desenvolvidas.

O município encontra-se numa área de clima de transição, do tipo megatérmico seco e subsúmido, com período chuvoso entre março e agosto e precipitação média de 976,9 mm. O relevo é constituído por superfície pediplanada e feições dissecadas e solo “[...] dos tipos Podzólico vermelho amarelo equivalente Eutrófico, Podzólico vermelho, Planosol Litólicos e Litólicos, [...]” (CPRM, 2002, p. 04). O solo constitui-se basicamente de argila vermelha, muito usada na indústria cerâmica, aspecto que torna o município referência na fabricação de produtos para a construção civil (telhas, tijolos, blocos e lajotas). Além disso, o município conta com vegetação do tipo “[...] Capoeira, Caatinga e vestígios de Mata” (CPRM, 2002, p. 04) e está inserido territorialmente entre as bacias dos rios Piauí e Real.

**Figura 60 - Sergipe**  
Localização do Município de Itabaianinha



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004.

Organização: Carvalho, 2014.

Tal município tem auferido novas perspectivas de geração de emprego e renda, ocorridos principalmente na sede, aliado aos setores têxtil (com várias pequenas indústrias de tecelagem funcionando e especializadas na fabricação de camisas de malha e tricoline<sup>41</sup>) e cerâmico (existem cerca de 25 fábricas de produtos cerâmicos só na franja urbana<sup>42</sup>, sendo que esse segmento conta com aproximadamente 45 cerâmicas e 60 olarias<sup>43</sup>). O último segmento, o cerâmico, emprega muitas pessoas, com reduzida inserção tecnológica. Ainda assim, observa-se que o espaço rural não deixou de agregar importância, sendo verificadas melhorias produtivas pela integração de atividades complementares, como extração do barro e, mesmo, o corte e costura entre as mulheres, sem desmerecer a configuração do Arranjo Produtivo do Bordado, sobretudo no povoado Ilha (Sousa, 2014).

O espaço geográfico de Itabaianinha tem sua origem suscitada na existência de uma aldeia indígena (Souza, 2013). Porém, comumente, a história mais difundida é que esse município surgira como local de passagem para tropeiros viajantes, vindos da Itabaiana Grande, que costumavam descansar embaixo de um pé de tamarindo que, localizado no “Alto do Urubu” e circunscrito por áreas de serras, configurava um espaço fisiográfico muito semelhante às terras itabaianenses. Assim, os tropeiros por essa similaridade acabaram acrescentando a esta localidade o mesmo nome de sua cidade de origem, com o diminutivo “inha” (Op. Cit. e Mendonça, Et. Al., 2009).

A referida área de descanso tornou-se área de povoação e em 19 de setembro de 1896 fora elevada à condição de cidade de Itabaianinha pela Lei Estadual, nº 03 (19/09/1896), e com área promovida à condição de município em 19 de outubro de 1915, pela Lei nº 680. Atualmente, o município constitui-se por 104 povoados, entre os quais Carretéis, sempre lembrado por possuir a maior população de anões do estado (Mendonça, et. Al., 2009).

A “Princesinha das Montanhas”, como é conhecida Itabaianinha, apresentou em 2012, um Produto Interno Bruto de R\$250.450 mil reais, dos quais 81,85% estão concentrados no segmento de serviços, inclusive administração, saúde, educação pública e seguridade social (75,85%), além de impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos (6%)<sup>44</sup>; 12,4%, na indústria; e 5,75%, na agropecuária (IBGE, 2012). Sendo assim, apesar da agregação de valor no setor terciário da economia, o município apresenta atividades produtivas bem definidas em dois segmentos: a indústria, com os segmentos cerâmicos e têxteis; e a agropecuária que

---

<sup>41</sup> SANTANA (2003, p. 14).

<sup>42</sup> Op. Cit. (2003, p. 17).

<sup>43</sup> Mendonça, Et. Al. (2009, p. 236).

<sup>44</sup> Aspecto definido pelo IBGE (2012) na série encerrada. Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280300&idtema=134&search=sergipe|itabaianinha|produto-interno-bruto-dos-municipios-2012>>. Acesso em 04 dez. 2014.

ganha expressividade com a produção de gêneros demandados pelo mercado local, juntamente à agricultura familiar.

O município constitui-se, no setor agrícola, por 4.197 estabelecimentos rurais, dos quais 89,13% são classificados como familiares e 10,87%, como não familiares (IBGE, 2006). A área dos estabelecimentos compreende 38.657 hectares, dos quais 53% perfazem área da agricultura familiar (Op. Cit.). A maior parte desses estabelecimentos estava ocupada com culturas alimentares, a exemplo de feijão, mandioca e milho, em termos de culturas temporárias; enquanto produzem banana e, sobretudo, laranja como culturas permanentes (Figura 61), sendo esta última cultura a de maior expressividade, pois ocupa quase 37% das unidades produtivas do município, constituindo-se, assim, área de forte atividade citrícola.

**Figura 61-** Itabaianinha-SE  
Produção agrícola  
2014



Fonte: Trabalho de Campo (Junho de 2014).

A atividade agropecuária desenvolvida pela agricultura familiar no município tem sido fortemente apoiada pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através de assessores do microcrédito do Agroamigo. Apesar de o município de Itabaianinha não possuir agência do BNB e de muitos agricultores conhecedores dessa política não serem coniventes com a forma como outras agências operacionalizam o crédito do Pronaf B, a agência de Boquim, através de visitas de assessores nas reuniões das associações de povoados, acaba operacionalizando o maior número de contratos do Pronaf B no município, através da metodologia do Agroamigo. Para tanto, as entidades (Assessores do BNB, Emdagro, Secretaria de Agricultura Municipal e Associações Comunitárias) articulam-se de modo a definir um calendário de atividades e visitas. Segundo J. L. C. M. (junho de 2014),

[...] Nessas visitas, nas comunidades, eles [os assessores do BNB] aproveitam fazem visitas nas propriedades, fazem reunião ali mesmo e pegam toda documentação, pega a proposta tudo direitinho e depois elabora o projeto. E toda sexta-feira aqui no escritório tem um funcionário que vem para atender o público do Banco do Nordeste aqui no escritório. Quer dizer, pra evitar eles se deslocar até lá. (Op. Cit.)

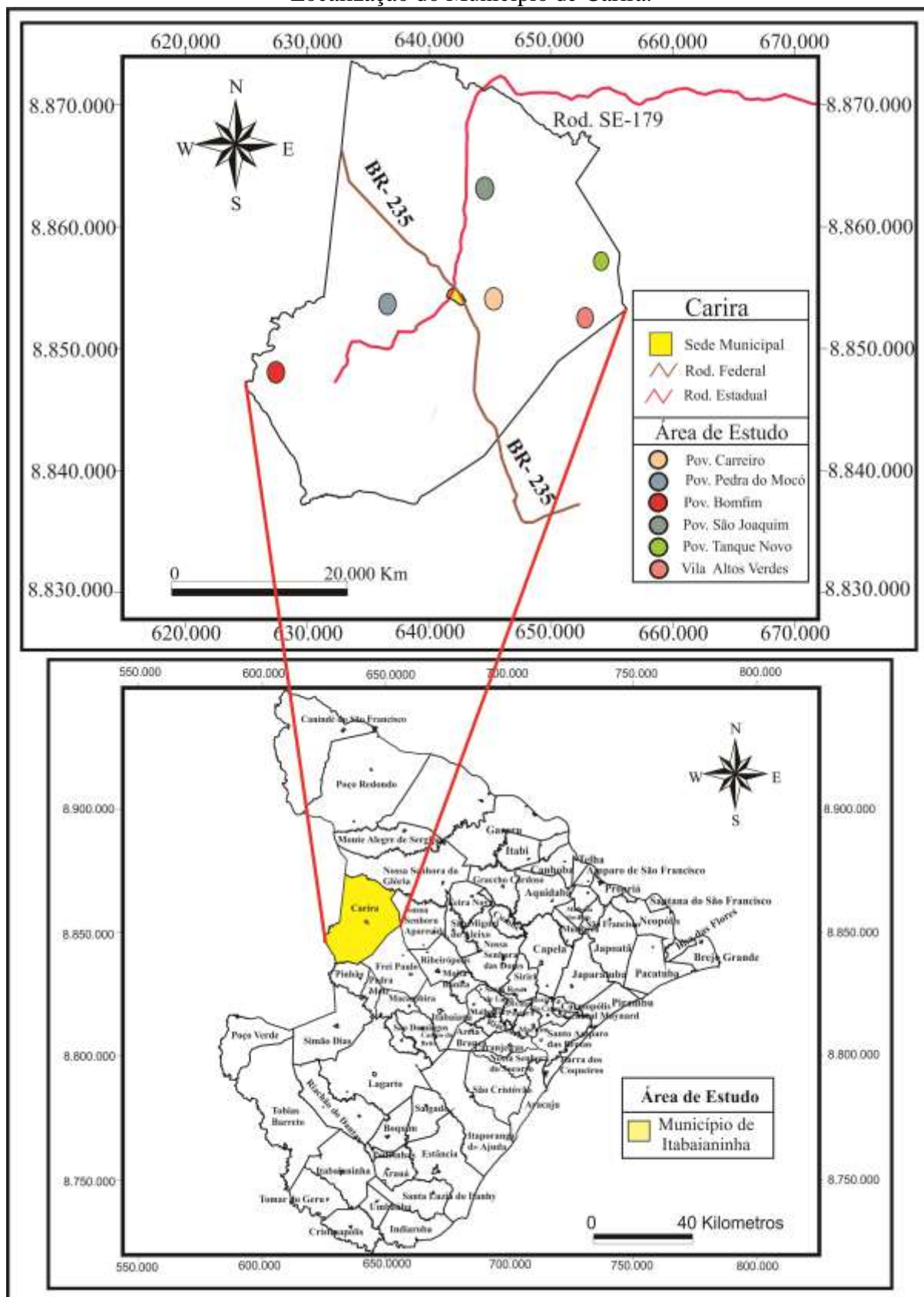
O respectivo fato justifica o motivo de Itabaianinha ter sido, em 2012, segundo dados da Superintendência do BNB em Sergipe (março de 2014), o município com maior número de operações de crédito do Pronaf B. Isso também mostra a evolução expressiva do programa entre 2005 e 2012, sendo que, em 2012, o número de contratos do Pronaf B (Agroamigo) foi de 5% do total realizado em Sergipe (BNB, novembro de 2014). O município de Itabaianinha apresentou crescimento de 65,62% no número de contratos entre 2005 e 2012, apresentando, como ocorreu no contexto do estado, decréscimo nos anos de 2008 e 2009, voltando a crescer em 2010, pela implementação de apoio governamental, aspectos também visualizados no montante que, de 2005 a 2012, crescera quase 312%, alcançando valores superiores a R\$1 milhão e meio, tendo entre 2008 e 2009 diminuído em relação ao ano de 2007 (BNB, 2005-2012). Deste modo, o Pronaf B (Agroamigo) tem sido um fator a mais na melhoria das condições produtivas e sociais do agricultor itabaianinhense que, segundo dados do IBGE (2006), ocupava cerca de 9 mil pessoas nos estabelecimentos agropecuários.

### 5.1.3 A Organização Espacial de Carira e o Pronaf Comum

O município de Carira está localizado no sertão sergipano, na microrregião de mesmo nome, constituído por uma área de 636,402km<sup>2</sup>, com 55 povoados e a sede. O município dista da capital sergipana, Aracaju, 112 km, drenado pela BR-235, e limita-se com o município de Nossa Senhora da Glória e de Nossa Senhora Aparecida ao norte; com Pinhão ao Sul; com o município de Frei Paulo a leste; e com os municípios baianos de Paripiranga (59km), Coronel João Sá (50km) e Pedro Alexandre a oeste (56km) (Figura 62). Em 2010, o município contava com uma população de 20.007 habitantes, sendo que 55,8% eram urbanos e 44,2% rurais (IBGE, 2010). Apesar dessa representatividade, o espaço rural tem ganhado relevância nos últimos anos, com a produção de cereais, como o milho, que trouxe nova perspectiva econômica ao agricultor carirense.



**Figura 62 - Sergipe**  
Localização do Município de Carira.



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho, 2014.



O município está inserido na área de Polígono da Seca, com clima megatérmico semiárido, caracterizado por precipitação média anual de 824,7 mm, sendo o período chuvoso de março a julho, e as médias térmicas são de 23,78°C. O município constitui-se por relevo com superfície pediplanada e dissecada e solos do tipo “[...] Litólico Eutrófico, Podzólico vermelho amarelo equivalente Eutrófico e Planosol, com uma vegetação de Capoeira, Caatinga e vestígios de Mata” (CPRM, 2002, p.10). Em termos hidrográficos, o município localiza-se entre duas bacias hidrográficas: bacia do rio Sergipe e bacia do rio Vaza-Barris, sendo a drenagem feita principalmente pelo rio Sergipe, Socovão, das Lajes, dos Negros e Cansação (Op. Cit.).

A constituição do espaço geográfico do município de Carira correlaciona-se à presença de uma tribo indígena, chefiada por uma índia cacique, conhecida por Mãe Carira, localizada entre o Tanque de Carira e o Saco Torto, distante dois “[...] quilômetros para o nascente, na Sesmaria do Varjado, [onde] João Dantas construiu a primeira residência, em 1865” (MENDONÇA, Et. Al., 2009, p.131).

Após a morte da cacique, os moradores dessa área denominaram-na de Mãe Carira e, no início do século XX, o nome da posse territorial fora simplificado para Carira. A ocupação dessa área iniciou-se com a construção da primeira casa que estimulou a consolidação de uma feira local e por consequência, a expansão comercial. No início do século XX, o progresso alcançado pelo município, sobretudo com a construção da rodovia estadual, que ligava Carira às cidades marginais e, por fim, à capital, auxiliou no fluxo de pessoas e de mercadorias, resultando na construção da primeira escola rural no município (1948), na expansão territorial, com a anexação do distrito de Altos Verdes (1957), e na inauguração da primeira agência bancária do Banco do Nordeste do Brasil (BNB, em 1964) (GOMES, 2007, p.44-46).

O desenvolvimento socioeconômico do aglomerado de Carira refletiu-se em 1953, com a elevação do distrito de Carira à condição de cidade, e em 1955, com a emancipação municipal em relação ao território de Frei Paulo, quando fora nomeado o primeiro prefeito, Olímpio Rabelo de Moraes. A partir disso, o então município apresenta como base econômica a agropecuária, microindústrias e o comércio, sendo as fontes de receitas administrativas “[...] garantidas pelo ICMS, *royalties*, ISS, FPM, IPTU, IPVA, IPI-Exportação, Fundeb, dentre outros” (MENDONÇA, Et. Al., 2009, p.132).

No ano de 2012, o Produto Interno Bruto do Município de Carira compreendeu 147.503 mil reais a preços correntes (IBGE, 2012). Desse total, 78,24% estivera concentrado no setor de serviços e no segmento de impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços

correntes<sup>45</sup>; seguidos de 11,25% no setor agropecuário; e 10,5% no setor industrial. Por esses dados, confirmam-se os prognósticos históricos e as perspectivas futuras em manutenção dos segmentos terciário e primário na economia carirense.

A agricultura carirense é distribuída em 1700 estabelecimentos rurais, dos quais 8,70% são classificados como não-familiares e 91,3% como familiares. A área total dos estabelecimentos somam 52.300 hectares, cuja agricultura familiar dispõe de 43,60%. Entre o total de estabelecimentos do município de Carira, 1.213 estão ocupados com a produção de milho, cuja atividade ganhou força nos últimos anos, motivada, sobretudo, pela demanda do mercado de estados do Nordeste. Juntamente a essa produção, tem destaque também a produção pecuarista bovina, com 27.843 cabeças, e avicultura, com 49.043 cabeças (IBGE, 2006).

A produção agropecuária vem sendo estimulada pelas demandas produtivas, especialmente com o milho, que tem sido a base de vários projetos do Pronaf Comum junto ao Banco do Nordeste (2005 a 2012). O município de Carira respondeu, no ano de 2012, por 8,76% dos contratos realizados nessa modalidade em Sergipe. Apesar do grande número de contratos (acima de 400), de 2005 a 2012, o município diminuiu em número de empréstimos nessa modalidade, na ordem de -27,61%, ao passo que o recurso disponibilizado para o município teve ampliação em 134,70% (BNB, 2005-2012). Fato que se alia, pelo observado em campo, a exaustão “produtiva” do agricultor familiar com a monocultura do milho e à busca por perspectivas mais diversas e de maior rentabilidade, além, é claro, das práticas de arrendamento de seus estabelecimentos para empresários que operam em grande escala e com grande volume de recurso para a produção desse grão.

Apesar da diminuição quantitativa dos contratos, o Pronaf comum continua sendo muito difundido no município para a produção de milho, de gado leiteiro e de aves. Mas é o milho a cultura mais beneficiada e que tem alavancado a economia do município. Esse crescimento decorre do investimento nas unidades produtivas, na aquisição de insumos e na geração de trabalho e renda, que é empregada. Portanto, o milho tem impulsionado outros segmentos econômicos, além do próprio segmento produtivo do grão, que se reflete diretamente na área urbana, seja no preços dos imóveis, seja na circulação de *commodities*.

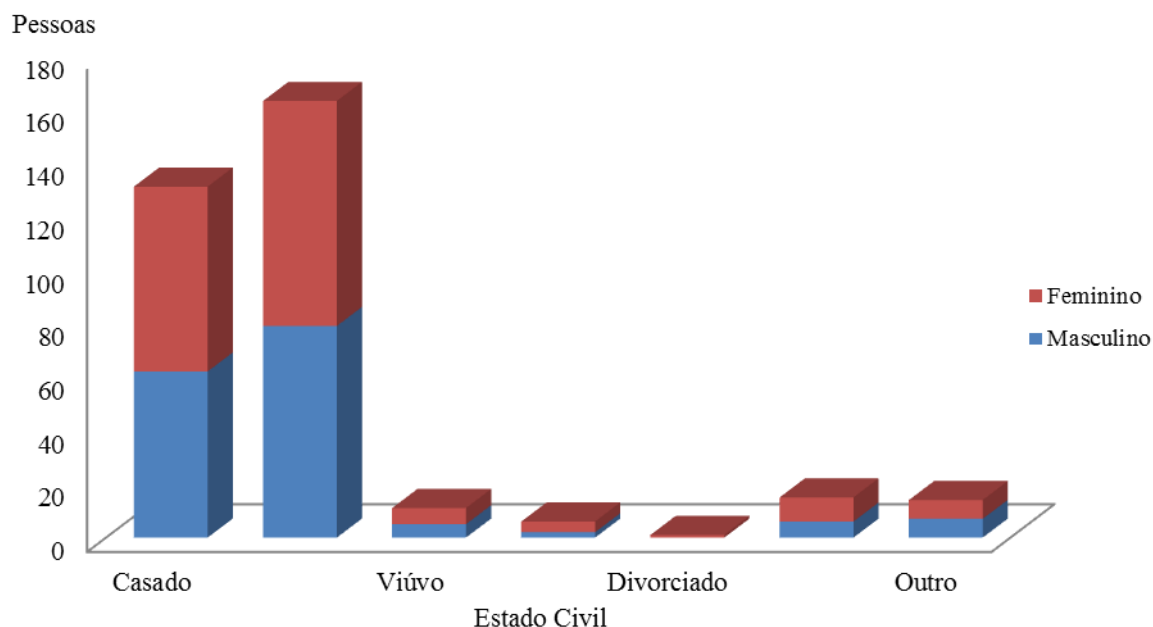
---

<sup>45</sup> Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes representam 5,85% da participação no Produto Interno Bruto de Carira, em 2012. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280140&idtema=134&search=sergipe|carira|produto-interno-bruto-dos-municipios-2012>>. Acesso em 04 dez. 2014.

## 5.2 PERFIL DO TOMADOR DE CRÉDITO DO PRONAF NOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

A unidade familiar de produção constitui-se de uma base estrutural, condicionada pela gestão e meios de produção existentes, a qual se define na terra, nos itens capitais, representados pelos equipamentos, máquinas e veículos, sobretudo; e, por fim, no trabalho, ou seja, na mão-de-obra familiar. Esses aspectos não são constantes a todas as unidades produtivas no país; ao contrário, esses elementos são extremamente variáveis. Por isso, ao analisar as mudanças implementadas pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no espaço rural sergipano, faz-se necessário considerar algumas variáveis observadas em campo quanto à estrutura familiar, ao grau de alfabetização, ao tempo de trabalho, ao tamanho e à condição da unidade produtiva.

A primeira dessas variáveis, a estrutura familiar, no que remete às unidades pesquisadas, a gestão é realizada, sobretudo, pelo chefe da família, que também é o beneficiário do Pronaf. O universo familiar somou 341 pessoas, das quais 48,4% são do sexo masculino e 51,6% são do sexo feminino; sendo 38,4% casados, 48% solteiros, 3,2% viúvos, 1,7% separado, 0,3% divorciado, 4,4% junto e 4% outro (Figura 63). Esse quadro expressa a dimensão cultural persistente no campo, em encaminhar os jovens para a convivência marital, ao tempo que contraria a tradição de famílias muito grandes, haja vista, ser de menos 4 membros a média de pessoas por unidades, com algumas poucas exceções, e mesmo os dados oficiais, em que expõe o valor de 4,13 como média de moradores em domicílios particulares ocupados em Sergipe (IBGE, 2010). Pelo visto, ainda se evidencia, em menor grau, a busca por novas oportunidades na área urbana, seja em termos de trabalho ou estudo, favorecendo o fluxo migratório contínuo diário.

**Figura 63** – Relação entre estado civil e sexo dos constituintes familiares de pronafianos.

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto, 2014).

Ainda dentro do universo familiar observou-se que 48% eram filhos, ao passo, que 20,5% assumiam a condição de mães e 18,2% de pais, ou seja, os percentuais demonstram que as mulheres também assumem a condição de chefe de família. Além dessas categorias, verificou-se que 10,2% se definiam em outra condição, seguidos de 2,3% de netos e 0,8% na condição de irmão (Tabela 12). Por município, verificou-se: 1-Capela, as unidades estiveram constituídas por 45 pessoas, das quais 11,1% eram pais, 15,5% mães, 51,1% filhos e 22,3% apresentavam outra correlação com a unidade familiar (neto e aderentes, mas principalmente noras); e cuja média de membros ficava em torno de 4,5 pessoas por unidades<sup>46</sup>; 2-Itabaianinha, do total de 263 pessoas pesquisadas, 19,7% estavam na condição de pai; 22% na de mãe; 47,9% na de filho; 1,1% na de irmão; 2,3% na de neto; e, 7% em outra condição que perpassam genro, nora, não parente, etc, definindo a média de 4 pessoas por unidades<sup>47</sup>; e, 3-Carira, a estrutura familiar das unidades produtivas se apresentaram diminuta, constituída por 33 pessoas, perfazendo uma média de 3,3 pessoas por estabelecimento<sup>48</sup>, dos quais 42,4% são filhos; 24,3% agregados (outra condição) e 30,30% pais.

<sup>46</sup> Essa média se mostra superior ao divulgado pelo IBGE (2010) para o município de Capela, cuja média de moradores em domicílios particulares ocupados em povoados fora de 4,33 pessoas.

<sup>47</sup> A média de membros por unidade produtiva para Itabaianinha já se apresentou menor, quando comparada com os dados do IBGE (2010), que apontavam para 4,18 o número médio de pessoas em domicílios particulares ocupados em povoados (IBGE, 2010).

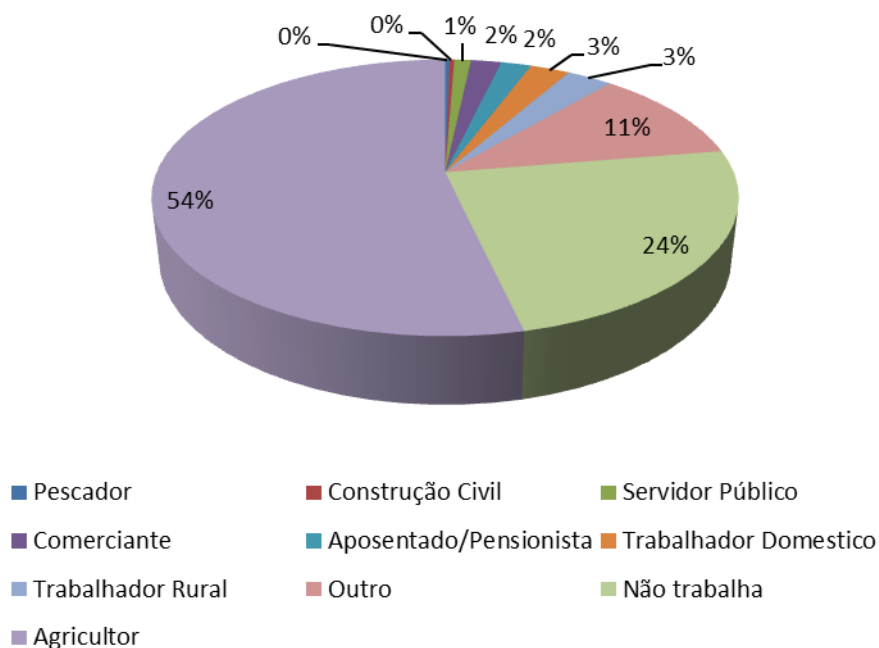
<sup>48</sup> Abaixo inclusive do número médio de pessoas em domicílios particulares ocupados catalogados pelo IBGE (2010) para os povoados, que foi para o município de Carira de 3,52 membros.

**Tabela 12** – Estrutura familiar das unidades familiares pronafianas nos municípios estudados.

	Pai	Mãe	Filho	Irmão	Neto	Tio	Outro	Total
Capela	5	7	23	0	2	0	8	45
Itabaininha	52	58	126	3	6	0	18	263
Carira	5	5	14	0	0	0	9	33
Total	62	70	163	3	8	0	35	341

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto, 2014).

No que se refere à questão educacional, nas unidades questionadas, verificou-se que quase 17,6% de seus membros eram analfabetos, 11,1% sabiam ler e escrever, 36,7% possuíam o primeiro grau incompleto e 34,6% já agregavam desde o primeiro ao terceiro grau completo, incluindo curso técnico. Computou-se que 8,2% estavam em outra condição, pois ainda não estavam em idade de estudar. Essa amostragem evidencia que o espaço rural está evoluindo em termos educacionais, forçando os jovens a buscar novas perspectivas, fato explicado por parte dos analfabetos estarem entre os que têm mais de 20 anos de trabalho e viverem exclusivamente para a agricultura. Isso é demarcado pela ocupação principal definida por 54% como agricultor; 24% atestam que não trabalham; 2% são aposentados; 11% enquadram-se em outra condição; e 9% executam atividades como comerciantes, servidores públicos, trabalhadores rurais, integrantes da construção civil, etc (Figura 64).

**Figura 64** – Ocupação principal dos agricultores familiares pesquisados.

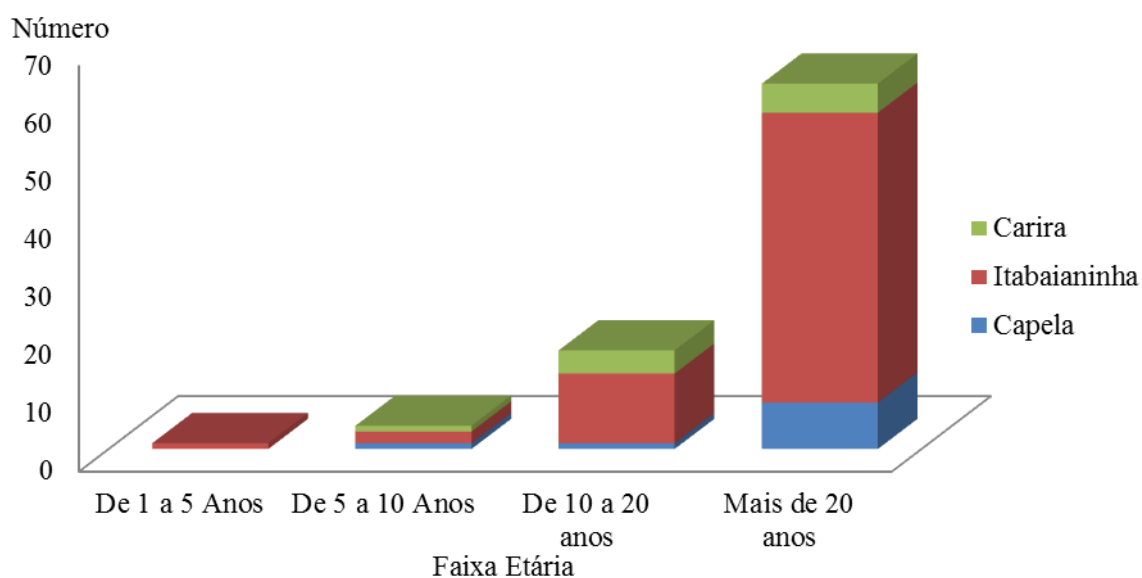
Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto, 2014).

Alguns desses atores, além de trabalharem em suas unidades, executando atividades agrícolas, também desenvolvem atividades secundárias dentro ou fora das unidades

produtivas. Logo, 7,3% dos agricultores atestam realizar outras atividades agrícolas, ao passo que outros se tornaram trabalhador rural (2,3%), pescador (0,3%) e/ou acabaram trabalhando em outras atividades não agrícolas, como trabalhador doméstico (7,6%), comerciantes (2,6%), servidor público (1,5%), trabalhador da construção civil (1,2%), não trabalham (7,6%) ou realizam outra atividade (7,6%), diferente das delineadas, sem desconsiderar os aposentados/pensionistas (0,9%), que também realizam atividades secundárias. A execução de atividades secundárias dentro ou fora de suas unidades produtivas justifica-se pela necessidade de complementação de renda. Logo, as atividades secundárias não são executadas, segundo os agricultores de modo corrente, mas quando se faz necessário financeiramente, sobretudo, fato atestado, especialmente, em Itabaianinha, onde os agricultores afirmam ainda como atividade secundária a função de mecânico, de bordadeira e de costureira e, por vezes, de professores contratados pela prefeitura local.

Destarte, 97,65% dos gestores familiares apontam que sempre trabalharam na zona rural, sendo que, entre os assentados de Capela, 90% sempre trabalharam na zona rural; em Itabaianinha, esse índice fora de 98,46%; e, em Carira, de 100%<sup>49</sup>. Ato contínuo, 74,1% dos agricultores apontam que possuem mais de 20 anos de trabalho na agropecuária; seguidos dos que têm de 10 a 20 anos (20%); de 5 a 10 anos (4,7%) e de 1 a 5 anos (1,2%) trabalhando a terra (Figura 65). Esses dados demonstram como é latente o vínculo construído pelos agricultores pronafianos em Sergipe com o espaço rural e com as atividades agrícolas.

**Figura 65** – Tempo de trabalho na agropecuária por pronafianos pesquisados.



Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto, 2014).

<sup>49</sup> Dados considerados de acordo com o número de questionários por município.

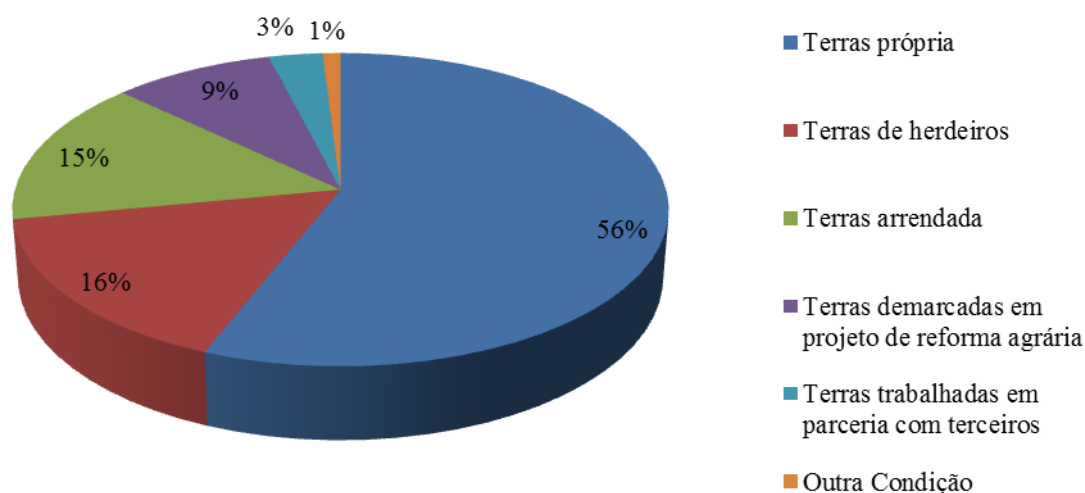
Desse lado, Capela demonstra que a maioria das famílias (80%) possui mais de 20 anos de atividades agropecuárias e apenas 10%, isto é, apenas uma família, têm experiência com o campo entre 5 e 10 anos. Essa realidade mostra que a constituição do assentamento fora edificado pela falta de oportunidades e como estratégia para a sobrevivência de muitos desses agricultores que quase sempre tiveram na terra uma garantia de vida. Enquanto em Itabaininha foi preponderante os que trabalham há mais de 20 anos (78,5%), seguidos dos que trabalham de 10 e 20 anos (17%), dos de 5 a 10 anos (3%) e dos que possuem de 1 a 5 anos de trabalho no espaço rural (1,5%), demonstrando, assim, a forte dependência com as culturas desenvolvidas no campo. Em Carira, os entrevistados sempre trabalharam na zona rural, sendo que 50% dos chefes de família possuíam mais de 20 anos de trabalho rural, 40% têm entre 10 e 20 anos e 10%, entre 5 a 10 anos de vivência no manejo da terra. Isso demonstra que a maior parte dos agricultores carirenses mantém vínculo com a atividade agrícola.

No tocante ao acesso ao Pronaf, observou-se que 11,75% tiveram acesso ao Pronaf A, 11,75% tiveram acesso ao Pronaf Comum e 76,5% ao Pronaf B (Agroamigo). Apesar desse universo, foi possível observar que alguns agricultores também puderam evoluir de modalidade, por exemplo, do Pronaf B para o Comum em Itabaianinha (1,2%). Além disso, 17,6% dos agricultores só acessaram o programa uma única vez, caso do Pronaf A (11,7%), do Pronaf B (4,7%) e do Pronaf Comum (1,2%). No tocante a dois acessos, 45,9% dos agricultores foram beneficiados, sendo a modalidade B do programa a mais expressiva (35,3%), mas havendo segunda renovação também na modalidade Comum (10,6%). Por outro lado, 36,5% apontaram que realizaram mais de duas renovações, aspecto possível e comum ao Pronaf B (Agroamigo). O acesso a esse programa nas variadas modalidades possibilitou a 15 agricultores comprarem mais terras, sobretudo os pronafianos B (13%) numa média de 1,2 tarefas; e os pronafianos Comum (2%), 4 tarefas em média. Esse aspecto demonstra que a aplicação correta do recurso do Pronaf impulsiona a economia das unidades produtivas, repercutindo na compra de novas áreas de terras e, por conseguinte, na possibilidade de observar o empreendedorismo rural.

Em termos da condição de exploração da terra somaram-se 106 condições para os estabelecimentos, com uma área de quase 1.185 tarefas (355,53 hectares). Desse total, 55,7% constituíam-se em terra própria, cuja média de área foi de 10,53 tarefas (3,15 hectares); 16% definiam-se como terras de herdeiros; 15%, como terras arrendadas; 9,45%, como terras demarcadas em projetos de reforma agrária; 2,85%, como terras trabalhadas em parceria com terceiros; e 1% encontrava-se em outra condição (Figura 66). Em termos de documentação, observa-se que a maior parte das unidades familiares ainda não possuem a documentação de

seus imóveis rurais, explicadas pelos valores cobrados para a escrituração; alguns alegam também a necessidade do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR)<sup>50</sup>. Dentre os agricultores questionados, 8,25% possuem algum tipo de contrato em termos de agregação de mais terra para o trabalho, seja assinado, seja verbal, no que se refere à parceria e arrendamentos e, mesmo entre herdeiros, no que tange a terras deixadas pelos pais.

**Figura 66**– Condição de exploração da terra entre os pronafianos pesquisados.



Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto, 2014).

Em Capela, a condição de exploração da terra entre beneficiários do Pronaf A é de proprietários com título advindo de Projeto de Reforma Agrária (100%), cuja área definida foi de aproximadamente 21 tarefas, ou 6 hectares. Enquanto Itabaianinha o percentual fica assim distribuído: 75,4% dos pronafianos B (Agroamigo) são proprietários da terra, 24,6% trabalham sobre terras de herdeiro, 15,4% são terras arrendadas, 4,6% são terras em parceria e 1,5% em outra condição, totalizando quase 750 tarefas. Esses números evidenciam que os pequenos agricultores familiares acabam incorporando mais áreas às pré-existentes, a fim de garantir maior índice de produtividade e de renda. Já em Carira, 60% são donos (proprietários com escritura - 10%; e proprietários com recibo - 50%), já os demais - 40% - agregam outra condição, a qual decorre principalmente do arrendamento da terra para cultivo do milho. Tais

<sup>50</sup> É de sabença, segundo norma da lei (Artº 153 da Constituição Federal, inciso VI), que glebas rurais familiares de até 30 hectares, nos municípios brasileiros, que não estejam incluídos em áreas da Amazônia Ocidental ou do Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense e do Polígono das Secas ou da Amazônia Oriental, juntamente a áreas de assentamentos da reforma agrária, estariam isentos de pagar esse tributo (ITR). Disponível em < <http://www.portaltributario.com.br/tributos/itr.htm> >. Acesso em 27 de outubro de 2014).



constatações quanto à estrutura documental da propriedade são validadas pela necessidade de comprovações burocráticas para acesso aos programas de desenvolvimento rural como o Pronaf. Sendo assim, mesmo os familiares mais conservadores não desejando acessar programas governamentais em função de não poder quitar os empréstimos, acabam indiretamente se beneficiando dos programas, pois os filhos e agregados, por meio de contratos, estão acessando os programas e validando mudanças sócio-espaciais no campo.

### 5.3 PRONAF EM SERGIPE: POSSIBILIDADES E INDICAÇÃO

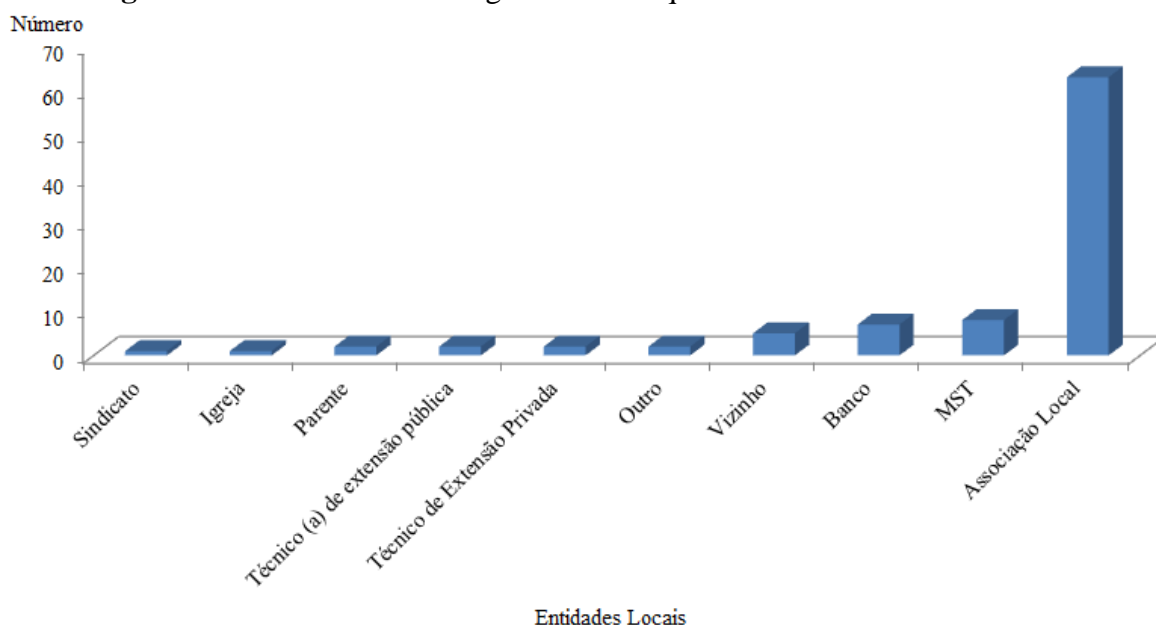
O Pronaf deve ser um programa assentado em parceria, segundo Lei nº.1.946, de 28 de junho de 1996) que o regulamenta: “[...] entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações” (Op. Cit, Artigo 2º). A correlação de parcerias entre entidades é visualizada como possibilidade para a fomentação de processos participativos e descentralizados, para a promoção de melhorias na qualidade de vida, para modernização das unidades familiares e para adequação profissional e de gestão por parte dos agricultores (Op. Cit.).

Por esse contexto, observa-se a tentativa de romper com a tradição histórica da questão creditícia no Brasil e a edificação de nova perspectiva que, mesmo de modo generalizado, atinjam os menos favorecidos do campo. Todavia, Abramovay (2008, p.11-12) aponta que essas entidades parceiras têm por objetivo selecionar os atores que se adaptem às normas vigentes de ingresso ao programa, efetivando-se uma correlação na transmissão de informações entre tomadores de crédito e instituições que emprestam. Essa correlação é realizada no Brasil mediante “[...] participação de organizações locais, como o movimento sindical de trabalhadores rurais e as organizações estaduais de assistência técnica e extensão rural. Estas organizações são fortemente inseridas localmente” (Op. Cit, p.12).

Dessa forma, estima-se que a parceria entre entidades e organizações locais tem fundamental importância no sentido de efetivação do crédito rural para os agricultores familiares, apesar de suas ações serem limitadas no sentido de auxílios administrativo-burocráticos. Ainda assim, suas ações através das reuniões locais conjuntas contribuem para melhorar a expansão do programa e, além disso, estimulam os agricultores a buscarem por maiores informações nas agências bancárias que promovem os financiamentos, como é o caso do Pronaf junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

Em Sergipe, o acesso ao crédito do Pronaf por parte do agricultor familiar ocorre mediante divulgação sobre o programa e depois pela disseminação de informações realizadas por entidades locais, a exemplo das associações vinculadas ao meio rural, em parcerias com entidades públicas e privadas, e a agentes institucionais. Nas três modalidades do programa observou-se que o conhecimento a seu respeito ocorreu, sobretudo, por reuniões realizadas nas associações (74,1%), seguidas da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) (9,4%), da instituição financeira (8,2%) e, ainda, de vizinhos, parentes, sindicatos, técnicos de assistência técnica pública e privada, igreja e outras formas que, conjuntamente, somaram 17,5% (Figura 67). Os números demonstram que os agricultores tiveram conhecimento do programa por mais de uma instância, mas sendo as associações locais eficaz nesse propósito, motivado pelo elevado número de agricultores que discutem as necessidades reais das comunidades.

**Figura 67** - Formas como os agricultores adquiriu conhecimento sobre o Pronaf



Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto, 2014).

Em Capela, as famílias pesquisadas sobre o modo como tomou conhecimento do Pronaf A, no assentamento José Emídio da Costa, apontam que souberam do programa mediante reuniões realizadas pelo MST em parceria com o arranjo institucional, no caso de Sergipe, com o Banco do Nordeste (BNB). Além disso, participaram dessa divulgação os mediadores vinculados à entidade financeira, o CEFAC e, também, o INCRA. Enquanto os agricultores de Itabaianinha demonstram terem tido conhecimento sobre Pronaf B (Agroamigo) e posterior acesso ao programa através de reuniões realizadas nas associações locais (80,6%). Em Carira, os agricultores entrevistados tomaram conhecimento do Pronaf e

de suas especificidades através de reuniões nas associações comunitárias (100%) ocorridas no próprio povoado. Deste modo, as relações de proximidades estabelecidas entre entidades, instituições e os agricultores têm colaborado diretamente para a efetivação do Pronaf.

Ainda dentro desse contexto, os agricultores explicitam que tiveram acesso ao Pronaf através das seguintes entidades: associação local (71,77%), direto com o banco (17,65%), MST (8,23%), Emdagro (6%) e com outras (2,35%) (Tabela 13). Alguns agricultores explicitam que o acesso se deu por ação de mais de uma entidade, isto é, por ação conjunta entre associação, Emdagro e entidade financeira. Deste modo, no município de Capela, o acesso ao Pronaf fez-se por mediação principalmente do MST (70%), ao passo que em Itabaianinha os agricultores afirmaram acessar o programa via associação (83%), diretamente com o banco (17%) e através da Emdagro (4,6%). O arranjo envolvido no processo de efetivação do Pronaf B (Agroamigo), nesse município, é motivado pela definição de um dia para preenchimento dos pré-requisitos do programa nas associações locais, por ação dos agentes institucionais que se dirigem às localidades pré-definidas para efetuar o projeto. Isso porque, conforme explicitado, o município não dispõe de agências do Banco do Nordeste (BNB). Já em Carira, os agricultores acessaram o Pronaf Comum através da associação (70%), via reuniões juntamente ao pessoal da Emdagro (20%) e direto com a entidade bancária (30%). Esse tipo de acesso, sobretudo na associação, é facilitado pelas reuniões informativas e mediante o período de pré-plantio, onde as entidades atuam mais fortemente, com o intuito de promover os empréstimos e de contribuir mais fortemente com a produção.

**Tabela 13** – Acesso ao Pronaf através de entidades.

	Associação	Direto com o banco	Emdagro	MST	Outro
	%	%	%	%	%
Capela		10		70	20
Itabaininha	83	17	4,6		
Carira	70	30	20		
Total	71,7	17,6	5,9	8,2	2,3

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto, 2014).

O financiamento foi realizado unanimemente de forma individual, apesar de alguns agricultores inferirem que foi em grupo (28,2%), haja vista terem sido realizados os preenchimentos de formulários conjuntamente em reuniões das associações locais. Além disso, 97,7% informaram que receberam o financiamento em dinheiro e 2,3% apontaram ter optado por depósito em conta. Os agricultores, 23,5% deles, informaram que já se beneficiaram de outra modalidade do Pronaf, sendo os agricultores de Carira, pronafianos Comum (90%), os que mais se beneficiaram disso, tendo acessado anteriormente à

modalidade do Pronaf B (Programa Agroamigo), aspecto que demonstra a evolução do agricultor familiar pobre à agricultura familiar de relativa prosperidade, em exemplo, o município de Carira, onde os agricultores familiares tornam-se importantes produtores de milho. Sendo assim, o programa, que pretende ser renovado por 87% e tendo 77% de outros familiares também inclusos em relação aos agricultores pesquisados, define-se como um alicerce para a espacialização e profissionalização produtiva do agricultor familiar.

A efetivação contratual do Pronaf requer que os agricultores familiares possuam a Declaração de Aptidão (DAP), emitida quase unanimemente, entre os pesquisados, por empresa de assistência técnica pública. Assim, os agricultores analisados disseram ter obtido essa declaração junto à Emdagro e ao INCRA (94,1%), no caso de Sergipe, principalmente. Ao passo que 5,9% disseram que o sindicato realizara essa emissão. Quanto aos agricultores questionados por município observou-se que: 1- em Capela, os assentados obtiveram a DAP com o INCRA, não precisando ser paga e nem requerer garantias, principalmente junto aos bancos; 2- em Itabaianinha, os agricultores apontaram que a emissão da DAP é gratuita (88%)<sup>51</sup>, sendo efetivada juntamente à Emdagro (92,30%) e ao sindicato dos trabalhadores rurais (7,7%). Todavia, é notório que, em Sergipe, os sindicatos de trabalhadores rurais assumem apenas a função na intermediação de informação e de direcionamentos para a efetivação de direitos conquistados pelo agricultor familiar; 3- em Carira, 100% das DAP's foram liberadas pela Emdagro sem custos, necessitando apenas os documentos pessoais.

Nessa mesma linha, 68,2% dos agricultores apontaram não ter sido exigido nenhum tipo de garantia para que o financiamento fosse realizado, mas tendo sido requerido documentos pessoais, como CPF (100%), RG (97,60%), comprovante de residência (95,30%), comprovante de votação (61,20%), certidão SPC/Serasa (21,20%) e outros (1,17%), além do documento do imóvel (64,7%). Em Carira, foi solicitado a 7 dos 10 agricultores e, em Itabaianinha, a 48 dos 65 agricultores a apresentação do título da propriedade (escritura ou recibo) e o recibo de Imposto Territorial Rural (ITR). Essa variação percentual quanto à documentação exigida subentende a seletividade dos agricultores, isto é, a necessidade de demarcação real da identidade de agricultor familiar, aos que pleiteiam o programa, por parte das entidades que são responsáveis pela sua efetivação, desde às emissões da DAP até as instituições financeiras.

Os atores beneficiados com o Pronaf A, B e Comum, em Sergipe, aplicaram os recursos principalmente no custeio agropecuário (61,2%) e no custeio pecuário (34,2%). Mas,

---

<sup>51</sup> 7,5% não lembram se pagaram e 4,5% atestam que pagaram entre dois e vinte reais para adquirirem a Declaração de Aptidão.

como os projetos preveem, em alguns casos, a variação produtiva, também houve aplicação de um mesmo recurso na compra de animais (50,6%), na construção de instalações (15,3%), outros investimentos (11,7%), na compra de máquinas (9,5%) e 22,3% na compra de terras, construção de açude/cisternas, atividades não agrícola, bens de consumo durável e pagamento de dívidas (Tabela 14). Em Capela, o empréstimo fora aplicado em custeio agrícola; em Itabaianinha o financiamento teve maior número de finalidades integradas ao custeio agrícola; e em Carira, 80% empregaram no custeio agrícola, 10% no custeio pecuário, 10% em ambas as atividades e 10% na compra de máquinas para manuseio do solo. Deste modo, o financiamento foi utilizado basicamente para o fortalecimento da atividade agropecuária e/ou em atividades que alicerçam seu desenvolvimento no espaço rural sergipano.

Os agricultores beneficiados com o Pronaf afirmam que indicaria o programa para outras pessoas (91,8%), pois, segundo muito desses, o programa pode ajudar outros agricultores a melhorarem de vida, haja vista a quantidade de benefícios que está associado ao mesmo, quando são respeitadas as regras do financiamento. Em Capela, 60% dos beneficiados com o microcrédito do Pronaf A indicariam o programa para outras pessoas, aspecto justificado em alguns agricultores não se compromissarem com a obrigação do pagamento. Enquanto, Itabaianinha, 98,5% dos agricultores indicariam o programa, "porque é muito bom, a forma de pagamento é facilitada" (A. S., 2014); ou ainda, nas palavras de J. H. S. (2014), "porque é muito bom e é uma forma de mudar de vida". E em Carira, 80% dos beneficiados com o Pronaf Comum indicariam o programa para outras pessoas, pois segundo a maioria deles "é bom, o juro é baixo" (J. I. S., 2014); "indicaria para quem é correto, pois para quem paga certo é excelente" (J. W. S., 2014). Os relatos indicam que, por mais dificuldades que o programa apresente, conforme já visualizado, ele tem definido e direcionado as atividades produtivas e, por isso, tem consolidado um novo rumo de vida ao espaço rural sergipano.

Desta forma, as informações demonstram que o agricultor não está mais sem informações quanto às possibilidades que existem em termos de políticas de apoio ao pequeno agricultor. Esse conhecimento tem, a partir das ações de associações locais e da atuação de atores institucionais e entidades facilitadoras, implementado mudanças na percepção do agricultor familiar sergipano, que transcende as retóricas culturais e busca subsidiar, através do Pronaf, suas atividades dentro das unidades produtivas, fato que, até meados da década de 1990, nunca fora imaginado por muitos desses pequenos agricultores que viviam basicamente do que se produzia dentro de seus estabelecimentos familiares.

**Tabela 14-** Aplicação dos recursos do Pronaf nos municípios pesquisados

	Custeio agrícola	Custeio pecuário	Comprar terra	Compra de animais	Construção de instalações	Construção açude/cisterna	Compra máquinas	Atividade não-agrícola	Bens de consumo durável	Pagamento de dívidas	Outros investimentos
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Capela	100										
Itabaianinha	50,7	41,5	4,6	66,1	20	6,2	10,7	7,7	7,7	3	15,4
Carira	90	20					10				
Total	61,2	34,2	3,5	50,6	15,3	4,7	9,5	5,9	5,9	2,3	11,7

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto, 2014).

#### 5.4 PECULIARIDADES PRODUTIVAS ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF EM SERGIPE

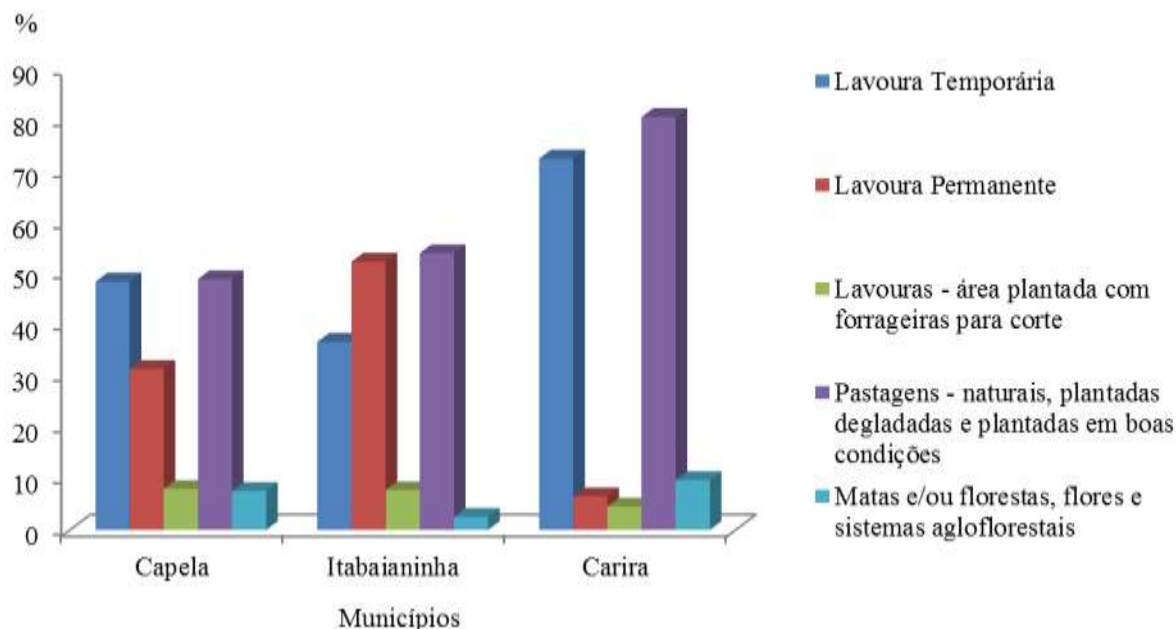
O estado de Sergipe, conforme já visualizado, é constituído por 89,8% de estabelecimentos familiares, contabilizando um total de 90.330 estabelecimentos, segundo dados do IBGE (2006). Os municípios em estudo, por agregarem maior número de contratos efetivados de Pronaf, possuem conjuntamente 7,2% dos estabelecimentos familiares sergipanos, com área de 50.478 hectares. O município de Capela conta com 1.212 estabelecimentos da agricultura familiar, com área total de 7.184 hectares, que define uma área média de 5,9 hectares/estabelecimentos. Já Itabaianinha possui 3.741 estabelecimentos da agricultura familiar, com área total de 20.486 hectares, que define uma área média de 5,47 hectares por unidade familiar. Em Carira existem 1.552 estabelecimentos da agricultura familiar, com área total de 22.808 hectares, que define uma área média de 14,69 hectares por unidade familiar (IBGE, 2006).

De acordo com os dados secundários, os dois primeiros municípios, localizados no leste sergipano, possuem área média menor do que a definida para o estado (7,87 hectares/estabelecimento), demonstrando a circunscrição de pequenos estabelecimentos familiares nesses municípios. Já Carira, município sertanejo, possui estabelecimentos familiares maiores em extensão e propícios à pecuária. Todavia, os dados primários colhidos em campo, em relação ao tamanho das unidades familiares pronafianas, somaram área total de 1.185 tarefas, cuja média por unidade seria de 14 tarefas ou 4,25 hectares. Logo, a área média dos estabelecimentos é menor que a área definida pela normatização da Lei da Agricultura Familiar, quanto ao módulo fiscal, nos três municípios.

As unidades familiares dos municípios em destaque estão ocupadas com lavouras temporárias, lavouras permanentes, forrageira para corte, pastagens e matas (Figura 68). Em Capela, apesar da predominância de unidades ocupadas com a monocultura da cana-de-açúcar, também há o cultivo de outras lavouras temporárias, que se fazem presente em 48,51% das unidades familiares. Nesse município, as unidades familiares também estão ocupadas com lavouras permanentes (31,43%) e pastagens (49%), além da existência de matas, flores e sistemas agroflorestais, que é observada em 7,59% das unidades. Em Itabaianinha, os estabelecimentos destacam importante regime de policultura, apesar da expressiva produção de laranja, 7% do total estadual. Os estabelecimentos familiares de Itabaianinha estão ocupados especialmente com lavouras permanentes (52,41%), lavouras

temporárias (36,75%), pastagens (54,07%), lavouras com forrageiras para corte e matas (10,28%). Em Carira, os estabelecimentos familiares estão ocupados, sobretudo, com pastagens (80,67%), lavouras temporárias (72,55%), lavouras permanentes (6,57%) e lavouras com forrageiras para corte e matas (14,29%), dimensionando a importância da prática pecuária no município (IBGE, 2006).

**Figura 68-** Formas de utilização da terra nos municípios pronafricanos pesquisados.



Fonte: IBGE, 2006.

Segundo dados do IBGE (2006), os estabelecimentos rurais familiares respondem pela produção de 21.612.671 toneladas e 38 mil de hortifrutis, que integram as culturas temporárias e permanentes (Tabela 15). O município de Capela, pelos dados apresentados, define a força que tem a agricultura familiar em um território em que a monocultura é uma das fontes geradora de renda, aspecto que valida a importância desse processo socioprodutivo da agricultura familiar. Em Itabaianinha, evidencia-se que a policultura é forte nas unidades familiares de produção, sendo responsável por boa parte dos alimentos produzidos no município que também se volta ao abastecimento local e estadual. E, por fim, em Carira, certifica-se que sua força está na produção de grãos, sobretudo, milho e feijão. Os dados demonstram que a policultura é uma prática ainda existente nas unidades familiares de produção do estado de Sergipe, mesmo em áreas onde se consolidam práticas monocultoras.



**Tabela 15 – Sergipe**  
Quantidade produção de culturas temporárias e permanentes nos municípios pesquisados  
2006

Produtos	Capela			Itabaianinha			Carira		
	Produção total	Produção Familiar	%	Produção total	Produção Familiar	%	Produção total	Produção Familiar	%
Abacaxi (Mil frutos)	64	38	59,3	-	0	-		-	
Abóbora, moranga, jerimum (Toneladas)	2	1	50	58	58	100	30	30	100
Amendoim em casca (Toneladas)	6	0	0	64	63	98,4			-
Batata-inglesa (Toneladas)	0	0	0	14	12	85,7			-
Cana-de-açúcar (Toneladas)	226.707	37.354	16,5	36	36	100			-
Cebola (Toneladas)		-		1	1	100			-
Fava em grão (Toneladas)		0		138	98	71		0	-
Feijão preto em grão (Toneladas)		-		2	2	100	42	42	100
Feijão de cor em grão (Toneladas)	3	3	100	36	35	97,2	45	38	84,4
Feijão fradinho em grão (Toneladas)	8	5	62,5	31	29	93,5	308	192	62,3
Feijão verde (Toneladas)	4	4	100	23	21	91,3	199	196	98,5
Mandioca (aipim, macaxeira) (Toneladas)	529	429	81	2.788	2.644	94,8	21	14	66,6
Melancia (Toneladas)		0		6	6	100	0		-
Milho em grão (Toneladas)	107	84	78,5	2.926	2.754	94,2	13.838	7.187	52
Forrageiras para corte (Toneladas)		0		87	87	100			-
Cana forrageira (Toneladas)	639	637	100	12.251	3.307	27			-
Milho forrageiro (Toneladas)	7	7	100	101	41	40,6	646	101	15,63
Banana (Toneladas)	593.277	412.477	69,5	153.473	144.473	94,1	450	400	88,9
Laranja (Toneladas)	203.620	110.120	54	32.569.671	20.889.683	64,1			-
Total	1.024.909	561.121	54,7	32.741.706	21.043.350	64,27	15.579	8.200	52,6

Fonte: IBGE (2006).

% - Representatividade da produção da Agricultura Familiar no total municipal.

Agora, no que se refere à pecuária, os estabelecimentos familiares sergipanos respondem pela criação de 35,38% de diversas espécies animais no total do estado, entre elas destacam-se os bovinos (52%), aves (30,43%), suínos (78,18%), ovinos (60,32%), coelhos (79,74%), etc (IBGE, 2006) (Tabela 16). Nesse cenário, os municípios em estudo apresentam destaque produtivo, congregando 10% da produção pecuária desenvolvida nas unidades familiares, isto é, produzindo 232.506 cabeças de várias espécies, de um total de 2.367.845 cabeças existentes no estado (IBGE/SIDRA, 2006).

Em Capela os rebanhos de maior expressão para a agricultura familiar tem sido a criação de aves, suínos, asininos, muares, entre outros (Tabela 16). O primeiro segmento é observado em 90% dos estabelecimentos da agricultura familiar, com produção aproximada de 104 mil aves. O segundo, suínos, é desenvolvido em 56 unidades familiares, com produção de 674 cabeças. Esses dois segmentos são muito desenvolvidos no município por gerar renda direta e de modo rápido nas unidades familiares, sendo estimulado pelas entidades de assistência técnica aos beneficiários do Pronaf. Já os asininos (46 cabeças, presentes em 36 unidades familiares) e os muares (170 cabeças em 114 estabelecimentos familiares) são assimilados por serem animais dóceis e de resistência no campo, já que ajuda na tração animal e no transporte humano e de carga. Contudo, a bovinocultura predomina na agricultura não familiar (58,75%), sendo que a agricultura familiar responde pela criação de 6.641 cabeças de bovinos, que se encontram distribuídas entre 80,55% dos estabelecimentos de Capela (IBGE, 2006), aspecto que pode estar aliado fundamentalmente ao Pronaf, haja vista o incentivo pecuário para a compra de uma vaca, que ao procriar, possibilita a geração de renda com a produção de leite e o pagamento da obrigação financeira com a venda do bezerro.

Esse aspecto já era evidenciado por Lopes (2007, p.38), ao abordar que o crescimento do rebanho correspondia a uma indução institucional, isto é, “[...] O aumento do rebanho bovino, principalmente de vacas, e do criatório de porcos, mostra o direcionamento do crédito concedido pelo BNB para o investimento na compra de animais, o que tem sido a tônica na atuação do banco”. Entretanto, para o ano de 2012, essa ação não fora uma constante, observando-se por parte das entidades prestadoras de assistência técnica, o incentivo a consolidação de atividades agrícolas combinada a atividades pecuárias, como estratégia de garantir renda sempre que necessária.

Em Itabaianinha, a pecuária também apresenta relevância enquanto atividade econômica junto a agricultura familiar. Essa atividade responde pela produção de 100% de coelhos, 89,86% de aves, 87,5% de asininos, 85% de suínos, 73% de muares, 70,15% de ovinos, 67,45% de outras aves, 67,17% de equinos, 53,34% de bovinos, 44,5% de caprinos e

0,4% de bubalinos (IBGE, 2006) (Tabela 16). Os dados evidenciam novos hábitos produtivos, que justificam a diminuição de importância da bovinocultura, mesmo que presente em 86,62% dos estabelecimentos familiares. Além disso, o município tem prezado por variações nas criações em termos pecuários, em função de servir de base alimentar e de geração de renda. O referido aspecto é impulsionado entre os agricultores familiares pronafricanos, sobretudo, os da modalidade B (Agroamigo), porque dinamiza a produção e gera renda em diferentes segmentos produtivos.

Enquanto em Carira, decorrente da adversidade climática e pedológica, a produção pecuária apresenta importante expressão na agropecuária familiar. Pelos dados do IBGE (2006), a produção familiar abrange 100% de coelhos, 94,4% dos asininos, 92,6% das aves, 92,2% dos caprinos, 91% dos suínos, 65,3% dos ovinos, 61,6% dos equinos, 44,5% dos muare, 44% dos bovinos e 25,8% de outras aves (Tabela 16). Os dados dimensionam a força da pecuária familiar diante do total de estabelecimentos carirenses. Esse fato alicerça a hipótese de ser o Pronaf Comum um programa que estimula o dinamismo econômico de base familiar. Sendo esse resultado do sucesso de financiamentos anteriores, como do Pronaf B (Agroamigo), no desenvolvimento das atividades produtivas nas unidades familiares.

**Tabela 16 – Sergipe**  
Correlação percentual da atividade pecuarista na agricultura familiar e não familiar em Sergipe  
2006

	Sergipe		Capela		Carira		Itabaianinha	
	Cabeças em Est. Familiares	Cabeças em Est. não Familiares	Cabeças em Est. Familiares	Cabeças em Est. Familiares	Cabeças em Est. Familiares	Cabeças em Est. não Familiares	Cabeças em Est. Familiares	Cabeças em Est. não Familiares
	%	%	%	%	%	%	%	%
Bovinos	52	48	41,24	58,76	44,07	55,93	53,34	46,66
Bubalinos	4,71	95,29	21,05	78,95	-	-	0,4	99,6
Equinos	66	34	54,36	45,64	61,61	38,39	67,17	32,83
Asininos	85,94	14,06	75,40	24,6	94,4	5,6	87,5	12,5
Muare	67,77	32,23	61,37	38,63	44,55	55,45	73	27
Caprinos	66,20	33,8	53,48	46,52	92,25	7,75	44,5	55,5
Ovinos	60,32	39,68	33,65	66,35	65,32	34,67	70,15	29,85
Suínos	78,18	21,82	75,47	24,53	90,94	9,06	84,96	15,04
Aves	30,43	69,57	99,06	0,94	92,58	7,42	89,86	10,14
Outras aves	66,86	33,14	39,42	60,58	25,78	74,22	67,45	32,55
Coelhos	79,74	20,26	43,75	56,25	100	-	100	-
Total	35,38	64,62	90	10	73,59	26,41	75,84	24,16

Fonte: IBGE (2006).

Os dados trabalhados a respeito da produção agrícola familiar de Sergipe, considerando os pronafricanos A, B e Comum, nos seus diferentes espaços-locais-municipais confirmam o demonstrado pelos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006). Mesmo em períodos distintos, pode-se afirmar que os agricultores assentados, através da ação de entidades de assistência técnica e via Pronaf A, assim como os pequenos agricultores itabaianinhenses, pronafricanos B, costumam optar pela produção de variados itens alimentícios, visando sustentabilidade e rotatividade produtiva na unidade familiar. Já em Carira, os agricultores familiares, mesmo produzindo artigos para autoconsumo, apresentam um caráter mais empresarial, no sentido de produzir grãos, a exemplo do milho, visando ao mercado externo a Sergipe.

Por essa quadra, faz-se necessário correlacionar o apontado por Lopes (2007), quando analisa 108 unidades familiares, pronafricanas B, em 2006, as quais agregavam uma área total de “[...] 208,1 hectares, sendo 57,7% correspondentes à superfície utilizada total, onde 49,0% são ocupadas com lavouras, hortas e pomar, e 51,0% com pastagem plantada” (Op. Cit, p.34). Na análise atual, com 85 unidades pronafricanas A, B e Comum, verifica-se que do total de 1.185 tarefas, aproximadamente 355,53 hectares, 91,2% estão ocupados com atividades produtivas e 8,8% com benfeitorias e espaços de criação. Esse dado demonstra que as unidades trabalhadas apresentam maior valor-área produtiva. A ampliação dessa área pode estar correlacionada às atividades desenvolvidas que requerem muito espaço, como o milho e a prática de arrendamento de terras, ou ainda as unidades de assentamento que possuem aproximadamente 6 hectares, assim como a própria ampliação natural das unidades já existentes, conforme agregação de novas áreas, via compra e herança.

Assim, numa área de 1.080,5 tarefas (324,18 hectares), foram produzidos pelas 85 unidades analisadas 3.308 toneladas de grãos, raízes e frutas, além de hortaliças. Desse total produzido, apenas 4,6% são direcionados ao consumo da família, isto é, 151,88 toneladas. Segundo os agricultores pronafricanos, a produção geral de suas unidades teve uma ampliação média de quase 41%, sendo que, após acesso ao Pronaf, 19 artigos corresponderam a esse aumento, entre os principais e comum aos três municípios analisados destacaram-se: 1- o milho, apontado por 36 unidades como tendo sofrido aumento após acesso ao programa, em 34,6%; 2- feijão com produção ampliada em 21 unidades e aumento produtivo de 31%.

Ainda assim, de modo particularizado, percebeu-se que em Capela o cultivo da cana é territorializado. Com a desapropriação da Usina Santa Clara, a cana foi desterritorializada em função da produção de gêneros alimentícios, como previsto entre os atores sociais do assentamento. Contudo, no decorrer dos anos, os assentados são impulsionados pelo bom

preço da cana no mercado, pela existência de demanda em nível regional, pelo fácil manejo com o cultivo e pelo acesso ao crédito, o que desencadeou a reterritorialização da atividade canavieira no assentamento, considerando partes do terreno. Segundo técnico do CEFAC, em consonância com indicação do INCRA, os lotes devem conter menos de 50% de sua área ocupada com cana. Essa reterritorialização é firmada mediante efetivação de contrato do Pronaf A, que indica a consorciação da atividade lucrativa, com outras de subsistência, fato atestado por F. T. R. (Junho, 2014),

Então, todos produzem cana e tem outras atividades ou pecuária ou produzem outros tipos de culturas tipo, maracujá, outras hortaliças. Então vamos dizer assim, um percentual de 60 ou 70% que eles só produzem cana, não, eles produzem a cana e trabalham outras culturas e a pecuária também (Op. Cit.).

A produção canavieira é assim, uma atividade bastante desenvolvida no assentamento. Entre os moradores do José Emídio da Costa, foi identificado que a área ocupada com cana somava 97 tarefas, as quais computavam uma média de 9,7 tarefas ou quase 3 hectares por lote. A área ocupada com a cana representa quase a metade do tamanho dos lotes (6 hectares), responsáveis pela produção de 2.194 toneladas anuais, ou quase 220 toneladas por unidade familiar. Essa produção deve-se a todo um aparato científico e tecnológico empregado na produção que decorre da prestação de assistência técnica, avaliação do INCRA e, mesmo, da validação da qualidade da cana pelas usinas.

Todos os questionados apontam terem tido aumento produtivo com o Pronaf A, cuja média foi de 75%, e todo esse aumento é direcionado à agroindústria da cana da região. Conforme definição dos projetos do Pronaf, o agricultor assentado deve desenvolver também outras atividades, entre as quais a agricultura do milho, feijão, mandioca, arroz, maracujá, macaxeira, entre outros, sendo, por isso, justificado o crescimento produtivo de arroz (100%), de maracujá (10%), de mandioca (10%) e de macaxeira (10%).

No município de Itabaianinha, os dados observados nas unidades dos pronafianos B (Agroamigo) de 11 povoados do município evidenciam que a policultura tem sido uma atividade consolidada entre os pequenos agricultores (Figura 60). Esses produzem desde culturas permanentes, como a laranja (produzida em 17 unidades, numa área média de 3,7 tarefas, que gerou, em 2012, cerca de 160 toneladas, com aumento produtivo após o Pronaf de 44%) e o limão (3 unidades produzem, em 4,5 tarefas, respondendo por cerca de 2 toneladas de limão).

Outras culturas são desenvolvidas, sendo demandadas como culturas alimentares, mas o excedente volta-se ao mercado, como é o caso do milho (produzido em 51 unidades que ocupava uma média de 2 tarefas por estabelecimento), do feijão (35 unidades o produziam numa área média de 1,2 tarefas por estabelecimento) e da mandioca (41 unidades a produziam, ocupando uma área média de 1,25 tarefa por estabelecimento, mesmo sabendo que boa parte das unidades dedicava apenas meia tarefa para produção de farinha demandada pela família e de complementos alimentares para o gado); e de culturas comercializáveis, a exemplo da pimenta, cultivada por 5 unidades familiares, ocupando cerca de 6 tarefas, gerando uma produção de 160 sacos, isto é, 4.800kg ao mês. Três das unidades afirmaram que só conseguiram produzir pimenta após acesso ao Pronaf, haja vista os projetos do Agroamigo terem sido direcionados a essa atividade, mesmo com a indicação de outros cultivos, como milho e feijão. Ainda houve observação de outras culturas com menor expressividade frente ao número de unidades, mas que têm relevância em função de manter a unidade produtiva.

As culturas realizadas em Itabaianinha ocuparam uma área de aproximadamente 324,75 tarefas (97,43 hectares), responsável pela produção de 368.855 quilogramas de grãos, raízes, frutas e hortaliças. Parte dessa produção, cerca de 20%, seria destinada ao consumo das próprias unidades familiares que atestam, após acesso ao Pronaf, terem suas produções acrescidas em aproximadamente 30%. Além disso, duas unidades afirmaram terem aplicado o recurso do Pronaf na compra de máquinas de costura.

Em termos de diversidade produtiva, a piscicultura tem sido inserida, enquanto atividade econômica, no espaço rural de Itabaianinha. Três agricultores ocupam uma área de aproximadamente 2,0 tarefas (0,6 hectare) com reservatórios, onde criam peixes e camarões para consumo familiar. Os agricultores não estimam a produção, mas acredita-se que, pelas características naturais existentes e pela forma como têm sido definido esses projetos, a produção possa gerar excedentes que sirvam para a complementação da renda. Nesse tocante, também é interessante frisar que os respectivos agricultores, apesar de possuírem terreno propício à edificação dos tanques-reservatórios para essas criações, tiveram a configuração real dessa prática após o Pronaf.

Enquanto em Carira, os agricultores questionados localizavam-se nos povoados Carreiro, Pedra do Mocó, Bomfim, São Joaquim, Tanque Novo e Altos Verdes (conforme figura 62- acima) (Figura 69). Nesses espaços foram observados que a produção de milho é quase predominante entre as unidades familiares e, por esse quadro, o arrendamento de terras para esse fim é muito expressivo, pois a área das unidades produtivas computou 40 tarefas (12 hectares) que, ao agregar mais áreas de arrendamento, passa a quase 250 tarefas (75 hectares).

**Figura 69** – Carira  
Unidades habitacionais dos agricultores familiares pronafricanos  
2014



Fonte: Carvalho (Julho/2014).

Ainda segundo dados do IBGE, na produção agrícola municipal (2005-2012), visualiza-se que a área plantada com milho quadruplicou, crescendo cerca de 303%. Em contrapartida, a área colhida não expressa a área plantada no ano de 2012, tendo um crescimento em relação ao ano de 2005 de apenas 20,68%, fato que está associado à questão climática, sobretudo à continuidade das secas sofridas no Nordeste, nos anos de 2011 e 2012. Essa conjectura também se reflete no aumento produtivo que fora de apenas 0,26%, considerando o aumento da área plantada, aspecto associado realmente ao período de seca, mas também e principalmente ao uso indiscriminado de sementes transgênicas e de insumos químicos.

Entre os agricultores familiares entrevistados, nove produziram milho a partir dos incentivos dados pelo Pronaf Comum. Esses agricultores foram responsáveis pela produção de aproximadamente 655,2 toneladas de milho, que perfizeram 10.920 sacos de 60 quilogramas. Desse total, 4,2% dos sacos foram deixados na unidade produtiva, visando à alimentação dos animais, com a fabricação de silo. Segundo os agricultores, a produção fora ampliada de 30 a 70% após acesso ao programa, em função da possibilidade de aumentar a área produtiva e a utilização de implementos agrícolas.

O feijão foi outra cultura destacada. Contudo, sua importância foi pequena, pois apenas 3 unidades o produziam, por vezes consorciado ao milho. Nessas três unidades, foram produzidas, em 151 tarefas (45,30 hectares), cerca de 30,36 toneladas de feijão, que somaram 506 sacos de 60 quilogramas. Desse total, 1,9 toneladas de feijão, que representou 32 sacos,



foram direcionadas ao consumo das próprias unidades familiares. No mais, as três unidades produtivas indicaram que, após o Pronaf, o aumento na produção de feijão oscilou de 10 a 60%.

As unidades apontaram ainda que produziam palma forrageira, uma opção alimentar para os animais, em função de se desenvolverem mais facilmente no Nordeste e também por gerar menos dependência em relação a “[...]concentrados energéticos, além de seu custo de matéria seca ser menor do que outros alimentos, contribuindo significativamente na redução das despesas com alimentação (R\$/Litro de Leite)” (ÁGUIDO, 2013, S/P). A produção de palma está concentrada em uma única unidade familiar que ocupa 7 tarefas (2,1hectares) com a produção e produziu cerca de 50 toneladas, disponibilizadas exclusivamente para a alimentação de animais em sua unidade. O referido agricultor, plantador de palma, afirma que sua produção foi avantajada em aproximadamente 200% com o uso de recursos do Pronaf Comum, tendo contribuído, ainda, para a melhoria de outras estruturas produtivas e para a aquisição de animais, tendo, assim, se especializado fortemente na bovinocultura.

No tocante à prática pecuária nas unidades produtivas sergipana, foi observado que, antes do acesso dos agricultores ao Pronaf, a produção somava 1.613 cabeças, distribuídas entre várias espécies. Após o Pronaf, o aumento produtivo desse segmento para o ano de 2012 foi de 208,3%, isto é, passou-se a produzir 4.973 cabeças, sendo os maiores índices produtivos observados para os bezerros (492,3%), seguidos de frango (421,2%), touros (400%), caprinos (325,7%) e asininos (300%), entre outros. Contudo, fora perceptível a perda de importância na produção de bovinos, com queda de -40,74%, aspecto que é justificado pela busca por raças mais desenvolvidas, a exemplo dos touros, a fim de gerar procriação, devido ao fato de ser mais facilitada sua engorda e demanda comercial no mercado. Pelos dados observados, atesta-se que a atividade pecuarista também é bastante diversificada nas unidades produtivas pronafianas, sobretudo nas que acessaram a modalidade B. Isso porque os projetos definidos juntamente às entidades técnicas visaram à sustentabilidade da unidade produtiva, não priorizando apenas um segmento, mas buscando subsidiar a agropecuária e até mesmo as atividades não-agrícolas.

O segmento pecuário em Capela, no que refere-se aos assentados, correlaciona-se à demanda da unidade e da necessidade de complementação da renda. Nesse aspecto, as unidades produziam galinhas caipiras, antes e depois do acesso ao Pronaf, sendo que após houve aumento de 167,46% na produção. A bovinocultura também está presente, com a existência média de 10 cabeças em duas propriedades. Além da existência de equino, em uma das unidades. A essa atividade pecuarista soma-se uma incipiente atividade de beneficiamento

de doce, realizada por uma única unidade, com o beneficiamento do leite e do coco na fabricação de doces.

Em Itabaianinha, as unidades produtivas também apresentaram importante criação, representada pela bovinocultura, avicultura, suinocultura e outras espécies, as quais responderam por um crescimento de quase 243,4% entre o antes e o depois do acesso ao Pronaf. O crescimento, quando da análise do antes e depois do Pronaf, materializa-se em espécies como bezerros, cujo crescimento foi superior a 2000%, criados em 4 unidades; seguidos de frango, produzidos em 6 unidades e crescimento da ordem de 421%; e touros, criados em três unidades, onde o crescimento foi de 400%. A criação das variadas espécies pecuárias está presente em aproximadamente 10 unidades, justificado pela criação combinada com a agricultura, aspecto explicado pelo fato de a unidade se dedicar a várias atividades geradoras de alimentos e renda num mesmo local. Além da pecuária, essas unidades produziram 3.660kg de farinha de mandioca, 180kg de ervas medicinais, 95 litros de leite de vaca ao dia e 66 dúzias de ovos por semana que configuram demandas das unidades produtivas, mas também contribui para a complementação da renda.

Em Carira, a pecuária bovina apresenta importância entre os agricultores entrevistados. Entre as unidades pesquisadas, 50% trabalham com a pecuária bovina, sendo 4 dessas com a criação reprodutiva – vacas, touros e bezerros (três destas consorciadas à monocultura do milho), enquanto uma unidade trabalha apenas com a criação de vacas. Duas dessas unidades também produzem leite, cuja total produtivo fica em aproximadamente 200 litros diários. O agricultor que optou pela criação de vacas demonstra que, após o Pronaf, teve possibilidade de ampliar sua criação em 13 cabeças, não tendo ainda pretensão de venda, pois estava, à época das entrevistas, em período de engorda. No total, antes do Pronaf, as 10 unidades possuíam conjuntamente 16 cabeças, tendo ampliado a produção em cerca de 150% após o programa.

A motivação pela pecuária, segundo os agricultores, está na facilidade de comercialização. Além disso, em um dos casos, o solo não é propício para a produção agrícola. Essa atividade pecuarista, no entanto, é mantida pela ração de milho e pela produção de palma forrageira. A base alimentar do gado é extremamente propício na região, o que auxilia o desenvolvimento do animal e a produção do leite, haja vista o grão do milho demorar mais no processo digestivo do gado e evitar desordens na ruminação (Schalch Jr, 2012). Uma das unidades também possui 10 bezerros e 1 garrote, resultado do pós-Pronaf, e que auxiliará na quitação futura do financiamento.

Além da bovinocultura, a avicultura também é praticada entre os pronafianos de Carira. Das 10 unidades analisadas, 50% têm produção de galinhas caipiras e apontam um aumento na produção após o Pronaf de 113%, sendo voltada, sobretudo, para o consumo familiar (81,25%), contra 18,75% para a comercialização local. Essa comercialização volta-se ao atendimento, especialmente, da demanda de vizinhos e, quando muito, as aves são comercializadas na feira local.

Por essa conjuntura, as unidades produtivas analisadas em Sergipe reforçam que a atividade dos pequenos agricultores, pronafianos A, B e Comum, são desenvolvidas visando à melhoria da unidade produtiva, objetivando a melhoria da qualidade de vida e da renda. Pelos dados avaliados, fica evidente que há, por parte desses agricultores, a priorização na diversificação de cultura, mas há também, por parte dos beneficiários do programa, o ingresso em atividades antes exclusivamente do grande capital. Esse aspecto demonstra como a agricultura familiar desenvolve suas atividades, visando não somente ao consumo, mas também, acesso aos mercados, superando o fenômeno do autoconsumo.

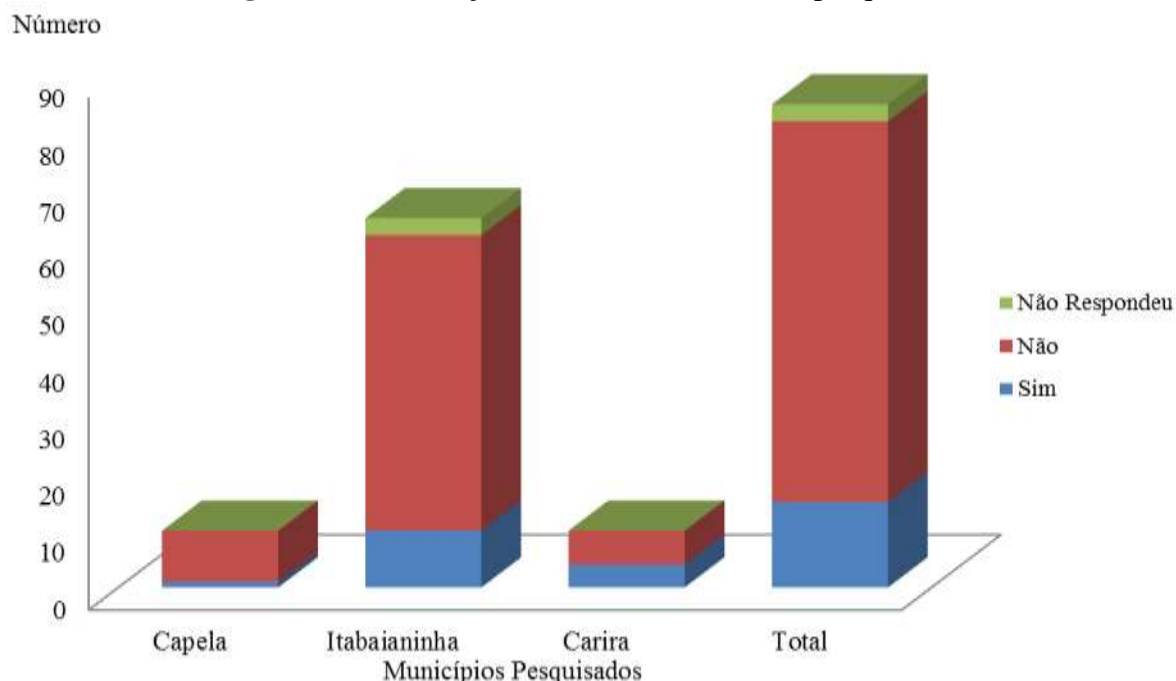
## 5.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRONAF E SEUS EFEITOS ENTRE OS BENEFICIÁRIOS EM SERGIPE

Nas últimas décadas, a agricultura familiar tem sido beneficiária de diversos programas e políticas sociais que visaram superar um contexto histórico de exclusão e de marginalização. Sendo assim, a partir do final da década de 1990 e início do século XXI, o contexto de programas e as políticas desenvolvidas no Brasil tiveram o mérito de explorar as potencialidades das pequenas unidades familiares, de promover os segmentos produtivos mais tradicionais e, por consequência, de alicerçar o desenvolvimento econômico nas escalas locais (Sachs, 2001). Tais ações foram possíveis graças às normas incluídas nos direitos sociais da Constituição de 1988, que prevê seguridade social e mecanismos de gestão social na efetivação de políticas públicas. A partir disso, foram definidos alguns termos legais de apoio à agricultura familiar, tal qual a definição em 1996 do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); em 2003, o estabelecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como integrado às ações do Pronaf, no intuito de garantir a compra de partes da produção da pequena agricultura de base familiar; e, em 2006, a legitimação da categoria agricultura familiar. Os referidos programas ainda vêm passando por constantes

modificações no sentido de inserir o maior número possível de agricultores, na medida em que se tornam sustentáveis e promotores do desenvolvimento local.

Em Sergipe, as unidades pronafianas demonstram terem conseguido desenvolver segmentos que até então não eram popularizados pelas políticas públicas. Entre esses, a própria agricultura que apresentava baixos índices de produtividade, mas fora estimulada ao agregar atividades complementares que operam na maior geração de renda e no desenvolvimento socioeconômico entre os pequenos agricultores. Tal aspecto é observado quando se percebe que as unidades tiveram suas infraestruturas melhoradas e passaram a agregar maior conhecimento sobre a importância da participação em organizações sociais, sobre os problemas e sobre as perspectivas das questões sócio-espaciais do meio rural.

Nesse sentido, as unidades analisadas (75,3%) possuíam energia elétrica, sendo que, após acesso ao programa, 7 novas unidades conseguiram instalar esse benefício na unidade, e 8 unidades ainda não possuíam. No mais, 78,9% das unidades possuíam residência, sendo que 17,6% passaram a ter residência na unidade após os resultados produtivos do Pronaf, isto é, 15 unidades tiveram suas casas construídas ou reformadas após acesso ao programa; e 3 agricultores não responderam (Figura 70). Diante disso, foi possível verificar que o número médio de cômodos por residência antes do Pronaf era de 4,8; ao passo que, após o Pronaf, o número médio passou para 5,2 cômodos. Todavia, ainda existem unidades produtivas sem infraestrutura residencial, mesmo que em número irrisório, sobretudo no município de Itabaianinha. As unidades implementaram ainda, após o Pronaf: 1- fossa comum, isto é, os resíduos são apenas enterrados (58,8%); e 2- fossa séptica, em que os resíduos passam por um processo de decantação e separação, em que bactérias anaeróbicas decompõem a parte sólida (17,6%).

**Figura 70-** Construção da Residência entre os pesquisados

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

Além disso, considerando-se o antes e o depois do Pronaf, 96,5% das unidades apontavam ter cercas; 64,7% possuíam galinheiros; 40% tinham pocilgas; e 5,9% tiveram estábulos instalados antes do Pronaf, mas passaram por algum tipo de reforma e construção posterior ao financiamento (11,76%). No mesmo sentido, ocorreu com os currais, em que quase 36,5% do total de unidades familiares apresentavam-nos no momento da pesquisa, sendo que 14,11% das unidades detinham-nos antes do financiamento. Além desses, houve a construção e/ou melhorias em termos de obras de irrigação, tanques, açudes e cisternas; e três unidades que produziam peixe e camarão informaram utilizarem-se de rede, linha, iscas, tarrafas, vara de pesca e anzol.

No tocante à questão hídrica, as unidades apontaram já possuírem serviços de água encanada e tratada advinda da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) (11); outras 5 unidades apontaram necessitar de águas apoiadas por carros-pipas em alguns meses do ano; 16 unidades possuíam poços artesianos antes do Pronaf, tendo ampliado o número desse artifício para 20 unidades após acesso ao Pronaf. As unidades agregavam ainda cisternas (45,8%), rio/açude/barragem (17,6%) e chafariz (5,8%). Essas condições foram corroboradas posteriormente aos resultados produtivos facilitados pelo Pronaf. Tal aspecto evidencia o impulso dado pelo programa no desenvolvimento das unidades produtivas, sendo extremamente importante sua manutenção no sentido de tornar os agricultores aptos a suprirem suas próprias necessidades e de estarem integradas às demandas dos mercados.

Os aspectos mencionados apresentam alguma diferenciação no que remete aos assentados de reforma agrária, pronafricanos A. Entre essas destaca-se a edificação das residências dos assentados, através de programas do INCRA até 2012. Contudo, desde primeiro de janeiro de 2013, há uma portaria interministerial, segundo D. S. O. (2014), que envolve o

[...] Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social, trazendo essa política de habitação rural pra dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida. Executado pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, retirando do INCRA essa atividade [...]a partir dessa publicação, dessa medida, dessa portaria interministerial, as casas dos assentamentos é [agora] via [programa] Minha Casa, Minha Vida Rural (Op. Cit. 2014).

O programa passa a subsidiar o desenvolvimento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que possibilita a construção ou reforma das unidades habitacionais de agricultores familiares, com renda máxima comprovada de 15 mil reais, em todo o território nacional. Ainda segundo D. S. O (2014), os valores da construção da casa devem ser de até 25mil e a reforma no valor de 17mil<sup>52</sup>.

Mediante essa informação, fora observado em campo que as residências do assentamento José Emídio da Costa têm um padrão definido juntamente aos programas executados pelo INCRA. Essas moradias são constituídas por 5 cômodos, sendo uma cozinha, uma sala, um banheiro e dois quartos. Mas verificou-se que as famílias assentadas já impuseram mudanças infraestruturais a suas residências, com a construção de área, ampliação de número de cômodos, etc. Por isso, o número médio de cômodos por residência ficou, nesse assentamento, em torno de 5,7. As modificação infraestruturais, segundo D. S. O. (2014), já é resultado das melhorias condicionadas pelo Pronaf na produção e, por consequência, na renda das famílias.

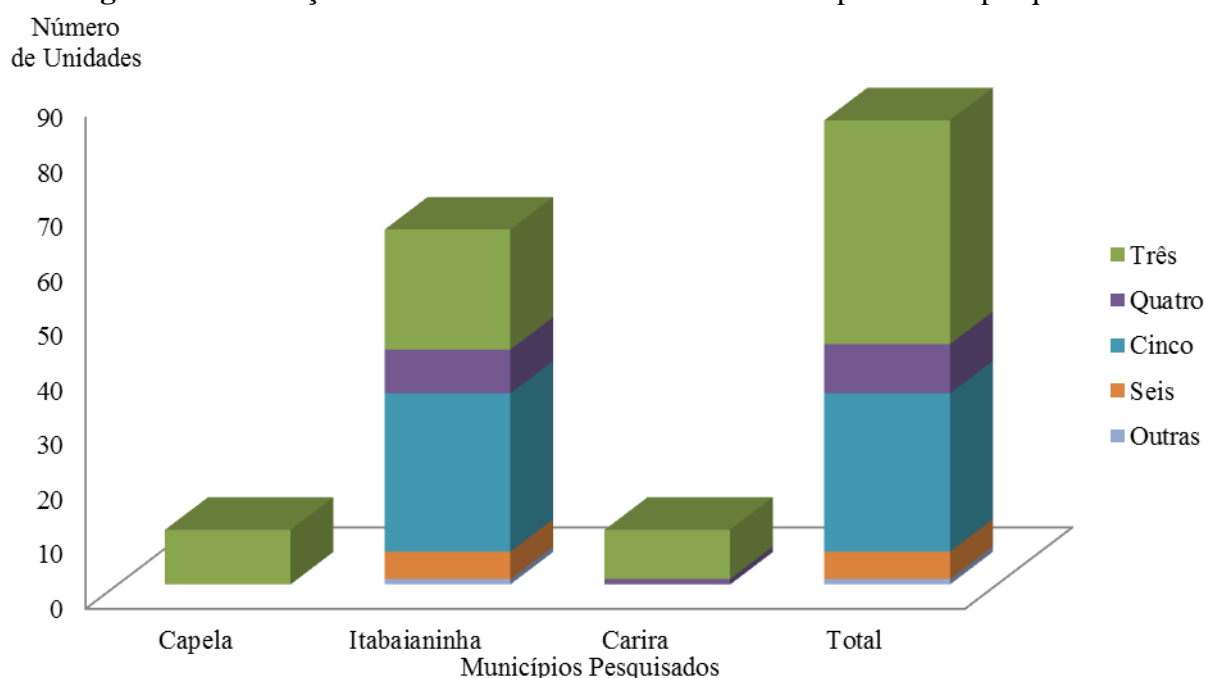
Aliado à questão infraestrutural da residência, foi observado a valorização da segurança alimentar. Por essa conjuntura, os 85 gestores familiares consideram sua alimentação em quantidade suficiente (96,5%), mas reclamaram do preço dos alimentos. Os 3,5% que informaram “insustentabilidade alimentar” justifica a situação em função do crescimento da família e da falta de dinheiro para aquisição de alimentos, sobretudo entre os

---

<sup>52</sup> Segundo dados da Caixa Econômica Federal (2015), esses valores já foram atualizados, sendo o valor de construção de até R\$28.500,00 e de reforma R\$17.200,00. Os mesmos estão previstos para a região Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Na região Norte, o valor de construção é de R\$30.500,00 e de reforma R\$18.400,00, justificado pelas condições naturais e de deslocamento para profissionais e aquisição de materiais para a consolidação da estrutura.

pequenos agricultores do município de Itabaianinha. Em termos de números de refeições realizadas pela família, 48,2% informaram realizar cerca de três refeições diárias; 34,1% afirmaram realizar cinco refeições; 10,6%, quatro refeições; 6%, até seis refeições; e 1,2%, outra condição (Figura 71). Além disso, a maior parte dos alimentos são adquiridos na feira-livre municipal (91,7%), seguidos de produtos adquiridos no supermercado (83,5%), de itens produzidos na roça (81,2%) e, por fim, na bodega, venda ou mercearia local (20%). Disso, observa-se que não há, por parte dos agricultores, uma sustentabilidade alimentar advinda unicamente do trabalho familiar. Isso é justificado pelas culturas desenvolvidas pelos agricultores, de acordo com a demanda local, aspecto que, para os agricultores, não é tão negativo, pois segundo vários deles, *“tendo dinheiro é mais fácil comprar, que produzir certos tipos de alimentos”* (J. R., 2014).

**Figura 71** – Refeições realizadas diariamente nas unidades produtivas pesquisadas



Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

Em Capela, a questão da segurança alimentar é sustentada nos produtos oriundos da labuta da família na unidade (90%), consorciando, por vezes, artigos comprados na feira (60%) e no supermercado (50%). Disso, 90% dos entrevistados definem sua alimentação como satisfatória, enquanto 10% acham que poderia ser melhor e afirmam que faltam condições de acesso a outras possibilidades de alimentação, além da convencional, pois a família é muito grande, constitui-se de até dez membros. Mas, ainda assim, todas as famílias têm as três refeições diárias. Em Itabaianinha, a maior parte dos agricultores (44,6%) realizam

até cinco refeições diárias, sendo os produtos consumidos originários da feira (97%), do supermercado (87,7%), da roça (81,5%) e de bodegas/venda (21,5%). Já em Carira, 100% dos questionados consideraram a alimentação familiar como satisfatória, realizando três refeições diárias e seguindo o lastro cultural do nordestino (feijão, arroz, farinha e carne). Entre as unidades, os produtos demandados por suas famílias originam-se da própria unidade (70%), são comprados na feira (90%), no supermercado (90%) e nas vendas locais (20%). A necessidade de produtos externos à unidade produtiva, justifica-se pelo fato de nem tudo ser produzido e, também, pelo fato de o agricultor se inferir num novo nível de consumo que demanda produtos modernos e industrializados.

Ainda no que se refere ao contexto familiar, a partir da pesquisa, foi verificado que as famílias acessam a outros programas governamentais. Observa-se que 83,50% dos gestores receberam algum tipo de auxílio em dinheiro. Entre os programas e benefícios mais acessados pelas unidades familiares sergipanas estava o Bolsa Família (64,7%), aposentadoria (23,5%), Bolsa Escola (11,7%), auxílio a portador de deficiência (2,3%), garantia safra (1,2%) e outra situação, tipo bolsa emergência (4,7%), havendo também acesso ao Programa Minha Casa, Minha vida Rural (31,7%). Em relação a fornecerem produtos agrícolas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apenas dois agricultores de Itabaianinha disseram fazer o repasse de determinados produtos cultivados em suas unidades para a CONAB, como é o caso, sobretudo, da laranja. Esse repasse foi justificado pelo preço razoável do produto. As famílias disseram ainda participarem do Programa Saúde da Família (PSF – 49,4%), ao passo que 4,7% tiveram acesso à educação de jovens e adultos, 1,2% ao aleitamento materno, 2,3% ao programa do leite, 4,7% a cestas básicas, 2,3% a outra política e 35,4% disseram não ter acesso a nenhum desses programas, sobretudo no município de Itabaianinha.

No tocante a despesas com mão-de-obra contratada, observou-se entre os agricultores pesquisados que, antes de acessar o Pronaf, 30,6% das unidades familiares já se utilizavam de trabalhadores temporários e 8,2% de diaristas, numa média de quase 2 trabalhadores, sobretudo no período de preparo da terra para plantio e no período de colheita. Esse tipo de mão de obra se constitui principalmente por homens que recebem valor superior a quase 40% em relação ao valor pago pelo trabalho da mulher. Após o acesso ao programa, em função da ampliação da produção nas unidades beneficiadas, 38 unidades passaram a se utilizar desse tipo de trabalho temporário e 45 de diarista, representando conjuntamente 97,65% das unidades, numa média de 2,5 trabalhadores por unidade, cujo valor médio pago era de aproximadamente R\$35,00 por trabalhador (Tabela 17).



**Tabela 17-** Mão de obra contratada pelas unidades familiares pesquisadas

	Trabalhador temporário			Diarista		
	Capela	Itabaianinha	Carira	Capela	Itabaianinha	Carira
Antes do Pronaf (Unidades)	4	19	3		6	1
Nº de pessoas	4	37	6		24	3
Depois do Pronaf (Unidades)	10	23	5		10	3
Nº de pessoas	12	49	14		33	12
Valor médio do dia de trabalho (R\$)	40	35	35		35	35
Valor total pago (R\$)	480	1.715	500		1.155	420

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

No mais, antes do Pronaf, aproximadamente 9,4% dos agricultores informaram contratar serviços de máquinas para plantio e colheita nas unidades, ao passo que, após o programa, essa contratação foi ampliada em 14,1%, tendo esses serviços variados em termos de valores em relação a horas trabalhadas (R\$35,00 a R\$55,00) e de trabalho diário da máquina (de R\$50,00 à R\$120,00). O retrato das contratações de mão-de-obra, seja como temporários ou diaristas, assim como o aluguel de máquinas, nas unidades familiares de Sergipe, mostram a dinâmica produtiva existente no espaço rural, ao tempo que os estabelecimentos que não agregaram nenhum tipo de auxílio trabalhista justificou-se pelo intenso trabalho da família aliada aos implementos de maquinários agrícolas.

Os mesmos agricultores delegam pouca importância à participação em organização social, apesar de 71,8% participarem das associações locais e de 27% participarem dos sindicatos na condição de filiado (Tabela 18). A participação fora ampliada no pós-Pronaf, em virtude principalmente do repasse de informações quanto aos programas governamentais que podem ser acessados por esses atores. Mas, além dessas duas organizações, os agricultores atentos às nomenclaturas de políticas locais também se inserem em outras organizações que visem à dinamização da economia local, com incentivos governamentais.

**Tabela 18 –** Participação de pronafianos em organização social nos municípios pesquisados

	1 Antes do Pronaf	2 Depois do Pronaf	Sim (Vínculo)		
			1 Sócio	2 Diretoria	3 Conselho Fiscal
Sindicato	17	23	28		
Cooperativa de produtores	2	1	2		
Associação	59	61	52	4	4
CMDRS	4	13	2	1	10
Colegiado Territorial	1	1	1		
Outros	5	3	2		

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

Em Capela, os assentados pesquisados informaram haver diminuição de integrantes nas organizações entre o antes e o depois do Pronaf. Diante dessa conjectura, 30% deles afirmaram serem filiados ao sindicato dos trabalhadores rurais, ao passo que, após o Pronaf, apenas 20% persistiram como sindicalizados. O mesmo ocorreu com o vínculo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) que, antes do Pronaf, perfazia 40% e, após o programa, diminuiu para 20%. A realidade descrita demonstra que a questão organizacional é problemática, justificando a filiação na necessidade de informação e de assistência para chegar ao Pronaf, quando conseguem acessá-lo, porém, mostram uma desmotivação de continuar pagando uma taxa que, segundo os agricultores, não contribui em nada para a vida deles.

Em Itabaianinha ficou evidente o entrosamento dos agricultores no sentido de integração às questões de assunto local e individual, conforme participação em sindicato, em associação e no conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável. Mas também demonstra a preocupação de agricultores no intuito de aplicar os recursos e de promover o desenvolvimento de seu município através da participação no colegiado territorial e de cooperativa de produtores. Isso é tão evidente, que muitos desses agricultores, além de sócios, também passam a ocupar cargos de diretoria e de conselho fiscal em entidades locais voltadas ao atendimento das demandas do espaço rural, por legitimação e conhecimento de regras.

Por meio de conhecimento, alguns agricultores têm buscado trabalhar para a criação de cooperativa, pois já se integrariam, de algum modo, no fornecimento de produtos para agroindústrias instaladas no estado, ou para redes de distribuição que exijam algum tipo de comprovação, podendo ser viabilizada por estas cooperativas. Segundo informações colhidas com entidades locais em Itabaianinha, foi possível verificar que muito do comércio institucional tem sido realizado por cooperativas oriundas de outros municípios sergipanos: “[...] a Coperafim que é de Indiaroba e uma de Moita Bonita. Olhe banana e batata-doce praticamente 80 a 90% da produção do que é consumido na alimentação aqui da merenda é comprado todo em Moita Bonita” (G. S. F., junho de 2014).

Já em Carira, a realidade é mais diferenciada, pois poucos agricultores participavam do sindicato de trabalhadores rurais do município antes do Pronaf (10%). Após o acesso ao programa, os mesmos, em número de 60%, observaram a importância de estarem envolvidos nas questões sindicais, inclusive se filiando. Em relação a serem sócios da associação comunitária, os agricultores têm diminuído sua participação, motivados, sobretudo, pelas pautas de informação e pela diminuição de custos financeiros. Logo, a preocupação da maior

parte desses agricultores é mesmo o sindicato em função da luta pela aposentadoria futura e o assistencialismo.

Apesar do impulso a novas práticas no campo, a exemplo da organização social, a maior parte dos agricultores pronafianos apontam, de modo direto, variados problemas vivenciado no espaço rural, dentre os quais tiveram destaque: a falta de terras para a manutenção da família; as novas pragas que estão surgindo e acometendo a produção; o desmatamento, que contribui para a diminuição da “saúde” da terra; a falta de vias que possibilitem boa circulação entre os estabelecimentos rurais; os atrasos na liberação do crédito para a prática agropecuária; a presença de muitos intermediários na comercialização o que contribui para a perda de preço por parte do produtor; a falta de uma infraestrutura mínima em termos de água encanada e tratada; a ausência de escolas e postos de saúde; a falta de assistência técnica efetiva que evite a utilização de tantos agrotóxicos para dizimar as pragas; e a falta de dinheiro para subsidiar as atividades.

Nesse contexto, 69,5% dos tomadores de crédito questionados em Sergipe disseram terem vontade de encaminhar os filhos para outras atividades, a depender da escolha deles e motivados, principalmente, pelo fato da lida com a terra ser muito sofrida, conforme relata N. S. dos S. (2014). A ideia básica é que os filhos, dando prosseguimento aos estudos, podem ter uma profissão melhor, um futuro mais garantido quando comparado ao trabalho rural. Além disso, sabe-se que a maior parte dos jovens sitiantes não desejam dar prosseguimento ao trabalho pesado dos pais. Tal assertiva de esperança levou um jovem do assentamento José Emídio da Costa (Capela), filho de assentados pronafianos, a sair de casa em busca de se “especializar em futebol”, estando inserido em escola de futebol em outro estado.

Além disso, 13% dos questionados atestam que, depois do financiamento do Pronaf, tiveram membros da família que saíram para trabalhar fora da unidade produtiva, em função de terem casado, ou em função da unidade produtiva não suprir o excesso de mão-de-obra, ou mesmo, decorrente da busca por melhores condições de vida. E 4,7% informaram que, após o financiamento do Pronaf, tiveram membros familiares que voltaram à unidade produtiva. Em Itabaianinha, esse retorno foi de 4 membros, justificados pelo dinheiro para auxiliar a produção, pelo retorno de pessoas que migraram para São Paulo e, mesmo, pelo fato de trabalharem fora e, no respectivo período, priorizarem a produção agropecuária, tendo o emprego urbano como complementar de renda. Em Carira, nenhum migrante precisou retornar à unidade produtiva da família.

Deste modo, mesmo com todas as problemáticas, para o agricultor sergipano, seja para os assentados, seja para os possuidores de pequenas unidades produtivas, seja mesmo para os

que se tornam “empreendedores” rurais, o Pronaf é uma possibilidade real para mudança de vida, em termos infraestruturais e também para a ampliação de vários segmentos produtivos e para ingresso em atividades com base empreendedora. De modo também variado, esses tomadores de crédito do Pronaf têm reconhecido sua função no espaço rural, enquanto agente transformador da natureza, assim como agente político, ao terem poder decisório de participação ou não nas decisões locais da comunidade. Além disso, ao tomarem conhecimento das etapas de financiamento do Pronaf e de ingresso em políticas públicas específicas, como a aposentadoria, por exemplo, muitos sentem-se desobrigados a estarem contribuindo e participando das deliberações locais.

# **CAPÍTULO 06**

---

**MUDANÇAS DA AGRICULTURA FAMILIAR SERGIPANA A PARTIR  
DO PRONAF**

## 6 MUDANÇAS DA AGRICULTURA FAMILIAR SERGIPANA A PARTIR DO PRONAF

A agricultura familiar é uma unidade econômica, cujo núcleo dinâmico fundamenta-se na posse da terra, nas relações de trabalho em família e na geração de renda. Esse aspecto já era destacado, no início do século XX, por Alexander Chayanov (1974) e Jerzy Tepicht (1973). Ambos trataram da questão produtiva das unidades agropecuárias, centradas na reprodução social da família que remete à resistência e à posse sobre os recursos da natureza.

Por esse contexto, o primeiro definiu uma base teórica sobre o funcionamento das unidades produtivas, sendo o produto do trabalho resultado do tamanho da família, da composição e da disponibilidade dos membros familiares para o trabalho. Nessa estrutura, o equilíbrio de esforços só se igualaria mediante a satisfação da demanda familiar que pode corroborar para a diminuição do tempo e de penosidade do trabalho, através da força de trabalho empregada, dos meios de produção disponíveis e do vínculo com os mercados (Chayanov, 1974). A atividade agrícola, para Chayanov (1974), já vinculava produção-mercado, ao organizar as unidades familiares para as relações capitalistas no campo, estabelecendo-as como pequenas empresas em conexão com a economia. Tal aspecto é evidenciado pelo autor em suas reflexões:

Estos vínculos comerciales que convierten la explotación familiar natural aislada em uma pequena productora de mercancías son siempre las primeras manera de aorganizar las unidades económicas campesinas dispersas y de abrir las primeras vías de penetración a las relaciones capitalistas em el campo. Mediante estas conexiones, cada pequena empresa campesina se convierte em uma parte orgânica de la economía mundial, experimenta em sí misma los efectos de la vida económica general del mundo, es poderosamente dirigida em su organización por las demandas económicas del mundo capitalista y, a su vez, junto com millones semejantes a ella, afecta todo el sistema de la economía mundial. (CHAYANOV, 1974, P. 306)

Enquanto o segundo retoma de Chayanov as ideias de unidade, agregando produção agrícola e família, “uso intensivo de trabalho” e “natureza patriarcal da organização social” (ABRAMOVAY, 1992, p.83). Além disso, apoia-se na relação entre os fatores de produção (terra, trabalho e capital), em que progressivamente há substituição do fator trabalho por capital; relação entre as pequenas unidades familiares e o mercado, no qual o agricultor está integrado parcialmente às demandas mercantis; e obtenção de renda que permita a

subsistência da família (Op. Cit.). Para Tepicht, esse agricultor adequava-se ao modo de produção capitalista, mesmo não comungando da formação social específica.

Por consequência, tanto Chayanov quanto Tepicht refletem o fato de o pequeno produtor ser um agente social do desenvolvimento, mesmo suas unidades não funcionando dentro da lógica capitalista de produção-acumulação. Logo, esse ator, ao promover produção para suas necessidades pessoais e direcionar o excedente ao mercado, não visava ao lucro, mas à melhoria das formas produtivas e à diminuição do tempo de trabalho. Deste modo, esse agricultor absorve e realiza melhorias na prática agrícola, seja por inserção tecnológica, seja por integração à lógica mercantil, mesmo mantendo aspectos de resistência às inovações. Os referidos aspectos são processados atualmente, em maior amplitude, pela agricultura familiar, integrada à lógica do mercado, à acumulação do capital, ao progresso técnico e às transformações do segmento da agricultura.

O apoio do Estado aos pequenos agricultores desbanca a tese de que, em alguns espaços, esses atores seriam “extintos” a partir da inserção do capitalismo no campo. Todavia, o que se observa mesmo é a resistência dessa categoria, a qual impõe na escala local mudanças comportamentais na sociedade em termos de consumo. Nesse contexto, a questão do microcrédito para as unidades familiares é um tema exógeno à organização da unidade econômica, mas que, no atual momento, define-se como estímulo à unidade produtiva nos segmentos de investimento e custeio.

Na seara da definição da agricultura familiar, observa-se que, nos países de capitalismo mais avançado, tais quais os europeus e os Estados Unidos, essa categoria fora elaborada contrariando a lógica da interdependência, isto é, “[...] significados qualificados pelas críticas elaboradas ao modelo de interdependência entre agricultura e indústria (acirrador de exclusões e de expropriações diversas)” (NEVES, 2007, p. 221). Nessa mesma vertente, Navarro (2013, p.20) explica que, nos países de capitalismo avançado, a agricultura enquanto atividade econômica passou por um processo de “desaburguesamento”, isto é, houve fuga de capitais para outros setores da economia, afastando os detentores de capital do campo. Nesse tocante, a agricultura foi assumida por grupos de produtores de menor porte, denominados agricultores familiares, que passaram a se dedicar à produção e à oferta de alimentos mais baratos.

Na Europa, além das atividades produtivas agrícolas nas unidades familiares, a inserção de políticas públicas contemporâneas, os incentivos à aposentadoria e as novas atividades econômicas têm impactado importantes avanços na vida dos agricultores familiares, pois, além da geração de outras fontes de renda, mantêm vivo o meio rural. Por

consequente, nos países em desenvolvimento, tal qual o Brasil que historicamente priorizou a agricultura patronal, a agricultura familiar tem ganhado força e contribuído para a movimentação da economia e para o desenvolvimento econômico local (Abramovay, 1992).

Entretanto, a agricultura continua valendo-se da base natural e dependente de elementos biológicos, apesar de todo o avanço tecnológico. Deste modo, “submetida a forças naturais e ao fato de lidar com elementos vivos, a agricultura enfrenta obstáculos insuperáveis no processo de divisão do trabalho” (ABRAMOVAY, 1992, p.236). Nesse sentido, a agricultura é apenas praticada pelo homem, mas seu processo produtivo depende de questões naturais e, por isso, a divisão do trabalho na agricultura é limitada. Assim, a eficiência produtiva não está associada apenas ao tamanho da propriedade agrícola e nem as suas condições naturais, mas também à gestão, à mão-de-obra familiar e à agregação de tecnologia.

Além disso, mesmo utilizando-se de base biotecnológica, a agricultura não se expressa produtivamente como no processo industrial, pois depende primordialmente do tempo produtivo e dos aspectos naturais. Por isso, os empreendimentos familiares, nos países de capitalismo avançado, apresentam peso decisivo na oferta de produtos agropecuários, haja vista ser o agricultor familiar fornecedor de trabalho para a agroindústria. Nessa perspectiva, o Brasil começa a enfrentar os prognósticos em torno dos fundamentos que estruturaram o desenvolvimento agrícola nos países de capitalismo avançado, a partir da inserção do crédito agrícola, por exemplo.

Em termos de características, a agricultura familiar brasileira diferencia-se de família para família e de local para local, o que lhe dar o caráter da diversidade. Mas, no atual momento, essa categoria encontra-se quase totalmente integrada à lógica da sociedade e da economia, através do processo de desenvolvimento econômico, e simetricamente ao grau de escolarização da família, hoje um aspecto muito considerado, a partir do qual se propagam informações, permeadas na sociedade, pelos meios de comunicação, como a televisão. Sendo assim, segundo Halamska (1998), o agricultor atual gasta muito mais tempo assimilando valores, comportamentos e estilo de vida propagados pela lógica global, modificando aspectos culturais da sociedade local, isto é, o agricultor passa a se identificar com a sociedade global pela integração ideológica e econômica, agregando um estilo de vida não mais baseado no sentido “camponês”.

Destarte, a unidade de produção familiar brasileira está integrada à economia global, claro que de modo variado. Essa integração também advém da mudança na orientação da política agrária e agrícola que passou a beneficiar as unidades de produção familiar, sabedoras das etapas de desenvolvimento de suas unidades, trilhadas a partir do atendimento às



demandas mercadológicas locais-regionais. Por isso, analisaremos a organização produtiva das 85 unidades familiares de produção, no sentido de agregação de tecnologia e insumos, em outras palavras, no sentido da modernização; serão observados, ainda, o processo comercial, os fluxos produtivos e a integração das economias locais a outros mercados; e, por fim, será avaliada a relação espacial estabelecida pelos pronafianos nos municípios estudados.

## 6.1 ELEMENTOS DA “MODERNIZAÇÃO” DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE

O entendimento preconizado sobre a modernização do setor agropecuário sempre refletiu a densidade da tecnologia aplicada, definida como materialização da ciência construída pelo homem em busca da eficiência, da produtividade e do lucro. Sendo assim, a tecnologia é muito mais que equipamentos e insumos produtivos, pois assume funções na sociedade capitalista que, segundo Silva (1999, p. 16), são

[...] A primeira, de natureza essencialmente econômica, é a de, aumentando a produtividade do trabalho, propiciar a formação de um lucro extraordinário para os capitais individuais. A outra, atuando como forma de dominação social, tem por finalidade a reprodução da divisão social do trabalho – para a manutenção do modo capitalista de produção [...]. (Op. Cit.)

Ainda assim, a modernização, via absorção de tecnologias, não é uma produção da sociedade e para a sociedade em si, mas uma imposição econômica, haja vista o sistema econômico afirmar sua utilização e estabelecer regras de eficiência; enfim, a modernização é um pressuposto da classe dominante que maximiza capital e subordina o trabalho. Esse fato é observado na agricultura com a introdução de máquinas, adubos e irrigação (como fatores fabricados e meios de produção), os quais, aliados à organização do trabalho (fatores naturais – solo, topografia, clima e fontes hídricas) e às relações sócio-espaciais, contribuem para a acumulação de capital (Op. Cit.).

Os aspectos são evidentes na história agrária do país que, após a efetivação do crédito rural, contribuiu para intensificar “[...] a concentração fundiária, a proletarianização dos trabalhadores rurais, o êxodo do campo para a cidade, etc., manifestações típicas de um processo de desenvolvimento capitalista no campo” (Op.Cit, p. 143). Esse processo implicou a mercantilização de setores internos da agricultura brasileira, com a valorização de setores

industriais que primaram pela substituição de elementos comuns aos complexos rurais, possibilitando a criação de indústrias de bens de capital para a agricultura.

Nessa perspectiva, a prerrogativa da intensa utilização de capital, tecnologias, informação, mão-de-obra especializada contribuiu para o desenvolvimento conjunto da agricultura e da indústria. Isso porque as inovações implementadas colaboraram para a reorganização e especialização dos espaços produtivos, com o desenvolvimento de atividades agrícolas que oferecessem maior ganho em escala e fortalecessem maior integração com as atividades industriais, aspecto que culminou, segundo Silva (1996), com a emergência para os complexos agroindustriais.

Em suma, todas as políticas agrícolas nacionais, de meados dos anos 60 até início dos anos 80, foram decididas em consonância com os interesses dos grandes proprietários de terra que beneficiavam as exportações. Assim, as políticas agrícolas, nessa fase, refletiam a modernização seletiva do setor rural e o aumento da produtividade. Entre as décadas de 1980 e 1990, essas políticas específicas cederam lugar às políticas macroeconômicas, através de pacotes econômicos e da liberalização financeira, de determinação normativa, como os diversos programas de caráter regional.

Nesse contexto, as inúmeras unidades familiares de produção existentes no espaço rural brasileiro são diferentes, dispersas e com pouco uso de tecnologias, estando à margem das políticas agrícolas desenvolvidas no país. Decorrente disso, houve necessidade de rever as estratégias de modernização desse segmento excluído, sem subordiná-lo, mas criando condições de desfrutar o que produzia, tornando-o sustentável. Tal condição vem sendo observada desde a década de 1990, mediante a aplicação de políticas públicas, tal qual o Pronaf (1996) que, integrada a mudanças junto ao direcionamento das entidades técnicas, busca apoiar processos de inserção tecnológica e promover a sustentabilidade socioeconômica, com inserção desses atores em novos mercados. Isso porque as unidades produzem alimentos a baixos custos, mantendo regulares os mercados locais e regionais.

De acordo com a diretiva dessa análise, Dalberto (2014) expõe a necessidade de aplicação de inovações tecnológicas nas unidades familiares, não de modo desregrado, mas considerando as “condições agroecológica e socioeconômicas específicas das regiões onde ocorre a produção” (Op. Cit., p.21). A partir disso, é que se visualiza, em Sergipe, a atuação de entidades públicas e privadas no sentido de direcionar, mesmo que de modo precário as atividades que são desenvolvidas pelo agricultor familiar, mediante acesso ao Pronaf. Essa constante tem se feito valer em campo, quando a assistência técnica e mesmo o conhecimento

repassado por outros agricultores no sentido de acesso a tecnologias e insumos promovem mudanças substanciais no modo de produção agropecuária no estado.

Nesse sentido, em Sergipe, no que se refere à assistência técnica, 65% dos agricultores questionados apontam que receberam no último ano algum tipo de apoio técnico, sendo que, antes do Pronaf, apenas 27% dos agricultores eram beneficiados com esse serviço; e, após o programa, o número de agricultores que passou a receber esse auxílio em seu processo produtivo, totalizou 60%. Todavia, o número de agricultores que apontou nunca ter recebido nenhum tipo de assistência técnica foi muito elevado (23,5%), considerando que uma das bases de sustentação do programa é o acompanhamento técnico de entidades público-privadas. Essa situação é expressa por I.F.D (2014), ao se observar que as atividades executadas pela Emdagro e secretarias de agriculturas municipais suprem a necessidade efetiva de apenas 10% dos agricultores beneficiados com o programa. Por isso, empresas privadas têm adentrado nesse tipo de atendimento sob o lastro indireto das instituições financeiras.

O quadro demarca a existência de fragilidades em termos de acompanhamento aos pequenos agricultores que se justifica entre as entidades com essa finalidade face ao baixo número de técnicos efetivos. Tal fato confirmado por D. L. F (2014), quando enfoca a insuficiência de pessoal para trabalhar: “[...] a gente não tem perna pra tá em todo lugar [...]”. A fim de dirimir a falta de profissionais, a empresa de assistência técnica do estado elege algumas localidades, por amostra, como necessárias a se fazer presente, de acordo com um calendário, definindo os seguintes procedimentos: “[...] a gente chega lá, discute, levanta os problemas, o que é possível solucionar ali e o que não é possível, a gente tenta os parceiros, SEBRAE, aquela questão toda” (Op. Cit.).

Assim, um técnico de empresa pública, segundo V.S.N. (2014), assiste cerca de 200 agricultores, executando serviços, o qual não é operacionalizado *in loco*, mas dentro de reuniões de associações, nas proximidades das datas de efetivação de plantios propícios à região, como ocorre no município de Carira no mês de março, quando iniciam as chuvas e as perspectivas de cultivos do milho. Em vista disso, verifica-se que há um senso de conduta por parte de quem trabalha junto aos agricultores, visando a possibilitar melhorias no campo. Apesar de toda a deficiência, não só em termos de número de servidores e/ou comissionados, mas também em termos de infraestrutura, haja vista faltarem elementos básicos ao trabalho, como computadores, veículos e combustível para acompanhar os agricultores.

Em relação ao recorte estudado, observa-se que: 1- em Capela, a assistência técnica foi comum a 100% dos questionados antes de acessarem o Pronaf A, a fim de desenvolverem os

projetos de ingresso ao programa, e 60%, após o acesso ao programa, permaneceram recebendo orientação técnica visando a desenvolver atividades descritas nos projetos. A entidade prestadora de assistência técnica vem sendo, desde 2012, o CEFAC, que monitora e acompanha as 280 famílias presentes no assentamento, com dois técnicos; 2- em Itabaianinha, os agricultores pronafianos B informaram que, mesmo antes do Pronaf, 19,5% já tinham recebido algum tipo de assistência técnica. Após acesso ao programa, 60% receberam assistência técnica, sendo que 4,5% recebeu pela segunda vez esse tipo de apoio. Contudo, 25,37% informaram nunca terem recebido nenhum tipo de assistência técnica; 3- em Carira, os agricultores familiares pesquisados apontam que passaram a receber assistência técnica após a efetivação do contrato do Pronaf, sendo que alguns a receberam pela primeira vez em 2006, quando eram beneficiados com o Agroamigo. Após o Pronaf Comum, 70% desses apontam ter recebido algum tipo de assistência.

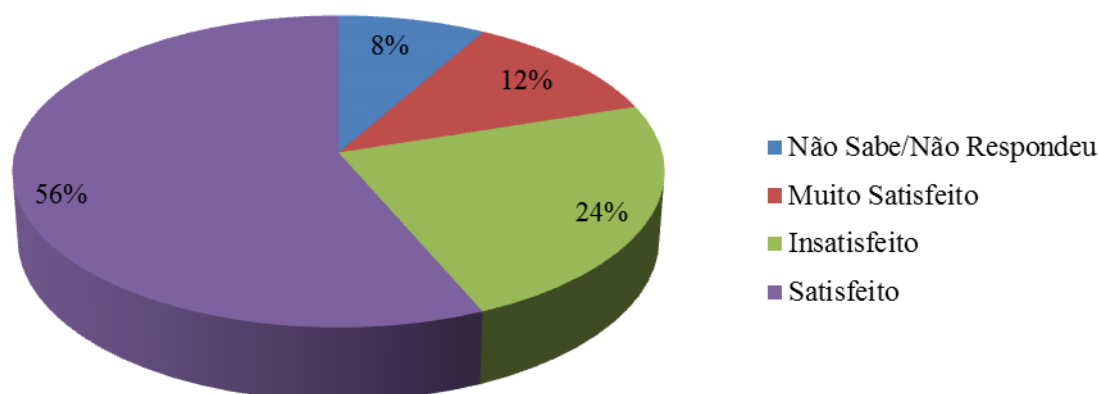
O referido trabalho técnico faz-se importante no atual contexto da agricultura familiar brasileira, em que os aspectos produtivos têm acompanhado a evolução tecnológica e científica (Elias, 2003). Além disso, as seções executoras da assistência técnica lamentam não atender todos os agricultores e alegam que a prioridade em atender os pronafianos deve-se à necessidade de esse agricultor ter acompanhamento para evitar o uso incorreto do dinheiro e concretizar o objetivo do programa em garantir sustentabilidade produtiva. Tais problemas, ao lado da falta de infraestrutura, e a persistência ainda de técnicos em idade de se aposentar têm diminuído a potencialidade do trabalho desses assistentes técnicos em todos os municípios.

Além disso, o Estado enquanto instituição não mostra preocupação em promover as mudanças necessárias ao trabalho das equipes que acompanham o trabalho da agricultura familiar, seja em escala local, seja em escala estadual. Logo, mesmo com todas as problemáticas, as entidades envolvidas no apoio da assistência técnica apontam que seus empenhos têm surtido efeitos positivos com o aumento produtivo de várias regiões, fato observado junto aos agricultores e nos dados oficiais.

Ademais, o grau de satisfação em relação à assistência técnica recebida em Sergipe, entre os atores, demonstra que 56% agricultores estão satisfeitos com o acompanhamento; 24% desses dizem-se insatisfeitos; 12% mostram-se muito satisfeitos; e 8% não responderam (Figura 72). Esse grau de satisfação reflete na assistência técnica definida mesmo em grupo, apesar de muitos desses agricultores alegarem que poderia ser melhor, se o técnico pudesse ir até a unidade produtiva. Mas, ainda assim, os agricultores afirmaram terem sido informados

sobre técnicas de produção para lavoura (43,5%), técnicas de conservação do solo (32%), técnicas para criação de animais (25,9%), entre varias outras técnicas.

**Figura 72** – Grau de satisfação do agricultor pronafiano em relação à assistência técnica.

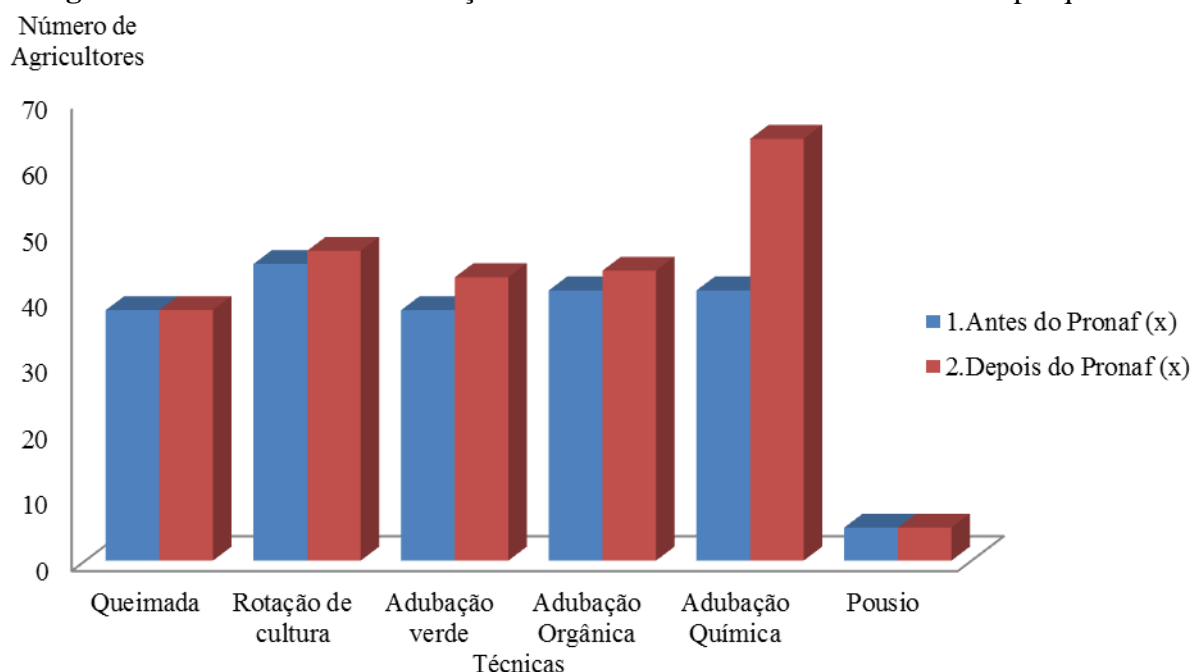


Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

Já no município de Capela, todos os entrevistados mostraram-se satisfeitos com os préstimos direcionados pelos técnicos ao desenvolvimento das práticas produtivas. A orientação proferida ocorreu em relação a técnicas sobre produção de lavoura (100%), técnicas de conservação do solo (20%) e de outro tipo (20%), sobretudo na criação de horta. Ao passo que em Itabaianinha a assistência técnica estendeu-se à conservação do solo (35,4%), à produção de lavouras (35,4%), à criação de animais (29,2%), ao controle de pragas e de doenças (24,6%), à construção de benfeitorias (15,4%), a fontes de água (16,9%), à vacinação (20%), etc. A assistência técnica é estabelecida juntamente com os projetos do Agroamigo, desenvolvidos pela instituição financeira que alia empresas prestadoras de serviços para assistir os agricultores beneficiados pelo referido financiamento. Em Carira, 60% dos agricultores mostram-se satisfeitos com a assistência técnica recebida, direcionada para a produção da lavoura (22%), para controle de pragas e de doenças (22%), para criação de animais (17%), para formas de conservação do solo (11%), para vacinação (6%) e para plantio e manejo das pastagens (5%). Apesar disso, 17% dos agricultores apontaram que não receberam nenhum tipo de assistência técnica, constituindo-se, assim, parte dos insatisfeitos.

Mediante essa assistência técnica, no que remete às técnicas de conservação do solo utilizadas nas unidades analisadas, antes e depois do acesso ao Pronaf, verificou-se que: 1- o pousio e a queimada mantiveram-se estáveis, sendo executados respectivamente por 6% e 44,7% dos agricultores; 2- a rotação de culturas foi ampliada em mais duas unidades, contabilizando 55,3% dos estabelecimentos que se preocupam com tal procedimento; 3- a adubação verde cresceu em 13,15%, validando os conhecimentos técnicos na manutenção de restos vegetais no solo, a fim de promover a fertilização; 4- a adubação orgânica cresceu 7,3%, mas antes do Pronaf já era comum a 48,23% unidades; e, por fim, 5- a adubação química, que teve o maior aumento percentual, entre o antes e depois do acesso ao programa, demarcado em 56% (Figura 73). Esse aumento para o estado de Sergipe decorre do acompanhamento executado pela assistência técnica junto a um expressivo número de agricultores, assim como expõe um problema crônico, com a utilização desordenada, por desconhecimento de muitos agricultores sobre problemas ocasionados com a massificação química no solo mesmo com ampliação produtiva.

**Figura 73-** Técnicas de conservação adotadas entre beneficiários do Pronaf pesquisados



Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

Em Capela, foram proferidas orientações aos pronafianos A sobre conservação do solo, sobretudo, após o Pronaf, no que se refere à adubação química (composto NPK) voltada para o cultivo da cana. Desse modo, é realizado o procedimento da aração do solo com gradagem, adubação verde, rotação de culturas e queima (Figura 74). Essa última ação, apesar de irregular, libera monóxido de carbono, elimina animais e empobrece o solo, continua sendo

estimulada em função da cana ser cortante e existirem animais peçonhentos na área plantada, sendo um modo de evitar riscos ao trabalhador que a corta e de aumentar sua produtividade.

**Figura 74-** Preparo do solo para o cultivo da cana no assentamento José Emídio da Costa.



Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

No município de Itabaianinha, as técnicas de conservação do solo demonstra uma evolução em termos de práticas agropecuárias, pois diminuiu-se a queima do solo (6,45%), ao passo que se ampliaram a adubação verde (3,2%), a adubação orgânica (7,3%) e especialmente, a adubação química (42,5%). Tais aspectos evidenciam uma mudança na lógica produtiva, sendo concentradas atividades ditas lucrativas, como o plantio do milho e feijão, por exemplo, mesmo sendo esses cultivos voltados ao consumo familiar, mas priorizados pelas demandas de mercado. Além disso, os tipos de adubação inseridos nas unidades pronafianas B demonstram que o agricultor está assimilando as técnicas necessárias ao bom manejo do solo, ainda que essas técnicas sejam repassadas sem observação local, em reuniões comunitárias.

A produção agropecuária de Carira, na seara dos pronafianos, também corresponde aos receituários da assistência técnica na imposição de mudanças no manejo com o solo, em função dos cultivos. Essas mudanças são mais visíveis, pois o agricultor pronafiano comum já não mais realiza a queima de restos produtivos no solo. O agricultor prioriza e realiza a rotação de culturas (50%), ao lado do pousio (50%), para o reestabelecimento das condições do solo; a adubação verde (70%) é estimulada, isto é, a manutenção de restos vegetais no solo, que é absorvido como adubo natural; e intensificou-se o uso de adubo químico (70%), principalmente após o Pronaf, como forma de tornar a cultura do milho produtiva e competitiva.

Segundo V. S. N (2014), ainda é comum, em Sergipe, a falta de preocupação com a conservação do solo, pois as medidas mencionadas acima são apenas paliativas quanto à

manutenção da produção. A preocupação maior é com as áreas onde a produção é intensa, face à utilização incessante de agrotóxicos. Segundo o mesmo,

Se a produtividade aumenta aí quer dizer o grau de agrotóxico que é aplicado no solo para combater as pragas e as doenças [...] Mas só querem produção, produção, produção [...] E nas reuniões avisou isso, vocês não se preocupe, fazer rotação de cultura aí eles só querem milho [...] E outra coisa se hoje tem uma lagartinha no milho, lá vem agrotóxico por cima, deixe ver se a praga se desenvolve rapaz pra ver aí como é que fica. [...] Mas não, se vem uma lagarta, lá vai veneno. E é assim. (Op. Cit, 2014)

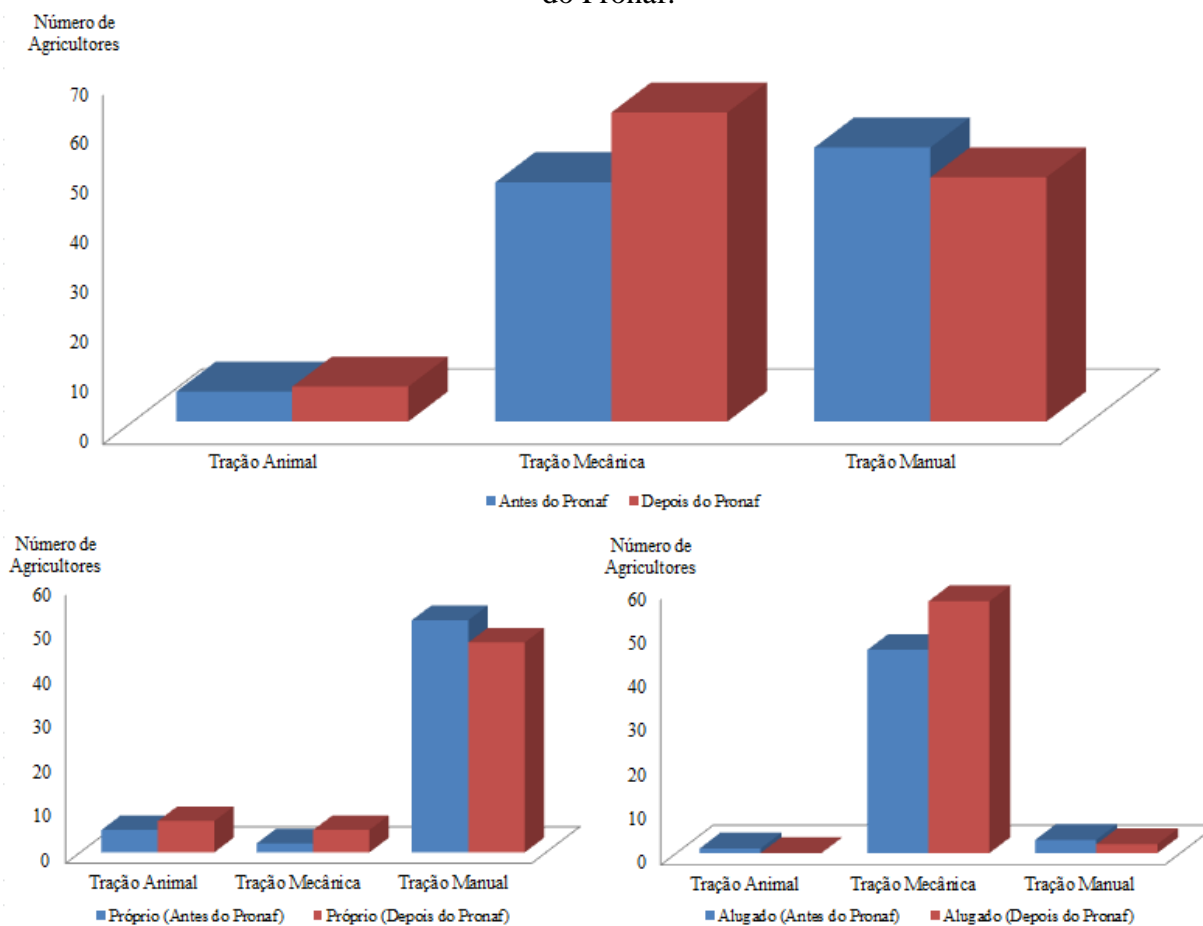
A assertiva remete a uma situação delicada, por quase não realizarem efetivamente a rotação de cultura, por se especializarem de forma intensa no cultivo de milho, a exemplo do que ocorre em Carira; além disso, a utilização indiscriminada de insumos químicos tem ocasionado a proliferação de pragas e microorganismos consumidores do produto *in natura*, que criam resistência e se instalam no solo, disseminando-se por outras unidades produtivas, dificultando, assim, os cultivos e manejos com resultados positivos. Esse fato é afirmado, por exemplo, por produtores que necessitaram pagar a pulverização da área para se defenderem de pragas como o pulgão, ocasionando custos com a produção muito acima dos previstos. Esse tipo de pulverização já tem sido comum no município de Carira, sendo mil reais a hora de atuação da aeronave com essa finalidade que é, normalmente, subsidiado pelo crédito agrícola, plano safra e seguro safra, com juros de 1% ao ano.

Ainda considerando as práticas de assistência técnica, em termos de tipo de tração utilizada, as unidades pronafricanas de Sergipe demonstraram que o processo tecnológico tem se inserido nas unidades produtivas do estado, seja nos assentamentos, seja nos pequenos estabelecimentos e, mesmo, nos estabelecimentos que ganham caráter empresarial, fato justificado pelo aumento de quase 30% na utilização de tração mecânica após acesso ao Pronaf (Figura 71). Esse dado demonstra que, mesmo antes do acesso ao Pronaf, o agricultor familiar sergipano já utilizava equipamento de tração mecânica, sobretudo na condição de alugado, com crescimento entre o antes e depois do Pronaf de 23,91%. Outra mudança observada em relação à tração mecânica deu-se na aquisição do equipamento por agricultores familiares que, entre o antes e o depois, teve aumento de 150%. O contexto demonstra que, mesmo antes do Pronaf, o agricultor familiar sergipano já tem conhecimento dos benefícios trazidos pela tração mecânica, em termos de diminuição de trabalho humano e eficácia, apesar dos possíveis danos ao solo. Contudo, não se pode desconsiderar o aumento em termos de tração animal (16,6%), motivado pela existência do equipamento no estabelecimento e como



forma de diminuir custos. A utilização de aparato tecnológico repercute na diminuição do trabalho humano, no que se refere à tração manual (-11%) (Figura 75). A ampliação em termos de inserção tecnológica nos estabelecimentos familiares demonstra como os pequenos agricultores buscam se integrar aos mercados não só locais, mas também regionais.

**Figura 75** – Tipos de tração utilizada nas unidades familiares, considerando o antes e depois do Pronaf.



Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

No município de Capela, já não se utiliza mais tração animal no manejo com a terra, sendo comum a tração manual e principalmente a mecânica em 100% dos casos avaliados após o Pronaf, apesar de antes do programa 90% já indicarem seu uso. Em Itabaianinha, 10,8% dos agricultores indicaram utilizar-se da tração animal, mesmo após o Pronaf B, ao passo que houve ampliação em 23% na utilização de tração mecânica (43 unidades se utilizaram desse equipamento) e diminuição em 17,7% na utilização de tração manual. Esse aspecto é contrário ao avaliado em 2006, juntamente a 108 agricultores, em relação ao Pronaf B, no estado de Sergipe, em que “[...] Os entrevistados que usavam exclusivamente tração animal ou tração mecânica, principalmente trator, não chegavam a 10% do total” (LOPES, Et.

Al., 2007, p.40). Essa comparação valida a inserção do pequeno agricultor em alguns fenômenos da modernização da agricultura.

Enquanto em Carira, as unidades familiares demonstraram que, antes de terem acesso ao Pronaf, apenas quatro estabelecimentos faziam uso da tração mecânica, sendo por meio de aluguel ou por obtenção do equipamento; após o Pronaf, cinco novas unidades passaram a utilizar esse tipo de tração, representando um aumento de 125% em relação à utilização anterior (Figura 76). Além disso, algumas unidades adquiriram o equipamento como forma de dar suporte ao trabalho na lavoura. Diante desse cenário, já se observou que não mais se faz uso de equipamentos de tração animal. Mas, em contrapartida, ainda se faz muito importante a presença do trabalho familiar na questão da tração manual, devido ao número de empregados, mesmo temporários, ainda ser pequeno no município.

**Figura 76** – Equipamentos de tração mecânica.



Fonte: CARVALHO (Julho, 2014 e Maio, 2015) e NASCIMENTO (2015).

Ainda nessa questão, observou-se o crescimento total de 22,2% em termos de utilização e aquisição de equipamentos pelo total de unidades analisadas em Sergipe, no tocante ao antes e depois do Pronaf. Alguns equipamentos tiveram forte ampliação após acesso ao Pronaf, caso da adubadeira (300%), roçadeira (100%), motor de moer capim (100%), semeadeira (66,6%), trator (40,8%), pulverizador (30%), entre outros (Tabela 19). Alguns desses equipamentos já perfazem aquisição do agricultor, mas a maioria ainda costuma locar equipamento e trabalho profissional que os manuseie. Dessa forma, a

modernização das unidades familiares é observada, por exemplo, na diminuição do uso de ferramentas manuais (-1,3%). As referidas ferramentas são instrumentos tradicionalmente utilizados no espaço rural, como enxadas, foices, facões, etc. que se mantêm existentes nas unidades produtivas, nas mãos dos trabalhadores familiares. Sendo assim, essa diminuição pode estar aliada, sobretudo, à mudança de atividades desenvolvidas no estabelecimento, a exemplo da opção pela pecuária que requer menos equipamentos desse tipo para a lida com os animais.

**Tabela 19** – Equipamentos utilizados nas unidades familiares pronafricanas pesquisadas.

<b>Tipo</b>	<b>1.Antes do Pronaf (%)</b>	<b>1.1Próprio (%)</b>	<b>1.2.Alugado (%)</b>	<b>2.Depois do Pronaf (%)</b>	<b>2.1.Próprio (%)</b>	<b>2.2.Alugado (%)</b>
Adubadeira	2,35	2,35		9,41	4,7	4,7
Arado	14,11	4,70	9,41	14,11	3,52	10,59
Colheitadeira	9,41	1,2	8,23	11,76	1,2	10,59
Ferramentas	88,3	85,8	2,35	87	85,9	1,2
Forrageira	2,35	2,35	0,0%	2,35	2,35	0,0%
Moto-Bomba/Bomba			0,0%			0,0%
Motor de moer capim			0,0%			0,0%
Pulverizador	23,52	16,47	7	30,58	25,9	4,7
Roçadeira	0,0%	0,0%	0,0%	1,2	1,2	
Semeadeira	3,52	0,0%	3,52	5,88	2,35	3,52
Trator	57,64	3,52	54,1	81,2	9,4	71,76

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

Entre os agricultores questionados, por município, foi verificado que, em Capela, entre os pronafricanos A, os equipamentos mais utilizados foram tratores, ferramentas manuais, colheitadeiras, pulverizador e moto-bomba. Em função da tração mecânica, o trator tornou-se um equipamento de grande importância, em virtude de arar a terra, possuir mecanismos operacionais, como colhedoras, enxada rotativa e pulverizadores, que implementam as técnicas de cultivo com descompactação do solo, fomenta a adubação e a postagem de sementes e mudas com grande precisão. Esses instrumentos facilitam a aplicação de defensivos e o desenvolvimento das técnicas de conservação do solo, reduzindo a necessidade de tração animal e manual e, por consequência, gerando pouca demanda na contratação de trabalho temporário.

Em Itabaianinha, entre os pronafricanos B (Agroamigo), observa-se a ampliação em termos de utilização de equipamentos mecânicos pós programa nas unidades produtivas. Entre esses, o trator teve um crescimento de 66,15%; o pulverizador é utilizado por 33,8%; o arado, por 17%; a adubadeira, por 7,7%; a semeadeira, por 6,1%, etc. Ainda assim, as unidades produtivas mantiveram a utilização de ferramentas manuais em 90,76% dos casos, fato bem

mais expressivo que os considerados por Lopes, et. al. (2007, p. 39), quando, entre os 108 questionados, “[...] 83,1% [...] se serviam de ferramentas rudimentares [...] para explorar suas terras, os que utilizavam o trator não passavam de 3,4% do total, e os que trabalhavam com adubadeira ou trilhadeira, por exemplo, eram apenas 1,7%”. Toda essa melhoria foi facilitada em função do acesso ao microcrédito, fator muito importante, e do acesso às sedes municipais, a todo aparato necessário.

Por outro lado, em Carira, os equipamentos mais comumente utilizados nas unidades familiares foram foice, enxada, facão, etc., persistentes em 70% dos casos. Tais ferramentas são, na maior parte dos casos, pertencentes à unidade produtiva, mas, por vezes, podem estar aliados aos serviços contratados, em que os próprios trabalhadores trazem seus equipamentos. Os agricultores apontaram utilizarem-se também de adubadeiras, em 60% dos casos, sendo que 30% desses já possuem o equipamento, contra 30% que realizam a locação para facilitar o manejo agrícola. Isso porque, muitas vezes, o trator que agrega o equipamento, além de fazer a adubação, também processa o plantio, enquanto semeadeira, aspecto observado em uma das unidades familiares.

Todavia, apesar da inserção tecnológica visualizada no município, o mesmo ainda não conta com aparato sofisticado para passar os herbicidas nas áreas de plantio do milho, por exemplo, sendo esse procedimento realizado de modo manual, com equipamentos próprios, ou locados, com uso de pulverizador mecânico. Atualmente, no processo produtivo do milho, também tem se optado pela colheita mecânica em 30% dos casos, sendo o equipamento alugado em 20% dos mesmos. Esse aspecto também alia-se à cultura que está se definindo nas regiões produtoras de cereais, haja vista a ação de empresas.

Deste modo, o espaço rural sergipano tem paulatinamente, por ação do Pronaf, diversificado a produção, que passa a contar com inúmeras mudanças de ordem técnica e operacional, sendo isso uma variável constante imposta pela evolução do meio técnico e científico e, por conseguinte, uma correspondência às demandas do mercado. Isso decorre da absorção do processo modernizador entre os agricultores familiares que, mesmo atuando de modo individualizado, de acordo com os seus próprios interesses, sustentam mudanças na organização do espaço rural.

## 6.2 A QUESTÃO DOS INSUMOS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SERGIPE

O agricultor familiar atual não é obstado ao processo de modernização, apesar de ter estado, durante muito tempo, à margem de todo o processo por falta de recursos. Nesse sentido, as unidades familiares de produção, nos últimos anos, através da gestão participativa de seus membros, têm aliado a ação do microcrédito, da assistência técnica e extensão rural; absorvido tecnologias externas; e estimulado o processo de difusão de seus conhecimentos com unidades circunvizinhas junto a amigos e familiares. Essa ação ocorre em nível local, principalmente nas reuniões comunitárias, quando entidades público-privadas disseminam novos valores técnico-produtivos.

Os agricultores familiares têm se inserido no circuito da modernização, absorvendo insumos cada vez mais sofisticados. O processo reporta-se, mesmo que descontextualizado da realidade físico-produtiva, à articulação do mercado buscando gerar produtos que serão comercializados, ainda que a realidade local seja limitada. Deste modo, a agricultura de base científica, segundo Santos (2011), é uma imposição do mercado, em que “[...] Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos” (Op. Cit., p. 89). Na mesma linha, Elias (2003) demonstra que a introdução de todas as melhorias produtivas no campo é uma imposição de “[...] agentes econômicos hegemônicos do setor, [que se reflete] no aumento da produção e da produtividade, assim como na sua inter-relação crescente com as demais atividades econômicas (Op. Cit., 2003, p.54).

Nessa articulação de correlação entre modernização, ação de entidades público-privadas com assistência técnica e aplicação de insumos, observaram-se mudanças antes e depois do acesso ao Pronaf, no estado de Sergipe, fato que pode ser visualizado nos resultados de campo que, por indicação técnica, tem optado pela melhoria genética de sementes e por adubos mais sofisticados, no sentido de incrementar a produtividade. Deste modo, entre as unidades pesquisadas foram desenvolvidas algum tipo de atividade agrícola mais moderna, até mesmo as de base pecuarista, com plantios de capim e palma voltados para a alimentação dos semoventes. Essas atividades foram ampliadas em cerca de 20% nas unidades produtivas, em 243,5% na utilização de mudas e 66% na utilização de novas sementes, após acesso ao crédito do Pronaf, segundo os próprios agricultores.

As culturas mais desenvolvidas pelas unidades familiares foram: o milho, estando presente em 72,94% das unidades após o Pronaf; a mandioca, desenvolvida em 50,6% das unidades; o feijão, comumente cultivado em 47% das unidades; a laranja, cultivada em 20%

dos estabelecimentos<sup>53</sup>; a macaxeira, comum em 12,94% das unidades familiares; e a cana-de-açúcar, evidenciada em 11,76% dos estabelecimentos familiares<sup>54</sup>. Essas culturas e outras mais têm sido estimuladas *após acesso ao Pronaf*, com a aplicação de sementes melhoradas e de mudas selecionadas para as plantações. Tal aspecto de ampliação no uso de sementes e mudas é visível para os cultivos de pimenta, quiabo, inhame, palma e limão, que tiveram ingresso ou ampliação produtiva de 100%; acrescidos, também, da utilização de sementes e de mudas de capim (75%), mamão (50%), cana (42,85%), feijão (25%), mandioca (26,5%), macaxeira (22,2%) e milho (10,7%) (Tabela 20). A expansão é resultado, em primeiro lugar, da assistência técnica que, mesmo de modo irregular, tem indicado ao agricultor possibilidades nos aspectos produtivos; em segundo, da simetria de informações sobre a potencialidade dos insumos entre os produtores; e em terceiro, da acessibilidade aos mercados locais e regionais selecionados para o avanço da agricultura familiar.

Além das sementes e das mudas, o agricultor sergipano tomou conhecimento sobre a necessidade e potencialidade da utilização de insumos orgânicos e químicos, assim como passou a se utilizar de uma série de suprimentos para vencer os microrganismos que prejudicavam os cultivos, muitas vezes danosos à saúde humana. Entre os produtos mais utilizados pelas unidades produtivas, considerando o antes e o depois de acessar o Pronaf destacaram-se: 1- O composto NPK 101510, utilizado em 58,8% das unidades, com incremento de 175,5% na utilização; 2- esterco de gado, usado em 35,3% das unidades, com aumento em termos de 66,1%; 3- vacinas, aplicadas no gado bovino em 34,2% das unidades familiares, com aumento de 127%; 4- ureia, consumida por 24,7% das unidades e crescimento em termos de uso de 355,76%; 5- esterco de galinha, utilizado em 23,5% das unidades, com crescimento pós-Pronaf de 120,5%. Esses dados demonstram que o Pronaf tem ampliado também a utilização de insumos junto aos agricultores familiares, quando da observação em relação ao antes e ao depois do acesso ao crédito.

Apesar da expressiva utilização de insumos orgânicos nas unidades familiares, ainda como restos culturais e palmas, os insumos, em termos de quantidade, que tiveram maior crescimento percentual foram os químicos, como o NPK 103010 (527,9%), vermífugos (557,1%), inseticidas (239,08%), desinfetantes (200%), sal marinho (180,6%), herbicidas (168,7%), rações animais (156%), carrapaticidas (112,76%), entre outros (Tabela 21). Esse aspecto mostra que o agricultor familiar tem agregado conhecimento de produtos auxiliares na luta contra praga, mas, muitas vezes, utilizados de modo exagerado, o que ocasiona danos às culturas, assim como ocasiona a infertilidade do solo e danos, muitas vezes, irreversíveis ao ser humano, em função do uso e do consumo dos produtos cultivados com esses atributos.

<sup>53</sup> A laranja é muito expressiva em termos produtivos no município de Itabaianinha.

<sup>54</sup> Essa última cultura apresenta expressividade devido a maximização produtiva do assentamento José Emídio da Costa, em Capela.

**Tabela 20-** Sementes e mudas melhoradas utilizadas nas unidades familiares pronafricanas pesquisadas.

	Utilização Antes do Pronaf				Quantidade de sementes ou mudas (kg ou mudas)				Utilização depois do Pronaf				Quantidade de sementes ou mudas (kg ou mudas)			
	1	2	3	Total	1	2	3	Total	1	2	3	Total	1	2	3	Total
Amendoim		3		3		6		6		3		3		150		150
Arroz	1			1	2			2	1			1	15			15
Banana	1			1	6			6	1			1	6			6
Batata-doce		6		6		2.460		2460		5		5		3.650		3650
Cana	7			7	121.000			121.000	10			10	465.000			465.000
Capim		4		4		9,5		9,5		7		7		38		38
Coco		1		1		20		20		1		1		30		30
Fava	1	5		6	1	11		12	1	5		6	1,5	16		17,5
Feijão	3	26	3	32	22	138	270	430	3	34	3	40	30,5	247	720	997,5
Hortaliças	1	2		3	2	3		5	1	2		3	8	4		12
Inhame										1		1		20		20
Laranja		17		17		2.733		2733		15		15		2.715		2715
Limão		1		1		600		600		2		2		1500		1500
Macaxeira	5	4		9	6.750	1020		7.770	5	6		11	16.000	2.680		18.680
Mamão		2		2		150		150		3		3		1.100		1100
Mandioca	4	30		34	10.000	12.420		22.420	4	39		43	15.500	31.730		47.230
Maracuja	1	2		3	600	200		800	1	2		3	600	400		1000
Melancia		1		1		2,5		2,5		1		1		5		5
Milho	8	43	5	56	34	313	2.000	2347	8	45	9	62	51	509	3000	3560
Palma											1	1			2000	2000
Pimenta										5		5		180		180
Quiabo										3		3		3		3

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

Obs: 1-Capela; 2- Itabaininha; e, 3-Carira.

**Tabela 21-** Insumos utilizados nas unidades pronafricanas pesquisadas.

Insumos	Antes do Pronaf, o que era utilizado?	Depois do Pronaf, o que passou a ser utilizado ou intensificado	Variação Percentual (%)	Quantidade/ Unidade Antes do Pronaf	Quantidade/ Unidade Depois do Pronaf	Variação Percentual (%)
NPK (101510) (Sacos de 50Kg)	37	50	35,1	208	573	175,5
NPK (103010) (Sacos de 50Kg)	3	9	200	43	270	527,9
Ureia (Sacos de 50Kg)	14	21	50	104	474	355,76
Esterco de Galinha (Saco de 20KG)	20	20	-	301	664	120,6
Esterco de Gado (Saco de 50kg)	26	30	15,38	933	1550	66,1
Fungicida (litros)	13	14	7,7	49	90	83,6
Inseticida (litros)	13	18	38,4	43,5	147,5	239,08
Herbicida (litros)	11	16	45,4	42,5	114,2	168,7
Formicida (litro)	7	8	14,2	35	65	85,7
Formicida (Kg)	24	19	-20,83	58,5	84	43,6
Carrapaticidas (litros)	12	18	50	23,5	50	112,76
Vermífugos (litros)	8	13	62,5	7	46	557,1
Desinfetantes (litros)	2	5	150	3	9	200
Vacinas (Doses anuais)	22	29	31,8	256	581,25	127
Calcário (Sacos de 40Kg)	3	3	-	91	80	-12
Sal Marinho (Saco com 25Kg)	6	5	-16,6	31	87	180,6
Palma (Número de Pés)	2	2	-	600	3000	400
Rações para a prática pecuária (Nº de sacos com 40KG)	11	19	72,7	498	1275	156
Restos culturais industrializados, casca de laranja, restos alimentares	11	13	18,2	77	420	445,45
Torta de mamona (Nº de sacos com 25Kg)	1	3	200	122	219	97
Outros insumos: Imovec	1	1	-	1	1	-

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).



Em Capela, a agricultura desenvolvida no assentamento utiliza-se de vários insumos, entre os quais os macronutrientes, isto é, o composto de Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK). A mistura mais comumente utilizada na cana-de-açúcar tem sido o NPK101510, que significa o percentual de cada nutriente dentro do composto. Antes do Pronaf, esse composto era utilizado por 50% dos lotes, num total de aproximadamente 350 kg por unidade. Após o Pronaf, todos os lotes passaram a utilizar o composto, cuja média ficou em torno de 1.000kg por unidade. Além do NPK, o agricultor utiliza-se também de herbicidas, produto que teve aumento de 275% na utilização, após o Pronaf.

Além da cana, o agricultor assentado também adquire sementes, como de milho, feijão e hortaliças. O milho é o cereal mais produzido antes e depois do Pronaf, tendo a utilização de sementes aumentado em quase 50% depois do programa. Entre as demais sementes, a frequência de unidades familiares produzindo antes e depois é praticamente a mesma, tendo havido aumento considerável na utilização de sementes, especialmente de arroz (650%), couve (300%), fava (50%) e feijão (38,63%). Os dados dimensionam a abrangência da contribuição do Pronaf A na aquisição e utilização de sementes pelos assentados.

Esse aspecto também é observado em relação às mudas. As mais utilizadas no assentamento são: cana, mandioca e macaxeira. Além dessas, a muda de maracujá também é cultivada, mas por apenas um dos assentados, que contabilizou 600 mudas anuais e sem variação. A cana, antes do Pronaf, era cultivada em 7 lotes, utilizando cerca de 120 mil mudas (aproximadamente de 17 mil mudas por unidade). Após o programa, quase todos os lotes passaram a cultivá-la. Sendo assim, em 10 lotes, foram utilizadas cerca de 465 mil mudas, perto de 46.500 mudas por unidade. O aumento na utilização de mudas de cana-de-açúcar foi de quase 285%, aspecto que evidencia o forte impulso dado pelo Pronaf à produção, importante geradora de renda, na atualidade, para o assentamento em função da demanda das usinas canavieiras localizadas na região. Além da cana, outras culturas foram desenvolvidas, como é o caso da macaxeira, cujo aumento de mudas foi de 137%, ao se comparar o antes e o depois do Pronaf, e da mandioca, cujo aumento foi de 55%.

No município de Itabaianinha, o NPK 101510 fora utilizado por 63% das unidades familiares pronafianas B. A utilização desse insumo aumentou após o acesso ao programa em 23,5%, evidenciando a inserção dos agricultores à lógica “modernizadora”. Constatou-se também que 21% das unidades familiares utilizava-se de ureia antes e depois do Pronaf. Contudo, a intensidade com que a ureia é utilizada foi crescente em 32,7%; incluindo após o Pronaf, mais 1700 quilogramas desse insumo em 14 unidades familiares beneficiadas com o programa. Em termos de insumos orgânicos, depois do programa, o esterco de galinha foi

ampliado em 30% nas unidades produtivas, sendo que houve intensificação em 120,5% no uso de sacos; e o esterco de gado, que não se resumiu ao bovino, pois incluiu o caprino e ovino, teve crescimento de 15% nas unidades familiares e de 65% na intensidade de utilização em relação ao antes e o depois do acesso ao Pronaf. A utilização desse esterco sofreu aumento absoluto calculado em 617 sacos de 50kg, representando um acréscimo de 30 toneladas de esterco orgânico.

Nesse município, também se observam mudanças no segmento de mudas e de sementes. A utilização de sementes pós-Pronaf cresceu cerca de 97%, sendo esse crescimento justificado pelo aumento produtivo do milho e pela substituição das sementes crioulas por sementes selecionadas. Também houve crescimento de 132,86% na utilização de mudas pós-Pronaf, justificado pela seletividade das espécies.

Os agricultores familiares de Itabaianinha produzem milho a partir da utilização de sementes selecionadas (91,17% no total). As seis unidades que não adentram a esse total utilizam-se ainda de sementes crioulas, existentes nas unidades e, por isso, cultivadas de forma aleatória sem cálculos de quantidade e de sacos utilizados para cerca de 3,5 tarefas. As unidades indicam que a produção voltada-se para consumo familiar e, por vezes, para a comercialização direta na feira local. Antes de acessar o Pronaf, 67% das unidades já produziam milho com semente melhorada, utilizando-se de 313 quilos de sementes que indicavam uma variação de 1kg a 45Kg por unidade produtiva. Após acesso ao programa, 70% dos agricultores familiares passaram a produzir mais intensamente, utilizando-se de 1 a 80kg da semente melhorada, perfazendo a soma de 509kg, isto é, cerca de 26 sacos de semente híbrida, com sacos de 20kg com 60.000 sementes, numa média de 11 kg por unidade.

Ainda referindo-se às unidades analisadas em Itabaianinha, 10,76% plantavam capim para alimentação animal, sendo que antes do Pronaf utilizavam-se cerca de 9,5 sacos de sementes de capim, em quatro unidades; após o Pronaf, houve aumento em mais três unidades produtoras, com utilização de 36 sacos de sementes (aumento de quase 300%), distribuídos, em média, entre 21,5 tarefas. Após o Pronaf, houve um aumento, também, de quase 30%, entre as unidades que produzem feijão e de cerca de 79% na utilização de sementes. Muitos dos agricultores não apontam “seletividade” na semente de feijão, sendo adquirida junto aos feirantes locais, mas apontaram a massificação de insumos químicos para a produção. Um desses afirmou utilizar há 60 anos a mesma semente, cujo resultado é produtivo e volta-se unicamente para consumo familiar. O mesmo foi verificado com a fava, cuja produção sempre demanda poucas sementes e essas quase sempre estão presentes nas unidades produtivas.

Em relação à produção de laranja, foi constatada que 26,15% das unidades dedicam-se ao cultivo, sendo que, antes do Pronaf, agregavam 2.733 mudas em produção. Após o Pronaf, houve um incremento da produção em mais 88% nas unidades, com o plantio de 2.715 mudas. A existência de quase 5.500 pés de laranjeiras existentes nas 17 unidades define uma média de 320 pés por unidades, apesar de saber que a variação do número de pés por unidade ficou entre 5 e 600 pés, alguns já em fase produtiva, o que justifica a produção de quase 160 toneladas de laranja entre as respectivas unidades.

As unidades familiares itabaianinhenses produzem ainda: 1- mandioca - 24,40% das 41 unidades produtoras informaram não produzir antes do acesso ao Pronaf. E as unidades que produziram após acesso ao programa apontaram um aumento de cerca de 151,4% no volume de mudas, isto é, na utilização de maniva; 2- macaxeira - comumente produzida nas unidades familiares pronafianas, voltadas sobretudo ao consumo familiar, teve um acréscimo de 162,75% após acesso ao programa, tendo sido ampliadas, também, as unidades produtoras em 50%; 3- pimenta - cultura que teve impulso após o Pronaf, tendo sido utilizadas cerca de 180 mudas em 5 unidades; 4- batata-doce e inhame - as mudas utilizadas nas unidades produtoras não foram estimadas, pois acharam difícil saber o número de ramas e pedaços de raízes utilizadas por tarefa.

Em relação ao município de Carira, os pronafianos Comum tiveram por principal produto o milho, que tem subordinado o agricultor familiar à lógica do mercado. Apesar desse retrato negativo, nove das dez unidades produtivas familiares pronafianas já o cultivavam, antes de acessar ao programa, com uma característica bem particular ao que remete à ausência de tecnologia. Dessas unidades, cinco utilizavam-se de sementes ditas comuns ou crioulas. Após o Pronaf e o incentivo da assistência técnica, segundo os agricultores, passou-se a utilizar sementes selecionadas (híbridas, isto é, transgênicas), sob a ideologia da pregação de rentabilidade e eficiência.

Todavia, a evolução genética que está associada a esse milho tem trazido consequências, a exemplo da evolução de pragas, principalmente a da "cigarrinha do milho" provocando danos imensos às safras agrícolas em Carira. Segundo alguns técnicos locais, as novas pragas estão associadas à vinda de colheitadeiras de outras regiões, sobretudo do município de Luiz Eduardo Magalhães (BA), as quais trazem nos seus equipamentos mecânicos os micro-organismos que degradam a produção do milho e o prejudica no processo de armazenagem. Entre os agricultores pronafianos são destacadas outras pragas comuns à região: 1- o pulgão do milho, que se ativam nas palhas novas do milho (WAQUIL, 2008); 2- a lagarta de cartucho, que "[...] Spodoptera frugiperda - São larvas de mariposas encontradas,

normalmente, dentro do cartucho das plantas durante o dia e com atividade intensa de migração durante a noite (WAQUIL, 2008).

As sementes mais utilizadas nessa porção do estado tem sido: a DOW AGRO (2B 587 e 2B 710), que atesta possuir produção precoce e geneticamente forte contra ação de insetos; a Agroeste e Agrocerees (AG8060, Agromen 30 A 06 e Agromen 20 A 20 ) com índice de precocidade e produção com alto valor energético; e as sementes DEKALB (DKB 191) (Figura 77). As sementes, segundo CARVALHO, et. al. (2008), têm proporcionado consideráveis índices produtivos no município de Carira, pois, normalmente, são adotadas mediante incentivos técnicos e também das próprias empresas que fazem sua exposição.

**Figura 77** – Sementes híbridas de milho utilizadas em Carira.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho, 2014 e Maio, 2015).

Além das sementes selecionadas, as unidades familiares pronafianas têm sido estimuladas a utilizarem adubação química, especialmente no cultivo do milho, constituída principalmente de uma fórmula mais forte do composto de Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK103010). O Brasil consome 6% do NPK utilizado em nível mundial, sendo 3% do Nitrogênio, 9% do Fósforo e 14% do Potássio em termos mundiais (ANDA, 2010). O consumo desse composto vem aumentando consideravelmente em função da expansão agrícola, sobretudo de grãos. Contudo, o país não produz todos os ingredientes do composto, logo, importa-se 73% do Nitrogênio, 45% do Fósforo e 90% do Potássio (IFA/ANDA, 2010).

No Brasil, as empresas que mais fortemente atuam na extração desses minérios são a Vale e a Petrobrás, além de outras subsidiárias. Em Sergipe, são extraídos itens nitrogenados, como o Sulfato de Amônia, no município de Laranjeiras, e o Potássio, no município de Rosário do Catete, através da mina Taquari-Vassouras, cuja produção representa 1% da

demanda nacional (Oliveira, 2011). A disponibilização desse insumo, juntamente com as sementes, segue um parâmetro técnico. Sendo assim, o adubo é colocado entre as sementes, no momento de plantio, seguindo um espaçamento de 10 em 10 cm, em leiras de 70cm (Figura 78).

**Figura 78**– Processo de plantio do milho em leiras no município de Carira-SE.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho, 2014 e Maio, 2015).

Além do NPK, o agricultor costuma utilizar também a ureia. Esse insumo foi utilizado por 70% dos agricultores após acessar o Pronaf, somando 336 sacos disponibilizados entre sete unidades familiares, numa média de 48 sacos por unidades produtora de milho. Duas das unidades produtoras de milho entrevistadas não fazem uso desse produto no solo. Normalmente, seu uso se faz 20 dias após o plantio do milho, cuja finalidade é a complementação de fertilizante para o solo, a fim de proporcionar maior força para o desenvolvimento das plantas. Além dos insumos, em Carira, passaram a ser amplamente utilizados os inseticidas, formicidas e herbicidas, após o acesso ao Pronaf, estimulados pela assistência técnica.

O inseticida é normalmente utilizado para combater insetos que agem na destruição dos cultivos. No caso do milho, esse agrotóxico é, sobretudo, do tipo *Dalbulus maidis* (SANTOS, ET. AL. 2014). Entre as dez unidades familiares analisadas, cinco delas utilizam de um a 25 kg de formicida, conforme cultivo atual. Após o Pronaf, houve um aumento de 10% do produto entre as unidades e quase 200% na quantidade usada, visando a matar as formigas devoradoras das folhagens das plantas, conhecidas como formigas cortadeiras.

O herbicida é utilizado 25 dias depois do plantio do milho, visando ao controle de ervas daninhas, que podem ocasionar a divisão dos nutrientes do solo e comprometer o desenvolvimento desse grão. Sendo assim, o herbicida conhecido como *atrasina* inibe o fotossistema das ervas. Antes do Pronaf, apenas dois agricultores utilizavam inseticidas e

herbicidas; após o Pronaf, sete dos agricultores produtores de milho passaram a utilizá-los de modo mais constante e em maior quantidade, somando cerca de 104 litros de inseticida e 71,5 litros de herbicidas, perfazendo uma média de quase 15 litros e 10 litros respectivamente, por unidade. Esses dados dimensionam como o campo tem sofrido mudanças na lógica produtiva, frente à necessidade de insumos químicos que combatam pragas e permitam o crescimento e a competitividade da produção.

Em relação ao manejo pecuário, as unidades pesquisadas indicaram algum tipo de produção. Dessas, 22,35% utilizava-se de ração animal, sendo que antes do acesso ao programa apenas 12,9% consumiam esse insumo (498kg por mês). No município de Capela, entre os assentados, não houve referência à utilização de ração, apesar de existir a prática pecuária. Em Itabaianinha, houve um acréscimo de quase 78% no número de estabelecimentos que utilizavam ração animal e de 38,32% na quantidade utilizada após o Pronaf, haja vista 16 unidades indicarem seu uso. Enquanto em Carira, das cinco unidades que apontaram produção, apenas três utilizavam ração animal. Antes do acesso ao programa, apenas duas se utilizavam desse insumo, num total de 112kg por mês. Após acesso ao Pronaf, as três propriedades, que fazem uso do insumo, passam a utilizar cerca de 900kg, ou 18 sacos de ração por mês. Esse aspecto remete ao crescimento da prática pecuarista nos estabelecimentos rurais, que tinham por unidade, no máximo de cinco cabeças bovinas, e passa, após o Pronaf, para até 15 cabeças. O crescimento do setor pecuarista em Carira chegou a 108,9%, sendo a prática bovina crescente em 96,15%. Esse segmento também tem sido beneficiado, nos últimos anos, pelo cultivo do milho, que propicia a produção de silo para a alimentação do gado e a substituição, por exemplo, do capim elefante que, segundo os agricultores, foram informados de que o mesmo danifica os dentes dos animais, haja vista a maior necessidade de ruminação alimentar.

Ainda dentro da lógica pecuarista, os agricultores carirenses têm utilizado mais carrapaticidas, no sentido de proteger seu gado contra ectoparasitas, como pulgas e carrapatos, que sugam sangue e geram coceiras e doenças de pele nos animais. Apesar desse cuidado, apenas duas das quatro unidades pecuaristas atestam utilizar carrapaticidas, tendo seu consumo aumentado em cerca de 215%, considerando-se o antes e o depois do Pronaf.

A utilização de todos esses insumos, principalmente após o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), demonstra que o pequeno agricultor tem buscado alavancar sua produção de modo a se integrar às demandas de mercado. E tal quadro é comum sobretudo em Carira com a produção de milho que, além de ser produzido para a demanda interna, também é revendido para as grandes empresas produtoras de rações e de

alimentos externas ao estado de Sergipe, especialmente para o oeste baiano, bem como para alimentação de aves no estado do Pernambuco.

Diante dessa conjuntura, verifica-se que o Pronaf foi um possibilitador de mudanças significativas, fruto da agregação de assistência técnica, de utilização de implementos tecnológicos e de insumos para a produção agropecuária dos municípios. Contudo, o mesmo impulsiona uma especialização produtiva que tem gerado danos ambientais, ao mesmo tempo que diminui a geração de renda das unidades envolvidas, pois se todos produzem, haverá muita oferta e, conseqüentemente, menor preço no momento da comercialização. Mas, ainda assim, no presente momento os agricultores consideram a produção do milho e de cana, por exemplo, como uma possibilidade real de melhoria das condições de vida.

### 6.3 DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NAS UNIDADES FAMILIARES PRONAFIANAS

Os agricultores familiares estão cada vez mais integrados aos circuitos econômicos, seja na disponibilização de seus produtos, seja na demanda por suprimentos tecno-químico-científicos para essa produção. Tal integração é resultado da concorrência incondicional que o capital impõe aos segmentos produtivos na busca por eficiência e por qualidade. Esses aspectos determinam mudanças também no processo comercial que, no segmento agrícola, nada mais é do que um processo de repasse de mercadorias do agricultor ao consumidor final, isto é, a transformação do produto em mercadoria. Deste modo, a comercialização de gêneros agrícolas perpassam

[...] uma série de atividades ou funções através das quais bens e serviços são transferidos dos produtores aos consumidores. Essas atividades resultam na transformação dos bens, mediante utilização de recursos produtivos - capital e trabalho - que atuam sobre a matéria-prima agrícola. A comercialização trata-se, portanto, de um processo de produção [...]. (BARROS, 2007, p.01)

Nesse aspecto, a comercialização agrícola é uma atividade complexa, pois não ocorre de modo direto, havendo fluxos condicionados por cadeias produtivas que se alongam ou se comprimem conforme a demanda, “[...] variando assim, no tempo, no espaço e no número de atores envolvidos para promover a interação produtor-consumidor” (CARVALHO, 2010, p. 29). Destarte, a cadeia produtiva integra: 1- o agricultor familiar, enquanto agente produtor,

subordinado ao circuito do capital, na ponta inicial dessa cadeia; 2- o fornecedor de insumos, que age no repasse de sementes e insumos necessários ao desenvolvimento de determinada cadeia produtiva; 3- os agentes de intermediação ou atravessadores, responsáveis por definir os canais de distribuição dos produtos, que ocorrem de forma direta, via segmento varejista, e de forma indireta, através de instituições gestoras ou intermediários; e, por fim, 4- os consumidores, que demandam os produtos (Op. Cit.).

A comercialização agrícola é um processo problemático dentro da história agrícola do Brasil, por isso também comum ao estado de Sergipe. Nos últimos anos, esse processo tem passado por transformações em virtude das determinações do meio técnico-científico-informacional que contribuíram para a intensificação de fixos e fluxos e, por conseguinte, possibilitaram a circulação, distribuição e consumo. Tal modificação explica-se pelas políticas de estímulos produtivos e de implantação de infraestruturas, pela inter-relação dependente da produção agrícola e industrial, pela expansão da atividade comercial e da prestação de serviços, pela especialização das atividades no espaço, pelo crescimento populacional e pela urbanização (Elias, 2003).

As modificações impostas com a utilização de capital, tecnologia e informação têm proporcionando uma relação rural-urbana contínua, em que conexões de interesses confluem para o mesmo fim, isto é, tanto a cidade quanto o campo modernizam-se com a finalidade de corresponder às demandas de mercados cada vez mais exigentes na direção da especialização. Nesse aspecto, o Estado brasileiro, via políticas públicas voltadas à agricultura e à infraestrutura, tenta dar celeridade ao processo produtivo e ao escoamento e, conseqüentemente, atender ao mercado consumidor. Tal contexto tem impactado na agricultura familiar, através do Pronaf e mesmo através da constituição dos mercados institucionais, além, é claro, da atuação dos gestores locais, no sentido de viabilizar a comercialização de cadeia curta, apesar de todos os gargalos inerentes ao processo.

A implementação dos mercados institucionais através de programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribui para incrementar a produção dos agricultores familiares pronafianos. O primeiro foi criado com o intuito de ser um instrumento complementar às ações empenhadas pelo Pronaf, sendo operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). No ano de 2012, em Sergipe, 32 ações foram definidas na Condição de Formação de Estoque (CPR), sendo o financiamento total de R\$ 7.109.798,33, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O segundo foi criado com o intuito de assegurar aos estudantes o direito à merenda escolar. Em 2012, o



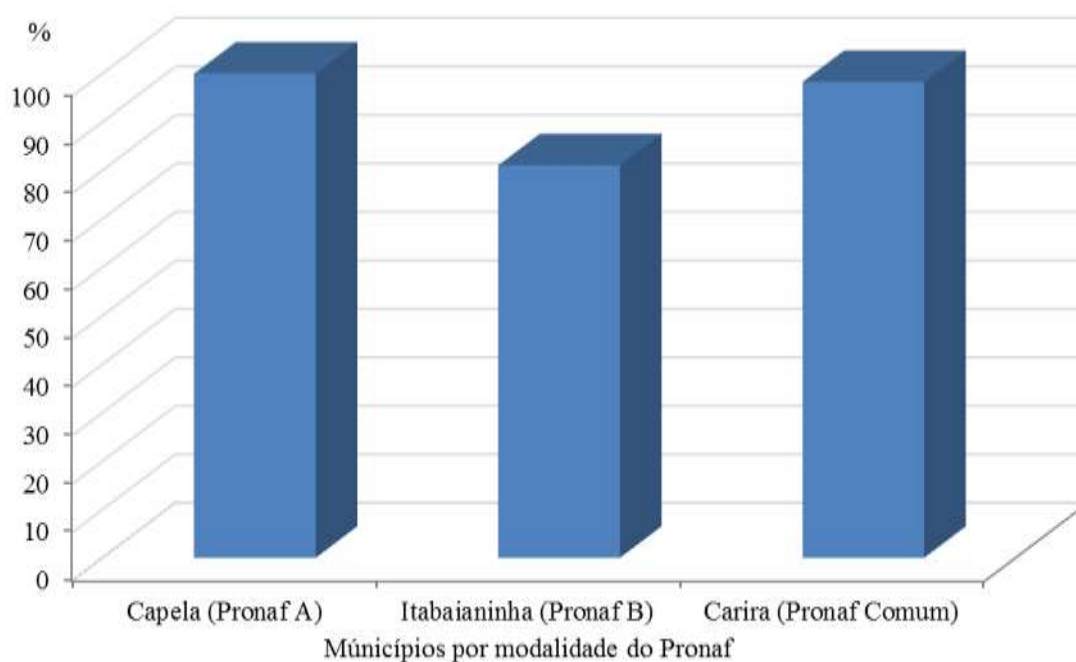
estado de Sergipe recebeu, via PNAE, R\$35.609.272,00, sendo que a agricultura familiar ficou com 16,63% repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O impacto dessas ações comerciais na agricultura familiar tem ganhado expressão quantitativa e qualitativa frente ao número de agricultores beneficiados com o crédito e que avoluma a circulação de mercadorias e de capitais. Apesar disso, muitos desses agricultores não conseguem sozinhos escoarem seus produtos fora do âmbito municipal. Nesse processo, os intermediários passam a definir os fluxos da produção familiar para mercados mais distantes. Decorrente dessa conduta, os intermediários acabam desvalorizando o produto na porteira e/ou supervalorizando no mercado varejista. Ainda assim, muitos pequenos agricultores definem como favorável a relação agricultor-intermediário, por não necessitar assumir custos com o transporte da mercadoria que, por vezes, já foi sustentado pelo agricultor até o mercado local.

Em Sergipe, a questão da comercialização no contexto da agricultura familiar segue as linhas da cadeia produtiva. Os agricultores adquirem os insumos agropecuários necessários ao processo de produção, normalmente na sede municipal, mas ocorre também em outros municípios circunvizinhos (35,3% do universo pesquisado). Essa demanda de produtos oriundos de outros municípios justifica-se pela necessidade de produtos especializados, pela variação de preços e pela proximidade geográfica, face também à acessibilidade.

Ainda na sequência da cadeia produtiva, depois do segmento fornecedor de insumos e da própria ação do agricultor em promover a produção agropecuária (aproximadamente 3.308 toneladas de produtos agrícolas e cerca de 5.000 cabeças em termos pecuários), sobressai a comercialização. Esse processo tem sido intenso junto aos agricultores familiares pesquisados, que afirmaram repassar mais de 95,40% de tudo que é produzido em suas unidades familiares. Por município, o processo é diverso, sendo que os dados auferidos evidenciam como a agricultura familiar sergipana está integrada ao mercado, ao passo que também demonstram que os agricultores familiares, sobretudo os mais pobres, caso aqui dos pronafricanos B, persistem produzindo para atendimento de suas necessidades, mas com diversificação quanto ao atendimento das demandas do mercado consumidor (Figura 79).

**Figura 79-** Percentual de produção da agricultura familiar pronafiana comercializada nos municípios pesquisados.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho, 2014 e Maio, 2015).

Conforme já evidenciado, a maior variação ocorre entre os pronafianos B, haja vista o microcrédito ser direcionado a múltiplas formas de geração de renda, ao tempo que, entre os pronafianos A (contrariando a ideia central do programa) e os pronafianos Comum, ocorre maior especialização produtiva, sobretudo, e respectivamente, com a cana e com o milho, mas não se circunscrevendo a utilização da terra apenas à monocultura. Nesse tocante, variadas culturas desenvolvidas pelas unidades familiares de produção são direcionadas ao mercado, mesmo que parte seja utilizada ainda para o autoconsumo (Tabela 22). Alguns produtos são cultivados unicamente voltados ao mercado, como a cana, a pimenta, alguns tipos de raízes e frutas. Mas há outros que, apesar de consumidos pelas famílias, são também direcionados ao mercado, como a laranja, o coco, a melancia, o quiabo e o maracujá, além do expressivo montante do milho, que chegou a 729,18 toneladas, isto é, 93,9% do que é produzido, segundo os pesquisados.

**Tabela 22-** Percentuais da produção agrícola familiar comercializada.

Municípios	CAPELA	ITABAIANINHA	CARIRA	Representatividade Total
Milho	73%	84%	95,80%	93,90%
Feijão	-	33,20%	93,70%	82,70%
Mandioca	69,20%	44%	-	44,57%
Macaxeira	48,80%	50,20%	-	50%
Cana	100%	-	-	100%
Fava	100%	13,30%	-	15,20%
Banana	88%	-	-	88%
Maracujá	100%	86,90%	-	91,50%
Amendoim	-	50%	-	50%
Limão	-	65,70%	-	65,70%
Laranja	-	97,30%	-	97,30%
Quiabo	-	91,60%	-	91,60%
Pimenta	-	100%	-	100%
Batata-doce	-	71,25%	-	71,25%
Raízes	-	100%	-	100%
Coco	-	97%	-	97%
Mamão	-	100%	-	100%
Melancia	-	95%	-	95%
Total agrícola	99,90%	81%	98,20%	95,40%

Fonte: Trabalho de Campo (Julho-agosto de 2014).

Na mesma linha, a atividade pecuária desenvolvida pelos pronafianos analisados em Sergipe é direcionada, sobretudo, para a comercialização, somando 88,57% do total (Tabela 23). Esse total justifica-se pela dificuldade de consumir alguns tipos de animais, decorrente de seu tamanho, como os da bovinocultura, cuja produção volta-se em praticamente 100% para o mercado, com exceção dos que ficam na unidade familiar para a engorda. Enquanto aves como galinhas, cuja produção chega a 1.323 cabeças, tem sua comercialização remetida a 1.041 unidades, isto é, 78,70%, pela facilidade de trabalho, abate e cultura de consumo.

A pecuária segue o mesmo padrão da variação produtiva entre os pronafianos, sendo os da modalidade B os que mais diversificam, justificado pelas linhas do projeto, pela assistência técnica e, também, pelas necessidades alimentares. Já os pronafianos A, no caso do assentamento José Emídio da Costa, têm pequena produção pecuária, circunscrita à criação bovina e a avicultura. Os pronafianos da modalidade Comum, que trabalham, sobretudo, com o rebanho bovino, direcionam 100% dessa criação para o mercado; e 81,25% da produção de galinhas são demandadas pela alimentação familiar (81,25%).

**Tabela 23-** Percentuais do criatório na forma familiar comercializada.

Municípios	CAPELA	ITABAIANINHA	CARIRA	Total
Asininos (Jumentos)	-	100%	-	100%
Bezerros	-	100%	100%	100%
Bois	100%	1,50%	-	68,75%
Caprinos/Ovinos	-	95,30%	-	95,30%
Equinos/Muare	-	94,70%	-	94,70%
Frango de Corte	-	91,75%	-	91,74%
Galinha Caipira	84,30%	87,70%	18,75%	78,70%
Garrote	-	97,80%	100%	97,87%
Guiné	-	100%	-	100%
Novilha	-	100%	-	100%
Suínos	-	90,73%	-	90,73%
Touro	-	100%	-	100%
Vaca	-	100%	100%	100%
Total Pecuário	84,80%	91,17%	38,40%	88,57%

Fonte: Trabalho de Campo (Julho-agosto de 2014).

A pecuária entre os pronafianos analisados agrega relativa especialização, principalmente em relação ao boi gordo que é encaminhado diretamente para os mercados locais e regionais do estado. A diversificação produtiva, determinada para os agricultores familiares pobres, especialmente, contribui através da criação de pequenos animais para geração de renda em termos sazonais, como, por exemplo, a produção de suínos, que a cada três meses, através da engorda, podem ser comercializados. Além disso, entre os próprios agricultores, a pecuária é demarcada como uma possibilidade de geração de renda mais rápida para a unidade familiar.

Quanto ao repasse das produções, segundo estimativas dos próprios agricultores pesquisados, devem-se ter movimentado cerca de R\$500 mil reais no ano de 2012<sup>55</sup>. Todavia, a pesquisa demonstrou que os pronafianos A, no caso aqui estudado, estão extremamente integrados ao mercado, com a circulação exclusiva da cana, responsável por cerca de 23,4% dessa estimativa financeira, aspecto que é um tanto contrário à realidade dos assentamentos em Sergipe, especialmente dos localizados na porção sertaneja. Entre os pronafianos B, as culturas de frutas, como coco verde, laranja, limão, mamão e melancia, movimentaram cerca de 15% do valor total, sendo a produção de laranja o carro-chefe na formação da renda, correspondendo a 10% do valor total. Já os pronafianos da modalidade Comum geraram 47,61% do valor estimado, sendo o milho o produto que mais agregou valor, isto é, 46,8% do valor total, com a comercialização de 10.465 sacos do grão.

<sup>55</sup> Se fosse considerada a divisão desse valor por igual entre os 85 agricultores analisados, a renda mensal de cada unidade familiar seria de aproximadamente R\$490,00, representando 78,8% do valor do salário mínimo do ano de 2012 (R\$622,00).

Por conseguinte, verificou-se que a comercialização é conduzida fortemente pelo segmento intermediário. Entre os agricultores pronafricanos pesquisados em Sergipe, cerca de 50,6% entregam sua produção para intermediários que fazem o repasse da produção ao comércio varejista ou ao consumidor final. Apenas 22,35% dos agricultores promovem o comércio direto, dirigindo-se às feiras locais; 10,6% promovem o repasse para agroindústrias, no caso da cana-de-açúcar; e 2,35% (dois agricultores), promove a comercialização com os mercados institucionais, via PAA e PNAE, repassando sua produção de milho para a CONAB. A referida conjuntura é refletida pelos agricultores no sentido das dificuldades enfrentadas, entre as quais a pavimentação precária e o valor de locação dos veículos capazes de promover o transporte da produção para os principais mercados. Contudo, eles têm consciência de que entregam sua produção em valores determinados pelos atravessadores, que impõem uma desvalorização frente aos preços de mercado, sendo, portanto, um dos gargalos na relação agricultor-consumidor final.

Na finalização dessa cadeia produtiva, o acesso do consumidor final aos produtos dos agricultores familiares tem ocorrido, em relação aos municípios com maiores contratos de Pronaf, principalmente nas feiras locais, apesar de alguns poucos agricultores, por apresentar melhor infraestrutura em Itabaianinha, também direcionarem seus produtos para os supermercados localizados em Aracaju.

#### 6.4 FLUXO DE MERCADORIAS AGRÍCOLAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Os fluxos caracterizam-se pelo movimento de mercadorias, de pessoas (fluxos materiais), de informações, de telecomunicações (fluxos imateriais), etc., que pressupõem a existência de redes, resultantes da evolução técnica, econômica, política e social. Em relação aos fluxos materiais, os mesmos são decorrentes da definição de redes que operam na produção, circulação, distribuição e consumo. Nesse aspecto, quanto mais intensos forem os fluxos, maior o processo de circulação e, por conseguinte, maior a integração de espaços por redes, definidas, segundo Santos (2009, p.268), a partir do processo global de produção, em que

[...] a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de determinada situação. O próprio padrão geográfico é definido pela circulação, já que esta mais

numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço. (Op. Cit.)

A ampliação da circulação, resultante das inovações técnicas, instala-se no espaço e permite a interação de fluxos materiais e imateriais. Diante disso, os fluxos de mercadorias conectam-se no espaço através das redes, isto é, através de linhas que articulam o contato com pontos fixos no espaço. Essas linhas, ao se conectarem, estabelecem integração, constroem e articulam o espaço econômico contemporâneo (Op. Cit.). Tal organização deve-se à criação de

[...] objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos. Constroem-se edifícios telemáticos, bairros inteligentes, tecnopólos. Esses objetos transmitem valor às atividades que delas utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles “circulam”. É como se, também, fossem fluxos. (Op. Cit, p. 274)

A aplicação do referido contexto teórico para o estudo em tela certifica que as sedes municipais tornam-se nós na rede de comercialização agrícola, possibilitando, então, a fluidez dos produtos a outros mercados e, por fim, ao consumidor final. Pode-se atestar ainda a existência de redes na articulação entre povoados e cidades, estabelecidas através da circulação da produção, constituídas pela ação de intermediários.

Sabe-se que a concretude das redes para a relação de contínuo rural-urbano não apresenta entre os pronafricanos trabalhados um alcance nacional ou internacional. Logo, consideram-se os fluxos de compra de insumos e de comercialização da produção como sendo de alcance estadual, quando se correlacionam com outros municípios do estado; e regional, quando mantêm relação com outros estados do Nordeste; ao passo que a correlação de fluxos entre povoado e sede municipal apresenta um alcance mínimo – local. Assim, os fluxos serão analisados considerando a procedência dos produtos e seus respectivos movimentos na fase da circulação.

Os fluxos, na relação rural-urbana, iniciam-se antes mesmo do processo produtivo, com a compra de insumos. Essa compra ocorre principalmente em nível local, sendo que os pronafricanos de Sergipe, regularmente, adquirem os insumos necessários na sede municipal. Entretanto, alguns desses agricultores também acessam tais produtos em municípios circunvizinhos (Figura 80). Essa demanda em outros municípios justifica-se pela localização das unidades que operacionalizam o crédito, pela proximidade geográfica, pelo valor da oferta e pelas facilidades na entrega do produto. O agricultor familiar sergipano tem optado por

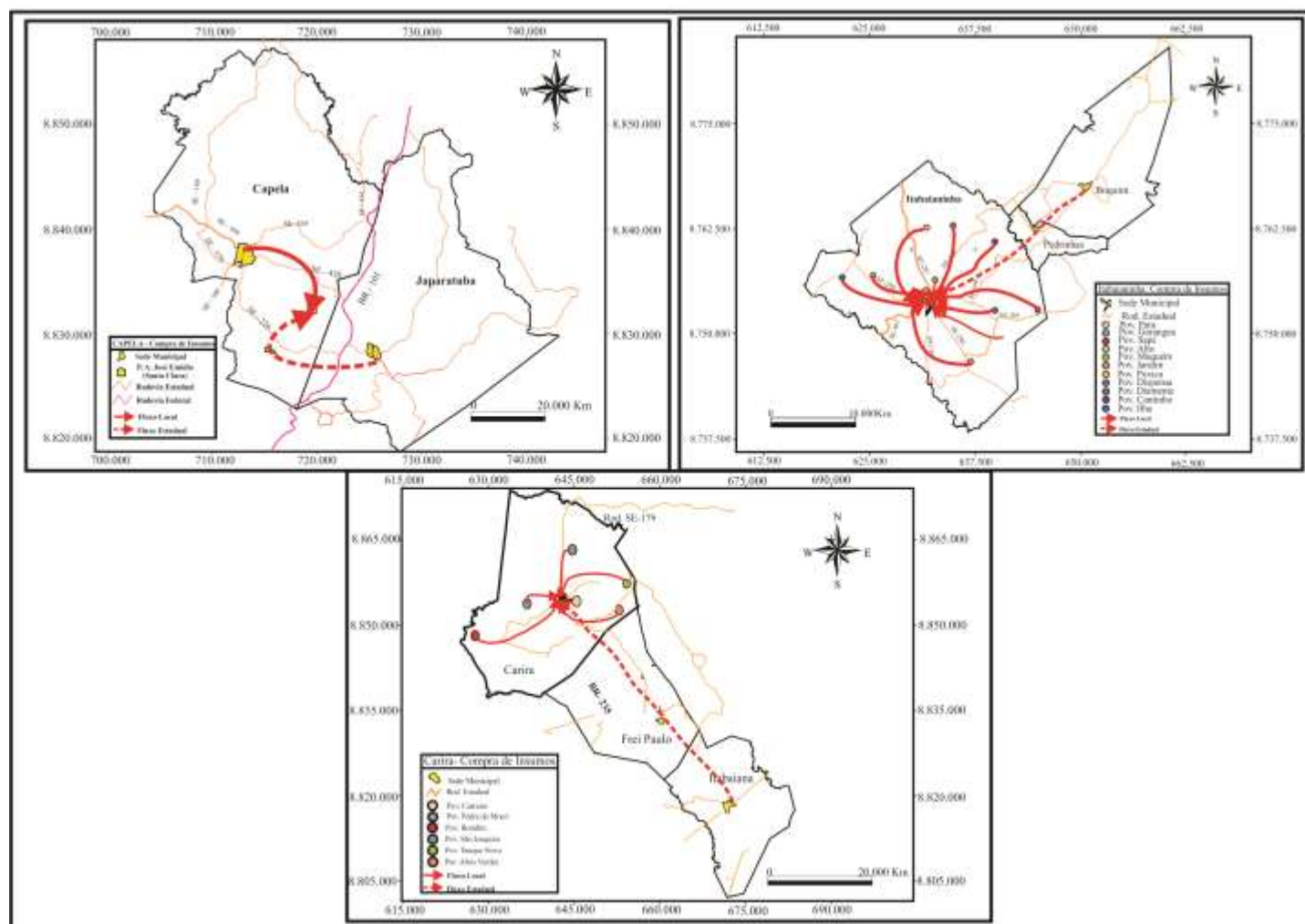
realizar contratos onde se ofereçam múltiplas facilidades em termos de aquisição de produtos para a produção agropecuária, definindo, assim, alcances microrregionais dentro do estado.

As assertivas têm sido observadas nos municípios estudados. No caso de Capela, no assentamento José Emídio da Costa, 80% dos agricultores costumam adquirir insumos para a cultura da cana no município de Japaratuba, fato explicado pelo assédio de representantes de empresas que promovem a divulgação e, ainda, pelos fatores preço, acessibilidade, relação de credibilidade com os atores assentados e organização da entrega dos produtos. Observa-se também que o alcance espacial de compra dos insumos também se estabelece em nível local, em função das relações de conhecimento e de conveniência entre vendedor e comprador.

No município de Itabaianinha, a relação de compra de insumos se faz forte em nível local. Contudo, 30,7% dos agricultores afirmaram adquirir insumos para agricultura em outros municípios sergipanos e, mesmo, em outro estado, como a Bahia, em relação à compra de esterco de aves e bovino, realizada pela ação de intermediários. A aquisição dos insumos dos agricultores familiares de Itabaianinha ocorre principalmente no município de Boquim, onde os pronafianos B costumam efetivar seu microcrédito na agência local do BNB. Apesar de arcar com os custos de deslocamentos, muitos agricultores justificam essa ação face ao sinistro caso de roubos e furtos que regularmente ocorrem na região. Muitos desses, sabendo que receberão os recursos, reúnem-se com familiares, locam transportes e, assim, efetivam seus deslocamentos, a compra e a entrega de seus produtos.

Em Carira apenas 20% dos agricultores indicam adquirir principalmente semente de milho em outra localidade: no município de Itabaiana, devido ao preço mais competitivo e à diversidade das marcas. O fluxo de insumos ocorre basicamente em nível local, na relação do rural com o urbano, em virtude da especialização sofrida pelo comércio municipal nos últimos anos, com a instalação de fixos fornecedores dos mais variados insumos e, também, da ação de empresas que, através de representantes, têm atuado intensivamente na venda de seus produtos. A relação de *continuum* rural-urbano é bem evidente no município, já que o crescimento da agricultura em grande escala tem trazido mudanças nos segmentos de comércio e de serviços, além de se fazer refletida no segmento imobiliário (Figura 81).

**Figura 80 – Capela, Itabaianinha e Carira**  
Fluxos de demanda por insumos agropecuários  
2014



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004 e Trabalho de Campo (Julho-agosto de 2014).

Organização: Carvalho, 2015.



**Figura 81-** Reflexos do desenvolvimento agropecuário de Carira na sua sede municipal.

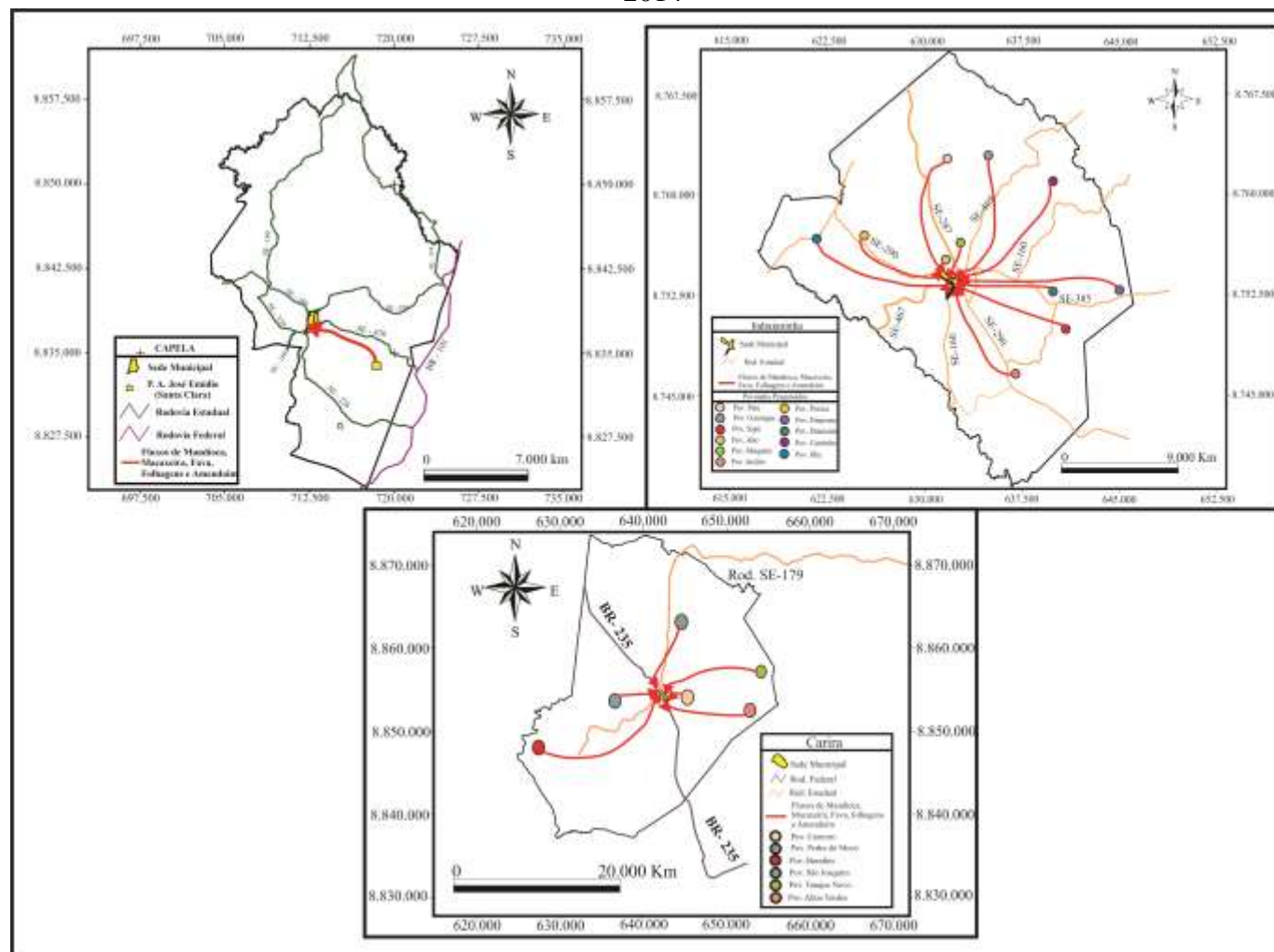


Fonte: Trabalho de Campo (Julho, 2014 e Maio, 2015).

Em termos de fluxos de comercialização da produção dos agricultores pronafianos, verificou-se que a mesma agrega forte circulação em nível local, dentro da relação de contínuo rural-urbana, alavancando a expansão do setor comercial e de serviços, desconstruindo a superada polarização urbana-rural. Contudo, essa mesma demanda tem sido correspondida em outras escalas - em outros municípios e mesmo em outros estados - por ação dos agentes de intermediação.

Por essa realidade, observou-se entre os pronafianos estudados (modalidades A, B e Comum) os principais fluxos de produção financiada, considerando os municípios de Capela, Itabaianinha e Carira. Todavia, valida-se que, nos três municípios pesquisados, as culturas, ditas alimentares e que também são consumidas nas unidades produtivas apresentam, no mercado, alcance basicamente local. Nessa linha, produção como a de mandioca, macaxeira, fava, folhagens e amendoim atendem à demanda do município, delimitando, assim, produtos de alcance local, confirmando a relação rural-urbana como processo de continuidade sócio-espacial. (Figura 82). Além disso, os produtos tendem a ser comercializados no próprio povoado, valendo-se da proximidade com as rodovias, como ocorre com essas culturas, no assentamento José Emídio da Costa (Figura 83), aspectos que se justificam pelo pequeno valor agregado e também pela fácil deterioração dos produtos. Porém, o aspecto mais interessante é que essa comercialização de alcance local está consolidada no assentamento, contribuindo para a geração de renda em nível local.

**Figura 82** – Capela, Itabaianinha e Carira



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004 e Trabalho de Campo (Julho-agosto de 2014).  
Organização: Carvalho, 2015.

**Figura 83-** Comercialização de produtos agrícolas no assentamento José Emídio dos Santos.

Fonte: Trabalho de Campo (Setembro, 2014).

No tocante à comercialização polarizada pela ação dos intermediários, a cana-de-açúcar produzida no citado assentamento não agrega alcance. Essa produção é acordada por agentes oriundos da Usina Junco Novo, localizada no município de Capela. Assim, o fluxo da cana-de-açúcar apresenta escala local, não requerendo deslocamentos para sua circulação e cuja utilização será para o processamento de etanol anidrido e hidratado (Nova Cana, 2015<sup>56</sup>).

A ação da intermediação em termos de fluxos, nas unidades pesquisadas, tem se feito valer, sobretudo, na comercialização de frutas em Itabaianinha, a exemplo da laranja, limão, coco, melancia e mamão; e de milho e de feijão, em Carira. Tais atividades atendem à demanda local, mas são voltadas também para outros mercados do estado de Sergipe e mesmo para outros estados, como ocorre com a laranja, o coco-da-baía e o milho. Em termos específicos, observou-se que esses produtos são determinados não só pela demanda, mas também pela agregação de preço em escala local e até mesmo em mercados regionais.

Sendo assim, em Itabaianinha, o fluxo da produção agrícola desenvolvida pelos pronafianos B apresenta bom alcance regional, tendo a laranja como produto de maior expressividade, haja vista ser encaminhado, em grande parte, para municípios baianos, especialmente os localizados nos limites com o estado de Sergipe (Figura 84). As 17 unidades familiares produtoras de laranja nesse município demonstra que 95% da comercialização

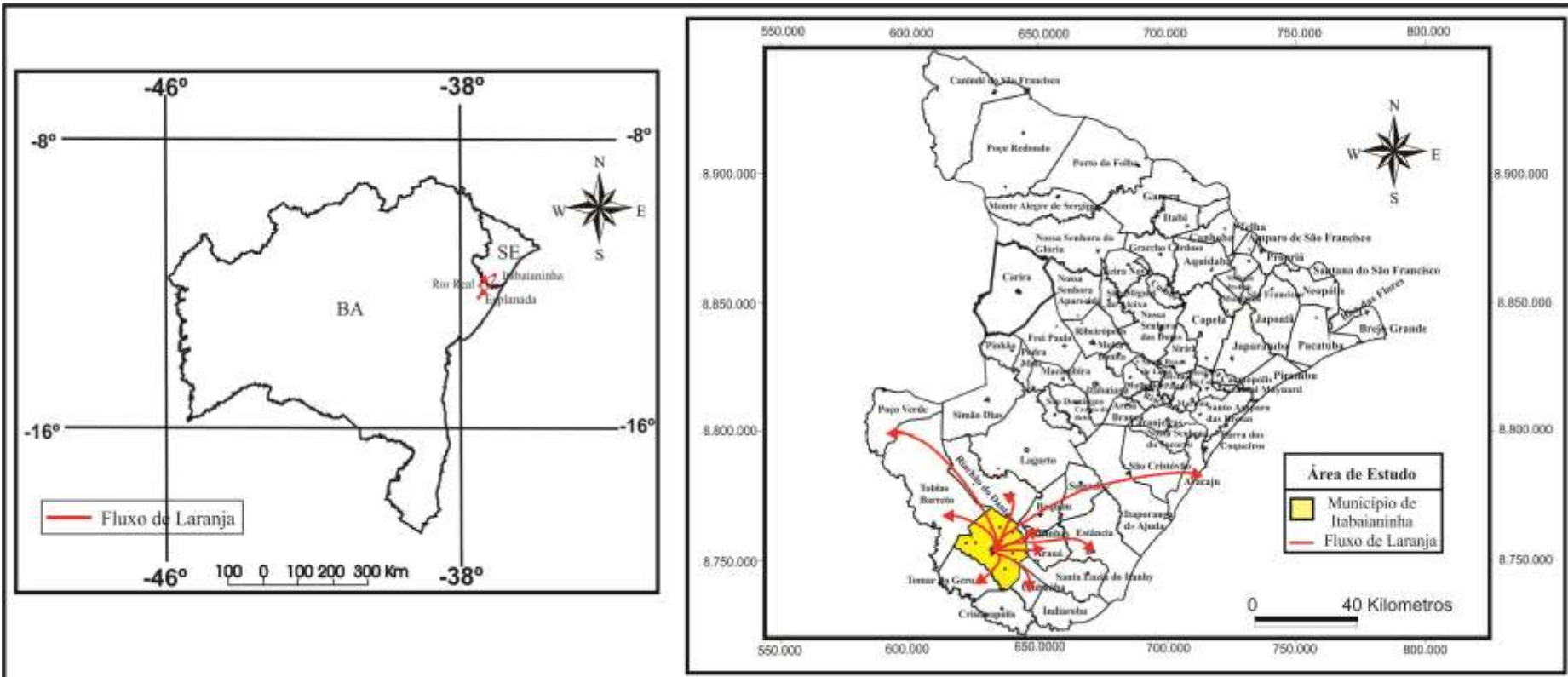
<sup>56</sup> Informação disponível em < <http://www.novacana.com/usinas-brasil/grupo/usina-junco-novo/>>, acesso em 19/09/2015.

desse produto é realizada mediante ação de intermediários. Esses agentes têm direcionado uma parcela do produto para os municípios de Rio Real e Esplanada (BA), onde os produtos passam por algum tipo de processamento ou revenda em atacado. Na escala local, observou-se que as unidades também encaminham o produto para a feira semanal no município, mas em volume bem reduzido. Em escala estadual, os intermediários atuam intensamente no repasse da mercadoria para alguns municípios circunvizinhos e para a capital, Aracaju, abastecendo as feiras desses municípios, na ponta da comercialização a varejo.

A produção de coco-da-baía também apresenta alcance espacial expressivo, apesar da reduzida produção e comercialização. O único agricultor familiar pronafiano B afirma que seu produto é comercializado para alguns municípios circunvizinhos, para a capital do estado, mas também para municípios baianos, a exemplo de Salvador e Costa do Sauípe (Figura 85).

Na correlação de fluxos efetivados no estado de Sergipe, junto aos agricultores pronafianos, o milho tem garantido importante movimentação, não apenas no espaço de produção, mas no alcance da comercialização. A produção de Carira, realizada por pronafianos Comum, especialmente, tem sido destinada à formação de silagem para alimentação dos animais em outros municípios sergipanos e baianos, mas sua expressividade opera no direcionamento da produção para o estado de Pernambuco, onde é utilizado para a alimentação de aves em importantes aviários regionais; e na fabricação de rações no oeste baiano (Luiz Eduardo Magalhães) (Figura 86).

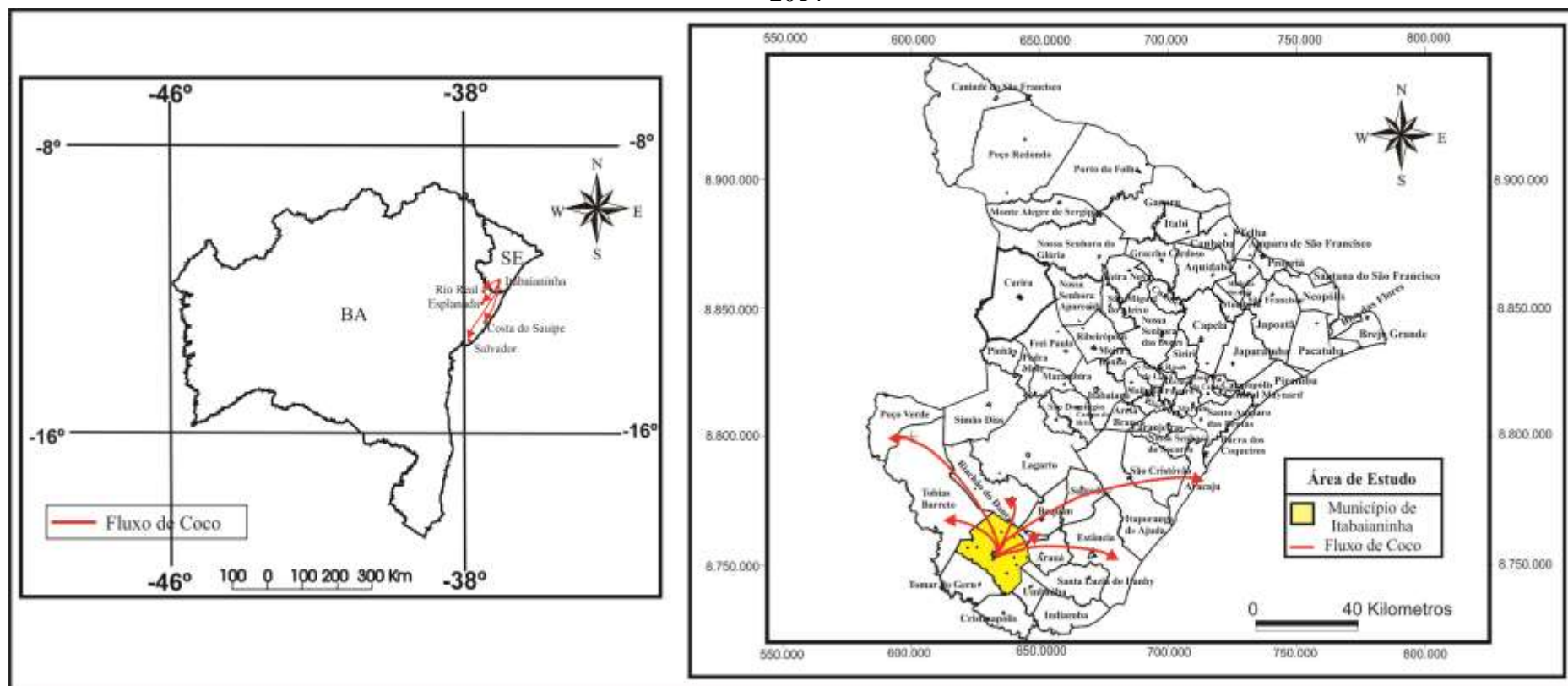
**Figura 84 – Itabaianinha-SE**



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004 e Trabalho de Campo (Julho-agosto de 2014).  
Organização: Carvalho, 2015.



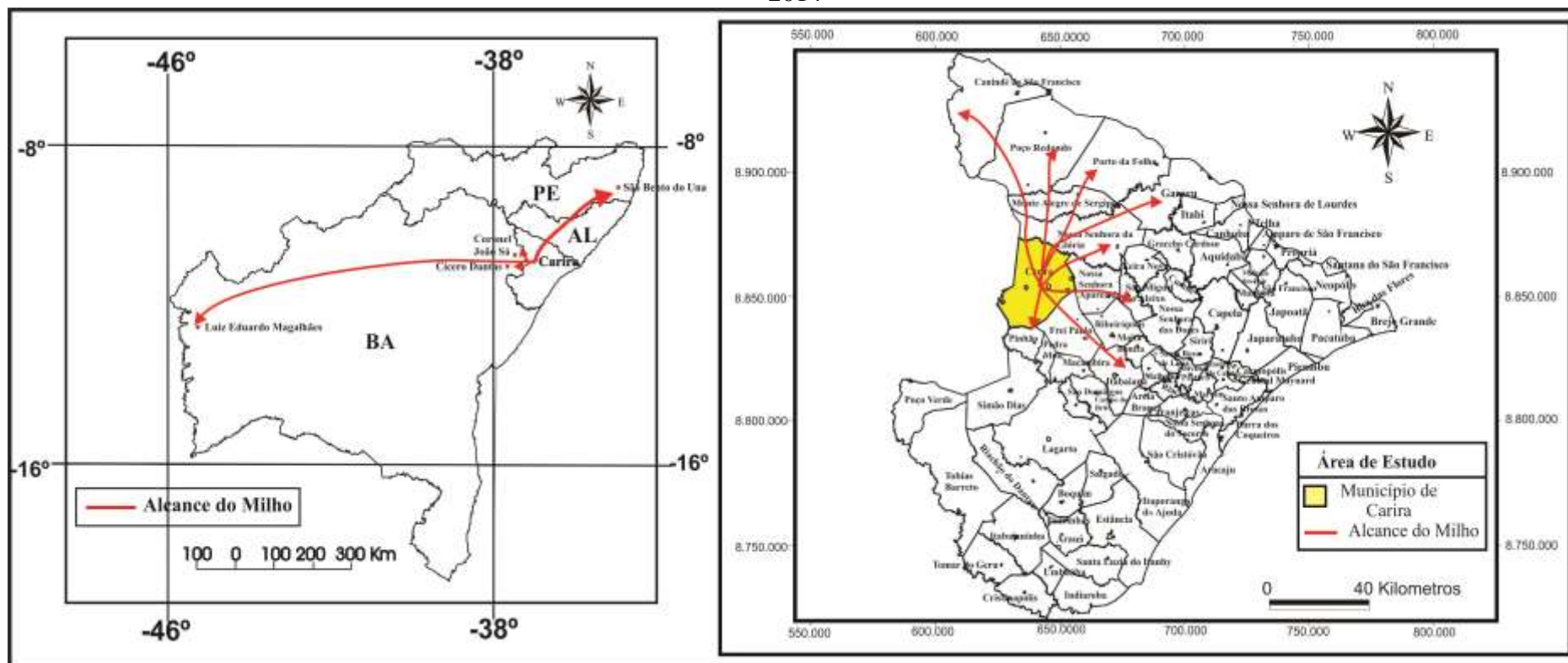
**Figura 85 – Itabaianinha-SE**  
Fluxo de comercialização do coco produzido por pronafiano B  
2014



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004 e Trabalho de Campo (Julho-agosto de 2014).

Organização: Carvalho, 2015.

**Figura 86 – Carira-SE**  
Fluxo de comercialização do milho produzido por pronafianos comuns  
2014



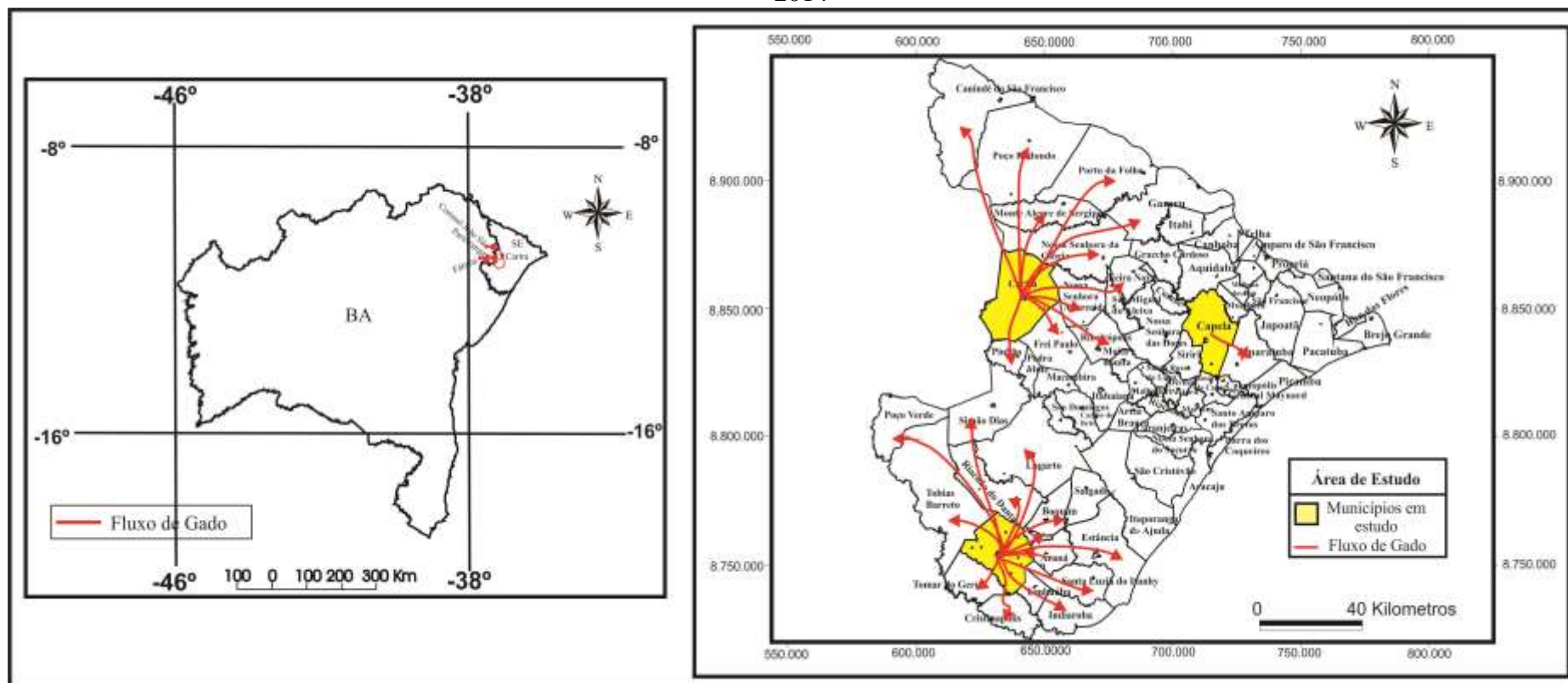
Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004 e Trabalho de Campo (Julho-agosto de 2014).  
Organização: Carvalho, 2015.

A pecuária também apresenta bom fluxo, mas de menor alcance se comparado ao da agricultura. A dinâmica dessa atividade tem se definido basicamente em nível local e entre municípios sergipanos, aspecto observado na comercialização do grupo que compõe a bovinocultura (boi, vacas, touros, garrotes, bezerros e novilhas) e os equinos/muare. Apesar disso, ainda foram verificados fluxos dessa primeira espécie para o interior baiano, a exemplo do fluxo de bois, garrotes e vacas para os municípios de Coronel João Sá, Fátima e Paripiranga (Figura 87). Em relação à produção de pequeno porte, foi observado que as unidades pronafricanas comercializam sua produção principalmente nas sedes municipais, nos dias de feira, a exemplo das aves. Contudo, a produção de suínos, caprinos e guínés apresenta alcance espacial mais expressivo, no sentido de sua comercialização ser estendida a dias de feira de outros municípios circunvizinhos.

Todavia, em relação às modalidades de Pronaf e às especificidades pesquisadas, observou-se que os assentados em Capela, por não apresentarem grande atividade pecuarista, agregam fluxos de comercialização que se estendem, no máximo, ao município vizinho de Japaratuba. Já em relação à criação de galinhas caipiras, segmento mais forte entre os assentados, a comercialização é realizada nas proximidades da rodovia SE-438 e no dia de feira, na cidade de Capela. Em Itabaianinha, como a produção é diversa, os fluxos também apresentam maior expressividade, sobretudo na pecuária bovina e na suinocultura que atendem demandas de outros municípios do centro sul do estado. Em virtude da produção de pequeno porte, estende-se basicamente à demanda da sede municipal. Em Carira, a criação bovina é a que possui maior alcance, especialmente regional, atendendo à demanda de municípios baianos.



**Figura 87** – Capela, Itabaianinha e Carira  
Fluxo de comercialização de gado criado por pronafricanos  
2014



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004 e Trabalho de Campo (Julho-agosto de 2014).

Organização: Carvalho, 2015.

## 6.5 OS PRONAFIANOS E A RELAÇÃO ESPACIAL PÓS ACESSO AO PRONAF

A relação agricultor familiar e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) impõem importantes considerações, haja vista serem vistos por alguns agricultores como uma nova possibilidade de produção e de geração de renda e, ao mesmo tempo, como um crédito que pode acarretar danos às suas vidas. Dessa forma e mediante a análise prévia das entidades envolvidas no processo de liberação, forma e função, valida-se que o programa é de fácil acesso e aplicabilidade. Poderia, porém, ser melhor trabalhado por instâncias governamentais, especialmente pelas empresas prestadoras de assistência técnica e extensão rural, no sentido de atender às demandas por informação e conhecimento *in lócus* dos agricultores, não só sobre o acesso ao programa, mas também sobre a funcionalidade e aplicabilidade do recurso.

Nesse sentido, os agricultores pronafianos pesquisados em Sergipe, de modo geral, apontaram não terem dificuldades em utilizar o recurso (61,2%). Ainda assim, definiram como problemas corriqueiros relacionados às três modalidades do Pronaf: 1- atraso para liberação do crédito (30,6%); 2- exigências bancárias (10,6%); 3- prazo de amortização ser curto (10,6%); 4- obrigação de apresentar documentação (4,7%); 5- fiscalização do crédito (3,5%); 6- recursos insuficientes (2,3%); 7- encargos financeiros (1,2%); 8- não soube informar (1,2%). Por essas informações, a dificuldade maior definiu-se mesmo na esfera burocrática, que segue um calendário regional, não considerando, assim, as especificidades locais, principalmente em termos do calendário agrícola. Por isso, as reclamações nos atrasos para a liberação do crédito.

Ainda assim, os beneficiados com o financiamento afirmaram fazer questão de pagar os valores devidos antes do vencimento (85%), ou no vencimento (13%) ou ainda a depender dos rendimentos das atividades desenvolvidas (2%). Nesse tocante, 95% dos entrevistados não concordam com a ideia de não pagar o financiamento, pois temem o não “anistiamiento” por parte do governo e receiam cair na armadilha da inadimplência, prejudicando o acesso a outras políticas. Tal contexto é reconhecido pelos agricultores como problemático, tanto que J. I. S. afirma: “Se todo mundo tirar o crédito e não pagar, complica, né?”. A resposta de muitos agricultores segue também essa assertiva, demonstrando que a maior parte ainda mantém valores relacionados à honra, no sentido de manter sempre em dias as finanças da família, com perseverança produtiva e social, apesar das dificuldades cotidianas.

Além disso, os questionados informaram que: o programa auxiliou na melhoria da qualidade de vida da família (81,2%); passaram a produzir mais e melhor (82,5%); passaram a viver melhor (65,9%); organizaram-se mais (26%); em nada modificou (1,2%); e não teve impacto algum (1,2%). Segundo muitos desses agricultores, a melhoria de vida impulsionada pelo programa também se refletiu em melhorias infraestruturais nas suas unidades produtivas, principalmente na residência. Em Capela, os beneficiários questionados afirmaram que o Pronaf contribuiu decisivamente para a melhoria da qualidade de vida das famílias, pois aumentou a renda e contribuiu para a aquisição de bens materiais, como afirma O. O.: "Hoje já tenho a garantia de um recurso e dá para fazer melhorias na minha casa". Em Itabaianinha, o Pronaf é visto como um programa vantajoso e que contribui para o desenvolvimento das unidades, em termos de aumento de produção, renda e infraestrutura. Enquanto em Carira, 90% dos questionados afirmaram que o programa auxiliou muito na melhoria da condição de vida da família, porque, segundo G. N (2014), "a gente hoje tem mais recursos", ou ainda, segundo J. W. S., "[...] a renda aumentou com as facilidades no pagamento".

Por consequência, em termos de visão de futuro, os agricultores questionados esperam ainda mais melhorias em suas condições de vida. Em Capela, os assentados desejam desenvolver outra atividade econômica, haja vista, o lote ser insuficiente para o sustento da família; prosperar com atividades agropecuárias aumentadas no lote; melhorar a vida, contando com o auxílio dos projetos do MST-INCRA (como declara D. S. O.); ajudar a natureza, com ações sustentáveis, a fim de propiciar condições favoráveis à produção agrícola.

No município de Itabaianinha, a atividade agropecuária tem ganhado relevância local e regional, em função de melhorias quanto a rotatividade da renda das atividades. Nesse ponto, o Pronaf B (Agroamigo), com a assistência técnica voltada principalmente para a policultura e também para o desenvolvimento de variadas atividades não só agropecuárias (costura e bordados), tem contribuído decisivamente para o fortalecimento das unidades familiares de produção e agregado novas formas de vida. Apesar de todas as problemáticas existentes no espaço rural, mesmo os migrantes que se lançaram na busca por novas oportunidades, acabam sendo motivados pela “onda” produtiva, em função dos financiamentos, a voltarem para suas estruturas familiares, onde novamente se instalarão e trabalharão à terra.

No município de Carira, os gestores esperam melhorar de vida e desejam principalmente, ampliar sua produtividade, mesmo sob o domínio da monocultura, fatos atestados nas afirmativas de agricultores que desejam "[...] continuar produzindo e aumentar a produção" (I.S.), ou ainda, nas palavras de J. A., "[...] pretendo crescer com essa fonte de

vida". A maior parte desses agricultores deseja continuar trabalhando a terra, ampliando a produção, com agregação de novas possibilidades e melhorar as condições de vida da família. E, para alcançar esses objetivos, o Pronaf foi apontado pela maioria, mesmo entre os que não desejam se endividarem, como uma possibilidade real de criar condições e infraestruturas produtivas sem grandes custos. Deste modo, o Pronaf Comum, em Carira, alicerça a questão produtiva em grande escala e projeta novos sonhos para as unidades familiares.

Apesar dos aspectos positivos, os agricultores sergipanos ainda indicam a necessidade de procedimentos para melhorar a política do Pronaf, como: 1- a observação da realidade dos agricultores, como diz o senhor J.M.: "O auxílio tinha de ser visto conforme a nossa necessidade, ter crédito maior e ser renovável"; 2- a diminuição da burocracia em termos de documentos e atrasos na liberação do dinheiro, conforme relata P.S. (2014): "tem-se de diminuir o prazo de repasse do dinheiro, demora demais. A gente planta, o tempo passa, aí depois é que o dinheiro sai!"

Deste modo, mesmo com a validação dos aspectos positivos do Pronaf, os agricultores beneficiados com o programa apontam a necessidade de se repensarem os entraves, no tocante à vivência do agricultor e às questões burocráticas. Nessa esteira, indicam a necessidade de diminuir as exigências em termos de documentação e, mediante a apresentação destes, a liberação imediata do crédito. A demora na liberação do crédito é hoje um dos mais graves embaraços à produção agropecuária do Nordeste, pois não leva em consideração as estações e o calendário agrícola. Logo, a exigência pela liberação imediata do crédito, após os trâmites burocráticos, justifica-se pela necessidade de agilidade, para que as atividades agropecuárias não sofram atrasos, além de impedir que o agricultor familiar endivide-se com terceiros e pague os custos financeiros, junto principalmente aos fornecedores de insumos e de sementes.

Por tudo isso, observa-se que o agricultor familiar pronafiano em Sergipe não é leigo quanto à questão creditícia e a seus direitos e deveres em relação ao crédito. Eles são cientes de suas necessidades, por isso apontam a necessidade de ser apreciada, pelas instâncias governamentais, a realidade vivenciada pelo agricultor, a fim de se realizarem empréstimos dentro de condições específicas. Assim, muitos desses agricultores agraciados com a possibilidade de geração de novas rendas, pedem as instâncias governamentais mais atenção quanto à ampliação das linhas de crédito, à aplicação e à seguridade, haja vista o desejo de todos os analisados ser o de produzir, comer, vender e ampliar renda, a partir das potencialidades geridas pelo Pronaf.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não é fator determinante para a produção da agricultura em Sergipe. Mas é condição auxiliar para a promoção de mudanças sócio-espaciais em termos de questão fundiária e diversificação produtiva; para a incorporação de processos vinculados ao meio técnico-científico-informacional, criação de redes de comercialização e consumo das mercadorias; para reestruturação familiar, bem como para o fortalecimento da relação campo-cidade. Esse aspecto evidencia-se espacialmente, pois é o espaço geográfico o *locus* concreto da ação humana.

O espaço rural tem se configurado num espaço geográfico, cuja definição se faz sentir por intervenção do agricultor, que molda o espaço face às suas próprias necessidades e, também, às demandas do mercado, aspecto visualizado na adequação desse espaço às evoluções técnico-científicas e, ainda, na luta contra obstáculos socioeconômicos, a partir do acesso a programas de crédito, como o Pronaf, o qual alicerça o caráter produtivo e competitivo de pequenos agricultores perante os circuitos de mercado. Tal contexto valida a categoria agricultor familiar como agente de promoção de mudanças e de desenvolvimento sócio-espacial.

Deste modo, mais que representar categorias, a agricultura familiar, através de gestão, propriedade e trabalho familiar, é considerada a base para o desenvolvimento de um projeto econômico viável para o espaço rural, pois há consciência de que ela pode ter função determinante em alguns setores da oferta agrícola. Isso resulta de sua preocupação principal estar centrada na diversificação produtiva, na integração às demandas de mercado e na geração de renda.

O desenvolvimento rural define-se pelas atividades executadas por agricultores familiares que lutam pela expansão de suas potencialidades, pela redução da vulnerabilidade de seus membros e pelo aumento da autonomia mercadológica. Tais ações condicionam o empreendedorismo rural dessa categoria, ampliando a diversificação das atividades econômicas locais e, por conseguinte, estabelecendo relações de complementariedade entre o rural e o urbano. Apesar disso, esses mesmos agricultores ainda se mantêm extremamente dependente de ações do Estado na promoção de políticas públicas que subsidiem suas atividades produtivas, sobretudo no que tange ao financiamento dos meios produtivos.

A agricultura familiar embasa a ideia de um desenvolvimento econômico viável para o espaço rural, em que os atores, já desde muito, são responsáveis pela diversificação produtiva, pela preocupação ambiental e pela geração de renda. Nessa demarcação, o então agricultor absorve a modernização e integra-se à lógica capitalista, definindo força de recriação do rural e de adequação às realidades multiformes. Sendo assim, essa categoria não pode ser demarcada a partir de políticas e de instrumentos isolados. O seu fortalecimento requer integração de políticas macroeconômicas, agrícolas e de desenvolvimento rural, de modo diferenciado frente às grandes divergências regionais e às especificidades locais, buscando soluções em nível local.

A agricultura familiar brasileira está adentrando uma nova etapa de fortalecimento, através da integração a organizações, visando a reduzir a exclusão e melhorar o acesso aos mercados; da construção de agendas territoriais, considerando a articulação de municípios com identidades comuns; e, também, da segmentação de políticas públicas, por público ou por temas, visando a favorecer as estratégias individuais e locais. Essa categoria é observada como uma alternativa capaz de responder a grandes desafios no Brasil, entre os quais a fome, a desigualdade, o uso sustentável dos recursos naturais e a falta de emprego e renda no campo.

Por conseguinte, essa categoria tem promovido a reorganização espacial, ao tempo que sofre imposições de demandas produtivas, fazendo-se presente em 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. A consolidação do termo deveu-se, além de pesquisas e das imposições de movimentos sociais, à ação do Estado na promoção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que incitou a inclusão de setores marginalizados do campo a terem acesso a políticas públicas. Portanto, agricultura familiar não se define exclusivamente pela definição operacional do Pronaf, mas por uma categoria social que ganhou relevância com o Pronaf, em função de determinar uma tipologia de beneficiários pelo qual se edifica modelos de atendimento às necessidades produtivas.

A institucionalização do Pronaf, que seguiu parâmetros experimentais do Grameen Bank, de Bangladesh, representou, no Brasil, o rompimento do paradigma na questão creditícia. O Sistema Nacional de Crédito Rural, com regras formais e informais, regidas pelas relações entre o sistema financeiro e agentes mediadores, frustrou a expectativa de um desenvolvimento rural equalizado, pois focava apenas o segmento econômico agroexportador. O benefício gerado pela política do Pronaf rompe com instituições que negavam, até a década de 1980, no Brasil, direitos substantivos e acesso ao avanço tecnológico por parte dos agricultores familiares. Assim, o modelo operacionalizado pelo programa buscou corrigir

falhas de mercado, estimulando os pequenos agricultores a gerarem emprego e renda no campo, ao subsidiar financiamentos de custeio e de investimento. Esse crédito, portanto, possibilitou a capitalização de agricultores, propiciando-lhes capacitação e infraestrutura econômico-produtiva em unidades que sofriam com a insuficiência dos meios de produção.

Todavia, para que esse programa galgasse êxito, foram estabelecidas relações de parceria institucional, que remeteram à correlação Estado-sociedade, no sentido de normatizar estratégias para a correspondência das demandas sociais e econômicas num dado tempo-espaço. Nesse sentido, o espaço vem sendo palco de mudanças socioeconômicas que correspondem ao institucionalismo criado pelos seres humanos, ao controle social imposto à natureza e à interpelação entre regras formais e informais. Portanto, as instituições edificam-se como um conjunto de conhecimento e de regras estabelecidas, a fim de manter uma dada organização social, trabalhando oportunidades e vocações, ao tempo que solidificam um ambiente seguro e de confiança.

Em termos do Pronaf, o institucionalismo correspondeu às mudanças socioeconômicas ocorridas na década de 1990, que se perpetuam no sentido de efetivação e melhorias na confluência do programa. Assim, o institucionalismo, correspondente aos marcos legais demandados pela sociedade e fundamentado pelo Estado, através de arranjo (leis) e de ambiente institucional (organismos que implementam a ação), é são direcionado à promoção de ações que repercutam na melhoria social. Nesse tocante, o institucionalismo presente no Pronaf passa por seguidos aperfeiçoamentos no sentido de flexibilização das regras financeiras, redução de entraves burocráticos, diversificação de público alvo na agricultura familiar, ampliação de atividades financiadas e intensificação da relação agricultor familiar-agências financeiras. O intuito desse aperfeiçoamento institucional do Pronaf é inserir agricultores familiares que até então eram marginalizados quanto ao acesso a crédito bancário e aos mercados.

Dessa forma, além do programa em si, sua operacionalização ainda conta com outros elementos institucionais, entre os quais: 1- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; 2- Financiamento e seguro da produção; e, 3- Agregação de valor e geração de renda. Esses elementos representam ações de melhorias e de ajustamento às demandas sociais rurais. Por conseguinte, o institucionalismo existente no Pronaf contribui decisivamente para a ampliação do valor médio dos contratos liberados, segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2005-2012). No entanto, ainda assim, é perceptível a existência de problemas na distribuição do crédito, visualizada no grande número de



agricultores que não o acessaram por falta de informação, por receio e/ou por falta de organização dos próprios agricultores.

Apesar disso, o programa torna-se uma alternativa concreta no desenvolvimento de atividades agrícolas, ao persistir agregando mudanças em seus aspectos normativos, sobretudo no apoio ao agricultor familiar, com juros subsidiados, articulação com outras políticas, estruturação de assistência técnica<sup>57</sup>, construção de metodologia para efetivação da política (Agroamigo), criação de linhas de financiamento específicas e inserção do agricultor no circuito de mercado. Ademais, o programa quebra com vínculos de subordinação impostos por comerciantes e “banqueiros informais”, uma vez que financia a compra de insumos e de equipamentos, cobrando elevados juros aos agricultores familiares.

Todavia, mesmo se tornando um alicerce para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e para a promoção do desenvolvimento rural, sabe-se que o Pronaf ainda precisa vencer alguns gargalos, como: 1- operacionalização, necessitando-se observar mais as especificidades locais do agricultor; 2- crença na ideia de que o programa é uma política pública transferidora de renda; 3- individualismo preexistente na edificação dos contratos, sobretudo no Nordeste, onde não há, por parte do próprio agricultor, estímulo ao cooperativismo; e 4- dependência que muitos agricultores familiares mantêm em relação a esse tipo de política pública. Desta feita, persistem muitos obstáculos no ambiente institucional, ao passo que questões individuais, como condições socioeducacionais, falta de condições para desenvolver sua unidade produtiva, incertezas em relação à natureza do programa e desconfiança em relação aos agentes financeiros, diminuem o caráter afirmativo do programa e de seu objetivo no auxílio ao desenvolvimento rural.

Por consequência, um dos vieses apontados e interessante insistir nele, sobretudo para o nordeste brasileiro, para incrementar o programa, é estimular a construção de um sistema financeiro local (finanças por proximidade), com base na consolidação de uma poupança construída por transferências públicas e privadas, em que o próprio agricultor seja um poupador que valide as potencialidades locais. Tais iniciativas por si sós já despertaria a atenção de outros agricultores para empreendimentos geradores de renda, com planejamento conjunto e promoção do desenvolvimento local, a partir das potencialidades gestadas nas próprias unidades familiares de produção.

No estado de Sergipe, as mudanças implementadas na agropecuária são sentidas desde a delimitação da posse portuguesa, que acarretou a formação da grande propriedade

---

<sup>57</sup> Essa estruturação reflete a questão do microcrédito orientado, caso do Agroamigo, que é trabalhado junto ao INEC.

canavieira e pecuarista, enquanto pequenos estabelecimentos se sedimentavam atrelados às demandas por alimentos dessas unidades maiores. Sendo assim, o espaço rural sergipano seguiu parâmetro comum ao do Brasil, passando por mudanças históricas de acordo com inserção de tecnologias, conhecimentos e, mesmo, de luta por terras travadas por agricultores desvalidos. Tal conjuntura histórica levou o Estado a definir políticas públicas, muitas das quais voltadas para a sustentação do grande capital, logo centralizadas e verticalizadas, com caráter clientelista. Ainda assim, algumas poucas ações históricas foram sentidas por agricultores familiares sergipanos. Esses atores, enquanto categoria social, conservaram-se e, na primeira década do século XXI, perfizeram quase 90% do número de estabelecimentos existentes no estado, sendo responsáveis por significativa produção alimentar, que supre as necessidades da família e das demandas, sobretudo do mercado local.

Nessa sentido, a produção agropecuária de Sergipe tem ganhado importante estímulo com a política de crédito pronafiano destinado aos agricultores familiares. Dados do BCB (2005-2012) demonstraram queda contratual na evolução temporal de quase 50%, por outro lado acréscimo de montante liberado na ordem de quase 42%. Ambos os quadros justificam-se pelas novas metodologias implementadas, pelas formas de renovação contratual e, ainda, pela inclusão de novos agricultores e pelas práticas agropecuárias que passaram a ser intensificadas no espaço rural sergipano. Deste modo, o programa capitaliza e fortalece a pequena agricultura de base familiar.

O desempenho do Pronaf também é respaldado pelas entidades (agentes financeiros, empresas de prestação de assistência técnica, secretarias municipais de agricultura, sindicatos, entre outros) que perfazem o arranjo institucional empenhado na celeridade do programa. Esse arranjo, de modo geral, mostra-se ainda um tanto burocratizado, em função do número de entidades que atua, mesmo sabendo-se que, em Sergipe, a maior correlação ocorre entre os agentes financeiros e as entidades emissoras da DAP (INCRA- caso do Pronaf A; e Emdagro – demais modalidades).

A problemática nesse arranjo institucional define-se na insuficiência em termos de infraestrutura dos agentes mediadores, que prejudica a real potencialidade dos agricultores familiares como clientes de crédito. Assim, a falta de infraestrutura e de mão-de-obra qualificada nas empresas públicas para atender *in loco* a demanda dos pronafianos é um grave gargalo em relação à questão do Pronaf em Sergipe. Atualmente, o quadro reduzido de servidores da Emdagro, por exemplo, é um empecilho ao bom funcionamento do programa, pois cada técnico tem respondido por cerca de 200 agricultores, localizados em várias comunidades. A atuação de empresas privadas também mostra-se complicada, pois estas

realizam os projetos de demanda do Pronaf, mas dificilmente conseguem prestar assistência técnica mais adequada, demarcando que a confiança depositada, muitas vezes, transforma-se em déficit financeiro para o agricultor.

Além disso, verifica-se que a atuação de outras entidades, como as secretarias municipais de agricultura, é pequena, contribuindo apenas com o repasse de informações sobre questões relacionadas a documentos, como forma de admissibilidade ao programa; com o encaminhamento em relação à composição dos projetos, contribuindo com assistência técnica junto a Emdagro; e com a observação sobre prazos de pagamento junto aos agricultores familiares. Enquanto sindicatos, conselhos municipais e associações locais tornam-se apenas espaço de divulgação de informações sobre diversos programas, sobretudo do Pronaf, da aposentadoria rural, do Bolsa Família, entre outros. Logo, o eixo do Pronaf define-se, mesmo, entre o banco, as empresas emissoras da DAP e prestadora de assistência técnica, observando, entretanto, lapsos de fragilidade, no que deveria ser o aporte seguro para a promoção da sustentabilidade familiar e, por conseguinte, do desenvolvimento rural.

Nesse sentido, o Estado não pode apenas subsidiar o agricultor familiar com a facilitação do crédito. No Brasil, essa instância precisa aperfeiçoar formas de dar seguridade ao agricultor familiar que busca crédito para o desenvolvimento de suas atividades, através de assistência técnica mais eficiente, além de educação orientada. O Estado precisa direcionar ações que revalorizem o espaço rural como local de vivência e de promoção econômico-produtiva, haja vista ser a agricultura familiar um modo de se construir cidadania no campo, por meio da luta por revalorização do espaço. Em outras palavras, a assistência técnica pode ajudar na luta contra a pobreza rural, através de propostas economicamente sustentáveis.

Por outro lado, o desafio da extensão em auxílio à agricultura familiar é superar aspectos de sua missão, do trabalho social e das diferenças institucionais que atualmente estão sem foco definido. Isso é possível através do repasse de conhecimento de métodos e possibilidades de reestruturação produtiva, da promoção de debates e da consolidação de políticas, tal qual o Pronaf, interessadas no fortalecimento da agricultura familiar. Nesse tocante, o modelo do Agroamigo torna-se positivo, no sentido de tentar assistir as demandas financeiras do agricultor, apesar de perder seu foco, quando fragiliza a assistência técnica durante o processo produtivo. Assim, faz-se urgente ao desenvolvimento do espaço rural, não só sergipano, como o nordestino, a presença de mais profissionais acompanhando, não só agricultores beneficiados com crédito, mas também agricultores que precisam e desejam evoluir economicamente e se manterem nas unidades produtivas.

Além disso, deve-se considerar que as relações estabelecidas pelas entidades tendem a definir mais facilidades no momento de acesso ao crédito, via instituições bancárias. Nesse aspecto, há a definição de relação de proximidade estabelecida entre as instituições bancárias, entidades que trabalham com assistência técnica e com as associações locais. Contudo, essas relações de proximidade em nível de organização de agricultores, com sentido de integração cooperativa, ainda são muito falhas no contexto de Sergipe, onde apenas poucas organizações rurais trabalham dentro dessa lógica, com destaque para a Cooperativa de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Familiares de Indiaroba e Região (Cooperafir), Cooperativa Agrícola de Moita Bonita, entre outras; e a Cooperativa de Crédito Rural, a Cooperativa de Crédito Rural ASCOOP COOPEC, que é integrada à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES - e à Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária - CONFESOL -, sendo constituída por cerca de 500 cooperados.

O arranjo de crédito rural em Sergipe está sedimentado e alicerça a presença do Pronaf em praticamente todos os municípios (BCB e BNB – 2005-2012). Todavia, ainda não alcançou grau de universalização necessário, entre os agricultores familiares, para desenvolver a agropecuária sergipana nos moldes do sul do país; ao contrário, os dados contratuais demonstram que existe concentração de Pronaf, sobretudo entre os já beneficiados. Esse aspecto mostra a fragilidade da expansão do programa e demarca questões que precisam ser revistas, em termos de Nordeste e, sobretudo, de Sergipe, entre as quais: 1- o acesso bancário - agricultores e agentes institucionais apontam que há falta de recursos humanos e creditícios para o atendimento mais rápido aos agricultores; 2- a liberação de crédito não segue o calendário agrícola local, sendo dispensado após período climático propício às atividades; e 3- falta de uma efetiva assistência técnica que acompanhe o pequeno agricultor, principalmente o empreendedor rural, nas etapas produtivas.

Apesar disso, os constantes aperfeiçoamentos do Pronaf, segundo palavras dos atores sociais institucionais, favorecem a diminuição da inadimplência em Sergipe, sobretudo nas modalidades B (Agroamigo) e na modalidade Comum, aspectos que validam a concretização do caráter empreendedor que o agricultor familiar edifica, pagando o empréstimo, favorecendo a ampliação creditícia e gerando renda, a partir de seus esforços, não só agropecuários, mas também na unidade produtiva familiar. Todavia, ainda persistem questões problemáticas por modalidade no que tange ao Pronaf A, tido em Sergipe como o mais problemático, em função das externalidades e aos incentivos ao não pagamento; ao Pronaf B, que manifesta uma questão cultural e também, o qual obsta os agricultores familiares de

querem avançar, em função de “mau pressentimento” e ainda da falta de educação financeira; e ao Pronaf Comum, que, individualizado, tem especializado a produção agrícola em detrimento da diversificação produtiva.

É relevante demarcar ainda que, apesar da validação de problemas junto ao programa, o discurso de eficiência é perceptível. O Pronaf tem se tornado uma “força motriz” no direcionamento do desenvolvimento local. Isso porque intensificam-se ou se definem novas possibilidades produtivas que contribuem para a estruturação e para o fortalecimento das famílias no espaço rural. Tal constante é possível pelo desenvolvimento de relações de proximidade entre entidades e agricultores, no sentido de quebrar barreiras de dificuldades para acesso às várias modalidades do Programa. Esse fato torna-se evidente na evolução de acesso de uma modalidade a outra que justifica o espírito empreendedor do pequeno agricultor, mesmo que de forma “embrionária”. Deste modo, o Pronaf tem representado uma ruptura no enfrentamento do agricultor frente à estrutura estatal anteriormente vigente e, também, uma oportunidade real de transcendência da pobreza ao empreendedorismo rural.

Em Sergipe, os recursos do Pronaf têm consolidado mudanças sócio-espaciais, visualizadas na lógica econômica e produtiva, manifestas em várias unidades beneficiárias do programa. Entre as mudanças sociais, mesmo delimitando-se uma evolução social, pode-se destacar que não decorre exclusivamente do Pronaf: 1- diminuição de membros na constituição familiar. Entre as unidades familiares analisadas, o total médio de membros constituintes foi de quatro pessoas, ao passo que dados oficiais definem como sendo de 4,13 pessoas a média de membros residindo na mesma unidade (IBGE, 2010); 2- os jovens têm agregado maior grau de escolarização, inclusive com nível superior, a partir da integração com outras políticas governamentais, a exemplo do Bolsa Família; 3- o fluxo migratório permanente é, hoje, irrisório entre os filhos de gestores das unidades pronafricanas, pois, por não serem numerosas, todos os membros acabam trabalhando na unidade familiar, fato que é ainda mais estimulado com o acesso ao microcrédito. O fluxo corrente, comumente, é diário, em função de estudos (ensino médio, profissionalizantes e acadêmicos, sobretudo) e de alguns poucos membros trabalharem no comércio urbano para forma de complementar renda.

Outra mudança sentida no espaço rural refere-se à agregação de mais área às unidades produtivas pelos pronafricanos, seja através da compra, seja via arrendamento, seja, ainda, por herança. Os agricultores familiares, mesmo que individualmente, têm se organizado mais, no que se refere à regularização da documentação da terra para acessar recursos do Pronaf. Apesar disso a área média dos agricultores familiares sergipanos (9,6 hectares) continua sendo menor que o previsto por lei (entre 20 e 280 hectares). Enquanto, a média de área dos

municípios trabalhados (10,53 tarefas ou 3,15 hectares) também é menor que a área média dos agricultores familiares, segundo dados do IBGE (2006) (7,87 hectares por estabelecimento). Os dados atestam a firmeza econômico-produtiva das pequenas unidades familiares de produção, ao tempo que demarcam, também, a importância dada à posse da terra.

Na atualidade, os agricultores sergipanos já não se sentem impossibilitados de acessar a uma agência bancária; pelo contrário, avaliam essas instâncias como parceiras na melhoria da qualidade de vida do produtor rural. Esses atores integram-se ao sistema financeiro de forma aparentemente difícil, mas acabam aprendendo a lidar com contas e cartões, fato que até pouco tempo era impensado por muitos. Apesar disso, o acesso ao programa ainda é seletivo, por parte de entidades envolvidas, sendo privado do benefício agricultores que não apresentem a documentação geral exigida, ou que não apresentem um projeto condizente com a realidade local trabalhada, provando que o programa, apesar da evolução em termos de recursos liberados, ainda não está tão universalizado quanto deveria ser, ponto que se justifica pela falta de recursos suficientes ao atendimento da grande demanda; pelo grande percentual de agricultores que ainda não desejaram ser beneficiários; e ainda, pela condição de muitos desses agricultores não se adequarem às normas do programa.

Contudo, grande número de agricultores que tiveram a oportunidade de acessar o Pronaf nas três modalidades trabalhadas apontam que o indicaria para outros amigos. Para eles, o crédito representou a consolidação das atividades agrícolas e não-agrícolas, a exemplo do segmento de confecções (roupas e toalhas de cama e mesa), além da sedimentação de novos rumos de vida no espaço rural, integrando fortemente as demandas do mercado. Nesse contexto, evidenciou-se que recursos do Pronaf A e B (Agroaimgo) foram direcionados para a policultura, mesmo com a concentração de cana, no caso do assentamento do José Emídio da Costa (Capela), pois visam à sustentabilidade. Ao passo que os agricultores beneficiários do Pronaf Comum, no município de Carira, especializaram-se fortemente na produção de milho e na criação gado, marcando um “empreendedorismo embrionário” por parte dos agricultores, os quais desmistificam as questões edafoclimáticas e impõem produção em média e grande escala.

Os agricultores familiares beneficiários do Pronaf em Sergipe apontam que o resultado produtivo do financiamento contribuiu decisivamente para a melhoria de infraestruturas na unidade produtiva, como reformas e ampliação de suas residências, instalação de captadores de resíduos, infraestruturas para criação de animais e irrigação. Esse aporte delimita a importância dada pelo agricultor beneficiário à manutenção do Pronaf, haja vista atestar que seus recursos impulsionaram e viabilizaram as condições produtivas, ao tempo que os

integram às demandas do mercado e geram emprego rural. Os agricultores pronafianos demonstraram ter ampliado a contratação de mão-de-obra temporária<sup>58</sup>.

Entre esses agricultores tem se observado uma mudança de conduta em termo de técnicas de conservação do solo, em que pesa a priorização de rotação de culturas, a adubação verde e orgânica, apesar da ampliação da adubação química e da intensificação do uso de agrotóxicos que, muitas vezes, são utilizados de forma desordenada, causando danos ao solo e à produção esperada. Houve mudanças, também, em termos de tração utilizada, sendo praticamente eliminada a tração animal e diminuída a manual em relação à massificação da tração mecânica, a partir da locação ou da aquisição dos equipamentos pelo agricultor familiar. A ampliação da utilização de mecanismos do meio técnico-científico-informacional tem se dado com base na oferta mercadológica local, uma vez que os centros urbanos locais têm se aprimorado na oferta de bens e de serviços modernos, os mais variados, voltados para a promoção produtiva do espaço rural. Deste modo, ao tempo que o Pronaf impulsiona a tecnificação das atividades agropecuárias, o espaço rural atual, consumindo esses implementos mercadológicos, contribui para a ressignificação do desemprego rural e para o estabelecimento de danos ambientais.

Ainda assim, não se pode negar que a penetração de tecnologias mecânicas e de insumos químicos gera fortalecimento do agricultor familiar. O pequeno produtor atual, mediante os recursos de que disponibiliza, tem avantajado sua produção e modificado os contextos espaciais do estado de Sergipe, definindo, por assim observar, territórios produtivos de grãos, como o milho e o feijão, da pecuária, da laranja, do coco, da cana e, também, de áreas policultoras. Ademais, definem fluxos que não se pensavam anteriormente. Esse pequeno agricultor, com auxílio do Pronaf, extrapola a cadeia produtiva local e embasa a lógica de empresa agrícola entre agricultores que quase sempre trabalha individualmente para sustentar o contexto familiar e, no presente momento, atende, inclusive, demandas de outros estados. Todavia, sabe-se que não é previsto o tempo de correspondência do solo, mediante a utilização de tantos insumos, podendo ocasionar a perda total de sua possibilidade produtiva. Por isso, as entidades de assistência técnica e extensão rural trabalham, nesse momento, a ressignificação da importância de se voltar gradualmente à conduta da produção sem insumos químicos, isto é, de modo orgânico.

---

<sup>58</sup> Os agricultores pronafianos já não precisam de tantos trabalhadores diários, apenas no período de preparo do solo para o plantio e no momento da colheita. Essa conjuntura liberou muita mão-de-obra do rural, corroborando principalmente para a ampliação das periferias urbanas.

Apesar de o Pronaf se encontrar disperso em todo o estado, há espaços em que ele tende a se concentrar, podendo ser presumido, inclusive, por modalidade: 1- a modalidade A tende a se concentrar na porção sertaneja, onde o número de assentados é mais expressivo e a atividade de destaque é a pecuária; 2- o Pronaf B (Agroamigo) tem agregado destaque na porção agreste do estado, onde os minifúndios são predominantes e a atividade básica, com exceções, é a policultura; 3- o Pronaf Comum, direcionado a agricultores com maior renda, tem expressiva penetração na porção oeste do estado, também sertaneja, vinculada a práticas agropecuárias, sobretudo à produção de milho. Destarte, pode-se asseverar que o Pronaf tem se territorializado, a partir da definição dos territórios produtivos e edificado potencialidades no alongamento das cadeias produtivas, integrando fortemente os agricultores aos mercados.

A integração de agricultores familiares aos mercados é um caminho incerto, pois edifica uma submissão do agricultor à lógica financeira produtivista, circunstância que é visualizada, no presente estágio de globalização, com a absorção desmedida de variados insumos químicos, sem acompanhamento técnico, mantendo indústrias de destruição da terra e da vida, apesar de recordes produtivos recorrentes. Apesar dos prognósticos positivos apontados pelos beneficiários do Pronaf, em termos de melhoria da qualidade de vida, isso não os isenta dessa subordinação ao capital financeiro. Nesse contexto, é preciso frisar que nenhuma política estatal atual, direcionada ao agricultor familiar, será capaz de retroceder a realidade do monopólio da terra. Logo, mais que efetivar políticas públicas propositivas, precisa-se primeiro ampliar o conhecimento sobre quem será beneficiado, a que finalidade se presta; considerar o valor monetário do empréstimo de acordo com as realidades; e ampliar consideravelmente o poder de ação das empresas públicas de assistência técnica e extensão rural. Em outros termos, precisa-se estudar os efeitos das políticas implementadas por dentro, ou seja, na base beneficiária, e não apenas por resultados quantitativos aparentes, como tem sido feito em tantos estudos apresentados sobre o Pronaf no Brasil.

De fato e sem dúvidas, o Pronaf assume importante papel na inserção do agricultor familiar ao meio técnico-científico-informacional, ao tempo que condiciona os aspectos produtivos, em correspondência às demandas do mercado. No contexto de programa sedimentado, essa política torna-se base de sustentação familiar; por isso, deve ser respeitado e sempre aprimorado de acordo com as bases sociais que o fundamentam. Isso porque esse programa tem potencialidade para dinamizar o espaço rural, estimular a persistência da vida no campo e valorizar a identidade de muitos agricultores que migravam por incapacidade produtiva.



Sabe-se que todos os projetos agregam data de validade, além de trazer consigo graves problemas, sobretudo, no que concerne aos que se beneficiam em detrimento de outros. Contudo, apesar dos inúmeros gargalos demarcados na efetivação dessa política, especialmente na questão de assistência técnica e extensão rural e nos entraves da burocracia bancária, o Pronaf tem sido um sustentáculo na promoção de mudanças sócio-espaciais, sem ser política compensatória. O programa representou um alicerce a muitos agricultores familiares que estiveram abaixo da linha de pobreza e não teriam possibilidades de acesso a crédito no sistema de crédito convencional, rompendo, assim, com a exclusão e incitando a capacidade financeira das pequenas unidades produtivas. Nesse ponto, pode-se asseverar que, para Sergipe, o Pronaf, enquanto política de feição social, tem sido incentivador do desenvolvimento local e rural.

# REFERÊNCIAS

---

**REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Ampocs/Editora da Unicamp, 1992. p.135-207.

\_\_\_\_\_. e VEIGA, J.E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília/DF: IPEA, 1998-1999.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e serviço público: Novos desafios para a extensão rural. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em < <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Entrevistas – Agricultura Familiar. 2010. Disponível em <<http://ricardoabramovay.com/novas-instituicoes-para-o-desenvolvimento-rural-o-caso-do-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Agricultura Familiar e Serviço Público: Novo desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Vol. 15, nº01, p 132-152, jan/abr, 1998. Disponível em < [http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura\\_familiar\\_e\\_servico\\_publico/6](http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura_familiar_e_servico_publico/6)>. Acesso em: 10 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Alcance e Limites das Finanças de Proximidade no Combate à Inadimplência: O Caso do Agroamigo**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), São Paulo, 2008. Disponível em < [www.fipe.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto\\_10\\_2008.pdf](http://www.fipe.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto_10_2008.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glauco, ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento**. UNESP/EDUSP – 2001. Disponível em < <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ADALBERTO MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme; MANOEL DE MELO, Lenivaldo; MACHADO MAIA, Cláudio. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. 82 p. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad012.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

ALCANTARA, F. V. **Gestão Scoal nos Territórios Rurais: Limites e Possibilidades do Agreste de Alagoas**. Tese de Doutorado: NPGEIO, São Cristóvão, 2013.

ALENCAR, M. T. de. **PRONAF como Instrumento de Atuação do Estado no Espaço Rural do Semi-árido Piauiense**. Tese de Doutorado: NPGEIO, São Cristóvão, 2010.

ALMEIDA, M. Da G. S. de. **Nordeste Açucareiro: Desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

ALVES, E. e ROCHA, D. De P. Ganhar Tempo é Possível. In: GASQUES, J. G. Et. Al. **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro\\_agriculturabrasileira.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_agriculturabrasileira.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2015.

ANDRADE, M. C. de **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª Edição ver. E aumentada – São Paulo: Cortez, 2005.

ANJOS, F. D. dos & CALDAS, N. V. Pluriatividade e Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S. (Orgs.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2ªEd. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA). **Investimentos no Brasil**, 2011. Disponível em <<http://www.anda.org.br/multimedia/investimentos.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

BB. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014**. Disponível em <[http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,10891,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=11797&codigoMenu=11721&codigoRet=11812&bread=8\\_4](http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,10891,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=11797&codigoMenu=11721&codigoRet=11812&bread=8_4)>. Acesso em: 03 mai. 2014.

BACEN. D.O.U. 5/08/2008. **Credito Rural** - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=210368>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução 2310 , de 29/08/1996. Disponível em <[www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res\\_2310\\_v2\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2310_v2_L.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2629**, de 10 de agosto de 1999. Disponível em < [www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res\\_2629\\_v2\\_1.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2629_v2_1.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2.729**, de 14 junho de 2000. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2000&numero=2729>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução 3.001**, de 24/07/2002. Disponível em < [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res\\_2879\\_v2\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res_2879_v2_L.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 3.206**, junho de 2004. Disponível em < [http://www.editoramagister.com/doc\\_27579\\_RESOLUCAO\\_N\\_3206\\_DE\\_24\\_DE\\_JUNHO\\_DE\\_2004.aspx](http://www.editoramagister.com/doc_27579_RESOLUCAO_N_3206_DE_24_DE_JUNHO_DE_2004.aspx)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 3731**, 17 de setembro de 2008. Disponível em < [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res\\_3731\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3731_v1_O.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 4.028**, de 18 de novembro de 2011. Disponível em < [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2011/pdf/res\\_4028\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2011/pdf/res_4028_v1_O.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. 2005-2012. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2012>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **MCR - Manual de Crédito Rural**. Disponível em <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

BNB. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: **Relatório de Resultados**. Fortaleza, 2008.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: **Relatório de Resultados**. Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: **Relatório de Resultados**. Fortaleza, 2010.

BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A. & DAMASCENO, W. S.(Orgs.). **Experiências dos Programas de Microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

BARROS, G. S. A. de C. **Economia da Comercialização Agrícola**. Piracicaba/SP: ESALQ, LES, CEPEA, 2007. Disponível em <[http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/1\\_economia\\_comercializacao\\_agricola.pdf](http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/1_economia_comercializacao_agricola.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2008.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCD – Unicamp, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Estabelecidos e outsiders nas políticas de crédito: o caso do Pronaf B**. in: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006b. Disponível em <[www.sober.org.br/palestra/5/1087.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/5/1087.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **PRONAF B: Peculiaridades de uma política de crédito no Nordeste Rural Brasileiro**. Alasru, 2011. Disponível em <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/21-GT-Fernando-Bastos.doc>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BELIK, W. e PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. e et. al. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_.; REYDON, B. R.; NETO, S.; e GUEDES, R. Instituições, ambiente institucional e políticas agrícolas. In: RAMOSN, P. (Org.) Et. Al. **Dimensões do Agronegócio Brasileiro: Políticas, Instituições e Perspectivas**. MDA, Brasília – DF, 2007 (NEAD Estudos).

BITTENCOURT, A. e ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. **Revista Economia Ensaios**. Vol 16, no 1: no prelo, 2003. Disponível em <[http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/inovacoes\\_institucionais/3](http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/inovacoes_institucionais/3)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BOMFIM, L. F. C.; COSTA, I. V. G. da; e BENEVENUTI, S. M. P. (Orgs.) **Projeto Cadastro da Infra-estrutura Hídrica do Nordeste Estado de Sergipe: Diagnóstico do Município de Capela**. CPRM. Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento e da

Ciência e Tecnologia e Superintendência de Recursos Hídricos. Ministério de Minas e Energia. Maio/2002. Disponível em <[www.cprm.gov.br/arquivos/pdf/dehid/Sergipe/Capela.pdf](http://www.cprm.gov.br/arquivos/pdf/dehid/Sergipe/Capela.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto Cadastro da Infra-estrutura Hídrica do Nordeste Estado de Sergipe:** Diagnóstico do Município de Carira. CPRM. Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia e Superintendência de Recursos Hídricos. Ministério de Minas e Energia. Maio/2002. Disponível em <<http://www.cprm.gov.br/arquivos/pdf/dehid/Sergipe/Carira.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto Cadastro da Infra-estrutura Hídrica do Nordeste Estado de Sergipe:** Diagnóstico do Município de Itabaianinha. CPRM. Aracaju: Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia e Superintendência de Recursos Hídricos. Ministério de Minas e Energia. Maio/2002. Disponível em <<http://www.cprm.gov.br/arquivos/pdf/dehid/Sergipe/Carira.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Florianópolis (SC), Agosto de 2007. Disponível em <[www.cidts.ufsc.br/articles/Bonnal-Maluf-Coloquio-Floripa.pdf](http://www.cidts.ufsc.br/articles/Bonnal-Maluf-Coloquio-Floripa.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. CMN (CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL), Altera disposições do PROAGRO, constituindo no seu âmbito o “Proagro Mais”, para atender aos pequenos produtores vinculados ao Pronaf, 2004. Disponível em <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2004/pdf/res\\_3234\\_v1\\_o.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2004/pdf/res_3234_v1_o.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei no 6.969**, de 10 de dezembro de 1981. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128277/lei-6969-81#art-1>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº. 2.191**, de 24 de agosto de 1995 do Conselho Monetário Nacional. Crédito rural – Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 1995. Disponível em <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res\\_2191\\_v4\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v4_L.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. (CONSEA) CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Diretrizes de segurança alimentar e do desenvolvimento agrário para o Plano Safra 2003-2004** (Subsídios técnicos do CONSEA). Brasília (DF): CONSEA, 2003. Disponível em <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/II%20Confer%C3%Aancia%20Nacional%20de%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutricio%20nal.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

Brumer, A.; Duque, G.; e Lourenço, F. A. A exploração Familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 01 – Uma realidade multiforme. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

BUAINAIN, A. M., ROMEIRO, A. R. e GUANZILORI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003. Disponível em <[www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5434](http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5434)>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

CARDOSO, F. H. **Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Fao), Roma, em 18/11/1999**. In: Resenha de Política Externa. Brasil, a.26, nº 85, 2º Semestre de 1999. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/resenha-de-politica-exterior-do-brasil/resenhas/resenha-n85-2sem-1999>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

CARLOS, A. F. A. Da “Geografia Abstrata” à “Geografia Concreta”. In: MENDONÇA, F.; LOWN-SAGR, C. L.; e SILVA, M. (org.) **Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (DEMADAN), 2009, 740p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e indústria**. 9ª ED. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a geografia).

\_\_\_\_\_. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, D. M. de. **Comercialização de Hortifrutigranjeiros em Itabaiana-SE**. São Cristóvão: PPGEO, 2010. (Dissertação de Mestrado).

CARVALHO, J. B. de. **História da Agricultura em Sergipe de 1860-1968**. Ed. J. Andrade: Aracaju, Sergipe, 2012.



CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: Territórios, escalas de ações e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. O espaço geográfico: Limites e possibilidades do conceito. In: Olhares Geográficos: modos de ver e viver no espaço/Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L (Org's.). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. Et. al. **Geografia: conceitos e temas**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHALITA, M. A. N. Desenvolvimento Rural, Agricultura e Natureza: Novas questões de pesquisa. In: **Agricultura em São Paulo**. V. 52, nº 01, p.97-113. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola. Jan./Jun. de 2005. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-05-7.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. Disponível em <<http://boliviaagraria.files.wordpress.com/2011/06/chayanov-organizacion-campesina.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **The Theory of Peasant Economy**. The University of Wisconsin Press. S/A. Disponível em <[http://www.uky.edu/~tmute2/geography\\_methods/readingPDFs/chayanov-intro.pdf](http://www.uky.edu/~tmute2/geography_methods/readingPDFs/chayanov-intro.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CODEVASF. **Canal de Xingó**. 2011. Disponível em <<http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos/canal-do-xingo-1>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Autorizada Elaboração de Projeto do Canal do Xingó, em Sergipe**. Data: 01/07/2014. Disponível em <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2014/autorizada-elaboracao-de-projeto-do-canal-do-xingo-em-sergipe>>. Acesso em 07 jul. 2014.

COHIDRO. **Perímetro irrigado Jabiberi recebe Dia de Campo na próxima sexta**. 09/11/2011. Disponível em <<http://www.cohidro.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=224>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Histórico dos Perímetros: Características GeoFísicas e Demográficas. S/A.** Disponível em < <http://www.cohidro.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=14> >. Acesso em: 10 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia social PAIS chega à Cohidro.** 29/07/2011. Disponível em < <http://www.cohidro.se.gov.br/modules/news/article.php?storyid=171> >. Acesso em: 10 fev. 2013.

CONAB. **Transferência Pública Do PAA.** 2012. Disponível em < <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar> >. Acesso em: 09 set.15.

CONCEIÇÃO, O. A. C. Além da Transação: Uma Comparação do Pensamento dos Institucionalistas com os Evolucionários e Pós-Keynesianos. **Revista Economia**, Set/Dez. 2007. Disponível em <[http://www.anpec.org.br/revista/vol8/vol8n3p621\\_642.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol8/vol8n3p621_642.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2014.

CORRÊA, R. L. Espaço um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; e CORREA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Editora Ática, 3ª Edição, 1990.

\_\_\_\_\_. **A rede Urbana.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; e CORREA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. Espaço e Simbolismo. In: **Olhares Geográficos – Modos de Ver e Viver o Espaço.** Org. I. E. Castro, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

CUNHA, J. S. O agronegócio do milho transgênico e a falácia da modernidade no campo sergipano. **Anais do VII Congresso Nacional de Geógrafos (AGB).** Vitória, 2014. Disponível em <[http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404157254\\_ARQUIVO\\_artcompleto.pdf](http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404157254_ARQUIVO_artcompleto.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2014.

DANTAS, G. H. **Organização dos Produtores e Perspectivas de Desenvolvimento Rural no Pró-Sertão de Sergipe**. (Tese de Doutorado) NPGeo, São Cristóvão, 2007.

DALBERTO, F. O Papel das organizações estaduais de pesquisa agropecuária (OEPAS) para o fortalecimento da agricultura familiar. In: Silva, H. B. C. da e CANAVESI, F. de C. (Orgs.). **Conhecimento, tecnologia e inovação para o fortalecimento da agricultura familiar**: Contribuições das organizações estaduais de pesquisa agropecuária. 1ª Ed. Brasília, MDA, 2014.

DELGADO, G. C. **O Capital Financeiro e a Agricultura no Desenvolvimento Recente da Economia Brasileira**. Campinas, SP, julho de 1984. Tese de doutorado. Disponível em < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000017777&fd=y> >. Acesso em: 04 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Política Econômica, liberalização comercial e Agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980 e 1990. In: BONNAL, P. e LEITE, S. P. **Análise Comparada de Políticas Agrícolas**: Uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

\_\_\_\_\_. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**: Mudanças Cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura. In: LEITE, S. e et. al. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DEL GROSSI, M. E. e MARQUES, V. P. M. de A. **Family Farming In The Agricultural Census Of 2006: The Legal Mark And The Options For Their Identification**. Revista Sociedade e Agricultura. Vol. 05. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em < [http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-05802010000100002&script=sci\\_arttext](http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-05802010000100002&script=sci_arttext) >. Acesso em: 02 jan. 2013.

DIAS, G. A. A Dificuldade de mudar: O caso da política agrícola no Brasil. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, p.259-274, 2010. Disponível em < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6480%3Aa-agricultura-brasileira-desempenho-desafios-e-perspectivas&catid=265%3A2010&directory=1&Itemid=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6480%3Aa-agricultura-brasileira-desempenho-desafios-e-perspectivas&catid=265%3A2010&directory=1&Itemid=1) >. Acesso em: 10 fev. 2013.

DIAS, L. C. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; e CORREA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DINIZ, D. M. (Coord.) Et. Al. **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Banese, 1991.

DIONÍSIO, I. R. **Aspectos da Agricultura Familiar conforme o Censo Agropecuário 1995-1996**: Análise Comparativa entre Brasil, a Paraíba e o Município de Pedras de Fogo-PB. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/Departamento de Economia, 2003 (Monografia). Disponível em <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/84715C7454421A2203256FA9006F4A1A/\\$File/NT000A445E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/84715C7454421A2203256FA9006F4A1A/$File/NT000A445E.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2014.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: A região de Ribeirão Preto – SP. Coleção Campi; 21. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Recomendações técnicas**. 2002. Disponível em <<http://www.cpatc.embrapa.br/download/FolderMilhoFeijao.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

FAVARETO, A. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”?** Revista Estudos Avançados. Vol.24, No.68. São Paulo, 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100021&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100021&script=sci_arttext)>. Acesso em: 08 de jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

FILIPPI, E. E. O Desenvolvimento Rural no Brasil: das políticas de Estado às políticas Territoriais. In: BONNAL, P. e LEITE, S. P. **Análise Comparada de Políticas Agrícolas**: Uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

FNDE. **Dados da Agricultura Familiar**. 2012. DISPONÍVEL EM <  
<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 09 set.15.

FRANÇA, C. G. de. et. al. **Censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em <  
<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuário.pdf>>. Acesso em: 05 març. 2014.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves et al. **Atlas Escolar de Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Grafset, 2007.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. In: **Economia e Sociedade**. 1ª ed., Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. 20ª Edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Política de Desenvolvimento Econômico**. In: Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. A Fantasia Organizada. In: D'Aguiar, R. F. **Obra Autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a. (Tomo I)

\_\_\_\_\_. A Fantasia Desfeita. In: In: D'Aguiar, R. F. **Obra Autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b. (Tomo II)

GÓIS, J. C. **Platô de Neópolis. Infonet**. 31/08/2007 - 12:56. Disponível em <  
[http://www.infonet.com.br/josecristiangoes/ler.asp?id=64945&titulo=Cristian\\_Goes](http://www.infonet.com.br/josecristiangoes/ler.asp?id=64945&titulo=Cristian_Goes)>. Acesso em: 12 fev. 2013.

GOMES, N. **Agricultura familiar e Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Carira-SE e Região**. Curso de Especialização em Análise e Gestão de Negócios. Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia. São Cristóvão, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Agricultura: Realidades e Perspectivas**. S/A. Disponível em <[www.sagri.se.gov.br/modules/wfdonloads/visit.php?cid=1&lid...](http://www.sagri.se.gov.br/modules/wfdonloads/visit.php?cid=1&lid...)>. Acesso em: 13 fev. 2012.

GRISA, C. A construção das políticas para a agricultura familiar no Brasil: Entre ideias, interesses e instituições. IN: **52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Goiânia, 2014. Disponível em <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3645.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

GUANZIROLI, C. E. et. al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HALL, P. A. e TAYLOR, R. C. R. As Três versões do Neo-institucionalismo. **Revista Lua Nova**, Nº 58, 2003. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2014.

HALAMSKA, M. Relações com a sociedade global. In: **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 02 – Do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010sp.asp?o=5&i=P>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Índice de mapas estatísticos/censo\_2010/mapa\_municipal\_estatistico/se/**. Disponível em <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\\_estatisticos/censo\\_2010/mapa\\_municipal\\_estatistico/se/](ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2010/mapa_municipal_estatistico/se/)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006, Agricultura familiar, Primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familia\\_r\\_2006/notatecnica.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familia_r_2006/notatecnica.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Notas Técnicas:** Censo Agropecuário 2006 Agricultura familiar Primeiros resultados. 2007. Disponível em <  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familia\\_r\\_2006/notatecnica.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familia_r_2006/notatecnica.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1310** - Domicílios recenseados, por espécie e situação do domicílio - Sinopse. Rio de Janeiro: 1991-2010. Disponível em <  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1310&z=t&o=25&i=P>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Tabela 229** - Famílias residentes em domicílios particulares por tipo de família, situação do domicílio e número de componentes das famílias. Rio de Janeiro: 1991-2010. Disponível em <  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=229&z=t&o=25>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Tabela 3949** - Percentual de pessoas de 10 a 17 anos de idade, distribuído pela situação do domicílio e Percentual de pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, distribuído pela situação do domicílio, por grupos de idade e situação do domicílio. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em <  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3949&z=t&o=25>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Tabela 3954** - Taxa de escolarização das pessoas de 10 a 17 anos de idade, por grupos de idade e situação de ocupação na semana de referência. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em <  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3954&z=t&o=25&i=P>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1311** - Número de domicílios e Média de moradores em domicílios particulares ocupados, por situação e localização da área - Sinopse Preliminar. Disponível em <  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1311&z=t&o=25&i=P>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <  
[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/Censo\\_Agropecuario\\_2006.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/Censo_Agropecuario_2006.zip)>. Acesso em: 12 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário:** Agricultura Familiar, primeiros resultados, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro\\_2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Base cartográfica: **Mapas Interativos**. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em <<http://mapas.ibge.gov.br/divisao/viewer.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Efetivo/Rebanho Sergipe**. Rio de Janeiro: 1995-2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp?t=2&z=t&o=24&u1=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u2=26>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tabela: 1260** - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por classes de dias trabalhados, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar – FAO. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1260&z=t&o=11>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tabela: 1258** - Número de estabelecimentos, Área, Valor total da produção, Renda, Despesa e Fincanciamento dos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar - FAO. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1258&z=t&o=11>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1288** - População nos Censos Demográficos por situação do domicílio. 2010. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1288&z=t&o=25&i=P>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1120** - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento por finalidade do financiamento e agricultura. 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1120&z=t&o=11>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1109** - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar. 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1109&z=t&o=11>>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tabela 2237** - Produção, Venda, Valor da produção e Área colhida da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, por produtos da lavoura temporária, condição produtor em relação às terras, grupos de



atividade econômica, grupos de área total e grupos de área colhida - (MDA). 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2237&z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1112** - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos por utilização das terras e agricultura familiar. 2006 Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1112&z=t&o=11>>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1431** - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos por utilização das terras e sexo do produtor - (MDA). 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1112&z=t&o=11>>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tabela 202** - População residente por sexo e situação do domicílio. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=202&z=t&o=25>>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1271**- Produtos da lavoura permanente nos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar – FAO. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1271&z=t&o=11>>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tabela 3939**- Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3939&z=t&o=24>>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tabela 1749** - Efetivo da pecuária nos estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, em 31/12 por espécie de efetivo, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade. <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1749>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

INCRA. **Tabela INCRA** – Jacto: Definição Indicadores Cadastrais. Brasília, 2001. Disponível em <[www.jacto.com.br/portarias/INCRA.xls](http://www.jacto.com.br/portarias/INCRA.xls)>. Acesso em: 05 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Cadastro Rural: Índice Básico**. 1997.

\_\_\_\_\_. **Balanço INCRA 2003/2010**. Disponível em <[www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes](http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. INCRA, 2014. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida**. 2012. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida**. Caderno de Ciência e Tecnologia. Vol. 21,n.3 - set./dez.,\_2004. Disponível em <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>>. Acesso em: 15 agosto 2012.

\_\_\_\_\_. O novo padrão agrícola brasileiro: dos complexos rurais aos cais. In: Delgado, G. e et. al. **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1990.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul**. IN: SCHNEIDER, S. A **Diversidade da Agricultura Familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 01 – Uma realidade multiforme. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 02 – Do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

LANDAU, E. C. et. Al. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012. Disponível em <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/949260/1/doc146.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

LOPES, E. S. A., et. al. Um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe. In: SERVOLO, L. de e LEITE, S. **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. COSTA, José Eloízio . **Impactos do Pronaf B nos Municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe**: Para além da dimensão econômica. 2007. (Relatório de pesquisa).

MACHADO, L. **Grandes Economistas VII: Douglass North e o neoinstitucionalismo**. 2007. Disponível em <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfD9wAK/vii-douglass-north>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

MDA/CONDRAF. **Diretrizes Para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2006. Disponível em <[http://www.faper.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=5&Itemid=106](http://www.faper.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5&Itemid=106)>. Acesso em: 08 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014: Transformando Vidas. Plantando o Futuro**. Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Safra 2004/2005**. 2004. Disponível em <[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/Plano\\_Safra\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/Plano_Safra_2004.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo: agricultura familiar produz mais em menor área**. 10 de outubro de 2009. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/censo-agricultura-familiar-produz-mais-em-menor-%C3%A1rea-0>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano Safra 2012/2013**. 2012. Disponível em <[http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha\\_Plano\\_Safra.pdf](http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15, NEAD, MDA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: MDA, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em: 01 ago. 2012.

MARCELO, C. **Banco do Nordeste financia cana-de-açúcar em Sergipe**. Infonet, 25/10/2005. Disponível em <<http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=41095&titulo=politicaeeconomia>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

MARTINS, J. de S. Clientelismo e corrupção no Brasil Contemporâneo. In: **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da história lenta**. Hucitec: São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Sujeito Oculto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo**: Estudos sobre exclusão social, pobreza e classes sociais. 2º edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ministério da Agricultura e Abastecimento: Secretaria de Desenvolvimento Rural. Brasília-DF, 47p.,1996.

MAPA. **Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agronegócios. Posição em 23/08/2013**.

Disponível em <

[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Desenvolvimento\\_Sustentavel/Agroenergia/Orientacoes\\_Tecnicas/Usinas%20e%20Destilarias%20Cadastradas/DADOS\\_PRODUTORES\\_23-08-2013.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/Orientacoes_Tecnicas/Usinas%20e%20Destilarias%20Cadastradas/DADOS_PRODUTORES_23-08-2013.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2014.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: Análise de Indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural (NEAD – Estudos), 2005. Disponível em <  
<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=319>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: balanço e perspectivas**. FSC – Departamento de Economia. Texto para Discussão, n.5, 2001.

\_\_\_\_\_. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 49, 2011, Belo Horizonte (MG), Anais. Belo Horizonte (MG): SOBER, 2011.

\_\_\_\_\_. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010. In: **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 58-69, jul-set. 2014. Disponível em  
<[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/publicacoes/renumeros\\_publicados/docs/ren\\_2014\\_n4\\_21\\_v1.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/publicacoes/renumeros_publicados/docs/ren_2014_n4_21_v1.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

- MAUREL, C. Das trajetórias às estratégias Fundiárias. In: LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 02 – Do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- MELO, R. O. L. de. **Economia Sergipana Contemporânea (1970-2010)**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.
- MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria Lucia Marques Cruz e. **Sergipe Panorâmico: Geográfico, Político, Histórico, Econômico, Cultural, Turístico e Social**. 2 ed. Aracaju: Unit, 2009. 640 p.:Il. pp. 279.
- MI. **Subsídios Técnicos para a Definição da Política Nacional de Ordenamentl Territorial (PNOT)**. 2006. Disponível em <[http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c\\_deak/CD/5bd/2br/3plans/2006pnot/PNOT-v-preliminar.pdf](http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/2006pnot/PNOT-v-preliminar.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2013.
- MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: A contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MORAES, A. C. R. et. al. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MORENO, L. M. C. **Desenvolvimento Territorial** - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes. Lisboa, 2007. Universidade de Lisboa, FLUL, 379 p. Disponível em <<http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=557&lang=pt>>. Acesso em: 01 set. 2012.
- MOTA, W. da L.; SANTANA, J. R. de. O Microcrédito como Estratégia de Redução da Pobreza no Nordeste: uma Avaliação a partir do Programa Crediamigo. **DOCUMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS. Fortaleza, 2011**. Disponível em <[http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1225](http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1225)>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100. ISSN 0103-4014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2012.
- \_\_\_\_\_. & Macedo Pedroso, M. T. **Agricultura Familiar: É preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

\_\_\_\_\_.; BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**. Revista de Política Agrícola. Junho de 2013. Ano XXII, Nº.02. Disponível em <<http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: Quantos Ancadouros! In: FERNANDA, B. M. Et. Al. (Orgs.). **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press. 2ª Edição, 2007.

\_\_\_\_\_. **Understanding the process of economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Understanding the Process of Economic Change. In: **Forum Series on the Role of Institutions in Promoting Economic Growth**. Mercatus Center: George Mason University. Washington D.C: 24 June, 2003. Disponível em <[http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/pnacx402.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pnacx402.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2014.

NUNES. M. T. **Sergipe Colonial I**. São Cristóvão: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. A ocupação territorial da Vila de Itabaiana: A disputa entre lavradores e criadores. In: Separata dos Anais do **VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, 1975.

OCDE (Organisation de Coopération et Développement Économiques). **Créer des emplois pour le développement rural: de nouvelles politiques**. Paris: Service des Publications OCDE, 1995. 142 p. Disponível em <<http://www.ics.ul.pt/instituto/?ln=e&pid=133&mm=5&ctmid=2&mnid=1&doc=31809901190&sec=5>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Politiques agricoles et développement rural: Une Synthèse Des Travaux Récents de L'OCDE**. OCDE. Disponível em <<http://www.oecd.org/dataoecd/33/17/44668657.pdf>>. Acesso 05 jul. 2012.

OLIVEIRA, A. M. de. POTÁSSIO. DNPM. Sumário Mineral, 2011. Disponível em <[https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra\\_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=6388](https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=6388)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PACHECO, C. A. P. e CARVALHO, H. W. L. de. **O Milho em Sergipe**. Jornal Eletrônico da Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas-MG. Ano 06 - Edição 35 - Abril de 2012. Disponível em <<http://grao.cnpms.embrapa.br/artigo.php?ed=NQ==&id=NA==>>. Acesso em: 05 maio 2015.

PEREIRA, L. C. B. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Caderno MARE da reforma do estado; v.01).

PETERS, G. **El nuevo institucionalismo: Teoria institucional em ciência política**. Barcelona: Gedisa, 2003.

PETROBRÁS. **Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen-SE)**. 2014. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/fabricas-de-fertilizantes/fabrica-de-fertilizantes-nitrogenados-fafen-se.htm>>. Acesso em: 14 set. 2014.

PINHEIRO, G. de M. **Análise da Ambiência Institucional na Operacionalização do Pronaf B no município de Baturité – CE**. Dissertação de Mestrado. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009. Disponível em <[www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5935](http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5935)>. Acesso 20 dez. 2014.

PRADO JR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PUTNAM, Robert. **The prosperous community: social capital and public life**. The American Prospect, (13), Spring 1993. Disponível em <<http://xroads.virginia.edu/~hyper/DETOC/assoc/13putn.html>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

R7. Sergipe tem 103 mil afetados pela seca. Disponível em <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/sergipe-tem-103-mil-afetados-pela-seca-20120420.html>>. Acesso em: 06 out. 2014.

ROCHA, R. R. **As Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional no Baixo Cotinguiba**. (Dissertação de Mestrado) NPGEIO, São Cristóvão, 2007.

ROVARIS, A. Microcrédito produtivo para o campo. In: BNB. **Caderno Especial Agroamigo 10 anos**. Fortaleza, julho, 2015.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SCHALCH JR, F. J. **Terminação de bovinos confinados com dieta de milho grão inteiro**. 2012. Disponível em <<http://www.beefpoint.com.br/radares-tecnicos/terminacao-de-bovinos-confinados-com-dieta-de-milho-grao-inteiro/>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

SACHS, I. Gestão social para desenvolvimento. In: BACELA, T. **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2009 (Série desenvolvimento rural sustentável: Vol.10).

\_\_\_\_\_. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, set/ dez. 2001.

SANTANA, J. C. de. **História de Itabaianinha**: A cidade dos Anões. Itabaianinha, SE: Ed. Bagaço, 2003.

SANTOS, A. F. e ANDRADE, J. A. **Nova Geografia de Sergipe**. 1º grau. Aracaju, SE: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, 1998.

\_\_\_\_\_. **Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido**. Aracaju: UFS, 1992.

SANTOS, J. M.S. M. EL. AT. **Monitoramento de Enfezamentos Causados por Molicutes e de Cigarrinhas na Cultura do Milho nos Estados de Sergipe e Bahia na Safra 2013**. IV Seminário de Iniciação Científica e Pós-Graduação da Embrapa Tabuleiros Costeiros. 2014. Disponível em <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/998093/1/125.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

SANTOS, J. V. T. dos. A sociologia dos processos sociais agrários na perspectiva do século XXI: Realidade e utopia. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 3ª Ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

SANTOS, L. A. **A Produção do Espaço Agrário Sergipano: Estruturação e Arranjos (1850-1925)**. São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2011 (Tese de Doutorado).



SANTOS, M. Espaço e dominação: Uma abordagem marxista. In: **Economia Espacial**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª Ed. São Paulo. Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Ed. Reimp. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: Do pensamento único à consciência universal. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª Ed. 1ª Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**: Da Crítica da Geografia a uma geografia Crítica. 6ªed. 1ªreimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: **território, globalização e fragmentação**. In: Santos, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. (Org.). São Paulo: Ed. Hucitec/ANPUR. 1994, p.15-20.

\_\_\_\_\_. E SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. N. dos. **A vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)**. Campinas, SP, Unicamp, 1984 (Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade De Campinas).

SANTOS, R. A. e OLIVA, T. A. **Para conhecer a história de Sergipe**. Aracaju: Opção Gráfica, 1998.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. *Rev. Econ. Polit.* [online]. 2010, vol.30, n.3, pp. 511-531. ISSN 0101-3157. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura Familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais** – vol.18 Nº. 51. fevereiro/2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2ªEd. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHRÖDER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. IN: **34º Encontro Anual da ANPOCS**. outubro de 2010. Disponível em <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1538&Itemid=350](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1538&Itemid=350)>. Acesso em: 06 fev. 2014.

SEAGRI/DEAGRI1/SER1. **Inofrmativo Técnico SEAGRI: Pronaf: Fontes de Recursos**. Nº03, junho de 2011. Disponível em <[www.bndes.gov.br/.../export/.../InformativoSEAGRI\\_03\\_2011.pdf](http://www.bndes.gov.br/.../export/.../InformativoSEAGRI_03_2011.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2014.

SEMARH. Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos PROÁGUA Nacional. **Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos: Reenquadramento dos Corpos d'Água do Estado de Sergipe** (Resolução CONAMA nº357/2005) (RE-4). Consórcio PROJETEC/TECHNE Engenheiros Consultores. Agosto de 2010. Disponível em <[http://sirhse.semarh.se.gov.br/sirhse//resources/RE04\\_Reenquadramento.pdf](http://sirhse.semarh.se.gov.br/sirhse//resources/RE04_Reenquadramento.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2013.

SEMARH. Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos PROÁGUA Nacional. **Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos: Articulação e Compatibilidade dos Interesses do Estado e dos Estados Vizinhos da Bahia e de Alagoas**. (RE-14). Consórcio PROJETEC/TECHNE Engenheiros Consultores. Agosto de 2010. Disponível em <[http://sirhse.semarh.se.gov.br/sirhse//resources/RE14\\_Articulacao\\_dos\\_Interesses\\_do\\_Estado\\_e\\_dos\\_Estados\\_Vizinhos.pdf](http://sirhse.semarh.se.gov.br/sirhse//resources/RE14_Articulacao_dos_Interesses_do_Estado_e_dos_Estados_Vizinhos.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. G.. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: **CONGRESSO ANUAL DA SOBER**, 36., 1998, Poços de Caldas. Anais. Poços de Caldas: Sober, 1998.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da Agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, 2008, p. 62-75. Disponível em <  
[http://www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/5\\_artigo\\_14119\\_Seguranca\\_alimentar\\_e\\_a\\_alta\\_de\\_precos.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/5_artigo_14119_Seguranca_alimentar_e_a_alta_de_precos.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Os desafios da Agricultura brasileira. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, p. 157-184, 2010. Disponível em <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6480%3Aa-agricultura-brasileira-desempenho-desafios-e-perspectivas&catid=265%3A2010&directory=1&Itemid=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6480%3Aa-agricultura-brasileira-desempenho-desafios-e-perspectivas&catid=265%3A2010&directory=1&Itemid=1)>. Acesso em: 10 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. (Coor.) e et. al. **Estrutura Agrária e produção de subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Que é Questão Agrária**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Editora Brasiliense, 1987.

SILVA, L. I. **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do PAC Saneamento e Urbanização no estado da Paraíba João Pessoa-PB, 26 de julho de 2007. Disponível em: <  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/26-07-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-pac-saneamento-e-urbanizacao-no-estado-da-paraiba>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

SILVEIRA, R. M. G. Apresentação. In: DINIZ, D. M. (Coord.) et. a. **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/Banese, 1991.

SOUSA, M. A. de. **Desenvolvimento endógeno e territorialização da confecção de bordados em Sergipe**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 08, nº 16, jul/dez 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

SOUZA, F. N. de. **O Ciclo Canavieiro e as Transformações espaciais em Capela/SE.** São Cristóvão: NPGeo, 2008 (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, J. O Mundo desencantado. In: *A Gênese do Capitalismo Moderno*. Organização, apresentação e comentários: Jessé Souza. Tradução: Rainer Domschke. São Paulo: Ática, 2006 (Coleção Ensaio Comentado).

STANEK, O. O Trabalho familiar agrícola e a pluriatividade. . In: LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar:** comparação internacional. Vol. 02 – Do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar e perspectivas.** 3ª ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEIXEIRA, O. A. ET. AL. A Experiência de Territorialização para o Planejamento Regional em Sergipe. **Economia política do desenvolvimento.** Maceió, vol. 4, n. 12, p. 91-128, set./dez. 2011. Disponível em < file:///C:/Users/Usuario/Downloads/789-2586-1-PB.pdf >, acesso em 26 de julho de 2015.

TEPICH, J. **Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais.** Armand Colin, Paris, 1973.

TONNEAU, J. P. e SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura Familiar:** Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: Ensinaamentos a partir de casos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VARGAS, M. A. M. **Desenvolvimento Regional em Questão: O Baixo São Francisco Revisado.** São Cristóvão. SE: UFS, NPGeo, 1999.

VEBLÉN, T. B. **A Teoria da Classe Ociosa:** um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Agrícola:** Uma Visão Histórica. EDUSP: HUCITEC, 1991.

\_\_\_\_\_. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados**. Nº15(43). Ano 2001. P.101-119. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. A face rural do desenvolvimento. In: **27º Encontro Nacional de Economia**. Belém: 1999.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. 234 p.

\_\_\_\_\_. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2014.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAIM, A. M., Et. Al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994073/o-mundo-rural-no-brasil-do-seculo-21-a-formacao-de-um-novo-padrao-agrario-e-agricola>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. IN: GIARRACA, N. (Comp.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001, p.31-44. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/rural.html>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Agricultura Familiar ou Latifúndio? In: LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Vol. 02 – Do mito à realidade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 21, out., 2003.

\_\_\_\_\_. **O Mundo Rural como um Espaço de Via: Reflexões sobre a propriedade da terra, Agricultura Familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WAQUIL, J. M.. **Manejo de pragas na cultura do sorgo**. CNPMS- EMBRAPA Embrapa Milho e Sorgo. Sistemas de Produção, Versão Eletrônica - 4ª edição, Set./2008. Disponível em

[http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/sorgo\\_4\\_ed/pragas.htm](http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/sorgo_4_ed/pragas.htm). Acesso em: 07 abr. 2015.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Gênese do Capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006. (Coleção Ensaaios).

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ªEd. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **O que é a Burocracia**. CFA. S/A. Disponível em <[www.cfa.org.br/...burocracia/livro\\_burocracia\\_diagramacao\\_final.pdf](http://www.cfa.org.br/...burocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2014.

ZAAR, Miriam-Hermi. **Las Políticas Públicas Brasileñas y la Agricultura Familiar: Quince Años del Programa Nacional de Fortalecimiento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de febrero de 2011, vol. XV, nº 351. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-351.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

# APÊNDICE

---

## APÊNDICE A

Tabela – Capela, Itabaianinha e Carira  
Produção dos Beneficiários do Pronaf pesquisados  
2014

	Área ocupada (Tarefas)				Quantidade produzida (kg, pés, centos)				Consumo da Família (kg)				Após o Pronaf - aumento de produção				Percentual de aumento de Produção (%)			
	1	2	3	Total	1	2	3	Total	1	2	3	Total	1	2	3	Total	1	2	3	Média
Milho	15	99	466	580	4190	117.020	655.200	776.410	1.130	18.800	27.300	47.230	1	28	7	36	20	34	50	34,6
Feijão	4	41,5	151	196,5	260	6.270	30.360	36.890	260	4.190	1.920	6.370	1	19	1	21	10	23	60	31
Mandioca	5,5	50	-	55,5	780	39.600	-	40.380	240	22.140	-	22.380	1	18	-	19	10	28	-	19
Macaxeira	8,5	5,25	-	13,75	225	2690	-	2.915	115	1340	-	1.455	1	2	-	3	10	8	-	9
Cana	97	-	-	97	2194000	-	-	2.194.000	-	-	-	-	10	-	-	10	75	-	-	75
Fava	0,5	1,75	-	2,25	10	450	-	460	-	390	-	390	-	2	-	2	-	4	-	4
Arroz	1	-	-	1	420	-	-	420	-	-	-	-	1	-	-	1	100	-	-	100
Banana	3	-	-	3	2.500	-	-	2.500	300	-	-	300	-	-	-	-	-	-	-	-
Maracuja	2	2	-	4	500	920	-	1.420	-	120	-	120	1	-	-	1	20	-	-	20
Amendoim	-	1,5	-	1,5	-	720	-	720	-	360	-	360	-	1	-	1	-	50	-	50
Limão	-	9,25	-	9,25	-	3.820	-	3.820	-	1.310	-	1.310	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranja	-	63	-	63	-	157.800	-	157.800	-	4.190	-	4.190	-	7	-	7	-	44	-	44
Capim	-	21,5	-	21,5	-	15.125	-	15.125	-	15.125	-	15.125	-	5	-	5	-	58	-	58
Palma	-	-	7	7	-	-	50.000	50.000	-	-	50.000	50.000	-	-	1	1	-	-	200	200
Quiabo	-	3	-	3	-	480	-	480	-	40	-	40	-	1	-	1	-	17	-	17
Pimenta	-	6	-	6	-	160	-	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	30
Batata-doce	-	11,5	-	11,5	-	6.540	-	6.540	-	1.880	-	1.880	-	3	-	3	-	5	-	5
Inhame	-	0,5	-	0,5	-	180	-	180	-	180	-	180	-	-	-	-	-	5	-	5
Raízes	-	0,5	-	0,5	-	300	-	300	-	-	-	-	-	1	-	1	-	50	-	50
Coco	-	0,5	-	0,5	-	15.000	-	15.000	-	450	-	450	-	1	-	1	-	50	-	50
Mamão	-	2	-	2	-	500	-	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
Melancia	-	1	-	1	-	2000	-	2.000	-	100	-	100	-	1	-	1	-	20	-	20
Hortalças	-	4	-	4	-	30 a 50 Abóboras+ 4.000 folhagens + 2.000 molhos	-	30 a 50 Abóboras+ 4.000 folhagens + 2.000 molhos	-	400 pés de folhagen s +200 molhos	-	400 pés de folhagen s +200 molhos	-	1	-	1	-	-	-	-
Couve	0,25	1,0	-	1,25	1.500	2.000	-	-	200 molho s	-	-	-	-	1	-	1	-	10	-	10
Total (Kg + ...)	136,75	324,75	624	1.080,5	2.203.605 + 1500 molhos	368.855 kg + 30 a 50 Abóboras+ 4.000 folhagens + 4.000 molhos	735.560	3.308.020 Kg + 30 a 50 Abóboras+ 4.000 folhagens + 4.000 molhos	2.045 + 200 molhos de couve	70.615	79.220	151.880	-	-	-	-	35	27.8	103,3	40,5
Peixe	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Camarão	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Trabalho de campo (Junho-Agosto de 2014). Obs.: 1- Capela; 2- Itabaianinha; e 3- Carira.



**APÊNDICE B**

Tabela – Capela, Itabaianinha e Carira  
Criação pecuária nas unidades produtivas pronafianas pesquisadas  
2014

	Produção Antes do Pronaf				Produção Depois do Pronaf					Consumo			
Pecuária	Capela	Itabaianinha	Carira	Total	Capela	Itabaianinha	Carira	Total	Crescimento produtivo (%)	Capela	Itabaianinha	Carira	Total
Asininos (Jumentos)		1		1		4		4	300				
Bezerros		3	10	13		67	10	77	492,3				
Bois	10	17		27	10	6		16	40,74		5		5
Caprinos/Ovinos		70		70		298		298	325,7		14		14
Equinos/Muare	1	11		12		38		38	216,6		2		2
Frango de Corte		165		165		860		860	421,2		71		71
Galinha Caipira	195	335	75	605	267	896	160	1323	118,67	42	110	130	282
Garrote		19		19		46	1	47	147,4		1		1
Guiné		10		10		10		10	-		0		
Novilha		18		18		53		53	194,4		0		
Suínos		620		620		2082		2.082	235,8		193		193
Touro		12		12		60		60	400		0		
Vaca		25	16	41		65	40	105	156		0		
Total	206	1.306	101	1.613	277	4.485	211	4.973	208,3	42	396	130	568

Fonte: Trabalho de Campo (Junho-Agosto de 2014).

## APÊNDICE C

Tabela – Capela, Itabaianinha e Carira  
Produção e Comercialização agrícola entre os pronafianos pesquisados  
2014

Municípios	Quantidade produzida (kg, pés, centos)				Comercialização (kg)			
	1	2	3	Total	1	2	3	Total
Milho	4190	117.020	655.200	776410	3.060	98.220	627.900	729.180
Feijão	260	6.270	30.360	36890		2.080	28.440	30.520
Mandioca	780	39.600		40380	540	17.460		18.000
Macaxeira	225	2690		2915	110	1.350		1.460
Cana	2194000	-		2194000	2.194.000			2.194.000
Fava	10	450		460	10	60		70
Arroz	420	-		420				
Banana	2.500	-		2.500	2200			2.200
Maracuja	500	920		1420	500	800		1.300
Amendoim		720		720		360		360
Limão	-	3.820		3820		2.510		2.510
Laranja	-	157.800		157800		153.610		153.610
Capim	-	15.125		15125				
Palma		-	50.000	50000				
Quiabo	-	480		480		440		440
Pimenta	-	160		160		160		160
Batata-doce	-	6.540		6540		4.660		4.660
Inhame	-	180		180				
Raízes	-	300		300		300		300
Coco	-	15.000		15000		14.550		14.550
Mamão	-	500		500		500		500
Melancia	-	2000		2000		1.900		1.900
	2202885	369.575	735.560	3308020	2.200.420	298.960	656.340	3.155.720

Fonte: Trabalho de campo (Junho-Agosto de 2014). Obs.: 1- Capela; 2- Itabaianinha; e 3- Carira.

## APÊNDICE D

Tabela – Capela, Itabaianinha e Carira  
Comercialização da produção e valores acumulados com a comercialização de A.F. pronafianos  
2014

Municípios	Percentual da produção comercializada				Valores Acumulados com a Comercialização de A.F. pronafianos			
	1	2	3	Total	1	2	3	Total
Milho	73	83,93	95,8	93,9	R\$ 1.390,00	R\$ 24.043,00	R\$ 240.695,00	R\$ 266.128,00
Feijão		33,2	93,7	82,7		R\$ 2.450,00	R\$ 4.000,00	R\$ 6.450,00
Mandioca	69,2	44		44,57	R\$ 650,00	R\$ 11.150,00		R\$ 11.800,00
Macaxeira	48,8	50,2		50	R\$ 165,00	R\$ 1.120,00		R\$ 1.285,00
Cana	100			100	R\$ 120.725,00			R\$ 120.725,00
Fava	100	13,3		15,2		R\$ 105,00		R\$ 105,00
Arroz								
Banana	88			88	R\$ 26.400,00			R\$ 26.400,00
Maracuja	100	86,9		91,5		R\$ 720,00		R\$ 720,00
Amendoim		50		50		R\$ 180,00		R\$ 180,00
Limão		65,7		65,7		R\$ 2.020,00		R\$ 2.020,00
Laranja		97,3		97,3		R\$ 51.820,00		R\$ 51.820,00
Capim								
Palma								
Quiabo		91,6		91,6		R\$ 480,00		R\$ 480,00
Pimenta		100		100		R\$ 1.880,00		R\$ 1.880,00
Batata-doce		71,25		71,25		R\$ 4.750,00		R\$ 4.750,00
Inhame								
Raízes		100		100		R\$ 180,00		R\$ 180,00
Coco		97		97		R\$ 12.000,00		R\$ 12.000,00
Mamão		100		100		R\$ 4.000,00		R\$ 4.000,00
Melancia		95		95		R\$ 3.000,00		R\$ 3.000,00
	99,9	81	98,2	95,4	R\$ 149.330,00	R\$ 119.898,00	R\$ 244.695,00	R\$ 513.923,00

Fonte: Trabalho de campo (Junho-Agosto de 2014). Obs.: 1- Capela; 2- Itabaianinha; e 3- Carira.

# ANEXOS

---

**ANEXO A<sup>59</sup>****ROTEIRO DE ENTREVISTA – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA****FOCO DA PESQUISA: PRONAF A, B e COMUM****IDENTIFICAÇÃO:** \_\_\_\_\_**LOCAL DE TRABALHO:** \_\_\_\_\_

1)QUAL O PAPEL DO BNB NA EFETIVAÇÃO INSTITUCIONAL DO PRONAF? COMO ESSA ENTIDADE AGE?

2) QUAL A COBERTURA DO PRONAF NO MUNICÍPIO?

3) COMO SE DÁ O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PRONAF DE MODO GERAL? E QUAIS AS ESPECIFICIDADES PARA ACESSO AO PRONAF A, B, e COMUM (ESPECIFICAR TAMBÉM AS CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES E OS LIMITES DE OPERAÇÕES PARA MIGRAÇÃO DE MODALIDADE)?

4)QUAIS OUTRAS ENTIDADES DÃO SUPORTE NA EFETIVAÇÃO DO PRONAF?COMO? (ATUAÇÃO DE MEDIADORES)

5) QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES E AVANÇOS PARA O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PRONAF, DESDE SUA CRIAÇÃO?

6) POR QUEM E COMO É FEITA A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS TOMADORES DO PRONAF NO ESTADO DE SERGIPE?

-OBSERVAR A ATUAÇÃO DAS PREFEITURAS E SINDICATOS.

7) COMO VOCÊ ANALISA A RELAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES COM O SISTEMA BANCÁRIO? O QUE FACILITA OU DIFICULTA ESSE ACESSO?

8) QUE EXIGÊNCIAS SÃO FEITAS AOS AGRICULTORES AFIM DE TEREM ACESSO AO PRONAF (A, B, COMUM)? (DOCUMENTOS E GARANTIAS)

9) QUAIS AS ETAPAS E CUSTOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES ACESSAREM O PRONAF? O QUE PRECISAM PARA PEGAR O PRONAF A, B e COMUM?

10) ONDE OS AGRICULTORES CONSEGUEM A DAP? QUAIS OS DOCUMENTOS PEDIDOS? E QUAL SUA FINALIDADE FRENTE AO SISTEMA BANCÁRIO?

11) QUANTAS VEZES PRECISAM IR AO SISTEMA BANCÁRIO PARA O CRÉDITO SER LIBERADO?

12) QUAL O PRAZO DECORRIDO ENTRE A SOLICITAÇÃO DO CRÉDITO E A LIBERAÇÃO DO DINHEIRO?

---

<sup>59</sup> Entrevista baseada na proposta desenvolvida em 2007. In: Lopes, E. S. A. de. Et. Al. Impactos do Pronaf B nos Municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe: Para além da dimensão econômica. Aracaju, março de 2007.

13) COMO OS AGRICULTORES FAMILIARES RECEBEM O DINHEIRO DO FINANCIAMENTO? E ONDE VEM A PAGÁ-LO?

14) COMO UTILIZAM O DINHEIRO DO PRONAF(Quais as atividades produtivas que demandam crédito?)

15) ACHA QUE EXISTE MUITA BUROCRACIA PARA O AGRICULTOR CHEGAR A TER ACESSO AO PRONAF? O QUE PODERIA SER MELHORADO PARA BENEFICIAMENTO DE MAIOR NÚMERO DE AGRICULTORES?

16) OS AGRICULTORES POSSUEM OUTRAS NECESSIDADES FINANCEIRAS QUE NÃO SÃO ATENDIDAS PELO PRONAF? COMO ESSAS NECESSIDADES SÃO ATENDIDAS?

17)QUAIS SÃO AS REGRAS E QUAIS SÃO AS CONDIÇÕES DE ACESSO AOS AGENTES FINANCEIROS INFORMAIS E AOS SERVIÇOS QUE OFERECEM (FIADO, EMPRÉSTIMOS COM AGIOTAS, ETC?

18)QUAL A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE O DINHEIRO QUE RECEBEM? AINDA ACHAM QUE É DINHEIRO A FUNDO PERDIDO?

19)QUAL É O ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA? O QUE PENSAS SOBRE A CULTURA DO NÃO PAGAMENTO ADOTADA POR ALGUNS DOS BENEFICIADOS COM O PRONAF?

20) O BANCO ATUA NA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA? QUAL O FOCO PRINCIPAL DESSA ASSISTÊNCIA TÉCNICA?

21) EXISTEM MULHERES SOLICITANDO O PRONAF? PARA QUE FUNÇÃO? E COMO VOCÊ AVALIA A PARTICIPAÇÃO DESSE GÊNERO NA OBTENÇÃO DO FINANCIAMENTO?

22)E QUEM JÁ É APOSENTADO RURAL E NÃO MAIS TRABALHA NA ROÇA PODE PEGAR O PRONAF?

23) VOCÊ ACREDITA QUE O PRONAF CONTRIBUI PARA ALICERÇAR A ECONOMIA LOCAL? COMO? (COMPRA DE INSUMOS E VENDA DE PRODUTOS)

24) ONDE, COMO E PRA QUEM OS AGRICULTORES COMERCIALIZAM SEUS PRODUTOS? COMO SE DÁ A INSERÇÃO DOS AGRICULTORES NESSES MERCADOS?

25) HOUVE INSERÇÃO EM NOVOS MERCADOS? EXISTEM MERCADOS POTENCIAIS NA REGIÃO? QUAIS? QUAIS OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A INSERÇÃO DOS AGRICULTORES E/OU PESCADORES NESSES NOVOS MERCADOS?

26) OS AGRICULTORES DEIXAM DE MIGRAR POR CAUSA DO ACESSO AO PRONAF?

27)O ACESSO AO PRONAF AMPLIA A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS DO AGRICULTOR?

28) COMO O PRONAF PODE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR? FORMA PATRIMÔNIO?

30) A RENDA QUE SOBRESSAÍ DA ATIVIDADE FINANCIADA É SUFICIENTE PARA PAGAR A DÍVIDA DO PRONAF? QUAL A RENDA MÉDIA DESSES AGRICULTORES?

31)EXISTEM POSSIBILIDADES DE ASCENSÃO VIA PRONAF? POR QUÊ?

32)QUEM NÃO TEVE ACESSO AO PRONAF, não conseguiu acessar por quê? NÃO PRECISOU? POR QUÊ? NÃO CONSEGUIU? POR QUÊ? TEVE RECEIO DE PEGAR O EMPRÉSTIMO? POR QUÊ?

**ANEXO B<sup>60</sup>****ROTEIRO DE ENTREVISTA - MEDIADORES  
FOCO DA PESQUISA: PRONAF A, B e COMUM****IDENTIFICAÇÃO:** \_\_\_\_\_**LOCAL DE TRABALHO:** \_\_\_\_\_

1ª) QUAL A INFRAESTRUTURA QUE ESSA ENTIDADE POSSUI PARA EXECUTAR SUAS TAREFAS (PESSOAL, MATERIAL, TRANSPORTE, EQUIPAMENTOS)? É SUFICIENTE? QUE OUTROS PROBLEMAS DIFICULTAM UMA MELHOR ATUAÇÃO DESSE ÓRGÃO?

-Quantas famílias são atendidas por essa entidade?

2) QUAL O PAPEL DESSA ENTIDADE NO ACESSO DE AGRICULTORES FAMILIARES AO PRONAF? QUESTÃO DE FACILITAÇÃO DA DAP? QUAIS DOCUMENTOS SÃO NECESSÁRIOS PARA EMISSÃO DA DAP? E QUAL SUA FINALIDADE FRENTE AO SISTEMA BANCÁRIO?

3) COMO VOCÊ ANALISA A RELAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES COM O SISTEMA BANCÁRIO? O QUE FACILITA OU DIFICULTA ESSE ACESSO?

4) QUAIS AS ETAPAS E CUSTOS PARA O ACESSO DOS AGRICULTORES AO PRONAF? O QUE PRECISAM PARA PEGAR O PRONAF? É FÁCIL OU DIFÍCIL CONSEGUIR FINANCIAMENTO? (proposta de projeto)

5) DEMARQUE AS ESPECIFICIDADES PARA ENQUADRAMENTO NO PRONAF?

6) QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES E AVANÇOS PARA O ACESSO DOS AGRICULTORES AO PRONAF?

7) QUE EXIGÊNCIAS SÃO FEITAS AOS AGRICULTORES AFIM DE TEREM ACESSO AO PRONAF (A, B, COMUM)? (DOCUMENTOS E GARANTIAS)

8) QUE TIPO DE ORIENTAÇÃO OS AGRICULTORES RECEBEM PARA A APLICAÇÃO DO CRÉDITO DO PRONAF?

9) QUAIS OUTRAS ENTIDADES DÃO SUPORTE NA EFETIVAÇÃO DO PRONAF? COMO? (ATUAÇÃO DE MEDIADORES)

10) QUAL O PERCENTUAL DE PRONAFIANOS QUE RECEBEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR ESSA ENTIDADE? (Percentual aumenta ou diminui? Porque?)

11) QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES PRONAFIANOS QUE VOCÊS ASSISTEM (de onde vem o sustento? Quais os principais produtos? Trabalham em atividades agrícolas? São migrantes?)?

---

<sup>60</sup> Entrevista baseada na proposta desenvolvida em 2007. In: Lopes, E. S. A. de. Et. Al. Impactos do Pronaf B nos Municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe: Para além da dimensão econômica. Aracaju, março de 2007.



12) COMO AVALIA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESTADA AOS PRONAFIANOS? EXISTEM OUTRAS ENTIDADES COM ESSA FUNÇÃO? HÁ RELAÇÃO DE PARCERIA?

13)QUAL O GRAU DE INSERÇÃO TECNOLÓGICA DESSES AGRICULTORES? EXEMPLIFIQUE.

14)OBSERVA-SE POR PARTE DOS PRONAFIANOS PREOCUPAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL? EM QUE SENTIDO?

15) COMO UTILIZAM O DINHEIRO DO PRONAF(Quais as atividades produtivas que demandam crédito?)

16) ACHA QUE EXISTE MUITA BUROCRACIA PARA O AGRICULTOR CHEGAR A TER ACESSO AO PRONAF? O QUE PODERIA SER MELHORADO PARA BENEFICIAMENTO DE MAIOR NÚMERO DE AGRICULTORES?

17) OS AGRICULTORES POSSUEM OUTRAS NECESSIDADES FINANCEIRAS QUE NÃO SÃO ATENDIDAS PELO PRONAF? COMO ESSAS NECESSIDADES SÃO ATENDIDAS?

18)QUAIS OS PROBLEMAS ENFRENTADOS COM A PARTICIPAÇÃO DE AGENTES FINANCEIROS INFORMAIS E QUE SERVIÇOS ELES OFERECEM (FIADO, EMPRÉSTIMOS COM AGIOTAS, ETC?)

19) EXISTEM MULHERES SOLICITANDO O PRONAF? PARA QUE FUNÇÃO? E COMO VOCÊ AVALIA A PARTICIPAÇÃO DESSE GÊNERO NA OBTENÇÃO DO FINANCIAMENTO?

20)E QUEM JÁ É APOSENTADO RURAL E NÃO MAIS TRABALHA NA ROÇA PODE PEGAR O PRONAF?

21) É POSSÍVEL INFORMAR QUAL É A FONTE DE RENDA MAIS IMPORTANTE QUE O AGRICULTOR BENEFICIADO COM O PRONAF DISPÕE PARA MANTER A ROÇA E A FAMÍLIA?

22) EXISTEM AGRICULTORES FAMILIARES QUE AO MESMO TEMPO ACESSAM O PRONAF E A BOLSA FAMÍLIA?

23)ONDE OS AGRICULTORES COMPRAM ANIMAIS, INSUMOS OU OUTROS MATERIAIS E SERVIÇOS COM O DINHEIRO DO PRONAF? COMO É FEITA A COMPRA (À VISTA OU À PARZO?)

24)CHEGAM A UTILIZAR O DINHEIRO DO PRONAF PARA ATENDER OUTRAS NECESSIDADES? QUAIS?

25)QUAL A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES SOBRE O DINHEIRO QUE RECEBEM? AINDA ACHAM QUE É DINHEIRO A FUNDO PERDIDO?

26)QUAL É O ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA? O QUE PENSAS SOBRE A CULTURA DO NÃO PAGAMENTO ADOTADA POR ALGUNS DOS BENEFICIADOS COM O PRONAF?

27) VOCÊ ACREDITA QUE O PRONAF CONTRIBUI PARA ALICERÇAR A ECONOMIA LOCAL? COMO? (COMPRA DE INSUMOS E VENDA DE PRODUTOS)

28) COMO O PRONAF PODE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR? FORMA PATRIMÔNIO?

29) A RENDA QUE SOBRESSAÍ DA ATIVIDADE FINANCIADA É SUFICIENTE PARA PAGAR A DÍVIDA DO PRONAF? QUAL A RENDA MÉDIA DESSES AGRICULTORES?

30) ONDE, COMO E PRA QUEM OS AGRICULTORES COMERCIALIZAM SEUS PRODUTOS? COMO SE DÁ A INSERÇÃO DOS AGRICULTORES NESSES MERCADOS?

31) HOUVE INSERÇÃO EM NOVOS MERCADOS? EXISTEM MERCADOS POTENCIAIS NA REGIÃO? QUAIS? QUAIS OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A INSERÇÃO DOS AGRICULTORES E/OU PESCADORES NESSES NOVOS MERCADOS?

32) OS AGRICULTORES DEIXAM DE MIGRAR POR CAUSA DO ACESSO AO PRONAF?

33)O ACESSO AO PRONAF AMPLIA A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS DO AGRICULTOR?

34)EXISTEM POSSIBILIDADES DE ASCENSÃO VIA PRONAF? POR QUÊ?

35)QUEM NÃO TEVE ACESSO AO PRONAF, não conseguiu acessar por quê? NÃO PRECISOU? POR QUÊ? NÃO CONSEGUIU? POR QUÊ? TEVE RECEIO DE PEGAR O EMPRÉSTIMO? POR QUÊ?

ANEXO C<sup>61</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

## TRAJETÓRIAS DO PRONAF EM SERGIPE: Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais

## QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

ENTREVISTADOR (A): \_\_\_\_\_ DATA: \_\_/\_\_/\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

POVOADO: \_\_\_\_\_

NOME DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_ APELIDO: \_\_\_\_\_

## I. FAMÍLIA E TRABALHO

Nº	Nome	S E X O	Est. Civil (A)	Grau De Parentesco (F)	Grau de Instrução (B)	Ocupação Principal (C)	Local onde Trabalha (D)	Ocupação Secundária (C)	Local onde Trabalha (E)
01									
02									
03									
04									
05									
06									
07									
08									
09									
10									
(A)	(B)	(C)	(D) e (E)	(F)					
1-casado (a) 2-solteiro(a) 3-viúvo(a) 4-separado(a) 5-divorciado(a) 6-Junto(a) 0- Outro	1-analfabeto(a) 2-Saber ler e escrever 3-1º grau incompleto 4-1º grau completo 5- 2º grau incompleto 6- 2º grau completo 7-Curso Técnico 8-3º grau incompleto 9-3º grau completo 0- outra	1-Agricultor 2-trabalhador rural 3-Pescador 4-Trabalhador Domestico 5- Comerciante 6-Servidor Público 7- Construção civil 8- Aposentado/Pensionista 9-Não Trabalha 0- outro	1-Na unidade produtiva/ Domicílio 2-Fora do estabelecimento em atividade agrícola 3-Fora do estabelecimento em outra atividade 4-No estabelecimento e fora em atividade agrícola 5-No estabelecimento e fora em atividade não-agrícola. 6-Não Trabalha 0-outro	1 – pai 2 – mãe 3 – filho 4 – irmão 5 – neto 6 – tio 0 – outro (genro, nora, não parente, etc.)					

- Sua família sempre trabalhou na zona rural? 1.Sim ( ) 2.Não ( )

-Há quanto tempo? 1. ( ) De 1 a 5 anos; 2.( ) de 5 a 10 anos; 3.( ) de 10 a 20 anos; e 4.( ) mais de 20 anos

-Você teve acesso a alguma modalidade de Pronaf? Qual? 1.( )A, 2.( )B 3.( )Comum

- Após aquisição do Pronaf, comprou terras? 1.Sim ( ) 2.Não ( ) Quantas tarefas? \_\_\_\_\_

-Quantas vezes teve acesso ao Pronaf? 1.( ) 1 2.( ) 2 ou 3.( ) Mais.

## II - ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

2. Condição de exploração da terra e documentação que o entrevistado possui sobre a mesma (Marque mais de uma alternativa, se necessário, no que diz respeito à especificação) (2012)

Especificação	Documentação que possui*	Área (há)	* Legenda
1.Terra Própria			1. Escritura Pública com registro
2 Parceria em terra de terceiro			2. Escritura pública sem registro
3Arrendamento em terra de terceiro			3. Recibo
4 Terra de Herdeiro			4. Contrato assinado
5 Projeto de Reforma Agrária			5. Título Definitivo
6 Outra forma:			0. Outro (especificar)
Área Total	-		

<sup>61</sup> Questionário baseado na proposta desenvolvida em 2007. In: Lopes, E. S. A. de. Et. Al. Impactos do Pronaf B nos Municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe: Para além da dimensão econômica. Aracaju, março de 2007.

Por que?\_\_\_\_\_

**Principal Comprador (A) :** 1 – Venda direta (feiras-livres e/ou mercados); 2- Venda institucional (CONAB, Prefeitura, PNAE); 3 – Intermediário; 4- Cooperativa; 5 – Agroindústria/Beneficiamento; 6- Somente para Consumo; 0 – Outro:

**4 – ANIMAIS EXISTENTES NA UNIDADE PRODUTIVA (UP):**

<b>Tipo</b>	<b>Produção Total Antes do Pronaf</b>	<b>Produção Total Depois do Pronaf</b>	<b>Consumo da Família</b>	<b>Quantidade Vendida</b>	<b>Vende para quem? (A)</b>
1 Touros					
2 Vacas					
3 Novilhas					
4 Garrotes					
5 Bois					
6 Bezerros					
7 Frango de corte					
9 Galinha caipira					
10 Pato					
11 Guiné					
12 Peru					
13 Suínos					
14 Caprinos/Ovinos					
15 Eqüinos / Muares					
16 Asininos (Jumento)					
17 Colméias					

**(A) Principal Comprador :** 1 – Venda direta (feiras-livres e/ou mercados) 2- Venda institucional (CONAB, Prefeitura, Escola); 3 – Intermediário 4- Cooperativa 5 – Agroindústria/Beneficiamento 0 – Outro: \_\_\_\_\_

**5 - PRODUTOS PROCESSADOS E/OU BENEFICIADOS DENTRO DA UP: Unidade KG**

<b>Produto produzido</b>	<b>Quantidade Produzida</b>	<b>Quantidade Vendida</b>	<b>Renda gerada na Família: Valor de venda</b>	<b>% de aumento da produção após o PRONAF</b>
1 Castanha processada				
2 Cachaça				
3 Couro				
4 Doce				
5 Ervas e produtos medicinais				
6 Farinha de mandioca				
7 Leite de vaca				
8 Leite de cabra				
9 Manteiga				
10 Mel				
11 Ovo				
12 Polpa de fruta				
13 Queijo				
14 Rapadura				
15 Outro:				

**6 – O QUE UTILIZA NA SUA UNIDADE DE PRODUÇÃO (UP) PARA A EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA?**

<b>Especificação (DESCRVER)</b>	<b>Antes do Pronaf, o que era utilizado? (X)</b>	<b>Quantidade/ Unidade</b>	<b>Depois do Pronaf, o que passou a ser utilizado ou intensificado (X)</b>	<b>Quantidade/ Unidade</b>	<b>Local de compra (A)</b>
1-SEMENTES					
a)					
B					
2- MUDAS					

A)					
b)					
c)					
3- ADUBO QUÍMICO					
a)					
b)					
4 ADUBO ORGÂNICO					
a) esterco de galinha					
b) esterco de gado					
5 - AGROTÓXICOS					
a) fungicida					
b) inseticida					
c) herbicida					
d) formicida					
6- NA PECUÁRIA:					
A) Carrapaticidas					
B) Vermífugos					
C) Desinfetantes					
D) Vacinas					
7 CALCÁRIO					
8 SAL MINERAL					
9 PALMA					
10 RAÇÕES					
11 RESTOS CULTURAIS (restos de comida)					
12TORTA DE MAMONA					
13 URÉIA					
0 Outro:					

(A) Local de Compra: 1 – No município 2 – Em outro município vizinho 3 – Em outro estado 0 – Outro: \_\_\_\_\_

#### 7 TIPO DE TRAÇÃO UTILIZADA

Tipo	1.Antes do Pronaf (x)	1.1Próprio	1.2.Alugado	2.Depois do Pronaf (x)	2.1.Próprio	2.2.Alugado
1-Tração Animal						
2- Tração Mecânica (Trator)						
3 – Tração Manual						

#### 8 EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS UTILIZADAS

Tipo	1.Antes do Pronaf (x)	1.1Próprio	1.2.Alugado	2.Depois do Pronaf (x)	2.1.Próprio	2.2.Alugado
1-Adubadeira						
2- Semeadeira						
3 – Trator						
4- Pulverizador						
5- Forrageira						
6- Trilhadeira						
7- Arado						
8- Colheitadeira						
9- Capinadeira						
10 – Ferramenta-foice, enxada, facão.						
11- Moto-bomba/bomba						
0 outro						

**9 TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO/USO DO SOLO ADOTADAS NA UP**

<b>Tipo</b>	<b>1.Antes do Pronaf (x)</b>	<b>2.Depois do Pronaf (x)</b>
1- Queimada		
2-Rotação de cultura		
3- Adubação verde		
4- Adubação Orgânica		
5- Adubação Química		
6-Pousio		
0 - Outro		

**10 BENFEITORIAS NO ESTABELECIMENTO**

<b>Tipo</b>	<b>1.Antes do Pronaf (x)</b>	<b>2.Depois do Pronaf (x)</b>
1- casa		
2- chiqueiro/pocilga		
3- apiário (criação de abelha)		
4- obras de drenagem		
5- paiol/tulha (Armazém de cereais)		
6- cerca		
7-Galinheiro		
8 – Estábulo		
9 – Obras de irrigação		
10 – Tanque		
11- Açude		
12- Aviário		
13- Curral		
14- cisterna		
0 - outro		

**11 INSTRUMENTOS PARA PESCA E/OU NA COLETA DE CRUSTÁCEOS**

<b>Tipo</b>	<b>1.Antes do Pronaf (x)</b>	<b>1.1Próprio</b>	<b>1.2.Alugado</b>	<b>2.Depois do Pronaf (x)</b>	<b>2.1.Próprio</b>	<b>2.2.Alugado</b>
1- rede						
2- linha						
3- ratoeira						
4- covo peixe (recipiente feito de tela)						
5- covo camarão (recipiente feito de tela ou de bambu)						
6- isca						
7- tarrafa (rede de pesca circular)						
8-facho (pescaria esportiva com luz)						
9- outro modo:						
10- caulo para camarão (isca)						
11- vara de pesca						
12- camboa (redes presas em estacas em áreas de mangue).						
13 – molinete (vara de pesca mecânica)						
14- coleta de sururu						
15- anzol						
16- Tetéia (equipamento para pesca à distância)						

17- espião (armadilha com isca para robalo)						
18- saburica – tipo de camarão para isca						
19- molho de palha de coqueiro						
20- coleta manual						
0-outro						

## 12 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

	1.Antes do Pronaf (x)	2.Depois do Pronaf (x)	3. Nunca recebeu (X)
RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA			
Desde quando?			

## 13 QUEM PRESTA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Tipo	1.Antes do Pronaf (x)	2.Depois do Pronaf (x)	3. Nunca recebeu (X)
1- Técnicos de empresa privada de Assistência Técnica e Extensão Rural			
2- Técnicos de cooperativas			
3- Técnicos de Agroindústria			
4- Técnicos da Emdagro			
5- Técnicos da Cohidro			
6- Técnicos autônomos			
7- Técnicos da Prefeitura municipal			
8- Técnicos de Associações de Moradores			
9- Técnicos de Sindicatos			
10 – Técnicos de Organizações não governamentais			
11- Colônia de Pescadores			
0- outros:			

## 14 - QUAL O GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA QUE RECEBE:

1 ( ) Muito satisfeito	2 ( ) Satisfeito	3 ( ) Insatisfeito	4 ( ) Não sabe/não respondeu
------------------------	------------------	--------------------	------------------------------

## 15 QUE ORIENTAÇÃO TEM SIDO DADA PELA ASSISTÊNCIA TÉCNICA?

1 ( ) Técnicas sobre conservação do solo	2( )Técnicas de utilização de fontes de água	3( )Técnicas sobre criação de animais
4( )Técnicas sobre produção de lavoura	5( ) Técnicas sobre pastagens	6( ) Controle de pragas e doenças
	7( ) Construção de benfeitorias	8( ) Piscicultura
9( ) Comercialização	10( ) Vacinação	11( ) Gerência do estabelecimento
12 ( ) NENHUMA	0( ) Outro:_____ )	

## 16 COMO TOMOU CONHECIMENTO DO PRONAF?

1 ( ) Banco	2 ( ) Vizinho (a)	3 ( ) Parente	4 ( ) Prefeitura
5 ( ) Sindicato	6 ( ) Técnico(a) de extensão pública	7 ( ) Político	8 ( ) Jornal/rádio/televisão
9 ( ) Cooperativa	10 ( ) Técnico(a) de extensão privada	11 ( ) Associação local	12( ) Igreja
13 ( ) Divulgação do CMDRS	14 ( ) Não lembra	15 ( ) Colônia de pescadores	0 ( )
		16 ( ) MST	Outro:_____

## 17- ATRAVÉS DE QUEM TEVE ACESSO AO PRONAF?

1 ( ) Associação	2 ( ) Direto com o Banco	3 ( ) EMATER/DEAGRO	4 ( ) Prefeitura
5 ( ) Colônia de	6 ( ) MST	0 ( ) Outro:	



pescadores		
------------	--	--

### 18 - O FINANCIAMENTO DO PRONAF FOI FEITO DE QUE FORMA?

1 ( ) Individualmente	2 ( ) Junto com outros agricultores (grupo)	0 ( ) Outros: _____
-----------------------	---	---------------------

### 19 – COMO RECEBEU O FINANCIAMENTO DO PRONAF?

1 ( ) Dinheiro	2 ( ) Depósito em conta	3 ( ) Em cheque	0 ( ) Outros: _____
----------------	-------------------------	-----------------	---------------------

### 20 – JÁ SE BENEFICIOU DE OUTRA MODALIDADE DO PRONAF?

1 ( ) Sim	2 ( ) Não	0 ( ) Qual em caso positivo? _____
-----------	-----------	------------------------------------

### 21 – PAGANDO O EMPRÉSTIMO ATUAL PRETENDE REALIZAR NOVOS EMPRÉSTIMOS DO PRONAF?

1 ( ) Sim	2 ( ) Não	0 ( ) Por que? _____
-----------	-----------	----------------------

### 20- EXISTE OUTRO MEMBRO NA FAMÍLIA QUE RECEBE PRONAF?

1 ( ) Sim	1.1 ( ) Pronaf A	1.2 ( ) Pronaf B	1.3 ( ) Pronaf Comum	1.4 ( ) Pronaf Mulher
2 ( ) Não	1.5 ( ) Pronaf A/C	1.6 ( ) Pronaf Mais Alimentos	1.7 ( ) Pronaf Jovem	0 ( ) Outro: _____

### 22- COM QUEM OBTVEU A DECLARAÇÃO DE APTIDÃO (DAP)?

1 ( ) Sindicato de trabalhadores rurais	2 ( ) Assistência técnica pública (EMDAGRO)	3 ( ) Assistência técnica privada	4 ( ) Colônia de pescadores
			0-( ) Outro: _____

### 23 - PAGOU PARA RECEBER A DECLARAÇÃO DE APTIDÃO?

1 ( ) Sim	Quanto? R\$: _____	2 ( ) Não
-----------	--------------------	-----------

### 24 - QUE GARANTIAS FORAM SOLICITADAS PELO BANCO PARA O PRONAF?

1 ( ) Nenhuma	2 ( ) Alguma	
---------------	--------------	--

### 25 - FOI EXIGIDA ALGUMA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL PARA O FINANCIAMENTO DO PRONAF?

1 ( ) Não	2 ( ) Sim	Qual? _____
-----------	-----------	-------------

### 26 – QUE DOCUMENTAÇÃO PESSOAL FOI EXIGIDA PARA O FINANCIAMENTO DO PRONAF? (marque mais de uma alternativa se necessário)

1 ( ) CPF	2 ( ) RG	3 ( ) Comprovante de votação	4 ( ) Comprovante de residência	5 ( ) Certidão SPC/Serasa	0 ( ) Outro: _____
-----------	----------	------------------------------	---------------------------------	---------------------------	--------------------

### 27 - EM QUE APLICOU REALMENTE OS RECURSOS DO PRONAF? (marque mais de uma alternativa se necessário)

1 ( ) Custeio agrícola	2 ( ) Custeio pecuário	3 ( ) Comprar terra	4 ( ) Compra de Animais
5 ( ) Construção de instalações	6 ( ) Construção açude/cisterna	7 ( ) Compra de máquinas	8 ( ) Atividade não-agrícola
9 ( ) Bens de consumo durável	10 ( ) Pagamentos de dívidas	11 ( ) Outros investimentos	0 ( ) Outro: _____

### 28 - QUAL A PRINCIPAL DIFICULDADE PARA UTILIZAR O PRONAF? (marque mais de uma alternativa se necessário)

1 ( ) Nenhuma	2 ( ) Recursos aquém do necessário	3 ( ) Atraso na liberação do crédito	4 ( ) Fiscalização do crédito
5 ( ) Exigências do banco	6 ( ) Prazo de amortização curto	7 ( ) Encargos financeiros altos	8 ( ) Tirar documentos
9 ( ) Não sabe informar	0 ( ) Outro		

### 29 – O QUE O SR. (A) PENSA A RESPEITO DO PAGAMENTO DO PRONAF?

1 ( ) Faz questão de pagar antes do vencimento	2 ( ) Vai aguardar que o governo perdoe ou reduza o valor das parcelas
3 ( ) Pagará no vencimento	4 ( ) Deixará de pagar se os demais não estiverem pagando
5 ( ) Dependerá do rendimento (retorno) das atividades	6 ( ) Não sabe ou não quer responder
0 ( ) Outro	

### 30 – VOCÊ CONCORDA COM O NÃO PAGAMENTO DO FINANCIAMENTO (com o ficar inadimplente)?

1 ( ) Sim	2 ( ) Não	0 ( ) Por que? _____
-----------	-----------	----------------------

**31- O PRONAF AUXILIOU NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA FAMÍLIA?**

1 ( ) Sim	2 ( ) Não	0 ( ) Como? _____
-----------	-----------	-------------------

**32 EM QUE MUDOU A VIDA DE SUA FAMÍLIA APÓS A UTILIZAÇÃO DO PRONAF?**

1( ) Passou a produzir mais e melhor	2( ) A família passou a viver melhor	3( ) As pessoas se organizam mais
4( ) Em nada modificou	5( ) A família passou a desentender-se	6( ) Não teve impacto importante
7( ) Perdeu a tranquilidade	0( ) Outro: _____	

Após adquirir o pronaf, acha que houve desenvolvimento na Unidade produtiva? 1.Sim ( ) 2.Não ( ) 0 Por que? \_\_\_\_\_

**33 - INDICARIA O PROGRAMA PARA OUTRAS PESSOAS?**

1 ( ) Sim	2 ( ) Não. Por que? _____	3 ( ) Não sabe/não respondeu
-----------	---------------------------	------------------------------

**34 ASPECTOS RESIDÊNCIAS**

Tipo	1 Antes do Pronaf (x)	2 Depois do Pronaf (x)	3 Ainda não possui/não mudou
1- ENERGIA ELÉTRICA			
2- ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA UNIDADE FAMILIAR E PRODUTIVA			
a) Rede da Deso			
b) Carro-pipa			
c) Poço			
d) Cisterna			
e) Rio/Açude/Barragem			
f) outro			
3 ESCOAMENTO SANITÁRIO			
a) Fossa Séptica			
b) Fossa Comum (rudimentar)			
c) Rede pública			
d) outro			
4 NÚMERO DE COMODOS DA CASA?			
5 CASA DE ALVENARIA?			

**35- O PRONAF AUXILIOU NA CONSTRUÇÃO DA RESIDÊNCIA?** 1.( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_  
2. Não( )

**36 - DE ONDE VÊM OS ALIMENTOS CONSUMIDOS PELA SUA FAMÍLIA? (Enumere por ordem de importância:1º, 2º, 3º, 4º e 5º**

1.( ) Vem da produção (roça)	2. ( ) Feira-livre	3.( ) Supermercado	4.( ) Bodega/Venda/Mercearia	98( ) Outros
------------------------------	--------------------	--------------------	------------------------------	--------------

**37- O SR(A) CONSIDERA QUE A ALIMENTAÇÃO DA SUA FAMÍLIA É EM QUANTIDADE SUFICIENTE PARA TODAS AS PESSOAS?**

1 ( ) Sim	2 ( ) Não	Por quê? 1( ) Alimento está muito caro 2 ( ) A roça não dá mais 3 ( ) A família cresceu muito 4 ( ) Falta dinheiro para comprar alimento 0 ( ) Outra: _____
-----------	-----------	---

**38- EM TERMOS DE REFEIÇÕES, QUANTAS SÃO REALIZADAS EM SUA RESIDÊNCIA DIARIAMENTE:**  
1( ) uma 2 ( ) duas 3( ) três 4( ) quatro 5 ( ) cinco 6( ) seis 7( ) outras: \_\_\_\_\_

**39 - TEM DESPESA COM MÃO-DE-OBRA CONTRATADA?**

Formas de contratação	1 Antes do Pronaf	1.1 N° de pessoas	2 Depois do Pronaf	2.1 N° de Pessoas	3 Valor total pago (R\$)(*)
1 Assalariado permanente agrícola (**)					
2 Trabalho agrícola temporário (**)					
3 Empreitada agrícola (**)					

4 Contratação de Serviços de Máquinas (trator, etc) para plantio, colheita, etc					
5 Diarista					
6 Contratação de serviço de tração animal					
0 outro					

**40 - A FAMÍLIA RECEBE ALGUM TIPO DE BENEFÍCIO/AJUDA EM DINHEIRO?**

1 ( ) Sim 2 ( ) Não 3 ( ) Não sabe / Não respondeu			
1.1 ( ) Bolsa Escola R\$	1.2 ( ) Programa estadual	1.3 ( ) Bolsa Família:	1.4 ( ) PET: R\$
1.5 ( ) Auxílio a portadores de Deficiência/ Idosos.	1.6 ( ) Programa municipal	1.7 ( ) Parentes/amigos/organ. Comunitárias.	
1.8 ( ) Garantia safra:		1.9 ( ) Aposentadoria	
		0.Outro: _____	

**41- TEVE ACESSO AO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL?**

1 ( ) Sim	2 ( ) Não	0 ( ) Como? _____
-----------	-----------	-------------------

**42 - VOCÊ PARTICIPA COMO FORNECEDOR DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)?**

1 ( ) Sim	2 ( ) Não	0 ( ) Quais produtos? _____
Por que? _____		

**43 – QUAIS DOS PROGRAMAS ABAIXO O A SUA FAMÍLIA TEM ACESSO:**

1 ( ) PSF (Prog. Saúde Família)	2 ( ) Educação Jovens e Adultos	3 ( ) Aleitamento materno
4 ( ) Programa do leite	5 ( ) Cesta Básica	98 ( ) Outro: _____

**44 - PARTICIPA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL?**

Tipo	1 Antes do Pronaf	2 Depois do Pronaf	Sim (Vínculo)		
			1 Sócio	2 Diretoria	3 Conselho Fiscal
1. Sindicato					
2. Cooperativa de produtores					
3. Associação					
4. CMDRS					
5. Colegiado Territorial					
0. Outros					

**45 - QUAIS OS MAIORES PROBLEMAS QUE O PRODUTOR RURAL TEM ATUALMENTE?**


**46 - PRETENDE ENCAMINHAR SEUS FILHOS PARA OUTRA ATIVIDADE DIFERENTE DA SUA?**

1 ( ) Sim	2 ( ) Não	3 Por quê? _____
-----------	-----------	------------------

**47 - DEPOIS DO FINANCIAMENTO DO PRONAF, ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA QUE MORAVA/TRABALHAVA NA UP PRECISOU IR TRABALHAR FORA DA UP?**

1 ( ) Não	2 ( ) Sim	Quantos? _____	Por quê? _____
-----------	-----------	----------------	----------------

**48 - DEPOIS DO FINANCIAMENTO DO PRONAF, ALGUM FAMILIAR QUE MORAVA/TRABALHAVA FORA PRECISOU VOLTAR PARA A UP?**

1 ( ) Não	2 ( ) Sim	Quantos? _____	Por quê? _____
-----------	-----------	----------------	----------------

**49 - COMO VÊ SEU FUTURO E O DA FAMÍLIA?**

--

---

---

**50 – O QUE O SR. (A) ACHA QUE PODIA SER FEITO PARA O PRONAF FUNCIONAR MELHOR?**

---

---

---

**OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR:** condições gerais em que foi aplicado o questionário.

---

---

---

---

---